**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

**( Aprovado pela Resolução CONJUNTA CONSELHO DIRETOR - CONSUN nº 002/2015, de 15/07/2015 )**

**TERESINA, PIAUÍ**

**2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA**
BIBLIOTECA COMUNITÁRIA JORNALISTA CARLOS CASTELO BRANCO/ UFPI

U365p Universidade Federal do Piauí
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019/ Universidade Federal do Piauí. - Teresina: EDUFPI, 2015.
365 p.

1. Planejamento estratégico. 2. Plano de gestão. I. Título.

CDD - 658.401

Índice para Catálogo Sistemático

1. Planejamento estratégico

## Administração Acadêmica

**REITOR:** ***José Arimatéia Dantas Lopes***

**VICE-REITORA:** ***Nadir do Nascimento Nogueira***

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO:** ***Edilberto Duarte Lopes***

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO:** ***Jovita Maria Terto Madeira Nunes***

**PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO:** ***Maria do Socorro Leal Lopes***

**PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO:** ***Helder Nunes da Cunha***

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA:** ***Pedro Vilarinho Castelo Branco***

**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO:** ***Miguel Ferreira Cavalcante Filho***

**PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS:** ***Cristiane Batista Bezerra Torres***

## Unidades de Ensino do Campus Sede

**Diretor do Centro de Ciências Agrárias (CCA):** ***Willams Costa Neves***

**Diretor do Centro de Ciências da Educação "Mariano da Silva Neto" (CCE):** ***José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho***

**Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL):** ***Nelson Juliano Cardoso Matos***

**Diretora do Centro de Ciências da Natureza (CCN):** ***Maria da Conceição Soares Meneses Lage***

**Diretora do Centro de Ciências da Saúde (CCS):** ***Regina Ferraz Mendes***

**Diretora do Centro de Tecnologia (CT):** ***Nícia Bezerra Formiga Leite***

**Diretor do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD):** ***Gildásio Guedes Fernandes***

## Campi fora de Sede

**Diretor do Campus Ministro Reis Veloso (CMRV):** ***Alexandre Marinho de Oliveira***

**Diretor do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB):** ***Maria Alveni Barros Vieira***

**Diretor do Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE):** ***Stelio Bezerra Pinheiro de Lima***

**Diretor do Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS):** ***Mauro Sérgio Cruz Sousa Lima***

## Comissão Central de Elaboração do PDI

**Presidente: Maria do Carmo de Souza Batista**

## Membros:

**Airton Júnior Vieira Santos**

**André Macêdo de Santana**

**Angel Alberto Hidalgo**

**Armando Soares Sousa**

**Érica Cecília de Sousa Soares**

**Eulálio Gomes Campelo Filho**

**Josania Lima Portela Carvalhêdo**

**Mirtes Gonçalves Honório**

**Teresa Christina Torres Silva Honório**

## Supervisão:

**Edilberto Duarte Lopes**

## Revisão Final:

**Maria do Carmo de Souza Batista**

**Teresa Christina Torres Silva Honório**

**Josania Lima Portela Carvalhêdo**

## Formatação gráfica:

**Tarianna Lustosa Santos**

**Terssando Lustosa Santos**

**Marlon Lima de Sousa Ferreira**

## Apoio:

**Comissões Setoriais das Unidades de Ensino**

**e *Campi* fora de Sede.**

## Abreviaturas E Siglas

AL – América Latina

ASSINTER – Assessoria Internacional

AUDIN – Auditoria Interna

BCCB – Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco

C & T – Ciência e Tecnologia

CA - Centro Acadêmico

CAAP – Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico

CACC – Coordenadoria de Ação Comunitária e Cultural

CACOM – Coordenadoria de Assistência Comunitária

CAD - Conselho de Administração

CADAD – Comissão de Avaliação de Desempenho Acadêmico Docente

CAFS – Campus Amílcar Ferreira Sobral

CAP – Coordenação de Administração de Pessoal

CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CAS – Coordenação de Atenção ao Servidor

CC – Coordenadoria de Currículo

CCA – Centro de Ciências Agrárias

CCE – Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto”

CCENO – Coordenadoria de Cursos, Eventos e Estágios não Obrigatórios

CCHL – Centro de Ciências Humanas e Letras

CCN – Centro de Ciências da Natureza

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CCSEE – Coordenadoria de Cursos, Seminários e Estágios Extracurriculares

CD – Conselho Diretor

CDE – Coordenadoria de Desenvolvimento de Ensino

CDP – Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas

CEAD – Centro de Educação Aberta e a Distância

CEBTT – Coordenadoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

CEC – Coordenadoria de Estágio Curricular

CEDE – Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino

CEM – concomitante ao Ensino Médio

CEO – Coordenadoria de Estágio Obrigatório

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CES – Câmara de Educação Superior

CEUA – Comissão de Ética no Uso de Animais

CFOR – Coordenadoria de formação Continuada

CI – Coordenação de Infraestrutura

CIS – Comissão Interna de Supervisão de Carreira

CITEC – Coordenadoria de Inovação Tecnológica

CLOS – Coordenação de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia

CMRV – Campus Ministro Reis Veloso (Parnaíba)

CND – Coordenadoria de Nutrição e Dietética

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNRMS – Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde

COC – Comissão Organizadora de Concursos

CODEOR – Coordenadoria de Orçamento

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONSE – Conselho Editorial (da Gráfica)

CONSUN – Conselho Universitário

COORDECOM – Coordenadoria de Comunicação

COPESE - Coordenadoria Permanente de Seleção

CP – Coordenação de Pagamento

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPAD – Coordenadoria de Planejamento Administrativo

CPC – Conceito Preliminar do Curso

CPCE – Campus Professora Cinobelina Elvas (Bom Jesus)

CPES – Coordenadoria de Pesquisa

CPG – Coordenadoria de Pós-Graduação

CPL – Comissão Permanente de Licitação

CPO – Coordenação de Projetos e Obras

CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente

CPPP – Coordenadoria de Planos, Programas e Projetos

CPPTA – Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo

CPPEX – Coordenadoria de Programas de Projetos e Extensão

CPEI – Coordenadoria de Projetos Estruturantes e Importação

CS – Coordenação de Sistemas

CsF – Ciência sem Fronteiras

CSG – Coordenação de Serviços Gerais

CSHNB – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos)

CT – Centro de Tecnologia

CTBJ – Colégio Técnico de Bom Jesus

CTF – Colégio Técnico de Floriano

CT-INFRA – Fundo de Infraestrutura

CTT – Colégio Técnico de Teresina

DA – Diretoria Administrativa

DAA – Diretoria de Administração Acadêmica

DAAD – *Deutscher Akademischer Austausch Dienst* (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico)

DCA – Divisão de Controle Acadêmico

DCAR – Divisão de Cadastro e Arquivo

DCE – Diretório Central de Estudantes

DCF – Diretoria de Contabilidade e Finanças

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DCR – Desenvolvimento Científico Regional

DIAI – Diretoria de Informação e Avaliação Institucional

DIAL – Divisão de Almoxarifado

DICOM – Divisão de Compras

DIPD – Divisão de Protocolo e Documentação

DINTER – Doutorado Interinstitucional

DOU – Diário Oficial da União

DPA – Divisão de Programação Acadêmica

DPAT – Divisão de Pagamento de Ativos

DPC – Divisão de Provimento e Controle

DPAT – Divisão de Patrimônio

DPIP – divisão de Pagamento de Inativos e Pensionistas

DPM – Divisão de Programação e Matrícula

DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis

DTI – Desenvolvimento Tecnológico Industrial

DVP – Divisão de Vigilância Patrimonial

EaD – Ensino a Distância

EBC – Empresa Brasileira de Comunicação

EDUFPI - Editora Universitária da UFPI

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPI – Equipamento de Proteção Individual

e-sic – Sistema de Informação ao Cidadão

FAPEPI – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí

FORPROEX – Fórum Nacional de Extensão da Universidades Públicas Brasileiras

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí

GECON – Gerência de Contratos

GIPI – Gestão de Inovação e Propriedade Intelectual

GPI – Gestão de Propriedade Intelectual

GRAFUFPI – Gráfica Universitária da UFPI

GTT – Gestão de Transferência de Tecnologia

HU – Hospital Universitário

HVU – Hospital Veterinário Universitário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituição de Educação Superior

IGC – Índice Geral de Cursos

INBATE – Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica de Teresina

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”

INPI – Instituto

IQD – Índice de Qualificação Docente

ITI – Iniciação Tecnológica Industrial

LDBE – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MEC – Ministério da Educação

MINTER – Mestrado Interinstitucional

NAP – Núcleo de Antropologia Pré-Histórica

NEPEM – Núcleos de Estudos e Pesquisa Sobre Mulher e Relações de Gênero

NINTEC – Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

NPD – Núcleo de Processamento de Dados

NT – Núcleo de Tecnologia da Informação

NucLi – Núcleo de Línguas

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PI – Propriedade Intelectual

P.I. – Procurador Educacional Institucional

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PET – Programa de Educação Tutorial

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBIT- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNEX – Plano Nacional de Extensão

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PPG – Programa de Pós-Graduação

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PRAD - Pró-Reitoria de Administração

PRAEC – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

PREG – Pro – Reitoria de Ensino de Graduação

PREUNI – Prefeitura Universitária

PREX – Pró-Reitoria de Extensão

PROBEX – Programa Institucional de Bolsa de Extensão

PROCAD – Programas de Cooperação Acadêmica

PRODOC – Programas de Cooperação para a Fixação de Recém Doutores

PROEC – Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa

PONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRPG – Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação

RENORBIO – Rede Nordeste de Biotecnologia

REU – Residência Universitária

REUNI **–** Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras

RU – Restaurante Universitário

SAE – Serviço de Atendimento Estudantil

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECOP – Secretaria de convênios e Projetos

SemiPI – Seminário de Propriedade Intelectual

SESU **–** Secretaria de Educação Superior

SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal

SIBi – Sistema de Bibliotecas da UFPI

SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SCS – Superintendência de Comunicação Social

SPD – Solicitação de Passagens e Diárias

SRCA – Serviço de Registro e Controle Acadêmico

SRDC – Serviço de Registro de Diplomas e Certificados

SRH – Superintendência de Recursos Humanos

sEM – subsequente ao Ensino Médio

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

TROPEN – Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste

TT – Transferência de Tecnologia

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura.

## SUMÁRIO


| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **ABREVIATURAS E SIGLAS** | | | | | | **iv** |
| **LISTAGENS DE ILUSTRAÇÕES** | | | | | | **xvi** |
| **APRESENTAÇÃO** | | | | | | **xx** |
| **NOTA EXPLICATIVA** | | | | | | **xxi** |
| | | | | | | |
| **1** | **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL** | | | | | **23** |
| | **1.1** | | | | **A Universidade Federal do Piauí (UFPI)** | **23** |
| | **1.2** | | | | **A Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)** | **36** |
| | **1.3** | | | | **Órgãos Deliberativos Superiores** | **36** |
| | | **1.3.1** | | | **Conselho Universitário (CONSUN)** | **36** |
| | | **1.3.2** | | | **Conselho de Administração (CAD)** | **38** |
| | | **1.3.3** | | | **Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPEX)** | **38** |
| | **1.4** | | | | **Órgãos Executivos** | **39** |
| | | **1.4.1** | | | **Reitoria e Vice-Reitoria** | **40** |
| | | **1.4.2** | | | **Pró-Reitorias** | **41** |
| | | | **1.4.2.1** | | **Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)** | **42** |
| | | | | 1.4.2.1.1 | Diretoria de Administração Acadêmica (DAA) | **54** |
| | | | | 1.4.2.1.2 | Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico (CAAP) | **56** |
| | | | | 1.4.2.1.3 | Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino (CEDE) | **57** |
| | | | | 1.4.2.1.4 | Coordenadoria de Currículo (CC) | **57** |
| | | | | 1.4.2.1.5 | Coordenadoria de Estágio Obrigatório (CEO) | **57** |
| | | | | 1.4.2.1.6 | Coordenadoria de Desenvolvimento de Ensino (CDE) | **58** |
| | | | | 1.4.2.1.7 | Coordenadoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (CEBTT) | **58** |
| | | | **1.4.2.2** | | **Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG)** | **61** |
| | | | | 1.4.2.2.1 | Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG) | **67** |
| | | | | 1.4.2.2.2 | Coordenadoria de Projetos Estruturantes e Importação (CPEI) | **75** |
| | | | **1.4.2.3** | | **Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ)** | **76** |
| | | | | 1.4.2.3.1 | Coordenadoria de Pesquisa (CPES) | **76** |
| | | | | 1.4.2.3.2 | Coordenadoria de Inovação Tecnológica (CITEC) | **77** |
| | | | | 1.4.2.3.3 | Secretaria de Convênios e Projetos (SECOP) | **78** |
| | | | | 1.4.2.3.4 | Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) | **78** |
| | | | | 1.4.2.3.5 | Núcleos de Pesquisa da UFPI | **79** |
| | | | **1.4.2.4** | | **Pró-Reitoria de Extensão (PREX)** | **80** |
| | | | | 1.4.2.4.1 | Coordenadoria de Programas e Projetos de Extensão (CPPEX) | **85** |
| | | | | 1.4.2.4.2 | Coordenadoria de Cursos, Seminários e Estágio não Obrigatório (CCENO) | **87** |
| | | | | 1.4.2.4.3 | Coordenadoria de Formação Continuada (CFOR) | **87** |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 1.4.2.4.4 | Coordenadoria de Ação Comunitária e Cultural (CACC) | **88** |
| | | | **1.4.2.5** | | **Pró-Reitoria de Administração (PRAD)** | **89** |
| | | | | 1.4.2.5.1 | Diretoria Administrativa (DA) | **90** |
| | | | | 1.4.2.5.1.1 | Gerência de Contratos (GECON) | **90** |
| | | | | 1.4.2.5.1.2 | Divisão de Patrimônio (DPAT) | **91** |
| | | | | 1.4.2.5.1.3 | Divisão de Compras (DICOM) | **91** |
| | | | | 1.4.2.5.1.4 | Divisão de Almoxarifado (DIAL) | **92** |
| | | | | 1.4.2.5.1.5 | Divisão de Protocolo e Documentação (DIPD) | **92** |
| | | | | 1.4.2.5.1.6 | Divisão de Vigilância Patrimonial (DVP) | **93** |
| | | | | 1.4.2.5.2 | Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) | **93** |
| | | | | 1.4.2.5.3 | Coordenadoria Permanente de Licitação (CPL) | **93** |
| | | | **1.4.2.6** | | **Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN)** | **94** |
| | | | | 1.4.2.6.1 | Diretoria de Informação e Avaliação institucional (DIAI) | **94** |
| | | | | 1.4.2.6.2 | Procuradoria Educacional Institucional (PI) | **95** |
| | | | | 1.4.2.6.3 | Coordenadoria de Planos Programas e Projetos (CPPP) | **96** |
| | | | | 1.4.2.6.4 | Coordenadoria de Orçamento (CODEOR) | **97** |
| | | | | 1.4.2.6.5 | Coordenadoria de Planejamento Administrativo (CPAD) | **97** |
| | | | **1.4.2.7** | | **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)** | **98** |
| | | | | 1.4.2.7.1 | Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM) | **99** |
| | | | | 1.4.2.7.2 | Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND) | **100** |
| | | **1.4.3** | | | **Prefeitura Universitária (PREUNI)** | **101** |
| | | | | 1.4.3.1 | Coordenação de Projetos e Obras (CPO) | **102** |
| | | | | 1.4.3.2 | Coordenação de Serviços Gerais (CSG) | **103** |
| | | | | 1.4.3.3 | Comissão de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia (CLOS) | **104** |
| | | | **1.4.4** | | **Superintendência de Comunicação Social (SCS)** | **104** |
| | | | | 1.4.4.1 | Coordenadoria de Comunicação Social (COORDCOM) | **105** |
| | | | | 1.4.4.2 | Editora Universitária da UFPI (EDUFPI) | **105** |
| | | | | 1.4.4.3 | Gráfica Universitária da UFPI (GRAFUFPI) | **106** |
| | | | | 1.4.4.4 | Rádio FM Universitária | **107** |
| | | | **1.4.5** | | **Superintendência de Recursos Humanos (SRH)** | **108** |
| | | | | 1.4.5.1 | Coordenação de Administração de Pessoal (CAP) | **108** |
| | | | | 1.4.5.2 | Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CDP) | **109** |
| | | | | 1.4.5.3 | Coordenação de Pagamento (CP) | **110** |
| | | | | 1.4.5.4 | Coordenação de Atenção ao Servidor (CAS) | **110** |
| | | | **1.4.6** | | **Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)** | **112** |
| | | | | 1.4.6.1 | Coordenação de Sistemas | **112** |
| | | | | 1.4.6.2 | Coordenadoria de Infraestrutura | **113** |
| | | | **1.4.7** | | **Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco** | **113** |
| | | | **1.4.8** | | **Auditoria Interna (AUDIN)** | **115** |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **1.4.9** | | **Assessoria Internacional (ASSINTER)** | **116** |
| | | | **1.4.10** | | **Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE)** | **118** |
| | | | **1.4.11** | | **Comissões Permanentes da UFPI** | **118** |
| | | | 1.4.11.1 | | Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) | **118** |
| | | | 1.4.11.2 | | Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) | **118** |
| | | | 1.4.11.3 | | Comissão de Avaliação de Desempenho Acadêmico Docente (CADAD) | **119** |
| | | | 1.4.11.4 | | Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo (CPPTA) | **119** |
| | | | 1.4.11.5 | | Comissão Organizadora de Concursos (COC) | **119** |
| | | | **1.4.12** | | **Ouvidoria** | **120** |
| | | | **1.4.13** | | **Serviço de Informação ao Cidadão** | **120** |
| | **1.5** | | | | **Órgãos Deliberativos e Executivos Setoriais** | **121** |
| | **1.6** | | | | **Unidades Acadêmicas sediadas em Teresina** | **123** |
| | | | | 1.6.1 | Centro de Ciências Agrárias (CCA) | **123** |
| | | | | 1.6.2 | Centro de Ciências da Educação "Prof. Mariano da Silva Neto" (CCE) | **124** |
| | | | | 1.6.3 | Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) | **125** |
| | | | | 1.6.4 | Centro de Ciências da Natureza (CCN) | **126** |
| | | | | 1.6.5 | Centro de Ciências da Saúde (CCS) | **127** |
| | | | | 1.6.6 | Centro de Tecnologia (CT) | **128** |
| | | | | 1.6.7 | Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) | **128** |
| | **1.7** | | | | **Unidades Acadêmicas fora de sede** | **131** |
| | | | | 1.7.1 | Campus Ministro Reis Velloso (CMRV) | **131** |
| | | | | 1.7.2 | Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB) | **134** |
| | | | | 1.7.3 | Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE) | **136** |
| | | | | 1.7.4 | Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) | **137** |
| | **1.8** | | | | **Hospitais Pertencentes à UFPI** | **139** |
| | | | 1.8.1 | | Hospital Universitário (HU) | **139** |
| | | | 1.8.2 | | Hospital Veterinário Universitário (HVU) | **141** |
| | **1.9** | | | | **Unidades de Ensino Técnico** | **142** |
| | | | 1.9.1 | | Colégio Técnico de Teresina (CTT) | **142** |
| | | | 1.9.2 | | Colégio Técnico de Floriano (CTF) | **143** |
| | | | 1.9.3 | | Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ) | **144** |
| | **1.10** | | | | Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica | **144** |
| **2** | **EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL** | | | | | **146** |
| | **2.1** | | | | **O contexto institucional** | **147** |
| | **2.2** | | | | **Relato institucional** | **149** |
| | **2.3** | | | | **Evolução institucional** | **149** |
| | **2.4** | | | | **Avaliação institucional** | **152** |
| | | 2.4.1 | | | **Autoavaliação na UFPI: um breve histórico** | **155** |
| | | 2.4.2 | | | **Avaliações externas** | **158** |
| | | | 2.4.2.1 | | Recredenciamento institucional | **158** |
| | | | 2.4.2.2 | | Avaliações de cursos | **158** |
| | | | | 2.4.2.2.1 | Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP) | **159** |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 2.4.2.2.2 | Campus Ministro Reis Velloso (CMRV) | **161** |
| | | | | 2.4.2.2.3 | Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB) | **162** |
| | | | | 2.4.2.2.4 | Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE) | **163** |
| | | | | 2.4.2.2.5 | Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) | **163** |
| | **2.5** | | | | **Indicadores de Qualidade da UFPI** | **164** |
| | | **2.5.1** | | | Taxa de Sucesso na Graduação | **165** |
| | | **2.5.2** | | | ENADE e CPC | **166** |
| | | **2.5.3** | | | IGC | **173** |
| **3** | **EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL** | | | | | **175** |
| | **3.1** | | | | **Missão, visão e valores** | **175** |
| | | 3.1.1 | | | A missão da UFPI | **176** |
| | | 3.1.2 | | | Visão da UFPI | **176** |
| | | 3.1.3 | | | Valores institucionais | **176** |
| | **3.2** | | | | **O PDI da UFPI** | **177** |
| | **3.3** | | | | **Histórico dos PDIs da UFPI** | **179** |
| | **3.4** | | | | **Avaliação dos indicadores da UFPI na vigência do PDI 2010-2014** | **180** |
| | | 3.4.1 | | | **Ensino de graduação** | **180** |
| | | | 3.4.1.1 | | Ingresso e matrículas nos cursos de graduação | **181** |
| | | | 3.4.1.2 | | Estágios curriculares obrigatórios | **185** |
| | | | 3.4.1.3 | | Monitorias | **185** |
| | | | 3.4.1.4 | | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência | **186** |
| | | | 3.4.1.5 | | Pessoal graduado no quinquênio 2010-2014 | **189** |
| | | 3.4.2 | | | **Ensino de pós-graduação** | **189** |
| | | | 3.4.2.1 | | Programas ofertados por Campus | **191** |
| | | | 3.4.2.2 | | Vagas, matrículas, titulação e bolsas na pós-graduação *stricto sensu* | **192** |
| | | 3.4.3 | | | **Pesquisa** | **193** |
| | | 3.4.4 | | | **Extensão** | **197** |
| | | 3.4.5 | | | **Assistência Estudantil** | **199** |
| | | 3.4.6 | | | **Internacionalização** | **202** |
| | | 3.4.7 | | | **Infraestrutura física** | **203** |
| | | 3.4.8 | | | **Gestão administrativa, de comunicação e TICs** | **204** |
| | **3.5** | | | | **A estruturação do PDI 2015-2019** | **204** |
| | **3.6** | | | | **A responsabilidade social da UFPI** | **205** |
| | **3.7** | | | | **Controle social** | **206** |
| **4** | **PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)** | | | | | **209** |
| | **4.1** | | | | **Inserção Regional** | **210** |
| | **4.2** | | | | **Áreas de Atuação Acadêmica** | **212** |
| | **4.3** | | | | **Ensino de Graduação** | **213** |
| | | **4.3.1** | | | **Princípios Filosóficos e Metodológicos** | **217** |
| | | **4.3.2** | | | **Organização Didático-Pedagógica** | **222** |
| | | **4.3.3** | | | **Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC)** | **223** |
| | | | 4.3.3.1 | | Estruturação | **224** |
| | | | 4.3.3.2 | | Observância às Diretrizes Curriculares Nacionais | **225** |
| | | | 4.3.3.3 | | Perfil do Egresso | **226** |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 4.3.3.4 | | Normas de Integralização curricular | **227** |
| | | | 4.3.3.5 | | Estágio e Prática Profissional | **228** |
| | | | 4.3.3.6 | | Atividades Complementares | **229** |
| | **4.4** | | | | **Pós-Graduação** | **230** |
| | **4.5** | | | | **Pesquisa e inovação tecnológica** | **232** |
| | **4.6** | | | | **Educação Profissionalizante** | **232** |
| **5** | **EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS PARA O QUINQUENIO 2015-2019** | | | | | **233** |
| | **5.1** | | | | **Políticas Institucionais para o ensino de graduação** | **233** |
| | **5.2** | | | | **Políticas Institucionais para o ensino de pós-graduação** | **236** |
| | | **5.2.1** | | | Ameaças ao crescimento da pós-graduação | **240** |
| | | **5.2.2** | | | Diretrizes gerais para a pós-graduação | **241** |
| | | **5.2.3** | | | Plano de Metas | **243** |
| | **5.3** | | | | **Políticas Institucionais para a pesquisa e inovação tecnológica** | **249** |
| | | 5.3.1 | | | Pesquisa e produção científica | **250** |
| | | 5.3.2 | | | Inovação tecnológica | **254** |
| | | | 5.3.2.1 | | Gestão de Inovação e Propriedade Intelectual (GIPI) | **254** |
| | | | 5.3.2.2 | | Gestão de Transferêmcia de Tecnolgia (GTT) | **257** |
| | | | 5.3.2.3 | | Gestão dos Processos Internos e Política Institucional | **257** |
| | **5.4** | | | | **Políticas institucionais para a extensão universitária** | **259** |
| | **5.5** | | | | **Políticas de comunicação com a sociedade** | **273** |
| | | 5.5.1 | | | Comunicação Externa | **274** |
| | | 5.5.2 | | | Comunicação Interna | **279** |
| | **5.6** | | | | **Relações e parcerias com a sociedade** | **280** |
| | **5.7** | | | | **Políticas institucionais para a internacionalização** | **283** |
| | **5.8** | | | | **Políticas de acesso e permanência de estudantes** | **284** |
| | **5.9** | | | | **Políticas de apoio ao pessoal técnico-administrativo** | **286** |
| | **5.10** | | | | **Políticas de Apoio aos Egressos** | **286** |
| **6** | **EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO PARA O QUINQUÊNIO 2015-2019** | | | | | **288** |
| | **6.1** | | | | **Gestão administrativa** | **288** |
| | **6.2** | | | | **Gestão de Recursos Humanos** | **289** |
| | | **6.2.1** | | | **Gestão de Pessoal Docente** | **291** |
| | | | **6.2.1.1** | | **Titulação docente por unidade de lotação** | **292** |
| | | | **6.2.1.2** | | **Plano de cargo de carreira e regime de trabalho dos docentes** | **297** |
| | | **6.2.2** | | | **Gestão de pessoal técnico-administrativo** | **299** |
| | | | **6.2.2.1** | | **Titulação do pessoal técnico-administrativo** | **299** |
| | | | **6.2.2.2** | | **Plano de carreira do pessoal técnico-administrativo** | **300** |
| | **6.3** | | | | **Expansão de Recursos Humanos** | **302** |
| | **6.4** | | | | **Sustentabilidade financeira** | **302** |
| | | 6.4.1 | | | Gestão Orçamentária | **303** |
| | | 6.4.2 | | | Previsão Orçamentária para o período 2015-2019 | **305** |
| | | 6.4.3 | | | Gestão financeira | **305** |
| | **6.5** | | | | **Políticas de gestão orçamentária e financeira** | **305** |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | **para o quinquênio 2015-2019** | |
| | **6.6** | | | | **Propostas das Unidades de Ensino para a gestão do quinquênio 2015-2019** | **306** |
| | | 6.6.1 | | | **Unidades de ensino do Campus sede** | **306** |
| | | 6.6.2 | | | **Campi fora de sede** | **316** |
| | **6.7** | | | | **Planejamento da gestão para o ensino técnico** | **321** |
| | | 6.7.1 | | | Colégio Técnico de Teresina (CTT) | **321** |
| | | 6.7.2 | | | Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ) | **323** |
| | | 6.7.3 | | | Colégio Técnico de Floriano (CTF) | **325** |
| | **6.8** | | | | **Planejamento da gestão da COPESE** | **327** |
| | **6.9** | | | | **Planejamento da gestão para a Auditoria Interna** | **328** |
| **7** | **EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA** | | | | | **330** |
| | **7.1** | | | | **Área física geral** | **330** |
| | **7.2** | | | | **Detalhamento da infraestrutura das Unidades do CMPP (Teresina)** | **330** |
| | **7.3** | | | | **Detalhamento da infraestrutura dos Campi fora de sede** | **341** |
| | **7.4** | | | | **Transportes e segurança** | **347** |
| | **7.5** | | | | **Bibliotecas** | **347** |
| | | 7.5.1 | | | Acervo | **347** |
| | | 7.5.2 | | | Serviços | **348** |
| | | **7.5.3** | | | **Plano de expansão das bibliotecas** | **349** |
| | **7.6** | | | | **Plano de expansão das TICs** | **350** |
| | **7.7** | | | | **Esportes, lazer e espaços para realização de solenidades** | **352** |
| | **7.8** | | | | **Plano de expansão da infraestrutura do quinquênio 2015-2019** | **353** |
| | **7.9** | | | | **Plano de acessibilidade** | **355** |
| | **7.10** | | | | **Criação de novos Campi** | **358** |
| | | **7.10.1** | | | **Campus Universitário de Oeiras** | **359** |
| | | **7.10.2** | | | **Campus Universitário de Esperantina** | **361** |
| | | **7.10.3** | | | **Outros Campi a serem implantados** | **361** |
| **8** | **REFERÊNCIAS** | | | | | **362** |

## LISTAGENS DE ILUSTRAÇÕES
**(Figuras, Quadros e Tabelas)**


| FIGURAS | | página |
|---|---|---|
| Figura 1 | Mapa do Estado do Piauí, mostrando os municípios onde a UFPI atua, na educação presencial e a distância | 23 |
| Figura 2 | Representação gráfica da estrutura organizacional da UFPI | 28 |
| Figura 3 | Detalhamento das Unidades de Ensino | 31 |
| Figura 4 | Recursos financeiros utilizados na compra de livros para o SIBi-UFPI, no quinquênio 2010-2014 | 115 |
| Figura 5 | Valores da UFPI | 176 |
| Figura 6 | Cursos de graduação regulares ofertados presencialmente | 181 |
| Figura 7 | Matrículas no ensino de graduação na vigência do PDI/2010-2014 | 182 |
| Figura 8 | Valores da taxa de sucesso de graduação, evasão e ocupação das vagas de graduação na UFPI, quinquênio 2010-2014 | 184 |
| Figura 9 | Posição da UFPI no Ranking Universitário Folha, 2014 | 184 |
| Figura 10 | Vagas e matrículas do ensino de graduação EaD na vigência do PDI 2010-2014 | 184 |
| Figura 11 | Evolução do PIBID, a partir de sua implantação na UFPI | 188 |
| Figura 12 | Número de alunos da UFPI participantes de intercâmbio pelo Programa Ciência sem Fronteiras, 2012-2014 | 203 |
| Figura 13 | Cursos de graduação regulares, na vigência do PDI 2010-2014 | 216 |
| Figura 14 | Ingressantes no ensino de graduação da UFPI, na vigência do PDI/ 2010-2014 | 216 |
| Figura 15 | Concluintes no ensino de graduação da UFPI, na vigência do PDI/ 2010-2014 | 217 |

| QUADROS | | página |
|---|---|---|
| Quadro 1 | UFPI em números/2014 | 26 |
| Quadro 2 | Cursos de graduação ministrados pela UFPI (Presencial e a Distância) por Campus, área do conhecimento, ano de início e documento regulatório. | 43 |
| Quadro 3 | Doutorados interinstitucionais em andamento na UFPI/2014 | 64 |
| Quadro 4 | Discentes matriculados e concluintes dos Programas de Pós-graduação stricto sensu, quinquênio 2010/2014 | 64 |
| Quadro 5 | Programas de Pós-graduação *lato sensu* ofertados pela UFPI/2014 | 65 |
| Quadro 6 | Programas de Residência Médica em andamento na UFPI/2014 | 66 |
| Quadro 7 | Programas de Residência Multiprofissional em andamento na UFPI, 2014 | 66 |
| Quadro 8 | Programas de Residência Médico-Veterinária em andamento na UFPI, 2014 | 66 |
| Quadro 9 | Programas de pós-graduação stricto sensu oferecidos pela UFPI com áreas de concentração e linhas de pesquisa, 2014 | 67 |
| Quadro 10 | Número de projetos de pesquisa da UFPI e valor total do financiamento pelo CNPq e FAPEPI, quinquênio 2010-2014 | 76 |
| Quadro 11 | Quantificação dos projetos de projetos de pesquisa cadastrados na UFPI, quinquênio 2010-2014 | 77 |
| Quadro 12 | Quantitativo das Bolsas de Iniciação Científica, 2014 | 77 |
| Quadro 13 | Núcleos de pesquisa por Unidade de Ensino, 2014 | 79 |
| Quadro 14 | Evolução das Bolsas do Programa de Bolsas de Extensão da UFPI, quinquênio 2010-2014 | 85 |
| Quadro 15 | Evolução do número de projetos de extensão cadastrados na UFPI, quinquênio 2010-2014 | 86 |
| Quadro 16 | Programas e projetos de extensão da UFPI por área temática e público envolvido, quinquênio 2010-2014 | 86 |
| Quadro 17 | Programas e projetos por áreas temáticas, quinquênio 2010-2014 | 87 |
| Quadro 18 | Cursos e eventos de extensão realizados no quinquênio 2010-2014 | 87 |

| QUADROS | | página |
|---|---|---|
| Quadro 19 | Evolução dos indicadores do Programa de Extensão da UFPI, quinquênio 2010-2014 | 88 |
| Quadro 20 | Atividades culturais realizadas pela UFPI e público beneficiado, 2014 | 89 |
| Quadro 21 | Programas de acompanhamento discente e de estímulo à permanência na UFPI | 99 |
| Quadro 22 | Acervo atual do Sistema de Bibliotecas da UFPI/2014, por unidade, 2014 | 114 |
| Quadro 23 | Dados cadastrais da UFPI e seus Campi | 149 |
| Quadro 24 | Evolução do número de cursos e vagas no ensino de graduação, quinquênio 2010-2014 | 151 |
| Quadro 25 | Evolução das matrículas na pós-graduação da UFPI, quinquênio 2010-2014 | 151 |
| Quadro 26 | Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino presencial, Campus Ministro Petrônio Portella, Teresina-PI | 159 |
| Quadro 27 | Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino a distância, Campus Ministro Petrônio Portella, Teresina-PI e Polos do Interior | 160 |
| Quadro 28 | Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino presencial, Campus Ministro Reis Veloso, Parnaíba-PI | 161 |
| Quadro 29 | Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino presencial, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos-PI | 162 |
| Quadro 30 | Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino presencial, Campus Professora Cinobelina Elvas, Bom Jesus-PI | 163 |
| Quadro 31 | Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino presencial, no Campus Amílcar Ferreira Sobral, Floriano-PI | 164 |
| Quadro 32 | Conceitos ENADE e CPC dos cursos integrantes do ciclo avaliativo 2005-2008-2011 | 169 |
| Quadro 33 | Conceitos ENADE e CPC dos cursos integrantes do ciclo avaliativo 2006-2009-2012 | 171 |
| Quadro 34 | Conceitos ENADE e CPC dos cursos integrantes do ciclo avaliativo 2004-2007-2010-2013 | 172 |
| Quadro 35 | Índice Geral de Cursos da UFPI, de 2008 a 2013 | 173 |
| Quadro 36 | Cursos de graduação criados na vigência do PDI/2010-2014 | 182 |
| Quadro 37 | Quantitativo das Monitorias no período de vigência do PDI/2010-2014 | 186 |
| Quadro 38 | Pessoal graduado pela UFPI, nos distintos cursos, por Campus, no quinquênio 2010-2014 | 189 |
| Quadro 39 | Programas de Pós-Graduação da UFPI por Campus, nível, ano de criação e conceito CAPES | 191 |
| Quadro 40 | Matrículas e conclusões na Pós-Graduação *stricto sensu* no quinquênio 2010-2014 | 192 |
| Quadro 41 | Propostas de novos Programas de Pós-graduação, em tramitação na CAPES, 2014 | 192 |
| Quadro 42 | Evolução das bolsas de pós-graduação *stricto sensu* fomentadas pela CAPES-PROAP, quinquênio 2010-2014 | 193 |
| Quadro 43 | Resumos Expandidos, por grande área de conhecimento, de trabalhos apresentados no XXII Seminário de Iniciação Científica | 195 |
| Quadro 44 | Produção Bibliográfica da UFPI, quinquênio 2010-2014 | 196 |
| Quadro 45 | Programas de atendimento discente implantados na UFPI em 2014 | 200 |
| Quadro 46 | Número de refeições servidas nos Restaurantes Universitários da UFPI, quinquênio 2010-2014 | 201 |
| Quadro 47 | Áreas de Atuação da UFPI segundo o CNPq e OCDE | 212 |
| Quadro 48 | Políticas institucionais para o ensino de graduação, quinquênio 2015-2019 | 234 |
| Quadro 49 | Políticas Institucionais para a pesquisa e inovação tecnológica, quinquênio 2015-2019 | 250 |
| Quadro 50 | Plano Geral de Metas para a Extensão, quinquênio 2015-2019 | 261 |
| Quadro 51 | Planejamento estratégico para a Rádio FM Universitária, quinquênio 2015-2019 | 274 |

| QUADROS | | página |
|---|---|---|
| Quadro 52 | Planejamento estratégico para a Editora da UFPI, quinquênio 2015-2019 | 275 |
| Quadro 53 | Planejamento estratégico para a Gráfica da UFPI, quinquênio 2015-2019 | 276 |
| Quadro 54 | Planejamento estratégico para a Coordenadoria de Comunicação Social da UFPI – COORDCOM, quinquênio 2015-2019 | 278 |
| Quadro 55 | Planejamento estratégico para a Ouvidoria, quinquênio 2015-2019 | 279 |
| Quadro 56 | Políticas de Atendimento aos discentes, quinquênio 2015-2019 | 285 |
| Quadro 57 | Políticas de apoio ao Pessoal Técnico- Administrativo, quinquênio 2015-2019 | 286 |
| Quadro 58 | Diretrizes gerais para a gestão de recursos humanos, quinquênio 2015-2019 | 290 |
| Quadro 59 | Titulação dos Docentes da UFPI por Unidade de Lotação, 2014 | 293 |
| Quadro 60 | Evolução do Índice de Qualificação Docente na UFPI, quinquênio 2010-2014 | 298 |
| Quadro 61 | Servidores Técnico-Administrativos da UFPI, por categoria funcional, 2014 | 299 |
| Quadro 62 | Projeção do quadro de pessoal da UFPI para o quinquênio 2015-2019 | 302 |
| Quadro 63 | Orçamento anual da UFPI, quinquênio 2010-2014 | 304 |
| Quadro 64 | Comparação entre o Orçamento Inicial e Final, quinquênio 2010-2014 | 304 |
| Quadro 65 | Previsão orçamentária para o quinquênio 2015-2019 | 305 |
| Quadro 66 | Ações propostas pelas Unidades de Ensino do Campus sede para o quinquênio 2015-2019 | 307 |
| Quadro 67 | Ações propostas pelos Campi fora de sede para o quinquênio 2015-2019 | 316 |
| Quadro 68 | Políticas de gestão do CTT, quinquênio 2015-2019 | 321 |
| Quadro 69 | Políticas de gestão do CTBJ, quinquênio 2015-2019 | 323 |
| Quadro 70 | Políticas de gestão do CTF, quinquênio 2015-2019 | 325 |
| Quadro 71 | Planejamento da gestão para a COPESE, quinquênio 2015-2019 | 327 |
| Quadro 72 | Área física da UFPI, por Campus | 330 |
| Quadro 73 | Infraestrutura física da Reitoria, Pró Reitorias e Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas | 331 |
| Quadro 74 | Infraestrutura física do Centro de Ciências Agrárias (CCA) | 332 |
| Quadro 75 | Infraestrutura física do Centro Integrado III (CCA) | 333 |
| Quadro 76 | Infraestrutura física do Centro de Ciências da Educação “Mariano da Silva Neto” (CCE) | 333 |
| Quadro 77 | Infraestrutura física do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) | 334 |
| Quadro 78 | Infraestrutura física do Engate entre CCE e CCHL | 335 |
| Quadro 79 | Infraestrutura física do Centro Integrado I (CCE e CCHL) | 335 |
| Quadro 80 | Infraestrutura física do Centro Integrado II (CCN e CCS) | 335 |
| Quadro 81 | Infraestrutura física do Centro de Ciências da Natureza (CCN) | 336 |
| Quadro 82 | Infraestrutura física do Centro de Ciências da Saúde (CCS) | 338 |
| Quadro 83 | Infraestrutura física do Centro de Tecnologia (CT) | 340 |
| Quadro 84 | Infraestrutura física do Campus Ministro Reis Velloso (CMRV) | 341 |
| Quadro 85 | Infraestrutura física do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB) | 342 |
| Quadro 86 | Infraestrutura Física do Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) | 343 |
| Quadro 87 | Infraestrutura física do Campus Prof.ª Cinobelina Elvas (CPCE) | 344 |
| Quadro 88 | Infraestrutura física resumida da UFPI | 346 |
| Quadro 89 | Acervo geral do Sistema de Bibliotecas da UFPI, por Campus, 2014 | 347 |
| Quadro 90 | Propostas do SIBi para o quinquênio 2015-2019 | 349 |
| Quadro 91 | Expansão da infraestrutura projetada, a ser construída no quinquênio 2015-2019 | 353 |
| Quadro 92 | Atividades Próprias do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos Núcleos de Acessibilidade ou outro Lócus Específico para esse Atendimento nas IES | 356 |

| TABELAS | | Página |
|---|---|---|
| Tabela 1 | Taxa de Sucesso de Graduação da UFPI, período 2009-2014 | 165 |
| Tabela 2 | Docentes da UFPI, segundo a titulação, 2014 | 292 |
| Tabela 3 | Docentes da UFPI, por regime de trabalho, ano de 2014 | 299 |
| Tabela 4 | Técnico-Administrativos da UFPI, segundo a titulação, 2014 | 300 |
| Tabela 5 | Servidores Técnico-Administrativos da UFPI, por regime de trabalho, 2014 | 300 |

## APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Piauí, no intuito de planejar estrategicamente o seu futuro, sintetiza o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2015-2019, o qual reflete as expectativas e projetos não apenas dos atuais gestores, mas de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Este documento tem a chancela de toda a comunidade universitária, após passar pelo crivo dos gestores, professores, servidores técnico-administrativos e estudantes, durante uma jornada de aprimoramento e de redirecionamentos.

Instrumento de planejamento e gestão, este PDI faz referência ao processo de expansão a que a UFPI foi submetida no último quinquênio, assim como a sua atuação estratégica para inserção nos mais distantes rincões piauienses. As atividades fins estão aqui repertoriadas, assim como a organização acadêmica, a gestão, a infraestrutura e as relações com a comunidade, instituições e empresas. Também há enfoque no perfil institucional, atualmente requerido pelos instrumentos avaliativos do INEP/MEC e realce nos programas de atendimento ao alunado.

O PDI, aqui delineado, tem como objetivo maior o alcance da excelência acadêmica e vem consolidar um importante passo para a realização de ações que resultem no fortalecimento institucional em âmbito administrativo, organizacional e, essencialmente, na melhoria das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, como forma de consolidação desta Universidade como instituição socialmente responsável, geradora e socializadora do conhecimento e fomentadora do avanço científico e tecnológico, em direção ao desenvolvimento da sociedade local, regional e nacional.

*Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes*

**Reitor da UFPI**

## NOTA EXPLICATIVA

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPI para o quinquênio 2015-2019 contempla informações sobre o que a Instituição representa para o Estado e a Região, conta um pouco de sua história e explicita os rumos que deverá seguir nestes próximos cinco anos.

Este PDI, organizado na forma de eixos, em observância aos instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), abrange a missão da Universidade, os seus valores, o Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo interno e externo, as políticas acadêmicas e de gestão, a infraestrutura existente e a projetada.

Por se constituir em proposta de referência para o futuro da instituição, seu processo de elaboração pautou-se em ampla discussão com todos os segmentos da comunidade universitária para a coleta de propostas e sugestões capazes de subsidiar o documento, em momentos assim detalhados:

**Primeira Etapa:**

-Maio/2014 – encaminhamento de Memo., pela DIAI, ao Pró-reitor de Planejamento solicitando o envio à Reitoria, da solicitação de designação de Comissão para elaboração do PDI 2015-2019;

**Segunda Etapa:**

-Junho/2014-Emissão do Ato da Reitoria nº 1174/2014 - designando a Comissão;

**Terceira Etapa:**

-Junho a Agosto - reuniões setorizadas de membros da Comissão com todas as Pró-Reitorias, Unidades de Ensino e Órgãos Suplementares e de apoio, onde se apresentou a metodologia de trabalho da avaliação do PDI anterior, atualização dos textos sobre a estrutura das Unidades e propostas para o novo PDI;

- As Unidades de Ensino designaram as suas Comissões internas para a realização do trabalho;

**Quarta Etapa:**

-Julho a Agosto/2014 – Sensibilização da Comunidade para a participação no trabalho de formatação do novo PDI. Apresentação da legislação acerca do PDI pela DIAI em reuniões com gestores e comunidade acadêmica em geral;

**Quinta Etapa:**

-Agosto/2014 - Realização do Seminário do PDI, para a discussão das propostas oriundas dos distintos segmentos da comunidade acadêmica. Foi amplamente divulgado no site institucional e também em outros veículos, dentre eles, o Portal da ANDIFES.

**Sexta Etapa:**

-Agosto a Setembro/2014 – Acolhimento e sistematização das propostas das Unidades e Setores pela Comissão;

**Sétima Etapa:**

- Setembro a Novembro- Organização dos dados e redação da primeira minuta do documento;

**Oitava Etapa:**

-Dezembro/2014 a Janeiro/2015 - Submissão à Reitoria e divulgação da Minuta no site institucional para consulta pública;

**Nona Etapa:**

-Janeiro a Março/2015 – Avaliação das propostas da comunidade sobre "acertos" necessários na estrutura do Documento;

**Décima Etapa:**

- Março a Junho/2015 - Redação final Apreciação pelos Colegiados Superiores e edição da versão final.

As reuniões da Comissão, realizadas durante os meses de junho a novembro, seguiram uma programação preestabelecida, contemplando: análise do PDI passado (2010-2014), resultados das avaliações realizadas em todos os Campi (autoavaliações e relatórios das avaliações externas), leitura de documentos institucionais (principalmente os relatórios de gestão) e outros editados pelo governo federal (PNE, PNPG, referenciais de inclusão e acessibilidade, dentre outros).

A construção do PDI foi um momento importante para a imersão de todos os segmentos da comunidade nos problemas da Instituição, e, para traçar as rotas a serem seguidas, objetivando a manutenção e projeção da UFPI no cenário nacional como instituição socialmente responsável.

*Profa. Dra. Maria do Carmo de Souza Batista*

**Diretora da DIAI/PROPLAN**

**Presidente da Comissão de Elaboração do PDI/2015-2019**

## CAPÍTULO 1: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 1.1 A Universidade Federal do Piauí (UFPI)

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma IES de natureza federal, de estrutura *multicampi*, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí e com quatro outros Campi, instalados nas cidades piauienses de Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano. Ministra cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, conferindo os graus de bacharel e licenciado, de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e outorga títulos de mestre e doutor aos concluintes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Sua área de atuação, envolvendo a educação presencial e o ensino a distância (EaD) está demonstrada na Figura 1.

**Figura1** – Mapa do Estado do Piauí, mostrando os municípios onde a UFPI atua, na educação presencial e a distância.

Segundo o seu Estatuto (Art. 3º) a UFPI tem por objetivo "cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado" e dentre as suas funções específicas, estão: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; incentivar a pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura; divulgar conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação; estimular o conhecimento dos problemas, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover extensão, aberta à participação da sociedade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A UFPI efetiva o seu planejamento macro e o avalia quinquenalmente. Goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pautando-se na utilização de recursos humanos e materiais, enfatizando a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade.

O seu credenciamento ocorreu em 1945 (Decreto nº 17.551 de 09.01.1945) como Faculdade isolada, foi credenciada em 1968 como Universidade (Lei 5528, de 12.11.68) e recredenciada em 2012, através da Portaria MEC n° 645 de 18/05/2012, pelo prazo de dez anos. Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC nº 453, de 30/05/78, publicado no DOU de 02/0678, Portaria MEC nº 180, de 05/02/93, publicada no DOU nº 26, de 08/02/1993). A reformulação, objetivando a adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN/1996, foi autorizada pela Resolução CONSUN nº 15/99, de 25/03/99 e Parecer nº 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30/07/99, publicada no DOU nº 147-E, de 03/08/99.

O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBEN/1996 através da Resolução do CONSUN nº 45/99, de 16/12/99 e alterado posteriormente pela Resolução nº 21, de 21/09/2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993. Considerando a ampliação da infraestrutura e dos órgãos gestores internos, a UFPI está trabalhando na sua nova legislação estatuinte.

A administração da Universidade realiza-se nos plano de deliberação e execução, tanto em nível superior, como em nível de unidades de ensino. De conformidade com os documentos oficiais, os órgãos da administração têm jurisdição, no âmbito de sua competência, sobre toda a Universidade, sendo descentralizada a execução das atividades administrativas, sem prejuízo da integração, que se opera através da supervisão, da coordenação e do controle exercidos pelos órgãos da administração superior, em qualquer nível, e da articulação entre os órgãos do mesmo nível.

A UFPI adota decisões colegiadas, exercendo os princípios da democracia e justiça social. Seu organograma, contemplando os órgãos deliberativos e os executivos, está detalhado na Figura 2.

A sua administração central é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria e por sete Pró-Reitorias: de Ensino de Graduação (PREG); de ensino de Pós-Graduação (PRPG); de Pesquisa (PROPESQ); de Extensão (PREX); de Administração (PRAD); de Planejamento e Orçamento (PROPLAN); e de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC).

Seus cursos e programas, vinculados às Pró-Reitorias já especificadas, são ministrados no Campus sede e em 04 Campi sediados no interior do Piauí: Campus Ministro Reis Veloso (CMRV), de Parnaíba; Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), de Picos; Campus Prof.ª Cinobelina Elvas (CPCE) de Bom Jesus; e Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) de Floriano.

No Campus sede existem 06 (seis) unidades de ensino convencionalmente denominadas de centros de ensino, que são os Centros de Ciências: da Educação (CCE), da Natureza (CCN), Humanas e Letras (CCHL), Agrárias (CCA), Saúde (CCS) e Tecnologia (CT) e mais um centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD: Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD).

Integram também a estrutura da UFPI três Colégios Técnicos, que ministram cursos ligados à educação básica, sendo um localizado em Teresina e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE.

Alguns números da UFPI relativos ao período do término do PDI 2010-2014 estão apresentados no Quadro 1.

| **Quadro 1** - UFPI em números/2014* | | |
|---|---|---|
| **E N S I N O** | | |
| Cursos de graduação | Presenciais regulares | 107 |
| | Vinculados ao PARFOR | 47 |
| | Modalidade de educação a distância (EaD) | 15 |
| | Total | 169 |
| Alunos matriculados no ensino de graduação (2014/2) | Presencial | 25.618 |
| | EaD | 11.054 |
| | Total | 36.172 |
| Polos de apoio presencial | EaD | 33 |
| Egressos da graduação no período de 2010-2014 | | 12.077 |
| Cursos/Programas de Pós-graduação stricto sensu | Mestrados | 35 |
| | Doutorados | 07 |
| Alunos matriculados na pós-graduação stricto sensu | Mestrados | 576 |
| | Doutorados | 134 |
| Cursos de Especialização | Número de cursos | 14 |
| | Matriculados: | 1.634 |
| Programas de Residência Médica | Número de Programas | 12 |
| | Matriculados | 78 |
| Programas de Residência Médico-Veterinária | Número de Programas | 04 |
| | Matriculados | 19 |
| Programas de Residência Multiprofissional | Número de Programas | 03 |
| | Matriculados | 19 |
| Cursos de Especialização | Número de cursos | 14 |
| | Matriculados | 1.634 |
| **Colégios de Ensino Técnico** | | 03 |
| Número de Cursos por Colégio | Colégio Técnico de Teresina | 5 |
| | Colégio Técnico de Floriano | 5 |
| | Colégio Técnico de Bom Jesus | 7 |
| | Total de Cursos | 17 |
| Número de alunos do ensino técnico por Colégio | Colégio Técnico de Teresina | 434 |
| | Colégio Técnico de Floriano | 651 |
| | Colégio Técnico de Bom Jesus | 589 |
| | Total de Alunos | 1.674 |
| Número de alunos E-TEC BRASIL – Cursos Técnicos a Distância | Colégio Técnico de Teresina | 560 |
| | Colégio Técnico de Floriano | 1.460 |
| | Colégio Técnico de Bom Jesus | 400 |
| | Total de Alunos | 2.420 |
| **P E S Q U I S A** | | |
| Número de bolsas PIBIC 2013/2014 | | 400 |
| Número de bolsas PIBIC–AF 2013/2014 | | 30 |
| Número de bolsas PIBIC Ensino Médio 2013/2014 | | 93 |
| Número de discentes no ICV 2013/2014 | | 471 |
| Total de Discentes de graduação envolvidos em IC | | 901 |
| **E X T E N S Ã O** | | |
| PIBEX | bolsas/mês | 210 |
| | bolsas/ano | 1.890 |
| Grupos PET | Número de Grupos | 09 |
| | Bolsistas PET | 108 |
| Estágios não obrigatórios remunerados: | | 1.369 |
| Cursos e eventos de extensão na UFPI: | | 336 |
| Pessoas beneficiadas com Cursos e eventos de extensão na UFPI | | 30.285 |
| Pessoas beneficiadas com ações comunitárias e culturais: | | 1.161 |
| Pessoas beneficiadas c/ formações culturais Escolas de Música | | 7.550 |
| PROEXT | Projetos | 07 |
| | Bolsistas | 43 |
| | Pessoas beneficiadas | 8.275 |

| **Quadro 1** - UFPI em números/2014* | | |
|---|---|---|
| Programas/projetos de formação continuada | Total no ano | 12 |
| | Docentes envolvidos | 94 |
| | Discentes envolvidos | 434 |
| | Pessoas beneficiadas | 8.903. |
| **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL** | | |
| Bolsa de Apoio Estudantil – BAE | | 691 |
| Bolsa de Incentivo as Atividades Multiculturais e Acadêmicas - BIAMA | | 174 |
| Auxílio para atividades Acadêmicas e Culturais - APEC | | 13 |
| Bolsa alimentação (ITA) – Graduação/Ensino Técnico | Teresina | 81 |
| | Picos | 07 |
| | Parnaíba | 43 |
| | Bom Jesus | 01 |
| Beneficiários do programa de Residência universitária**:** | | 126 |
| Auxílio creche | | 48 |
| Apoio Pedagógico | | 05 |
| Atendimento Pedagógico | | 491 |
| Atendimento Psicossocial | | 34 |
| Atendimento a Necessidades Educacionais Especiais | | 05 |
| Atendimento Odontológico | Pacientes | 1.099 |
| | Procedimentos | 2.571 |
| Kit Odontológico | | 20 |
| **P E S S O A L** | | |
| Docentes do magistério superior | | Doutores: 720 |
| | | Mestres: 771 |
| | | Especialistas: 286 |
| | | Aperfeiçoados: 06 |
| Docentes do ensino técnico | | Doutores: 25 |
| | | Mestres: 50 |
| | | Especialistas: 27 |
| | | Graduados 03 |
| **O R Ç A M E N T O (em R$ 1,00)** | | |
| Orçamento programado: 387.453.911,00 | | |
| Orçamento inicial: 610.838.482,00 | | |
| Orçamento final: 655.69.967,00 | | |

Nota: IC = iniciação científica; ICV = iniciação científica voluntária: AF = ações afirmativas; PET = programa de educação tutorial; PIBEX = programa institucional de bolsas de extensão; PROEXT = programa de extensão

*Obs: Dados de outubro/2014.

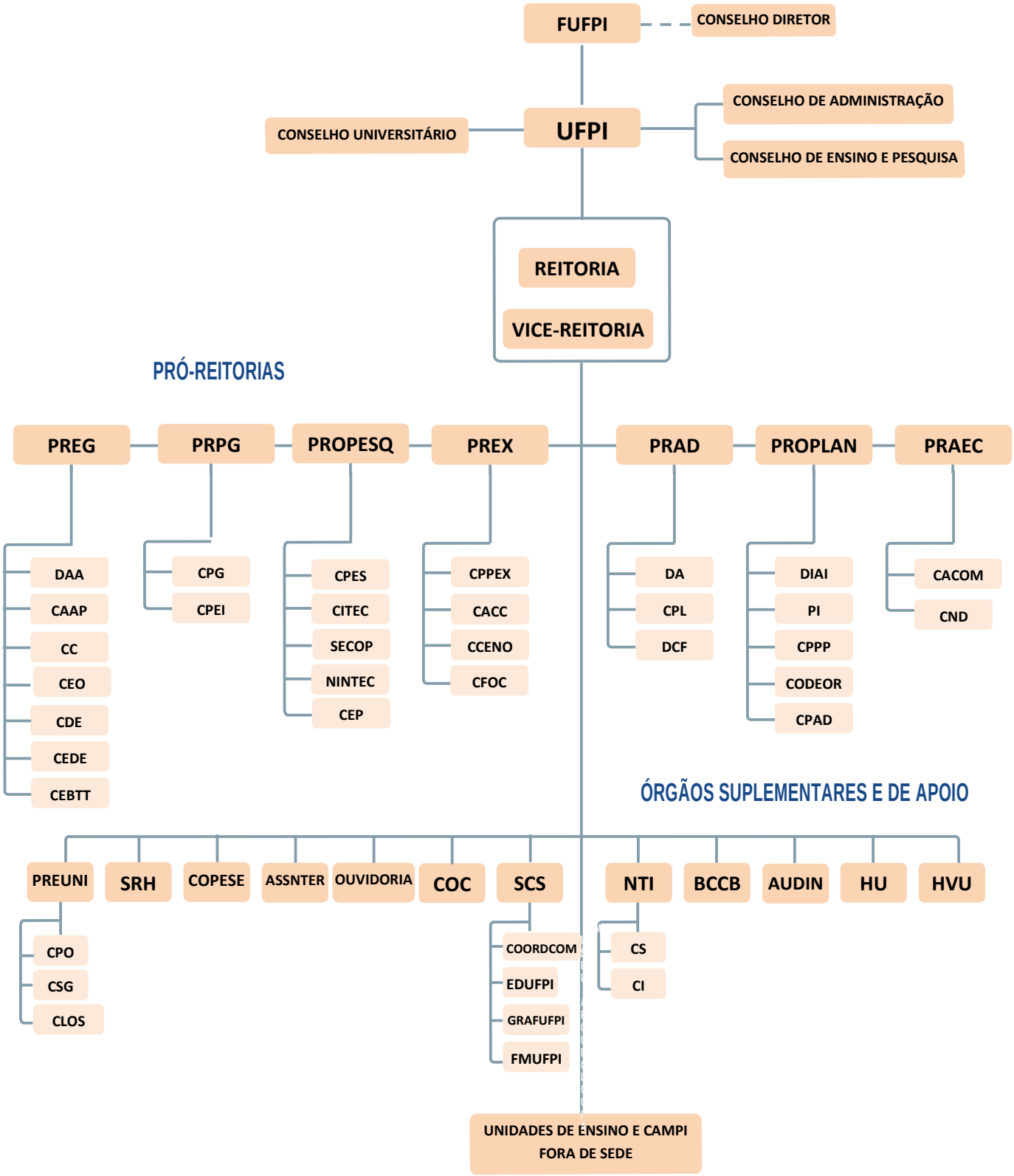



**Figura 2 –** Representação gráfica da estrutura organizacional da UFPI

| Legenda da Figura 2 | |
|---|---|
| FUFPI | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ |
| CD | CONSELHO DIRETOR |
| UFPI | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ |
| CONSUN | CONSELHO UNIVERSITÁRIO |
| CAD | CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO |
| CEPEX | CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO |
| R | REITORIA |
| VR | VICE-REITORIA |
| **PREG** | PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO |
| DAA | DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA |
| CAAP | COORDENADORIA DE APOIO E ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO |
| CC | COORDENADORIA DE CURRÍCULO |
| CEO | COORDENADORIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO |
| CDE | COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO |
| CEDE | COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTÇÃO DE ENSINO |
| CEBTT | COORDENADORIA DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO |
| **PRPG** | **PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO** |
| CPG | COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO |
| CPEI | COORDENADORIA DE PROJETOS ESTRUTURANTES E IMPORTAÇÃO |
| **PROPESQ** | **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA** |
| CPES | COORDENADORIA DE PESQUISA |
| CITEC | COORDENADORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA |
| SECOP | SECRETARIA DE CONVÊNIOS E PROJETOS |
| NINTEC | NÚCLEO DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA |
| CEP | COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA HUMANA |
| CEAU | COMITÊ DE ÉTICA EM EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL |
| **PREX** | **PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO** |
| CPPEX | COORDENADORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO |
| CACC | COORDENADORIA DE AÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL |
| CCENO | COORDENADORIA DE CURSOS E ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS |
| CFOR | COORDENADORIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA |
| **PRAD** | **PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO** |
| DA | DIRETORIA ADMINISTRATIVA |
| CPL | COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO |
| DCF | DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS |
| **PROPLAN** | PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO |
| DIAI | DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL |
| P.I. | PROCURADORIA EDUCACIONAL INSTITUCIONAL |
| CPPP | COORDENADORIA DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS |
| CODEOR | COORDENADORIA DE ORÇAMENTO |
| CPAD | COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO |
| **PRAEC** | **PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS** |
| CACOM | COORDENADORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS |
| CND | COORDENADORIA DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA |
| **PREUNI** | **PREFEITURA UNIVERSITÁRIA** |
| CPO | COORDENAÇÕES DE PROJETOS E OBRAS |
| CSG | COORDENAÇÕES DE SERVIÇOS GERAIS |
| CLOS | COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA |
| **SRH** | **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS** |
| **COPESE** | **COORDENADORIA PERMANENTE DE SELEÇÃO** |
| **ASSNTER** | **ASSESSORIA INTERNACIONAL** |
| **OUVIDORIA** | **OUVIDORIA UFPI** |
| **COC** | **COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSOS** |
| **SCS** | **SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** |
| COORDCOM | COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL |
| EDUFPI | EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFPI |
| GRAFUFPI | GRÁFICA UNIVERSITÁRIA DA UFPI |

| | |
|---|---|
| FM UFPI | RÁDIO FM UNIVERSITÁRIA |
| **NTI** | **NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** |
| CS | COORDENAÇÃO DE SISTEMAS |
| CI | COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA |
| **BCCB** | **BIBLIOTECA COMUNITÁRIA CARLOS CASTELO BRANCO (adm. do SIBi da UFPI)** |
| **AUDIN** | **AUDITORIA INTERNA** |
| **HU** | **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO** |
| **HVU** | **HOSPITAL VETERINÁRIO UNIVERSITÁRIO** |

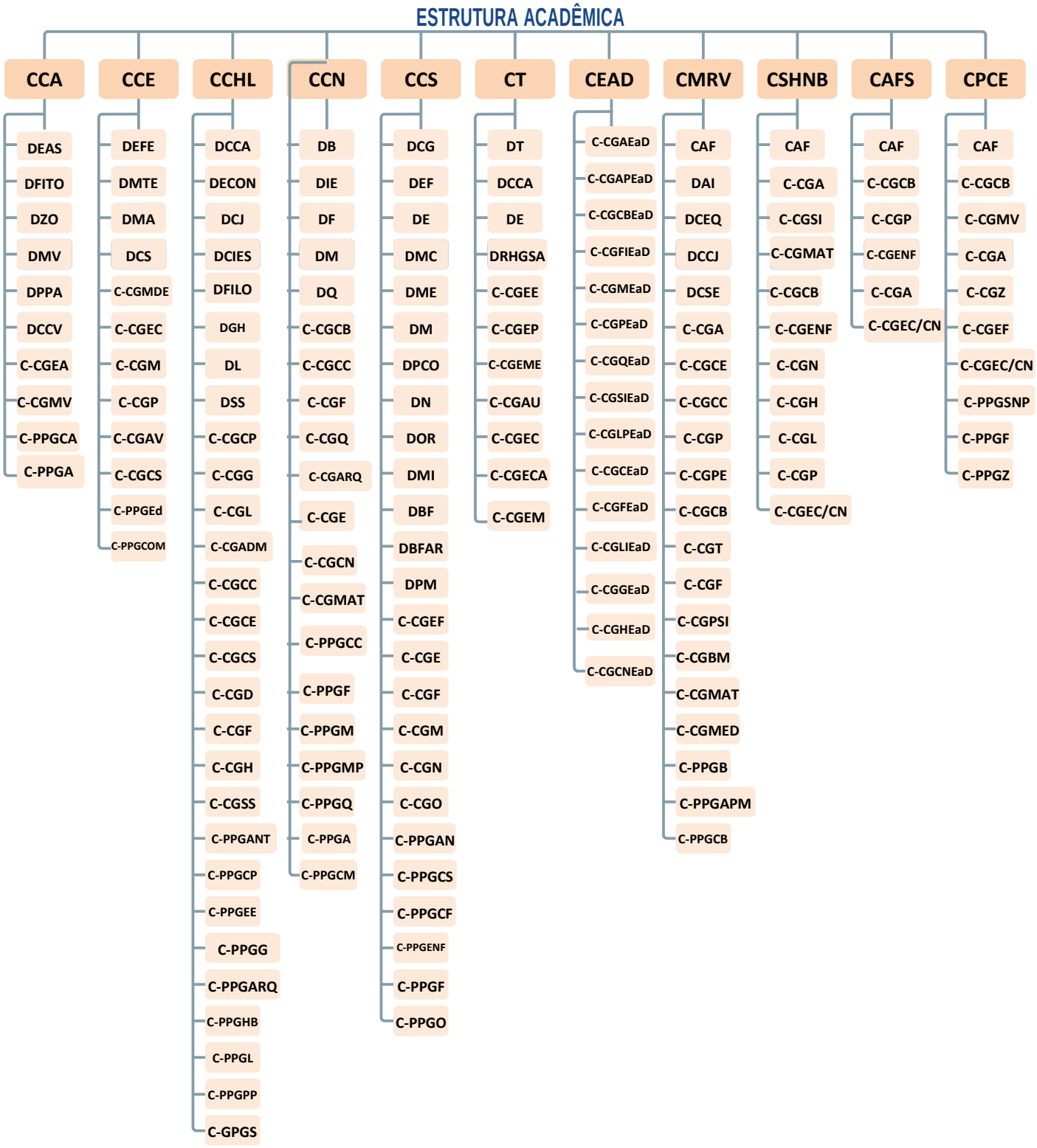



**Figura 3 –** Detalhamento das Unidades de Ensino

| Legenda da Figura 3 | |
|---|---|
| **CCA** | **CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS** |
| DEAS | DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA |
| DFITO | DEPARTAMENTO DE FITOTECNIA |
| DZO | DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA |
| DMV | DEPARTAMENTO DE MORFOFIOLOGIA VETERINÁRIA |
| DPPA | DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS AGRÍCOLAS |
| DCCV | DEPARTAMENTO DE CLINICA E CIRURGIA VETERINÁRIA |
| C-CGEA | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA |
| C-CGMV | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA |
| C-PPGCA | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ANIMAL |
| C-PPGA | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA |
| **CCE** | **CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO "Mariano da Silva Neto"** |
| DEFE | DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO |
| DMTE | DEPARTAMENTO DE METODOS E TECNICAS DE ENSINO |
| DMA | DEPARTAMENTO DE MÚSICA E ARTES VISUAIS |
| DCS | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL |
| C-CGMDE | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MODA, DESIGN E ESTILISMO |
| C-CGEC | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO CAMPO |
| C-CGM | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MÚSICA |
| C-CGP | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA |
| C-CGAV | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS |
| C-CGCS | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL |
| C-PPGEd | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO |
| C-PPGCOM | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO |
| **CCHL** | **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS** |
| DCCA | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTABEIS E ADMINISTRAÇÃO |
| DECON | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS |
| DCJ | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS |
| DCIES | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS |
| DFILO | DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA |
| DGH | DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA |
| DL | DEPARTAMENTO DE LETRAS |
| DSS | DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL |
| C-CGCP | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS POLÍTICA |
| C-CGG | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA |
| C-CGL | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS |
| C-CGADM | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO |
| C-CGCC | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTABEIS |
| C-CGCE | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS |
| C-CGCS | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS |
| C-CGD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO |
| C-CGF | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA |
| C-CGH | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA |
| C-CGSS | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL |
| C-PPGANT | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA |
| C-PPGARQ | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA |
| C-PPGCP | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA |
| C-PPGEE | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ÉTICA E EPISTEMOLOGIA |
| C-PPGG | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA |
| C-PPGHB | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL |

| | |
|---|---|
| C-PPGL | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS |
| C-PPGPP | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS |
| C-GPGS | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA |
| **CCN** | **CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA** |
| DB | DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA |
| DIE | DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA |
| DF | DEPARTAMENTO DE FÍSICA |
| DM | DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA |
| DQ | DEPARTAMENTO DE QUÍMICA |
| C-CGCB | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS |
| C-CGCC | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO |
| C-CGF | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FÍSICA |
| C-CGMAT | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA |
| C-CGQ | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM QUÍMICA |
| C-CGARQ | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA |
| C-CGE | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ESTATISTICA |
| C-CGCN | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA |
| C-PPGCC | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO |
| C-PPGF | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FÍSICA |
| C-PPGM | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA - ACADÊMICO |
| C-PPGMP | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA-PROFISSIONAL |
| C-PPGQ | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA |
| C-PPGA | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA |
| C-PPGCM | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DOS MATERIAS |
| **CCS** | **CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE** |
| DCG | DEPARTAMENTO DE CLÍNICA GERAL |
| DEF | DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA |
| DE | DEPARTAMENTO DE EMFERMAGEM |
| DMC | DEPARTAMENTO DE MEDICINA COMUNITARIA |
| DME | DEPARTAMENTO DE MEDICINA ESPECIALIZADA |
| DM | DEPARTAMENTO DE MORFOLOGIA |
| DPCO | DEPARTAMENTO DE PATOLOGIA E CLINICA ODONTOLOGICA |
| DN | DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO |
| DOR | DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA RESTAURADORA |
| DMI | DEPARTAMENTO MATERNO INFANTIL |
| DBF | DEPARTAMENTO DE BIOFISICA E FISIOLOGIA |
| DBFAR | DEPARTAMENTO DE BIOQUIMICA E FARMACOLOGIA |
| DPM | DEPARTAMENTO DE PARASITOLOGIA E MICROBIOLOGIA |
| C-CGEF | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA |
| C-CGE | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EMFERMAGEM |
| C-CGF | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA |
| C-CGM | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA |
| C-CGN | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO |
| C-CGO | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA |
| C-PPGAN | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS E NUTRIÇÃO |
| C-PPGCS | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE |
| C-PPGCF | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS |

| | |
|---|---|
| | FARMACÊUTICAS |
| C-PPGENF | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM |
| C-PPGF | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FARMACOLOGIA |
| C-PPGO | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA |
| **CT** | **CENTRO DE TECNOLOGIA** |
| DT | DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE |
| DCCA | DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO CIVIL E ARQUITETURA |
| DE | DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA |
| DRHGSA | DEPARTAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS, GEOCIÊNCIAS E SANEAMENTO AMBIENTAL |
| C-CGEE | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA |
| C-CGEP | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DA PRODUÇÃO |
| C-CGEME | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA |
| C-CGAU | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO |
| C-CGEC | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL |
| C-CGECA | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E AGRIMENSURA |
| C-CGEM | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE MATERIAIS |
| **CEAD** | **CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA** |
| C-CGAEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO EaD |
| C-CGAPEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EaD |
| C-CGCBEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS EaD |
| C-CGFIEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA EaD |
| C-CGMATEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA EaD |
| C-CGPEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA EaD |
| C-CGQEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM QUÍMICA EaD |
| C-CGSIEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO EaD |
| C-CGLPEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS-PORTUGUÊS EaD |
| C-CGCEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM COMPUTAÇÃO EaD |
| C-CGFEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FÍSICA EaD |
| C-CGLIEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS-INGLÊS EaD |
| C-CGGEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA EaD |
| C-CGHEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA EaD |
| C-CGCNEaD | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA EaD |
| **CMRV** | **CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO** |
| CAF | COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA |
| DAI | DEPARTEMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E INFORMÁTICA |
| DCEQ | DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONOMICAS E QUANTITATIVAS |
| DCCJ | DEPARTAMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS |
| DCSE | DEPERTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO |
| C-CGA | COORDENÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO |
| C-CGCE | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS |
| C-CGCC | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS |
| C-CGP | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA |
| C-CGPE | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DA PESCA |
| CCGCB | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS |
| C-CGT | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO |
| C-CGF | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA |
| C-CGPSI | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA |
| C-CGBM | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIOMEDICINA |
| C-CGMAT | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA |
| C-CGMED | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA |
| C-PPGB | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA |

| | |
|---|---|
| C-PPGAPM | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES, PATRIMÔNIO E MUSEOLOGIA |
| C-PPGCB | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOMÉDICAS |
| **CSHNB** | **CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS** |
| CAF | COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA |
| C-CGA | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO |
| C-CGSI | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO |
| C-CGMAT | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA |
| C-CGCB | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS |
| C-CGENF | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM |
| C-CGN | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO |
| C-CGH | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA |
| C-CGL | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS |
| C-CGP | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA |
| C-CGEC/CN | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO CAMPO/ CIÊNCIAS DA NATUREZA |
| **CAFS** | **CAMPUS ALMÍCAR FERREIRA SOBRAL** |
| CAF | COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA |
| C-CGCB | CHEFIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS |
| C-CGP | CHEFIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA |
| C-CGENF | CHEFIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM |
| C-CGA | CHEFIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO |
| C-CGE/CN | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO CAMPO/ CIÊNCIAS DA NATUREZA |
| **CPCE** | **CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS** |
| CAF | COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA |
| C-CGCB | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS |
| C-CGMV | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA |
| C-CGA | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA |
| C-CGZ | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA |
| C-CGEF | COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL |
| C-CE/CN | COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO NO CAMPO/ CIÊNCIAS DA NATUREZA |
| C-PPGSNP | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA, SOLOS E NUTRIÇÃO DE PLANTAS |
| C-PPGF | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FITOTECNIA |
| C-PPGZ | COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA |

## 1.2 A Fundação Universidade Federal do Piauí

A Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), instituída nos termos da Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, com o objetivo de manter a UFPI, é uma instituição de educação superior, pesquisa e extensão que atua em todos os ramos do saber.

Sediada na cidade de Teresina, capital do Piauí, a UFPI adquiriu personalidade jurídica efetiva a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, após o seu Ato Constitutivo. De acordo com o seu Estatuto, a FUFPI é administrada pelo Conselho Diretor (CD), o qual é presidido pelo Reitor da UFPI (Presidente da Fundação) e constituído por mais 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, sendo 02 (dois) de livre escolha do Presidente da República, 01 (um) indicado pelo Ministério da Educação, 01 (um) pelo Conselho Universitário da Universidade, 01 (um) pelo Governo do Estado do Piauí, 01 (um) pela Sociedade Piauiense de Cultura e 01 (um) pela Fundação Educacional de Parnaíba, todos nomeados pelo Presidente da República. O mandato dos Membros do Conselho Diretor é de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução.

Os recursos para a manutenção e funcionamento da FUFPI originam-se: das dotações consignadas no orçamento da União; subvenções e auxílios de poderes públicos; recursos provenientes de convênios firmados com entidades públicas ou particulares, nacionais, estrangeiras ou internacionais; rendas e juros de bens patrimoniais; retribuições por atividades remuneradas exercidas pela Universidade; doações e legados; e resultados de operações de crédito.

## 1.3 Órgãos Deliberativos Superiores

Os órgãos deliberativos da UFPI, em nível de administração superior, são: Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho Universitário (CONSUN).

As reuniões ordinárias dos conselhos superiores são mensais, com a presença mínima de 2/3 dos membros, sendo previamente agendadas para a primeira quinta-feira de cada mês: CONSUN; primeira terça-feira de cada mês: CAD; e segunda quarta-feira de cada mês: CEPEX.

### 1.3.1 Conselho Universitário (CONSUN)

Segundo o Artigo 11 do Regimento Geral da UFPI, o Conselho Universitário (CONSUN) é

o órgão máximo deliberativo da Instituição, que funciona como instância de recursos, sendo incumbido da definição da política universitária. É presidido pelo Reitor e composto também pelo Vice-Reitor, Membros dos Conselhos de Administração e de Ensino, Pesquisa e Extensão; três representantes da comunidade, sem vínculo com a UFPI, sendo um da categoria dos empregadores sindicalizados, um da categoria dos trabalhadores e um da área cultural e, ainda, um representante do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Compete ao CONSUN (Artigo 13, do Regimento Geral da UFPI): aprovar, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação, reforma do estatuto da Universidade; aprovar reforma do Regimento Geral; aprovar os Regimentos dos demais órgãos da Universidade; aprovar o Plano Anual de Atividades da Universidade, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação; aprovar a proposta orçamentária e o orçamento da Universidade, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação; apreciar recursos contra atos do Reitor, bem como os pedidos de reexame de deliberações dos Colegiados, por ele encaminhados; apreciar recursos contra atos do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; decidir, à vista de planos aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre criação de curso de graduação ou pós-graduação; criar ou extinguir Departamentos e, mediante reforma do Estatuto da Universidade, criar ou extinguir Centros ou órgãos suplementares, sempre em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação e ouvidas em qualquer caso, as distâncias deliberativas inferiores.

Ainda, segundo o mesmo documento legal, compete ao CONSUN criar e atribuir prêmios destinados a distinguir atividades culturais; deliberar sobre a atribuição de títulos de Professor Emérito, Professor *Honoris Causa* e Doutor *Honoris Causa*; dirimir dúvidas e conflitos de jurisdição entre o Conselho de Administração e o de Ensino, Pesquisa e Extensão; decidir sobre a destituição por proposta do respectivo Conselho Departamental, de representante docente junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; decidir sobre proposta de destituição de Diretor e Vice-Diretor de Unidade Acadêmica; decidir, após inquérito administrativo, sobre intervenção em qualquer unidade universitária; decidir, pelo voto mínimo de dois terços de seus membros, sobre abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidade do Reitor ou Vice-Reitor, ou de ambos; deliberar sobre a suspensão temporária, total ou parcial, de atividades; regulamentar o processo de consulta à comunidade universitária, que procederá obrigatoriamente a elaboração de listas tríplices para escolha de Reitor, Vice-Reitor, Diretor e Vice-Diretor de Centro, bem como o processo eleitoral para escolha de Chefe e Subchefe de Departamentos, Coordenador e Subcoordenador de Curso e da representação técnico-administrativo e discente junto aos Conselhos de Administração, de Ensino, Pesquisa e Extensão e Departamentais; homologar o resultado da

consulta e da eleição desses representantes; exercer outras competências que lhe sejam cometidas pelo Estatuto da UFPI.

### 1.3.2 Conselho de Administração (CAD)

O Conselho de Administração (CAD) é o órgão superior deliberativo e consultivo da UFPI em matéria administrativa, composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores das áreas consideradas "atividades-meio", Diretores de Unidades de Ensino Superior e de nível técnico, representação de servidores e de discentes, que delibera em plenário ou por meio de suas Câmaras: Administrativa; de Planejamento e Orçamento; e de Assuntos Estudantis e Comunitários.

As competências do CAD, conforme o Regimento Geral da UFPI, são: aprovar e submeter ao Conselho Universitário e ao Conselho Diretor da Fundação o Orçamento da Universidade; propor ao Conselho Universitário a instituição de fundos especiais; opinar sobre a aceitação de legados, donativos e heranças; julgar as contas das dotações que a Universidade conferir aos órgãos estudantis; emitir pareceres e fixar normas em matéria de sua competência; decidir sobre propostas, indicações ou representações de sua competência; fixar taxas, emolumentos escolares e preços de serviços de qualquer natureza; emitir parecer sobre a criação, modificação ou extinção de órgãos das "atividades-meio" da Universidade; propor a política da UFPI para formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico-administrativo; julgar, originariamente, a liberação de servidores (docentes e técnico administrativos) em processos de disposição e de convênios firmados com outras entidades oficiais nos quais se possibilite a liberação de servidores da Universidade; fixar normas e critérios para concessão de bolsas de assistência estudantil (Artigo 9º).

### 1.3.3 Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPEX)

O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPEX) é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão, composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores das áreas de ensino, pesquisa e extensão, um representante docente por Conselho Departamental e por representação de discentes, o qual delibera em plenário ou por meio de suas Câmaras: de Ensino de graduação; de Pesquisa e Pós-Graduação; e de Extensão.

São competências do CEPEX: fixar normas complementares às deste Regimento Geral sobre processo seletivo para ingresso na Universidade, currículos e programas, matrícula, transferência, avaliação do desempenho escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos, atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão, além de outras que se incluam no âmbito de sua

competência, ouvidas as instâncias deliberativas de cada Unidade Acadêmica; aprovar os planos de novos cursos/programas de graduação e pós-graduação, submetendo-os ao Conselho Universitário; homologar projetos de pesquisa e planos de cursos ou serviços de extensão; aprovar o Calendário Universitário; decidir sobre propostas, indicações ou representações de interesse Universidade, em assuntos de sua própria esfera de ação; fixar normas e critérios para concessão de bolsas de iniciação científica, extensão e monitoria; fixar normas sobre a aplicação do fundo especial de pesquisa e extensão; reconhecer, no âmbito de sua competência, grupos e associações organizadas por setores da Universidade, bem como oferecer apoio material e financeiro; deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua competência (Regimento Geral da UFPI, Art.11).

### 1.4 Órgãos Executivos

São órgãos executivos da UFPI, em nível central a Reitoria e Pró-Reitorias e, em nível setorial, as Unidades de Ensino do Campus de Teresina e dos Campi do interior do Estado (Parnaíba, Picos, Floriano e Bom Jesus).

A estrutura organizacional da UFPI, segundo o seu Estatuto, é regida pelos seguintes princípios: a) unidade de patrimônio e administração; b) organicidade de estrutura, com base em Departamentos ou Chefias de Cursos, reunidos em unidades de ensino denominadas de Centros de Ciências, Centro de Tecnologia e Centro de Educação Aberta e a Distância, no Campus sede e em Campi localizados no interior do Estado; c) indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; d) racionalidade de organização, com utilização plena de recursos humanos e materiais; e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos e de áreas técnico-profissionais; f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisa.

De conformidade com os documentos oficiais, os órgãos da administração superior têm jurisdição, no âmbito de sua competência, sobre toda a Universidade, sendo descentralizada a execução das atividades administrativas, sem prejuízo da integração, que se operacionaliza através da supervisão, da coordenação e do controle exercidos pelos órgãos da administração superior, em qualquer nível, e da articulação entre os órgãos do mesmo nível.

### 1.4.1 Reitoria e Vice-Reitoria

A Reitoria da UFPI é o órgão superior executivo máximo da Universidade, exercida pelo Reitor, que é Presidente da FUFPI, e, nas faltas e impedimentos deste, pelo Vice-Presidente da Fundação, que é o Vice-Reitor, ambos nomeados na forma da legislação vigente, para um mandato de quatro (04) anos, permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

O Reitor é o representante oficial da Universidade, a quem compete: representar a Universidade; superintender e coordenar as atividades universitárias; administrar as finanças da Universidade; submeter aos Conselhos de Administração e Universitário a proposta orçamentária anual; admitir, distribuir, licenciar, demitir e exonerar servidores na forma da lei; submeter ao CAD a proposta de alteração dos quadros de pessoal docente e técnico-administrativo; expedir atos de afastamento temporário de professores ou funcionários para colaborarem em outras instituições de ensino superior ou órgãos do poder público; requisitar pessoal do serviço público e das autarquias, na forma da Lei.

Também lhe compete: exercer o poder disciplinar; conferir graus e assinar diplomas; firmar convênios autorizados pelo Conselho Diretor da Fundação; convocar e presidir as sessões dos colegiados de que seja presidente, com direito a voto, inclusive o de qualidade; estabelecer a pauta das sessões dos órgãos mencionados no inciso anterior, propondo ou encaminhando os assuntos que devem ser apreciados; presidir qualquer reunião universitária a que esteja presente; propor ao Conselho Universitário reexame das decisões de órgãos colegiados ou autoridades executivas da Universidade; reformar, de ofício ou mediante recursos, deliberação ou ato de órgão não colegiado; nomear os Diretores e Vice-Diretores de Unidades Acadêmicas, os Chefes e Subchefes de Departamentos, os Coordenadores e Subcoordenadores de Cursos e, no caso de intervenção, designar Diretor, Chefe ou Coordenador *pro-tempore*; delegar atribuições, especialmente ao Vice-Reitor e aos Pró-Reitores (Regimento Geral da UFPI, Artigo 15).

Ademais é atribuição do Reitor: apresentar relatório e prestar contas ao Conselho Diretor da Fundação e ao Conselho Universitário, em sessão conjunta, no primeiro trimestre de cada ano, relativamente ao exercício anterior; praticar atos, em circunstâncias especiais, *ad referendum* dos órgãos competentes; baixar resoluções e provimentos decorrentes de decisões dos colegiados superiores e os atos próprios que julgar necessários; instituir comissões, permanentes ou temporárias, para estudar problemas especificados e designar assessores para o desempenho de tarefas especiais (Regimento Geral da UFPI, Artigo 15).

A supervisão e a coordenação da Universidade são exercidas pelo Reitor, cuja atuação é distribuída nas seguintes áreas, na forma do seu Regimento: assuntos administrativos; assuntos de

planejamento e orçamento; ensino de graduação; ensino de pós-graduação; pesquisa, extensão; e assuntos estudantis e comunitários.

Ao Vice-Reitor compete exercer as atribuições definidas no Estatuto da UFPI, no Regimento Geral e em atos de delegação baixados pelo Reitor.

Como estruturas que auxiliam a Reitoria e Vice-Reitoria, ressaltam-se: Chefia de Gabinete do Reitor, Secretaria do Gabinete do Reitor, Cerimonial da UFPI, Secretaria dos Conselhos Superiores e Assessoria Especializada na área Jurídica.

### 1.4.2 Pró-Reitorias

De acordo com o Regimento Geral da UFPI, as "Pró-Reitorias têm sua estrutura e atribuições definidas no Regimento da Reitoria e são exercidas por Pró-Reitores, nomeados pelo Reitor e escolhidos dentre professores da Universidade, prescindindo-se desta condição, excepcionalmente e a critério do Reitor, com relação às áreas de administração e de planejamento e orçamento, cujos titulares deverão, contudo, pertencer aos quadros da Universidade" (http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf).

Aos Pró-Reitores compete, entre outras funções decorrentes de sua condição: superintender, coordenar e fiscalizar as atividades universitárias, na área respectiva, dentro das atribuições que lhe forem delegadas; convocar e presidir as reuniões da Câmara correspondente do Conselho de Administração ou do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; cumprir e fazer cumprir na Universidade as deliberações dos colegiados superiores e as instruções ou determinações do Reitor, relacionadas com sua área de atuação; cumprir e fazer cumprir em toda a Universidade as disposições do Estatuto, do Regimento Geral e dos demais regimentos; cumprir as decisões da Câmara, baixando atos necessários, quando estes não sejam da competência do Reitor.

Ainda compete aos Pró-Reitores: adotar, em casos de urgência, medidas da competência do Reitor ou da Câmara que presidam, submetendo o seu ato à notificação destes no prazo de 5 (cinco) dias; apresentar ao Reitor, até o último dia útil do mês de janeiro, relatório circunstanciado das atividades do ano anterior, relacionadas com sua área específica; aplicar ou propor a aplicação de penalidade a servidores que lhes sejam diretamente subordinados, na forma deste Regimento Geral; resolver casos omissos neste Regimento Geral ou no Regimento da Reitoria, *ad referendum* da Câmara respectiva ou do Reitor, conforme o caso (Regimento Geral da UFPI, Art. 17, § 2º).

### 1.4.2.1 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)

As atividades ligadas ao ensino de graduação e técnico profissionalizante são operacionalizadas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), órgão responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e supervisão dos cursos, distribuídos nas Unidades Acadêmicas, onde são executadas as diretrizes de funcionamento aprovadas pelas respectivas instâncias de deliberação.

De acordo com o artigo 26 do Estatuto da Universidade, os cursos de graduação oferecidos pela UFPI habilitarão à obtenção de grau profissional ou acadêmico e são abertos aos candidatos que tenham sido classificados em processo seletivo ou outra forma prevista de ingresso na UFPI.

Os processos de criação dos cursos de graduação são instituídos com base em projeto oriundo de cada Unidade de Ensino interessada e aprovado, em primeira instância, pelo respectivo Conselho Departamental, com os seguintes requisitos mínimos: a) comprovação de viabilidade, sob os aspectos de: capacidade de absorção dos futuros profissionais pelo mercado de trabalho; disponibilidade de recursos materiais e humanos para sua manutenção; compatibilidade dos objetivos do curso com a política nacional de educação e a programação específica da Universidade; adequação aos interesses da comunidade; b) plano curricular; c) pertinência no contexto das demais atividades da Unidade proponente e da Universidade (Artigos 60 do Regimento Geral da UFPI).

A coordenação geral dos cursos de graduação é feita, em plano executivo, pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação e, em plano deliberativo, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, diretamente ou por intermédio da Câmara de Ensino de Graduação; porém, a coordenação didático-científica dos estudos de graduação é realizada, em plano deliberativo, pelos Colegiados de Curso (Artigos 61 e 62 do Regimento Geral da UFPI).

Por conta de suas peculiaridades, a UFPI tem trabalhado, no âmbito do ensino de graduação, com as modalidades bacharelado e licenciatura, obedecendo aos ditames das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), editadas pelo Conselho Nacional de Educação, com o intuito de conferir maior autonomia às IES na definição dos currículos de seus cursos, a partir da explicitação das competências e as habilidades que se deseja desenvolver, através da organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade.

A discriminação dos cursos de graduação ministrados, com as áreas, ano de criação, e situação legal por Campus está apresentada no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2 -** Cursos de graduação ministrados pela UFPI (Presencial e a Distância) organizados por campus, área do conhecimento, ano de início e documento regulatório

| CURSOS PRESENCIAIS REGULARES | | | |
|---|---|---|---|
| **CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA (Teresina)** | | | |
| **CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Ciências Biológicas | Licenciatura | 1993 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 1.071 de 21/07/2000, DOU de 25/07/2000. |
| Química | Licenciatura | 1993 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n° 2.150 de 22/12/2000, DOU de 28/12/2000. |
| Matemática | Licenciatura | 1993 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n° 1.324 de 23/08/2000, DOU de 24/08/2000.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 123 de 09/07/2012, publicada no DOU de 10/07/2012.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Física | Licenciatura | 1993 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 2.053 de 21/12/2000, publicada no DOU de 26/12/2000.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 312 de 02/08/2011, publicada no DOU de 04/08/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Ciência da Computação | Bacharelado | 1989 | ✓Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 06 de 06/09/1989.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 675, de 06/07/1998, publicada no DOU de 08/07/1998.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 4.237 de 22/12/2004, publicada no DOU de 23/12/2004.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 283 de 22/07/2011, publicada no DOU de 25/07/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Ciências Biológicas | Bacharelado | 1993 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 1.071 de 21/07/2000, DOU de 25/07/2000.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 2.340 de 21/12/2010, DOU de 22/12/2012.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Matemática | Bacharelado | 1993 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 1.324 de 23/08/2000, DOU de 24/08/2000.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 912 de 21/07/2010, publicada no DOU de 22/07/2010.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Física | Bacharelado | 1993 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 035/93 de 01/09/93.<br>✓Reconhecimento pela Portaria n° 2.053 de 21/12/2000, publicada no DOU de 26/12/2000.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 316 de 02/08/2011, DOU de 04/08/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Arqueologia e Conservação da Arte Rupestre | Bacharelado | 2007 | ✓Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 14 de 25/01/2007.<br>✓Reconhecido pela Portaria n°302 de 27/12/2012, publicada no DOU de 31/12/2012. |
| Estatística | Bacharelado | 2008 | ✓Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 172 de 29/08/2008.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n° 306 de 27 /12/2012, publicada no DOU de 31/12/2012. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ciências da Natureza | Licenciatura | 2008 | ✓Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 209 de 19/11/2008.<br>✓Em processo de Reconhecimento (Processo n° 201306114), recebeu visita in loco, nota 04, aguarda publicação do documento regulatório. |
| Educação no Campo/Ciências da Natureza | Licenciatura | 2014 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 228 de 12/11/2013. |
| | **CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE** | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Odontologia | Bacharelado | 1960 | ✓Criado pelo Decreto Federal nº 48.525 de 15/07/1960.<br>✓Reconhecido pelo Decreto nº 58.032 de 22/03/1966, DOU de 22/03/1966.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 728 de 23/10/2008, DOU de 24/10/2008.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. |
| Medicina | Bacharelado | 1966 | ✓Criado pelo Decreto Estadual nº 694 de 11/08/1966.<br>✓Reconhecido pelo Decreto nº 74.456 de 26/08/1974, DOU de 27/08/1974.<br>✓Renovação de Reconhecimento: pela Portaria nº 728 de 23/10/2008, publicada DOU 24/10/2008. |
| Enfermagem | Bacharelado | 1974 | ✓Criado pelo Ato da Reitoria nº 198 de 26/04/1974.<br>✓Reconhecido pelo Decreto nº 82.257 de 13/09/1978, DOU de 14/09/1978.<br>✓Renovação de Reconhecimento pela Portaria n° 775 de 07/11/2008, publicada no DOU de 10/11/2008.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, DOU de 09/01/2012. |
| Nutrição | Bacharelado | 1976 | ✓Criado pela Resolução CONSUN/UFPI n º 03 de 06/12/1976.<br>✓Reconhecido pelo Parecer Nº 455/84 – CFE/MEC, de 03/07/1984 e Portaria n° 341 de 31/07/1984, publicada DOU 03/08/1984.<br>✓Renovação de Reconhecimento: pela Portaria nº 728 de 23/10/2008, publicada DOU 24/10/2008.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, DOU de 09/01/2012.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. |
| Educação Física | Licenciatura | 1977 | ✓Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 05/01/1977.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 323 de 20/05/1980, DOU de 23/05/2013.<br>✓Renovação de Reconhecimento: pela Portaria nº 728 de 23/10/2008, publicada DOU 24/10/2008.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Farmácia | Bacharelado | 1992 | ✓Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 015 de 05/10/1992.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 1.419 de 09/05/2002, DOU de 13/05/2002.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, DOU de 09/01/2012. |
| Educação Física Convênio CREF | Licenciatura | 2007 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 25/07 de 25/01/2007. Reconhecido pela Portaria nº 486, de 20/12/2011 publicada no DOU de 22/12/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| | **CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS** | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Engenharia Agronômica | Bacharelado | 1976 | ✓Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 02 de 01/12/1976.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 94 de 15/03/1983, DOU de 17/03/1983.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n°1.181 de 23/12/2008, DOU de 26/12/2008.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, DOU de 09/01/2012.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. |
| Medicina Veterinária | Bacharelado | 1976 | ✓Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 03 de 06/12/1976.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 303 de 18/04/1985, DOU de 24/04/1985.<br>✓Reconhecimento: Portaria n° 328 de 18/04/1985, DOU de 24/04/1085.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n°728 de 23/10/2088, DOU de 24/10/2008.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, publicada no DOU de 09/01/2012.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. |
| **CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Pedagogia | Licenciatura | 2002 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 190/02 de 16 de dezembro de 2002.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 3.460 de 05/10/2005, DOU de 10/10/2005.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 262 de 28/01/2011, DOU de 31/01/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Educação Artística – Música (em extinção, vigente até a integralização dos últimos discentes) | Licenciatura | 1977 | ✓Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 05/01/1977.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 264 de 02/04/1985, publicada no DOU de 09/04/1985.<br>✓Renovação de Reconhecimento pela Portaria n° 46 de 14/02/2013, publicada no DOU de 15/02/2013. |
| Educação Artística – Artes Plásticas (em extinção, vigente até a integralização dos últimos discentes) | Licenciatura | 1977 | ✓ Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 05/01/1977.<br>✓ Reconhecido pela Portaria nº 264 de 02/04/1985, publicada no DOU de 09/04/1985.<br>✓ Em processo de Renovação de Reconhecimento (Processo n° 20077787), recebeu visita in loco, conceito 04, aguarda publicação do documento regulatório. |
| Comunicação Social/Jornalismo | Bacharelado | 1983 | ✓Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 01 de 29/11/1983.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 837 de 05/06/1992, DOU de 08/06/1992 e Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 579 de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013. |
| Arte-Educação Convênio INCRA/MST | Licenciatura | 2009 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 211 de 12/12/2006.<br>✓Em processo de reconhecimento (Proc. n° 201305863), aguardando visita in loco solicitada em 26.03.2013. |
| Moda, Design e Estilismo | Bacharelado | 2008 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n°171 de 29/08/2008.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 48 de 23/01/2015, DOU de 26/01/2015. |
| Artes Visuais | Licenciatura | 2009 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 170 de 22/06/2009.<br>✓Em processo de Reconhecimento (Processo n° Processo n° 201358463), recebeu visita in loco, conceito 05, aguarda publicação do documento regulatório. |
| Música | Licenciatura | 2009 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 120 de 22/06/2009.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 65 de 28/01/2015, DOU 30/01/2015. |
| **CENTRO DE TECNOLOGIA** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Engenharia Cartográfica e de Agrimensura | Bacharelado | 1975 | ✓ Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 033 de 15/08/1975.<br>✓ Reconhecido pela Portaria nº 95 de 21/01/1980.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 621, de 25/11/2013, DOU de 26/11/2013.<br>✓ Alteração de Nomenclatura: Resolução CEPEX n° 047 de 26/03/2013. |
| Engenharia Civil | Bacharelado | 1976 | ✓Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 02 de 01/12/1976.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 247 de 06/07/1982, DOU de 08/07/1982.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 2.341 de 21/12/2010.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 476, de 22/11/2011, DOU de 24/11/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Arquitetura e Urbanismo | Bacharelado | 1992 | ✓Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 014 de 05/02/1992.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 2.051 de 19/09/2001, DOU de 20/09/2001.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 2.277 de 14/12/2010, publicada no DOU de 15/12/2010.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Engenharia de Produção | Bacharelado | 2008 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 173 de 29/08/2008.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 619 de 21/11/2013, DOU de 22/11/2013. |
| Engenharia Elétrica | Bacharelado | 2008 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 175 de 29/08/2008.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 433 de 30/07/2014, DOU de 01/08/2014. |
| Engenharia Mecânica | Bacharelado | 2008 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 174 de 29/08/2008.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n°60 de 10/02/2014, DOU de 11/02/2014. |
| Engenharia dos Materiais | Bacharelado | 2011 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n°052/11 de 09/11/2011.<br>✓ Resolução de Alteração de Nomenclatura n°009/15 de 13/05/2015. |
| **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Direito | Bacharelado | 1945 | ✓ Criado pelo Decreto n° 1.196 de 25 de março de 1931.<br>✓ Reconhecido pelo Decreto nº 17.551 de 09/01/1945.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 124, de 09/07/2012, DOU de 10/07/2012. |
| Letras – Língua Portuguesa | Licenciatura | 1958 | ✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958.<br>✓ Reconhecido pelo Decreto n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 2.276 de 14/12/2010, DOU de 15/12/2010.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Letras – Português e Francês | Licenciatura | 1958 | ✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958.<br>✓ Reconhecido pelo Decreto n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 171 de 17/01/2011, DOU de 19/01/2011.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Letras – Libras | Licenciatura | 2014 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 212 de 11/12/2012. |
| Filosofia | Licenciatura | 1958 | ✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958.<br>✓ Reconhecido pelo Decreto n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 1.064 de 19/08/2010, DOU de 15/08/2010.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Geografia | Licenciatura | 1958 | ✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958<br>✓ Reconhecido pelo Decreto n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 1.256 de 02/09/2010, DOU de 03/09/2010.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| História | Licenciatura | 1958 | ✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958.<br>✓ Reconhecido pelo Decreto n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 317 de 02/08/2011, DOU de 04/08/2011.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 297 de 09/07/2013, DOU de 10/07/2013. |
| Ciências Contábeis | Bacharelado | 1976 | ✓Criado pelo Ato da Reitoria/UFPI nº 033 de 04/02/1976.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 085 de 16/01/1981, DOU de 20/01/1981.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 312 de 02/08/2011, DOU de 04/08/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n°707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013. |
| Ciências Econômicas | Bacharelado | 1976 | ✓Criado pelo Ato da Reitoria/UFPI nº 033 de 04/02/1976.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 085 de 16/01/1981, DOU de 20/01/1981.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 401 de 22/09/2011, DOU de 03/10/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n°707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013. |
| Serviço Social | Bacharelado | 1976 | ✓ Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 02 de 01/12/1976.<br>✓ Reconhecido pela Portaria nº 313 de 07/07/1983, DOU de 12/07/1983.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: pela Portaria nº 728 de 23/10/2008, publicada DOU 24/10/2008.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 6/01/2012, DOU de 09/01/2012.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. |
| Ciências Sociais | Bacharelado | 1983 | ✓Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 29/11/1983.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 1.481 de 13/10/1992, DOU de 14/10/1992.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 911 de 21/07/2010, DOU de 22/07/2010.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Ciências Sociais | Licenciatura | 1987 | ✓Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 29/11/1987.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 1.481 de 13/10/1992, DOU de 14/10/1992.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 1.506 de 21/09/2010, DOU de 23/09/2010. |
| Letras – Inglês | Licenciatura | 1995 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 108 de 21/12/1995.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n° 389 de 02/02/2005, DOU de 03/02/2005.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| História | Bacharelado | 2010 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 095 de 22/06/2010.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n° 297 de 09/07/13, DOU de 10/07/2013. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Administração | Bacharelado | 1996 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 007 de 02/04/1996.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n° 2.008 de 06/07/2004, DOU de 07/07/2004.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 305 de 02/08/2011, DOU de 18/08/2011.<br>✓ Em processo de Renovação de Reconhecimento (Processo n° 201407578), recebeu visita in loco, conceito 04, aguarda publicação do documento regulatório. |
| Ciência Política | Bacharelado | 2010 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº236/10 de 19/11/2010. |
| **CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS (Bom Jesus)** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Engenharia Agronômica | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 220/06 de 19/12/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 479, de 25/11/2011, DOU de 30/11/2011. |
| Engenharia Florestal | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 188/06 de 23/10/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 10, de 02/03/2012, DOU de 06/03/2012.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Medicina Veterinária | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 189/06 de 23/10/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 406 de 11/10/2011, DOU de 14/10/2011. |
| Zootecnia | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 190/06 de 23/10/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 470, de 22/11/2011, DOU de 24/11/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, DOU de 09/01/2012. |
| Educação no Campo/Ciências da Natureza | Licenciatura | 2014 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 227 de 12/11/2013. |
| Ciências Biológicas | Licenciatura | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 149 de 06/09/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 485 de 19/12/2011, DOU de 23/12/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| **CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Sistemas de Informação | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 195 de 24/10/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 10, de 02/03/2012, DOU de 06/03/2012.<br>✓Em processo de Renovação de Reconhecimento (Processo n° 201217037), recebeu visita in loco, conceito 03, aguarda publicação do documento regulatório. |
| Educação no Campo/Ciências da Natureza | Licenciatura | 2014 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 220 de 12/11/2013. |
| Ciências Biológicas | Licenciatura | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 149 de 06/09/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 320, de 28/12/2012, DOU de 31/12/2012. |
| Matemática | Licenciatura | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 194 de 24/10/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 408 de 11/10/2011, DOU de 14/10/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Pedagogia | Licenciatura | 1991 | ✓Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 009/91.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 363 de 25/05/1981, DOU de 27/05/1981.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 29 de 26/03/2012, DOU de 28/03/2012.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 123 de 09/07/2012, DOU de 10/07/2012.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Enfermagem | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 130 de 28/07/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 446 de 01/11/2011, no DOU de 03/11/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, DOU de 09/01/2012.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. |
| Nutrição | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 92 de 09/06/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 486, de 20/12/2011, DOU de 22/12/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. |
| Letras - Português | Licenciatura | 1991 | ✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958.<br>✓ Re-autorizado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 009/91.<br>✓ Reconhecido pelo Decreto Federal n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 29 de 26/03/2012, DOU de 28/03/2012.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Bacharelado em Administração | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 171 de 19/09/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n°445 de 01/11/2011, DOU de 03/11/2011.<br>✓Em processo de Renovação de Reconhecimento (Processo n° 201408076), recebeu visita in loco, conceito 04, aguarda publicação do documento regulatório. |
| História | Licenciatura | 2007 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 110/07 de 30/04/2007.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n° 446 de 01/11/2011, DOU de 03/11/2011.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| **CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO (Parnaíba)** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Administração | Bacharelado | 1970 | ✓Criado pelo Parecer n° 900 CFE - SESu de 16/12/1970.<br>✓Reconhecido pelo Decreto nº 77.417 de 12/04/1976.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 476, de 22/11/2011, DOU de 24/11/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n°707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013. |
| Ciências Contábeis | Bacharelado | 1976 | ✓Criado pelo Ato da Reitoria nº 033 de 04/02/1976.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 085 de 16/01/1981, DOU de 20/01/1981.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 419 de 11/10/2011, DOU de 14/10/2011.<br>✓Em processo de Renovação de Reconhecimento (Processo n° 201360925), aguarda visita in loco. |
| Ciências Econômicas | Bacharelado | 1976 | ✓ Criado pelo Ato da Reitoria nº 033 de 04/02/1976.<br>✓ Reconhecido pela Portaria nº 085 de 16/01/1981, DOU de 20/01/1981.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 579 de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013.<br>✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013. |
| Teologia | Bacharelado | 2003 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 092 de 11/06/2003.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 1.517 de 13/10/2009, DOU de 14/10/2009. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Turismo | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 091 de 09/06/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 444 de 01/11/2011, DOU de 03/11/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013. |
| Pedagogia | Licenciatura | 1984 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 005/84 de 17/07/1984.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 1.554 de 29/10/1993.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Pedagogia - Convênio Prefeitura Municipal de Parnaíba | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução n° 93 de 09/06/2008.<br>✓Autorizado pela Portaria n° 467 de 22/11/2011, DOU de 24/11/2011. Processo nº 201109732. |
| Ciências Biológicas | Licenciatura | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 149 de 06/09/ 2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria nº 469, de 22/11/2011, DOU de 24/11/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Matemática | Licenciatura | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 194 de 24/10/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 408 de 11/10/2011, DOU de 14/10/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. |
| Medicina | Bacharelado | 2014 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 015/2009 e nº 080/2012.<br>✓ Autorizado pela Portaria n° 274 de 12/05/2014, DOU de 13/05/2014. Processo nº 201301948. |
| Fisioterapia | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 198 de 24/10/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 445 de 01/11/2011, DOU de 03/11/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, DOU de 09/01/2012.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. |
| Biomedicina | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 197 de 24/10/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 444 de 01/11/2011, DOU de 03/11/2011.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. |
| Psicologia | Bacharelado | 2006 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 147 de 06/09/2006.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n° 309 de 20/05/2014, DOU de 21/05/2014. |
| Engenharia de Pesca | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 170 de 19/09/2006.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n° 308 de 20/05/2014, DOU de 21/05/2014. |
| **CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Enfermagem | Bacharelado | 2006 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 129 de 28/07/2006.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 619 de 21/11/2013, DOU de 22/11/2013.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. |
| Administração | Bacharelado | 2008 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 212 de 19/11/2008.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 517 de 15/10/2013, DOU de 16/10/2013.<br>✓Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013. |
| Pedagogia | Licenciatura | 2008 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 210 de 19/11/2008.<br>✓Reconhecido pela Portaria n° 618 de 21/11/2013, DOU de 22/11/2013. |
| Ciências Biológicas | Licenciatura | 2008 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 211 de 19/11/2008.<br>✓Reconhecido pela Portaria n°618 de 21/11/2013, DOU de 22/11/2013. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Educação no Campo/Ciências da Natureza | Licenciatura | 2014 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 215 de 12/11/2012. |
| **CURSOS INTEGRANTES DO PARFOR** | | | |
| **PARFOR - Alunos oriundos do Município de Batalha** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Ciências Biológicas (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 182 de 20/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 247 de 31/05/2013 publicado no DOU de 03/06/13. |
| Educação Física (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 175 de16/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 212 de 17/05/2013 publicado no DOU de 20/05/2013. |
| Filosofia (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 186 de 28/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 247 de 31/05/2013 publicado no DOU de 03/06/13. |
| História (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 183 de 20/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 247 de 31/05/2013 publicado no DOU de 03/06/13. |
| Pedagogia (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 061 de 28/02/2011. ✓Autorizado através da Portaria n° 034, de 19/04/2012. |
| Artes Visuais (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 177 de 16/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 212 de 17/05/2013 publicado no DOU de 20/05/2013. |
| **PARFOR - Alunos oriundos do Município de Bom Jesus** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Pedagogia (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº61 de 28/02/2011. ✓Autorização pela portaria n° 646 de 30/10/2014 publicado no DOU de 05/11/2014. |
| **PARFOR - Alunos oriundos do Município de Esperantina** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Pedagogia (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº61 de 28/02/2011. ✓Autorização pela portaria n° 646 de 30/10/2014 publicado no DOU de 05/11/2014. |
| **PARFOR - Alunos oriundos do Município de Floriano** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Artes Visuais (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 177 de 16/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 247 de 31/05/2013 publicado no DOU de 03/06/13. |
| Pedagogia (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 061 de 28/02/2011. ✓Autorizado através da Portaria n° 467 de 22/11/2011. |
| Educação Física (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 175 de16/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 247 de 31/05/2013 publicado no DOU de 03/06/13. |
| História (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 183 de 20/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 247 de 31/05/2013 publicado no DOU de 03/06/13. |
| Ciências da Natureza (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 093 de 28/06/2012 ✓Autorização pela portaria n° 212 de 17/05/2013 publicado no DOU de 20/05/2013. |
| Letras-Inglês (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 033 de 01/03/2012. ✓Autorização pela portaria n° 212 de 17/05/2013 publicado no DOU de 20/05/2013. |
| **PARFOR - Alunos oriundos do Município de Parnaíba** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Artes Visuais (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 177 de 16/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 427 de 30/08/2013 publicado no DOU de 03/09/2013. |
| Pedagogia (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 061 de 28/02/2011. ✓Autorizado através da Portaria n° 467 de 22/11/2011. |
| História (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 183 de 20/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 212 de 17/05/2013 publicado no DOU de 20/05/2013. |
| Matemática (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 090 de 28/06/2012. ✓Autorização pela portaria n° 247 de 31/05/2013 publicado no DOU de 03/06/13. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ciências Sociais (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 091 de 28/06/2012. ✓Autorização pela portaria n° 247 de 31/05/2013 publicado no DOU de 03/06/13. |
| Geografia (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 038 de 01/03/2012. ✓Autorização pela portaria n° 212 de 17/05/2013 publicado no DOU de 20/05/2013. |
| Letras-Inglês (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 033 de 01/03/2012. ✓Autorização pela portaria n° 212 de 17/05/2013 publicado no DOU de 20/05/2013. |
| Letras-Português (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 185 de 08/07/2011. ✓Autorização pela portaria n° 275 de 12/05/2014 publicado no DOU de 14/05/2014. |
| Educação Física (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2014 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 094 de 13/05/2014. ✓Autorização pela portaria n° 646 de 30/10/2014 publicado no DOU de 05/11/2014. |
| **PARFOR - Alunos oriundos do Município de Picos** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Artes Visuais (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 177 de 16/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 247 de 31/05/2013 publicado no DOU de 03/06/13. |
| Pedagogia (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 061 de 28/02/2011. ✓Autorizado através da Portaria n° 466 de 22/11/2011. |
| Ciências Biológicas (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 182 de 20/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 212 de 17/05/2013 publicado no DOU de 20/05/2013. |
| Matemática (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 063 de 28/02/2011. ✓Autorizado através da Portaria n° 467 de 22/11/2011. |
| Educação Física (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 175 de16/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 247 de 31/05/2013 publicado no DOU de 03/06/13. |
| História (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 178 de 16/06/2011. ✓Autorizado através da Portaria n° 407 de 11/10/2011. |
| Letras Inglês (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 184 de 20/06/2011. ✓Autorização pela portaria n° 212 de 17/05/2013 publicado no DOU de 20/05/2013. |
| Letras-Português (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 185 de 08/07/2011. ✓Autorização pela portaria n° 212 de 17/05/2013 publicado no DOU de 20/05/2013. |
| Letras-Inglês (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 033 de 01/03/2012. ✓Autorização pela portaria n° 212 de 17/05/2013 publicado no DOU de 20/05/2013. |
| **PARFOR – Alunos oriundos do Município de Teresina** | | | |
| **CURSO** | **GRAU** | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Artes Visuais (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 176 de 16/06/2011. ✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Artes Visuais (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 177 de 16/06/2011. ✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Pedagogia (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 061 de 28/02/2011. ✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Música (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2014 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 17 de 14/02/2014. |
| Ciências Biológicas (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 182 de 20/06/2011. ✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Ciências da Natureza (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 062 de 28/02/2011. ✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Matemática (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 063 de 28/02/2011. ✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Educação Física (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 175 de16/06/2011.<br>✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Educação Física (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2014 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 094 de 13/05/2014. |
| Filosofia (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 186 de 28/06/2011.<br>✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Letras Português (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 185 de 20/06/2011.<br>✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| História (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 183 de 20/06/2011.<br>✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| História (1ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 178 de 16/06/2011.<br>✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Letras Português (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2011 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 181 de 20/06/2011.<br>✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Matemática (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 090 de 28/06/2012.<br>✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Física (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 092 de 28/06/2012.<br>✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Letras Inglês (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 033 de 01/03/2012.<br>✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Geografia (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 038 de 01/03/2012.<br>✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| Ciências Sociais (2ª Licenciatura) | Licenciatura | 2012 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 091 de 28/06/2012.<br>✓Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. |
| **CURSOS MINISTRADOS A DISTÂNCIA** | | | |
| **CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA - CEAD** | | | |
| **CURSO** | | **ANO DE IMPLANTAÇÃO** | **SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)** |
| Administração – Projeto Piloto | Bacharelado | 2007 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 185 de 05 de setembro de 2007.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n° 77 de 20/10/2010, no DOU de 22/10/2010. |
| Administração | Bacharelado | 2007 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 199/07 de 28/09/2007.<br>✓ Reconhecido Nota 3 (Protocolo n° 201012342) |
| Filosofia | Licenciatura | 2007 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 138/07 de 19/06/2007.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n°244, de 31 de maio de 2013, publicada no DOU de 03/06/2013. |
| Administração Pública | Bacharelado | 2009 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 200/09 de 08/09/2009.<br>✓ Reconhecido Nota 4 - (Protocolo n° 201207750). |
| Letras-Português | Licenciatura | 2012 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n°100 de 06/05/2009. |
| Letras-Inglês | Licenciatura | 2012 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 99/09 de 06/05/2009. |
| Geografia | Licenciatura | 2014 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n°46 de 26/03/2013. |
| História | Licenciatura | 2014 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n°44 de 26/03/2013. |
| Pedagogia | Licenciatura | 2007 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 01/07 de 23/01/2007.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n°244, de 31 de maio de 2013, publicada no DOU de 03/06/2013. |
| Ciências Biológicas | Licenciatura | 2007 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 196/07 de 28/09/2007.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n°244, de 31 de maio de 2013, publicada no DOU de 03/06/2013. |
| Física | Licenciatura | 2007 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 195/07 de 28/09/2007.<br>✓Reconhecido Nota 4 (Protocolo n° 201012145). |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Matemática | Licenciatura | 2007 | ✓Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 194/07 de 28/09/2007.<br>✓Reconhecido Nota 3 (processo n° 201012146). |
| Sistema de Informação | Bacharelado | 2007 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 193/07 de 28/09/2007.<br>✓ Reconhecido Nota 3 (processo n° 201012341). |
| Química | Licenciatura | 2007 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 197/07 de 28/09/2007.<br>✓ Reconhecido pela Portaria n°321 de 23/07/2013, publicada no DOU de 24/07/2013. |
| Computação | Licenciatura | 2014 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n°45 de 26/03/2013. |
| Ciências da Natureza | Licenciatura | 2014 | ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n°43 de 26/03/2013. |

[1] Polos de Apoio Presencial: (1) Água Branca, (2)Alegrete do Piauí, (3)Anísio de Abreu, (4)Avelino Lopes, (5)Barras, (6)Bom Jesus, (7)Buriti dos Lopes, (8)Campo Alegre de Lourdes (BA), (9)Campo Maior, (10)Canto do Buriti, (11)Castelo do Piauí, (12)Corrente, (13)Elesbão Veloso, (14)Esperantina, (15)Floriano, (16)Gilbués, (17)Inhuma, (18)Jaicós, (19)Juazeiro (BA), (20)Luís Correia, (21)Luzilândia, (22)Marcos Parente, (23)Monsenhor Gil, (24)Oeiras, (25)Paes Landim, (26)Picos, Pio IX, (27)Piracuruca, (28)Piripiri, (29)Redenção do Gurguéia, (30)Regeneração, (31)São João do Piauí, (32)São Raimundo Nonato, (33) Simões, (34)Simplício Mendes, (35)Teresina, (36)União, (37)Uruçuí e (38)Valença do Piauí.

Fonte: DIAI/PROPLAN

A administração acadêmica da PREG é pautada no compromisso da prestação de bons serviços à comunidade estudantil e à sociedade como um todo. É constituída por uma Diretoria: Diretoria de Administração Acadêmica (DAA) e seis Coordenadorias: Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico (CAAP), Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino (CEDE), Coordenadoria de Currículo (CC), Coordenadoria de Estágio Obrigatório (CEO), Coordenadoria de Desenvolvimento e Ensino (CDE) e Coordenadoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (CEBTT).

#### 1.4.2.1.1 Diretoria de Administração Acadêmica (DAA)

À DAA compete planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relacionadas com os processos de admissão, matrícula e registro da vida acadêmica do alunado e expedição de diplomas e certidões relativas ao ensino de graduação.

Com o objetivo de colaborar com a missão da UFPI, segundo as suas competências definidas no Regimento Interno da PREG e em cumprimento às normas acadêmicas vigentes, tem desenvolvido suas atividades visando corresponder aos anseios da comunidade universitária, implementando a cultura do planejamento através do estabelecimento de metas e cronogramas, maximizando, assim, a qualidade da atuação do seu quadro de servidores técnico-administrativos e consequente otimização do tempo despendido nos serviços.

Diante deste cenário, a DAA objetiva a melhoria dos procedimentos internos, com repercussão externa, proporcionando aos usuários dos seus serviços, um ambiente seguro e confiável, buscando sempre a excelência nas suas ações acadêmico-administrativas.

A DAA, em sua estrutura organizacional, conta com setores específicos para a execução de seus serviços, conforme disposto a seguir:

- **Divisão de Programação e Matrícula (DPM) –** é o **s**etor responsável pela elaboração de proposta do Calendário Universitário para apreciação do CEPEX e seu cadastro no sistema acadêmico, bem como sua observância, exercendo controle de toda a programação escolar, através dos seus serviços:
- **Divisão de Programação Acadêmica (DPM)** – é a unidade que realiza o registro de currículos de cursos de graduação e suas alterações; oferta de disciplinas, matrículas curriculares, trancamentos e cancelamentos de disciplinas extemporâneos, em caráter excepcional.
- **Serviço de Matrícula (SM)** – encarregado da efetivação do cadastro no SIGAA, de discentes ingressantes pelo SISU, aluno em trânsito, aluno especial, aluno em mobilidade acadêmica, portador de curso superior, ingressantes através de transferência voluntária e *ex-officio*; realização de trancamento de matrículas; participação da Chefia nos Seminários de Introdução aos Cursos para divulgação das normas vigentes nesta IFES; coordenação e supervisão de matrícula institucional de alunos ingressantes; capacitação de servidores dos diversos Campi e Unidades de Ensino do CMPP.
- **Serviço de Atendimento Estudantil (SAE)** – é responsável pela prestação de informações e orientações referentes às rotinas acadêmicas e à formalização de processos administrativos; execução de serviços de interesse do alunado, tais como emissão de declarações e históricos acadêmicos.
- **Divisão de Controle Acadêmico (DCA) –** executa o controle da vida acadêmica dos discentes, desde o ingresso até a integralização curricular, realizando a instrução e encaminhamento de processos referentes a aproveitamento de disciplinas, colação de grau, expedição de diplomas e demandas diversas. A DCA conta com os seguintes serviços:
- ✓ **Serviço de Registro e Controle Acadêmico (SRCA) -** cabe proceder ao registro e controle das ocorrências na vida acadêmica dos discentes, emissão de lista dos formandos de cada período letivo, registro de regularidade do aluno junto ao ENADE.
- ✓ **Serviço de Registro de Diplomas e Certificados (SRDC)** – encarregado da expedição e registro de diplomas e certidões de graduados da UFPI, apostilamentos, revalidações de diplomas obtidos no exterior, bem como registro de diplomas dos cursos de graduação de IES privadas, conforme delegação do MEC.

#### 1.4.2.1.2 Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico (CAAP)

A CAAP compete: coordenar, desenvolver, acompanhar e avaliar atividades voltadas para a melhoria da qualidade do ensino de graduação da Universidade. É responsável pela execução da política pedagógica adotada no ensino de graduação, visando o desempenho acadêmico e o desenvolvimento da formação profissional do corpo discente.

É encarregada de programas que objetivam incrementar ações pedagógicas nos diferentes Campi e Unidades de Ensino da UFPI, por meios de Programas e de Projetos, tais como:

a) Programa de Monitoria;
b) Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G);
c) Programa de Formação à Docência Superior;
d) Programa de Bolsa Mérito;
e) Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES).

Para o acompanhamento desses programas e projetos são executadas diversas ações com suas especificidades, onde podem ser destacadas:

- Elaboração junto à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG de editais e acompanhamentos dos processos seletivos, bem como a implementação e acompanhamentos do exercício das atividades tais como a monitoria, como também dos alunos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), onde é concedida Bolsa Mérito ou de auxílio financeiro (bolsa) do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES).

- Planejamento e execução do Seminário de Docência Superior – integra o Programa de Formação à Docência Superior, envolvendo a realização de seminário onde são realizadas palestras envolvendo ações administrativas, institucionais e acadêmicas relacionadas à organização institucional e ao trabalho didático-pedagógico, como forma de cumprir o que a Universidade Federal do Piauí estabelece em seus editais de Concursos Públicos para docentes quanto a obrigatoriedade de participação no Seminário de Docência Superior, de acordo com a Resolução Nº 039/08–CONSUN, de 11/9/2008, no Art. 25**,** que estabelece: *Depois da posse, o professor deverá participar de um seminário de docência superior, no qual serão abordados aspectos de atualização didático-pedagógica e da organização administrativa da UFPI, de responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).*

#### 1.4.2.1.3 Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino (CEDE)

A CEDE é responsável por gerar os indicadores de Gestão de Desempenho Institucional auditáveis pela União, bem como criar, organizar, tabular e analisar dados para auxiliar os diferentes setores nas tomadas de decisão.

Está incumbida de organizar os dados da Universidade para a divulgação através do site institucional, de alimentar o Censo da Educação Superior, execução de estudos e levantamento estatísticos que visem a melhoria das atividades relacionadas ao ensino de graduação, tais como: ocupação de vagas, índices de retenção, evasão, taxa de sucesso da graduação e outros assuntos da competência da PREG.

#### 1.4.2.1.4 Coordenadoria de Currículo (CC)

A CC assessora diretamente as Coordenações de Cursos de Graduação na elaboração, acompanhamento, avaliação e reformulação de currículos em sintonia com as demandas Institucionais vinculadas à Administração Superior da UFPI e ao MEC.

As atividades realizadas pela CC são planejadas a partir do Plano de Metas da PREG, que estabelece políticas, objetivos e metas para as atividades acadêmicas, no intuito de contribuir para promover mudanças na gestão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPC) da UFPI presenciais e na modalidade a distância, visando a formar profissionais inovadores, criativos e adequados aos novos mercados de trabalho demandados. Assim, estão fundamentadas nas seguintes diretrizes: incentivar a prática da avaliação curricular; estimular a adequação e flexibilização curricular; incentivar a melhoria contínua do Projeto Pedagógico do Curso – PPC dos cursos de Graduação; estimular a Implantação de metodologias de trabalho centrada em parcerias; incentivar a formação continuada para os Coordenadores de Cursos; propor a correção de fluxo acadêmico; aperfeiçoar a gestão curricular; propor ações de melhoria ao processo de formação profissional no âmbito da UFPI.

#### 1.4.2.1.5 Coordenadoria de Estágio Obrigatório (CEO)

A CEO é responsável pelos Estágios Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UFPI. Desenvolve a parte administrativa dos convênios relacionados a Estágios, de forma a atender a legislação vigente e assessora as Coordenações de Estágio Obrigatório dos cursos de graduação na elaboração e sistematização das programações.

A CEO realiza o atendimento a alunos, professores orientadores de estágio, coordenadores de estágio obrigatório (EO), coordenadores de curso, representantes de empresas ou instituições concedentes de EO, prioritariamente, além de demais membros da comunidade acadêmica, bem como o público externo com foco na temática de estágio no ensino superior.

#### 1.4.2.1.6 Coordenadoria de Desenvolvimento e Ensino (CDE)

A CDE é um órgão vinculado à PREG, criado em maio de 2010, que tem por objetivo desenvolver e assessorar ações voltadas ao desenvolvimento do ensino de graduação no âmbito da UFPI.

Compete à CDE:

- Assessorar as coordenadorias, diretorias e divisões pertencentes à PREG na análise dos processos referentes às atividades pedagógicas dos cursos de graduação, bem como suas inovações, tendo como parâmetros a legislação pertinente e as regulamentações internas;
- Orientar as Diretorias de Unidades de Ensino, Chefias de Departamento e Coordenadorias de Curso quanto ao cumprimento da legislação em vigor e das regulamentações internas da UFPI;
- Zelar pela regularidade dos cursos de graduação ofertados pela UFPI, considerando, particularmente, seus aspectos formais e legais;
- Desenvolver atividades de assessoria e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas pelos cursos de graduação da UFPI;
- Estimular, viabilizar e fomentar, na comunidade acadêmica e junto aos diferentes setores da sociedade, a integração da Universidade, sugerindo mecanismos que favoreçam a melhoria de ensino;
- Participar da elaboração de políticas que definam as áreas de atuação da UFPI.

#### 1.4.2.1.7 Coordenadoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (CEBTT)

Como resultado do processo de institucionalização e reestruturação do sistema do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Piauí, com base na Resolução Nº 017/10 – CAD, foi criada a Coordenadoria do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (CEBTT), da Universidade Federal do Piauí – UFPI, vinculada a PREG, que possui as seguintes competências:

- Estabelecer um elo de integração entre as Escolas de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI e, destas com a Reitoria, Pró-Reitorias e demais órgãos da UFPI;
- Estabelecer a integração do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) da UFPI com o Sistema Estadual e Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
- Efetuar o planejamento global anual para o EBTT da UFPI;
- Criar normas operacionais para as escolas do EBTT, no que tange aos aspectos administrativos, de ensino e técnico, buscando unidade de procedimento;
- Coordenar e elaborar a proposta orçamentária anual do EBTT;
- Coordenar os projetos de melhoria do EBTT da UFPI;
- Supervisionar as atividades administrativas, didáticas e de produção das Escolas de EBTT;
- Avaliar o planejamento das Escolas de EBTT da UFPI através de instrumentos necessários, e;
- Opinar sobre assuntos que digam respeito ao EBTT da UFPI.

Concomitante a criação da CEBTT foi instituído o Conselho de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI, como órgão setorial, de deliberação, destinado a apreciar, coordenar, conciliar e decidir sobre os interesses das Escolas de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI, harmonizando-os com os objetivos das mesmas. Este Conselho é composto pelos seguintes membros: coordenador da Coordenadoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI (presidente) e diretores das Escolas de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI.

Compete ao Conselho de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: Aprovar o seu Regimento Interno; Apreciar as questões de interesse do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, decidindo sobre eventuais divergências; Analisar as propostas de funcionamento de habilitações, decidindo no seu nível de competência; Analisar e dar parecer sobre as necessidades relativas a construção, ampliação, reformas e manutenção de instalações nas Escolas de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI, após estabelecidas as prioridades por este Conselho; Avaliar o desenvolvimento de convênios celebrados pelas Escolas de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI.

As Escolas de EBTT da UFPI constituem uma das frações básicas do Ensino da UFPI e tem como objetivos a formação de profissionais de nível Básico, Técnico e Tecnológico para atender a demanda do mercado de trabalho. A administração de cada uma das Escolas de EBTT da UFPI, é feita através dos seguintes órgãos: Direção e Colegiado da Escola de EBTT da UFPI, sendo que cada Escola constitui uma Unidade Orçamentária da UFPI.

O Diretor da Escola de EBTT da UFPI, supervisionará e dirigirá todas as atividades, exercendo para tanto seu mandato em tempo integral, sendo a sua eleição e do Vice-Diretor realizada com base na Resolução N° 032/11 CONSUN, cabendo ao Reitor à devida nomeação.

São atribuições do Diretor da Escola de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI: integrar o Colegiado da Escola de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI, como seu presidente; coordenar a elaboração e avaliação do plano global da Escola; representar a Escola e o Colegiado da Escola sempre que se fizer necessário; cumprir e promover a efetivação das decisões do Colegiado; dirigir o processo de seleção de novos alunos e matriculas no âmbito da Escola, em elaboração com o órgão central de matriculas; supervisionar as atividades do pessoal docente e técnico-administrativo da Escola, particularmente quanto à frequência e assiduidade; decidir, no caso de transgressões disciplinares de professores e funcionários, até seu nível de competência; examinar, decidindo em primeira instância, as questões suscitadas pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo; encaminhar, anualmente, à CEBTT, o plano e o Relatório Anual de Atividade da Escola; autorizar e ordenar a despesa constante de Orçamento da Escola, inclusive de convênios alocados atendendo, sempre, ao disposto na legislação vigente; cumprir e fazer cumprir a legislação vigente de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI, bem como as decisões emanadas da UFPI; conferir grau aos alunos formados; baixar ordens de serviço, instruções, avisos e tomar outras medidas que se fizerem necessárias, no recinto da Escola; desempenhar as demais atribuições inerentes a sua função, determinadas em leis, no Estatuto e no Regimento Geral da UFPI, e no Regimento Interno da Escola; encaminhar ao Colegiado da Escola solicitações para abertura de crédito; e elaborar a proposta orçamentária anual que será submetida ao Colegiado da Escola.

O Colegiado da Escola de EBTT, como órgão normativo, consultivo e deliberativo para assuntos didáticos, administrativos e disciplinares de cada Escola de EBTT da UFPI, é composto pelos seguintes membros: Diretor da Escola (presidente), Vice-Diretor, Assistente de Diretor, Chefe da Unidade de Apoio Pedagógico; dois docentes representantes da Área de Ensino Médio, sendo 01 (um) Coordenador do Ensino Médio como membro nato e 01 (um) docente eleito pelos professores; dois docentes representantes de cada área técnica ou das coordenações de curso, conforme constar no projeto pedagógico de cada colégio técnico; um representante dos funcionários Técnico-Administrativos e um Representante do Grêmio Estudantil.

Compete ao Colegiado da Escola de EBTT da UFPI: aprovar o Plano Global da Escola, acompanhar o seu desenvolvimento e verificar as necessidades de ajustamento no decorrer do ano letivo; opinar e decidir sobre a filosofia, os objetivos, a orientação pedagógica da Escola, além dos assuntos administrativos, disciplinares e didáticos sempre que escaparem da alçada da Direção;

analisar a proposta orçamentária da Escola a ser remetida à CEBTT; aprovar o encaminhamento de pedidos de abertura de créditos adicionais ou suplementares, quando o exigirem as necessidades do serviço; eleger a comissão que fará a eleição de Diretor e Vice-Diretor da Escola, encaminhando para à nomeação pelo Reitor; fixar o número de vagas anuais a oferecer para o ingresso de alunos na Escola.

Também compete ao citado Colegiado: aprovar o Regimento do Grêmio Estudantil da Escola, suas contas e o Plano Global de aplicação dos auxílios e doações recebidas dos Poderes Públicos; definir normas e critérios para estágios curriculares; propor medidas para o bom desenvolvimento dos trabalhos escolares; manter permanente pesquisa de mercado de trabalho parta identificar e adequar o ensino as exigências da comunidade usuária; decidir sobre todos os aspectos da vida escolar do aluno; aprovar a realização de cursos não regulares, seminários, jornadas e outras atividades similares, fixando as tabelas de preços exercidos na UFPI; autorizar a prestação de serviços, fixando as tabelas de preços exercidos na UFPI; propor modificações no currículo do curso e/ou outras modificações que se fizerem necessárias introduzir no Regimento Interno da Escola e submeter aos Conselhos Superiores da UFPI; propor normas sobre a transferência compulsória de alunos e deliberar sobre a imposição de penalidades aos mesmos, quando não previstas no Regimento Interno da Escola; analisar a dar parecer aos pedidos de transferência para ingresso na Escola; aprovar o Regimento e o Regimento Interno da Escola; propor ao Conselho de EBTT da UFPI, as medidas para reformas, construções, ampliações e manutenção das Escolas; e deliberar sobre outras matérias que lhe sejam atribuídas por lei, pelo Estatuto, pelo Regimento Geral e regimento Interno da Escola, na esfera de sua competência.

### 1.4.2.2 Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG)

A PRPG é a instância encarregada de conduzir a política institucional do Sistema de Pós-Graduação. Foi criada em março de 2013, uma vez que, até então, era Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) foi dividida em duas, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PRPG) e Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), através da Resolução Nº 001/13/CD/CONSUN, oriunda da reunião conjunta dos Conselhos Diretor e Universitário, em 23 de janeiro de 2013.

O lema da PRPG é “vencendo obstáculos” e trabalha no sentido de que a UFPI seja reconhecida nacionalmente e projetada no cenário internacional. Para este próximo quinquênio, almeja a consolidação dos Programas de Pós-Graduação, que depende da consolidação do sistema de pesquisa, uma vez que pesquisa e pós-graduação estão intrinsecamente relacionadas.

Sob a responsabilidade da PRPG, são oferecidos programas de pós-graduação *stricto sensu* (em nível de mestrado e doutorado) e *lato sensu* (modalidades: Especialização, Residência Médica, Residência Médica Multiprofissional e Residência Médico-Veterinário), visando à qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e atendimento das demandas de pessoal qualificado pela sociedade, bem como, são operacionalizadas todas as atividades relativas à capacitação de docentes e técnicos de interesse institucional.

Como órgão encarregado de propor políticas de ensino de pós-graduação, a PRPG viabiliza ações em consonância com as exigências sociais, o desenvolvimento científico, econômico, cultural, tecnológico e artístico do mundo atual. Seu papel voltado para o controle da qualidade e produtividade dos programas de pós-graduação e estimulação de uma cultura de ensino e pesquisa tem sido reforçado, a partir do último quinquênio.

A Pós-Graduação, como nível avançado da educação superior, visa formar pessoal altamente qualificado para atuação nos diversos campos do saber. É, portanto, um espaço para aprofundar o conhecimento, em interlocução com os avanços tecnológicos e o processo de inovação como um todo. A utilização de tecnologias modernas e diversificadas é buscada como estratégia para aperfeiçoar a qualidade do processo formativo e da construção do conhecimento.

A pós-graduação *stricto sensu* na UFPI teve inicio em 1991, com a criação do primeiro Mestrado Institucional, na área de Educação. A construção de cada um dos programas atualmente existentes seguiu os parâmetros estabelecidos pelas comissões de área da CAPES que preveem em seus documentos recomendações gerais, tanto para a elaboração de propostas quanto para a correção de rumos e avanços de qualidade e atuação dos programas em andamento.

Os núcleos de pesquisa, que são vinculados à PROPESQ e compostos, principalmente, por docentes e discentes dos PPGs, expandiram-se consideravelmente no último quinquênio, pois, de 1991 até 2005 (início da vigência do PDI/2010-2014) o número de programas *stricto sensu* era 09 (nove) e, a partir de então, ocorreu uma franca expansão das políticas de pós-graduação na UFPI, com estreita observância às normas da CAPES e referenciando-se nos documentos dos comitês de área, de forma que 12 (doze) novos PPGs foram implantados no quinquênio e em 2014 totalizamos 37 programas de pós-graduação (42 cursos), sendo 35 mestrados (31 acadêmicos e 03 profissionais) e 07 doutorados (05 institucionais e 02 em rede).

A UFPI considera que os setores de Saúde, Educação e Agropecuária merecem uma atenção especial, considerando-se as prioridades das políticas públicas do Estado do Piauí. Nesse sentido, tem incentivado a criação de novos programas e a consolidação daqueles já existentes nessas áreas, para a sustentação e consolidação de núcleos de pesquisa voltados para a solução de problemas atinentes a esses três eixos temáticos. Partindo-se do pressuposto de que não há

desenvolvimento sem crescimento industrial, a UFPI tem investido, também, na criação e consolidação de cursos de graduação na área das engenharias, visando à criação futura de novos cursos de pós-graduação ligados a essa área.

A pesquisa como princípio educativo deve perfazer toda a trajetória da formação pós-graduada. Nesse sentido, na UFPI, é incentivada a participação do corpo discente (de graduação e de pós-graduação) nos projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito dos PPGs, deixando sempre aberta, embora sejam respeitados os parâmetros de cada área, a possibilidade de cooperação entre alunos e docentes-pesquisadores na produção científica.

A articulação entre graduação e pós-graduação é amplamente considerada no momento da criação dos PPGs da UFPI com a percepção do sistema universitário interligado como um todo. Inovações teóricas e metodologias originais e criativas, que visem à melhoria dessa articulação, são buscadas para incorporação não apenas aos novos Programas, mas também para aqueles já implantados.

Considerando-se o fato da UFPI está situada em um dos Estados da Federação que conjuga fatores negativos no que se refere à desigualdade social, recomenda-se que os impactos sociais positivos, decorrentes das ações científicas desenvolvidas no âmbito dos grupos de pesquisas vinculados aos programas de pós-graduação, sejam reconhecidos como componentes de qualidade e como parte de uma política científica a ser incentivada e encorajada. É aconselhável que faça parte da concepção dos programas, a questão do desenvolvimento sustentável regional e das possibilidades de melhoria da realidade na qual o programa está inserido. A base científica deve sustentar tecnologias deliberadamente direcionadas para processos de produção seguros, de maior eficácia e atenção à questão ecológica.

Como estratégia para qualificar um maior número de docentes em menor espaço de tempo, a UFPI firmou parcerias, no último quinquênio, com IES que possuem PPG consolidados, objetivando a implantação de Doutorados Interinstitucionais (DINTER).

Atualmente, existem 09 (nove) Programas de DINTER, sendo 05 (cinco) em andamento (Ecologia dos Ambientes Aquáticos Continentais, Educação, Filosofia, História, Políticas Públicas) e 04 (quatro) aprovados na UFPI, aguardando aprovação da CAPES (Direito, Educação, Educação Física e Tecnologia), para o início efetivo das atividades (Quadro 3).

| **Quadro 3** - Doutorados interinstitucionais em andamento na UFPI, 2014 | | | |
|---|---|---|---|
| **IES RECEPTORA** | **IES PROMOTORA** | **ÁREA** | **Ano de aprovação/início** |
| UFPI | UEM | Ecologia dos Ambientes Aquáticos Continentais | 2011 |
| UFPI | UFRJ | Educação | 2013 |
| UFPI | UFMG | Filosofia | 2007 |
| UFPI | UFPE | História | 2013 |
| UFPI | UFMA | Políticas Públicas | 2009 |

Fonte: CPG/PRPG

Em consonância com a implantação de novos PPG cresceu expressivamente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* no último quinquênio. O Quadro 4 apresenta o número de ingressantes, matrículas e diplomações, no quinquênio 2010-2014.

| **Quadros 4** - Discentes matriculados e concluintes nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, quinquênio 2010-2014 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ano** | **Mestrados e Doutorados** | | | | |
| | **Ingressantes** | **Total de Matriculados** | **Concluintes** | | |
| | | | **Diplomados** | **Aguardando a Diplomação** | **Total** |
| 2010 | 263 | 784 | 193 | 02 | 195 |
| 2011 | 552 | 1.023 | 133 | 03 | 136 |
| 2012 | 572 | 1.051 | 71 | 14 | 85 |
| 2013 | 568 | 1.425 | 257 | 41 | 298 |
| 2014* | 710 | 1.565 | 213 | 139 | 352* |
| **Total** | **2.765** | **5.848** | **867** | **199** | **1.066** |

*Dados parciais.
Fonte: PRPG

As atividades de pós-graduação *lato sensu* executadas pela UFPI estão subdivididas em Cursos de Especialização, Programas de Residência Médica, Programas de Residência Médica Multiprofissional e de Residência Médico-Veterinária.

A legislação interna que normatiza a pós-graduação *lato sensu* na UFPI é a Resolução nº 131/05-CEPEX, complementada pela Resolução nº 080/06-CEPEX, que contemplam as normas emanadas do Conselho Nacional de Educação/MEC. Como norma interna voltada para uniformizar procedimentos de rotina ligados ao controle acadêmico de cursos de especialização, foi Editada a Portaria nº 018/07-PRPPG, de 03/12/07, publicada no Boletim de Serviço nº 389/07. Essa legislação atua em consonância com a Resolução CNE-CES 01/2007 que regulamenta a pós-graduação *lato sensu* em nível nacional.

No último quinquênio, 63 diferentes turmas de especialização foram ofertadas pela UFPI. No ano de 2010, foram ofertados 09 cursos de Especialização, abrangendo diversas áreas do conhecimento. A distribuição dos programas de pós-graduação *lato sensu*, por unidade de ensino responsável pela ministração, está sumarizada no Quadro 5.

No tocante a evolução numérica de cursos de especialização, a UFPI optou, a partir de 2006, por não ampliar demasiadamente a oferta, restringindo a aprovação de cursos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado e para atendimento a demandas específicas de qualificação da sociedade, como por exemplo: saúde da família, gestão pública, gestão educacional e segurança pública, sobretudo em convênio com órgãos municipais, estaduais e nacionais. Ademais tem dado apoio à implantação de turmas que subsidiem a formação de núcleo-base para a futura implantação de PPG *stricto sensu*.

**Quadro 5 -** Programas de Pós-graduação *lato sensu* ofertados pela UFPI, 2014.

| **Unidade de Ensino/Parceiros** | | **Quantidade** |
|---|---|---|
| CCE | | 05 |
| CCHL | | 01 |
| CCS | | 02 |
| CT | | 03 |
| Instituições parceiras | Escola Superior de Magistratura | 02 |
| | Escola Judiciária Estadual | 01 |
| TOTAL | | 14 |

Fonte: CPG/PRPG

Os Programas de Residência Médica em andamento, atualmente, são em número de 12 (doze), os quais são vinculados à rede hospitalar do Estado (Quadro 6), e funcionam em observância às normas da Comissão Nacional de Residência Médica, criada pelo Decreto nº 80.281/1977. A Coordenação Geral Executiva desses Programas integra a estrutura do CCS.

Os Programas de Residência Médica Multiprofissional em andamento, na UFPI, em número de 03 (Quadro 7), foram criados a partir da promulgação da Lei n° 11.129 de 2005 e são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, instituída por meio da Portaria Interministerial nº 1.077, de 12 de novembro de 2009, é coordenada conjuntamente pelo Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. A Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU), atualmente, está a cargo do Prof. Dr. Francisco Lima Silva, do CCA.

| **Quadro 6** – Programas de Residência Médica em andamento na UFPI, 2014 | | |
|---|---|---|
| | | |

| **Quadro 6** – Programas de Residência Médica em andamento na UFPI, 2014 | | |
|---|---|---|
| **Áreas** | **Hospitais vinculados** | **Coordenadores de área** |
| Oftalmologia | Hosp. Getúlio Vargas | Erbert Portela Martins |
| Cirurgia Geral | Hosp. Getúlio Vargas | Carlos Iglesias Brandão |
| Clínica Médica | Hosp. Getúlio Vargas | Antonio de Deus Filho |
| Infectologia | Hosp.Doenças.Tropicais Dr. Nathan Portela | Carlos Henrique Nery Costa |
| Pediatria | Hosp. Infantil Lucídio Portela | Giudeni Maria Alves |
| Psiquiatria | Hosp. Areolino de Abreu | Adriano Oliveira |
| Mastologia | Hosp. Getúlio Vargas | Benedito Borges da Silva |
| Gastroenterologia | Hosp. Getúlio Vargas | José Miguel Luz Parente |
| Ortopedia/Traumatologia | Hosp. Getúlio Vargas | Gerardo de Vasconcelos |
| Neonatologia | Hosp. Infantil Lucídio Portela | Mariza Fortes Pereira da Silva |
| Reumatologia | Hosp. Getúlio Vargas | Mª do Socorro T. Moreira Almeida |

Fonte: CPG/PRPG

| **Quadro 7**- Programas de Residência Multiprofissional em andamento na UFPI, 2014 | |
|---|---|
| **ÁREAS** | **COORDENADORES** |
| Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial | Walter Leal de Moura |
| Enfermagem Obstétrica | Elisiane Gomes Bonfim |
| Enfermagem/Farmácia/Nutrição | Maria Rosalva Ribeiro Brandim |

Fonte: CPG/PRPG

Os Programas de Residência Médico-Veterinária em andamento são em número de quatro, listados no Quadro 8, os quais são cadastrados junto ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (Coordenação Nacional de Residência Médico-Veterinária) e, atualmente, funcionam sob a Coordenação Geral Executiva do Prof. Dr. João Macedo de Sousa, Diretor do HVU.

| **Quadro 8** – Programas de Residência Médico-Veterinária em andamento, na UFPI, 2014 | | |
|---|---|---|
| **Áreas** | **Hospital vinculado** | **Coordenadores de área** |
| Clínica Méd. e Cirúrgica de Cães e Gatos | HVU | Francisco Lima Silva |
| Clínica Med. e Cirúrgica de Grandes Animais | HVU | Francisco Solano Feitosa Júnior |
| Patologia Animal | HVU | Silvana Mª. Medeiros de Sousa Silva |
| Diagnóstico por Imagem | HVU | João Macedo de Sousa |

Fonte: CPG/PRPG

Para o desenvolvimento das atividades de ensino de pós-graduação a PRPG conta, em sua estrutura, com as seguintes coordenadorias: Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG) e Coordenadoria de Projetos Estruturantes e Importação (CPEI).

### 1.4.2.2.1 Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG)

A CPG é encarregada de conduzir administrativamente os assuntos que se referem aos Programas de Pós-Graduação (PPG), em nível de mestrado e doutorado e aos cursos de Especialização e Programas de Residências (Médica, Médica Multiprofissional e Médico-Veterinária), desde o processo de criação da proposta até o monitoramento e acompanhamento.

Tem por objetivo também coordenar, assessorar e avaliar as atividades de pós-graduação em todos os níveis, proceder, através do Serviço de Registro e Controle Acadêmico, o cadastramento de discentes dos cursos de especialização *lato sensu* e dos PPG *stricto sensu*, e promover entendimentos com órgãos de fomento e gestores da pós-graduação no Brasil, especialmente a CAPES e o INEP.

A relação dos PPGs, com os níveis dos Cursos, ano de criação, áreas de concentração e linhas de pesquisa está apresentada no Quadro 9, a seguir.

**Quadro 9** – Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* ofertados pela UFPI, com áreas de concentração e linhas de pesquisa, 2014

| NOME DO PROGRAMA ETIPOLOGIA | NÍVEL | ANO DE CRIAÇÃO | CONCEITO CAPES | ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO | LINHAS DE PESQUISA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1) PPG em Agronomia 21001014007M4 Tipologia: Institucional | M<br>e<br>D | 2001-M<br>2013-D | 4 | Mestrado:<br>1) Produção Vegetal | 1) Produção e Manejo de Espécies Vegetais;<br>2) Uso e Manejo do Solo e da Água. |
| | | | | Doutorado:<br>1) Produção Vegetal | 1) Manejo do Solo e da Água;<br>2) Produção e Manejo de Espécies Vegetais;<br>2) Manejo de Pragas e Doenças. |
| 2) PPG em Agronomia – Fitotecnia 21001014023P0 Tipologia: Institucional | M | 2010 | 3 | 1) Fitotecnia | 1) Proteção de plantas cultivadas;<br>2) Propagação e Manejo Cultural de Plantas. |
| 3) PPG em Agronomia- Solos e Nutrição de plantas 21001014018P6 Tipologia: Institucional | M | 2009 | 3 | 1) Ciência do Solo | 1Recursos Ambientais, Uso e Manejo do Solo e da Água;<br>2Interrelação Fertilidade, Biologia do Solo e Nutrição das Plantas. |
| 4) PPG em Alimentos e nutrição 21001014020P0 Tipologia: Institucional | M | 2009 | 4 | 1) Alimentos e Nutrição | 1Qualidade de Alimentos;<br>2Nutrição e Saúde. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 5) PPG em Antropologia 21001014017P0 Tipologia: Institucional | M | 2009 | 3 | 1 Antropologia | 1) 1 Memória e Territorialidades; 2) Marcadores Identitários na Contemporaneidade; 3) Patrimônio, Paisagem e cultura material. |
| 6) PPG em Arqueologia 21001014032P9 Tipologia: Institucional | M | 2011 | 3 | 1 Arqueologia | 1) Arqueometria; 2) Arqueologia da Paisagem e Paleoambiente; 3) Conservação e Proteção Patrimonial; 4) Cultura Material. |
| 7) PPG em Artes, Patrimônio e Museologia 21001014033F8 Tipologia: em Convênio | MP | 2013 | 3 | 1) Artes, Patrimônio e Museologia | 1) Artes, Patrimônio e Museologia; 2) Patrimônio, Sociedade e Educação Museal; 3) Patrimônio, Turismo e Sustentabilidade. |
| 8) PPG em Biotecnologia 21001014025P2 Tipologia: Institucional | M | 2010 | 3 | 1) Biotecno-logia | 1) Microbiologia e bioprocessos; 2) Biologia molecular aplicada à biotecnologia; 3) Química e bioquímica aplicada à biotecnologia; 4) Nanotecnologia aplicada à saúde e ao Meio ambiente. |
| 9) PPG em Biotecnologia (RENORBIO) Tipologia: Ponto focal | D | 2005 | 5 | 1) Bio-tecnologia em Agropecuá ria | 1) Genética e transgênese; 2) Conservação e multiplicação de germoplasma; 3) Sanidade. |
| | | | | 2) Biotecnologia em Recursos Naturais | 1) Bioprospecção, biodiversidade e conservação; 2) Purificação, caracterização e produção de insumos biotecnológicos em sistemas heterólogos. |
| | | | | 3)Biotecno-logia em Saúde | 1) Desenvolvimento de agentes profiláticos, terapêuticos e testes diagnósticos |
| | | | | 4) Biotecnologia Industrial | 1) Bioprocessos; 2) Química verde. |
| | | | | 5)Bionegó-cios e Marcos legais | 1 Bioética e marcos regulatórios; 2 Prospecção e transferência tecnológica. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 10) PPG em Ciência da Computação 21001014031P2 Tipologia: Institucional | M | 2011 | 3 | 1) Ciência da Computação | 1 Sistemas de computação;<br>2 Computação aplicada |
| 11) PPG em Ciência dos Materiais 21001014024P6 Tipologia: Institucional | M | 2010 | 3 | 1) Materiais Cerâmicos e Filmes; | 1) Materiais Cerâmicos e Metálicos;<br>2) Filmes, superfícies e interfaces. |
| | | | | 2) Materiais conjugados e poliméricos. | 1) Polímeros e biomateriais;<br>2) Materiais conjugados e estruturados. |
| 12) PPG em Ciência Animal 21001014002M2 Tipologia: Institucional | M<br>e<br>D | 1999 –M<br>2005-D | 4 | <u>Mestrado</u>:<br>1) Produção Animal; | 1) Avaliação, conservação e manejo de pastagens nos trópicos;<br>2) Exigências nutricionais e avaliação de alimentos para ruminantes e não ruminantes;<br>3) Melhoramento Genético, etologia e Adaptabilidade climática de animais de interesse econômico. |
| | | | | <u>Mestrado</u>:<br>2) Sanidade e Reprodução Animal ; | 1) Diagnóstico, epidemiologia, controle e terapia de doenças animais;<br>2) Morfofisiologia, fisiopatologia, biotécnicas da reprodução e fisiopatologia do estresse;<br>3) Biologia e sanidade de animais silvestres;<br>4) Qualidade de produtos de origem animal;<br>5) Estudo farmacológico e toxicológico de plantas regionais como alternativa de tratamento de enfermidades dos animais; |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Doutorado:<br>1) Produção Animal; | 1) Avaliação, conservação e manejo de pastagens nos trópicos;<br>2) Exigências nutricionais e avaliação de alimentos para ruminantes e não ruminantes;<br>3) Melhoramento Genético, etologia e Adaptabilidade climática de animais de interesse econômico. |
| | | | | Doutorado:<br>2) Sanidade e Reprodução animal | 1)Diagnóstico, epidemiologia, controle e terapia de doenças animais;<br>2) Morfofisiologia, fisiopatologia, biotécnicas da reprodução e fisiopatologia do estresse;<br>3) Biologia e sanidade de animais silvestres;<br>4) Qualidade de produtos de origem animal;<br>5) Estudo farmacológico e toxicológico de plantas regionais como alternativa de tratamento de enfermidades dos animais. |
| 13) Ciências Biomédicas 21001014034M1 Tipologia: Institucional | M | 2013 | 3 | 1) Medicina Investigativa e Marcadores Epidemiológicos; | 1) Genética Humana e Médica;<br>2) Marcadores Epidemiológicos em Saúde. |
| | | | | 2) Novas Tecnologias e Metodologias de Diagnóstico e Tratamento | 1) Desenvolvimento, Validação e Aplicação de novas Biomoléculas e Sistemas de Veiculação com Potencial Diagnóstico e Terapêutico;<br>2) Desempenho Humano: Diagnóstico e Funcionalidade. |
| 14) Ciências Farmacêuticas 21001014022P3 Tipologia: Institucional | M | 2009 | 3 | 1) Ciências Farmacêuticas | 1) Produção e controle de qualidade de medicamentos |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 15) PPG em Ciências e Saúde 21001014011M1 Tipologia: Institucional | M | 2004 | 4 | 1) Métodos diagnósticos e análise das condições de saúde; | 1) Investigação para diagnóstico em Saúde; 2)Nutrição e Saúde. |
| | | | | 2) Política, Planejamento e Gestão em Saúde; | 1) Análise de políticas, sistemas, programas e serviços em saúde; 2) Análise de situações |
| 16) PPG em Ciência Política 21001014014P0 Tipologia: Institucional Associação de IES - Assoc. Temporária com UNICAMP | M | 2007 | 3 | 1) Estado, instituições políticas e desenvolvimento; | 1) Estado e desenvolvimento econômico e social; |
| | | | | 2) Estado, movimentos sociais, cidadania e comportamento político. | 1)Comportamento político e sociedade; 2)Movimentos sociais e cidadania. |
| 17) PPG em Comunicação 21001014026P9 Tipologia: | M | 2010 | 3 | 1)Processos Comunica-cionais | 1)Processos e práticas em jornalismo; 2)Mídia e produção de subjetividades. |
| 18) PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente 21001014004P5 Tipologia: Institucional | M | 2002 | 3 | 1)Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste | 1) Biodiversidade e Utilização Sustentável dos Recursos Naturais; 2) Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente; |
| 19) PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente 22001018074P6 Tipologia: Em Rede | D | 2009 | 4 | 1) Desenvolvimento e Meio Ambiente | 1) Planejamento e Gestão de Zonas Semiáridas e Ecossistemas Limítrofes; 2) Ordenamento Territorial e Gestão de Conflitos nos Ambientes Costeiros. |
| 20) PPG em Educação 21001014001M6 Tipologia: Institucional | M e D | 1991 e 2010 | 4 | <u>Mestrado</u>: 1) Educação | 1) Educação, movimentos sociais e políticas públicas; 2) Ensino, formação do professores e práticas pedagógicas; |
| | | | | <u>Doutorado</u>: 1) Educação | 1) Formação docente e prática educativa. |
| 21) PPG em Enfermagem 21001014012P8 Tipologia: Institucional | M e D | 2006-M | 4 | <u>Mestrado</u>: 1) Enfermagem no Contexto social brasileiro | 1) Processo de cuidar em saúde em Enfermagem; 2) Políticas e práticas sócio-educativas em enfermagem. |
| | | 2013-D | | <u>Doutorado</u>: 1) Enfermagem no Contexto social brasileiro | 1) Processo de cuidar em saúde em Enfermagem; 2) Políticas e práticas sócio-educativas em enfermagem. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 22) PPG em Ética e Epistemologia 21001014015P7 Tipologia: Institucional - Associação de IES – Assoc. Parcial com a UFMA | M | 2007 | 3 | 1) Filosofia | 1) Ética e Filosofia Política;<br><br>2) Epistemologia e Filosofia da linguagem. |
| 23) PPG em Farmacologia 21001014013P4 Tipologia: Institucional | M | 2006 | 3 | 1) Farmacologia | 1) Farmacologia da dor e inflamação;<br>2) Farmacologia da reprodução;<br>3) Farmacologia de antimicrobianos;<br>4) Farmacologia do sistema cardiovascular;<br>5) Farmacologia do sistema digestório. |
| 24) PPG em Física 21001014016P3 Tipologia: Institucional | M | 2007 | 3 | 1) Física da Matéria Condensada | 1) Medidas elétricas, ópticas e Mecânicas em Materiais;<br>2) Nanotecnologia;<br>2) Sistemas complexos: estudo de fenômenos e processos;<br>3) Transições de fase em sistemas magnéticos. |
| 25) PPG em Física 21001014016P3 Tipologia: Institucional | MP | 2014 | - | 1) Ensino de Física | 1) Recursos Didáticos para o Ensino de Física;<br>2) Formação de Professores;<br>3) Divulgação Científica. |
| 26) PPG em Genética e Melhoramento 21001014019P2 Tipologia: Institucional | M | 2009 | 3 | 1) Genética e Melhoramento | 1) Genética Quantitativa e Melhoramento;<br>2) Genética e Biologia Molecular;<br>3) Recursos Genéticos. |
| 27) PPG em Geografia 21001014027P5 Tipologia: Institucional | M | 2010 | 3 | 1) Organização do espaço e Educação geográfica | 1) Ensino de Geografia;<br>2) Estudos regionais e Geoambientais. |
| 28) PPG em História do Brasil 21001014009M7 Tipologia: Institucional | M | 2004 | 3 | 1) História do Brasil | 1) Cidade, memória e trabalho;<br>2) História, cultura e arte. |
| 29) PPG em Letras 21001014008M0 Tipologia: | M | 2004 | 3 | 1) Estudos de Linguagem | 1) Linguagem e discurso: análise e variação; |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Institucional | | | | 2) Estudos Literários | 1) Literatura, Cultura e Sociedade. |
| 30) PPG em Matemática 21001014021P7 Tipologia: Institucional Associação de IES | M | 2009 | 3 | 1) Matemática | 1) Análise;<br>2) Geometria diferencial;<br>3) Otimização |
| 31) PPG em Matemática Tipologia: Em Rede – SBM<br><br>(CMPP)<br>e<br>(CMRV) | MP | 2010<br>e<br>2013 | 3 | 1)Matemática aplicada; | 1)Otimização;<br>2)Análise numérica. |
| | | | | 1)Ensino de Matemática; | 1) Ensino básico de Matemática;<br>2) Ensino universitário de Matemática; |
| | | | | 2)Álgebra; | 1) Teoria dos números;<br>2) Geometria Algébrica; |
| | | | | 3)Análise Matemática; | 1)Análise funcional;<br>2)Equações diferenciais parciais; |
| | | | | 4)Geometria e Topologia. | 1)Sistemas dinâmicos;<br>2)Geometria diferencial. |
| 32) PPG em Odontologia 21001014028P1 Tipologia: Institucional | M | 2010 | 3 | 1) Clínica Odontológica | 1) Análise de situação de saúde em Odontologia. |
| 33) PPG em Políticas Públicas 21001014005P1 Tipologia: Institucional | M<br><br>e<br><br>D | 2002<br><br>e<br><br>2010 | 4 | <u>Mestrado:</u><br>1) Estado, Sociedade e Políticas Públicas. | 1) Cultura, Identidade e Processos Sociais;<br>2) Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais. |
| | | | | <u>Doutorado:</u><br>1) Estado, Sociedade e Políticas Públicas. | 1) Cultura, Identidade e Processos Sociais;<br>2) Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais; |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 34) PPG em Química 21001014 Tipologia: Institucional | M | 1999 | 4 | 1) Físico-Química | 1)Fabricação de filmes nanoestruturados e biomembranas, caracterização e aplicação em sensores; 2)Físico-química inorgânica teórica 3)Química quântica; 4)Ensino de Química; 5) Adsorção e catálise heterogênea; 6)Biodiesel; 7)Ciências de materiais; 8)Materiais cerâmicos; 9)Materiais poliméricos, blendas e compósitos; 10)Polímeros e química de interfaces; 11)Processos oxidativos avançados; 12)Química teórica; 13)Óxidos metálicos nanoestruturados; |
| | | | | 2) Química Analítica | 1)Química ambiental; 2)Especiação e bioacessibilidade de metais; 3)Análise multivariada; 4)Arqueometria; 5)Desenvolvimento de Métodos Analíticos; |
| | | | | 3) Química Inorgânica | 1)Adsorção de espécies; 2)Química supramolecular e nanociência; 3)Química de superfície; 4)Síntese e caracterização de novos complexos metálicos. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 4) Química Orgânica | 1) Extração e identificação de constituintes químicos de produtos da colméia;<br>2) Geoquímica orgânica;<br>3) Isolamento e Determinação Estrutural de Produtos Naturais;<br>4) Petróleo;<br>5) Síntese orgânica;<br>6)Óleos essenciais: extração, caracterização e atividade biológica. |
| 35) PPG em Saúde da Família<br>Tipologia: Em Rede - ponto focal | MP | 2014 | 3 | 1) Saúde da Família | 1) Educação na Saúde;<br>2) Promoção da Saúde;<br>3) Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde. |
| 36) Sociologia<br>21001014030P6<br>Tipologia: Institucional | M | 2011 | 3 | 1)Processos, Atores e Desigualdades Sociais | 1) Gênero e geração;<br>2)Territorialidades, sustentabilidades, ruralidades e urbanidades;<br>3) Estado e sociedade: trabalho, educação, atores políticos e desigualdades sociais. |
| 37) Zootecnia<br>21001014<br>Tipologia: Institucional | M | 2011 | 3 | 1) Produção Animal | 1)Nutrição animal e produção de alimentos;<br>2)Melhoramento e reprodução animal. |
| TOTAL: 37 Programas de Pós-Graduação, compreendendo 35 Mestrados (32 institucionais + 3 em rede) e 7 Doutorados (5 institucionais + 2 em rede), totalizando 42 cursos stricto sensu.<br>Nota: PPG= Programa de Pós-Graduação; M= mestrado; MF = Mestrado Profissional; D=Doutorado. | | | | | |

Fonte: CPG/PRPG

### 1.4.2.2.2 Coordenadoria de Projetos Estruturantes e Importação (CPEI)

À Coordenadoria de Projetos Estruturantes e Importação (CPEI) compete: elaborar Projetos Institucionais a serem submetidos às agências de fomento FINEP e CAPES; acompanhar convênios feitos com as agências de fomento; gerenciar a execução dos planos de trabalho dos convênios, tanto no quesito equipamentos quanto obras; divulgar editais, avisos e resultados finais que estão relacionados aos editais das agências de fomento; assessorar os subcoordenadores em seus projetos; e prestar assessoramento em processos de importação de equipamentos.

### 1.4.2.3 Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ)

A Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) foi criada por meio da Resolução n° 001/13/CD/CONSUN-O2, de 23 de janeiro de 2013, uma vez que foi desmembrada da estrutura original, que concentrava as Pro-Reitorias de Pesquisa e de Pós-Graduação.

É responsável pelas atividades de pesquisa, produção científica e inovação, que são operacionalizadas através das Coordenadorias de Pesquisa (CPES), de Inovação Tecnológica (CITEC), Secretaria de Convênios e Projetos (SECOP), do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NINTEC), e dos Comitês de Ética em Pesquisa Humana (CEP) e de Ética em Experimentação Animal (CEUA).

#### 1.4.2.3.1 Coordenadoria de Pesquisa (CPES)

A CPES é a estrutura acadêmica que acompanha, fiscaliza e apoia as atividades de pesquisa na UFPI, sobretudo no que concerne ao cadastramento de projetos e grupos de pesquisa, bem como coordena e executa o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e sua interação com as políticas acadêmicas da Pós-Graduação, além de incentivar e intermediar os acordos de cooperação nacionais e internacionais, no âmbito da pesquisa, e fazer a relação externa da UFPI com os órgãos de fomento, em especial, o CNPq e a FAPEPI.

Acerca dos projetos de pesquisa cadastrados na vigência do último PDI, o montante de recursos oriundos das fontes CNPq e FAPEPI, está explicitado no Quadro 10. Em seguida, a quantificação dos projetos de pesquisa cadastrados no último quinquênio está apresentada no Quadro 11.

**Quadro 10** - Número de projetos de pesquisa da UFPI e valor total do financiamento pelo CNPq e FAPEPI, quinquênio 2010-2014

| **CNPq** | **2010 (26 projetos)** | **2011 (12 projetos)** | **2012 (18 projetos)** | **2013 (19 projetos)** | **2014 * (15 projetos)** |
|---|---|---|---|---|---|
| Valor financiado (em R$) | 1.038.044,60 | 636.671,38 | 1.588.033,30 | 828.884,85 | 847.639,40 |
| **FAPEPI** | **2010 (28 projetos)** | **2011 (05 projetos)** | **2012 (04 projetos)** | **2013 (04projetos)** | **2014* (04 projetos)** |
| Valor financiado (em R$) | 372.869,60 | 67.460,39 | 76.512,62 | 58.842,00 | 122.617,28 |
| Total do financiamento | 1.410,914,20 | 704.131,77 | 1.664.545,92 | 887.7266,45 | 970.256,68 |

Fonte: CPES/PROPESQ; * Dados parciais (até agosto/2014).

| **Quadro 11**- Quantificação dos projetos de pesquisa cadastrados na UFPI, quinquênio 2010-2014 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Projetos por modalidade** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014*** |
| Financiados por Agência Fomento | 67 | 30 | 26 | 26 | 28 |
| Não Financiados (subsidiados pela UFPI) | 491 | 409 | 412 | 348 | 302 |
| TOTAL | 558 | 439 | 438 | 374 | 330 |

Fonte: CPES/PROPESQ; * Dados parciais (até agosto/2014)

No que tange ao PIBIC, em 2013 ocorreu a 22ª edição do Seminário de IC da UFPI. No momento da redação deste PDI (2014) está sendo preparado a 23º. O seminário de 2013 indicou o caminho da construção do conhecimento científico no Piauí, tanto por meio do programa subsidiado como o voluntário (PIBIC e ICV). São notáveis os avanços teóricos e metodológicos atingidos pelos nossos alunos que passam pela experiência da iniciação científica, podendo-se citar o ingresso na pós-graduação, publicações em periódicos, participações em eventos, premiações e complemento da carga horária curricular, como atividade complementar.

| **Quadro 12** - Quantitativo das Bolsas de Iniciação Científica, 2014 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Programas** | **Ano** | **Quantidade** | | |
| | | **Subsídio UFPI** | **Subsídio CNPq** | **Total** |
| Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC | 2013/ 2014 | 200 | 200 | 400 |
| Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas – PIBIC-AF | 2013/ 2014 | 15 | 15 | 30 |
| Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio – PIBIC EM | 2013/ 2014 | 93 implantadas | | 120 |
| Programa de Iniciação Científica Voluntária- ICV | 2013/ 2014 | - | - | 471 |

Fonte: CPES/PROPESQ

### 1.4.2.3.2 Coordenadoria de Inovação Tecnológica (CITEC)

A CITEC tem por objetivo gerenciar e executar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e sua interação com as políticas acadêmicas da Pró-Reitoria de Pesquisa. Conjuntamente com o NINTEC, tem por meta disseminar a cultura de inovação e transferência de tecnologia, a proteção e o licenciamento dos produtos de pesquisa, fortalecendo as atividades de pesquisa de cunho tecnológico.

Compete à CITEC:

✓ elaborar o Plano de Ação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela PROPESQ ;promover

encontros e/ou seminários, cursos e treinamentos, no âmbito da ciência, tecnologia e inovação, envolvendo instituições congêneres, municipais, estaduais e nacionais;

✓ manter articulação sistemática e contínua com os órgãos federais, estaduais e municipais, com atividades relacionadas à ciência, tecnologia e inovação, a fim de assegurar a integração da UFPI ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

✓ coletar informações de natureza didático-científica e técnico-administrativa junto aos órgãos centrais de sistema, de modo a atender às necessidades específicas ou eventuais;

✓ divulgar editais e avisos que estão relacionados a eventos escolares nesta e em outras Instituições de Ensino, na área de Pesquisa e Pós-Graduação;

✓ utilizar todos os meios disponíveis para produção, fomento e utilização de ciência, tecnologia e inovação no Estado, região e país;

✓ elaborar e apresentar relatório anual de atividades.

O NINTEC, núcleo vinculado à CITEC, foi criado em 2006, através de concorrência na Chamada Pública MCT / FINEP / Ação Transversal - TIB - 02 / 2006 - Rede NIT-NE. Tem a missão de promover a cultura de inovação e transferência de tecnologias na instituição, bem como aprimorar a política de P&D com vistas à efetiva incorporação pela sociedade dos resultados de suas pesquisas, estabelecendo a inserção de novos produtos no mercado e a consequente melhoria da qualidade de vida.

Em termos propriedades intelectuais, o primeiro depósito de patente na UFPI ocorreu em 2008 e, atualmente, já foram depositadas 78, entre patentes, software e desenho industrial. Em 2014 foram registradas 10 novas patentes, produzidas por pesquisadores da UFPI, ligados a grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, sobretudo das áreas tecnológicas como as de Engenharia, Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e as Biotecnológicas.

#### 1.4.2.3.3 Secretaria de Convênios e Projetos (SECOP)

A SECOP, órgão em trâmite para tornar-se uma das três coordenações da Pró-Reitoria de Pesquisa, tem como missão apoiar a comunidade acadêmica da UFPI em suas atividades de pesquisa e inovação, através da divulgação de editais e do planejamento e da implementação de iniciativas que visem ao aprimoramento científico e tecnológico desta instituição.

#### 1.4.2.3.4 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

A UFPI possui um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) direcionado aos experimentos com

seres humanos e uma Comissão de Ética que regula os experimentos com animais.

O CEP da UFPI avalia as pesquisas envolvendo seres humanos, realizando estudos sobre os projetos cadastrados na Plataforma Brasil, no site do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), pelos pesquisadores. Assim, somente após avaliação e aprovação dos projetos, os pesquisadores seguem com a execução dos mesmos.

A Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) analisa e qualifica as atividades de ensino e pesquisa envolvendo o uso de animais no âmbito da instituição, bem como contribui para a definição de procedimentos aceitáveis do ponto de vista ético. Tem como responsabilidade principal monitorar e exigir o cumprimento à Lei nº 11.794, de 2008, sua regulamentação e o cuidado na utilização de animais.

### 1.4.2.3.5 Núcleos de Pesquisa

Na UFPI existem, atualmente, 61 núcleos de pesquisa registrados na CPES, distribuídos conforme discriminação no Quadro 2, de acordo com o critério de vinculação. Vale ressaltar que destes, três foram criados em 2013, vinculados ao CCHL e são amparados pela Resolução nº106/09, do CEPEX.

A quantificação dos núcleos, por Unidade, está apresentada no Quadro 13, a seguir.

**Quadro 13** - Núcleos de Pesquisa por Unidade de Ensino, 2014

| Unidade de Ensino/Campus | Número |
|---|---|
| CCA | 01 |
| CCE | 25 |
| CCHL | 17 |
| CCS | 07 |
| CMRV (Parnaíba) | 04 |
| CSHNB (Picos) | 02 |
| PROPESQ | 05 |
| Total | 61 |

Fonte: CPES/PROPESQ

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, vinculado ao CNPq, constitui-se em bases de dados que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. O Diretório mantém uma Base corrente, cujas informações são atualizadas continuamente pelos líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e dirigentes de pesquisa das instituições participantes, e o CNPq realiza Censos bianuais, que são fotografias dessa base corrente.

O número de grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq, certificados pela UFPI, tem mantido crescimento compatível com o aumento de novos doutores e de

cursos de pós-graduação na UFPI. No Censo de 2010 do CNPq, constavam 172 grupos de pesquisa certificados, 628 linhas de pesquisas, distribuídos nas mais diversas áreas de conhecimento.

No último quinquênio foi implantada uma política de estímulo à produção científico-tecnológica, uma vez que esta se constitui num dos mais eficazes indicadores de fortalecimento e consolidação das atividades de pesquisa e de pós-graduação e, ainda, de transformação de cenários econômicos e sociais.

Para incentivar a produção intelectual, a UFPI mantem, desde 2005, o Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos (PROEC), que apoia financeiramente o deslocamento de alunos e de pesquisadores da UFPI para a participação em reuniões de natureza científica, que tem se traduzido em real aumento de desempenho acadêmico-científico. Além disso, a UFPI criou a política de apoio aos pesquisadores no que se refere ao custeio de publicações em periódicos indexados.

Foi instituído no ano de 2014, o programa de "Auxilio a tradução de artigos científicos", com o objetivo de aumentar a internacionalização das pesquisas da UFPI através da publicação dos resultados destas pesquisas em periódicos de grande representatividade e impacto mundial.

O resultado do trabalho desenvolvido durante o ano em análise pode ser evidenciado por meio de indicadores que demonstram de maneira inquestionável o salto de qualidade no âmbito da geração de novos conhecimentos, da difusão da informação e da transferência de tecnologia.

Sobre os bolsistas de produtividade de pesquisa do CNPq, o acréscimo vem ocorrendo paulatinamente. Em 2010 a UFPI possuía 29, sendo que 10 bolsistas PQ2F (fixação de recém-doutor). Em 2014, este número passou para 35, incluindo as bolsas renovadas e novas concessões.

#### 1.4.2.4 Pró-Reitoria de Extensão (PREX)

A Pró-Reitoria de Extensão (PREX) é a estrutura de gestão executiva da UFPI encarregada de planejar e executa as atividades de extensão universitária em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão elaborado pelo Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Viabiliza a interação com a comunidade visando à inserção social e econômica dos segmentos populacionais historicamente excluídos do processo de desenvolvimento do país e oferece aos discentes a oportunidade de compreender os fundamentos, conceitos e teorias adquiridas no decorrer do curso, vivenciando atividades de ensino e pesquisa, de forma a permitir a consolidação do aprendizado pela aplicação em situações práticas.

A PREX tem por missão promover e executar as ações de Extensão e Cultura da UFPI como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político para a interação

transformadora entre universidade e outros setores da sociedade, orientada pelo princípio constitucional da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. E por visão: ser o mais importante registro para o desenvolvimento da UFPI em 45 anos, constituindo-se, através da criatividade e da inovação, na própria imagem da instituição a fim de influenciar no direcionamento político de suas ações e rumos a serem tomados em benefício do Estado do Piauí.

A execução da política universitária de extensão pela PREX é fundamentada no Plano Nacional de Extensão, em consonância com o artigo 207 da Constituição Brasileira, que explicita:..."As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Portanto, a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade". É a forma de articulação entre universidade e sociedade por meio de diversas ações. Como o próprio nome sugere, é estender a universidade para além dos seus muros, interagindo com a comunidade, visando à troca de saberes. Assim se constrói uma universidade pública de qualidade. “[...] (PNEX, 2001).

As diretrizes da extensão universitária, pautadas em princípios gerais norteadores elaboradas pelo FORPROEX, estão sistematizadas em quatro eixos :

1. Impacto e transformação: estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Frente à complexidade e à diversidade da realidade essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária. Assim, se faz necessário eleger as questões prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social.

2. Interação dialógica: desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão.

3. Interdisciplinaridade: caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas.

4. Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão**:** reafirmando a extensão como processo acadêmico, justifica o termo "universitária", visto que, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na aplicação dessa diretriz abre-se um capítulo especial, o da participação da Extensão Universitária na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares nacionais e o reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos acadêmicos.

O tão falado processo de indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois, a qualidade e o sucesso dos futuros profissionais em processo de formação, dependem, diretamente, do nível de desenvolvimento, equilíbrio e harmonia entre essas três áreas da Universidade. É difícil conceber universitários qualificados sem a influência dessa formação sistêmica interdependente e complementar propiciada pelo ensino, pesquisa e extensão. Portanto, a relação entre ensino, pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão, como via de interação entre universidade e sociedade, constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática.

A troca entre os saberes sistematizado, acadêmico e popular, que contribui para a construção de conhecimento oriundo do confronto entre essas duas realidades, é o resultado mais consistente da política de extensão implementada na UFPI nos últimos anos, o que propicia a efetiva participação da comunidade na atuação da universidade e o desenvolvimento e consolidação do sistema de parcerias interinstitucionais.

Para a organização e construção de sua política, a extensão utiliza a interação entre ensino e pesquisa baseada nos seguintes aspectos:

a) identificação e participação em editais para financiamento de programas e projetos de órgãos e agências de fomento dos governos federal, estadual e municipal, atuando junto aos ministérios, prefeituras e secretarias de governo;

b) participação em editais para atividades de extensão financiadas por empresas estatais, privadas ou de economia mista;

c) internamente, busca a articulação permanente com a Reitoria, Pró-Reitorias, Superintendências, Unidades acadêmicas, Campus e Núcleos de Extensão, dentre outros;

As ações da PREX contemplam os principais compromissos estabelecidos pela UFPI para desenvolver e consolidar a relação Universidade-Sociedade, atuando como espaço técnico, político e pedagógico, tendo como objetivos/metas:

- Estimular, junto aos departamentos de ensino/setores da UFPI, ações extensionistas que articulem o ensino e a pesquisa, conforme o interesse e as necessidades da comunidade;
- Gerenciar os dados das ações extensionistas utilizando a estratégia de cadastro, acompanhamento e avaliação;
- Incentivar a participação dos alunos com o objetivo de contribuir para formação de profissionais com consciência social e política, uma vez que o processo de aprendizado não se restringe à sala de aula;
- Fomentar a participação de professores e alunos nas ações de extensão através do Programa de Bolsa de Extensão;
- Fortalecer a troca de saberes entre os atores envolvidos, nas ações extensionistas, buscando a construção de novos saberes de forma coletiva;
- Contribuir para reformulação nas concepções e práticas curriculares e pedagógicas;
- Promover atividades que propiciem a aproximação da Pró-Reitoria com as Unidades e Campi do interior do Estado com o objetivo de desenvolver ações extensionistas além de proporcionar à comunidade universitária a oportunidade de atuar em área geoeconômica diversa do estado do Piauí;
- Manter uma estrutura central de produção e difusão da diversidade artístico-cultural e linguística.

Muitas são as preocupações e sonhos daqueles que fazem a Extensão Universitária nas universidades brasileiras, que vão da definição de indicadores para monitorização e avaliação ao alinhamento das áreas e linhas de extensão com as políticas públicas do país, passando pela materialização das bolsas de produtividades em extensão, pelo fundo nacional de extensão de natureza contábil, pelas políticas de autonomia, do trabalho de extensão articulado em redes temáticas, territoriais e institucionais e, ainda, o tratamento institucional igualmente considerado à pesquisa e ao ensino, públicos.

Em acréscimo, ainda há a grande paixão dos militantes da extensão universitária brasileira, pela qual, muitos dão a própria vida pelo que fazem. É a motivadora e o sustentáculo do compromisso pela qualidade de vida dos brasileiros e os fazem experimentar, enquanto milita, a beleza de fazer um povo feliz. Quem não conhece e nem experimenta conhecer, não ama. Ao contrário, corre-se o risco de ser mais um corpo perfilado de costas para a sociedade, construindo o tão proclamado “muro alto” que há nas universidades.

A premissa de que as Ações de Extensão são de natureza acadêmica, *interdisciplinar, educativa, cultural, científica e política que promovem a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa,* estar sendo importante para imprimir nas decisões da gestão da PREX, uma nova postura de avaliar, selecionar e propor modificações, tanto nos instrumentos da extensão universitária quanto no comportamento dos docentes, técnicos e discentes que desenvolvem esta tão importante produção de conhecimento da vida universitária e sociedade.

Não se concebe atividades de extensão sem um arcabouço cultural contextualizado, porque aquele que queremos atingir – o ser humano - é um ser, essencialmente, cultural e como tal, seus comportamentos e posturas orbitam um centro gravitacional de cultura, de modo a influenciar em suas relações com seus pares. Deste modo, as Ações Culturais da Extensão Universitária se revestem de extrema importância na (re)descoberta de "centro", bem com para a aceitação da Universidade e de suas atuações junto aos diversos setores da sociedade, principalmente, pela capilaridade própria da cultura, cujo apelo social é tão forte a ponto de anteceder ao tempo que constrói, a imagem da UFPI para o Estado do Piauí.

Nesta esfera, um grande número de Espetáculos Culturais marcou o ano de 2013 e 2014, sejam teatrais, musicais, apresentações de orquestras, operetas, mostra e artes visuais, oficinas livres e de manifestação talentosa de grupos artísticos que preencheram os Espaços Culturais da UFPI, em especial registro, pelos *Campi fora de sede,* os quais experimentaram de modo inédito, o impacto transformador da arte e da música clássica e popular para toda a cidade.

No ano de 2013, ficou marcante a construção e lançamento do Programa de Metas – 2012 a 2016 da PREX para a gestão do atual Reitor, o qual foi distribuído para todas as Pró-Reitorias, *Campi* fora de sede e Centros de Ensino da UFPI. O referido programa está orientando nossas ações e dando velocidade aos seus compromissos, ao tempo que informa a todos de seus objetivos e se expõe às criticas, sugestões e outros envolvimentos por parte da comunidade.

O Registro Estatístico das Ações de Extensão Universitárias, de um modo geral, melhorou consideravelmente, o número do público externo atingido pelos programas e projetos o número de certificados emitidos e o expressivo ingresso de novas empresas a oferecer estágios remunerados aos estudantes da UFPI. A aplicação efetiva de recursos financeiros, principalmente, oriundos de programas de fomento à extensão sofreu, em parte, estrangulamentos em função de repasses, atrasos em processos licitatórios e empenhos e, também, da entrega de bens e serviços adquiridos, por parte do mercado. Mas, no geral, a devolução desses recursos não ultrapassou 5% do total destinado.

Vive-se um momento de muita esperança e expectativa eufórica. As demandas e o interesse pela extensão nascem de toda parte - UFPI e sociedade – em escala crescente, de modo que as vias

de comunicação da PREX estão cada vez mais utilizadas, pelas quais tramitam as mais diferentes opiniões da comunidade da sobre nosso trabalho. Tal fato preenche a equipe desta Pró-Reitoria de satisfação e de responsabilidade.

A operacionalização das atividades de extensão pela PREX se dá por meio das Coordenadorias da PREX, a saber: Coordenadoria de Ação Comunitária e Cultural – CACC, Coordenadoria de Programas de Projetos e Extensão – CPPEX, Coordenadoria de Cursos e Estágios Não Obrigatórios – CCENO e Coordenadoria de Formação Continuada – CFOR.

### 1.4.2.4.1 Coordenadoria de Programas de Projetos e Extensão (CPPEX)

À CPPEX compete o cadastramento, acompanhamento e avaliação dos programas/projetos de extensão executados na UFPI, por meio de relatórios semestrais de atividades, bem como, certificação, divulgação dos editais e sua publicização adequada a fim de provocar novas ações extensionistas.

Muitos indicadores das ações de extensão referentes ao último quinquênio foram de considerável sucesso, como por exemplo, o Programa de Bolsas de Extensão – PIBEX, cujo apoio financeiro institucional foi ampliando em 2009 de 150 (cento e cinquenta) para 260 (duzentas) bolsas/mês/ano - acréscimo de 73,3%. Essas bolsas, financiadas com recurso orçamentário próprio da instituição, é extremamente relevante para a consolidação da política de extensão da UFPI, visto que, possibilita à comunidade acadêmica realizar experiências de articulação externa no campo do ensino e da pesquisa, contribuindo para o processo de formação integral do aluno (Quadro 14).

**Quadro 14** – Evolução das Bolsas do Programa de Bolsas de Extensão da UFPI, quinquênio 2010-2014

| Ano | Quantidade de bolsas | Bolsas pagas no ano | Valor unitário das bolsas (R$) | Custos bolsas/ano (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 2010 | 206 | 1.814 | 300,00 | 355.200,00 |
| 2011 | 203 | 1.567 | 360,00 | 626.400,00 |
| 2012 | 212 | 1.911 | 360,00 | 687.960,00 |
| 2013 | 204 | 1.890 | 400,00 | 756.000,00 |
| 2014 | 260 | 2.600 | 400,00 | 1.040.000,00 |
| TOTAL | 1.085 | 9.782 | - | 3.465.560,00 |

Fonte: CPPEX/PREX

Os recursos investidos impactam diretamente o conjunto de programas e projetos e extensão e de cultura gerenciados pela PREX, através de concorrência pelo Edital PIBEX. É extremamente relevante para a consolidação da política de extensão da UFPI, visto que, possibilita à comunidade acadêmica realizar experiências de articulação externa no campo do ensino e da pesquisa, contribuindo para o processo de formação integral do estudante.

A CPPEX vem ao longo do ano, incrementando ações no sentido de informatizar a via de tramitação dos diversos instrumentos das ações de extensão gerenciados por ela. Tem colaborado consideravelmente com a Câmara de Extensão, a medida que alinha propostas de programas e projetos, segundo seus regramentos, mas fazendo, ao mesmo tempo, parte das soluções dos problemas que surgem neste meio, procurando conversar, instruir e visitar cada coordenadoria em dois setores (Quadro15).

**Quadro 15** - Evolução do número de projetos de extensão cadastrados na UFPI, quinquênio 2010-2014

| Ano | Projetos Cadastrados | Público Beneficiado | Docentes Envolvidos | Discentes Envolvidos |
|---|---|---|---|---|
| 2010 | 161 | 118.681 | 695 | 1.798 |
| 2011 | 198 | 97.840 | 561 | 1.679 |
| 2012 | 179 | 82.423 | 434 | 1.153 |
| 2013 | 162 | 326.237 | 451 | 1.230 |
| 2014* | 168 | 315.902 | 497 | 1.600 |
| TOTAL | 868 | 941.083 | 2.638 | 4.820 |

Fonte: CPPEX/PREX. *Até julho de 2014

O resultado geral do número de público beneficiado se deve aos projetos que envolvem grandes populações de cidades do interior do Piauí.

Em acréscimos, as áreas temáticas de saúde e de educação se mostram cada vez mais consolidadas como as mais manifestadas à sociedade do Piauí, como se pode perceber a situação em 2014 (Quadro 16)

**Quadro 16** - Programas e projetos de extensão da UFPI por área temática e público envolvido, quinquênio 2010-2014

| Áreas Temáticas | Total de Projetos não Vinculados | Total de Público Atingido | Equipe Envolvida na Execução | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Docentes | Discentes graduação | Alunos de Pós-Graduação | Técnicos | Externos |
| Comunicação | 02 | 2644 | 8 | 30 | 4 | 3 | 12 |
| Cultura | 29 | 7650 | 30 | 70 | 2 | 18 | 8 |
| Direitos Humanos | 02 | 4350 | 16 | 31 | 2 | 19 | 6 |
| Educação | 33 | 21200 | 133 | 318 | 16 | 27 | 43 |
| Meio Ambiente | 12 | 4983 | 26 | 19 | 5 | 12 | 12 |
| Saúde | 74 | 65920 | 181 | 520 | 23 | 118 | 62 |
| Tecnologia | 12 | 3640 | 15 | 162 | 9 | 12 | 10 |
| Trabalho | 04 | 9564 | 11 | 50 | 4 | 6 | 7 |

Fonte: CPPEX/PREX.

A evolução dos programas e projetos por áreas temáticas, no último quinquênio, revela que a UFPI tem desenvolvido um forte perfil para as questões de saúde, o que reveste a importância das ações de extensão, tendo em vista à grande necessidade de intervenções nessa área junto a sociedade piauiense (Quadro 17)

| **Quadro 17**- Programas e Projetos de Extensão, por área temática, quinquênio 2010-2014 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Área Temática** | **Ano** | | | | |
| | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** |
| Saúde | 72 | 78 | 85 | 80 | 74 |
| Cultura | 30 | 36 | 33 | 21 | 29 |
| Direitos Humanos e Jurídicos | 09 | 08 | 05 | 04 | 02 |
| Comunicação | - | 01 | 01 | - | 02 |
| Educação | 28 | 39 | 41 | 38 | 33 |
| Meio Ambiente | 14 | 25 | 29 | 09 | 12 |
| Tecnologia e Produção | 02 | 06 | 09 | 08 | 12 |
| Trabalho | 06 | 05 | 04 | 02 | 04 |
| Total | 161 | 198 | 207 | 162 | 168 |

Fonte: CPPEX/PREX

### 1.4.2.4.2 Coordenadoria de Cursos e Estágios Não Obrigatórios (CCENO)

À CCENO compete o cadastramento, catalogação, prestação de informações sobre as atividades cadastradas e/ ou relatorizadas, expedição de declarações, expedição de certificados (de cursos de extensão e eventos de um modo geral), elaboração de minutas, termos de compromisso dos Estágios Não Obrigatórios.

As ocorrências de realização de Cursos e Eventos de extensão pela UFPI vêm apresentando um incremento em todos seus indicadores. A evolução no quinquênio 2010 a 2014, é mostrada no Quadro 18.

| **Quadro 18** – Cursos e eventos de extensão realizados no quinquênio 2010-2014 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ano** | **Cursos e Eventos** | **Carga Horária** | **Público Beneficiado** | **Ministrantes** | | | |
| | | | | **Internos (UFPI)** | | | **Externos** |
| | | | | **Docentes** | **Técnicos** | **Estudantes** | |
| 2010 | 236 | 10.572 | 21.060 | 1.224 | 59 | 624 | 91 |
| 2011 | 376 | 12.099 | 31.442 | 1.326 | 161 | 378 | 393 |
| 2012 | 430 | 18.038 | 27.898 | 2.605 | 198 | 823 | 238 |
| 2013 | 336 | 13.397 | 30.285 | 1.787 | 624 | 185 | 240 |
| 2014* | 166 | 19.874 | 17.542 | 109 | - | 109 | 17.542 |

Fonte: PREX/CCENO. * Até julho de 2014.
Obs.: Os eventos que reúnem maior público acontecem no segundo semestre de cada ano.

### 1.4.2.4.3 Coordenadoria de Formação Continuada (CFOR)

A CFOR foi criada em 2010, pela Resolução nº 003/10 – Conselho de Administração da UFPI, a partir de uma demanda pela qualificação profissional motivada pela adesão da Universidade Federal do Piauí, a Rede Nacional de Formação Continuada de professores dentro do

Programa Institucional de Formação Continuada de professores da Educação Básica do Ministério da Educação. Essa coordenadoria tem como objetivo desenvolver programas e projetos financiados pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), responsável pelos projetos de fomento com recursos financiados pelo Governo Federal. Também é responsável pela operacionalização do Programa de Extensão/PROEXT, financiado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – MEC/SESu/DIFES, abrange programas e projetos de extensão, com ênfase na inclusão social, visando aprofundar ações inovadoras e políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições de Ensino Superior.

O Programa de Extensão (PROEXT), financiado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – MEC/SESu, abrange programas e projetos de extensão com ênfase na inclusão social, visando aprofundar ações inovadoras e políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior. A síntese evolutiva de indicadores do PROEXT no período de 2010 a 2014 está apresentada no Quadro 19.

**Quadro 19** – Evolução dos indicadores do Programa de Extensão da UFPI, quinquênio 2010-2014

| Ano | Propostas Programas/Projetos | Alunos Bolsistas | Docentes Envolvidos | Publico Beneficiado | Recursos Captados (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2010 | 11 | 48 | 43 | 4.999 | 502.377,00 |
| 2011 | 07 | 87 | 51 | 3.589 | 652.408,90 |
| 2012 | 02 | 11 | 10 | 359 | 719.175,67 |
| 2013 | 07 | 43 | 23 | 8.309 | 718.175,67 |
| 2014 | 08 | 86 | 43 | 4.495 | 806.946,02 |
| Total Geral | 35 | 275 | 170 | 21.742 | 3.399.083,03 |

Fonte: PREX/CFOR

### 1.4.2.4.4 Coordenadoria de Ação Comunitária e Cultural (CACC)

A CACC foi criada pelo Ato da Reitoria nº. 1825/08 de 20 de novembro de 2008, em substituição à Coordenadoria de Estágio e Desenvolvimento Comunitário, da PREX, englobando em suas ações a antiga Coordenação de Assuntos Culturais (CAC) com o objetivo de dinamizar a política de extensão e cultura para a universidade.

Esta coordenadoria tem como objetivo implementar políticas culturais por meio da percepção da cultura como um bem da coletividade, sendo dever institucional a observação e aplicação de políticas voltadas para as práticas culturais enraizadas a partir de ações levadas a cabo nas mais diversas áreas (artes, cultura, saúde, educação, meio-ambiente, planejamento urbano, dentre outras).

Trabalha a compreensão da atividade extensionista como uma ação que busca reconhecer os seres humanos pelos seus valores culturais, e de que eles possuem instituições profundas, saberes milenarmente acumulados, sabedorias de vida, contribuindo assim para os processos de inclusão e valorização das pessoas na sociedade, onde as desigualdades são cada vez maiores.

Nesta perspectiva, encarara a atividade extensionista de forma a reforçar a importância da interdisciplinaridade e sensibilizando para a responsabilidade e valorização sociocultural e ambiental, buscando o desenvolvimento da autoconsciência e respeito pelo patrimônio cultural dos povos, particularmente em momentos de crises sociais, políticas e ambientais, que hoje estamos vivendo.

No intuito de dinamizar as atuações culturais da UFPI, foram ofertadas, no período de 2013 a 2014, diversas oficinas de música, coral, violão e prática de conjunto, respectivamente nas comunidades Santo Antônio e Ininga, discriminadas no Quadro 20.

**Quadro 20** - Atividades culturais realizadas pela UFPI e público beneficiado, 2014

| ATIVIDADE | Nº ESTIMADO DO PÚBLICO BENEFICIADO | Nº DE APRESENTAÇÕES |
|---|---|---|
| Orquestrando Teresina | 7.200 | 20 |
| Atividades Artísticas e culturais na UFPI: Cultura no Campus | 3.000 | 12 |
| Música e cidadania | 200 | 05 |
| Conjuntos Musicais | 2.000 | 10 |
| Orquestras e Coros Infanto-Juvenis UFPI Para Todos | 2.000 | 10 |
| Circuito Cultural - PROEXT-MEC | 4.000 | 05 |
| Espetáculo Musical *Mamma Mia* | 1.600 | 05 |
| Brasil Musicâmara | 1.000 | 10 |
| Espetáculos Musicais - Se todos fossem Iguais a Você (Homenagem ao centenário de Vinícius de Moraes) | 2.500 | 02 |
| **TOTAL** | **23.500** | **79** |

Fonte: CACC/PREX

### 1.4.2.5 Pró-Reitoria de Administração (PRAD)

A Pró-Reitoria de Administração (PRAD) tem a missão de assegurar o bom funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio da execução das ações de gerência, fiscalização e operação dos seus serviços de logística e infraestrutura operacional, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Como atribuição, destaca-se o planejamento, a contratação e a fiscalização do serviço de reservas de passagens aéreas nacionais e internacionais e rodoviárias nacionais, inclusive hospedagens e traslados, para a Universidade.

É compromisso da PRAD, implementar as metas propostas no seu Plano de Ação Plurianual para alcançar os objetivos pretendidos, sempre identificando possíveis distorções, reprogramando essas metas, de modo a adequá-las às novas situações e cenários, por meio da sua estrutura organizacional, colaborando para a consolidação de ambiente harmônico para a UFPI e para seus funcionários

A estrutura da Pró-Reitoria de Administração é composta por duas diretorias: Diretoria Administrativa (DA) e pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF). Além das diretorias, fazem parte da estrutura administrativa da PRAD: a Comissão Permanente de Licitação (CPL). Compõem a Diretoria Administrativa: a Gerência de Contratos (GECON), a Divisão de Patrimônio (DPAT), a Divisão de Compras (DICOM), a Divisão de Almoxarifado (DIAL), a Divisão de Protocolo e Documentação (DIPD) e a Divisão de Vigilância Patrimonial (DVP), a seguir relacionadas às suas funções:

#### 1.4.2.5.1 Diretoria Administrativa (DA)

A Diretoria Administrativa tem como competências e principais atribuições de coordenar as ações para o cumprimento da missão da PRAD, proporcionando-lhe atingir seus objetivos institucionais, através do contínuo aperfeiçoamento organizacional, estabelecer e manter políticas e práticas inerentes às modernas técnicas de gestão, disseminar conhecimentos, capacitar e manter atualizada a área técnica, aplicar métodos e práticas legais, estimular ações proativas, oferecer ambiente agradável e condições favoráveis de trabalho, objetivando alcançar uma situação excepcional de gestão pública, para melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, capaz de permitir que a Universidade possa cumprir sua missão institucional.

##### 1.4.2.5.1.1 Gerência de Contratos (GECON)

A GECON tem como atribuição a gestão de modo sistemático dos contratos administrativos de prestação de serviços, exceto obras e engenharia, com a fiscalização por meio de servidores designados para a atividade de fiscal de contrato pela Pró-Reitoria de Administração, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. Constituem atividades de grande responsabilidade, pois o fiscal atua no

acompanhamento zeloso e diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais.

Com a implantação da GECON, em dezembro de 2013, serão acrescidas as atribuições de normatização e orientação para formulação, elaboração e celebração dos contratos administrativos provenientes dos processos formais de compra para a Universidade.

**1.4.2.5.1.2 Divisão de Patrimônio (DPAT)**

Compete à Divisão de Patrimônio planejar, executar, acompanhar e fiscalizar as atividades de logística (aquisição, controle, estocagem e distribuição de insumos e bens permanentes).

A DPA é uma unidade responsável pela gestão do patrimônio da UFPI. Esta Divisão executa atividades como: registro e controle dos Termos de Responsabilidade Patrimonial dos servidores, Termos de Doação, cadastramento de bens no sistema patrimonial, transferência de responsabilidade sobre bens, além de procedimentos de recolhimento e guarda de bens através do Depósito do Patrimônio, bem como sua destinação para reutilização ou abertura de procedimentos para alienação, dos considerados sucatas, inservíveis ou antieconômicos.

Registrar, controlar e atualizar de forma permanente a documentação dos bens móveis, imóveis e semoventes da Universidade, identificar com numeração própria e codificada os bens patrimoniais, imediatamente após sua conferência técnica e aceite, emitir os termos de responsabilidade e obter assinatura da autoridade que ficará responsável perante a administração dos bens em uso, conciliar, em conjunto com os setores pertinentes, os registros dos lançamentos e saldos patrimoniais e físicos, solicitar e subsidiar o processo de avaliação de bens, realizar o levantamento dos bens elaborando relatório circunstanciado referente às ocorrências e manter controle de bens deslocados para manutenção e conservação, além de realizar o cadastramento e tombamento dos bens patrimoniais, realizar o recebimento, a armazenagem e guarda dos materiais e insumos adquiridos por demanda para a Universidade, bem como seu controle e sua distribuição aos órgãos da UFPI.

**1.4.2.5.1.3 Divisão de Compras (DICOM)**

A DICOM é responsável por gerenciar todas as aquisições de materiais e equipamentos e serviços em geral, e manter disponíveis as informações de tramitação dos Processos Licitatórios de compra e contratação, observando os Princípios Gerais das LICITAÇÕES (art. 3°, caput, 8.666/93),

(Legalidade, Impessoalidade, Julgamento objetivo, Seleção da proposta mais vantajosa e Probidade administrativa). De atualizar a normatização e orientação da execução das rotinas de aquisição de material e serviços, através de processo formal de compra, na Universidade.

Realizar as compras de materiais e a contratação de serviços que dispensam licitações, manter o cadastro de fornecedores e prestadores de serviços e expedir os Certificados de Regularidade de Situação Jurídico-fiscal, consultar o catálogo de materiais via sistema SICAF do governo Federal, providenciar o cumprimento de atividades necessárias às licitações, conforme normas vigentes prestando apoio administrativo à Comissão Permanente de Licitação e manter contatos com fornecedores, dando uma maior rapidez no andamento do processo.

**1.4.2.5.1.4 Divisão de Almoxarifado (DIAL)**

A administração de almoxarifados de órgãos públicos federais é regida pela Instrução Normativa Nº. 205 de 08 de abril de 1988 que tem como objetivo racionalizar, com minimização de custos, o uso de material através de técnicas modernas que atualizam e enriquecem essa gestão com as desejáveis condições de operacionalidade, no emprego do material nas diversas atividades.

O almoxarifado é o local destinado à guarda, localização, segurança e preservação do material adquirido, adequado à sua natureza, a fim de suprir as necessidades operacionais dos setores integrantes da estrutura organizacional da UFPI.

Compete à Divisão de Almoxarifado examinar, conferir, receber o material adquirido ou cedido, de acordo com a nota de empenho ou documento equivalente, receber, conferir, guardar, registrar e distribuir material de estoque, elaborar estatística de consumo por materiais e centros de custos para previsão das compras, elaborar balancetes do material existente e outros relatórios solicitados, encaminhar à Divisão de Contabilidade as notas fiscais dos materiais recebidos para pagamento e viabilizar o inventário anual do material estocado e acompanhar a comissão nomeada para Tomada de Contas, no final do exercício e outras atividades inerentes à sua área de competência.

**1.4.2.5.1.5 Divisão de Protocolo e Documentação (DIPD)**

Compete à DIPD o recebimento, a triagem e a distribuição, através do serviço interno de malote, das correspondências enviadas à Universidade e postadas na Empresa de Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, bem como as de circulação interna da Universidade.

A elaboração, distribuição e controle de numeração dos processos administrativos da Universidade, bem como o controle de acesso ao sistema informatizado.

**1.4.2.5.1.6 Divisão de Vigilância Patrimonial (DVP)**

Compete a DVP o planejamento, a execução e a fiscalização das atividades relativas à proteção da integridade física das pessoas que trabalham ou circulam nos *campi* da UFPI, bem como a orientação e o acompanhamento de sua realização nas áreas afetas às Administrações da Universidade.

Promover a segurança é uma responsabilidade institucional e a Administração Superior está empenhada em garantir a melhoria e a modernização da área. Contudo, é imprescindível a soma de esforços para resultados mais efetivos.

**1.4.2.5.2 Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF)**

A Diretoria de Contabilidade e Finanças é o órgão responsável pela coordenação da contabilidade orçamentária e financeira da UFPI. Foi criada para atestar os registros da instituição (conformidade contábil), os balanços e demonstrações. Tem a competência de coordenar as atividades financeiras à luz das diretrizes emanadas da PRAD.

É responsável pelo cadastramento e confirmação dos operadores do SIAFI, definindo os níveis de acesso ao sistema. Presta apoio técnico contábil às áreas de planejamento, para elaboração da proposta, e/ou reformulação do orçamento e dos créditos adicionais. Informa aos órgãos internos e externos sobre relatórios de prestação de contas de convênios/contratos. Supervisiona periodicamente ainda a execução contábil e financeira das unidades organizacionais. Realiza, sob a orientação da Administração Superior, a aplicação dos recursos próprios, além de fazer cumprir as normas e os procedimentos operacionais estabelecidos pelas leis inerentes à administração pública.

**1.4.2.5.3 Comissão Permanente de Licitação (CPL)**

De acordo com o inciso XVI do art. 6º e art. 51, ambos da Lei nº 8.666/93, a CPL é responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, sendo que dentre esses documentos estão os de habilitação e propostas, relativos às licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite.

Nos termos do Artigo nº 51 e seguintes da Lei 8.666/93, é constituída por servidores qualificados pertencentes ao quadro permanente da UFPI, responsáveis pela licitação.

Observa-se no § 3º do art. 51 da Lei de Licitações: "Os membros das comissões de licitação respondem solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão".

### 1.4.2.6 Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN)

A Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) é o órgão central do sistema de planejamento da Universidade Federal do Piauí, competindo-lhe a elaboração, o acompanhamento e avaliação da programação orçamentária, administrativa e informacional de planos, programas e projetos.

É responsável por planejar as atividades da Instituição de forma geral e integrada, elaborando as propostas de orçamento, controle dos meios necessários à consecução dos objetivos, além da execução ou a promoção e coordenação da pesquisa institucional e da assistência técnica prestada aos demais órgãos da Instituição, coordenando a elaboração e acompanhamento da aplicação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o orçamento, o plano de expansão e execução financeira dos convênios firmados, a articulação entre a UFPI e os órgãos de avaliação, supervisão e regulação da educação superior, exercendo suas funções com o apoio de subunidades organicamente articuladas, a saber: a Diretoria de Informação e Avaliação Institucional; Procuradoria Educacional Institucional; Coordenadoria de Planos, Programas e Projetos; Coordenadoria de Orçamento e Coordenadoria de Planejamento Administrativo.

#### 1.4.2.6.1 Diretoria de Informação e Avaliação Institucional (DIAI)

A DIAI é um órgão vinculado à PROPLAN, encarregado de proceder, no âmbito da UFPI, o apoio institucional ao processo avaliativo, interno e externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPI.

A DIAI foi criada a partir da edição da Resolução 018/2009 – CONSUN, de 24 de setembro de 2009, que autorizou a modificação em órgãos e cargos diretivos da UFPI, com o objetivo de operacionalizar o processo avaliativo no âmbito institucional e cumprir os preceitos legais, sobretudo a Lei 10.861/2004, o Decreto 5773/2006, a Portaria Normativa nº 40/2007, as

orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e Institutos Nacional de Pesquisas Educacionais " Anísio Teixeira" (INEP).

A DIAI tem atuação voltada para a melhoria da qualidade da educação superior e para o desenvolvimento da qualificação acadêmica, científica e cultural da UFPI, contribuindo para ampliar e diversificar sua inserção regional, nacional e internacional. Contribui com o planejamento acadêmico e administrativo da universidade, mediante a identificação de estratégias, instrumentos e ações institucionais necessárias para a formulação de políticas voltadas para a melhoria dos indicadores de qualidade da Universidade, bem como, da utilização dos resultados dos processos avaliativos como um real instrumento de gestão.

Incumbe-se de providenciar o suporte adequado ao trabalho de todas as comissões de avaliação interna e externa, assim como o preenchimento de formulários de avaliação e demais instrumentos avaliativos que integram a sistemática do SINAES. Ademais emite pareceres em todos os processos de registro diplomas emitidos por faculdades particulares de todo o Estado do Piauí, acerca do cumprimento do ciclo avaliativo, vigência do PDI e regularidade documental, bem como da certificação da regularidade de cursos da UFPI em processos de transferência de alunos para outras IES.

Em harmonia com outras ações da PROPLAN, a DIAI atua no processo de elaboração quinquenal do PDI e PPI, bem como, no acompanhamento das ações previstas que se articulam com o processo avaliativo, de forma a possibilitar o cumprimento da legislação educacional (Lei 9396/1996, Decreto 5773/2006 (com as atualizações), Portaria Normativa 40/2007 em sua atual redação, Resoluções do INEP, da SESu, do CNE e normas do CEPEX.

Engloba, em sua estrutura, o Serviço de Procuradoria Educacional Institucional (PI).

#### 1.4.2.6.2 Procuradoria Educacional Institucional (PI)

A P.I., vinculada à DIAI, é o órgão encarregado diretamente da articulação com o Ministério da Educação, promovendo a permanente interlocução entre a UFPI e o MEC, através do INEP e suas Secretarias, encarregadas da avaliação, supervisão e regulação da Educação Superior.
As principais atribuições da P.I./DIAI dizem respeito a:

- ✓ Procedimentos de atualização da documentação institucional junto ao MEC, promovendo o cadastro dos cursos (presenciais e a distancia) e suas permanentes atualizações;
- ✓ Verificação permanente dos cursos que concluem um ciclo avaliativo para protocolar as solicitações de atualizações dos atos regulatórios;

- ✓ Apoio institucional ao processo avaliativo interno, processado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- ✓ Postagem anual de Relatório de Autoavaliação institucional;
- ✓ Organização de documentos e protocolos de processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimentos de cursos junto à plataforma e-MEC;
- ✓ Preenchimento dos formulários eletrônicos relativos ao processo de reconhecimento de cursos;
- ✓ Organização da logística, recepção e acompanhamento das comissões do INEP durante as visitas de avaliação in loco;
- ✓ Acompanhamento do trâmite documental de processos;
- ✓ Organização documental e atendimento a diligências documentais instauradas pela Diretoria de Regulação do MEC, em consonância com a Coordenadoria de Currículo e as Coordenações de Cursos de graduação;
- ✓ Administração dos procedimentos de divulgação de calendários, inscrição de alunos, realização de palestras setorizadas e justificativas de dispensa de alunos no ENADE;
- ✓ Análise dos indicadores de qualidade da UFPI após divulgação anual do IGC pelo INEP;
- ✓ Articulação com: a PREG acerca dos docentes necessários aos cursos em avaliação; a PRAD sobre equipamentos necessários nos laboratórios que receberão visitas de comissões; e com a direção do Sistema de Bibliotecas acerca do acervo e de profissionais bibliotecários para os Campi sede de cursos em avaliação;
- ✓ Preparação documental e recepção dos auditores da plataforma PING-IFES;
- ✓ Preparação documental e preenchimento de dados do Censo da Educação Superior.
- ✓ Articulação com a PREG e coordenações de cursos sobre a necessidade de instituição de medidas de melhorias no âmbito dos cursos de graduação e orientação às coordenações de Cursos sobre a realização dos “Planos de Melhorias Acadêmicas”;
- ✓ Colaboração com os diversos setores para a regularização documental da UFPI junto a conselhos profissionais.

#### 1.4.2.6.3 Coordenadoria de Planos Programas e Projetos (CPPP)

A CPPP é um setor vinculado à PROPLAN, que interage com instituições públicas e privadas, com vistas à celebração de parcerias, acordos de cooperação, convênios e contratos, observando o cumprimento das normas internas da Instituição e das legislações pertinentes. A CPPP tem como objetivo principal assessorar todos os setores da UFPI na elaboração de programas e

projetos a serem encaminhados aos órgãos financiadores, visando assinatura de convênios e liberação de recursos financeiros. São atribuições da CPPP:

- ✓ Desenvolver e orientar processos de elaboração e acompanhamento de programas, planos e projetos, integrando-os e compatibilizando-os com o planejamento global da UFPI;
- ✓ Interagir e formalizar parcerias com instituições públicas ou privadas, bem como controlar e acompanhar convênios, contratos, acordos de mútua cooperação, termos de doação e outros Instrumentos jurídicos congêneres;
- ✓ Elaborar e acompanhar termos aditivos, termos de cooperação, planos de trabalho para descentralização de crédito orçamentário, protocolo de intenções, contratos de prestação de serviços com a fundação de apoio, relativos aos projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional;
- ✓ Analisar os relatórios e as prestações de contas dos convênios/contratos de responsabilidade da PROPLAN;
- ✓ Propor medidas saneadoras necessárias com relação a todos os convênios, contratos, acordos de mútua cooperação ou outros Instrumentos jurídicos congêneres que se encontram em execução.

#### 1.4.2.6.4 Coordenadoria de Orçamento (CODEOR)

A CODEOR é um setor vinculado à PROPLAN, que tem como objetivo a elaboração, o acompanhamento e a execução do orçamento, como também a diversificação de suas fontes de recursos e o estabelecimento de critérios e prioridades para sua alocação.

Suas principais atribuições são: desenvolver a Proposta Orçamentária da UFPI; analisar o orçamento interno; assessorar o Pró-Reitor no que remete à proposta orçamentária; monitorar a execução orçamentária promovendo os ajustes necessários; solicitar créditos adicionais para custear gastos adicionais adquiridos pela Universidade; e monitorar as metas físicas das atividades pela qual a Coordenadoria é responsável.

#### 1.4.2.6.5 Coordenadoria de Planejamento Administrativo (CPAD)

A CPAD foi criada em 2014 em substituição à antiga Coordenadoria de Planejamento Administrativo e Informacional (COPLAIN). É o setor vinculado à PROPLAN encarregado de operacionalizar as ações do SIORG (Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal), instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, que é a fonte oficial de informações

sobre a estrutura organizacional dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal - Administração Direta, Autarquias e Fundações, objetivando o aperfeiçoamento na gestão com vistas a descentralização de operações antes centralizadas no Ministério do Planejamento, eficiência, transparência, cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), bem como automatizações e eliminação de digitações e erros, desmaterialização e redução de consumo de papel, melhoria das informações gerenciais, mais segurança e maior controle das ações governamentais.

A CPAD também é incumbida de interagir com os distintos setores da UFPI para obtenção de dados e elaboração do Relatório Anual de Gestão da UFPI, bem como de encaminha-lo, sob a supervisão do Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento, ao Tribunal de Contas da União e outros órgãos de controle. Ademais é encarregado de atender aos órgãos de controle durante os processos de auditoria aos quais a UFPI seja submetida.

### 1.4.2.7 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)

A PRAEC é o órgão que executa a Política Nacional de Assistência Estudantil e as ações de atendimento ao servidor da UFPI. Foi criada em 1992, a fim de organizar, dirigir, supervisionar e orientar as atividades universitárias no contexto social e assistencial.

É o órgão que implanta as ações para garantir a permanência do alunado e a conclusão de cursos de graduação, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica. Para programar essa política, o Governo Federal destina recursos às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, os quais são aplicados em moradia, alimentação, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte, dentre outros.

A PRAEC executa os programas de apoio aos discentes, caracterizados pela natureza inclusiva que revelam indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro e de responsabilidade social. Os programas descritos a seguir estão implantados, com caráter permanente, e são voltados para o oferecimento, aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, subsídios necessários à melhoria de seu desempenho acadêmico e, consequentemente, da garantia de sua permanência na instituição até a conclusão do curso.

Para a promoção das ações sociais e assistenciais, a PRAEC conta com duas coordenadorias: Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM) e Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND).

### 1.4.2.7.1 Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM)

A CACOM foi incorporada à PRAEC em 1992, mas sua criação data de 1977, com a denominação de Coordenação de Assistência ao Estudante (Resolução nº 067/77 do CAD), na Gestão do Reitor José Camilo da Silveira Filho. Quando da criação da PRAEC passou a ser intitulada Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM), aglutinando os Programas de Assistência ao Estudante e ao Servidor da UFPI.

A CACOM possui programas de acompanhamento ao corpo discente e de estímulo à sua permanência na Instituição, com vista à conclusão do curso no tempo adequado. O atendimento ao discente é processado de maneira integral, através das políticas inclusivas de favorecimento ao seu acesso e manutenção de sua permanência, potencializando o oferecimento de ensino de qualidade no âmbito da graduação e pós-graduação e oferecendo ambiente adequado ao desenvolvimento da pesquisa científica e da extensão universitária. As políticas de atendimento aos discentes são operacionalizadas por meio dos diversos serviços oferecidos, programas, projetos e ações, descritas no Quadro 21.

**Quadro 21** - Programas de acompanhamento discente e de estímulo à permanência na UFPI

| PROGRAMAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Residência Universitária | Moradia e alimentação para alunos de baixa renda familiar oriundos de outros municípios e Estados em relação ao Campus sede da UFPI em Teresina-PI. |
| Isenção da Taxa de Alimentação (ITA) | Isenção do valor da taxa de acesso aos Restaurantes Universitários e alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive alunos oriundos de outros países. |
| Bolsa de Apoio Estudantil (BAE) | Auxílio financeiro concedido por 24 meses no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais a alunos de baixa renda familiar. |
| Bolsa de Incentivo a Atividades Multiculturais e Acadêmicas (BIAMA) | Tem por objetivo estimular a participação dos estudantes em projetos supervisionados por docentes ou técnicos da UFPI, possibilitando sua formação ampliada. |
| Auxílio para Atividades Acadêmicas, Culturais e Acadêmicas (APEC) | Possibilita a participação dos estudantes de graduação em atividades acadêmicas, culturais e acadêmicas, por meio de ajuda de custo. |
| Auxílio Creche | Auxílio financeiro no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) concedidos a alunos com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de bebês com idade de até dois anos e onze meses. |
| Apoio Pedagógico | Auxílio financeiro no valor de R$ 400 (quatrocentos reais) concedidos a alunos com necessidades educacionais especiais. O auxílio ao beneficiário ocorre por indicação do aluno que possui a deficiência. |
| Kit Odontológico | Material permanente de uso clínico nas aulas práticas do Curso de Graduação em Odontologia cedido, em comodato, para alunos cotistas, a partir do quarto período do Curso. |
| Atendimento Odontológico | Procedimentos clínicos de diagnóstico, prevenção, profilaxia, restauração e exodontia, gratuitamente a alunos e servidores e seus dependentes. |
| Atendimento Psicossocial e Pedagógico | Serviço de Atendimento ao servidor e ao estudante, com vistas à superação de problemas de ordem social, psicológica e pedagógica. |
| Atendimento a Necessidades Educacionais Específicas | Serviço de apoio ao estudante com necessidades educacionais especiais específicas, com vistas a superação de dificuldades causadas por deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. |

| | |
|---|---|
| Programa de Apoio aos Esportes (PRAE) | Programa que incentiva a prática do esporte na UFPI, com bolsas para atletas, realização de competições locais e apoio à participação em competições externas. |

Fonte: PRAEC/2014

### 1.4.2.7.2 Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND)

A CND é o órgão de assistência estudantil da UFPI responsável pela gestão dos Restaurantes Universitários da UFPI, os quais incluem as unidades nos Campi de Parnaíba, Picos, Floriano e Bom Jesus e mais três unidades em Teresina.

O Restaurante Universitário da UFPI (RU) tem a finalidade de fornecer refeições balanceadas, higiênicas e de baixo custo à comunidade universitária. Criado em 1977, funcionou por mais de três décadas em apenas uma unidade no Campus sede (Teresina). A partir de 2008 este serviço passou a ser decentralizado e a comunidade pode contar três unidades assim distribuídas:

- ✓ Unidade RU-I, que também é o centro de produção de alimentos e fica sediada no Bloco 14 do CMPP, que é Campus sede;
- ✓ Unidade RU-II, situada no Espaço Rosa dos Ventos, que é um grande espaço de convivência, próximo à BCCB;
- ✓ Unidade RU-III - localizada no Centro de Ciências Agrárias, que fica no Bairro Socopo.

Até o ano de 2009, o serviço de Restaurante Universitário só era oferecido no campus sede, em Teresina. No período entre 2010 e 2013, a UFPI construiu e colocou em funcionamento, um Restaurante Universitário em cada Campus fora de sede, na seguinte ordem cronológica: CPCE e CMRV em 2010, CSHNB em 2011 e, CAFS em 2013.

Os quatro novos RUs construídos na vigência do PDI 2010-2014 apresentam características semelhantes, com *lay-out* compatível com as necessidades dos serviços, refeitórios climatizados, cozinha industrial, áreas de recepção e armazenamento de alimentos incluindo câmaras frigoríficas, além dos setores administrativos. Respeitando as particularidades de cada Campi, os oito RUs mantêm o mesmo padrão de funcionamento, especialmente nos seguintes aspectos:

- ✓ Categorias de usuários:

- os RUs atendem exclusivamente à Comunidade Universitária: estudantes (2º grau/ensino técnico, graduação, pós-graduação e extensão), servidores (docentes, técnicos administrativos e terceirizados) e visitantes, em atividades acadêmicas ou técnicas na Instituição;

- ✓ Preços das refeições:

- os preços efetuados por categoria são os mesmos em todos os Campi: R$ 0,80 para estudante; R$ 1,25 para servidor; R$ 3,00 para visitante. Os alunos dos Colégios Técnicos, os moradores das

Residências Universitárias e os beneficiários do Programa Bolsa Alimentação são isentos da taxa do RU.

✓ Critérios de acesso: o acesso é permitido mediante identificação do usuário por categoria:

- estudante após apresentação de carteira de estudante;
- os calouros podem apresentar confirmação de matrícula e documento com foto;
- servidores com apresentação de crachá, carteira do sindicato ou contracheque e documento com foto.

✓ Dias e horário de funcionamento: os RUs de todos os Campi funcionam nos mesmos horários: Desjejum de 06:30 às 07:30 horas (em Floriano e em Teresina, no RU-III), Almoço de 11:00 às 13:30 horas (de segunda a sábado) e Jantar de 17:00 às 19:00 horas(de segunda a sexta), porém o RU-II tem horário de almoço estendido, de 11:00 às 14:00 h, em virtude de uma pesquisa de demanda que demonstrou ser esse RU o mais procurado no horário entre 13:30 e 14:00 horas.

✓ Padronização do cardápio: o cardápio oferecido nos RUs de todos os Campi, tem as mesmas características, e fornece cerca de 2.000 calorias por dia, nas refeições almoço e jantar.

Subsidiado pela UFPI em quase 80%, o cardápio semanal é disponibilizado no sítio eletrônico da instituição, e oferece cerca de 2.000 calorias/dia (almoço e jantar) aos usuários. Durante o período letivo, nos dias de pico, fornecem até 11.500 refeições/dia. Para a manutenção dos RUs, somente em 2013, um montante de R$ 5.656.275,43 foram investidos, gerando uma receita de R$ 1.268.484,20, que o corresponde a 22,43% do valor investido.

Todos os RUs da UFPI são espaços privilegiados para pesquisas em várias áreas do conhecimento sistematizado, tais como administração, engenharia de produção, arquitetura e especialmente na grande área de alimentos e nutrição, sendo objeto de estudo de vários cursos.

Os RUs dos Campi de Teresina, Picos, Parnaíba e Floriano têm importante ação pedagógica, recebendo estudantes do curso de graduação em Nutrição para estágio curricular e extracurricular em Alimentação Institucional, sob a supervisão dos Nutricionistas do setor. Em Teresina e Picos são contemplados os alunos do referido curso da própria Instituição e em Floriano e Parnaíba, mediante parcerias, recebem alunos de faculdades privadas daquelas cidades.

### 1.4.3 Prefeitura Universitária (PREUNI)

A PREUNI é o órgão executivo da Administração Superior da UFPI encarregado da administração da infraestrutura dos Campi, executando serviços imprescindíveis para criar um

ambiente harmonioso que possibilite à universidade desenvolver as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.

Suas atribuições incluem: a realização de projetos de arquitetura e urbanismo, de engenharia e de instalações; a fiscalização de obras e serviços de engenharia; a licitação de obras e serviços de engenharia; a gerência de serviços de manutenção nas instalações elétricas, telefônicas, hidráulicas e sanitárias, de refrigeração e de gás; a realização da manutenção das redes de abastecimento e captação; o transporte de pessoas e bens; a conservação e limpeza das edificações e das áreas verdes; o controle do uso dos espaços; o controle do sistema viário; a manutenção e conservação das vias e mobiliários públicos, entre outras atribuições.

A PREUNI é responsável por atender a atual demanda da Comunidade Universitária, em conformidade às exigências dos órgãos Reguladores e Fiscalizadores: Corpo de Bombeiros, Secretaria de Meio Ambiente, ANVISA, CONAMA, CGU, TCU, MPU dentre outros.

Atualmente a PREUNI oferece suporte e atende à demanda dos:

- ✓ 05 Campi existentes (com área maior que 300.000,00 m²);
- ✓ Campus Ministro Petrônio Portella – Teresina-PI;
- ✓ Campus Ministro Reis Velloso – Parnaíba-PI;
- ✓ Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – Picos-PI;
- ✓ Campus Amílcar Ferreira Sobral – Floriano-PI;
- ✓ Campus Professora Cinobelina Elvas – Bom Jesus-PI;
- ✓ 169 Cursos de Graduação (regulares, presenciais, PARFOR e convênios);
- ✓ 36 Cursos de Mestrado;
- ✓ 07 Cursos de Doutorado;
- ✓ Mais de 27.000 alunos;
- ✓ Mais de 1.700 professores (efetivos e substitutos);
- ✓ Mais de 1.000 técnicos administrativos;

Integram a estrutura da PREUNI: a Coordenações de Projetos e Obras; a Coordenação de Serviços Gerais e a Comissão de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.

#### 1.4.3.1 Coordenação de Projetos e Obras (CPO)

A CPO é composta por duas divisões: a Divisão de Projetos (contendo a Seção de Desenho) e Divisão de Orçamento.

É responsável pela coordenação, supervisão, análise, elaboração e planejamento de projetos e estudos de obras, orçamentos, especificações, normas de manutenção preventiva e corretiva nas

dependências da Universidade. Tem a guarda de todas as plantas dos imóveis da Universidade. Cabe também a esta Coordenação elaborar pareceres e laudos técnicos referentes à sua área de atuação.

Tem as atribuições de acompanhar a elaboração de contratos, convênios e adjudicações; fiscalizar as obras e serviços de engenharia quando de sua realização por empresa contratada; controlar a liberação de parcelas de obras e serviços; elaborar relatórios referentes a obras e serviços de engenharia em execução; realizar estudos e executar providências relacionadas com a aquisição e desapropriação de novas áreas; elaborar dados e instrumentos necessários a licitações, adjudicações, convênios e contratos de obras, serviços, materiais e equipamentos; participar da elaboração e manutenção do Caderno Geral de Encargos.

### 1.4.3.2 Coordenação de Serviços Gerais (CSG)

A CSG engloba três divisões: a Divisão de Transportes (contendo a Oficina), a Divisão de Manutenção Predial e Mobiliária (contendo a Marcenaria), e a Divisão de Manutenção Elétrica e de Telefonia (oficina de Refrigeração e oficina Eletroeletrônica).

Compete à Coordenação de Serviços Gerais cuidar da manutenção preventiva, corretiva e operacional do patrimônio móvel e imóvel da Universidade e gerenciar as atividades de apoio operacional da Universidade. Realizar a manutenção e a conservação dos logradouros públicos, mobiliário, sinalização urbana, veículos, equipamentos e máquinas nos Campi da UFPI. É responsável pelo planejamento, controle e avaliação das atividades de apoio operacional da Universidade. É responsável pelas atividades de zeladoria/portaria, transporte de mobiliário e equipamentos, jardinagem, limpeza, operação de elevadores, coleta de lixo e parqueamento de veículos.

Tem as atribuições de planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades de manutenção, limpeza e conservação dos prédios, redes de infraestrutura e de áreas verdes da UFPI; participar da elaboração de dados e instrumentos necessários a licitações, para contratação de empresas para serviços de manutenção e limpeza; manter o registro e controle de materiais, equipamentos e ferramentas utilizados em serviços de manutenção; elaborar relatórios referentes à execução de serviços de manutenção quando executados por empresas contratadas; controlar a liberação de parcelas de pagamentos de serviços de manutenção executados por empresas contratadas.

### 1.4.3.3 Comissão de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia (CLOS)

Tem as atribuições de dirigir e julgar as licitações que buscam escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e praticar os atos necessários para posterior contratação; programar as licitações em articulação com as unidades administrativas da PREUNI; proceder à divulgação de licitações a partir da elaboração de editais; realizar todo o procedimento licitatório; receber e informar recursos; promover diligências, quando necessário; submeter os processos licitatórios, após regular instrução, ao Reitor da UFPI, para fins de homologação, ou, conforme o caso, anulação ou revogação.

### 1.4.4 Superintendência de Comunicação Social (SCS)

A Superintendência de Comunicação Social (SCS) é órgão de direção subordinado diretamente à Reitoria da UFPI encarregado de prestar assessoria em matéria de Comunicação Social. Originou-se da Coordenadoria de Comunicação Social, estrutura que vigia no PDI anterior, e tem como principal atribuição planejar, criar, supervisionar, inspecionar e avaliar as diretrizes de uma política global de comunicação para a UFPI. Sua criação se deu em primeiro de janeiro de 2013, pela Resolução nº 010/13 do CONSUN e ratificada pela Res. 013/13, com ascendência administrativa sobre as seguintes unidades: Gráfica Universitária da UFPI, Editora Universitária da UFPI, Coordenadoria de Comunicação, Rádio FM Universitária e TV Universitária, ainda não implantada, mas que está em projeto. Por conta da natureza do trabalho, colabora com a ouvidoria.

A SCS tem por visão “ser reconhecida como uma Unidade mais dinâmica e responsável pela criação e difusão de conteúdos interessantes, atrativos, integrados e acessíveis a toda a comunidade acadêmica ou não utilizando as diferentes, inovadoras e inclusivas plataformas de comunicação”. Seus valores são: Responsabilidade, transparência, respeito à diversidade, credibilidade, ética e profissionalismo.

São objetivos da CCS:

- ✓ Estabelecer rotinas, normas e regimentos nos setores a ela vinculados;
- ✓ Acolher e analisar com gestores das unidades e de outros Campi fora de sede as propostas de comunicação que visem uma melhor aproximação da comunidade acadêmica e sociedade em geral;
- ✓ Assessorar a reitoria
- ✓ Gerenciar crises

### 1.4.4.1 Coordenadoria de Comunicação Social (COORDCOM)

A COORDCOM foi criada e incorporada à estrutura da SCS pelas Res. 010/2013 e 013/13 do CONSUN, as quais criam e modificam órgãos e distribuição de cargos no âmbito da UFPI. Como estrutura recentemente criada tem as atribuições de criar a Web TV e/ou canal da cidadania; implementar a Newsletter; atualizar permanentemente o site da Instituição, em consonância com o NTI; criar um canal no site de vídeos *Youtube* e atualizar permanentemente as redes sociais, que possibilitam a comunicação da UFPI, tanto internamente quanto externamente.

### 1.4.4.2 Editora Universitária da UFPI (EDUFPI)

A Editora da UFPI (EDUFPI) foi criada em 1992, pela Resolução CEPEX 041/92, reestruturada em 2006 e incorporada à estrutura da SCS em 2013.

A EDUFPI tem por objetivo estimular a produção escrita, difundir a produção acadêmica nos campos científico, tecnológico, didático e literário, bem como, efetuar intercâmbio com as entidades editoriais visando a coedição, a tradução, divulgação e distribuição da produção escrita. Tem como finalidade principal a difusão da produção científica da Universidade, constituindo-se num canal de comunicação com a sociedade, bem como com a própria instituição. Neste processo, há uma reciprocidade de influências que resulta não só no enriquecimento das partes envolvidas, como no estabelecimento de novas políticas acadêmicas.

As atividades editoriais da UFPI iniciaram ainda na década de 70, através da Gráfica Universitária, onde foram editadas as primeiras obras publicadas pela Universidade. Posteriormente, foi criado o Conselho Editorial, em 1992, com o objetivo de instituir um órgão superior consultivo e deliberativo em matéria de editoração na UFPI. Em 1993, foi dado um passo decisivo, com a criação da Editora Universitária que possui o papel institucional de estimular a produção acadêmica e promover a difusão do conhecimento, canalizando a produção intelectual da comunidade universitária. A EDUFPI, na sua função de difusora do conhecimento produzido pelos pesquisadores da UFPI, já contabiliza mais de 400 títulos publicados nas diversas áreas temáticas e dispõe de uma livraria própria, onde comercializa, além de sua produção, a de mais 60 outras instituições universitárias e algumas editoras privadas de todo o Brasil.

São objetivos da EDUFPI:

- ✓ Publicar originais aprovados pelo seu Conselho Editorial;
- ✓ Propor convênios ou acordos visando a publicações em forma de coedições e de parcerias;

- ✓ Auscultar e promover a demanda de publicações científicas, técnicas e profissionais;
- ✓ Desenvolver coleções em diferentes gêneros e formatos, que atendam às necessidades da comunidade científica;
- ✓ Atender demanda particular de autores independentes.

A EDUFPI prioriza os seguintes tipos de publicação:

- ✓ Livros resultantes de teses de doutorado e dissertações de mestrado;
- ✓ Livros didáticos de apoio ao ensino de graduação,
- ✓ Coleções temáticas, a exemplo da Coleção Nordestina;
- ✓ Coletâneas relacionadas às linhas de pesquisa dos Programas de Pós-graduação da UFPI;
- ✓ Cadernos temáticos em forma impressa e digital.

Além de ser responsável pelo projeto editorial e difusão da produção científica da Universidade, através da publicação de livros nas diversas áreas do conhecimento, a EDUFPI produz diversos serviços a comunidade, atendendo a demandas internas e externas, como: fornecimento de ISSN e ISBN para a comunidade cultural piauiense, agenda de lançamentos de obras publicadas pela editora, diretamente ou através de coedições, orientações para possível publicação de obras de autores iniciantes.

O Conselho Editorial (CONSE) é o órgão superior consultivo e deliberativo em matéria de editoração, a quem compete o estabelecimento das diretrizes gerais e definição das linhas especificas da Política Editorial; elaboração do Plano de Editoração a ser submetido à homologação da Reitoria; definição das normas para o encaminhamento das obras a serem editadas; julgamento, em instância superior, da qualidade das obras a serem editadas, de acordo com a Política Editorial da Universidade; solicitação, quando necessário, do parecer de especialistas sobre temas específicos. Reúne-se sempre que convocado pelo Presidente e no mínimo uma vez por trimestre para; apreciar os pareceres emitidos pelos relatores, decidindo a conveniência da publicação; indicar consultores “ad-hoc” para avaliação de originais e tratar de todos os assuntos pertinentes à sua área de atuação.

### 1.4.4.3 Gráfica Universitária da UFPI (GRAFUFPI)

A Gráfica Universitária da UFPI (GRAFUFPI) é órgão singular oficialmente vinculado à SCS/ UFPI, conforme recente reorganização administrativa promovida pela Resolução N.º 013/ 2013, de 19.02.2013.

No geral, a GRAFUFPI tem a incumbência de desenvolver uma política de produtos de artefatos e serviços gráficos, com qualidade, necessários ao uso institucional e que não possam ser divulgados por meios eletrônicos ou que necessitem ser divulgados/ veiculados também em papel ou outros substratos. Busca atender, dentro das várias e visíveis limitações, os critérios de quantidade e de qualidade pertinentes aos artefatos e serviços gráficos, assim como diminuir, dentro do possível, os custos de produção comparativamente às congêneres comerciais. Busca, outrossim, ampliar a gama de artefatos e serviços gráficos prestados, ampliando seu *portfolio*, via aquisição de maquinários e equipamentos contemporâneos e adequados às novas tarefas visando suprir as demandas emergentes e também repondo maquinários e equipamentos desgastados pelo uso. Também busca atualização constante de seu parque gráfico e qualificação e treinamento dos servidores bem como se adequar às normas ambientais para uma produção cada vez mais limpa.

#### 1.4.4.4 Rádio FM Universitária

A Rádio FM Universitária, 96,7 MHz foi implantada em 10 de outubro de 2005 quando a Empresa Brasileira de Comunicação – Radiobrás – por meio do convênio RDB/DIJUR/N.054/2005, autorizou a Universidade Federal do Piauí a estabelecer as condições de operações dos serviços de radiodifusão de sons. Desde então, a comunidade acadêmica, em especial a Administração Superior, servidores e professores da Universidade Federal do Piauí não mediram esforços a fim de concretizar o projeto.

Com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007, a empresa corresponde à união do patrimônio da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), a FM Universitária passa a estar ligada a EBC.

No final de 2008, com o prefixo ZYX 844, a Rádio FM Universitária, 96,7 MHz, inicia as transmissões em fase experimental, tendo como equipe inicial, o professor Paulo Henrique Gonçalves de Vilhena Filho, diretor da Rádio e Renato Basílio Soares, diretor de programação.

Em 09 de setembro de 2011, o prédio da Radio Universitária foi inaugurado em uma cerimônia transmitida ao vivo. O descerramento da placa foi feito em conjunto pelo reitor da época, prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior, pelo Diretor da Rádio, pelos Reitores das Universidades Federais do Ceará e Rural de Pernambuco, professores Jesualdo Farias e Walmar Correa de Andrade, representando todos os reitores que se encontravam em Teresina participando do Encontro de Reitores do Nordeste, e por Deusdeth Nunes – o Garrincha. A data marcou também fim da fase experimental.

A Rádio FM Universitária tem como missão: oferecer ao público uma programação plural, ética e comprometida com práticas educativas, artísticas, culturais e informativas e como visão: ser referência em comunicação e jornalismo públicos no Estado do Piauí. Seus valores são**:** compromisso com a comunicação e jornalismo públicos; Independência nos conteúdos e transparência; defesa dos direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania; valorização de pessoas, da diversidade cultural brasileira e divulgação da cultura e da música piauiense; formação crítica, cultural e cidadã dos ouvintes; valorização profissional, desenvolvimento do ser humano, estímulo ao conhecimento, à criatividade, a inovação e a sustentabilidade; crescer de forma qualitativa e ética, tendo por base o reconhecimento dos ouvintes.

### 1.4.5 Superintendência de Recursos Humanos (SRH)

A SRH foi implantada na UFPI em 2013, através da Resolução nº 44/13 – Anexo I, do CAD, em substituição à Diretoria de Recursos Humanos.

É o órgão responsável por coordenar as ações desenvolvidas pelas Coordenadorias e demais unidades administrativas sob sua supervisão; promover a orientação e a integração das unidades da SRH quanto às políticas e ações de gestão de pessoas; delegar atribuições aos servidores envolvidos na Superintendência; praticar todos os demais atos necessários ao exercício das funções vinculadas à SRH.

São Unidades integrantes da SRH as Coordenações de: Administração de Pessoal, de Desenvolvimento de Pessoas e de Coordenação de Pagamento.

#### 1.4.5.1 Coordenação de Administração de Pessoal (CAP)

A Coordenação de Administração de Pessoal é o órgão responsável por formular diretrizes; exarar pareceres; responder a consultas; planejar, organizar, coordenar e desenvolver atividades relacionadas com a provisão, pagamento, registro, classificação de cargos e funções, módulo lotacional, manutenção e controle de recursos humanos, em articulação com o Sistema de Pessoal da Administração Federal – SIAPE, SIG e outros sistemas de gestão da Universidade.

Integram esta Coordenação as seguintes Divisões:

- **Divisão de Cadastro e Arquivo (DCAR) –** a quem **c**ompete organizar, controlar e atualizar os registros de documentos e dados cadastrais de servidores ativos e aposentados; elaborar e controlar os Contratos Temporários; emitir certidão/declaração; realizar o gerenciamento de

documentos nos sistemas de informação e de gestão; receber e conferir documentação necessária no ato da posse; identificar o servidor nos processos em tramitação; e desenvolver outras atividades correlatas e afins à sua área de atuação.

- **Divisão de Provimento e Controle (DPC) –** encarregada de coordenar, executar e acompanhar o controle e a evolução do quadro de vagas de pessoal da Universidade, os Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG); supervisionar os Contratos Temporários, os termos de posse dos recém-nomeados e ocupantes de Cargos de Direção, o cadastro dos servidores, o acúmulo de cargos e desenvolver outras atividades correlatas e afins à sua área de atuação.

### 1.4.5.2 Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CDP)

A Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas é o órgão responsável pela gestão das ações relativas ao planejamento, acompanhamento, capacitação e avaliação dos servidores da UFPI; mobilidade interna dos servidores técnico-administrativos; recepção, integração e socialização dos novos servidores.

Esta Coordenação integra os seguintes serviços:

- **Serviço de Capacitação**

– a quem **c**ompete implementar e coordenar as políticas e as ações de capacitação de pessoal; avaliar a eficiência e a eficácia das ações de treinamento; proceder a análise dos processos, verificando a correlação entre o treinamento, o cargo e o ambiente organizacional, para fins de concessão de progressão por capacitação e incentivo à qualificação, conforme legislação vigente; analisar os processos de afastamento no país e de licença para capacitação de servidores técnico-administrativos, verificando a consonância com o plano de desenvolvimento dos servidores; elaborar o Plano Anual de Capacitação; propor contratos e convênios com entidades públicas ou privadas para fins de capacitação dos servidores; elaborar e atualizar normas técnicas e de funcionamento relativas à sua área de atuação.

- **Serviço de Acompanhamento e Avaliação**

– encarregado de implementar e avaliar os processos de socialização, acompanhamento e avaliação de desempenho nas unidades da UFPI; coordenar ações para acompanhamento funcional dos novos servidores, visando à inserção no meio institucional e à avaliação do desempenho no cargo para fins de homologação do estágio probatório, conforme regulamentação em vigor; realizar atividades de socialização organizacional promovendo a integração dos novos servidores à UFPI; coordenar o sistema de avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos da UFPI,

conforme regulamentação em vigor, para fins de concessão da progressão por mérito profissional; desenvolver outras atividades correlatas e afins à sua área de atuação.

### 1.4.5.3 Coordenação de Pagamento (CP)

É competência desta Coordenação: coordenar, executar e acompanhar as atividades relativas ao processamento da folha de pagamento junto ao SIAPE; análise de processos de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e outros; e desenvolver outras atividades correlatas e afins à sua área de atuação.

É composta pelos seguintes setores:

- **Seção de Recolhimento** – encarregada do recolhimento dos descontos da Previdência social dos professores substitutos, ocupantes de cargos de direção superior, médicos residentes e prestadores de serviços, bem como, de qualquer pagamento extra-UFPI, que seja efetivado em folha de pagamento.
- **Divisão de Pagamentos de Ativos (DPAT)** – a quem compete executar atividades relativas ao processamento da folha de pagamento de servidores; controlar e acompanhar a frequência de pessoal para informar e atualizar o sistema de pagamento; e desenvolver outras atividades correlatas e afins à sua área de atuação.
- **Divisão de Pagamento de Inativos e Pensionistas (DPIP)–** que exerce as atividades complementares de implementar os processos de aposentadoria e pensões para gerar pagamento; executar atividades relativas ao processamento da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas, controle de recadastramento de aposentados e pensionistas; desenvolver outras atividades correlatas e afins à sua área de atuação.

### 1.4.5.4 Coordenação de Atenção ao Servidor (CAS)

A Coordenação de Atenção ao Servidor é o órgão responsável pela gestão de ações referentes à administração de direitos, vantagens e benefícios, através do SIGRH, de atenção à saúde, perícia em saúde e segurança do trabalho e qualidade de vida, e ações de caráter psicossocial, através do SIASS, com vistas à atenção e promoção da saúde dos servidores da UFPI, planejando, coordenando, controlando, dirigindo e supervisionando as atividades relacionadas às respectivas áreas.

É composta pelos seguintes serviços:

➢ **Serviço e Direitos e Deveres** – a que compete encaminhar os processos para implementação das solicitações e dos registros nos órgãos competentes; homologar todas as informações inerentes aos Módulos do SIGRH restritos à SRH; prestar orientação aos servidores sobre seus direitos, vantagens e benefícios; desenvolver atividades correlatas e afins à sua área de atuação.

➢ **Serviço de Atenção à Saúde do Servidor** – encarregado de desenvolver ações referentes à atenção à saúde, perícia em saúde, segurança no trabalho e qualidade de vida dos servidores; planejar e executar ações de promoção da saúde e da segurança do trabalho; consolidar e ampliar os programas de controle e prevenção da saúde do servidor; elaborar e propor normas e regulamentos internos de Segurança do Trabalho; investigar e analisar acidentes, propondo medidas corretivas; proceder ao acompanhamento do servidor que se encontre com seu processo de saúde-doença afetado, bem como realizar os devidos encaminhamentos; proceder a exame médico-pericial e emitir pareceres e laudos para fins de posse, remoção, readaptação de função, avaliação de saúde ocupacional e concessão de licenças e benefícios para o servidor; coordenar e acompanhar a realização dos exames médicos periódicos; planejar e executar ações de promoção da saúde ocupacional baseadas nos indicadores epidemiológicos, bem como de segurança do trabalho, baseadas nos indicadores de frequência e gravidade, assim como nos ricos existentes nos ambientes de trabalho; desenvolver atividades de educação continuada com os servidores, promovendo ações acerca da saúde e da segurança do trabalho; elaborar laudos periciais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e Raio-X; elaborar avaliações e emitir laudos e pareceres para subsidiar a perícia oficial em saúde; realizar inspeções nos locais de trabalho, visando a identificar e avaliar qualitativa e quantitativamente os riscos existentes; acompanhar a implementação das adequações nos ambientes de trabalho; compete elaborar laudos periciais em questões ligadas à segurança e medicina do trabalho e ambiente laboral.

Ainda compete a este serviço: elaborar programas de controle médico de saúde ocupacional e programa de prevenção de riscos ambientais; levantar e analisar as doenças e acidentes de trabalho, assim como as causas médicas do absentismo, propondo medidas para seu controle; inspecionar, estudar e opinar nos assuntos relativos à Engenharia de Segurança do Trabalho; orientar e assessorar os diversos órgãos da UFPI em assuntos de Segurança do Trabalho; elaborar e propor normas e regulamentos internos de Segurança do Trabalho; investigar e analisar acidentes, propondo medidas preventivas e corretivas; compete implementar e coordenar as políticas e ações e atividades de Psicologia e do Serviço Social, priorizando estratégias e práticas integradas em torno de um conhecimento transdisciplinar, visando a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos servidores; realizar diagnóstico psicossocial no âmbito da UFPI, objetivando

fundamentar uma programação adequada às necessidades do servidor; propor e desenvolver programas e ações no sentido da implantação e aperfeiçoamento da assistência psicossocial aos servidores e seus dependentes; realizar estudos visando a identificar problemas de caráter psicossocial relacionados com o trabalho, propondo ações voltadas para melhorias das condições e relações de trabalho; acolher e prestar assistência psicossocial aos servidores, e/ou encaminhá-los para atendimento pelos serviços disponíveis; avaliar as situações de readaptação e reabilitação dos servidores para fins de reinserção.

### 1.4.6 Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)

O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) integra a estrutura organizacional da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como um órgão suplementar vinculado administrativamente à Reitoria sendo responsável por gerir, planejar, executar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas à área de Tecnologia da Informação, além de coordenar o levantamento periódico das necessidades da UFPI, visando aprimorar os serviços prestados.

Em 2011, foi criado o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI), responsável pela tomada de decisões sobre regras e investimentos em Tecnologia da Informação (TI) para toda a universidade, alinhando os investimentos em TI aos interesses estratégicos da instituição, o qual teve a responsabilidade de elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

No tocante à estrutura organizacional o NTI possui duas Coordenações: de Infraestrutura e de sistemas, as quais englobam seis divisões.

#### 1.4.6.1 Coordenação de Sistemas

Esta Coordenação tem como atribuição o desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação da UFPI e é formada por três divisões:

- **Divisão de Desenvolvimento**: responsável por operacionalizar o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação;
- **Divisão de Banco de Dados**: responsável por administrar e monitorar as bases de dados dos sistemas institucionais;
- **Divisão de Atendimento:** responsável por receber e cadastrar dúvidas, reclamações e sugestões dos usuários sobre os serviços oferecidos pelo NTI e fornecer retorno sobre tais solicitações.

### 1.4.6.2 Coordenação de Infraestrutura

A Coordenação de Infraestrutura é responsável pela rede de comunicação lógica da UFPI e pela manutenção dos equipamentos do parque computacional da Instituição. É composta por três divisões:

- **Divisão de Redes**: responsável por gerenciar e manter a rede lógica da UFPI, provendo a total interconectividade entre os setores desta IFES.
- **Divisão de Manutenção:** responsável por administrar o suporte do parque computacional da instituição, prestando assessoria técnica relativa a softwares e equipamentos.
- **Divisão de Segurança da Informação:** responsável por gerenciar, implementar e fiscalizar a política de segurança no âmbito da tecnologia da informação.

### 1.4.7 Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco

A coordenação do Sistema de Bibliotecas (SIBi) da UFPI é feito pela Direção da Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco (BCCB), a qual foi criada de 1995 através da Resolução do Conselho Universitário nº 26/93.

A BCCB é um órgão subordinado a Reitoria que, atualmente, coordena 09 (nove) bibliotecas setoriais do SIBi da UFPI, que são:

- ✓ Biblioteca Setorial Prof. Zenon Rocha (Teresina);
- ✓ Biblioteca Setorial Profª. Raimunda Melo (Teresina);
- ✓ Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias (Teresina);
- ✓ Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Natureza (Teresina);
- ✓ Biblioteca Setorial Prof. Cândido Athayde (CMRV-Parnaíba);
- ✓ Biblioteca Setorial do Campus de Floriano (CAFS-Floriano);
- ✓ Biblioteca Setorial do Campus Senador Helvídio Nunes (CSHNB-Picos);
- ✓ Biblioteca Setorial do Campus Profª. Cinobelina Elvas (CPCE-Bom Jesus);
- ✓ Biblioteca Setorial do Colégio Técnico de Bom Jesus.

A BCCB originou-se da antiga Biblioteca Central, implantada em janeiro de 1973, como resultado da fusão dos acervos existentes nas bibliotecas das escolas isoladas de medicina, odontologia, filosofia, direito e administração, quando da implantação da UFPI.

Fica sediada no Campus sede, possui uma área física de mais de 4.194 m² e se compõe de:

- ✓ 03 salões de estudos, contendo: 307 cabines individuais;

- ✓ 10 mesas com capacidade para 10 lugares; 06 mesas com 04 lugares; e 63 mesas de 02 lugares;
- ✓ 01 sala para projeção com 80 lugares;
- ✓ 02 salas de xadrez com 06 mesas;
- ✓ 09 salas de estudos em grupo, com 90 lugares;
- ✓ 106 cabines para notebooks;
- ✓ 01 sala de laboratório para atendimento a deficientes visuais;
- ✓ 01 Arquivo Deslizante para Multimídia e Material Acadêmico.

Compete à BCCB, como órgão administrador do SIBi-UFPI:

a) coordenar, planejar, implementar, monitorar e avaliar todas as atividades e serviços;

b) gerenciar os recursos humanos;

c) organizar os acervos e serviços; e, disseminar a informação.

A ferramenta de automação utilizada pela BCCB estabelece rotinas informatizadas de acesso a banco de dados via www, otimizando o acesso à consulta ao catálogo bibliográfico, renovação e reservas. Esse acesso é feito através dos terminais existentes na Biblioteca e Laboratório de Informática, disponibilizado de segunda a sábados nesta IES.

As Bibliotecas da UFPI funcionam de segunda a sábado no horário de 08:00 às 22:00 h, sendo o expediente do sábado de 08:00 às 14:00 h. O acervo atual do SIBi está detalhado no Quadro 22, a seguir.

**Quadro 22** – Acervo do Sistema de Bibliotecas da UFPI, por unidade, 2014

| Unidade do SIBI-UFPI | Livros | | Multimeios | Periódicos | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Títulos | Exemplares | | Títulos | Fascículos |
| BCCB | 43.843 | 123.858 | 1.950 | 1.859 | 50.882 |
| CCS | 2.173 | 6.160 | 48 | 168 | 8.382 |
| CCN | 3.580 | 9.567 | 76 | 56 | 553 |
| CCA | 5.119 | 12.329 | 248 | 260 | 7.778 |
| CCE | 4.194 | 10.718 | 224 | -- | -- |
| CRMV (Parnaíba) | 5.556 | 26.385 | 522 | 850 | 3.280 |
| CSHNB (Picos) | 5.506 | 22.123 | 316 | 42 | 422 |
| CAFS (Floriano) | 4.629 | 15.123 | 114 | 12 | 95 |
| CPCE (Bom Jesus) | 2.814 | 9.657 | 389 | 150 | 1.068 |
| **TOTAL** | **77.414** | **235.920** | **3.887** | **3.397** | **72.460** |

Fonte: SIBi-UFPI–BCCB

A fim de melhorar e ampliar permanentemente o seu acervo bibliográfico a UFPI investiu, nos últimos cinco anos, mais de R$ 3.280.000,00 na compra de livros conforme demonstra a Figura 4.

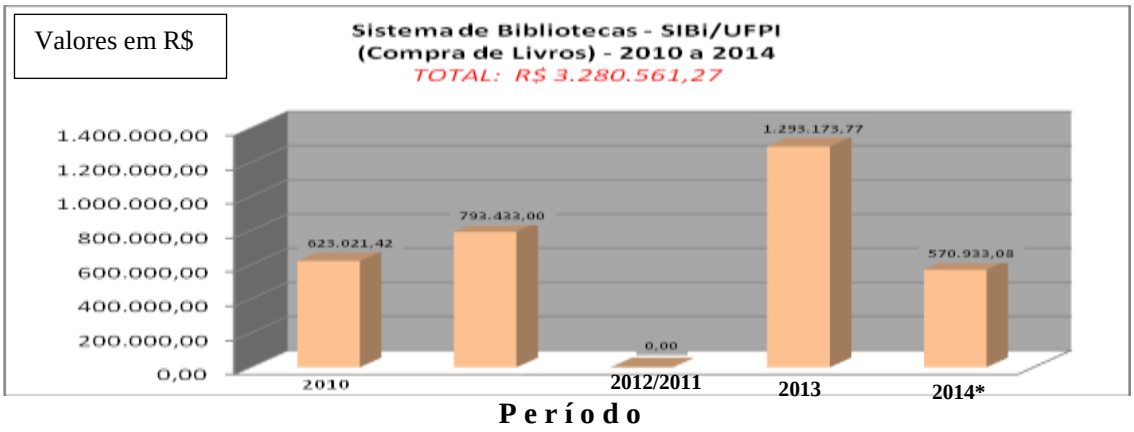



**Figura 4** - Recursos financeiros utilizados na compra de livros para o SIBi-UFPI, no quinquênio 2010-2014

Para cumprir suas atribuições a BCCB mantem convênios e atua em Programas de Cooperação, tais como:

✓ *Portal de Periódicos da CAPES*: o qual oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet.

✓ *Programa Ampliado de Livros de Textos* (*PALTEX*): é um Programa da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organismo Regional da Organização Mundial da Saúde (OMS), funcionando com o apoio da Fundação Pan-Americana para a Saúde e Educação (PAHEF). Trata-se de um Programa, sem fins lucrativos, cujo objetivo fundamental é o apoio à formação de recursos humanos de qualidade na área da saúde. Todo o material oferecido (texto e instrumentos básicos) é repassado a um preço acessível ao aluno, estimulando-o a obter os materiais e instrumentos necessários à sua formação universitária.

✓ *Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT)*: a Biblioteca da UFPI participa como Biblioteca Solicitante da Rede COMUT através da qual pode obter cópia de documentos do acervo de outras bibliotecas;

✓ *Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU):* é uma organização filiada a FEBAB, tem como finalidade promover a cooperação mútua entre as bibliotecas universitárias brasileiras.

### 1.4.8 Auditoria Interna (AUDIN)

A Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) desta IES é subordinada, administrativamente, ao Conselho de Administração da UFPI, estando sujeita à orientação normativa e supervisão técnica

do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, através da Secretaria Federal de Controle vinculada a Controladoria-Geral da União (CGU), prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, visando proporcionar qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria, quanto à comprovação da legalidade e, a avaliação dos resultados relativa à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão, notadamente em relação aos controles internos da instituição.

A responsabilidade da AUDIN é expressar opinião sobre a composição do processo de prestação de contas; o resultado do acompanhamento da implementação das recomendações e determinações expedidas pela citada unidade, pela Secretaria Federal de Controle da Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União (TCU); e a adequação dos controles internos administrativos. Também realiza monitoramento do Plano de Providências Permanente sobre as recomendações dos órgãos de controle interno e externo (CGU e TCU), prestando consultoria e assessoramento á administração superior.

### 1.4.9 Assessoria Internacional (ASSINTER)

A ASSINTER é um setor especializado, vinculado ao Gabinete do Reitor, cuja finalidade precípua é ampliar e consolidar a internacionalização e os laços de cooperação interinstitucionais da UFPI.

Foi criada no ano de 2005 e está encarregada de fomentar a internacionalização na UFPI, promovendo parcerias com universidades de outros países e divulgando editais e outras oportunidades para toda a comunidade acadêmica, com o objetivo de desenvolver a cooperação acadêmica, técnica, científica, artística e cultural. Esta iniciativa possibilita que professores, alunos e funcionários administrativos cursem disciplinas, ou até mesmo programas de pós-graduação integrais, façam pesquisas e participem de projetos no exterior. Da mesma forma, alunos estrangeiros, oriundos de instituições parceiras e bolsistas de projetos internacionais, são acolhidos em nossa universidade, tendo os mesmos direitos que os alunos regulares.

Atualmente, a UFPI possui convênio com universidades como: Universidade de Salamanca (Espanha); Universidade de Coimbra e Universidade do Porto (Portugal). Também é membro do Grupo Tordesilhas (www.grupotordesilhas.net); da Organização Universitária Interamericana (www.oui-iohe.org); da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (www.aulp.org); do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (www.grupocoimbra.org.br); do Grupo Amidila – Erasmus Mundus (http://www.unibo.it/amidila/es/); e do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação PEC-G (http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530).

Participa do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), viabilizando a mobilidade de estudantes da UFPI para os países conveniados ao Programa que é da responsabilidade conjunta do Ministério da Educação da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) através de suas instituições de fomento, o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) e Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e das Secretarias de Ensino Superior e Tecnológico do MEC.

Desde 2011, a partir do início do CsF, a UFPI já enviou mais de 300 alunos para diversos países, tais como: Espanha, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão, China, França, Portugal e Coréia do Sul. A maior parte dos alunos pertence aos cursos da área de Engenharias, mas também há vários alunos das outras áreas e cursos contemplados, tais como: Medicina, Odontologia, Nutrição, Arquitetura, Ciência da Computação, Física, etc. Em 2013, nossa proposta para o Programa Inglês sem Fronteiras foi aprovada, permitindo a abertura de nosso NucLi (Núcleo de Línguas) que oferece cursos gratuitos de língua inglesa a alunos de graduação e pós-graduação de Teresina. Os cursos se iniciaram em janeiro de 2014 e, em seis meses de funcionamento, já atendemos mais de 600 alunos, buscando promover o aprimoramento do domínio da língua inglesa dos alunos da UFPI.

Além disso, também temos, desde 2012, um Centro Aplicador de Provas de Proficiência, oferecendo oportunidades para que todos alunos de graduação e pós-graduação da UFPI, nos cinco campi, façam a prova do TOEFL-ITP gratuitamente. A partir de 2011, todos os anos, recebemos bolsistas estadunidenses para nos auxiliar a desenvolver a fluência em língua inglesa dos alunos do curso de Letras Inglês, além de auxiliar com atividades sobre a língua e a cultura inglesas para pessoas da comunidade da UFPI.

Em 2014, a UFPI recebeu cinco bolsistas, cuja função é auxiliar tanto no curso de Letras Inglês, quanto nas aulas do Programa Inglês sem Fronteiras. Ademais, participa do Projeto de Qualificação em Turismo e Hospitalidade, promovido pelo Ministério do Turismo e CAPES. Serão concedidas, em 2015, em todo o Brasil, até 50 bolsas de até três meses para cursos em instituições do Reino Unido, com a possibilidade de até cinco alunos do curso de Turismo da UFPI serem contemplados com bolsas integrais. Desde 2010, a UFPI seleciona anualmente até cinco estudantes de todos os cursos de graduação para receberem bolsas integrais (financiadas pelo Grupo Santander Universidades) de seis meses em Portugal. Até o momento, já participaram do Programa (denominado Bolsas Luso-Brasileiras) aproximadamente 25 alunos.

A partir de 2011, são selecionados, todos os anos, até cinco estudantes para Bolsas Ibero-Americanas (Grupo Santander Universidades). Até este momento, a UFPI já atendeu a aproximadamente 20 alunos.

### 1.4.10 Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE)

A COPESE é um órgão de apoio às atividades da UFPI, responsável pelo planejamento e pela execução de todas as atividades concernentes aos processos seletivos organizados pela UFPI, em conformidade com as diretrizes oriundas dos Conselhos Superiores, assim como, pela realização de tarefas de prestação de serviços a Instituições contratantes, no que tange à realização de processos seletivos e concursos públicos que lhe sejam confiados. A fim de atingir os objetivos supraditos, esta Coordenadoria conta com Professores qualificados das mais diversas áreas do conhecimento e servidores devidamente capacitados para a realização das tarefas pertinentes.

### 1.4.11 Comissões Permanentes da UFPI

Objetivando o cumprimento de normas específicas, nos diversos setores de atuação, a UFPI possui 05 (cinco) comissões permanentes, a seguir descritas.

#### 1.4.11.1 Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS)

A CIS foi criada com base na Lei nº 11.091/2005 que estruturou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. É composta por servidores integrantes do Plano de Carreira, com a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito da respectiva Instituição Federal de Ensino e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

O ato da Reitoria nº 1.882/2013 designou para um mandato de três anos os seguintes servidores: Luiz Francisco Paiva Dias (SRH), Antônio Soares de Sousa Sobrinho (SRH), Raimundo Jorge dos Santos Lima (lotado no SRH), Mário do Carmo Tenório (SRH), José Ribamar Batista Lima (CCS) e Francisco Gomes de Araújo (CCS).

#### 1.4.11.2 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

Aplicar as normas e diretrizes gerais que regem a progressão funcional docente e os níveis dentro das classes (Auxiliar, Assistente e Adjunto); aplicar as normas e os critérios específicos definidos pela UFPI; apurar o resultado da avaliação e atribuir a pontuação a cada docente;

constituir a primeira instância de recursos; encaminhar ao CEPEX os resultados da avaliação para homologação. Possui uma estrutura descentralizada, sendo que cada campi que compõe a UFPI no interior do Estado do Piauí (Parnaíba, Picos, Floriano e Bom Jesus) e cada centro do Campus Ministro Petrônio Portella (CCE, CCA, CT, CCHL, CCS, CCN e CEAD) possui uma Comissão setorial (CPPD). Constitui seu Presidente o Prof. *MSc*. Rafael Rocha Matias.

### 1.4.11.3 Comissão de Avaliação de Desempenho Acadêmico Docente (CADAD)

Com base na Portaria Nº 7, de 29.06.2006, do Ministério da Educação, a CADAD foi criada com a finalidade de aplicar as normas e diretrizes gerais que regem a progressão funcional da classe de Professor Adjunto IV para Professor Associado I e dentro da classe de Professor Associado; de aplicar, também, as normas e os critérios específicos definidos pela UFPI; apurar o resultado da avaliação e atribuir a pontuação a cada docente; constituir a primeira instância de recursos; elaborar relatório final do processo para encaminhamento ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFPI, aquém cabe a homologação. O seu representante legal, na vigência do PDI/2010-2014, foi o Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha. E a partir de 2015 assumirá o Prof. Dr. Plínio da Silva Macêdo.

### 1.4.11.4 Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA)

Criada a com a função de aplicar as normas e diretrizes gerais que regem a progressão funcional dos servidores técnico-administrativos da UFPI; aplicar as normas e os critérios específicos definidos pela UFPI; apurar o resultado da avaliação e atribuir a pontuação a cada docente; constituir a primeira instância de recursos; elaborar relatório final do processo para encaminhamento aos setores competentes.

### 1.4.11.5 Comissão Organizadora de Concursos (COC)

A Comissão Organizadora de Concursos da UFPI, constituída em 2008, com o objetivo de Coordenar e superintender todos os concursos públicos para a Carreira de Magistério Superior no âmbito da UFPI, com vistas a garantia dos princípios em que se pauta a administração pública. A atual Comissão foi designada pelo Ato da Reitoria nº. 007/2010 e é assim composta: Profª. Drª. Antonia Dalva França Carvalho, Prof. Dr. Edilberto Duarte Lopes, Profª. Drª. Gardene Maria de Sousa e Prof. Dr. Gerson Albuquerque de Araújo Neto.

### 1.4.12 Ouvidoria

A Ouvidoria da UFPI foi instituída pelo Ato da Reitoria nº 858/09. Constitui-se um canal de comunicação entre discentes, docentes, servidores técnico-administrativos, gestores e a comunidade externa. É dirigida por um ouvidor a quem compete exercer o papel de mediador entre partes conflitantes no ambiente universitário buscando o resgate da cidadania ao tempo em que monitora o objeto das demandas.

Constitui-se um canal de comunicação entre a comunidade discente, docente e a comunidade em geral com os gestores da Instituição. Requer conhecimento da estrutura e do funcionamento da Universidade, bem como, sua legislação.

Suas atribuições são: receber as demandas, reclamações, sugestões, consultas, elogios e encaminhar aos setores envolvidos, garantindo sigilo das informações, o respeito à crença e a cortesia no trato e proceder as devolutivas às instâncias originárias.

Os Canais de acesso a Ouvidoria se estabelecem: através da página no site da Instituição (http://www.ufpi.br/ouvidoria.php), por ligações telefônicas por meio do número (86) 3237-2104 e também de forma presencial, em atendimento individual.

### 1.4.13 Serviço de Informação ao Cidadão

O Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito da UFPI é viabilizado por um Sistema Eletrônico (e-SIC), em cumprimento a Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Dentre as informações que deverão ser divulgadas, independente de requerimento de algum cidadão, estão: as pertinentes à administração do patrimônio público; a utilização de recursos públicos; edital de licitação; contratos administrativos; instrumentos de acompanhamento e resultados dos programas e projetos, bem como suas metas e indicadores; os resultados de inspeções, auditorias e prestações de contas.

A lei diz ainda que é dever dos órgãos e entidades públicas divulgar em local de fácil acesso, também independente de requerimento, o registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao

público; registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros e despesas, dentre outros. No Governo Federal, a LAI foi regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012.

Desde 2012 a Ouvidoria da UFPI está responsável pelo cumprimento a esta Lei, através do endereço eletrônico < http://www.ufpi.br/acessoainformacao.php>. A estrutura específica para atender integralmente a este dispositivo legal encontra-se em fase de organização na UFPI e trata-se de uma meta a ser alcançada neste próximo quinquênio.

**1.5 Órgãos deliberativos e executivos setoriais**

De acordo com o Regimento Geral da UFPI são órgãos deliberativos setoriais, ou seja, aqueles que deliberam em nível de unidades acadêmicas; o Conselho Departamental, as Assembleias Departamentais e os Colegiados de Cursos. E como órgãos executivos: as Diretorias das Unidades, os Departamentos e Coordenações de Cursos.

O Conselho Departamental é órgão deliberativo máximo em matéria administrativa e didático-científica, no âmbito dos Centros, compõe-se: do Diretor da Unidade (como Presidente); do Vice-Diretor (Vice-Presidente); dos Chefes de Departamentos; de 2 (dois) professores do Departamento, eleitos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos; dos Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-graduação stricto sensu; de um representante dos servidores lotados no Centro, eleitos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos; da representação estudantil, no forma da legislação vigente.

Dentre competências do Conselho Departamental enumeradas no Artigo 27 do Regimento Geral da UFPI, estão: elaborar e reformar o Regimento do Centro, submetendo-o ao CONSUN; coordenar a consulta prévia à comunidade universitária e elaborar a lista tríplice de nomes para os cargos de Diretor e Vice-Diretor, a ser submetida à escolha do Reitor, assim como, eleição dos coordenadores e subcoordenadores de cursos e da representação estudantil que o compõe, observadas as regras estabelecidas pelo CONSUN; apreciar e aprovar relatório anual apresentado pelo Diretor; apreciar e aprovar o plano de atividades didáticas e administrativas para cada período letivo, de acordo com as propostas dos setores vinculados à Unidade Acadêmica; fazer cumprir as diretrizes gerais de ensino, estabelecidas pelos órgãos deliberativos superiores da Universidade e pela legislação vigente; promover a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Departamentos e compatibilizar a ação de planejamento e execução destas com decisões dos Colegiados de Cursos.

Segundo o Artigo 29 do Regimento Geral da UFPI, compete à Assembleia Departamental: aprovar os planos de ensino das disciplinas que integram o Departamento; aprovar e encaminhar à

homologação superior planos de ensino e pesquisa ou programas e projetos de extensão do Departamento e autorizar a participação de docentes em atividades interdepartamentais ou desenvolvidas pelas Pró-Reitorias competentes; coordenar a eleição do Chefe e Subchefe de Departamento e dos representantes docentes junto ao Conselho Departamental; homologar proposta de orçamento-programa apresentada pela Chefia de Departamento; representar junto ao Conselho Departamental e propor, mediante a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, o afastamento ou a destituição do Chefe ou Subchefe de Departamento; promover e estimular a prestação de serviços à comunidade, em forma de extensão, de acordo com os objetivos da Universidade; e desempenhar todas as tarefas que lhe forem inerentes.

Os Colegiados de Cursos são constituídos: pelo Coordenador, como seu Presidente; pelo Subcoordenador, como seu Vice-Presidente; por um representante docente por Departamento, que ministre disciplinas específicas do Curso, eleito, com o respectivo suplente, pelos seus pares, com mandato de 02 (dois) anos; pela representação discente, nos termos da legislação em vigor, com mandato de 1 (um) ano.

Compete ao Colegiado de Curso (Art. 31, Regimento Geral da UFPI): decidir, em primeira instância, sobre organização e revisão curricular; fixar diretrizes de execução do currículo, bem como normas de seu acompanhamento e avaliação; recomendar aos Departamentos o ajustamento de plano de ensino de disciplinas ao interesse do Curso; decidir sobre os procedimentos a serem adotados na matrícula em disciplinas do Curso, respeitadas as instruções do órgão central de controle acadêmico; opinar sobre pedidos de revalidação de diplomas; apreciar representação de aluno em matéria de interesse do Curso, ressalvada a competência departamental no que interfere com a atuação docente; adotar e sugerir providências para a melhoria de nível de ensino do Curso; opinar sobre transferência de aluno, submetendo o assunto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; julgar pedidos de trancamento de disciplinas; representar junto ao Conselho Departamental e propor, mediante a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, o afastamento ou a destituição de Coordenador e Subcoordenador de Curso; exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por este Regimento Geral e em normas complementares do CEPEX.

Na composição de todos os Colegiados da UFPI, os docentes ocupam 70% dos assentos. Quando, na composição dos Colegiados Superiores, não é alcançado esse patamar, são eleitos, pelo Conselho Universitário, entre Vice-Diretores de Unidades de Ensino, tantos quantos sejam necessários e suficientes para atendimento do referido percentual.

A execução das atividades em nível setorial fica a cargo das Unidades Acadêmicas ou de Ensino, que são os órgãos executivos encarregados de superintender, coordenar e fiscalizar as

atividades. Cada uma delas possui uma Diretoria, exercida pelo Diretor e, nas faltas e impedimentos deste, pelo Vice-Diretor. Nas faltas e impedimentos simultâneos e eventuais do Diretor e do Vice-Diretor, a Diretoria é exercida pelo professor mais antigo do magistério da Universidade, dentre os Chefes de Departamento da respectiva Unidade. O Diretor e o Vice- Diretor são nomeados pelo Reitor e escolhidos, mediante consulta à comunidade universitária, na forma da legislação vigente.

A estrutura das Unidades criadas anteriormente ao processo de expansão e reestruturação é "departamentalizada", sendo que o Departamento é a menor fração da instituição para efeitos de organização didática, científica, administrativa e de distribuição de pessoal e é organizado segundo agrupamento de disciplinas afins, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, sendo composto, no mínimo, por 10 (dez) docentes. Aos departamentos compete o planejamento, a execução e a coordenação do ensino das diversas disciplinas que o integram. Cada departamento é dirigido por um chefe e um subchefe, subordinados, por sua vez, ao Diretor do Centro e ao Conselho Departamental da respectiva Unidade de Ensino.

Cada Departamento tem um Chefe e um Subchefe, nomeados pelo Reitor e escolhidos em eleição direta e uninominal, da qual participem alunos dos cursos de graduação da Unidade, matriculados em disciplinas específicas do Departamento, professores e servidores técnico-administrativos a ele vinculados e na qual o voto docente terá peso de 70% (setenta por cento). O mandato do Chefe e do Subchefe é de 02 (dois) anos, exercido em regime de tempo integral, sendo vedado seu exercício por mais de duas vezes consecutivas.

Nas Unidades não departamentalizadas as Chefias de Cursos englobam as funções do Departamento e Coordenação do Curso.

### 1.6 Unidades acadêmicas sediadas em Teresina

As Unidades acadêmicas sediadas em Teresina integram a estrutura do CMPP e os Centros de Ciências: Agrárias (CCA), da Educação (CCE), Humanas e Letras (CCHL), da Natureza (CCN), Saúde (CCS) e Tecnologia (CT) e mais um Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD).

#### 1.6.1 Centro de Ciências Agrárias (CCA)

O CCA foi criado em 16 de março de 1978, por meio da Resolução 25/78 do Conselho Diretor da UFPI, com o objetivo de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão na área das ciências agrárias. Apesar de integrar a estrutura do Campus Ministro Petrônio Portella, está situado no Bairro Socopo, em Teresina, onde ocupa uma área de 216 hectares.

São oferecidos no CCA os cursos de Graduação em Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária e os Programas de Pós-Graduação em Agronomia/Produção Vegetal (Mestrado e Doutorado), Ciência Animal (Mestrado e Doutorado) e Genética e Melhoramento (Mestrado).

Sua estrutura organizacional é composta por 01 (uma) Diretoria, 06 (seis) Departamentos (Departamento de Clinica e Cirurgia Veterinária, Departamento de Morfofisiologia Veterinária, Departamento de Engenharia Agrícola e Solos, Departamento de Planejamento e Política Agrícola, Departamento de Fitotecnia, Departamento de Zootecnia); 02 (duas) Coordenações de Cursos de Graduação (Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária); 01 (uma) Biblioteca Setorial; 01 (um) Biotério; 5 (cinco) Núcleos (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Processamento de Alimentos-NUEPPA; Núcleo de Pesquisa de Plantas Aromáticas e Medicinais-NUPLAM; Núcleo de Estudos, Pesquisas e Preservação de Animais Silvestres-NUEPPAS; Núcleo Integrado de Morfologia e Pesquisas com Células-tronco-NUPCelt; Núcleo de Pós-Graduação *stricto sensu* em Agronomia e em Ciência Animal).

A infraestrutura física do CCA está detalhada no Quadro 72 (Capítulo 7). Neste Centro também está sediado o Hospital Veterinário Universitário (HVU), unidade hospitalar inaugurada em setembro de 2003, vinculada à Reitoria, e dotada de uma infraestrutura capaz de atender ao ensino de graduação e de pós-graduação, além de prestar serviços à comunidade.

- ✓ **Cursos de graduação ministrados no CCA**

**Bacharelados:** Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária.

### 1.6.2 Centro de Ciências da Educação "Prof. Mariano da Silva Neto" (CCE)

O Centro de Ciências da Educação (CCE) foi implantado através da Resolução Nº 10/75, de 19 de março de 1975. Atualmente é denominado de Centro de Ciências da Educação "Prof. Mariano da Silva Neto", em homenagem ao seu primeiro diretor.

O CCE é um órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através dos seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas e está situado no CMPP, em Teresina.

Conta com órgãos deliberativos: o Conselho Departamental, as Assembleias Departamentais e os Colegiados de Cursos; e executivos: a Diretoria do Centro, os seus quatro Departamentos (Métodos e Técnicas de Ensino; Fundamentos da Educação; Música e Arte; e Comunicação Social) e as Coordenações dos Cursos que oferece. Tem se firmado como referência regional nas áreas de *Educação, Comunicação, Artes Visuais, Música* e *Moda, Design e Estilismo* por meio das atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. Ademais,

sedia a estrutura dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação (mestrado e doutorado) e Comunicação (mestrado).

Sua infraestrutura física está detalhada no Quadro 74 (Capítulo 7) e conta com o apoio do Engate entre CCE e CCHL e do Centro Integrado I, detalhados nos Quadros 76 e 77 (Capítulo 7).

- ✓ **Cursos de graduação ministrados no CCE**

**Bacharelados:** Comunicação Social (Jornalismo) e Moda (Design e Estilismo);

**Licenciaturas:** Artes Visuais, Educação do Campo, Música e Pedagogia (Magistério).

### 1.6.3 Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL)

O CCHL é unidade de ensino e administração da UFPI, reconhecida nos Estatutos da Instituição. É sucessor da Faculdade de Direito do Piauí, instituída em 25 de março de 1931, e da Faculdade de Filosofia do Piauí, instituída em 16 de junho de 1957, ambas incorporadas à UFPI quando da sua fundação, em 1º de março de 1971.

Atualmente, integram o CCHL oito Departamentos de Ensino, onze Coordenações de Curso de Graduação e oito Programas de Pós-Graduação. Também estão vinculados ao CCHL três Programas de Educação Tutorial (PET), onze Centros Acadêmicos (de representação discente) e trinta núcleos de estudos, pesquisa e extensão.

O CCHL oferece à comunidade, ainda, mais de vinte cursos de graduação, oitos cursos de mestrado, um curso de doutorado, além de inúmeros cursos de especialização (pós-graduação lato sensu), de extensão e de idiomas, assim como atividades diárias abertas ao público como palestras, debates, conferências, seminários, simpósios e congressos.

A infraestrutura física do CCHL está detalhada no Quadro 75 (Capítulo 7).

Integram o CCHL 203 professores efetivos, mais de 4 mil alunos de graduação, alunos de mestrado e de doutorado, além alunos de especialização, de cursos de extensão e de cursos de idiomas.

Os Departamentos do CCHL ofertam regularmente turmas para cursos de graduação vinculados a outras unidades acadêmicas, especialmente nas áreas de filosofia, metodologia, ciências sociais e direito. Além das vagas para Cursos de Graduação, o CCHL recebe alunos de Mestrado e de Doutorado em diversas áreas.

Estão instalados no CCHL oito Programas de Pós-Graduação, com cursos de Mestrado e Doutorado, o que corresponde a mais de 25% dos Programas de Pós-Graduação da UFPI. Do total de Mestrados Acadêmicos da UFPI, o CCHL oferece oito (quase 27% dos cursos da UFPI).

O CCHL oferece, também, um dos cinco Doutorados institucionais da UFPI (o que corresponde a 20%). Em compensação, os 203 professores efetivos do CCHL correspondem a apenas, aproximadamente, 14% do corpo docente efetivo da UFPI, dos quais 161 em regime de trabalho TIDE-40h, 13 em regime de trabalho TI-40h e 29 em regime de trabalho TP-20h. O corpo docente é responsável não apenas pela oferta dos vinte Cursos de Graduação do CCHL (sem computar os cursos encerrados com alunos remanescentes), mas também pela oferta de Cursos de Graduação de outras unidades acadêmicas (especialmente nas turmas de Filosofia, Metodologia Científica, Ciências Sociais e Direito) e de Programas de Pós-Graduação.

Em sua estrutura física, além das instalações administrativas, há 99 gabinetes docentes, 50 salas de aula, 09 laboratórios/cenários de prática, bibliotecas, banheiros e espaços de convivência e 35 núcleos de estudos, pesquisa e extensão.

Estão vinculados ao CCHL, pelo menos, oito periódicos de publicação regular, todos publicados na plataforma de publicações eletrônicas da UFPI.

- ✓ **Cursos de graduação ministrados no CCHL**

**Bacharelados:** Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Ciência Política, Direito, Serviço Social e História;

**Licenciaturas:** Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Letras (Inglês e Língua Inglesa), Letras (Língua Portuguesa e Língua Francesa), Letras (Língua Portuguesa e Literaturas Brasileira e Portuguesa); e Letras (LIBRAS).

### 1.6.4 Centro de Ciências da Natureza (CCN)

O CCN foi criado em 28 de setembro de 1973, a partir da incorporação dos Cursos de Licenciatura em Matemática e Física, oriundos da Faculdade de Filosofia do Piauí, sendo constituído, na época, pelos Departamentos de Matemática, Físico-Química e Biociências.

Atualmente, o CCN possui (cinco) Departamentos (Biologia, Química, Física, Computação e Matemática) e 09 (nove) Coordenações de Curso de Graduação (Biologia, Bacharelado e Licenciatura - Diurno e Noturna, Química, Bacharelado e Licenciatura - Diurno e Noturna; Física, Bacharelado e Licenciatura - Diurno e Noturno; Ciência da Computação, Bacharelado; Matemática, Bacharelado e Licenciatura - Diurno e Noturna; Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, Bacharelado; Ciências da Natureza, Licenciatura – Noturno; Estatística, Bacharelado; e Ciência dos Materiais – Bacharelado.

O CCN sedia a estrutura dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Química (mestrado), Matemática (mestrado acadêmico e profissional), Física (mestrado acadêmico e profissional), Computação, Ciência dos Materiais e Arqueologia. Sua infraestrutura física está detalhada no Quadro 79 (Capítulo 7).

- ✓ **Cursos de graduação ministrados no CCN**

**Bacharelados:** Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Ciência dos Materiais, Estatística, Física, Matemática e Química;
**Licenciaturas:** turno diurno- Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química; noturno-Ciências da Natureza, Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química.

### 1.6.5 Centro de Ciências da Saúde (CCS)

O CCS foi institucionalizado em 1973, época da instalação da UFPI e, conjuntamente com o CCHL, foi um elemento nuclear da primeira organização universitária do Estado, tendo se originado das Faculdades de Medicina do Piauí e de Odontologia do Piauí. Só mais tarde, foram criados os Cursos de Enfermagem e Educação Física, através do Ato da Reitoria n.º 198/74 e ulteriormente, em dezembro de 1976, foi criado o Curso de Nutrição, através da Resolução do Conselho Universitário n.º 003/76 e, em 1992, o curso de Farmácia, instituído pela Resolução n°. 015/92 de 02/10/1992.

Integram sua estrutura, 13 (treze) departamentos e 06 (seis) coordenações de cursos de graduação, bem como os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências e Saúde (mestrado e doutorado), Enfermagem (mestrado e doutorado), Farmacologia (mestrado), Alimentos e Nutrição (mestrado e doutorado) e Ciências Farmacêuticas (mestrado).

Sua infraestrutura física está detalhada no Quadro 80 (Capítulo 7). O aparato de equipamentos utilizados nos laboratórios do CCS é moderno, ressaltando-se os utilizados na área de Nutrição, bem como, o conjunto de simuladores de reações fisiológicas, de última geração, para atendimento ao curso de Enfermagem.

O CCS conta com o apoio de 04 (quatro) Hospitais-Escola, que pertencem à rede estadual de saúde, no âmbito dos quais desenvolve ensino de graduação (sobretudo o internato dos graduandos em Medicina), 1 (um) Programa de Residência Multiprofissional e 1 (um) Programa de Residência Médica, os quais têm por objetivo a qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e atendimento das demandas de pessoal qualificado, pela sociedade. Conta também com o Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular (LIB), implantado em

1999, centro de referência para exames de alta complexidade e núcleo de pesquisa em genômica e proteômica, que é credenciado pelo Ministério da Saúde para realização de exames de compatibilidade para os programas de transplantes de órgãos e tecidos.

- ✓ **Cursos de graduação ministrados no CCS**

**Bacharelados**: Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição e Odontologia;
**Licenciatura:** Educação Física.

### 1.6.6 Centro de Tecnologia (CT)

O CT foi implantado por meio da Resolução nº 38 do Conselho Diretor da UFPI, de 25 de agosto de 1975, sendo inicialmente constituído pelas Coordenações de Ciências Agrárias e de Tecnologia. Após a criação do CCA, que absorveu a Coordenação de Ciências Agrárias, em 15 de março de 1978, o CT foi reestruturado através da Resolução nº 18 do Conselho Diretor, que extinguiu a Coordenação de Tecnologia e criou os Departamentos de Construção Civil, Estruturas e Transportes. Posteriormente, em 1981, foi criado o Departamento de Recursos Hídricos e Geologia Aplicada. Atualmente, funcionam no CT seis bacharelados na área das Engenharias e um na área de Arquitetura e Urbanismo, todos reconhecidos pelo MEC.

Possui excelente estrutura física detalhada no Quadro 81 (Capítulo 7).

- ✓ **Cursos de graduação ministrados no CT**

**Bacharelados:** Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. A partir de 2015 iniciará o funcionamento do Curso de Engenharia dos Materiais.

### 1.6.7 Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD)

O CEAD é uma unidade acadêmica criada em 2006 com o objetivo de viabilizar a implantação de cursos de graduação na modalidade ensino à distância (EaD) da Universidade Federal do Piauí, e representa a concretização de um sonho de mais de uma década. Em 2009 ocorreu alteração no Estatuto da UFPI para oficializar a criação desta Unidade de Ensino e em 05 de março de 2013 foi publicada no DOU a Portaria nº 97 revalidando a criação do referido Centro.

As políticas públicas nesta IFES para as atividades acadêmicas ministradas na modalidade de educação a distância contam com o apoio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e são efetivadas através da oferta de cursos, programas e projetos, na referida Unidade, para cuja implantação a UFPI concorreu à Chamada Pública do Edital 01/2005, tendo iniciado suas atividades em 2006, com o lançamento do Projeto Piloto do Curso de Graduação em Administração, em 08 (oito) Polos de Apoio Presencial, sediados em Teresina, Esperantina, Piripiri, Parnaíba, Floriano, Picos, Bom Jesus e São Raimundo Nonato. Este primeiro curso do CEAD foi financiado pelo Banco do Brasil.

O CEAD/UFPI tem como objetivo oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense, nos municípios Polos de Apoio Presencial onde os cursos estão instituídos, de modo atender às necessidades socioculturais e econômicas de cada região, as quais possibilitadas com a realização das atividades acadêmico-administrativas realizadas pelas coordenações de curso e de polos responsáveis pelo seu funcionamento.

A estrutura administrativo-organizacional do CEAD é composta de uma Direção Geral, assessorada por duas Secretarias: a de Controle Acadêmico e a Administrativa e contando com seis Coordenações: Coordenação Geral de Apoio aos Polos, Coordenação de Tutoria, Coordenação de Projetos, Coordenação Pedagógica, Coordenação de Informática e Coordenação de Produção de Material Didático.

Para operacionalizar as atividades de ensino que utilizam as novas tecnologias de informação e comunicação, como é o caso do ensino a distância, o CEAD conta com a parceria da UAB e com o apoio de instituições conveniadas (Secretaria estadual de Educação (SEDUC), Universidade estadual do Piauí (UESPI), e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI/PI).

Entre as metodologias aplicadas, o CEAD/UFPI adota a tecnologia conhecida como "*e-learning"*, que significa "*prover a educação institucional com uma série de facilidades e ferramental tecnológico, sem os preços da educação presencial*", a qual vem se constituindo em um novo paradigma de educação, como alternativa de economia de recursos, inclusão social e digital, objetivando organizar informações e gerar conhecimentos. No CEAD/UFPI é utilizada uma combinação de material impresso, áudios, vídeos, multimídia, *internet*, videoconferências e fóruns.

Para o funcionamento das atividades de ensino é utilizado o suporte dos Polos de Apoio Presencial, que são espaços físicos que oferecem infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para o acompanhamento dos cursos.

Após a implantação do projeto piloto houve a oferta de 2.550 (duas mil quinhentas e cinquenta) vagas, em 2007, oferecidas em 8 (oito) diferentes áreas e, em 2009, houve um aumento com a inclusão de 3.000 novas vagas.

Em 2012 as vagas totalizaram em 3.125, e em 2014 houve a oferta de mais 6.825 vagas, tendo havido um crescimento de mais do dobro das vagas do processo seletivo anterior, com o intuito de proporcionar educação em regiões carentes de ensino superior, atendendo a uma parcela da população até então excluída do processo de graduação tradicional, e também da condição de aperfeiçoar o processo de inclusão social, digital e cultural.

Inicialmente foram implantados 15 (quinze) Polos de Apoio Presencial, porém, após a expansão da oferta de vagas, este contingente foi sendo aumentado e, atualmente, há 36 (trinta e seis) Polos ofertando cursos a distância da UFPI, sediados em diferentes cidades do Estado do Piauí, desde o extremo norte até o sul (Figura 1, Capitulo 1), e em mais 02 polos no Estado da Bahia, nas cidades de Campo Alegre de Lourdes e Juazeiro. Abaixo, estão discriminados os cursos implementados sob a responsabilidade do CEAD e os Polos de Apoio Presencial, onde tais cursos são ofertados.

Além da graduação, o CEAD oferta também cursos de especialização na modalidade EaD, objetivando a qualificação profissional, sobretudo de professores e gestores da educação básica.

- ✓ **Cursos de graduação ministrados a distância**

**Bacharelados:** Administração, Administração Pública e Sistemas de Informação;
**Licenciaturas:** Ciências Biológicas, Ciências da Natureza, Computação, Filosofia, Física, Matemática, Pedagogia, Letras Inglês, Letras Português, História, Geografia e Química.

- ✓ **Cursos de pós-graduação (lato sensu) a distância:** História Social da Cultura; Ecologia; Ensino de Matemática; Gestão em Saúde; Gestão Pública; Gestão Pública Municipal; Saúde da Família; Língua Brasileira de Sinais; Informática na Educação; Gestão Educacional em Rede; Ensino de Química; Ensino de Filosofia; Física; Alfabetização e Letramento; Gênero e Raça – UNIAFRO; Gênero e Diversidade na Escola – GDE;

- ✓ **Cursos de pós-graduação (stricto sensu) a distância** Mestrado Profissional em Matemática, em rede nacional (PROFMAT);

✓ **Municípios Polos de Apoio Presencial**: Água Branca, Alegrete do Piauí, Anísio de Abreu, Avelino Lopes, Barras, Bom Jesus, Buriti dos Lopes, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Gilbués, Inhuma, Jaicós, Luiz Correia, Luzilândia, Marcos Parente, Monsenhor Gil, Oeiras, Picos, Paes Landim, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, Redenção do Gurguéia, Regeneração, São João do Piauí, Simões, Simplício Mendes, Teresina, União, Uruçuí e Valença do Piauí.

## 1.7 Unidades acadêmicas fora de sede

Quatro Campi da UFPI são sediados no interior do Estado, nos municípios de Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano.

### 1.7.1 Campus Ministro Reis Velloso (CMRV)

O CMRV fica situado no extremo norte do Estado, distando de 334 km de Teresina. É localizado à Av. São Sebastião, nº 2819, CEP 64202-020, em Parnaíba-PI.

O município de Parnaíba possui uma população de mais de 140 mil habitantes, sendo o segundo mais populoso do Estado. É um dos quatros municípios litorâneos (além de Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia) do Estado e possui muitas belezas naturais, algumas dotadas de grande valor histórico para o Piauí. Nas proximidades do centro da cidade, na região denominada de Porto das Barcas, há inúmeros imóveis históricos. O município desponta como polo turístico piauiense e caracteriza-se como a principal base de apoio para quem deseja conhecer o litoral do Piauí e o Delta do Parnaíba.

A região do Delta do Parnaíba unifica, por suas características históricas, geográficas, biológicas, socioeconômicas e culturais, regiões pertencentes aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Naquela região, a cidade de Parnaíba ocupou historicamente um lugar de destaque quando ocorreram dois ciclos econômicos de significado nacional: o primeiro baseado na produção de charque e o segundo na produção de cera de carnaúba. Hoje, apesar da perda da posição de destaque econômico nacional, ainda é Parnaíba a cidade motora do desenvolvimento da região norte do Estado, pois suas escolas, suas feiras, seus hospitais, seus bancos, seus hotéis e o variado comércio ainda servem à população e sustentam essa comunidade de tríplice subordinação territorial.

Parnaíba é a maior cidade da região Delta, considerada o centro receptor e difusor do desenvolvimento da região, que unifica municípios dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.

A origem do CMRV remonta à própria raiz da UFPI, pois o CRMV surgiu por meio da Faculdade de Administração do Piauí, uma das estruturas que foram agregadas para a formação da Universidade e que foi autorizada a funcionar pelos pareceres números 57 e 900, datados de 07/02/1969 e 16/12/1970, respectivamente, ambos do então Conselho Federal de Educação. A Fundação Educacional de Parnaíba, criada em 04/06/1966, foi a entidade mantenedora da Faculdade de Administração. Sua instalação ocorreu em 03/03/1969. A incorporação da Faculdade de Administração à UFPI ocorreu em 01/03/1971, quando ela ainda funcionava no prédio do Ginásio São Luís Gonzaga. Dentre os desafios de então, estava o crescimento da infraestrutura e do número de cursos superiores no município.

A construção da infraestrutura própria do CMRV foi iniciada no dia 11 de outubro de 1971, porém, somente no dia 6 de setembro de 1975, o Curso de Administração de Empresas começou a funcionar em suas novas instalações, no endereço atual. Estas obras foram concluídas em 1978, permitindo o acréscimo de outros cursos de nível superior, como Ciências Econômicas e Ciências Contábeis (1976) e Licenciatura em Pedagogia- Magistério (1984).

Em setembro de 1992 o CMRV foi equiparado a Centro de Ensino (ou unidade acadêmica) na estrutura organizacional da UFPI e, em março de 1977, através do Ato da Reitoria nº 050/1997, foram criados os Departamentos de Ciências da Administração e Informática, de Ciências Sociais da Educação e do Desporto, de Ciências Contábeis e Jurídicas e de Ciências Econômicas e Quantitativas.

Ainda em 1997, o CMRV, através da Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação, passou a ofertar cursos de Especialização nas áreas de Matemática, Metodologia do Ensino Superior, Administração de Pequenas e Médias Empresas e de Administração de Organizações Educacionais, dentre outros. A partir de então, a oferta de cursos tem crescido em número e diversificação.

No ano de 2001, a Diocese da cidade de Parnaíba tornou-se parceira importante da instituição, contribuindo sobremaneira para que passasse a ser ofertado também o Curso de graduação em Teologia, conveniado com a citada Diocese.

Em março de 2013, a nova gestão CRMV (atualmente vigente) assumiu a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento do CRMV, atuando de forma inovadora e com o propósito de solucionar as necessidades mais urgentes, ao passo que traçou um plano de ações que visassem sanar, de forma rápida, o prejuízo decorrente do estado de latência de crescimento em que o Campus se encontrava. Nosso papel, além de assumir as responsabilidades emergentes, estendeu-se em um planejamento e diagnóstico intensos, capazes de concretizar medidas rápidas com retorno garantido.

Para alcançar o êxito, buscou-se um novo modo de pensar e implantar a inovação sobre muitas questões e aspectos, já que, somente trilhando novas técnicas e incorporando formas de gestão modernas, seria possível em tempo hábil, construir os resultados que hoje o Campus dispõe. A gestão Um Novo Tempo, baseia-se em alguns aspectos administrativos, tais como:

✓ Atuação direta da Universidade como instrumento de desenvolvimento local, distribuindo os benefícios de seus resultados acadêmicos com a população;

✓ Compromisso com a criação de parcerias entre o CMRV e os setores público e privado, que objetivam unir esforços e dividir responsabilidades frente a problemáticas comuns;

✓ Valorização da comunidade acadêmica, desenvolvendo, assim, uma estrutura adequada para a produção de conhecimento de qualidade;

✓ Compartilhamento das responsabilidades, buscando incentivar internamente a participação na tomada de decisão e busca por soluções;

✓ Transparência em todas as ações, construindo um modelo de gestão de referência para outras instituições.

Centrada nesses pontos, a gestão segue à risca cobranças por resultados e exige, assim como oferece a estrutura necessária para que todos que assumiram conosco essa missão possam se sentir satisfeitos com os resultados. Acerca disso, um aspecto muito importante a ser destacado é a inserção dos discentes no processo de gestão.

A direção do Campus, a cada dois meses e de forma assídua, reúne-se com os representantes discentes dos cursos para um diálogo de alinhamento e diagnóstico de ações e oferece a toda comunidade acadêmica mais um canal de análise e melhoria da prestação de serviço no *campus, o* canal de Ouvidoria, criado em abril/2014, que tem o propósito de solucionar uma série de problemas, além de construir e propiciar um ambiente harmônico em que as diferenças e conflitos possam ser resolvidos e visem o bem coletivo, ao passo que oferece a oportunidade de participarem diretamente dos objetivos da gestão.

O PDI 2005-2009, tendo em vista o atendimento das expectativas da sociedade, em busca de melhor qualificação e mais justiça social, contemplou o projeto de expansão da UFPI e consolidou o CMRV, através da criação de sete novos cursos, como polo de referência em Ensino Superior na sua região de influência.

Assim, em 2006, como parcela do projeto de expansão, foram acrescentados à oferta já existente no CMRV, os cursos de Biomedicina, Turismo, Fisioterapia, Engenharia de Pesca, Psicologia, Biologia e Matemática. A infraestrutura existente amplia-se, paulatinamente, para atender adequadamente aos novos cursos instalados.

Essa infraestrutura existente e em implantação é distribuída em dois setores que se subdividem em blocos, numerados de 01 a 17, detalhada no Quadro 82 (Capítulo 7). Administrativamente, o CMRV é estruturado em conformidade com o que é determinado regimentalmente para os Centros (ou unidades de Ensino) e possui regimento próprio que detalha os órgãos que o compõem.

- ✓ **Cursos de graduação ministrados no CMRV**

**Bacharelados:** Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Medicina, Psicologia e Turismo.
**Licenciaturas:** Ciências Biológicas, Matemática e Pedagogia (Magistério).

### 1.7.2 Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB)

O CSHNB, sediado à Rua Cícero Duarte, n. 905, Bairro do Junco, em Picos (PI), foi criado no ano de 1982 com 5 (cinco) cursos de Licenciatura Curta (duração de dois anos), a saber: Ciências de 1º grau, Estudos Sociais de 1º grau, Letras de 1º grau, Pedagogia com habilitação em Supervisão e Pedagogia com habilitação em Administração. Em 1984 foi autorizada a plenificação (duração de quatro anos) dos cursos de Pedagogia/Supervisão e Pedagogia/Administração, bem como a criação dos cursos de Licenciatura Plena em Letras e Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Magistério.

Todavia, a inexistência de documentação que comprovasse juridicamente a criação do Campus, a falta de espaço apropriado para as atividades acadêmicas, além do baixo índice de aprovação nos vestibulares fizeram com que o mesmo fosse fechado, por unanimidade de votos no Conselho Universitário da UFPI, em 25 de junho de 1987.

Quatro anos depois, em 10 de junho de 1991, é autorizado a reabertura do Campus com apenas 2 (dois) cursos de Licenciatura: Letras e Pedagogia com habilitação em Magistério. Em 2006, após a adesão da UFPI ao Programa REUNI, foram implantados mais 7 (sete) novos cursos (Administração, Ciências Biológicas, Enfermagem, História, Matemática, Nutrição, Sistemas de Informação) e no ano de 2013 foi instituído o curso de Ciências da Natureza-Pró-Campo totalizando em 10 (dez) modalidades de graduação.

No ano de 2006 houve a oficialidade da criação do Campus antes denominado Campus do Junco, doravante passou a ser chamado de Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB).

A centenária cidade de Picos, onde o CSHNB está localizado, foi criada em 12 de dezembro de 1890 e situa-se na região centro sul do Piauí a 308 km de Teresina, sendo a mais

desenvolvida economicamente da região, importando aqui ressaltar os empreendimentos solidários relacionados à cajucultura e apicultura, destacando-se a "Casa Ápis" como a primeira cooperativa apícola certificada no Brasil exportadora de produtos para os EUA e a Europa que tem a UFPI como partícipe deste processo na realização de análises de produtos destinados à comercialização e interagindo na organização e logística das cooperativas, além da parceria que prevê o uso das instalações do Centro Tecnológico em Apicultura como espaço de pesquisa, extensão e estágios para os alunos regularmente matriculados nesta instituição ensino superior. Sua população fixa situa-se em torno de 74 mil habitantes.

No cenário regional a cidade de Picos se destaca, atualmente, como sede do segundo maior Território do Piauí, então denominado de Vale do Guaribas, constituindo-se em *lócus* privilegiado de desenvolvimento e de implementação de políticas públicas na macrorregião. No que tange a educação escolar, especificamente, a municipalidade é constituída de uma grande rede de ensino público, sendo 78 (setenta e oito) escolas da rede municipal e 17 (dezessete) escolas da rede estadual além de 15 (quinze) escolas pertinentes à rede particular de ensino com atendimento a todos os níveis da educação básica. Já o ensino superior conta com uma rede de instituições composta, principalmente, pela Universidade Estadual do Piauí, Faculdade R. Sá (privada), Instituto Federal de Educação, e UFPI/CSHNB.

O espaço no qual o Campus de Picos (UFPI) encontra-se inserido, também pode ser caracterizado pela predominância de uma ampla população flutuante proveniente não somente de outros municípios piauienses, mas de municípios pertencentes aos vizinhos estados do Ceará e Pernambuco, principalmente. Tal situação é amplamente favorecida por sua localização geográfica sendo a municipalidade transversalizada pelas rodovias BR-316 (Rodovia Transamazônica), BR 407, BR-230 ficando muito próxima da BR-020.

Atualmente, no CSHNB são desenvolvidas atividades educacionais envolvendo 10 (dez) áreas do conhecimento acadêmico, a saber: Administração, Enfermagem, Ciências Biológicas, Ciências da Natureza-Pró-Campo, História, Letras, Matemática, Nutrição, Pedagogia e Sistema de Informação. Para tanto, conta com uma estrutura física diversificada, detalhada no Quadro 83 (Capítulo 7).

O CSHNB funciona com um corpo docente (contabilizado em julho de 2014) formado por: 124 (cento e vinte e quatro) professores efetivos sendo 16 (dezesseis) especialistas (4 mestrandos), 88 (oitenta e oito) mestres (23 doutorandos) e 20 (vinte) doutores. O corpo técnico administrativo efetivo do CSHNB é composto por 45 servidores, sendo: 02 com formação em nível de ensino fundamental; 09 com ensino médio (destes, 5 são graduandos); 33 portadores de nível

superior (destes há 8 especialistas e 4 mestres). Compõem, ainda, o quadro de funcionários do Campus: 56 professores substitutos (com formação em nível superior, havendo 47 especialistas e 7 mestres) e 98 técnicos terceirizados com as seguintes atribuições: 22 (vinte e dois) vigilantes, 35 (trinta e cinco) serventes de limpeza, 15 (quinze) auxiliar de cozinha, 5 (cinco) cozinheiros, 4 (quatro) motoristas, 4 (quatro) operadores de micro, 3 (três) contínuos, 2 (dois) almoxarifes, 2 (dois), agentes de portaria, 1(uma)copeira, 1(um) atendente, 1 (um) eletricista, 1 (um) encarregado, 1 (um) bombeiro e 1 (um) técnico em refrigeração.

O CSHNB assume no atual cenário educacional, que também é político e administrativo, o explícito compromisso de propiciar aos atores sociais envolvidos direta e indiretamente com a academia o desenvolvimento de uma formação cidadã; a produção e disseminação de conhecimentos nas diversas áreas das ciências, das culturas e das tecnologias, além da promoção de uma modalidade de extensão assente na participação coletiva objetivando um intercâmbio sócio-político econômico e cultural as organizações sociais e com os movimentos populares, mas também com o mundo do trabalho. Afinal, sendo o CSHNB-UFPI patrimônio público da comunidade piauiense, não poderá, nunca, se esquivar da responsabilidade social de oferecer respostas concretas a sociedade que a rodeia, estimulando o desenvolvimento regional e a descentralização da produção do conhecimento e do saber, principalmente.

- ✓ **Cursos de graduação ministrados no CSHNB**

**Bacharelados:** Administração, Enfermagem, Nutrição e Sistema de Informação.

**Licenciaturas:** Ciências Biológicas, Educação no Campo/Ciências da Natureza, História, Letras, Matemática e Pedagogia.

### 1.7.3 Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE)

O Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), localizado no km 03 da BR 135, CEP 64900-000, na cidade de Bom Jesus, iniciou suas atividades em outubro de 2006 e foi implantado após a expansão da educação superior, oriunda do Programa REUNI.

A cidade de Bom Jesus, sede do CPCE, dista de 635 km de Teresina. Sua população já ultrapassa os 23.000 (vinte e três mil) habitantes e uma área territorial de 4.469,156 km m². Localizada na região do Vale do Gurguéia, a cidade é muito rica em água subterrânea, possuindo inúmeros poços jorrantes, como também, é banhada pelo Rio Gurguéia e alguns dos seus afluentes, possuindo uma precipitação pluviométrica média de 900 a 1200 milímetros por ano.

Bom Jesus é também uma cidade-polo, funciona como ponto de convergência de outras cidades de menor porte, tais como: Currais, Santa Luz, Palmeira, Cristino Castro, Alvorada do Gurguéia, Colônia, Redenção entre outras, que utilizam os seus serviços bancários, fiscais, comerciais, além dos educacionais.

Seu rápido crescimento populacional e econômico deu-se em função da expansão na área agrícola, pois, na década de 1990, produtores de soja do Rio Grande do Sul foram atraídos para a região, a fim de cultivar soja no cerrado piauiense. Atualmente, cerca de 40 (quarenta) mil hectares são cultivados com soja, arroz, feijão e milho nessa região; isso corresponde a cerca de 30% do potencial total da região de Bom Jesus. Vale ressaltar que os cerrados piauienses são considerados "a última fronteira agrícola do Brasil".

O CPCE constitui-se em um instrumento de desenvolvimento regional, uma vez que oferece 06 (seis) cursos de graduação, todos avaliados pelo INEP/MEC, por ocasião da visita de reconhecimento, com o conceito "muito bom" e também três Programa de Pós-Graduação, em nível de mestrado: Agronomia – Solos e Nutrição de Plantas, implantado em 2008; Agronomia-Fitotecnia, criado em 2010 e Zootecnia, em 2011. Seu alunado é composto, em grande porcentual, por pessoas provenientes de outras cidades piauienses e também de outros Estados.

A estrutura física do CPCE está detalhada no Quadro 85 (Capítulo 7). A implantação do Campus levou em consideração a sua vocação agropecuária e os cinco primeiros cursos foram projetados para aproveitar as potencialidades agrícolas, pecuárias e a biodiversidade de Bom Jesus e suas cidades vizinhas, região que é reconhecida como sendo a mais promissora do estado em relação a seu potencial agropecuário.

- ✓ **Cursos de graduação ministrados no CPCE**

**Bacharelados:** Engenharia Agronômica, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia;
**Licenciatura:** Ciências Biológicas e Educação no Campo/Ciências Humanas e Sociais.

### 1.7.4 Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS)

O CAFS, localizado no KM 35 da BR 343, Bairro Meladão, 64800-000, no município de Floriano-PI, foi implantado após a adesão da UFPI ao REUNI, com o propósito de congregar esforços para a consolidação de uma política nacional de reestruturação e expansão da educação superior pública, como também, para atender à necessidade de crescimento e desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Piauí, sobretudo da região do Médio Parnaíba.

O CAFS teve suas atividades acadêmicas iniciadas no primeiro semestre de 2009, momento em que foram recebidos 200 alunos, distribuídos em quatro cursos de graduação, dois bacharelados e duas licenciaturas. Enquanto as instalações do Campus estavam sendo construídas, as atividades acadêmicas e administrativas funcionaram nas instalações do Colégio Técnico de Floriano, também peretencente à UFPI.

A implantação do CAFS veio contribuir para a consolidação do desenvolvimento da cidade de Floriano, que é hoje uma dos principais centros educacionais do sul do estado do Piauí e que exerce influência sobre, aproximadamente, 30 municípios piauienses e maranhenses, separando-se dos últimos apenas pelo rio Parnaíba.

Sua estrutura física possui mais de 11.480 m² dividida em 48 áreas administrativas; 20 (vinte) salas de aula; 20 (vinte) laboratórios; 01(hum) auditório com capacidade para 234 lugares; uma Coleção de História Natural; um Restaurante Universitário com capacidade para oferecer 3.000 (três mil) refeições por dia; uma Residência Universitária com capacidade para 192 alunos; uma Biblioteca de 450m²; setor de reprografia; banheiros; e almoxarifado.

O município de Floriano está situado na Região Fisiográfica do Médio Parnaíba, a 234 km de Teresina, possuindo uma população de 58.702 habitantes e IDH de 0,7 (PNUD, 2010). É o principal centro educacional da região sul do Piauí e de parte do Maranhão, com que se limita pelo município de Barão de Grajaú. Floriano exerce influência sobre quase trinta municípios maranhenses e piauienses. Hoje, Floriano está consolidada como grande Polo Educacional, atendendo nível fundamental, médio normal e profissionalizante, bem como o ensino superior de qualidade, através de universidades públicas e particulares.

O corpo docente do CAFS, composto por profissionais jovens e com um bom nível de titularidade, tem o propósito de contribuir com o futuro dos jovens da região para enfrentar os desafios e transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional, contribuindo para o crescimento da comunidade florianense e de toda a região circunvizinha. Atualmente é composto por 77 professores, sendo 14 doutores, 57 mestres e 06 especialistas. Há 23 servidores técnico-administrativos.

- ✓ **Cursos de graduação ministrados no CAFS**

**Bacharelados:** Administração e Enfermagem.

**Licenciaturas**: Ciências Biológicas, Pedagogia (Magistério), Educação no Campo/Ciências da Natureza.

## 1.8 Hospitais pertencentes à UFPI

Embora a UFPI possua outros hospitais conveniados, integrantes da estrutura do Governo Estadual, que servem de cenários de prática e dão suporte a seus cursos da área da saúde no CMPP e em Campi do interior, existem apenas dois hospitais próprios, que são o Hospital Universitário e o Hospital Veterinário Universitário.

### 1.8.1 Hospital Universitário

O Hospital Universitário (HU) foi iniciado em 1987, época da criação da Comissão de Implantação do HU (através da Portaria 668 de 16/12/1987) e suas obras tiveram início em 1888, cujo projeto teve um valor previsto de U$ 24.102.256,88. De 1988 a 1994 foram liberados e utilizados na obra U$ 14.639.699,23 (37% do Projeto) e de 1994 a 2004 um total de U$ 7.741.774,10 foram investidos.

Parcialmente inaugurado nessa época, após a utilização de um total de U$ 22.381.473,33, o HU ofereceu atendimento nas áreas de clínica médica de urgência, ginecologia, mastologia, proctologia, nefrologia, pneumologia, pediatria, obstetrícia, cardiologia, traumatismo bucomaxilofacial e clínica cirúrgica especializada em cabeça e pescoço. Realizaram-se, também no HU, exames citopatológicos, endoscópicos, ultrassonográficos, radiográficos, eletrocardiográficos e pequenas cirurgias, além de contribuir com o Sistema Único de Saúde (SUS) da capital, realizando exames que não podiam ser feitos em outras unidades de saúde, por motivos de superlotação.

Por ter ficado longo tempo sem conclusão, a estrutura completa do HU teve que ser requalificada para atender aos objetivos propostos e superar os óbices causados pela defasagem da infraestrutura física e de equipamentos que sofreram de obsolescência decorrente da evolução das tecnologias na prestação de serviços hospitalares.

Portanto, a partir de 2008, foi iniciado o projeto de reforma e requalificação, com recursos MEC/REHUF (Programa Nacional de Reestruturação de Hospitais Universitários), SUS e contrapartida da UFPI, mediante adaptação e aprovação do “Projeto Executivo do Hospital Universitário” referente à última etapa de construção e adaptações para requalificação e conclusão, abrangendo uma área construída de 21.596,54 m² e área externa de 12.404,26 m² **c**om valor global contratado, inicialmente, de R$13.605.376,00 (treze milhões, seiscentos e cinco, trezentos e setenta e seis reais), aos quais foram acrescidos investimentos de R$ 6.547.038,38 (seis milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trinta e oito reais e trinta e oito centavos), totalizando a reforma

em R$ 28.152.414,95 (vinte e oito milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos).

Como centro de referência ao atendimento de pacientes da rede SUS, numa área que engloba não só o município de Município de Teresina, mas também todo o Estado do Piauí, o Hospital de Ensino da UFPI busca desenvolver um trabalho de excelência na área de saúde, em níveis de ações básicas, média e alta complexidade, conjugando atividades de ensino, pesquisa e extensão, para os cursos de *Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Nutrição*, valorizando os princípios de humanização com racionalização de recursos e otimização de resultados.

Reinaugurado e em funcionamento desde 09 de novembro de 2012, realizou a contratualização com o SUS e teve a sua definição estratégica assim definida:

- ✓ **Missão:** Oferecer a sociedade piauiense serviços de assistência a saúde, de forma qualificada e formação de recursos humanos através do desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão.
- ✓ **Visão:** Ser reconhecido pela sociedade como centro formador de recursos humanos especializados na área da saúde, e pela melhoria da oferta de serviços públicos de saúde para a população.
- ✓ **Valores:** Ética, Transparência, Humanização e Responsabilidade Social.

Conta atualmente com atividades de ensino avançadas em Residência Médica (RM) e Multiprofissional. Neste ano de 2014 são 13 residências, nas seguintes especialidades:

RM em Gastroenterologia;

Residência em Cirurgia Bucomaxilofacial;

RM em Clínica Médica;

RM em Reumatologia;

RM em Cirurgia Geral;

RM em Ortopedia;

RM em Oftalmologia;

RM em Ginecologia;

RM em Dermatologia;

RM em Cardiologia;

Residência Multiprofissional em Enfermagem;

Residência Multiprofissional em Farmácia;

Residência Multiprofissional em Nutrição.

Em 2015 iniciará mais uma, a RM em Radiologia, já aprovada pelo MEC.

Na área de desenvolvimento organizacional conta com os seguintes serviços: 32 especialidades médicas; 105 ambulatórios de especialidades, Serviços de Imagem, Laboratório de Análises Clínicas, Laboratório de Patologia, Diagnóstico Métodos Gráficos, Central de Esterilização, UTI, 150 leitos, 05 salas cirúrgicas, Unidade de Clínica Geral, Unidade de Clínica Cirúrgica, Unidade do Sistema Urinário, Unidade do Sistema Cardiovascular, Unidade do Sistema Digestivo, Unidade de Cabeça e Pescoço, Unidade de Atenção a Saúde da Mulher, Unidade de Farmácia Clínica, Unidade de Nutrição Clínica, Unidade Transfusional, Unidade de Reabilitação, Unidade do Sistema Endócrino, Unidade do Sistema Neuromuscular, Unidade do Sistema Musculoesquelético, Unidade do Sistema Respiratório, Unidade do Sistema Tegumentar, Unidade de Hematologia, Unidade de Oncologia, Unidade de Atenção Psicossocial, Hemodinâmica, Ressonância Magnética, Unidade de Comunicação Social e Unidade de Planejamento.

Conta também com serviços de apoio nas seguintes áreas: Lavanderia Hospitalar, Alimentação Hospitalar, Limpeza e Higienização, Manutenção de autoclaves; Serviço de vigilância, Controle de pragas, Tratamento de água; Fornecimento de combustível; Coleta de Resíduos, Controle de Pragas e Dedetização, Leitura de Dosímetros, Fornecimento de Gases Medicinais, Manutenção predial, Manutenção de ar condicionado, Manutenção de estação de energia; Manutenção de carros de anestesia; Manutenção de equipamentos de Imagem; Manutenção de Tomógrafo, Manutenção de Caldeira e Fornecimento de OPM.

O HU foi o primeiro Hospital Universitário do Brasil a ser administrado pela Empesa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), vinculada ao Ministério da Educação com o objetivo de modernizar a gestão dos recursos financeiros e humanos dos hospitais federais universitários. A aprovação da adesão do Hospital Universitário à EBSERH se deu pela Resolução 059/2011 do Conselho Universitário da UFPI.

A EBSERH foi criada pela a lei Nº 12.550, publicada no Diário Oficial da União de 16.12.2011, com a finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, além de dar apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde sem interferir na autonomia universitária.

### 1.8.2 Hospital Veterinário Universitário (HVU)

O HVU é um hospital de ensino, com funcionamento 24 horas, inaugurado em 09 de setembro de 2003, com atendimento 24 horas.

Atende ao ensino de graduação em Medicina Veterinária e de pós-graduação, para execução das atividades dos Programas de Residência nas áreas de clínica Médica e Cirúrgica de Cães e

Gatos, Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais, Patologia Animal, Diagnóstico por Imagem Anestesiologia Veterinária e Reprodução Animal. Também serve de cenário de prática para colheita de dados utilizados em dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal.

Também presta serviços à comunidade, nas áreas de clínica médica e cirúrgica de pequenos e grandes animais, incluindo o diagnóstico por imagem e a análises clínicas em geral.

Sua casuística média anual é de 10.500 animais, comtemplando cerca de 38.200 procedimentos anuais.

### 1.9 Unidades de Ensino Técnico

A UFPI mantém, em sua estrutura, 03 (três) unidades de Ensino Técnico e Tecnológico que são denominadas de Colégios Técnicos e sediadas, respectivamente, em Teresina, Floriano e Bom Jesus, através das quais desenvolve atividades voltadas para o ensino profissionalizante, subsequentes e/ou concomitantemente com o Ensino Médio

#### 1.9.1 Colégio Técnico de Teresina (CTT)

O Colégio Técnico de Teresina (CTT) originou-se do Colégio Agrícola de Teresina (CAT), que funcionou com esta nomenclatura até 2012, visto que formava apenas técnicos agrícolas, nomenclatura posteriormente modificada para Técnico em Agropecuária. Através da resolução nº 003/13 de 23/01/2013 do CONSUN, os Colégios Agrícolas passaram a denominação de colégios técnicos. O CTT fica situado no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, em Unidade situada no Bairro Socopo, CEP 64049-550, em Teresina/PI, próximo ao CCA.

O então CAT foi instalado em 10 de maio de 1954, mas somente em 1976 ocorreu a sua vinculação oficial à UFPI, através do Decreto Nº 78.672/1976.

Atualmente o CTT ministra cursos técnicos de forma integrada, subsequente ao Ensino Médio (sEM) e concomitante com o Ensino Médio (cEM), presenciais, além de cursos técnicos a distância (e-TEC), vinculados ao Programa e-Tec Brasil e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pelo Governo Federal, em 2011.

O e-Tec-Brasil é uma ação do MEC e tem como foco a oferta de cursos técnicos a distância, além de formação inicial e continuada de trabalhadores egressos do ensino médio ou da educação de jovens e adultos, objetivando ofertar cursos que proporcionem o acesso ao mundo do trabalho para jovens e adultos, inclusive para aqueles profissionais que trabalham, mas sentem falta de uma melhor qualificação para exercerem suas atividades. Estes cursos representam uma

oportunidade a mais para pessoas que sonham em fazer um curso técnico mais que não têm condições de vir a Teresina para realiza-lo.

Além disso, são ofertados também cursos de formação integral e continuada (FIC) que possuem curta duração e com foco em uma área de atuação específica. Após a conclusão, o aluno recebe a certificação do curso de qualificação, o que possibilita, facilita e melhora a sua inserção no mercado de trabalho. No ano de 2013 foram executados 31 Cursos FICs, pelo PRONATEC, com total de 930 vagas em Teresina e em Unidades Remotas como: Guadalupe, José de Freitas, Lagoa do Sítio, Luis Correia, Miguel Alves, União e Várzea Grande.

O oferecimento de Cursos FICs (1522 vagas em 2014/2) em Unidades Remotas acontece em 29 (vinte e nove) municípios do Piauí, somente na modalidade de cursos FICs, totalizando 2323 vagas (FICs e Técnicos); Os municípios das Unidades Remotas são: Alto Longá, Altos, Barras, Batalha, Boa Hora, Boqueirão do Piauí, Brasileira, Buriti dos Montes, Campo Maior, Curralinhos, Jardim Mulato, Jatobá do Piauí, José Freitas, Lagoa do Sítio, Madeiro, Miguel Alves, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Novo Santo Antônio, Parnaíba, Esperantina, Piracuruca, Piripiri, São João do Arraial, São Miguel do Tapuio, Siguefredo Pacheco, Tanque do Piauí e Várzea Grande.

Neste ultimo quinquênio houve uma grande reforma nas instalações do CCT, cuja atual estrutura se compõe de: em 10 salas de aula que atendem 500 alunos do período regular da instituição, 02 Laboratórios para o Curso Técnico em Informática - Aulas de Programação e Montagem e Manutenção de Computadores, 01 Laboratório comunitário para os estudantes dos demais cursos técnicos do CTT, 01 Laboratório para as Aulas Práticas do Curso Técnico em Enfermagem, 01 Laboratório de Agroindústria em fase de construção, 01 Laboratório de sementes, 01 estufa, Campo Agrícola para desenvolvimento de Projetos, 01 Laboratório de Solos com banheiros, Alojamentos masculino e Alojamento semi-interno feminino, 01 Grêmio Estudantil, 01 Sala de Leitura, 01 Sala de TV, 01 Sala de Jogos, 01 quadra de esportes, 01 campo de futebol, 02 praças e 01 auditório.

### 1.9.2 Colégio Técnico de Floriano (CTF)

O CTF está sediado em Floriano, integrando a estrutura do CAFS. É uma escola de educação profissional vinculado à UFPI, com 35 anos de funcionamento, que oferta os cursos de Técnico em: Enfermagem, Agropecuária, Informática, Agente Comunitário de Saúde e em Agropecuária integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA, além do Ensino Médio em concomitância com os cursos técnicos. Paralelamente, mantém cursos técnicos à distância pela rede e-Tec Brasil e pelo PRONATEC.

O CTF se integrou a Rede e-Tec Brasil em meados de 2008 e, na primeira fase, (2010-2011) foram ofertadas 500 vagas para os cursos Técnicos em: Informática (100 vagas), Agropecuária (200 vagas) e Enfermagem (200 vagas), que funcionaram nos municípios de Alegrete do Piauí, Monsenhor Gil, Batalha e Valença do Piauí. Esses cursos foram ofertados no biênio 2010-2011 e em junho de 2012, foi iniciada a segunda fase, com a oferta de 03 cursos nos 04 municípios polos, perfazendo um total de 12 turmas que contemplam 560 alunos, representando uma expansão de 12% no número de vagas.

### 1.9.3 Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ)

O CTBJ é uma unidade de ensino técnico da UFPI, criado em 21/03/1982. Em 2006, teve início o seu projeto de expansão, financiado pelo Programa de Expansão da Educação Profissional, para a melhoria e expansão da estrutura física, visando à oferta de novos cursos técnicos: Informática e Enfermagem. Ao longo de 25 anos, vem promovendo a formação de jovens nos ensinos Médio e Técnico.

Através do edital nº 20/214, a UFPI instituiu o processo seletivo para os cursos dos seus Colégios Técnicos, totalizando em 690 vagas, para ingresso em 2015. Para o CTT são 225 vagas, nos Cursos Técnicos em: Agropecuária cEM = 100 vagas; Agropecuária sEM = 40; Informática sEM = 50; e Enfermagem sEM = 35 vagas. Para o CTF são 230 vagas: Técnico em Agropecuária cEM = 40 vagas; Agropecuária sEM = 35; Informática cEM = 60; Informática sEM= 35; enfermagem sEM = 40; e, Agente Comunitário de Saúde = 40 vagas. E para o CTBJ são 235: Agropecuária cEM= 60 vagas; Agropecuária sEM = 40; Informática cEM = 60; Informática sEM = 35 vagas; e, Enfermagem sEM= 40 vagas.

Vale ressaltar que, nos processos seletivos do ensino técnico, é utilizado um sistema de cotas para alunos oriundos de escola pública e, dentro dessa categoria, para aqueles autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

## 1.10 Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica

O Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (COMFOR) foi constituído através do Ato da Reitoria (AR) Nº 287/2013, de 19/02/2013 e posteriormente teve sua composição alterada pelo AR Nº 578/2014 de 27/03/2014, com o objetivo de: planejar as ações de formação inicial e continuada no âmbito da UFPI; assegurar

a indução, a articulação, a coordenação e a organização de programas e ações de formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica; e zelar pela gestão e execução dos recursos recebidos. Vinculado ao Gabinete do Reitor, é responsável pela gestão financeira e pedagógica e também pelo monitoramento das ações dos Programas/Cursos de formação inicial e continuada financiados pelo MEC, no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB) e Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Os cursos são ofertados pela UFPI considerando a demanda por vagas captadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) junto às escolas públicas e os recursos foram disponibilizados na Ação 20RJ, Matriz Orçamentária UFPI/2014.

A atual constituição do COMFOR é: Coordenadora: Maria da Glória Carvalho Moura; Representantes das Licenciaturas CCE: Teresa Christina Torres Silva Honório (Titular) e Raimundo Lenilde de Araújo (Suplente); Representantes da PREG: Maria do Socorro Leal Lopes (Titular) e Mirtes Gonçalves Honório de Carvalho (Suplente); Representantes do PARFOR: Maria da Glória Duarte Ferro (Titular) e Luciana Nobre de Abreu Ferreira (Suplente); Representantes do CEAD: Gildásio Guedes Fernandes (Titular) e Liana Rosa Brito Cardoso (Suplente); Representantes da PREX: Miguel Ferreira Cavalcante (Titular) e Gregório Elias Nunes Viana (Suplente); representantes da PRPG: Hélder Nunes da Cunha (Titular) e Angel Alberto Hidalgo (Suplente).

Neste ano de 2014 há 16 cursos em andamento, vinculados ao SEB/MEC, sendo 10 Cursos de Extensão (aperfeiçoamento) e 06 de Especialização (*lato sensu*), abrangendo mais de 22 mil pessoas e recursos superiores a quatro milhões de reais (R$ 4.864.054,35). Também estão em andamento 09 Cursos vinculados à SECADI/MEC, sendo 04 Cursos de Extensão e 05 de Especialização, totalizando em 1.340 pessoas e mais de hum milhão e quinhentos e setenta e cinco mil reais (R$ 1.575.038,50).

A meta estimada para as ações geridas pelo COMFOR 2013/2014, é: profissionais da educação básica beneficiados: 23.062; profissionais envolvidos nas equipes de coordenação e formação continuada: 8.128; recursos assegurados na ação 20RJ/2013/2014- Formação Continuada: R$ 6.439.022,85.

## CAPÍTULO 2 - EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As teorias clássicas da Administração Geral estabelecem quatro funções capazes de nortear o processo de organização e gestão institucional, a partir das quais são definidas as ações e operações necessárias à organização, estrutura e funcionamento de qualquer instituição. São elas: planejamento, organização, direção e coordenação e avaliação.

O crescente entendimento da importância da avaliação tem encaminhado ao desenvolvimento de abordagens de planejamento ditas sistêmicas e sistemáticas uma vez que contemplam toda a instituição e o ambiente em que ela atua.

Indubitavelmente, na era da pós-modernidade, o conhecimento e a sua aplicação tornaram-se ferramentas básicas para o progresso. O capital humano e a sua qualificação passaram a fatores determinantes para o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação.

A formação de profissionais e a produção do conhecimento constituem-se, no mundo pós-moderno, em estratégias de ampliação de capitais econômicos e ganham centralidade nos processos de reforma das instituições educacionais instituídas com o fito de assegurar a qualidade do ensino e a adequada alocação de recursos.

A respeito de planejamento estratégico na educação superior, a literatura faz referência a três modelos considerados relevantes: o modelo de *Malcolm Baldrige* (*Malcom Baldrige Programa*), a abordagem do *Balanced Scorecard* e o *benchmarking*.

O *Balanced Scorecard* (BSC) é um sistema de avaliação de desempenho que: incentiva a instituição a traduzir sua Missão e Visão em indicadores mensuráveis; favorece a transparência e consenso de resultados e realizações críticas; identifica e acompanha o comportamento de indicadores chaves da efetividade das ações; monitora o progresso nas áreas chaves (RUBEN, 2007).

Esse sistema estimula a formulação de objetivos estratégicos e medidas de desempenho institucional que contemplam vários aspectos. Dentre esses, alguns adaptados aos órgãos públicos e os sem fins lucrativos, sugerem que estas organizações cumprem sua missão ao atenderem às necessidades do seu público-alvo. Elas alcançam o sucesso por meio do desempenho dos seus processos de trabalho internos, com o apoio de seus ativos intangíveis, que são o aprendizado e crescimento. Ao satisfazer a esses grupos de interesse de maneira compatível com a missão, a

instituição cria uma arquitetura estratégica eficiente e eficaz que reflete os temas de produtividade e crescimento da receita utilizados pelas organizações do setor privado.

Na estrutura do Planejamento Estratégico da UFPI-2015-2019, algumas adaptações do BSC foram utilizadas para orientar a tradução das Estratégias da Universidade em um conjunto de objetivos e metas distribuídos nas perspectivas apropriadas à cobertura das perspectivas de crescimento institucional.

## 2.1 O contexto institucional

Para falar da UFPI é importante tecer alguns comentários sobre o Estado do Piauí e sua Capital, visto que permite uma ideia geral sobre o contexto institucional.

O Piauí é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizado na região Nordeste, sendo o terceiro maior Estado nordestino em área territorial. Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; além do oceano atlântico, ao norte.

O território piauiense (251.529 km²) constitui-se numa área geográfica homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença do tipo vegetacional cerrado; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. A população do Piauí totaliza em mais de 3 milhões de habitantes (3 milhões e 195 mil). Está organizado geograficamente em 04 Mesorregiões, 15 Microrregiões e 224 municípios.

Teresina, a capital do Piauí, foi fundada em 16 de agosto de 1852, visto que a primeira capital foi Oeiras, sediada na Mesorregião Sudeste Piauiense, Microrregião de Picos. Teresina fica na Mesorregião Centro Norte Piauiense, possui pouco mais de 840 mil habitantes, sendo que sua região metropolitana, denominada Região Integrada da Grande Teresina, que envolve os municípios piauienses de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Teresina e União, além do município maranhense de Timon (do qual se separa apenas pelo Rio Parnaíba), é detentora de 37% da população do Estado, com 1.189.260 habitantes, segundo o IBGE (2014).

É considerada a décima terceira capital com melhor qualidade de vida do Norte e Nordeste, segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e a terceira capital mais segura do Brasil, conforme o IPEA.

A UFPI é a principal Instituição de Educação Superior (IES) do Estado do Piauí e o seu Campus sede, intitulado Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP) está localizado em Teresina, à Avenida Universitária, s/n, no Bairro Ininga.

Em março deste ano de 2014 a UFPI completou 43 anos de instalação e encontra-se num patamar satisfatório de desenvolvimento tendo passado no período de 2013 para 2014 da 69ª posição nacional para a 45ª, segundo o *Ranking* Universitário Folha (RUF, 2014).

Ao longo de sua existência a UFPI tem se pautado em parâmetros de mérito e qualidade acadêmicos em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de periódicos científicos e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

Como instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal do Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

## 2.2 Relato institucional

A UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, possuindo quatro outros Campi sediados nas cidades de: Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano.

Inicialmente a UFPI foi credenciada como Faculdade isolada, por meio do Decreto nº 17.551 de 09.01.1945. Após a reunião de suas unidades isoladas existentes na época de sua fundação (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, de Teresina; e Faculdade de Administração de Parnaíba) foi recredenciada em 1968, desta vez como Universidade (Lei 5528, de 12.11.68). Recebeu visita de recredencimento institucional com o advento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em 2009, cujo documento regulatório foi publicado em 2012 (Portaria MEC n° 645 de 18/05/2012), a recredenciou pelo prazo de dez anos.

Seus dados cadastrados no sistema e-MEC, bem como os de seus Campi, estão apresentados no Quadro 23.

| **Quadro 23** – Dados cadastrais da UFPI e seus Campi | | |
|---|---|---|
| Nome da Mantida: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ | | |
| Sigla: UFPI | Disponibilidade do Imóvel: Próprio | |
| CEP: 64049550 | Site: http://www.ufpi.br | Cód. e-MEC: 005 |
| UF: Piauí (PI) | Município: Teresina | |
| Bairro: Ininga | Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela - Av. Universitária | |
| Complemento: SG - 07 | Nº: s/n | |
| Telefone(s): (86) 3215 5620; (86) 3215 5621; (86) 3215 1104 | Fax: (86) 3215 5880 | |
| Organização Acadêmica: Universidade | E-mail: diretoria.avaliacao@ufpi.edu.br proplan@ufpi.edu.br; pi.ufpi@ufpi.edu.br | |

| **Dados Cadastrais dos Campi** | | |
|---|---|---|
| **Código** | **Nome do Campus** | **Endereço** |
| 102559 | Ministro Petrônio Portella | Av. Universitária, s/n - Bairro Ininga CEP 64.049-550 – Teresina-PI |
| 338 | Ministro Reis Veloso | Av. São Sebastião, 2819 - Centro CEP 64.200-020 – Parnaíba-PI |
| 1002563 | Senador Helvídio Nunes de Barros | Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco CEP 64.600-971 – Picos-PI |
| 1002562 | Professora Cinobelina Elvas | BR 135, Km 3 – Bairro Planalto Horizonte CEP 64.800-000 – Bom Jesus-PI |
| 1002561 | Amílcar Ferreira Sobral | BR 343, Km 3,5 s/n – Bairro Meladão CEP 64.800-000 – Floriano-PI |

Fonte: DIAI/PROPLAN

## 2.3 Evolução institucional

A constituição da UFPI englobou as unidades isoladas de ensino superior existentes na época de sua fundação: Faculdades de Direito, de Filosofia, de Odontologia e de Medicina, localizadas em Teresina; e a Faculdade de Administração, em Parnaíba.

A sua estruturação foi efetivada em unidades básicas de ensino de acordo com as áreas de conhecimento, denominadas departamentos e estes, por sua vez, se agregaram e passaram a formar unidades de ensino maiores que, no Campus sede, receberam o nome de Centros.

Em 2010 criou o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), conhecido como Universidade Aberta do Piauí (UAPI), através do qual ministra cursos (bacharelados e licenciaturas) nos mesmos padrões de qualidade adotados no ensino presencial, objetivando atingir a um público

que não tem oportunidade de participar ativamente do cotidiano institucional em caráter presencial, mas que, através da adoção de novas metodologias da informação e comunicação, formar profissionais habilitados ao exercício profissional, aptos a atuarem na sociedade onde vivem.

A partir da melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento.

De 1971 a 2005 a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI 2005-2009, houve o credenciamento para ensino a distância e criação do CEAD, com a implantação do curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental e a partir do segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do numero de cursos ministrados na modalidade EaD, tendo sido criadas oito novas graduações.

A partir de 2006, aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, objetivando favorecer o acesso e permanência de jovens na educação superior, de forma a consubstanciar o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (Lei n° 10.172/2001), o que possibilitou a expansão da oferta, com reestruturação de dois Campi do interior (Parnaíba e Picos) e implantando dois novos Campi, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, distando de 635 km da capital e em Floriano, situado na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, distando 234 km da capital,

O início das atividades do Campus de Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e de Floriano se deu no primeiro semestre de 2009.

Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFPI em 2009, época do término do seu primeiro PDI, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) Cursos regulares, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, incluindo-se neste número, em alguns casos, a repetição de uma mesma área em distintos *Campi* ou de turno num mesmo Campus.

Em observância à política de inclusão social, a UFPI destinou 20% das vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral e exclusivamente em Escolas Públicas.

Para o ensino EaD foram oferecidas em 2009 um total de 3.000 (três mil) vagas para 08 (oito) cursos, nas modalidades bacharelado e licenciatura, ministrados através do Centro de

Educação Aberta e a Distância (CEAD), tanto na sede dos Campi como em outros municípios, perfazendo 316 (trinta e seis) Polos situados em 36 (trinta e seis) diferentes cidades do Estado do Piauí.

Para ingresso nos cursos de Pós-Graduação ao longo de 2009, foram oferecidas aproximadamente 2.000 vagas, distribuídas entre os cursos de especialização, programas de residência médica e médico-veterinária, mestrado e doutorado. Para ingresso nos cursos de educação básica (ensino médio), foram oferecidas 448 vagas nos Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus.

Na vigência do PDI/2010-2014 as vagas para o ensino de graduação e de pós-graduação foram elevadas, conforme demonstrado no Quadro 24.

**Quadro 24** – Evolução do número de cursos e vagas no ensino de graduação, quinquênio 2010-2014

| Ano | Nº de Cursos de Graduação | Vagas ofertadas na graduação | |
|---|---|---|---|
| | | Presencial | EaD |
| 2010 | 98 | 5.786 | 2.500 |
| 2011 | 98 | 5.846 | - |
| 2012 | 98 | 5.914 | 3.125 |
| 2013 | 100 | 5.969 | - |
| 2014 | 107 | 6.034 | 6.825 |

Fonte: CEDE/PREG

No que tange à pós-graduação stricto sensu, no quinquênio 2010-2014, as vagas também foram gradativamente aumentadas, conforme demonstrado no Quadro 25.

**Quadro 25** – Evolução das matrículas na pós-graduação da UFPI, quinquênio 2010-2014

| Ano | Stricto Sensu | | Lato Sensu | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Mestrado | Doutorado | Especialização | Residência Médica | Residência Médica Veterinária | Residência Multi-profissional |
| 2010 | 725 | 115 | 1.729 | 78 | 10 | - |
| 2011 | 936 | 142 | 1.938 | 35 | 05 | - |
| 2012 | 1.191 | 190 | 1.194 | 85 | 11 | - |
| 2013 | 1.222 | 223 | 675 | 78 | 16 | 10 |
| 2014* | 1.279 | 326 | 1.634 | 78 | 19 | 19 |

*Dados parciais – outubro/2014. Nota: Resid.= residência.
Fonte: CPG/PRPG.

Articulada com a política governamental, a UFPI centrou-se, nos últimos anos, na consolidação do seu projeto de expansão e interiorização, produzindo meios de ampliação das suas condições de acesso à educação superior e no estabelecimento de parcerias que permitam viabilizar o seu projeto de internacionalização.

## 2.4 Avaliação institucional

O resgate histórico mostra que a avaliação institucional está ligada a um referencial de qualidade e nos distintos modos de entendimento fez parte das lutas do movimento dos docentes das universidades brasileiras na década de sessenta.

Ao longo das décadas, tem sido amplamente reconhecida a importância da Educação Superior no conjunto das políticas públicas, não apenas por ser instrumento de valor para a formação acadêmico-profissional ou por alicerçar a pesquisa científica e tecnológica que subsidiam o desenvolvimento econômico e social, mas também por seu papel norteador das ações de cidadania democrática, justiça social e desenvolvimento sustentável.

A primeira proposta sistemática de avaliação da educação superior foi o PARU **(**Programa de Avaliação da Reforma Universitária), instituído em 1983, pelo MEC, o qual concentrava as atenções em gestão e produção/disseminação de conhecimentos, a partir de análise de dados colhidos em questionários aplicados a estudantes, professores e gestores educacionais (SINAES, 2004). O PARU também empreendeu estudos específicos para avaliar o impacto da Lei 5.540/1968 sobre a estrutura administrativa das instituições, a expansão do número de matrículas, a relação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, corpo docente e técnico administrativo e inserção da comunidade. Desativado no ano seguinte, o PARU foi substituído por outras iniciativas governamentais.

Em 1985, a partir da chamada Nova República, foi constituída uma "Comissão de Notáveis" no governo do Presidente José Sarney, que elaborou o documento intitulado "Uma nova política para a educação superior", o qual foi ampliado pela criação do GERES (Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior), que construiu uma proposta de avaliação da educação superior, embasada numa concepção regulatória, destacando as dimensões individuais, do alunado, dos cursos e das instituições e norteou o direcionamento dos recursos públicos educacionais para os chamados "centros de excelência" ou instituições com padrões internacionais de produção acadêmica e de pesquisa (RISTOFF, 2002).

O relatório do GERES, demonstrou de forma clara o papel do controle a ser desempenhado pelo processo avaliativo e propôs, além da avaliação dos cursos de graduação, a realização de um exame nacional pelos estudantes (DIAS SOBRINHO, 2003). Nessa época, várias instituições públicas implantaram modelos de autoavaliação e, especialmente as mais consolidadas, publicaram seus relatórios.

Essas experiências subsidiaram no governo do Presidente Itamar Franco o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) elaborado por uma comissão de especialistas, instituída no âmbito do MEC, em 1993, o qual teve como pilar norteador a autoavaliação e centrou-se na preocupação com a missão da instituição na sociedade (SINAES, 2007). Esse Programa deu sustentabilidade a uma cultura de avaliação e introduziu mudanças na dinâmica das universidades, embora tenha tido vida curta, pois sua continuidade foi prejudicada por um processo de mudança de governantes.

Em 1995, com o advento da Lei nº 9131, de 24/11/95, que atribuiu ao Ministério da Educação o papel de "[...] formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem"[...], a avaliação passou a ser obrigatória em todos os níveis de ensino, o que seria consagrado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996). A partir de então a obrigatoriedade se manteria, dela dependendo a renovação, periódica, do reconhecimento dos cursos de graduação. O Ministério da Educação, auxiliado pelo Conselho Nacional de Educação e pelos sistemas de ensino, é órgão encarregado de tais atribuições, conforme esses dispositivos legais.

Surgiu, assim, o SAES (Sistema de Avaliação da Educação Superior), do qual faziam parte: o Exame Nacional de Cursos (ENC ou provão, como ficou conhecido), o censo da educação superior, realizado anualmente, envolvendo todos os cursos e IES do País; e a Avaliação periódica das Condições de Ensino (ACE), procedida *in loco* por comissões de especialistas do Ministério da Educação, focalizando três dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações.

Em 2001, foi editado o Decreto 3.860 de 09/07/2001, que estabeleceu não apenas novas diretrizes para a organização do ensino superior, como também definia quais itens a avaliação dos cursos de graduação deveriam atender. Esse dispositivo legal atribuiu ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) a tarefa de "[...] organizar e executar a avaliação dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior [...]" (BRASIL, 2001). Assim, iniciou-se o processo de verificação *in loco* das condições de oferta dos cursos, sobretudo naqueles que receberam conceito "D" e "E" no Exame Nacional de Cursos (Provão), que vigorou até 2003.

Em 2004, esse Sistema foi reformulado, sendo instituído o SINAES (Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior) através da Lei nº 10.861, de 14/04/2004, com o objetivo de "assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes [...]", sob a coordenação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

O SINAES é o atual sistema avaliativo em vigor e preconiza o processo avaliativo sob três pilares: a instituição, os cursos e o desempenho dos estudantes. A avaliação institucional é o centro do sistema. Com objetivo de identificar o perfil e o significado de atuação da instituição (Art. 3º da Lei 10.861/04), a avaliação acontece através da autoavaliação e das avaliações externas realizadas *in loco*, por equipes do INEP sob a supervisão da CONAES. A autoavaliação é realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que após conduzir o processo de avaliação interna, deve sistematizar os resultados em um relatório anual para fins de encaminhamento ao INEP.

A avaliação de cursos é conduzida por especialistas nas respectivas áreas de conhecimento, indicados pelo INEP, utilizando instrumento de avaliação específico centrado em três dimensões específicas: a organização didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura. Os resultados da avaliação dos cursos são classificados em uma escala de 1 a 5, em termos de cada dimensão e do conjunto de indicadores integrantes dessas dimensões.

O conjunto das dimensões inerentes ao SINAES que embasam a avaliação institucional, contempla:

1) a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

2) as políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

3) a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

4) a comunicação com a sociedade;

5) as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

6) organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

7) infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

8) planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

9) políticas de atendimento aos estudantes;

10) sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

### 2.4.1 Autoavaliação na UFPI: um breve histórico

A autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual cada Instituição constrói conhecimentos sobre a sua própria realidade buscando compreender o significado do conjunto de suas atividades para melhoria da qualidade e obtenção de maior alcance social.

Este processo envolve a sistematização de informações, análise coletiva do significado das realizações, identificação de pontos fracos e fortes e, sobretudo, das estratégias a serem adotadas para a correção das fragilidades.

A UFPI iniciou seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com a finalidade de aperfeiçoamento continuo da qualidade acadêmica, e melhoria do planejamento e da gestão universitária. Utilizou como referencial para implantação o Documento Básico: Avaliação das Universidades Brasileiras – Uma Proposta Nacional, divulgado pela SESu/MEC em 26 de novembro de 1993 e parte do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), cuja proposta era adoção de uma sistemática de avaliação institucional da atividade acadêmica que deveria ser fundamentando tendo como base os seguintes princípios:

a) Aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;

b) Reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;

c) Envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para a melhoria do desempenho institucional.

Em relação a esta experiência de avaliação institucional desenvolvida na UFPI, alguns problemas do ponto de vista estratégico e logístico foram detectados: falta de envolvimento de alguns segmentos da comunidade; predominância de avaliações parciais; descontinuidade da experiência (em função, principalmente, de mudança de gestão); e, dificuldade de implantar uma cultura de avaliação. Entretanto, não se pode negar que a implantação de uma cultura de avaliação educativa supõe um longo aprendizado que passa naturalmente pelos impasses acima mencionados. Uma avaliação verdadeiramente educativa, de acordo com Dias Sobrinho (1999) "está comprometida com os princípios da participação ativa dos agentes educativos e da construção coletiva das instituições e da sociedade" (p.27).

A partir da edição da Lei de Diretrizes e Bases (Lei no 9.394/96) toda instituição de ensino superior passou a ser avaliada periodicamente. Assim, como instrumento central das reformas da Educação Superior, o processo de implantação da Avaliação Institucional na UFPI foi retomado, em 2003 (Ato da Reitoria nº 490/03), antes mesmo da vigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de

2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e define em seu Artigo 11, que cada instituição de ensino superior, pública ou privada, deverá constituir Comissão Própria de Avaliação – CPA assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

Assim, em 2003, a UFPI reiniciou o processo avaliativo por acreditar ser este um dos mecanismos fundamentais para a garantia de uma educação com qualidade social, e passou a utilizar os resultados da autoavaliação como instrumento que contribuí para a qualidade da gestão Institucional. Nesse período constitui a Comissão Própria de Avaliação – CPA, não somente para atender aos requisitos do Ministério de Educação, que institui o SINAES, mas também para atender às suas próprias necessidades de aprimoramento.

Em 2005, essa CPA sensibilizou a comunidade acadêmica (dos Campi Ministro Petrônio Portella, Ministro Reis Veloso, Helvídio Nunes de Barros) e com a participação das comissões setoriais (de cada centro de ensino e campi) realiza processo avaliativo, fundamentado no documento oriundo da CONAES intitulado "Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições" datado de agosto de 2004.

No primeiro trimestre de 2006 foi postado no repositório de documentos do sistema SAPIENS o relatório coadunando as dez dimensões avaliativas oriundas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A partir dessa data a UFPI ficou aguardando o agendamento da visita "in loco" conforme Resolução CONAES nº 01, de 11/01/2005.

Em setembro de 2006 uma nova Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi nomeada por meio do Ato da Reitoria nº. 1521 de 06 de setembro de 2006, para dar continuidade ao processo de autoavaliação.

Essa comissão elaborou uma minuta de Resolução que após várias discussões foi submetida a aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUN) – Resolução nº. 20/2007, aprovada em 03 de agosto de 2007.

De acordo com esta Resolução 20/2007, a CPA tem como finalidade a implementação do processo interno de avaliação da Universidade, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pela CONAES.

Considerando que em fevereiro de 2006 a CONAES publicou um documento com o título "Avaliação Externa das Instituições da Educação Superior: diretrizes e instrumento", considerando também, que a avaliação externa não havia sido realizada, a CPA realizou, então, um extenso trabalho no sentido de elaborar um relatório adequado ao novo documento. Nesse período enfrentou os seguintes desafios:

- Elaboração de instrumentos objetivos que atendessem as dimensões propostas pelo SINAES;
- Sensibilização da comunidade acadêmica acerca da relevância da avaliação institucional;
- Incentivo ao engajamento democrático dos atores institucionais: o preenchimento do formulário on-line;
- Retorno em tempo hábil dos formulários impressos, encaminhados aos chefes de departamento, coordenadores de cursos de graduação, pós-graduação e dos cursos técnicos, diretores de centros, *campi*, colégios agrícolas (como eram denominados os colégios técnicos), Pró-Reitores, diretor de biblioteca central, técnicos das bibliotecas setoriais;
- Superação de resistências ao processo de avaliação em favor de uma cultura de avaliação cotidiana, centrada no autoconhecimento e na autoavaliação.

Considerando esses desafios e a exiguidades do tempo procedeu-se um grande esforço para elaborar o Relatório em tempo hábil a ser a ser enviado ao INEP.

Em 2008, por ocasião da entrega do Relatório de Autoavaliação 2006/2007, a UFPI concluiu uma etapa importante de sua história, ao proceder a um diagnóstico mais completo do que acontece na realidade cotidiana da instituição, o que permitiu algumas conclusões, tais como: análise crítica da atuação da CPA, pontos frágeis diagnosticados, ações de melhorias nas quais a Universidade deve lançar esforços, bem como ações implementadas que merecem destaque.

Em 31 de março de 2010 foi aprovada a Resolução CONSUN nº 05/2010 que altera a redação do Art. 6º da Resolução 20/2007, definindo que a composição da CPA deverá ser de natureza multidisciplinar. Em abril de 2010 atendendo a esse dispositivo legal foi constituída nova CPA por meio do Ato da Reitoria nº 505/2010, de 07 de abril de 2010.

Essa comissão, instituída em 2010, com o apoio da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional (DIAI), órgão recém-criado com objetivo de coordenar o processo avaliativo no âmbito da UFPI, elaborou um relatório de autoavaliação que foi postado no sistema e-MEC em 30/03/2011, por meio do qual apresentou o trabalho realizado, oportunizando à comunidade *ufpiana* um documento privilegiado de autoconhecimento, analise e reflexão na busca da qualidade do projeto institucional, que constitui responsabilidade de toda comunidade acadêmica.

Fato semelhante se deu em 2012, sendo o relatório de autoavaliação postado em 27/03/2013.

Em 2013, por meio da Resolução 063/2013 do CONSUN foi regulamentado o funcionamento da CPA, de forma a detalhar toda a sistemática de suas atividades, incluindo:

vinculação, instrumentos, atribuições, composição, sistemática de trabalho e funcionamento das comissões setoriais de avaliação a ela vinculadas.

O relatório de autoavaliação de 2013, subdividido em quatro partes, abrangendo os dados de todos os Campi foi postado no sistema e-MEC em 30.03.2014.

Em 2014, por meio da Resolução 028/2014 do CONSUN, foi aprovado o Regimento Interno da CPA e tornada sem efeito a Resolução 063/2013, visto que o texto do citado Regimento, aprovado em 2014, abrangeu o conteúdo da citada Resolução aprovada em 2013.

A atual CPA está preparando o Relatório de autoavaliação do ano de 2014, o qual obedecerá a uma nova sistemática, em obediência à Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, segundo a qual o Relatório de autoavaliação institucional deverá conter cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise e apresenta o detalhamento a ser abordado em cada uma das partes, sendo que na introdução deverão contar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. E o desenvolvimento deverá ser organizado em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3° da Lei N° 10.861, que institui o SINAES.

### 2.4.2 Avaliações externas

No contexto das avaliações externas, ressalta-se a publicação do documento regulatório do recredenciamento da UFPI e as avaliações externas de cursos, ocorridas nos cinco Campi.

#### 2.4.2.1 Recredenciamento institucional

Apesar da visita de recredenciamento ter sido realizada ainda em março de 2009, o documento regulatório só foi editado em 18 de maio de 2012, que é a Portaria MEC N° 645, publicada no DOU Nº 97, de 21 de maio de 2012 (Secção 1, página 13), através da qual a UFPI foi recredenciada por um período de dez anos**.**

#### 2.4.2.2 Avaliações de Cursos

Na vigência do PDI/2010-2014 aconteceram 53 visitas de avaliação externa para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento de seus cursos, distribuídas nos seus cinco Campi, cujo resultado mostrou conceito satisfatório em todos os relatórios de visita das comissões do INEP.

Para as IES que possuem autonomia de criar os seus cursos e programas, as avaliações de cursos são realizadas para os atos regulatórios de reconhecimento e renovação de reconhecimento.

O atual instrumento de avaliação de cursos utilizado pelo INEP, autarquia federal do MEC encarregada do processo avaliativo, o qual subsidia os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos presenciais e a distância, foi aprovado em maio de 2012 e possui três dimensões com 63 indicadores, podendo haver indicador que não se aplica ao curso, além dos requisitos legais e normativos, que totalizam em 13.

Os resultados das avaliações são expressos em escala que varia de "1" a "5". Ressalta-se que o "5" reflete o padrão máximo de qualidade em cursos de graduação no Brasil (muito bom); o "4" corresponde ao conceito "bom" e o "3" indica que é "satisfatório", atingindo o referencial de qualidade requerido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Os conceitos "1" e "2" são insuficientes e ensejam mediadas saneadores por parte da Secretaria de Regulação do MEC.

#### 2.4.2.2.1 Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP)

O CMPP recebeu 26 visitas de comissões de avaliação externa, na vigência do PDI/2010-2014, abrangendo o ensino presencial e a distância, as quais estão sumarizadas nos Quadros 26 e 27.

**Quadro 26**- Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino presencial, Campus Ministro Petrônio Portella, Teresina-PI

| Ano | Curso | Processo n° | Período | Código da Avaliação | Conceito do Curso (CC) |
|---|---|---|---|---|---|
| Não ocorreram avaliações externas no CMPP em 2010 | | | | | |
| 2011 | Educação Física-Convênio CREF (Licenciatura) | 200908890 | 05/06 a 08/06/2011 | 86674 | 4 |
| | Educação Artística-Música (Licenciatura) | 20077788 | 01/08 a 04/08/2012 | 90352 | 3 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2011: 3,5 | | | | | |
| 2012 | Estatística (Bacharelado) | 201108238 | 27/06 a 30/06/2012 | 91368 | 3 |
| | História (Bacharelado) | 201202311 | 18/11 a 21/11/2012 | 95436 | 3 |
| | Arqueologia (Bacharelado) | 201108372 | 03/06 a 06/06/2012 | 91369 | 4 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2012: 3,33 | | | | | |
| 2013 | Engenharia Mecânica (Bacharelado) | 201013018 | 17/04 a 20/04/2013 | 99148 | 3 |
| | Engenharia de Produção (Bacharelado) | 201013066 | 12/06 a 15/06/2013 | 99234 | 4 |
| | Engenharia Cartográfica e de Agrimensura (Bacharelado) | 201102967 | 30/06 a 03/07/2013 | 90400 | 3 |
| | Engenharia Elétrica (Bacharelado) | 201306814 | 15/09 a 18/09/2013 | 101482 | 4 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2013: 3,5 | | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | Ciências da Natureza (Licenciatura) | 201306114 | 12/02 a 15/02/2014 | 100990 | 4 |
| | Educação Artística -Artes Plásticas(Licenciatura) | 20077787 | 18/05 a 21/05/2014 | 106862 | 4 |
| | Música (Licenciatura) | 201358576 | 25/05 a 28/05/2014 | 107216 | 4 |
| | Ciências da Natureza e Matemática-PROCAMPO-Jaicós (Licenciatura) | 201305932 | 03/08 a 06/08/2014 | 108487 | 3 |
| | Moda, Design e Estilismo (Bacharelado) | 201305854 | 14/09/2014 a 17/09/2014 | 100988 | 4 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2014: 3,8 | | | | | |
| **Conceito médio das avaliações presenciais do CMPP no período: 3,57** | | | | | |

Fonte: DIAI/PROPLAN

Todas as avaliações externas realizadas no CMPP no último quinquênio tiveram resultados favoráveis, indicando que todos os cursos cumprem o referencial de qualidade requerido pelo Ministério da Educação.

As avaliações referentes ao EaD (Quadro 27) foram realizadas na sede dos cursos, em Teresina, incluindo polos de apoio presencial, sediados no interior do Estado. Pelo fato dos cursos na modalidade a distância serem novos (implantados a partir de 2009) não foram realizadas avaliações em 2010 e 2011. A média geral dos conceitos de cursos ministrados a distância (3,42) mostra que todos eles cumprem adequadamente os requisitos exigidos pelo MEC.

**Quadro 27**- Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino a distância, Campus Ministro Petrônio Portella, Teresina-PI e Polos do Interior

| Ano | Curso | Processo n° | Período | Código da Avaliação | Município Sede do Polo | Conceito do Curso (CC) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Obs. Não ocorreram avaliações externas no ensino a distância em 2010 e 2011 | | | | | | |
| 2012 | Química (Licenciatura) | 201012147 | 01/08 a 04/08/2012 | 95098 | Bom Jesus | 3 |
| | Química (Licenciatura) | 201012147 | 01/08/2012 a 04/08/2012 | 95099 | Piracuruca | 4 |
| | Química (Licenciatura) | 201012147 | 01/08/2012 a 04/08/2012 | 95100 | União | 3 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2013: 3,33 | | | | | | |
| Obs. Não ocorreram avaliações externas no ensino a distância em 2013. | | | | | | |
| 2014 | Matemática (Licenciatura) | 201012146 | 12/03 a 15/03/2014 | 106158 | Teresina | 3 |
| | Administração Pública (Bacharelado) | 201207750 | 19/03 a 22/03/2014 | 100247 | Teresina | 4 |
| | Administração (Bacharelado) | 201012342 | 09/04 a 12/04/2014 | 106144 | Teresina | 3 |
| | Matemática (Licenciatura) | 201012146 | 23/04 a 26/04/2014 | 106159 | R. do Gurguéia | 3 |
| | Matemática (Licenciatura) | 201012146 | 27/04 a 30/04/2014 | 106156 | Gilbués | 4 |
| | Administração Pública (Bacharelado) | 201207750 | 04/05 a 07/05/2014 | 106124 | Picos | 4 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sistema de Informação (Bacharelado) | 201012341 | 28/05 a 31/05/2014 | 106149 | Teresina | 3 |
| | Administração Pública (Bacharelado) | 201207750 | 03/08 a 06/08/2014 | 106122 | Floriano | 3 |
| | Física (Licenciatura) | 201012145 | 03/08 a 06/08/2014 | 106129 | Teresina | 4 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2014: 3,44 | | | | | | |
| Conceito médio das avaliações de cursos ministrados a distância no período: 3,42 | | | | | | |

Fonte: DIAI/PROPLAN

### 2.4.2.2.2 Campus Ministro Reis Velloso (CMRV)

Na vigência do PDI/2010-2014 o CMRV recebeu 10 comissões de avaliação externa, para fins de reconhecimento de 08 cursos novos (implantados após a reestruturação e expansão do Campus) e de renovação de reconhecimento de 02 cursos que já existiam antes da expansão (Quadro 28).

**Quadro 28** - Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino presencial, Campus Ministro Reis Velloso, Parnaíba-PI

| Ano | Curso | Processo n° | Período | Código da Avaliação | Conceito do Curso (CC) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2010 | Matemática (Licenciatura)* | 200901162 | 22/09 a 25/09/2010 | 83969 | 4 |
| | Biomedicina (Bacharelado)* | 200901159 | 13/10 a 16/10/2010 | 63610 | 4 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2010: 4,0 | | | | | |
| 2011 | Psicologia (Bacharelado)* | 200901161 | 13/03 a 16/03/2011 | 82721 | 3 |
| | Fisioterapia (Bacharelado)* | 200901160 | 27/03 a 30/03/2011 | 83968 | 3 |
| | Turismo (Bacharelado)* | 200901164 | 24/04 a 27/04/2011 | 63810 | 4 |
| | Ciências Biológicas (Bacharelado)* | 200901163 | 03/08 a 06/08/2011 | 82722 | 4 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2011: 3,5 | | | | | |
| 2012 | Pedagogia (Licenciatura) | 201108024 | 06/05 a 09/05/2012 | 93636 | 4 |
| | Ciências Econômicas (Bacharelado) | 20078449 | 02/05 a 05/05/2012 | 90354 | 3 |
| | Engª. de Pesca (Bacharelado)* | 200901165 | 16/09 a 19/09/2012 | 84234 | 3 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2012: 3,33 | | | | | |
| Obs.: Não ocorreram avaliações externas no CMRV em 2013 e 2014. | | | | | |
| Conceito médio das avaliações gerais do CMRV no período: 3,5 | | | | | |

Nota: *Cursos novos (implantados após reestruturação do Campus)
Fonte: DIAI/PROPLAN

Todos os cursos ministrados no CMRV, que foram avaliados na vigência do PDI/2010-2014, que corresponderam a 09 (nove) visitas de comissões externas do INEP/MEC ao Campus, receberam conceitos finais satisfatórios, com média geral de avaliações de 3,5 (Quadro 28).

### 2.4.2.2.3 Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB)

O CSHNB recebeu 08 visitas de avaliação externa de seus cursos em 2010 e 2011, par fins de reconhecimento de cursos criados no processo de expansão, as quais tiveram resultado satisfatório, ficando a média geral dos conceitos dos cursos em 3,5, que é superior à média que denota "satisfatoriedade" (Quadro 29).

**Quadro 29** - Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino presencial, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos-PI

| Ano | Curso | Processo n° | Período | Código da Avaliação | Conceito do Curso (CC) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2010 | Matemática (Licenciatura)* | 200901168 | 03/11 a 06/11/2010 | 84389 | 3 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2010: 3,0 | | | | | |
| 2011 | Ciências Biológicas (Licenciatura)* | 200901169 | 02/03 a 05/03/2011 | 82724 | 3 |
| | Administração (Bacharelado)* | 200901171 | 02/03 a 05/03/2011 | 82726 | 3 |
| | História (Licenciatura)* | 200901172 | 13/03 a 16/03/2011 | 83970 | 4 |
| | Enfermagem (Bacharelado)* | 200901166 | 03/04 a 06/04/2011 | 82723 | 4 |
| | Nutrição Bacharelado)* | 200901167 | 22/05 a 25/05/2011 | 63280 | 4 |
| | Sistema de Informação (Bacharelado)* | 200901170 | 26/10 a 29/10/2011 | 82725 | 3 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2011: 3,5 | | | | | |
| Obs.: Não ocorreram avaliações externas no CSHNB em 2012 e 2013. | | | | | |
| 2014 | Sistema de Informação* | 20121737 | 08/10 a 11/10/2014 | 111443 | 3 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2014: 3,0 | | | | | |
| Conceito médio das avaliações gerais do CSHNB no período: 3,37 | | | | | |

Fonte: DIAI/PROPLAN Nota: *Cursos novos (implantados após reestruturação do Campus)

O Curso de Sistema de Informação foi objeto de duas avaliações externas, em 2011 e 2014, uma vez que após o ENADE-2012 o CPC do Curso ficou insatisfatório, considerando-se que os conteúdos do ENADE estavam direcionados aos cursos de engenharia de computação e ciência da computação. Inicialmente os alunos de Sistema de Informação não estavam enquadrados dentre os aptos a realizarem o exame. Mas posteriormente o INEP determinou o enquadramento, o que gerou conceitos ENADE e CPC insatisfatórios. Em atendimento à legislação vigente, foi elaborado um

Plano de Melhorias para saneamento das deficiências no prazo de um ano, com encaminhamento trimestral de relatórios a Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES). Ao final do prazo (2014) houve a visita para avaliação da situação do Curso, o qual obteve conceito satisfatório (3,0).

### 2.4.2.2.4 Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE)

Todos os cursos de graduação do CPCE foram criados após a expansão da Universidade e receberam visitas para fins de reconhecimento nos anos de 2010 e 2011. Todos eles ficaram com conceito "4,0" (Quadro 30), que significa o padrão "muito bom".

**Quadro 30** - Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino presencial, Campus Professora Cinobelina Elvas, Bom Jesus-PI.

| Ano | Curso | Processo n° | Período | Código da Avaliação | Conceito do Curso (CC) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2010 | Medicina Veterinária (Bacharelado)* | 200900055 | 22/09 a 25/09/2010 | 63589 | 4 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2010: 4,0 | | | | | |
| 2011 | Ciências Biológicas (Licenciatura)* | 200900058 | 09/02 a 12/02/2011 | 63275 | 4 |
| | Zootecnia (Bacharelado)* | 200900054 | 11/05 a 14/05/2011 | 63585 | 4 |
| | Engenharia Agronômica (Bacharelado) * | 200900109 | 22/05 a 25/05/2011 | 63590 | 4 |
| | Engenharia Florestal (Bacharelado) * | 200900053 | 22/05 a 25/05/2011 | 82715 | 4 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2011: 4,0 | | | | | |
| Obs.: Não ocorreram avaliações externas no CPCE em 2012, 2013 e 2014. | | | | | |
| Conceito médio das avaliações gerais do CPCE no período: 4,0 | | | | | |

Nota: *Cursos novos (implantados após reestruturação do Campus).
Fonte: DIAI/PROPLAN

### 2.4.2.2.5 Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS)

O CAFS é o Campus da UFPI que foi mais recentemente implantado. Seus quatro cursos receberam visita de reconhecimento no ano de 2013 (Quadro 31) todos também alcançaram o conceito "4", que significa "muito bom".

| **Quadro 31**- Avaliações realizadas na vigência do PDI/2010-2014, ensino presencial, no Campus Amílcar Ferreira Sobral, Floriano-PI | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ano** | **Curso** | **Processo n°** | **Período** | **Código da Avaliação** | **Conceito** |
| 2013 | Administração (Bacharelado) * | 201011639 | 14/04 a 17/04/2013 | 99256 | 4 |
| | Ciências Biológicas (Licenciatura)* | 201011775 | 21/04 a 24/04/2013 | 99258 | 4 |
| | Pedagogia (Licenciatura)* | 201011747 | 21/04 a 24/04/2013 | 99257 | 4 |
| | Enfermagem (Bacharelado) * | 201011675 | 19/05 a 22/05/2013 | 99233 | 4 |
| Conceito médio das avaliações externas de 2013: 4,0 | | | | | |
| Obs.: Não ocorreram avaliações externas no CAFS em 2010, 2011, 2012 e 2014. | | | | | |
| Conceito médio das avaliações gerais do CAFS no período: 4,0 | | | | | |

Fonte: DIAI/PROPLAN. Nota: *Cursos novos (implantados após reestruturação do Campus).

Analisando-se o processo de avaliações externas dos cursos, realizado na vigência do PDI/2010-2014 (Quadros 16, 17, 18, 19, 20 e 21), constata-se que nenhum ficou com conceito insatisfatório. O Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura) do CSHNB (Picos) e o de Psicologia (Bacharelado) do Campus de Parnaíba ficaram inicialmente “sem conceito” por terem apresentado, no momento das visitas das comissões, indicadores imprescindíveis (livros da bibliografia básica e itens de laboratório) que não atenderam às exigências do instrumento de avaliação.

Porém, a DIAI/PROPLAN/UFPI protocolou recursos (em 22/03/2011- Ciências Biológicas e 19/04/2011-Psicologia) com a comprovação do atendimento pelos últimos pregões eletrônicos e, após a análise realizada, a CTAA (Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação) liberou pareceres aprovativos (Parecer 5511/2011-Ciências Biológicas e 6415/2012) recalculando os conceitos, que ficarem “03-satisfatório” para ambos os Cursos.

## 2.5 Indicadores de qualidade da UFPI

De forma geral, alguns indicadores são utilizados para aferição da qualidade na educação superior. Dentre eles, ressaltam-se:

- Taxa de Conclusão da Graduação, também denominada de Taxa de Sucesso na Graduação (TSG);
- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- Conceito Preliminar de Cursos (CPC); e
- Índice Geral de Cursos (IGC).

### 2.5.1 Taxa de Sucesso na Graduação

A Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) é um indicador calculado anualmente por meio da razão entre diplomados e ingressantes, que traz uma relação estreita com fenômenos de retenção e evasão. Contempla também a eficiência com que as universidades preenchem as suas vagas ociosas decorrentes do abandono dos cursos.

A TSG é um dos indicadores de gestão utilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) objetivando a construção de uma série histórica para acompanhar a evolução de aspectos relevantes do desempenho das IFES. Sua análise poderá indicar, ao longo dos anos, a necessidade de aperfeiçoamentos em áreas específicas, ou mesmo a correção de eventuais disfunções. As informações oriundas desse acompanhamento por parte do TCU deverão servir de subsídio para selecionar áreas a serem estudadas com maior profundidade pelos Controles Interno e Externo, direcionadas à identificação de boas práticas e de oportunidades de melhoria na gestão. Também é usado pelo MEC com o intuito de monitorar ações e resultados das IFES e também como ferramenta de apoio à autoavaliação institucional. Na Tabela 1, abaixo, está detalhada as TSG da UFPI, referente ao último quinquênio.

**Tabela 1**– Taxa de Sucesso de Graduação da UFPI, período 2009-2014

| ANO | TAXA DE SUCESSO (%) |
|---|---|
| 2009 | 59,02 |
| 2010 | 51,65 |
| 2011 | 56,02 |
| 2012 | 56,65 |
| 2013 | 61,45 |
| 2014 | 56,42 |

Fonte: CEDE/PREG

As causas da retenção e da evasão no ensino superior são múltiplas e complexas e podem advir de vários fatores que vão desde a escolha inadequada dos cursos pelos alunos, suas condições socioeconômicas, até a deficiência de formação em nível médio, sobretudo na rede pública.

Neste contexto, a UFPI apresenta alguns indicadores preocupantes, pois de cada 100 estudantes existentes em 2013, apenas 61 concluíram o curso. Esse percentual é bastante diferenciado de acordo com as áreas de conhecimento, mas requer a adoção de estratégias de melhoria que serão tratadas na explicitação das políticas institucionais para o quinquênio. Apesar disso, a situação institucional com relação a este indicador é a seguinte: dentre as universidades federais nordestinas (em número de 17) a UFPI é a quarta em melhor TSG. O decréscimo em 2014 indica a necessidade de adoção de estratégias para a melhoria da TSG.

### 2.5.2 ENADE e CPC

O ENADE avalia os alunos com relação aos conteúdos fornecidos pelas orientações curriculares dos seus respectivos cursos de graduação. Também avalia a adequação a novos requisitos decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender tópicos relativos a questões brasileiras e internacionais e outras áreas de conhecimento. É aplicado a alunos concluintes, comparando-os ao desempenho dos ingressantes, em todos os cursos, sendo aplicado trienalmente a cada curso.

Após a liberação anual dos resultados do ENADE são divulgados o CPC (Conceito Preliminar do Curso) e o IGC (Índice Geral dos Cursos).

O CPC é uma média de diferentes medidas da qualidade de um curso. As medidas utilizadas são: o Conceito ENADE (que mede o desempenho dos concluintes), o desempenho dos ingressantes no ENADE, o Conceito IDD e as variáveis de insumo.

Os dados denominados de "variáveis de insumos" (consideram o corpo docente, infraestrutura e a organização didático-pedagógica) são formados por informações do Censo da Educação Superior (que é realizado anualmente pelo INEP, através do qual as IES informam a quantificação de seus alunos, a quantificação e qualificação do seu corpo docente, além do detalhamento da sua infraestrutura para o atendimento aos seus distintos cursos e programas) e das respostas ao questionário do estudante do ENADE.

O conjunto dos CPCs, conjuntamente com os conceitos da pós-graduação stricto sensu, forma o IGC, que é um indicador de qualidade de cada instituição.

Os conceitos do ENADE e CPC's dos cursos que participaram do ciclo avaliativo 2010 a 2013 estão apresentados nos Quadros 33 a 35, que também contém os conceitos obtidos nos triênios anteriores, para fins comparativos.

Observando-se os resultados do ENADE por ano, no último quinquênio, constata-se que:

**a) Ano de 2010**

No ano de 2010, 16 cursos da UFPI participaram do ENADE, sendo que 05 deles, por não terem completado o ciclo avaliativo, em razão de serem cursos novos, ainda ficaram sem conceito, aguardando o próximo ciclo a ser completado em 2013, para obtenção desse indicador.

Dos 11 cursos da UFPI onde houve participação de concluintes no ENADE-2010 (ou seja, com pelo menos um ciclo avaliativo), 02 deles (18,18%) – Fisioterapia do Campus de Parnaíba e Enfermagem do CSHNB (Picos) ficaram com o conceito "5"; 04 dos cursos (36,36%) ficaram com o conceito "4", que são: Medicina, Nutrição e Serviço Social (do Campus de Teresina) e Zootecnia

(do CPCE-Bom Jesus); e 05 cursos – Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Medicina Veterinária e Engenharia Agronômica (45,46%), todos do campus sede, ficaram com o conceito "3". Portanto, todos os cursos da UFPI obtiveram conceitos no ENADE 2011, demonstrando o atendimento ao referencial de qualidade.

**b) Ano de 2011**

No ano de 2011, 39 cursos dos 05 Campi da UFPI integraram o ciclo avaliativo-2011 e, desses, 03 deles (7,7 %) ficaram com o conceito "5", que são: Ciências Sociais-Bacharelado, Geografia-Licenciatura e Ciências Biológicas-Bacharelado, todos do Campus de Teresina, sendo que o de Ciências Sociais, também ficou com CPC "5" e os outros dois com CPC "4".

Um total de 11 Cursos (28, 3%) conseguiu um conceito "4', sendo 08 deles são do Campus de Teresina (sete deles com CPC também "4" e um com CPC "3") e 03 de Campi do Interior, todos eles com CPC também "4".

Note-se que 21 Cursos (54,0%) tiveram o conceito "3", sendo 14 do Campus de Teresina; 04 de Picos; 02 de Parnaíba e 01 de Bom Jesus. Apenas um curso da UFPI ficou com ENADE e CPC insatisfatórios, o que será objeto do direcionamento de esforços para o saneamento desta situação, de forma que, no próximo ciclo avaliativo todos os cursos possam apresentar bons resultados.

Outros dois que tiveram conceito ENADE abaixo do desejado, ainda mantêm seus CPCs dentro do referencial de qualidade exigido pelo Ministério da Educação.

**c) Ano de 2012**

No ano de 2012, 14 cursos participaram do ENADE e os conceitos obtidos foram: um curso (7,14%) com conceito "5" (Direito); 05 cursos (35,7%) com conceito "4"; 05 cursos (35,7%) com conceito "3"; e 03 cursos com conceito "2", embora dois deles tenham obtido CPC "3".

De todos estes cursos apenas um ficou com CPC "2", que é o curso de Ciências Contábeis do CMRV (Parnaíba).

Em 2012, 09 cursos (81,81%) ficaram com CPC "3" (satisfatório) e um ficou com CPC "4", Direito, denotando o padrão de qualidade "muito bom".

**d) Ano de 2013**

Em 2013, resultado divulgado no fechamento deste documento, 16 cursos participaram: 18,75% (3 cursos) ficaram com conceito máximo (5,0); 50,0% (8 cursos) tiveram conceito 4,0; 25,0% (4 cursos) ficaram com conceito 3,0 e um curso (6,25%) ficou com conceito reprovativo

(1,0). Quanto ao CPC, 7 cursos ficaram com conceito 4,0 (43,75%); 8 alcançaram CPC 3,0 (50%) e um ficou com CCPC 2,0 (6,25%).

Ressalte-se que o ENADE de 2014 ocorreu em 23/11/14 e o resultado só deverá ser disponibilizado pelo INEP em dezembro de 2015.

| **Quadro 32 –** Conceitos ENADE e CPC dos cursos integrantes do ciclo avaliativo 2005-2008-2011 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **Curso** | **Grau** | **Modalidade** | **Local de oferta** | **Conceito ENADE 2005** | **Conceito ENADE 2008** | **Conceito ENADE 2011** | **CPC*** 2011** |
| 1 | ARQUITETURA E URBANISMO | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 3 (2,67) | 4 (3,17) | 3 (2,88) |
| 2 | BIOLOGIA | Licenciatura | Presencial | Parnaíba | - | SC | 3 (2,80) | 4 (3,15) |
| 3 | BIOLOGIA | Bacharelado | Presencial | Teresina | 3 | 3 (2,80) | 5 (4,03) | 4 (3,33) |
| 4 | BIOLOGIA | Licenciatura | Presencial | Teresina | | | 3 (2,47) | 3 (2,86) |
| 5 | BIOLOGIA | Licenciatura | Presencial | Picos | - | SC | 3 (2,15) | 3 (2,71) |
| 6 | BIOLOGIA | Licenciatura | Presencial | Bom Jesus | - | - | 3 (2,13) | 4 (3,20) |
| 7 | BIOLOGIA | Licenciatura | EaD | Teresina | - | - | 3 (2,47) | 3 (2,96) |
| 8 | CIÊNCIAS SOCIAIS | Bacharelado | Presencial | Teresina | 5 | 4 (3,76) | 5 (4,42) | 5 (3,95) |
| 9 | CIÊNC. DA COMPUTAÇÃO | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 4 (3,88) | 3 (2,90) | 4 (2,96) |
| 10 | SIST. DE INFORMAÇÃO | Bacharelado | Presencial | Picos | - | SC | 2 (1,59) | 2 (1,76) |
| 11 | SIST. DE INFORMAÇÃO | Bacharelado | EaD | Teresina | - | SC | 2 (1,64) | 2 (1,76) |
| 12 | EDUCAÇÃO FÍSICA | Licenciatura | Presencial | Teresina | - | - | 3 (2,82) | 4 (3,13) |
| 13 | EDUCAÇÃO FÍSICA CREF* | Licenciatura | Presencial | Teresina | - | - | 3 (2,82) | 4 (3,13) |
| 14 | ENGENHARIA CIVIL | Bacharelado | Presencial | Teresina | 3 | 3 (2,88) | 3 (2,31) | 3 (2,27) |
| 15 | ENG. AGRIMENSURA** | Bacharelado | Presencial | Teresina | SC | 2 (1,33) | - | - |
| 16 | ENGENHARIA DE PESCA** | Bacharelado | Presencial | Parnaíba | - | SC | - | - |
| 17 | ENGENHARIA FLORESTAL | Bacharelado | Presencial | Bom Jesus | - | SC | 4 (3,04) | 4(3,43) |
| 18 | FILOSOFIA | Licenciatura | Presencial | Teresina | 1 | 3 (2,20) | 3 (2,07) | 3 (2,80) |
| 19 | FILOSOFIA | Licenciatura | EaD | Teresina | - | - | 3 (2,07) | 3 (2,80) |
| 20 | FISICA | Licenciatura | Presencial | Teresina | 3 | 3 (2,59) | 3 (2,06) | 3(2,82) |
| 21 | FISICA | Bacharelado | Presencial | Teresina | | | 3 (2,32) | 4 (3,11) |
| 22 | GEOGRAFIA | Licenciatura | Presencial | Teresina | 4 | 4 (3,66) | 5 (4,20) | 4 (3,55) |
| 23 | HISTÓRIA | Licenciatura | Presencial | Teresina | 3 | 4 (3,09) | 4 (3,32) | 4 (3,15) |
| 24 | HISTÓRIA | Licenciatura | Presencial | Picos | - | SC | 4 (3,29) | 4 (3,34) |
| 25 | LETRAS (Francês, Português e Inglês) | Licenciatura | Presencial | Teresina | 3 | 4 (3,51) | 4 (3,41) | 4 (3,16) |
| 26 | LETRAS | Licenciatura | Presencial | Picos | - | 5 (4,05) | 3 (2,45) | 3 (2,71) |
| 27 | MATEMÁTICA | Licenciatura | Presencial | Teresina | 4 | 3 (2,85) | 3 (2,15) | 3 (2,56) |
| 28 | MATEMÁTICA | Bacharelado | Presencial | Teresina | | | 2 (1,68) | 3 (2,30) |
| 29 | MATEMÁTICA | Licenciatura | Presencial | Parnaíba | - | SC | 4 (3,73) | 4 (3,52) |
| 30 | MATEMÁTICA | Licenciatura | Presencial | Picos | - | SC | 2 (1,71) | 3 (2,14) |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 31 | PEDAGOGIA* | Licenciatura | Presencial | Miguel Alves | - | 2 (1,13) | - | - |
| 32 | PEDAGOGIA | Licenciatura | Presencial | Parnaíba | 3 | 3 (2,41) | 3 (2,31) | 3 (2,55) |
| 33 | PEDAGOGIA | Licenciatura | Presencial | Teresina | 3 | 4 (3,48) | 4 (3,13) | 4 (3,26) |
| 34 | PEDAGOGIA* | Licenciatura | Presencial | Floriano | - | 2 (1,44) | - | - |
| 35 | PEDAGOGIA | Licenciatura | Presencial | Picos | - | 4 (3,10) | 3 (2,45) | 3 (2,81) |
| 36 | PEDAGOGIA | Licenciatura | EaD | Teresina | - | - | 4 (3,13) | 4 (3,26) |
| 37 | QUIMICA | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 3 (2,80) | 3 (2,19) | 3 (2,60) |
| 38 | QUIMICA | Licenciatura | Presencial | Teresina | | | 4 (3,49) | 4 (3,49) |

**Nota:** SC= sem conceito (por não haver completado um ciclo avaliativo – não ter concluintes inscritos); * =Curso temporário (convênio);
**=Saiu deste ciclo - por novo enquadramento na área das Engenharias; ***=Conceito Preliminar do Curso.

| **Quadro 33 -** Conceitos ENADE e CPC dos cursos integrantes do ciclo avaliativo 2006-2009-2012 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **Curso** | **Grau** | **Modalidade** | **Local de oferta** | **Conceito ENADE 2006** | **Conceito ENADE 2009** | **CPC** 2009** | **Conceito ENADE 2012** | **CPC** 2012** |
| 1 | COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 4 (3.2358) | 3 (2.7167) | 4 (3.5400) | 4 (3.3706) |
| 2 | EDUCAÇÃO ARTÍSTICA - Música * | Licenciatura | Presencial | Teresina | SC | 2 (1.2675) | 2 (1.8807) | - | - |
| 3 | ADMINISTRAÇÃO | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 4 (3.6601) | 3 (3.1854) | 3 (2.3400) | 3 (1.9893) |
| 4 | CIÊNCIAS CONTÁBEIS | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 4 (3.5352) | 3 (2.8995) | 4 (3.5900) | 3 (2.5788) |
| 5 | CIÊNCIAS ECONÔMICAS | Bacharelado | Presencial | Teresina | 3 | 3 (3.1371) | 3 (2.2032) | 2 (18700) | 3 (2.1586) |
| 6 | DIREITO | Bacharelado | Presencial | Teresina | 5 | 5 (4.2799) | 4 (3.1759) | 5 (4.1300) | 3 (2.8881) |
| 7 | ADMINISTRAÇÃO | Bacharelado | Presencial | Parnaíba | 4 | 4 (3.0039) | 3 (2.5627) | 3 (2.6700) | 3 (2.2613) |
| 8 | CIÊNCIAS CONTÁBEIS | Bacharelado | Presencial | Parnaíba | 3 | 3 (2.9161) | 3 (2.5820) | 2 (1.3500) | 2 (1.5494) |
| 9 | CIÊNCIAS ECONÔMICAS | Bacharelado | Presencial | Parnaíba | 2 | 2 (1.4957) | 2 (1.5519) | 2 (19200) | 3 (2.4922) |
| 10 | ESTATÍSTICA | Bacharelado | Presencial | Teresina | - | SC | SC | - | - |
| 11 | ADMINISTRAÇÃO | Bacharelado | Presencial | Floriano | - | SC | SC | 3 (2.3700) | 3 (2.5060) |
| 12 | PSICOLOGIA | Bacharelado | Presencial | Parnaíba | - | SC | SC | 4 (3.4700) | - |
| 13 | TURISMO | Bacharelado | Presencial | Parnaíba | - | SC | SC | 4 (3.2800) | 3 (2.8934) |
| 14 | ADMINISTRAÇÃO | Bacharelado | Presencial | Picos | - | SC | SC | 3 (1.9900) | 3 (1.9777) |
| 15 | MODA, DESIGN E ESTILISMO | Bacharelado | Presencial | Teresina | - | - | - | 4 (3.0900) | - |
| 16 | ADMINISTRAÇÃO | Bacharelado | Distância | Teresina | - | - | - | 3 (2.3400) | - |

**Nota:**
SC= sem conceito (por não haver completado um ciclo avaliativo – não ter concluintes inscritos); *Curso em Extinção; **=Conceito Preliminar do curso.

| **Quadro 34** - Conceitos ENADE e CPC dos cursos integrantes do ciclo avaliativo 2004-2007-2010-2013 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **Curso** | **Grau** | **Modalidade** | **Local de oferta** | **Conceito ENADE 2004** | **Conceito ENADE 2007** | **CPC** 2007** | **Conceito ENADE 2010** | **CPC** 2010** | **Conceito ENADE 2013** | **CPC** 2013** |
| 1 | ENGENHARIA AGRONÔMICA | Bacharelado | Presencial | Teresina | 3 | 3 | 3 | 3 (2.3945) | 3 (2.4029) | 3(2,0494) | 3(2,3714) |
| | MEDICINA VETERINÁRIA | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 4 | 4 | 3 (2.5711) | 4 (2.9564) | 4(3,3862) | 3(2,91055) |
| | SERVIÇO SOCIAL | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 4 | 4 | 4 (3.6774) | 3 (2.6680) | 5 (5,0000) | 4(3,9049) |
| | EDUCAÇÃO FÍSICA* | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 4 | 4 | - | - | - | - |
| | ENFERMAGEM | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 2 | 3 | 3 (2.3726) | 3 (2.4543) | 5(4,1770) | 4(3,4693) |
| | FARMÁCIA | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 1 | 2 | 3 (2.7420) | 3 (2.4127) | 4(3,9136) | 4(2,9769) |
| | MEDICINA | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 5 | 4 | 4 (3.5201) | 3 (2.5336) | 4(3,5109) | 3(2,5217) |
| | NUTRIÇÃO | Bacharelado | Presencial | Teresina | SC | 4 | 4 | 4 (3.8906) | 4 (3.3804) | 4(3,3862) | 3(2,7316) |
| | ODONTOLOGIA | Bacharelado | Presencial | Teresina | 4 | 4 | 4 | 3 (2.7391) | 3 (2.5826) | 5(3,9947) | 4(3,9049) |
| | BIOMEDICINA | Bacharelado | Presencial | Parnaíba | - | SC | SC | SC | SC | 4(3,0052) | 4(3,3812) |
| | FISIOTERAPIA | Bacharelado | Presencial | Parnaíba | - | SC | SC | 5 (4.4624) | 4 (3.4077) | 4(3,5963) | 3(2,8790) |
| | ENGENHARIA AGRONÔMICA | Bacharelado | Presencial | Bom Jesus | - | SC | SC | SC | SC | 3(2,3476) | 3(2,3714) |
| | ZOOTECNIA | Bacharelado | Presencial | Bom Jesus | - | SC | SC | 4 (3.2627) | 4 (3.1784) | 1(0,8098) | 2(1,99240) |
| | ENFERMAGEM | Bacharelado | Presencial | Floriano | - | - | - | SC | SC | 4(3,1724) | 3(2,9158) |
| | ENFERMAGEM | Bacharelado | Presencial | Picos | - | - | - | 5 (3.9935) | 4 (3.3622) | 4(3,2382) | 3(2,6320) |
| | NUTRIÇÃO | Bacharelado | Presencial | Picos | - | - | - | SC | SC | 3(2,4798) | 3(2,7118) |
| | MEDICINA VETERINÁRIA | Bacharelado | Presencial | Bom Jesus | - | - | - | SC | SC | 3(2,4558) | 3(2,9105) |

**Nota:** SC= sem conceito (por não haver completado um ciclo avaliativo – não ter concluintes inscritos); * Saiu deste ciclo, por novo enquadramento;
**=Conceito Preliminar do Curso.

### 2.5.3 IGC

A partir de 2008, com a divulgação do IGC (Índice Geral de Cursos) iniciou-se uma nova etapa nas avaliações em larga escala das IES brasileiras que passaram a ter seu IGC divulgado anualmente, iniciando-se, assim, uma nova etapa nas avaliações em larga escala no País.

O IGC corresponde ao indicador de "ranking" das IES e, como tal tem sido objeto de polemicas. É formado pela média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação (denominado Conceito Preliminar do Curso - CPC) e de pós-graduação *stricto sensu, liberados* pela CAPES. É divulgado anualmente no ato da liberação dos resultados do ENADE pelo INEP.

O IGC de uma IES é calculado ponderando-se a média dos conceitos CPC dos cursos de graduação (esta também ponderada pela quantidade de alunos matriculados em cada curso) pelo "peso" da graduação na instituição. O mesmo cálculo é feito com os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado.

Como cada área do conhecimento é avaliada de três em três no ENADE, o IGC leva em conta sempre um triênio. Assim, o IGC 2010 levou em consideração os CPC's dos cursos de graduação que fizeram o ENADE em 2008, 2009 e 2010. E o IGC 2011 baseou-se nos cursos integrantes do ciclo avaliativo 2009, 2010 e 2011, assim por diante.

O resultado do cálculo do IGC varia em um intervalo de 0 a 500 pontos, sendo que as extremidades constituem valores pouco prováveis em virtude da metodologia de cálculo. Para classificação das IES, o IGC contínuo é transformado em conceito. A métrica dessa transformação é apresentada no Quadro 35, o qual apresenta os resultados do IGC da UFPI, desde o ano de instituição deste indicador.

**Quadro 35 -** Índice Geral de Cursos da UFPI, de 2008 a 2013

| Ano | IGC- contínuo | IGC- faixa | Nota explicativa: |
|---|---|---|---|
| 2008 | 282 | 3 | **Faixa1: 0,0 a 94** |
| 2009 | 281 | 3 | **Faixa2: 95 a 194** |
| 2010 | 283 | 3 | **Faixa3: 195 a 294** |
| 2011 | 298 | 4 | **Faixa4: 295 a 394** |
| 2012 | 290 | 3 | **Faixa 5: > *3*95** |
| 2013 | 291 | 3 | |

Fonte: DIAI/PROPLAN. Nota: ano de 2013 - resultado previsto para dezembro 2014

Acerca do resultado do IGC, a UFPI apresentou resultados crescentes, com exceção de 2012, que decresceu em 0,8 em relação a 2011. Ressalte-se que o IGC de cada ano é calculado com base no CPC dos cursos de graduação que fizeram o ENADE nos três últimos anos e, como há uma modificação nos cursos participantes, há certa variabilidade no cálculo. Como o IGC da UFPI está

numa faixa próxima daquela que compõe o conceito 4, uma redução de 0,8 permitiu o decréscimo da categoria 4,0 para 3,0.

Em 2013 o IGC manteve-se numa faixa muito próxima de 2012, sendo que todos os esforços estão sendo realizados para a IES retorne ao IGC 4,0. A DIAI/PROPLAN atuará, portanto, em todos os procedimentos que favoreçam a melhoria dos indicadores de qualidade institucionais. Para viabilizar este processo, continuará coordenando o Programa de Avaliação Institucional da UFPI, iniciado na vigência do PDI anterior, que consiste da capacitação permanente dos atores envolvidos no processo avaliativo (gestores, coordenadores de cursos e membros dos NDEs), para que a cultura de avaliação seja continuamente difundida e na conscientização do alunado acerca dos procedimentos avaliativos.

## CAPÍTULO 3 - EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A UFPI, nos termos de seus documentos legais, está incumbida da geração, desenvolvimento, transmissão e aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica.

No cumprimento dos seus objetivos, a UFPI mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, almejando consolidar-se como universidade focada na qualidade.

A formulação do seu novo PDI se insere em um contexto permeado de desafios e oportunidades, que devem ser obrigatoriamente considerados para o delineamento das ações destinadas a dotá-la de maior capacidade de intervenção e de transformação da realidade na qual está inserida.

### 3.1 Missão, visão e valores

A missão de uma instituição é a declaração do seu propósito e do seu alcance e refere-se ao papel da universidade dentro da sociedade, o que corresponde a uma declaração sobre o que a instituição é, sobre sua razão de ser. A definição de missão serve de critério geral para orientar a tomada de decisões, para definir objetivos e auxiliar na escolha das decisões estratégicas.

A visão descreve o futuro desejado, refletindo o alvo que se deseja atingir pelo conjunto de esforços individuais e coletivos resultantes da utilização eficiente de todo o arsenal de recursos: humanos, tecnológicos e financeiros.

Os valores correspondem ao conjunto de princípios que definem e facilitam a participação das pessoas no desenvolvimento da missão, visão e dos próprios valores. Definem as regras básicas que norteiam os comportamentos e as atitudes a serem adotadas e estimuladas no fazer diário.

O conjunto formado pela missão, visão e valores compõe a identidade da instituição, explicitando os seus propósitos e a razão da sua existência.

### 3.1.1 A missão da UFPI

A missão da UFPI, segundo o seu Estatuto é "propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional".

### 3.1.2 Visão da UFPI

Ser reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, de modo inovador e sustentável.

### 3.1.3 Valores institucionais

O PDI 2010-2014 explicita os princípios que regem a Universidade e que representam, portanto, os seus valores, os quais são destacados na Figura 5.

| | |
|---|---|
| Valores da UFPI | I- compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;<br>II- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;<br>III- difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização;<br>IV- inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre este, as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;<br>V- Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União. |

**Figura 5** – Valores da UFPI

São diretrizes estabelecidas para a consolidação desses valores: inovação e qualidade acadêmica; expansão de vagas e cursos; rotina de debates, para a revisão dos processos de formação, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, com incentivo as politicas afirmativas; integração das atividades pedagógicas em todos os níveis; expansão, com qualidade, dos ensinos de graduação, técnico e pós-graduação; articulação da graduação com a pós-graduação e de ambas com a extensão; utilização dos resultados da avaliação para melhoria permanente da qualidade;

utilização efetiva dos recursos das tecnologias da informação e comunicação no ensino presencial e, sobretudo na educação a distancia; internacionalização e mobilidade acadêmica; pesquisa e extensão articuladas com a dimensão curricular do ensino de graduação e pós-graduação; apoio aos discentes no tripé acesso-permanência-conclusão; socialização dos resultados obtidos nas pesquisas; agendas de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável; formação de redes intra e extra muros para fortalecimento do ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação; proteção da propriedade intelectual e incentivo a transferência de tecnologia para a sociedade.

## 3.2 O PDI da UFPI

A partir da edição da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o planejamento estratégico, na forma de um documento intitulado "Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)", passou a integrar o processo avaliativo das Instituições de Educação Superior.

Segundo o Decreto nº 5.773/06, de 09 de maio de 2006, que "dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino", o PDI é "o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às estratégias para atingir suas metas e objetivos, à sua estrutura organizacional, ao Projeto Pedagógico Institucional com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver" (BRASIL, 2006).

Abrangendo um período de cinco anos, a estrutura do PDI deverá contemplar, segundo o Artigo 16 do Decreto acima citado, pelo menos, os seguintes elementos:

"I - missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;

IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades

práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;

V - perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica, bem como os critérios de seleção e contração, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;

VI - organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos alunos;

VII - infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;

b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; e

c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

VIII - oferta de educação a distância, sua abrangência e polos de apoio presencial;

IX - oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Ainda, de acordo com o mesmo dispositivo legal, deve conter o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações da Instituição, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; do discente; dos servidores técnico-administrativos e dos egressos.

Considerando que o PDI é o documento que subsidia as avaliações externas, tanto institucionais como de cursos, sejam presenciais ou EaD, sua formatação requereu alguns acréscimos, em função da aprovação do novo documento de avaliação institucional, em 2013.

Assim, o PDI deve obedecer aos cinco eixos utilizados no novo Instrumento de Avaliação Institucional, contemplando as dez dimensões do SINAES, enfocando: Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional; Eixo 3 – Políticas Acadêmicas voltadas para o ensino, pesquisa e extensão; Eixo 4 – Políticas de Gestão, envolvendo gestão de pessoal e organizacional e Eixo 5 – Infraestrutura.

### 3.3 Histórico dos PDIs da UFPI

Este é o terceiro PDI que a UFPI vivencia, após a exigência do novo modelo educacional instituído a partir do SINAES.

O primeiro PDI, quinquênio 2005-2009, aprovado pela Resolução nº 09/2005, de 24.02.2005, do Conselho Universitário (CONSUN), teve a sua avaliação feita em etapas, destacando-se três momentos importantes: durante o processo de autoavaliação institucional; no diagnóstico realizado por comissão encarregada de realizar a consulta a todos os segmentos da comunidade universitária, objetivando a elaboração do Plano de Gestão da UFPI para 2008; e no recredenciamento institucional (processo MEC/INEP/DEAES 20070626-2), ocorrido em março de 2009. Estes permitiram constatar que a maior parte das metas e dos objetivos traçados para o período foram atingidos e, na maioria dos casos, amplamente superados.

O segundo PDI 2010-2014 buscava as ferramentas para preparar a UFPI para os novos desafios advindos do seu crescimento e de reposicioná-la frente às demandas crescentes da sociedade.

A elaboração desse segundo PDI inseriu-se nas ações do Estado visando definir e detalhar os objetivos das Instituições do Sistema Federal da Educação Superior quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão. São elas:

- ✓ Formação de recursos humanos altamente qualificados;
- ✓ Formação e qualificação de quadros profissionais voltados ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico da região ou às demandas específicas de grupos e organizações sociais, no regime de cooperação;
- ✓ Qualidade do ensino;
- ✓ Integração das instituições de educação superior com a sociedade, especialmente com relação à população em sua área de influência;

✓ Comprometimento das instituições do Sistema com os demais sistemas de ensino e com o desenvolvimento científico-tecnológico do país;

✓ Redução de desigualdades regionais, a partir de investimentos em ensino e pesquisa e da formação de professores e pesquisadores;

✓ Expansão da rede pública de instituições de educação superior, criando universidades, centros universitários e faculdades e aumentando o número de vagas.

Em 2014, ao longo de todo o ano, a UFPI viveu a experiência de pensar, comunitariamente, mais um PDI, desta feita com mais experiência e, como alicerce promoveu ciclos de avaliação do PDI do quinquênio que ora finda, cuja análise será apresentada nos tópicos a seguir.

## 3.4 Avaliação dos indicadores da UFPI na vigência do PDI/2010-2014

### 3.4.1 Ensino de graduação

O PDI 2010-2014 projetou, em termos de objetivos específicos para o "ensino de graduação" nas modalidades bacharelado e licenciatura e também para o "ensino técnico profissionalizante", ministrado nos Colégios Técnicos pertencentes à UFPI, a:

✓ ampliação da oferta e otimização das formas de ingresso;

✓ adequação dos projetos pedagógicos dos cursos ao perfil profissional requerido pela sociedade atual e às DCNs;

✓ ênfase ao aprimoramento do desempenho acadêmico;

✓ consolidação da política de estágio obrigatório e não obrigatório;

✓ fortalecimento do programa de monitoria;

✓ ampliação dos cursos noturnos;

✓ interiorização do ensino;

✓ qualificação didático pedagógica;

✓ ampliação de áreas físicas e modernização da infraestrutura laboratorial;

✓ fortalecimento dos programas de bolsas para discentes;

✓ fortalecimento das coordenações de cursos.

Estes objetivos foram cumpridos, em sua grande maioria, sendo importante fazer menção ao aumento substancial do número de cursos de graduação, que eram 98 em 2009 e, atualmente, são: 107 presenciais regulares (Figura 5). Há também 47 presenciais vinculados ao Programa PARFOR e 15 cursos na modalidade EaD, ofertados em 33 Polos de Apoio Presencial.

### 3.4.1.1 Ingresso e matrículas nos cursos de graduação

Quanto à forma de ingresso nos cursos de graduação, os colegiados superiores deliberaram que: o ensino de graduação presencial adota o sistema de seleção unificada (SISu) preconizado pelo MEC; a graduação na modalidade EaD e o ensino técnico utilizam processo seletivo institucional, realizado sob a responsabilidade da COPESE.

No contingente de matrículas nos cursos de graduação, na vigência do PDI/2010-2014, envolvendo o ensino presencial e a distância e também o ensino técnico, houve uma evolução crescente, com exceção do ano de 2013, que ficou em patamares levemente inferiores a 2012, mas recuperando-se em 2014. O ensino técnico teve evolução crescente de matrículas durante todo o quinquênio (Figura 6).

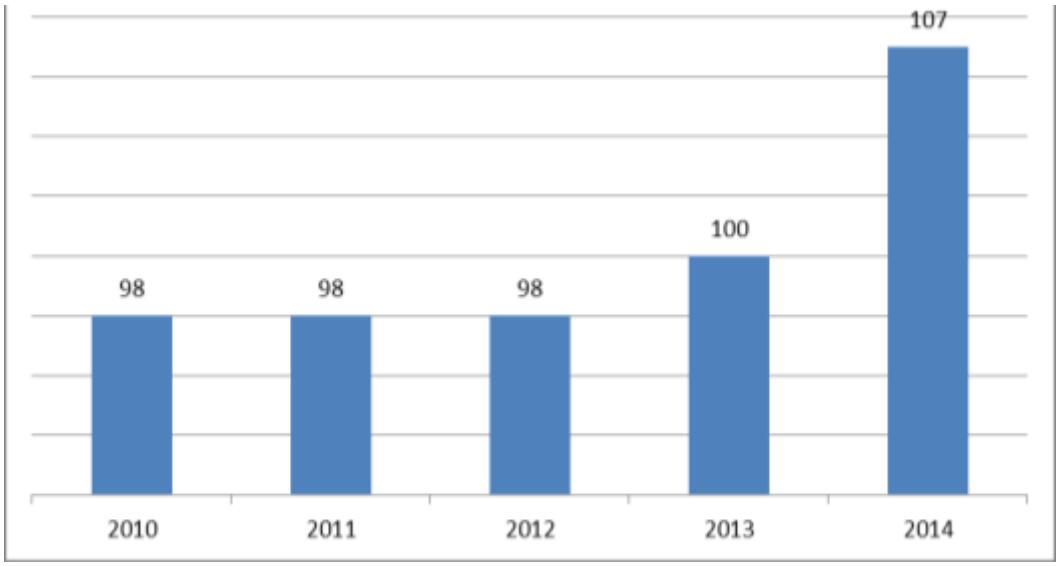
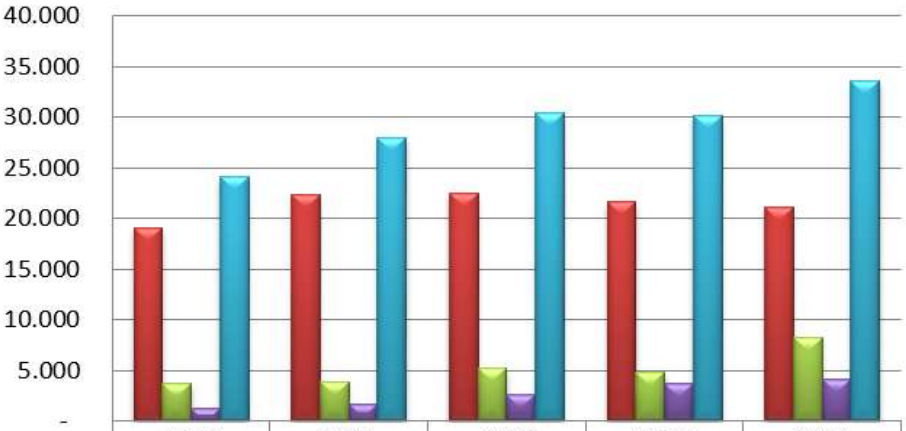



**Figura 6** – Cursos de graduação regulares ofertados presencialmente

Quanto ao fortalecimento das coordenações de cursos e programas, ressalta-se que era desejado que fossem dotadas de uma infraestrutura de recursos humanos e tecnológicos que aperfeiçoasse o seu funcionamento e que houvesse ampliação de recursos humanos efetivos. A ampliação do pessoal de apoio, não ocorreu no patamar previsto, uma vez que não houve liberação de vagas pelo MEC como desejado, porém a UFPI está utilizando o apoio de pessoal terceirizado. Ressalte-se que após a implantação das ferramentas eletrônicas do SIGAA, houve uma melhora substancial no funcionamento de todos os setores acadêmicos e administrativos.




| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| Presencial | 19.103 | 22.362 | 22.450 | 21.647 | 21.109 |
| EAD | 3.722 | 3.947 | 5.329 | 4.859 | 8.336 |
| Escolas Técnicas | 1.320 | 1.741 | 2.606 | 3.715 | 4.172 |
| Total: | 24.145 | 28.050 | 30.385 | 30.221 | 33.617 |

**Figura 7** – Matrículas no ensino de graduação na vigência do PDI/2010-2014

No que se refere à criação de cursos de graduação, tal como previsto no PDI, a evolução ocorreu conforme se verifica no Quadro 36.

**Quadro 36** – Cursos de graduação criados na vigência do PDI/2010-2014

| **Presenciais regulares** | | | |
|---|---|---|---|
| **Ano** | **Curso** | **Grau** | **Unidade** |
| 2010 | Ciência Política | Bacharelado | CCHL |
| | História | Bacharelado | CCHL |
| 2014 | Educação do Campo | Licenciatura | CCN |
| | Educação do Campo | Licenciatura | CSHNB |
| | Educação do Campo | Licenciatura | CAFS |
| | Educação do Campo | Licenciatura | CPCE |
| | Letras-LIBRAS | Licenciatura | CCHL |
| | Medicina | Bacharelado | CMRV |
| **A distância** | | | |
| 2012 | Letras-Português | Licenciatura | CEAD |
| | Letras-Inglês | Licenciatura | CEAD |
| 2014 | Geografia | Licenciatura | CEAD |
| | História | Licenciatura | CEAD |
| | Computação | Licenciatura | CEAD |
| | Ciências da Natureza | Licenciatura | CEAD |
| **Vinculados ao Programa PARFOR** | | | |
| 2011 | Ciências da Natureza (2ª Licenciatura) | Licenciatura | Coordenação PARFOR |
| | Matemática (1ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | Educação Física (2ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | Letras Português (1ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | História (2ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | História (1ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | Letras Português (1ª Licenciatura) | Licenciatura | |

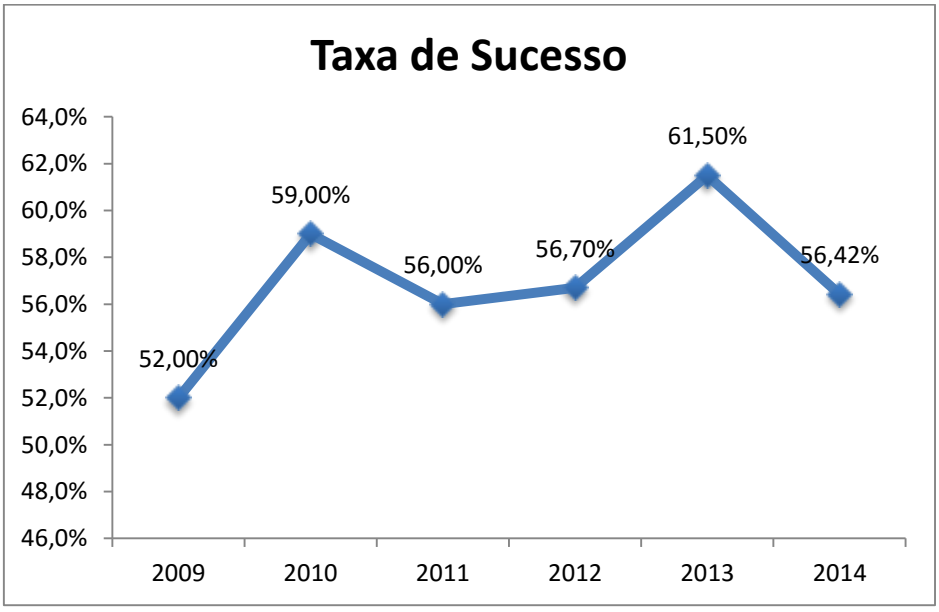
| | | | |
|---|---|---|---|
| | Letras Português (2ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | Artes Visuais (1ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | Artes Visuais (2ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | Pedagogia (1ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| 2012 | Matemática (2ª Licenciatura) | Licenciatura | Coordenação PARFOR |
| | Física (2ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | Letras Inglês (2ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | Geografia (2ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | Ciências Sociais (2ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| 2014 | Educação Física (1ª Licenciatura) | Licenciatura | |
| | Educação Física (1ª Licenciatura) | Licenciatura | Coordenação PARFOR |
| | Música (1ª Licenciatura) | Licenciatura | |

Fonte: DIAI/PROPLAN

Considerando-se a importância do PARFOR, a UFPI está cumprindo a sua missão e responsabilidade social ao ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade para professores, em exercício nas escolas públicas, sem a formação exigida pela LDBE/96.

Dentre outros indicadores que refletem o trabalho institucional realizado no último quinquênio, ressalta-se a taxa de sucesso da graduação (TSG) que, após um decréscimo (de 3%) em 2011, subiu em 2012 e 2013, ficando, neste último ano, em 2,5% acima da TSG de 2010. Entre as IES nordestinas, a UFPI ficou em quarto lugar quanto à sua taxa de sucesso. Porém, em 2014, voltou a decrescer o que indica a necessidade de adoção de estratégias institucionais para a correção desta fragilidade.

A ocupação das vagas na graduação subiu em 2013 e 2014 e a taxa de evasão escolar decresceu em 2014 (Figura 8).



| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| EVASÃO | 17% | 12% | 14% | 16% | 16% | 12%⇓ |
| OCUPAÇÃO | 92% | 88% | 93% | 90% | 92% | 93%⇑ |
| TAXA DE SUCESSO | 52,0% | 59,0% | 56,0% | 56,7% | 61,5%⇑ | 56,42%⇓ |

**Figura 8** – Valores da taxa de sucesso de graduação, evasão e ocupação das vagas de graduação na UFPI, quinquênio 2010-2014

Em relação ao *ranking* RUF (*Ranking* Universitário Folha), que é uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feita pela "**Folha"** desde 2012, a UFPI passou da 69ª posição dentre as Universidades brasileiras para a 45ª. A classificação RUF observa cinco indicadores: pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado (Figura 9), sendo que os dados são coletados no ano anterior. Portanto, o RUF-2014 reflete a posição alcançada em 2014.

| *Ranking* RUF da UFPI | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ano** | **Ensino** | **Pesquisa** | **Mercado** | **Inovação** | **Internacionalização** | **Posição Geral** |
| 2013 | 99º | 56º | 57º | 32º | 152º | 69º |
| 2014 | 47º | 58º | 71º | 30º | 100º | 45º |

**Figura 9** – Posição da UFPI no Ranking Universitário Folha, 2014

O ensino de graduação a distância apresentou, no quinquênio, avanços significativos, tanto em número de vagas quanto em matrículas. As vagas de 2014 cresceram 118,4% em relação ao ingresso anterior, ocorrido em 2012, e as matrículas aumentaram 60,1% em relação a 2012 que, por sua vez, cresceram 40,7% em relação ao número de matriculados em 2010, os quais se originaram do ingresso de 2009 (Figura 10).

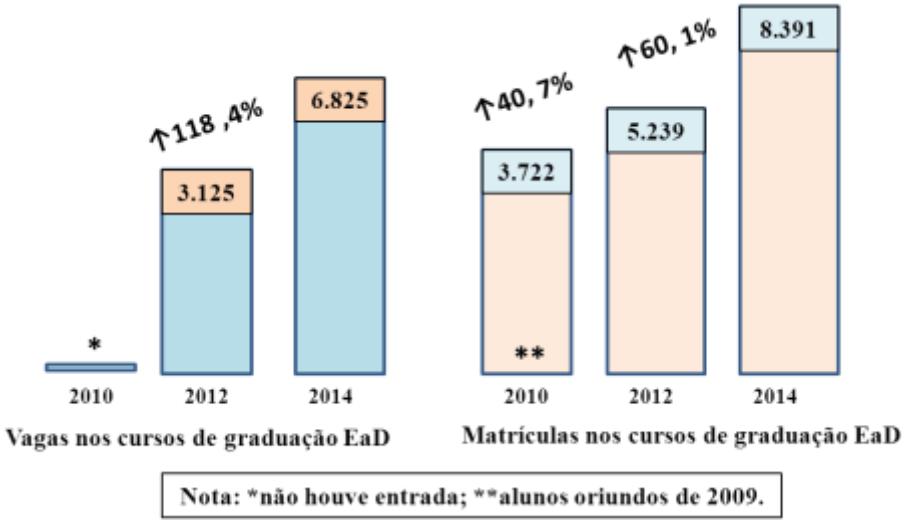



**Figura 10** – Vagas e matrículas do ensino de graduação EaD na vigência do PDI 2010-2014

### 3.4.1.2 Estágios curriculares obrigatórios

Os estágios curriculares obrigatórios constantes das matrizes curriculares dos cursos de graduação são geridos pela CEO/PREG e são realizados de acordo com o que preconizam a Lei 11.788, de 25 de Setembro de 2008 e a Resolução que estabelece as normas gerais de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI. De acordo com o Artigo 1º dessa Lei, o estágio obrigatório é um ato educativo escolar supervisionado, que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e de trabalho. Pode ser realizado na própria UFPI, na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da UFPI, de acordo com a legislação federal específica, mediante convenio e elaboração de um plano individual de trabalho, sob a orientação do professor-orientador.

A relação dos convênios firmados entre a UFPI e Instituições/Empresas está disponibilizada no seguinte endereço: http://www.ufpi.br/ceo/index/pagina/id/3529. Dentre os compromissos institucionais para com a realização do estágio obrigatório está a obrigatoriedade de contratação, em favor do estagiário, de seguro contra acidentes pessoais. Na vigência do PDI/2010-2014 o número de seguros efetivados para alunos de graduação presencial e a distância, bem como para o ensino técnico, cresceu gradativamente. Somente em 2014 foram efetivados 29.850 seguros, o que representa um crescimento em relação a 2013 (20.954) de 42,45%.

### 3.4.1.3 Monitoria

O Programa de Monitoria da UFPI, gerido pela CAAP-PREG, foi regulamentado, até 2014, pela Resolução Nº 152/99–CEPEX, de 9/9/1999 e, a partir de 2015, pela Resolução 076/2015 que caracteriza a monitoria como uma "modalidade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação do aluno e tem por finalidade despertar o interesse pela carreira docente integrada às atividades de ensino dos cursos de graduação".

A Resolução Nº 076/2015 –CEPEX estabelece como objetivos da Monitoria:

I) Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico nos cursos de graduação; II) Criar condições para que os alunos possam contribuir no desenvolvimento de atividades didáticas, agindo como colaborador da produção acadêmica; III) Incentivar a carreira docente; IV) Promover a cooperação acadêmica entre discentes e docentes.

As vagas de monitoria na graduação também apresentaram progressão ano a ano, conforme se observa nos números do Quadro 37, sendo que o aumento em 2014, em relação a 2010 foi de 33%.

**Quadro 37 -** Quantitativo das Monitorias no período de vigência do PDI/2010-2014

| Campus | Tipo | Período | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** |
| **CMPP** | Remunerada | 472 | 500 | 570 | 582 | 500 | 519 |
| | Não Remunerada | 711 | 643 | 737 | 669 | 757 | 834 |
| | TOTAL | 1.183 | 1.143 | 1.307 | 1.251 | 1.248 | 1.353 |
| | | | | | | | |
| **CMRV** | Remunerada | 71 | 81 | 102 | 113 | 97 | 104 |
| | Não Remunerada | 133 | 201 | 211 | 256 | 226 | 283 |
| | TOTAL | 204 | 282 | 313 | 369 | 323 | 387 |
| | | | | | | | |
| **CSHNB** | Remunerada | 49 | 67 | 58 | 63 | 60 | 72 |
| | Não Remunerada | 133 | 104 | 134 | 185 | 172 | 256 |
| | TOTAL | 182 | 171 | 192 | 248 | 232 | 328 |
| | | | | | | | |
| **CPCE** | Remunerada | 57 | 40 | 41 | 48 | 31 | 44 |
| | Não Remunerada | 58 | 102 | 205 | 236 | 176 | 124 |
| | TOTAL | 115 | 142 | 246 | 238 | 207 | 168 |
| | | | | | | | |
| **CAFS** | Remunerada | - | 37 | 39 | 36 | 34 | 43 |
| | Não Remunerada | - | 13 | 32 | 75 | 76 | 100 |
| | TOTAL | - | 50 | 71 | 111 | 110 | 143 |
| **TOTAL GERAL POR ANO** | | **1.684** | **1.788** | **2.129** | **2.217** | **2.120** | **2.379** |

Fonte: CAAP/PREG

### 3.4.1.4 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

Instituído nacionalmente pela Portaria Normativa do MEC, nº 38, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa instituído pela CAPES, com a finalidade de fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira (http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid).

Este Programa ganhou força enquanto política, por meio do Decreto nº 7.219 de 24/06/2010 de que o institucionalizou, representando, portanto, um marco histórico na contribuição da elevação dos indicadores de qualidade da educação no Brasil, uma vez que valoriza a profissão docente e os co-formadores de professores nas escolas, acentuando a relevância do regime de colaboração que o Estado, os Municípios e o Governo Federal devem manter no desenvolvimento da educação. Vem colaborar com as reformas nas políticas educacionais tensionadas pelas mudanças vertiginosas em todos os setores da sociedade provocadas pela globalização juntamente com as novas tecnologias.

Estas reformas, em nível global, orientam a formação de professores baseada no conceito de profissional reflexivo.

No Brasil, a LDBEN 9.394/96 foi o instrumento inicial destas reformas e também do investimento na qualificação docente, em razão da melhoria da qualidade social da escola. Ao CNE coube o papel de normatizar a formação para o trabalho docente. Com efeito, as Diretrizes Curriculares Nacionais, preconizam como centralidade baseada no princípio metodológico da ação-reflexão-ação, conforme proposto pelo Parecer do CNE/CP 009/2001, *ipsis litteris*: "A aquisição de competências requeridas do professor deverá ocorrer mediante uma ação teórico-prática, ou seja, toda sistematização teórica articulada com o fazer e todo fazer articulado com a reflexão".

Sob esta composição, a Resolução CNE/CP, de 18/02/2002, no parágrafo único do artigo 5º ressalta que "no Projeto Pedagógico dos Cursos de licenciatura a aprendizagem do oficio deve ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela reflexão-ação-reflexão e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas" (p. 03).

Iniciado na UFPI em fevereiro de 2009, o PIBID/UFPI propõe uma nova epistemologia da prática, isto é, a construção dos saberes do oficio de professor através da relação teoria-prática, tomando o método clinico como modelo de ensino e pesquisa, cuja lógica é "construir a teoria a partir dos casos analisados", nas palavras de Perrenoud (2003). Esta metodologia desemboca em uma construção teórica de ensino em si, onde o trabalho de campo estabelece a conexão teoria-prática. Através dela o futuro professor coloca em perspectiva suas observações e suas evidências, isto é, reconstrói sua prática através da reflexão na ação e sobre a ação, orientado por um professor da universidade e um co-formador, professor das escolas conveniadas, que são parceiras.

No âmbito da UFPI, o PIBID foi instituído pela Resolução CEPEX nº. 208/08, de 11 de novembro de 2008, ratificada pela Resolução CEPEX nº 223. Em principio foram contemplados 54 bolsistas do Campus Ministro Petrônio Portella, dos cursos de licenciatura em Física, Química, Biologia, Matemática, Letras, Geografia e Pedagogia. No ano de 2010 tivemos o número de cursos de licenciatura ampliado, sendo possível implantar o PIBID em todos os campi, capilarizando-o e acrescentar em 377% o número de alunos bolsistas. Em 2011, passamos a ter 309 bolsistas, destes, 258 eram alunos das mais distintas licenciaturas, sendo que 40 são alunos do PROCAMPO, desenvolvido na cidade de Oeiras-PI e Jaicós-PI. No ano de 2012, a ampliação vertiginosa do Programa passa a contemplar todas as licenciaturas ofertadas pela Universidade à comunidade piauiense, estendendo sua atuação para a EaD, em 80 vagas, estabelecendo convênio com 8 (oito) escolas em Teresina, e a 20 escolas em diversas cidades do interior do Estado, onde atuam 1.000

alunos bolsistas, 103 supervisores de área, professores das escolas públicas conveniadas, e 50 coordenadores de área, professores desta Instituição.

A partir de 2013, a UFPI passou a contar com uma grande equipe de 1.820 sujeitos, entre professores da educação básica e professores e alunos de todos os cursos de licenciatura da UFPI e a atender a 49 escolas da rede pública do Piauí.

A Coordenação Institucional do PIBID/UFPI está alocada no C*ampus* Ministro Petrônio Portella e é exercida pelas professoras doutoras Antonia Dalva França Carvalho e Monica Maria de Castro Machado Ribeiro Nunes de Castro, com o apoio de três coordenadores de gestão de processos educacionais em outros Campi, para a execução e acompanhamento do Projeto Institucional. Também, agrega 79 coordenadores de área (docentes da UFPI), 177 supervisores de área (professores das escolas conveniadas), além dos 1.560 alunos bolsistas oriundos dos cursos de licenciatura da UFPI, que aprendem o ofício de professor sob a orientação dos coordenadores e dos supervisores.

| **Sujeitos/Escolas** | **2008** | **2009** | **2011** | **2012** | **2013** | **TOTAL** | **VALOR BOLSA* (R$)** | **TOTAL/ BOLSA /ANO** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Alunos bolsistas da UFPI | 54 | 204 | 103 | 693 | 560 | 1560 | 400,00 | 7.488.000,00 |
| Professores UFPI (coordenadores de área) | 07 | 12 | 14 | 17 | - | 78 | 1.400,00 | 1.310.400,00 |
| Coordenador Institucional | 01 | - | - | | - | 01 | 1.500,00 | 18.000,00 |
| Coordenadores de Gestão de Possessos Educativos | - | 01 | - | 01 | - | 04 | 1.400,00 | 67.200,00 |
| Professores de Escolas Públicas (supervisores de área) | 07 | 24 | 17 | 64 | = | 177 | 765,00 | 1.624.860,00 |
| Escolas conveniadas | 02 | 16 | 06 | 14 | 49 | 49 | | |
| Alunos Escolas Públicas | 5.604 | 7.519 | 4.037 | 11.173 | 28.333 | 49 | | |

Total de Recursos em Bolsas/Ano: R$ 10.508.460,00; Total de Bolsistas: 1.820.
Fonte: Coordenação PIBID/UFPI.

**Figura 11** – Evolução do PIBID, a partir de sua implantação na UFPI

Este novo formato, implica um investimento de mais de 10 milhões de reais em bolsa, pela CAPES, exclusivamente para o Piauí, através da UFPI conforme a Figura 11, caracterizando o PIBID como fomento não somente de capital cultural, mas, também, de capital financeiro, promovendo a práxis em pessoas e em realidades piauienses.

Ressalte-se que o nosso desenho formativo tem uma orientação teórico-metodológica, isto é tem uma epistemologia e um método que tem se evidenciado eficaz, sendo, por conseguinte, científico. Destaque-se ainda que todas as atividades efetuadas em seu desenvolvimento, em qualquer um de seus eixos de ações, convergem para potencializar a missão da UFPI de empreender

sua missão de elaborar, sistematizar e socializar os saberes profissionais adequados à contemporaneidade e à realidade social local, regional e nacional. Trata-se, portanto de um Programa de ensino, de pesquisa e extensão.

E, assim sendo, este programa representa uma estratégia exitosa de formar professores autônomos, criativos, competentes, críticos e reflexivos e autônomos nos diversos campos de conhecimento na perspectiva crítico-reflexiva, capazes de construir tecnologias e modos de ação eficientes para colaborar com a transformação do status quo social. Entretanto, ainda é nisto que reside o grande desafio do PIBID UFPI, isto é, fomentar uma nova cultura de formação docente que possa provocar a emancipação dos sujeitos (FREIRE, 2002; THERRIEN, 2012).

Uma proposta que reconhece a escola como laboratório legítimo de formação de professores e, que baseia esta formação em uma racionalidade pedagógica que opta por um Brasil melhor, por uma sociedade mais justa e mais humana, pelas vias da emancipação dos sujeitos, que a UFPI assumiu com o apoio da CAPES e que se espera ampliar a cada ano.

#### 3.4.1.5 Pessoal graduado no quinquênio 2010-2014

A síntese numérica do pessoal graduado pela UFPI no quinquênio de vigência do PDI está apresentada no Quadro 38, o que comprova a responsabilidade institucional com a formação de recursos humanos qualificados para atuação na sociedade.

**Quadro 38** – Pessoal graduado pela UFPI, nos distintos cursos, por Campus, no quinquênio 2010-2014

| Ano | Total de concluintes por Campus | | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | CMPP | CMRV | CSHNB | CPCE | CAFS | |
| 2010 | 1.811 | 199 | 148 | - | - | 347 |
| 2011 | 1.650 | 460 | 427 | 98 | - | 2.635 |
| 2012 | 1.500 | 525 | 345 | 148 | 31 | 2.549 |
| 2013 | 1.655 | 554 | 495 | 241 | 166 | 3.111 |
| 2014* | 674 | 226 | 192 | 114 | 45 | 1.251 |
| Total (no quinquênio) | 7.290 | 1.964 | 1.607 | 601 | 242 | **9.893** |

Fonte: CEDE/PREG; * dados do primeiro semestre.

### 3.4.2 Ensino de pós-graduação

Em relação ao ensino de pós-graduação ocorreu, no quinquênio, uma modernização da estrutura administrativa e de gestão, a partir do desmembramento da PRPPG (antiga Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação) em PRPG e PROPESQ. Merecem destaque especial as seguintes ações efetivadas na vigência do PDI 2010-2014 - aprovação e implantação de:

- ✓ 03 (três) novos mestrados acadêmicos (Biotecnologia no CMRV, Agronomia-Fitotecnia no CPCE e Ciência dos Materiais), além de 01 mestrado profissional em Matemática em rede (convênio com a Sociedade Brasileira de Matemática/SBM) e 02 doutorados institucionais (Educação e Políticas Públicas) no ano de 2010;
- ✓ 07 (sete) novos mestrados acadêmicos (Zootecnia no CPCE, Comunicação, Geografia, Odontologia, Sociologia, Arqueologia e Ciência da Computação) no ano de 2011;
- ✓ 01 (um) novo mestrado acadêmico (Ciências Biomédicas no CMRV), além de 01 mestrado profissional institucional em Artes, Patrimônio e Museologia (convênio com a Universidade de Lisboa) e 02 doutorados institucionais (Agronomia e Enfermagem) no ano de 2013;
- ✓ 02 (dois) novos mestrados profissionais em rede, sendo Física (convênio com a Sociedade Brasileira de Física/SBF) e Saúde da Família (convênio com a Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família – RENASF/FIOCRUZ) no ano de 2014;

Também merece destaque a reformulação:

- ✓ da legislação interna regulamentadora da pós-graduação *stricto sensu* na UFPI, em 2013 e 2014, com edição das Resoluções nº 199/13, 225/13, 226/13, 022/14, 023/14, 101/14, pelo CEPEX;
- ✓ dos regimentos dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, para adequação às novas normas, no decorrer de 2013 e 2014;
- ✓ da legislação interna regulamentadora da pós-graduação *lato sensu* na UFPI, em 2013, com edição da Resolução nº 030/13, pelo CAD e Resolução nº 012/13, pelo CEPEX.

A instituição do Programa de Capacitação Interna é outra ação importante realizada no último quinquênio, com vistas a qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos, mediante a oferta de pelo menos 20% do total de vagas em cada processo de seleção para ingresso nos Programas de Pós-Graduação da UFPI. O PCI foi regulamentado pela Resolução nº 236/13, do CEPEX e o Edital o já foi lançado, em setembro de 2014 (Edital Específico nº 02/2014)

A consecução de recursos junto à CAPES destinados à bolsas de pós-graduandos, custeio e infraestrutura laboratorial da pós-graduação durante todo o último quinquênio é outra ação digna de nota. Somente no último ano de vigência do PDI ocorreu um crescimento da ordem de 21%, passando de R$ 3.651.824,40 no ano de 2008 para R$ 4.416.128,13 em 2009, demonstrando o reconhecimento acerca do crescimento desta Universidade junto àquele órgão fomentador da pós-graduação.

### 3.4.2.1 Programas ofertados por Campus

Atualmente a UFPI oferece à sociedade 42 diferentes cursos de pós-graduação stricto sensu, enquadrados em 37 Programas de Pós-Graduação. Destes, 35 são em nível de Mestrado (32 institucionais e 3 em rede) e 07 são em nível de doutorado (05 institucionais e 02 em rede). A listagem dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPI, segundo o Campus onde é ministrado, o nível, o ano de implantação e o conceito obtido está apresentada no Quadro 39.

**Quadro 39** - Programas de Pós-Graduação da UFPI por Campus, nível, ano de criação e conceito CAPES

| Nº | Nome do PPG | Campus de vinculação | Nível | Ano de criação | Conceito |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Educação | CMPP | M | 1991 | 4 |
| 2 | Ciência Animal | CMPP | M | 1999 | 4 |
| | | | D | 2005 | 4 |
| 3 | Química | CMPP | M | 1999 | 4 |
| 4 | Agronomia – Produção Vegetal | CMPP | M | 2001 | 4 |
| | | | D | 2013 | 4 |
| 5 | Desenvolvimento e Meio Ambiente | CMPP | M* | 2002 | 3 |
| | | | D* | 2009 | 4 |
| 6 | Políticas Públicas | CMPP | M | 2002 | 4 |
| | | | D | 2010 | 4 |
| 7 | História do Brasil | CMPP | M | 2004 | 3 |
| 8 | Letras | CMPP | M | 2004 | 3 |
| 9 | Ciências e Saúde | CMPP | M | 2004 | 4 |
| 10 | Biotecnologia (RENORBIO) | CMPP | D* | 2006 | 5 |
| 11 | Farmacologia | CMPP | M | 2006 | 3 |
| 12 | Enfermagem | CMPP | M | 2006 | 4 |
| | | | D | 2013 | 4 |
| 13 | Física | CMPP | M | 2007 | 3 |
| 14 | Ética e Epistemologia | CMPP | M | 2007 | 3 |
| 15 | Ciência Política | CMPP | M | 2007 | 3 |
| 16 | Matemática | CMPP | M | 2008 | 3 |
| 17 | Agronomia - Genética e Melhoramento | CMPP | M | 2008 | 3 |
| 18 | Agronomia – Solos e Nutrição de Plantas | CPCE | M | 2008 | 3 |
| 19 | Alimentos e Nutrição | CMPP | M | 2008 | 4 |
| 20 | Antropologia | CMPP | M | 2008 | 3 |
| 21 | Ciências Farmacêuticas | CMPP | M | 2009 | 3 |
| 22 | Biotecnologia | CMRV | M | 2010 | 3 |
| 23 | Agronomia-Fitotecnia | CPCE | M | 2010 | 3 |
| 24 | Ciência dos Materiais | CMPP | M | 2010 | 3 |
| 25 | Matemática | CMPP | MP | 2010 | 3 |
| 26 | Comunicação | CMPP | M | 2011 | 3 |
| 27 | Geografia | CMPP | M | 2011 | 3 |
| 28 | Odontologia | CMPP | M | 2011 | 3 |
| 29 | Zootecnia | CPCE | M | 2011 | 3 |
| 30 | Sociologia | CMPP | M | 2011 | 3 |
| 31 | Arqueologia | CMPP | M | 2011 | 3 |
| 32 | Ciência da Computação | CMPP | M | 2011 | 3 |
| 33 | Artes, Patrimônio e Museologia | CMRV | MP | 2013 | 3 |
| 34 | Ciências Biomédicas | CMRV | M | 2013 | 3 |
| 35 | Matemática | CMRV | MP | 2013 | 3 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 36 | Física | CMPP | MP* | 2014 | 3 |
| 37 | Saúde da Família | CMPP | MP* | 2014 | 3 |
| Obs.: 37 PPGs com 35 mestrados (32 institucionais e 03 em rede); e 07 doutorados (05 institucionais e 02 em rede). | | | | | |

Nota: M= Mestrado Acadêmico; MP=Mestrado Profissional; D=Doutorado; *Em rede.
Fonte: CPG/PRPG

### 3.4.2.2 Vagas, matrículas e titulação na pós-graduação *stricto sensu*

As vagas oferecidas na pós-graduação stricto sensu na UFPI cresceram progressivamente na vigência do PDI/2010-2014. Somente em termos de novas vagas, ocorreram os seguintes acréscimos: 31 em 2010; 173 em 2011; 197 em 2012; 220 em 2013 e 317 em 2014. Em consonância com isto, as matrículas da pós-graduação, no quinquênio, cresceram progressivamente em função da implantação de 16 novos programas no quinquênio. Considerando-se que há muitos programas novos, as conclusões não cresceram na mesma proporção (Quadro 40).

**Quadro 40 -** Matrículas e Conclusões na Pós-Graduação *stricto sensu* no quinquênio 2010-2014

| Ano | Matriculas | | | Conclusões | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Mestrado | Doutorado | Total | Mestrado | Doutorado | Total |
| 2010 | 717 | 105 | 822 | 191 | 8 | 199 |
| 2011 | 890 | 133 | 1.023 | 119 | 14 | 133 |
| 2012 | 894 | 157 | 1.051 | 232 | 18 | 250 |
| 2013 | 1.204 | 221 | 1.425 | 372 | 12 | 384 |
| 2014* | 1.112 | 307 | 1.419 | 224 | 25* | 249* |
| **Total no quinquênio** | 4.807 | 923 | 5.740 | 1.138 | 77 | 1.215 |

Fonte: CGPG/PRPG; Nota: *dados parciais até outubro/2014

O número de matrículas deverá crescer mais no próximo ano, visto que se encontram tramitando na CAPES 09 (nove) novos Programas, detalhados no Quadro 41.

**Quadro 41 -** Propostas de novos Programas de Pós-graduação, em tramitação na CAPES, 2014

| Unidade de Ensino/Campus | Nome do PPG | Nível |
|---|---|---|
| CCS/CMPP | Alimentos e Nutrição | Doutorado |
| | Ciências e Saúde | Doutorado |
| | Saúde da Mulher | Mestrado Profissional |
| | Saúde e Comunidade | Mestrado |
| CCN/CMPP | Ciência dos Materiais | Doutorado |
| | Química | Doutorado |
| UAPI/CMPP | Educação (a distância) | Mestrado |
| CRMV (Parnaíba) | PPG em Biodiversidade | Mestrado |
| CSNNB (Picos) | PPG em Recursos Naturais e Saúde | Mestrado |

Fonte: PRPG

O PDI 2010-2014 previu a expansão da pós-graduação com qualidade. Ressalte-se que a política institucional implementada no período possibilitou a expansão dos PPGs em um patamar superior ao projetado, visto que 16 PPGs foram criados no quinquênio, o que representa 43,24%.

Na vigência do PDI 2010-2014 a política de ampliação do numero de bolsas nos PPGs foi intensificada. A CAPES atendeu positivamente às demandas da UFPI, havendo a ampliação significativa do número de bolsas, no período. A evolução do número de bolsas de pós-graduação *stricto sensu* do Programa Demanda Social da CAPES, no período de vigência do último PDI, está expressa no Quadro 42.

Além da CAPES, através do Programa de Demanda Social (DS), o custeio de bolsas de pós-graduação ocorre às expensas do CNPq, FAPEPI, DAAD, EMBRAPA, RENORBIO e FAPEPI/CAPES, sendo que este último Programa permitiu a implantação, em 2012, de 114 bolsas de mestrado e 22 de bolsas de doutorado.

**Quadro 42** – Evolução das bolsas de pós-graduação *stricto sensu* fomentadas pela CAPES-PROAP, quinquênio 2010-2014

| Ano | Bolsas de Mestrado | Bolsas de Doutorado |
|---|---|---|
| 2010 | 135 | 17 |
| 2011 | 267 | 32 |
| 2012 | 304 | 35 |
| 2013 | 366 | 65 |
| 2014 | 391 | 94 |

Fonte: CGPG/PRPG

Vale ressaltar que, além do crescimento quantitativo ocorrido na pós-graduação *stricto sensu*, no último quinquênio, ocorreu também a melhoria da qualidade dos Cursos, com mudanças no conceito de 05 (cinco) Programas: o de Alimentos e Nutrição, Agronomia-Produção Vegetal, Ciências e Saúde, Enfermagem e Química, pois ambos subiram para o conceito 4, na última avaliação trienal da CAPES.

### 3.4.3 Pesquisa

No âmbito da "pesquisa", no último quinquênio, a UFPI respondeu positivamente às chamadas públicas de fomento à pesquisa, com perfil crescente na aprovação das propostas apresentadas, ampliando o volume de investimentos nessa área. Esse fato, certamente se concretizou face à política nacional de incentivo à pesquisa, que foi plenamente incorporada pela gestão. Em consonância com o que foi projetado, a UFPI priorizou a alocação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias para a qualificação docente e técnica objetivando o

fortalecimento dos grupos de pesquisa e incremento da produção científica nas distintas áreas do conhecimento.

No último quinquênio, a UFPI alcançou êxito junto aos editais das agências de fomento: FAPEPI e CNPq, cujos recursos, demonstrados no Quadro 10 (Capítulo 1), alcançaram R$ 5.637.575,42 no período 2010-2014, que possibilitaram a aquisição de equipamentos de última geração e material de custeio impactando na melhoria da qualidade das pesquisas realizadas.

O número de projetos de pesquisa é outro indicador crescente, em patamar superior ao planejado nos documentos oficiais. No período de vigência do último PDI, o número de projetos cadastrados teve uma média anual de 428, considerando que os dados computados em 2014, se referem apenas ao período entre janeiro e agosto deste ano (Quadro 11, Capítulo 1).

Além dos projetos com financiamento cadastrados no quinquênio, que totalizaram em 177 (média superior a 35 por ano), houve o cadastramento de 1.962 outros sem financiamento de agência de fomento, perfazendo um total de 2.139 projetos cadastrados na CPES, em cumprimento ao disposto no Art. 22 do Regimento Geral da UFPI.

Um dos principais programas de incentivo à pesquisa é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o qual dispõe de quotas de bolsas concedidas pelo CNPq, com a contrapartida da UFPI. Neste último quinquênio ocorreu consolidação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) quanto ao critério “qualidade”.

Tendo em vista que no PDI-2010-2014 foi prevista a ampliação de 50% dos recursos financeiros como suporte aos projetos do PIBIC-CNPq/UFPI, esta ampliação ocorreu num patamar abaixo do projetado, pois existia, em 2009/2010, um total de 344 bolsas PIBIC, sendo 172 concedidas pelo CNPq e 172 como contrapartida institucional e estas foram ampliadas para 420 em 2014/2015 (210 CNPq e 210 UFPI). O crescimento foi de 18,09% no número de bolsas. No entanto, conseguiu-se lograr um aumento no valor da bolsa, neste período, que passou de R$ 360,00 (2010) para R$ 400,00 (desde 2012), com aumento de 10%, no valor desta. A cota de bolsas PIBIC-AF pelo CNPq foi mantida em 15 bolsas. A UFPI também manteve a cota de 15 bolsas totalizando 30 bolsas para alunos ingressos na UFPI pela Lei das cotas Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e o Termo de Adesão da UFPI de 07 de dezembro de 2013.

O total de alunos de graduação agraciados com bolsas de iniciação científica foi de 430 (2014) nos Programas PIBIC e PIBIC-AF. Como indutor do crescimento verificado no número de bolsas de Iniciação Científica, a demanda por bolsas no PIBIC e PIBIC–AF para o período de 2014-2015 atingiu o número de 638 solicitações, perfazendo 67,4% de solicitações atendidas.

O Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV) para o período 2014/2015 teve 476 pedidos de orientações, que traduz, de maneira inequívoca, o interesse dos pesquisadores (mestres e doutores) desta instituição, em ampliar seus trabalhos de pesquisa e sua produção científica.

Já, o Programa PIBIC-Ensino Médio ofertou um total de 120 bolsas (2013/2014) concedidas pelo CNPq para alocação nos Colégios Técnicos de Bom Jesus, Floriano e Teresina, mas foram utilizadas somente 93, permanecendo uma cota ociosa de 27 bolsas, que segundo a avaliação do Comitê Institucional deveu-se a inserção dos discentes em outros programas, por exemplo, o PRONATEC. Para 2014-2015 o CNPq autorizou 100 bolsas, que estão ainda em fase de distribuição das cotas aos docentes dos citados colégios, destacando-se a inserção neste novo certame da Escola Família Agrícola dos Cocais e do Soinho, com perspectiva de inclusão de outras escolas.

Ainda no segmento da Iniciação Científica, a UFPI regulamentou o Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV) no Edital 2009-2010. E com o intuito de melhorar a seleção e avaliação dos projetos inscritos no processo seletivo do PIBIC, elevou-se o número dos membros do Comitê Interno com bolsa de produtividade de pesquisas do CNPq e da UFPI, seguindo assim o padrão da composição do Comitê Externo e melhorando a avaliação do programa junto ao CNPq.

Em 2013, face ao crescimento qualitativo do PIBIC e do anseio da comunidade científica por conhecimentos atuais ligados à pesquisa, a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) deu maior dimensão ao Seminário de Iniciação Científica, realizado anualmente, desde o ano de 1991. A 22ª edição do Seminário de IC da UFPI, ocorrido em 2013, cuja quantificação de trabalhos está no Quadro 42, indicou o caminho da construção do conhecimento científico no Piauí por meio de Programas PIBIC e ICV. São notáveis os avanços teóricos e metodológicos atingidos pelos alunado da UFPI que passam pela experiência da iniciação científica, podendo ser citados: maior facilidade de ingresso na pós-graduação, publicações em periódicos, participações em eventos, premiações e complemento da carga horária curricular, como atividade complementar.

Chama-se atenção para os três pilares da IC: OPORTUNIDADE, CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO e destaca-se também a realização do Seminário de Iniciação Científica como uma atividade de divulgação e avaliação dos resultados das pesquisas desenvolvidas em âmbito dos Programas de IC (PIBIC, PIBIC-AF e ICV).

**Quadro 43** - Resumos Expandidos, por grande área de conhecimento, de trabalhos apresentados no XXII Seminário de Iniciação Científica

| Grande Área | Quantidade |
|---|---|
| Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras e Artes | 215 |
| Ciências da Vida | 346 |

| | |
|---|---|
| Ciências Exatas, da Terra e Engenharias | 157 |
| **Total** | 718 |

Fonte: CPES/ PROPESQ

Os programas PIBIC e ICV participaram do Seminário em proporções bem próximas: dos 718 trabalhos, 381 (53%) eram PIBIC e 337 ICV (47%).

No que tange à produção científica, no último quinquênio foi implantada uma política de estímulo à produção científico-tecnológica, uma vez que esta se constitui num dos mais eficazes indicadores de fortalecimento e consolidação das atividades de pesquisa e de pós-graduação e, ainda, de transformação de cenários econômicos e sociais. Assim, apoiou fortemente o Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos (PROEC), criado em 2005, que apoia financeiramente o deslocamento de alunos e de pesquisadores da UFPI para a participação em reuniões de natureza científica. E criou a política de apoio aos pesquisadores no que se refere ao custeio de publicações em periódicos indexados.

Foi instituído também no ano de 2014, o programa de "Auxilio a tradução de artigos científicos", com o objetivo de aumentar a internacionalização das pesquisas da UFPI através da publicação dos resultados destas pesquisas em periódicos de grande representatividade e impacto mundial. O resultado do trabalho desenvolvido durante o ano em análise pode ser evidenciado por meio de indicadores que demonstram de maneira inquestionável o salto de qualidade no âmbito da geração de novos conhecimentos, da difusão da informação e da transferência de tecnologia.

A produção bibliográfica da UFPI, no último quinquênio (quadro 43) , demonstra que os pesquisadores elevaram a sua produção científica quanti e qualitativamente, revelada no incremento da publicação de artigos científicos da ordem de 24,14 %, o que significa que esta meta foi superada, tendo em vista que a previsão de aumento era de 20%, para o período em análise. Este fato pode, em parte, ser decorrente do forte incentivo aos pesquisadores, para este fim, materializado no apoio financeiro institucional para custeio de publicações científicas.

**Quadro 44** - Produção Bibliográfica da UFPI, quinquênio 2010-2014

| **Publicação** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014 *** |
|---|---|---|---|---|---|
| Artigos | 1.230 | 1.609 | 1.863 | 1.963 | 814 |
| Livros e Capítulos de Livros | 448 | 542 | 499 | 419 | 17 |
| Trabalhos em Anais | 845 | 734 | 949 | 644 | 86 |
| **Total** | **2.523** | **2.885** | **3.311** | **3.026** | **917** |

Fonte: Extrator Lattes/CNPq, acesso em 07.08.2014.* Dados parciais (agosto/2014)

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, projeto desenvolvido no CNPq desde 1992, constitui-se em bases de dados que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade

no País. O Diretório mantém uma base corrente, cujas informações são atualizadas continuamente pelos líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e dirigentes de pesquisa das instituições participantes, e o CNPq realiza Censos bianuais, que são fotografias dessa base corrente. O número de grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq, certificados pela UFPI, tem mantido crescimento compatível com o aumento de novos doutores e de cursos de pós-graduação na UFPI. No Censo de 2010 do CNPq, constavam 172 grupos de pesquisa certificados, 628 linhas de pesquisas, distribuídos nas mais diversas áreas de conhecimento. Em maio de 2014 este número foi de 220, abrangendo o desenvolvimento de 880 linhas de pesquisas e com 398 doutores envolvidos, atestando a pujança da pesquisa nesta instituição. As áreas mais dinâmicas estão ligadas aos mestrados e doutorados oferecidos pela UFPI, sinalizando a integração da graduação com a pós-graduação.

Em 2010, a UFPI contava com 29 bolsistas de produtividade de pesquisa do CNPq, sendo que 10 bolsistas PQ2F (fixação de recém-doutor). Em 2014, este número passou para 35, incluindo as bolsas renovadas e novas concessões.

Com o objetivo de alavancar no médio/longo prazo o número de pesquisas financiadas e o número de pesquisadores com bolsa de produtividade CNPQ, a UFPI lançou recentemente dois importantes programas internos de apoio à pesquisa:

- O programa de bolsa de produtividade em pesquisa, que distribuiu dez (10) bolsas de pesquisa aos docentes doutores da UFPI, no ano de 2014, nas áreas de Química, Geografia, Serviço Social, Matemática, Comunicação Social e Odontologia;
- O Programa de auxilio financeiro à pesquisa o qual busca incentivar novos doutores e incluí-los no âmbito da pesquisa financiada através do auxilio a seus projetos, no valor de R$ 8.000,00. No ano de 2014, quinze (15) projetos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento foram contemplados.

Nos dois últimos anos da vigência do PDI/ 2010-2014, o CEP foi consolidado e apreciou, em 2014, um total de 792 projetos. No ano anterior (2013) o numero foi de 119, o que representa um acréscimo de mais de 500%.

### 3.4.4 Extensão

A política de extensão praticada na vigência do PDI/2010-2014 foi uma das mais produtivas da história da Instituição. Muitos indicadores das ações de extensão foram de considerável sucesso, como por exemplo, o Programa de Bolsas de Extensão – PIBEX, cujo apoio

financeiro institucional foi ampliando em 2009 de 150 (cento e cinquenta) para 260 (duzentas e sessenta) bolsas/mês/ano, o que representa um acréscimo de 73,3%. Essas bolsas, financiadas com recurso orçamentário próprio da instituição, é extremamente relevante para a consolidação da política de extensão da UFPI, visto que, possibilita à comunidade acadêmica realizar experiências de articulação externa no campo do ensino e da pesquisa, contribuindo para o processo de formação integral do aluno.

Outros destaques da extensão universitária no período 2010- 2014 podem ser enumerados: 1) em 2010, aprovação de 04 (quatro) grupos do Programa de Educação Tutorial – PET; 2) em 2011, realização do I Seminário de Extensão Universitária da UFPI; 3) em 2012, recorde na participação docente em atividades de extensão (2.605 docentes); 3) em 2013, 79 grandes espetáculos artísticos e culturais contemplando um público de 23.500 pessoas; 4) em 2014, o aumento do volume de recursos dos programas/projetos de formação continuada, importando no montante de R$ 805.946,02 (oitocentos e cinco mil novecentos e quarenta e seis reais e dois centavos).

Houve evolução do quantitativo de bolsas de auxílio financeiro no valor atual de R$ 400,00 (quatrocentos reais) pagas pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX/UFPI, gerenciado pela CPPEX/PREX, no período 2010-2014.

Outro grande pilar de sustentação da política de extensão da UFPI é o PROBEX, o qual tem por objetivo contribuir para a formação profissional e cidadã do graduando, por meio da participação discente no desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária. A habilitação ao referido programa se dá por resposta a edital, com definição dos critérios de julgamento pela Câmera de Extensão. No período 2010-2014, além do aumento no quantitativo de bolsas e no valor unitário da bolsa, o montante investido no período passou em 2010 de R$ 355.200,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais) para R$ 1.040.000,00 (hum milhão, quarenta mil reais) em 2014.

Quanto aos Programas e Projetos de extensão cadastrados na CPPEX/PREX, no período 2010-2014 verificou-se um acréscimo de 4% (quatro por cento) no quantitativo no ano de 2014 em relação a 2010.

No que se refere ao PROEXT, que é pela financiado pela SESu/MEC, com ênfase na inclusão social, a UFPI contava, em 2009, com 08 (oito) propostas, dentre estas 01 (um) Programa e 07 (sete) Projetos. No ano de 2010 aprovou 11 (onze) propostas para o exercício de 2011, sendo 01 (um) Programa e 10 (dez) Projetos. (Em 2011, mesmo com o crescimento da demanda, foram aprovadas 07 (sete) Propostas, para o exercício de 2012), sendo 04 (quatro) Programas e 03 (três) Projetos. Em 2012, permaneceu a mesma quantidade de proposta aprovadas e, em 2013, um total

de 07 (sete) propostas foram aprovadas com recursos garantidos para aquele exercício e 08 propostas para o de 2014.

O Programa de Educação Tutorial – PET, financiado pelo Ministério da Educação e desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria docente, também cresceu no último quinquênio, pois em 2010 havia quatro grupos PET e em 2014 há nove.

Os cursos e eventos de extensão cadastrados e certificados pela CCENO/PREX permitem a difusão do conhecimento produzido na UFPI à sociedade. O público beneficiado, em 2010, superou de 20 mil pessoas e passou para 30 mil pessoas 2013. Em 2014 os resultados são parciais e, referentes ao primeiro semestre, mostrando um público atingido na faixa de 17 mil pessoas.

As opções de estágios não obrigatórios também cresceram nos últimos anos, beneficiando discentes de todos os cursos, totalizando em 2013, 4.817estagiários, e, até julho de 2014, registrou convênios com 6.252 estagiários remunerados.

### 3.4.5 Assistência estudantil

As medidas inclusivas adotadas pela UFPI têm sido acompanhadas pelo aprimoramento contínuo das práticas acadêmicas aplicadas pela Universidade, como atesta o desempenho obtido nas sucessivas avaliações externas realizadas no quinquênio, em cujos relatórios há menção à forte política de atendimento ao discente efetivada na UFPI.

O atendimento ao discente é processado de maneira integral, através da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que constitui um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso de graduação aos estudantes universitários, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Os programas de apoio aos discentes, executados através da PRAEC, revelam indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro e de responsabilidade social. Dentre as ações rotineiramente adotadas e direcionadas ao tripé ingresso-permanência-conclusão, ressaltam-se as ligadas às áreas de alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte, além de saúde, atendimento psicopedagógico e social, médico e odontológico. O Quadro 20, no Capítulo 1, descreve os programas desenvolvidos para apoio o alunado.

O orçamento do PNAES vem sendo incrementado nos últimos anos, ressaltando-se: R$ 14.703.715,00 em 2012; R$ 15.251.992,00 em 2013; e R$ 18.213.011,00 em 2014, com um incremento de 23% neste último biênio.

Ações inclusivas desenvolvidas pela CACOM/PRAEC em 2014, objetivando beneficiar estudantes, sobretudo os mais desfavorecidos economicamente, estão relacionadas no Quadro 45.

**Quadro 45** - Programas de atendimento discente implantados na UFPI em 2014

| Política | Descrição | Contingente atendido em 2014* |
|---|---|---|
| Residência Universitária | Moradia e alimentação para alunos oriundos de outros municípios e Estados | 126 residentes |
| Isenção da Taxa de Alimentação (ITA) | Isenção do valor da taxa de acesso aos Restaurantes Universitários e alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive alunos oriundos de outros países. | 132 |
| Bolsa de Apoio Estudantil – BAE | Auxílio financeiro concedido por 24 meses Valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais | 691 bolsas |
| Bolsa de Incentivo a Atividades Multiculturais e Acadêmicas – BIAMA | Objetivo estimular a participação dos estudantes em projetos supervisionados por docentes ou técnicos da UFPI, possibilitando sua formação ampliada. | 174 bolsas |
| Auxílio para Atividades Acadêmicas, Culturais e Acadêmicas – APEC | Possibilita a participação dos alunos da graduação em atividades acadêmicas, culturais e acadêmicas. | 13 auxílios concedidos |
| Auxílio Creche | Auxílio financeiro no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) concedidos a alunos com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de bebês com idade de até dois anos e onze meses. | 48 alunos beneficiados |
| Bolsa Apoio Pedagógico (PNE) | Auxílio financeiro no valor de R$ 400 (quatrocentos reais) concedidos a alunos com necessidades educacionais especiais. O auxílio ao beneficiário ocorre por indicação do aluno que possui a deficiência. | 5 bolsas |
| Kit Odontológico | Benefício permanente de material para uso clínico nas aulas práticas do Curso de Graduação em Odontologia cedido a ser devolvido à universidade assim que os graduandos beneficiados concluam os seus cursos. | 20 kits |
| Atendimento Odontológico | Procedimentos clínicos de diagnóstico, prevenção, profilaxia, restauração e exodontia, gratuitamente a alunos e servidores e seus dependentes. | 1.099 pacientes atendidos 2.571 procedimentos realizados |
| Atendimento Pedagógico | Atendimento a estudante e servidor com vistas à superação de problemas de ordem pedagógica. | 491 |
| Atendimento Psicossocial | Serviço de Atendimento a estudante com vistas à superação de problemas de ordem psicológica e social. | 34 |
| Atendimento a Necessidades Educacionais Específicas | Serviço dirigido a estudantes que auxiliam outros estudantes portadores de necessidades educacionais especiais específicas, com vistas a superação de dificuldades causadas por deficiências física, visual, auditiva, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. | 05 alunos atendidos |

Nota: * Dados parciais, até outubro/2014.
Fonte: PRAEC

No tocante à alimentação, neste quinquênio, houve aa implantação de RU em todos os Campi. O RU tem a finalidade de fornecer refeições balanceadas, higiênicas e de baixo custo à comunidade universitária. Até o ano de 2009, o serviço de restaurante só era oferecido no Campus sede (em Teresina). No período de 2010 e 2013 foi construído, e colocado em funcionamento, um

RU em cada Campus fora de sede, na seguinte ordem: CRMV e CPCE em 2010, CSHNB em 2011 e CAFS em 2013. Atualmente existem 07 (sete) unidades, sendo três no CMPP e uma em cada um dos Campi fora de sede. Ressalte-se que os RUs da UFPI são espaços privilegiados para pesquisas em várias áreas do conhecimento sistematizado, tais como administração, engenharia de produção, arquitetura e especialmente na grande área de alimentos e nutrição, sendo objeto de estudo de vários cursos e programas.

O número de refeições servidas por ano foi crescente, como demonstram os dados do Quadro 46, com um incremento, em 2013 (em relação a 2010) de 85,74%. Para o final do ano de 2014, a expectativa é que 2.000.000 refeições sejam servidas. É importante frisar que o valor da refeição (R$ 0,80) é o mais barato do Brasil e que a UFPI subsidia a maior parte da despesa. Para a manutenção dos RUs, em 2013, um montante de R$ 5.656.275,43 foi investido, gerando uma receita de R$ 1.268.484,20, o que corresponde a 22,43% do valor investido, ficando o subsídio da UFPI em 77,57%.

**Quadro 46** – Número de refeições servidas nos Restaurantes Universitários da UFPI, quinquênio 2010-2014

| Refeições servidas/ano | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 * |
|---|---|---|---|---|---|
| | 998.507 | 1.276.184 | 1.300.235 | 1.854.700 | 2.000.000 |

Fonte: PRAEC. Nota: * expectativa para 2014.

De grande importância é atendimento a PNE, pela PRAEC, destinado a alunos com necessidades educacionais especiais específicas, visando a superação de dificuldades causadas por deficiência física, visual, auditiva, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Cada estudante beneficiado auxilia, normalmente, seus colegas de classe e isso se traduz numa política inclusiva de grande valia.

Através do Serviço Psicossocial e Pedagógico é oferecido atendimento ao estudante com vistas a superação de problemas de ordem social, psicológica e pedagógica, mediante os seguintes procedimentos: Análise dos Históricos Escolares; Entrevista Pedagógica Individual; Aplicação de Questionário sobre Hábitos de Estudo; e Orientação Educacional. Todos os estudantes vinculados aos programas da Coordenadoria de Assistência Comunitária da PRAEC têm seus históricos escolares semestralmente submetidos à análise, em que se adota o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), como critério para a renovação dos benefícios. A entrevista pedagógica individual e a aplicação do questionário sobre hábitos de estudo são realizadas somente com os estudantes que apresentam reprovações.

A avaliação pedagógica tem como objetivos a emissão de um parecer pedagógico ao Serviço de Benefício ao Estudante, bem como prestar orientação educacional aos estudantes com baixo

rendimento acadêmico no semestre, e a identificação e encaminhamento de demandas aos demais serviços de saúde.

O Serviço Odontológico oferecido corresponde a procedimentos clínicos de diagnóstico, prevenção, profilaxia, restauração, e exodontia, gratuitamente a toda comunidade universitária, incluindo alunos, professores, servidores e seus dependentes, contando, para este fim, com consultórios que atendem em dois turnos. São realizados procedimentos clínicos e radiológicos, dentística restauradora (restaurações de amálgama e estética), prevenção com orientação da escovação correta, profilaxia, tartarectomia e bochecho com flúor e exodontia.

O Serviço Psicossocial realiza atendimento a comunidade acadêmica com vistas a superação de problemas de ordem social e psicológica.

De maneira geral todas as ações de assistência estudantil previstas no PDI/2010-2014 foram realizadas, sendo a maioria em patamar superior ao projetado. Porém, uma ação prevista, a colocação de controle eletrônico no acesso aos RUs não pode ser viabilizada, ficando para o próximo quinquênio.

Mesmo não tendo sido previsto no PDI/2010-2014 foi realizada a reforma geral de duas unidades do RU do Campus sede, situadas no Espaço Rosa dos Ventos e no CCA, incluindo: recuperação das instalações físicas com substituição do revestimento do piso e parede das áreas higienização de bandejas, higienização de utensílios diversos, readequação da rede de esgoto e pintura total de todas as paredes.

### 3.4.6 Internacionalização

A perspectiva da internacionalização, que advém desde a vigência do PDI 2005-2009, foi sedimentada a partir de implantação do “Ciência sem Fronteiras” que é um programa conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e CAPES – e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

A UFPI, neste último quinquênio, vem se preparando para crescer neste segmento e, para tal, já viabilizou algumas ações necessárias, tais como: a criação de um Centro de Línguas, na estrutura do CCHL; a instituição do programa de “auxilio a tradução de artigos científicos”, com o objetivo de aumentar a internacionalização das pesquisas da UFPI; celebração de acordos de cooperação com inúmeras instituições estrangeiras; e a busca permanente pela melhoria de seus

indicadores de qualidade a fim de intensificar e consolidar o intercâmbio de seu alunado com Instituições de Países mais desenvolvidos.

Os dados de intercâmbio podem ser mais bem visualizados a partir de 2012, quando os primeiros deslocamentos de alunos da UFPI, por esse Programa, aconteceram (Figura 12).

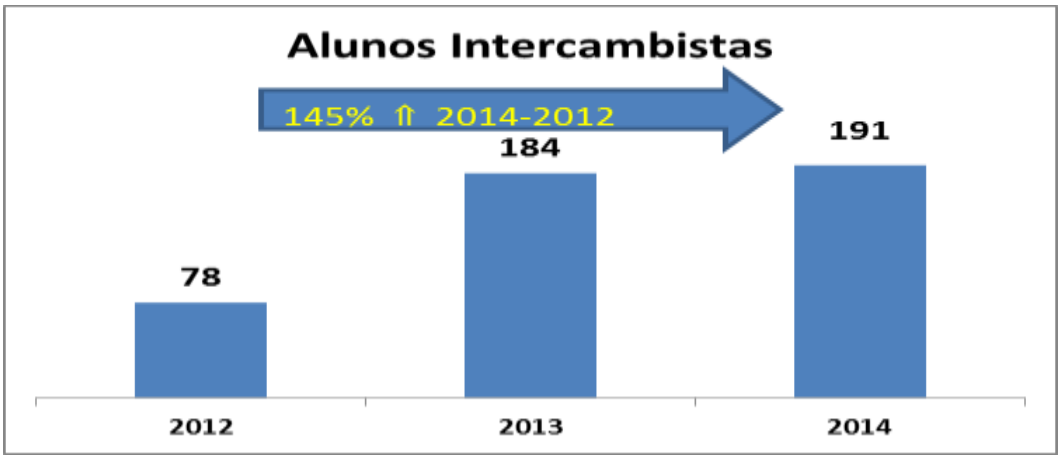



**Figura 12** – Número de alunos da UFPI participantes de intercâmbio pelo Programa Ciência sem Fronteiras, 2012-2014.

### 3.4.7 Infraestrutura física

No Capítulo 7 há o demonstrativo da área geral construída da UFPI, por Campi, antes e durante a vigência do PDI 2010-2014, evidenciando a grande expansão da infraestrutura física da Instituição, na última década. No início do último quinquênio (2010) a área total edificada era 9.209,96 m². Em julho de 2014 a PREUNI contabilizou a área edificada em 90.508,00 m², com uma ampliação de mais de 900%. Todos os Campi cresceram em áreas edificadas, como se pode visualizar no Capítulo 7, item 7.1.

Esta expansão se deu tanto em termos de unidades administrativas, quanto em relação as salas de aula, laboratórios, outros cenários de prática. Merece destaque a construção do Cine Teatro, inaugurado em 28.09.2010, que é um espaço adequado para conferências, exibição de filmes, peças de teatro e apresentações culturais, sobretudo as que envolvem um grande número de componentes, como O Coral da UFPI, a Orquestra de cordas de UFPI e os Grupos de Dança vinculados a CACC/PREX.

### 3.4.8 Gestão administrativa, de comunicação e TICs

Neste quinquênio ocorreu uma restruturação da PRAD que possibilitou a ampliação tanto da estrutura física como da logística dos serviços daquela Pró-Reitoria, permitindo a melhoria substancial da gestão administrativa.

Também foi criada a Superintendência de Recursos Humanos em substituição à Diretoria de Recursos Humanos, em 2013, a fim de melhor coordenar as ações das unidades administrativas relacionadas às políticas e ações de gestão de pessoal na UFPI.

No mesmo ano foi criada a Superintendência de Comunicação Social que englobou, em sua estrutura, a Gráfica Universitária, a Editora, a Coordenadoria de Comunicação, a Rádio FM Universitária e com a atribuição de implantar a TV Universitária.

Neste quinquênio também ocorreu a reorganização do órgão de tecnologia de informação, o NTI, o qual é responsável por gerir, planejar, executar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas à área de Tecnologia da Informação, além de coordenar o levantamento periódico das necessidades da UFPI, visando aprimorar os serviços prestados.

## 3.5 A estruturação do PDI 2015-2019

Considerando-se as normas vigentes, este PDI, para o quinquênio 2015-2019, obedece aos eixos temáticos especificados a legislação do Ministério da Educação, especificamente: Lei 9.394/96; Lei 10.861/2004; Decreto 5773/2006, com suas alterações subsequentes, Portaria normativa 40/2007 com a consolidação ocorrida em 2010.

Considerando-se a aprovação do novo Instrumento de Avaliação Institucional, contemplando as dez dimensões do SINAES, este PDI foi estruturado em Capítulos abordando os cinco eixos atualmente preconizados nos Instrumentos de avaliação externa e de autoavaliação do INEP: Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional; Eixo 3 – Políticas Acadêmicas voltadas para o ensino, pesquisa e extensão; Eixo 4 – Políticas de Gestão, envolvendo gestão de pessoal e organizacional e Eixo 5 – Infraestrutura.

O atual PDI integra também o Projeto Pedagógico institucional (PPI), o qual compõe o Capítulo 4, em observância ao Artigo 16 do Decreto 5773/2006.

### 3.6 A responsabilidade social da UFPI

Para falar da responsabilidade social de uma IES leva-se em consideração o conjunto de suas ações (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável. Nesse sentido, deverão ser levados em consideração as ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos com e para a comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura e a inovação social.

Entendendo "responsabilidade social" como um conjunto de iniciativas estratégicas que pensem e afirmem o indivíduo, a comunidade e a sociedade, na sua dimensão emancipatória e cidadã,, a UFPI explicita a sua responsabilidade social ao perceber o ser humano além da sua individualidade, como um integrante do corpo da sociedade e, sobretudo, ao cumprir os seus deveres e obrigações para com a esta sociedade.

Neste último quinquênio, a Universidade intensificou as suas ações direcionadas ao eixo "ensino", através da ampliação de cursos, vagas e disponibilização de cotas em consonância com a Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas, por curso e turno, a alunos oriundos do ensino médio da rede pública. No ensino técnico, parte deste contingente é destinada aos que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas.

Atendendo ao chamado governamental por meio do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), a UFPI vem contribuído para a qualificação dos docentes que militam na educação básica, visando a melhoria da qualidade e dos indicadores de alfabetização e letramento.

No que tange ao ensino de pós-graduação, é responsável pela formação de mais de 95% dos mestres e doutores titulados no Estado, objetivando a qualificação de profissionais para o ensino, a pesquisa e o mercado de trabalho, visando o desenvolvimento econômico e social do Estado e da Região.

Por meio das ações de extensão permite a melhoria da qualidade de vida de um público de aproximadamente 30 mil pessoas, por meio de seus grupos de dança, teatro, escola de música, coral e outras ações socioculturais.

Através da política de pesquisa, produção artística, cultural e inovação tecnológica, a Universidade busca encontrar soluções para minimização as assimetrias que marginalizam grupos sociais.

Por meio de seus Programas de Pós-Graduação em: Arqueologia, Antropologia, Artes, Patrimônio e Museologia, História, Geografia, Letras, e de seus Cursos de graduação em Música, Artes Visuais, História, Letras, Turismo e outros, fortalece as ações direcionadas à preservação do

patrimônio cultural. As questões ambientais são estudadas e cotejadas no campo das engenharias e também no PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

As ações voltadas para o atendimento aos discentes estão claramente explicitadas no Capítulo 1 (item 1.4.2.7) e 3 (item 3.3.5), as quais também incluem apoio específico a PNEs. Direcionado a este público, a UFPI aprovou projeto do Núcleo de Acessibilidade, que será instalado neste novo quinquênio e também criou o curso de Letras-Libras que formará pessoal qualificado para atendimento a pessoas com deficiências, sobretudo, a auditiva.

Outra forma de efetivar a sua responsabilidade social é através dos serviços prestados à comunidade, sobretudo na área de saúde, por meio do HU, que atende pacientes em mais de 30 especialidades médicas, cujo detalhamento está no Capítulo 1 (item 1.8.1), pela Clínica de Odontologia, Farmácia-Escola, Hospital Veterinário e outros serviços do Campus sede, e também em diversos setores nos Campi fora de sede.

Assim, por intermédio de um conjunto de ações, nas distintas áreas, esta IES vem cumprindo a sul missão de "propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional" **(**PDI/2010-2014, p.28).

## 3.7 Controle social

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o controle social passou a ser uma prática que, gradativamente, vem sendo adotada pela sociedade brasileira, em todos os setores. Entende-se por controle social a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública, na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados. Essa prática, desenvolvida em vários níveis, procura fortalecer, de modo geral, a participação do cidadão em todas as áreas sob a tutela do Estado, como por exemplo, o orçamento participativo ou os conselhos municipais de saúde.

Inúmeras áreas de atuação da UFPI têm experimentado, com sucesso, a participação da sociedade, de maneira efetiva, com possibilidade de contar não somente com a opinião da população, mas também com interferências positivas desta em suas ações. Podem-se citar, como exemplos:

- O Conselho Universitário, que é o órgão máximo da Instituição em matéria deliberativa e consultiva, o qual possui três representantes da sociedade civil, cada um integrante de um dos segmentos: comercial, profissional liberal e cultural;

- O Conselho Diretor da FUFPI, que é o administrador da fundação Universidade Federal do Piauí, autarquia federal encarregada de manter a UFPI, do qual também fazem parte dois membros de livre escolha do Presidente da República e três representantes da sociedade piauiense, sendo um indicado pelo governo do Estado, outro pela Sociedade Piauiense de Cultura e outro pela Fundação Educacional de Parnaíba, todos nomeados pelo Presidente da República.
- A Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão encarregado de realizar a autoavaliação institucional, anualmente e produzir um relatório contendo as impressões da comunidade interna sobre o funcionamento da universidade. Nesta comissão há um representante da sociedade civil que contribui para que haja fidedignidade em suas ações.

A UFPI entende que um passo inicial para a prática do controle social consiste em possibilitar à sociedade conhecer as atividades que realiza, seu nível de abrangência e relevância e os resultados obtidos. Entende-se, portanto, a visibilidade pública como fundamental na prática do controle social. O pressuposto considerado pela Instituição é o de que tudo aquilo que se passa intramuros é de interesse da sociedade e, por isso, deve ser compartilhado socialmente, para dar sentido à missão e aos valores por ela defendidos.

Nesse sentido, tem sido intensificadas ações direcionadas à visibilidade pública de sua atuação, por meio do site institucional (www.ufpi.edu.br), onde há o "portal transparência", local estão disponibilidades os Atos e SPDs (Solicitações de Passagens e Diárias); os Boletins de Serviço; as Licitações; os Editais; os certificados de Auditoria com o resultado dos exames realizados pela CGU acerca do processo anual de contas; Estatutos, Regimentos e Resoluções; e a relação do pessoal terceirizado.

Ainda no que concerne ao controle social, a Universidade conta com a Ouvidoria e o Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC). Além disso, há a Unidade de Auditoria Interna que, apesar de vinculada administrativamente ao Conselho de Administração da UFPI, é sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, através da Secretaria Federal de Controle vinculada à Controladoria Geral da União, presta apoio às unidades da UFPI, visando proporcionar qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados, quanto à comprovação da legalidade, eficiência e eficácia da gestão

A Ouvidoria, implantada em 2009, com a finalidade de ser um canal de interlocução entre a administração da Universidade, a comunidade universitária e a sociedade, visando a prevenção e a solução de problemas, por meio do entendimento.

O Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) é mais recente, tendo sido implantado em 2012 e está integrado às ações do Governo Federal, pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Esta lei estabelece que a informação sob guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela

ser restringido apenas em casos específicos. Isto significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado, em nome da sociedade, é um bem público. O acesso a estes dados (que compõem documentos, arquivos e estatísticas) constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia, ao fortalecer a capacidade dos indivíduos de participarem de modo efetivo da tomada de decisões que os afeta.

## CAPÍTULO 4 - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

De acordo com o "Instrumento de Avaliação Institucional Externa das Instituições de Educação Superior", editado pelo INEP em de 2005, reeditado em outubro de 2008, "o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos".

O PPI deverá conter, pois, as diretrizes pedagógicas que orientam as ações da IES e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve e que pretende desenvolver.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), em seu artigo 12, inciso I, prevê que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica", deixando explícita a ideia de que espaços de formação escolar ou acadêmico não podem prescindir da reflexão sobre a intencionalidade educativa.

Segundo o documento intitulado "Concepção de Projeto Pedagógico Institucional (PPI), de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e de Currículo, elaborado pela CONAES, o PPI deve explicitar uma visão de mundo contemporâneo e do papel da educação superior diante da nova conjuntura globalizada e tecnológica, ao mesmo tempo em que deve expressar, de forma abrangente, o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio das suas atribuições vinculadas ao ensino, pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável (MEC/CONAES, 2005).

Traduz-se numa projeção dos valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, e que deve delinear o horizonte de longo prazo. Deve articular os aspectos da construção do conhecimento e o exercício da prática tecnocientífica com o espectro de valores humanísticos, de forma que sua dinâmica e realização se configurem a partir do entendimento de que a ciência e a técnica são as formas mais consistentes de inserção na realidade, de ação e interação do homem com o mundo.

Nesse documento devem constar, entre outros, o histórico da instituição; seus mecanismos de inserção regional; sua missão; âmbitos de atuação; princípios filosóficos gerais; as políticas de gestão, de ensino, de pesquisa, quando for o caso, de extensão; perfil humano, perfil profissional;

concepções de processos de ensino e de aprendizagem, de currículo, de avaliação de ensino e de planejamento e os diversos programas.

De acordo com as especificações regulamentares, os documentos básicos recomendados para a elaboração do PPI, são: Lei nº 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Decreto nº 5773/2006; o Plano Nacional de Educação; as Diretrizes Curriculares Nacionais de formação específica, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); e as demais normas legais aplicáveis, como Pareceres e Resoluções do CNE, Resoluções, Portarias Normativas e Notas Técnicas do INEP.

A partir da reflexão de que o conhecimento deve ser construído através do questionamento sistemático e crítico da realidade, associado à intervenção inovadora dessa mesma realidade, a UFPI busca, em consonância com a política educacional vigente no País, pontuar, em linhas gerais, os elementos fundamentais para a sua prática institucional.

As orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais conferem aos cursos ampla autonomia na elaboração de seus projetos e evidenciam a intenção de garantir a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das Instituições de Educação Superior na elaboração de suas propostas curriculares. Neste contexto, está em jogo a formação da competência humana, vista na construção de novos paradigmas para a cidadania. Portanto, a formação acadêmica pleiteada e vivenciada na UFPI, deve ultrapassar o tradicional espaço da sala de aula para articular-se com diferentes dimensões da realidade, instaurando, assim, novos papéis para atores do processo de formação acadêmica.

O presente PPI, enquanto parte estrutural do PDI (2015-2019) reafirma a missão, a finalidade, os objetivos, as ações, a filosofia educativa e formativa que orientam as atividades acadêmicas da UFPI.

### 4.1 Inserção regional

A UFPI é a única instituição de educação superior de organização administrativa federal, caracterizada como “universidade” no Estado do Piauí. Ressalte-se que o Estado do Piauí é o terceiro do Nordeste em extensão e detém uma área territorial de 251.529 km². Está subdividido em qutro mesorregiões e 15 (quinze) microrregiões homogêneas, abrangendo um total de 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios e uma população da ordem de 3.194.718 habitantes.

Considerando-a como instância maior de produção e difusão do conhecimento, o Estado do Piauí tem a sua Universidade Federal como referência e lhe confere reconhecimento e prestígio

pelos relevantes serviços prestados na formação de recursos humanos e geração de conhecimentos e tecnologias voltadas ao seu desenvolvimento.

Como detentor de grande área geográfica, o Estado do Piauí tem a sua economia baseada no setor de serviços, na indústria (sobretudo a química, têxtil, de bebidas) e na agropecuária. O setor terciário é responsável por quase 70% da formação de renda do Estado e os setores primário e secundário, embora minoritários na formação da renda total, absorvem parcelas significativas da mão-de-obra formada. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,656, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

A cidade de Teresina, onde está instalado o Campus sede da UFPI, situa-se na região centro-norte do Estado do Piauí e é conhecida como a "capital do sol e da luz" e ainda como "cidade verde", "cidade menina", sendo uma das primeiras cidades planejadas do Brasil. Seu IDH (0,751) é considerado alto pelo Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2010).

Teresina possui 840.600 habitantes (conforme o IBGE/2014) somente na capital e se aproxima de hum milhão e duzentos mil habitantes ao se considerar o seu entorno, ou seja, a "região metropolitana de Teresina ou região integrada da grande Teresina", que congrega 13 municípios, sendo 12 do Estado do Piauí, que são: Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Teresina e União e mais um do Estado do Maranhão: Timon, sendo o último separado de Teresina apenas pelo Rio Parnaíba.

Dentre os serviços que compõem a economia piauiense ressaltam-se os direcionados para a área da saúde, pelo fato de Teresina possuir uma ampla rede de prestação de serviços de saúde, constituída por diversos hospitais, clínicas, policlínicas, unidades mistas, centros e postos de saúde, além de laboratórios de análises clínicas e estabelecimentos farmacêuticos, vinculados ao Estado, ao Município e à iniciativa privada, o que a torna um importante centro de atendimento em saúde, nas mais diversas áreas. Por essas características, aliadas à sua localização geográfica, Teresina recebe pessoas vindas de diversos Estados, sobreturdo do Norte e Nordeste em busca de serviços de saúde, sendo que o público advindo de fora do estado chega a representar 40% do atendimento médico dos seus hospitais.

Os serviços de saúde da capital, têm como referência o ensino ministrado pela UFPI, através de seu curso de graduação em Medicina, que está entre os bem conceituados do país, e de outros cursos da área, como Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Odontologia, os quais contribuem para Teresina tornar-se um "importante centro médico do Nordeste" e o "maior da Região Meio Norte".

No âmbito do setor agropecuário, ressaltam-se as atividades de produção vegetal (grãos, fruticultura, exploração de carnaúba e cana de açucar) e animal (caprino-ovinocultura, suinocultura,

bovinocultura e avicultura) que formam a vocação original do Estado. No extrativismo mineral, sobressai-se o níquel (segunda maior reserva nacional) mármore, amianto, ardósia, talco, entre outos.

Informações sobre as cidades que sediam os Campi fora de sede estão contidas no Capítulo 1 (item 1.7).

Com 43 anos de fundação, a UFPI ocupa lugar de destaque no cenário piauiense e desempenha com afinco as funções de promotora do conhecimento para alavancar o crescimento do Estado, admitindo a sua responsabilidade social como universidade pública, investida na tarefa de contribuir para a promoção do desenvolvimento da região e transformação da realidade social.

Situado na Região Meio Norte do Brasil, a UFPI utiliza como palco e como exemplo para projetar e desenvolver seu trabalho, a oferta de cursos de graduação, programas de pós-graduação, cursos técnicos profissionalizantes e atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de extensão e, assim, atingir o objetivo de formar profissionais cidadãos.

Este PPI é, portanto, o documento-chave para o estabelecimento dos rumos da UFPI, sendo, simultaneamente, indutor e parte constituinte e indissociável do PDI, bem como, o continente das ideias, da criatividade, da intuição, da inteligência, da experiência, do capital humano, do capital de conhecimento, da visão de futuro que a IES pretende cultivar para estabelecer seu Planejamento Estratégico, de modo a perseguir seu próprio crescimento.

## 4.2 Áreas de atuação acadêmica

As áreas de atuação acadêmica da UFPI, segundo o formato de suas Unidades de Ensino são: ciências humanas e letras, ciências da saúde, ciências da educação, ciências da natureza, ciências agrárias e tecnologias. Estas grandes áreas se subdividem em outras, segundo a classificação do CNPq, que é adotada pela CAPES (pós-graduação) e da OCDE, que é usada pelo INEP (graduação), conforme detalhamento no Quadro 47.

**Quadro 47** - Áreas de Atuação da UFPI segundo o CNPq e OCDE

| **Áreas dos Cursos e Programas da UFPI** | **Enquadramento dos Cursos nas Grandes Áreas** | |
|---|---|---|
| | **Segundo o CNPq** | **Segundo a OCDE** |
| Ciências da Natureza | Ciências Exatas e da Terra (cód. Inicial 1)<br>Ciências Biológicas (cód. inicial 2)<br>Ciências Humanas (cód. inicial 7) | Ciências Matemática e Computação (cód. inicial 4)<br>Engenharia, produção e construção (cód. inicial 5) |
| | | |

| | | |
|---|---|---|
| Ciências da Educação | Linguística, Letras e Artes (cód. inicial 8)<br>Ciências Sociais Aplicadas (cód. inicial 6)<br>Ciências Humanas (cód. Inicial 7)<br>Outros (cód. inicial 9) | Educação (cód. Inicial 1)<br>Humanidades e Artes (cód. inicial 2)<br>Ciências Sociais, Negócios e Direito (cód. inicial 3) |
| | | |
| Saúde | Ciências da Saúde (cód. inicial 4) | Saúde e Bem Estar Social (cód. inicial 7)<br>Serviços (cód. inicial 8) |
| | | |
| Ciências Humanas e Letras | Ciências Humanas (cód. Inicial 7)<br>Ciências Sociais Aplicadas (cód. inicial 6)<br>Linguística, Letras e Artes | Humanidades e Artes (cód. inicial 2)<br>Ciências Sociais, Negócios e Direito (cód. inicial 3)<br>Saúde e Bem Estar Social (cód. inicial 7) |
| | | |
| Ciências Agrárias | Ciências Agrárias (cód. inicial 5) | Agricultura e Veterinária (cód. inicial 2) |
| | | |
| Tecnologia | Engenharias (cód. inicial 3)<br>Ciências Sociais Aplicadas (cód. inicial 6)<br>Outros (cód. inicial 9) | Engenharia, produção e construção (cód. inicial 5) |

Fonte: CNPq e OCDE

## 4.3 Ensino de Graduação

A proposta da UFPI para o ensino, como maior interface institucional com a sociedade, coaduna-se nos objetivos estratégicos da UNESCO, sintetizados em "Educação para Todos", de 2013.

Os efeitos positivos da educação no ganho individual e no crescimento nacional são amplamente documentados. A educação é á única forma de oferta de oportunizar a todos a realização de seus talentos, independentemente de suas origens. A educação pode empoderar os grupos vulneráveis, incluindo aqueles em desvantagem devido ao seu sexo, riqueza, etnia ou língua e ajudá-los a compartilhar os benefícios de resultados positivos do desenvolvimento.

Não há como se pensar em educação superior de qualidade se sua ação não serve para colaborar com a solução dos problemas da sociedade, que deve ser mais justa e equitativa. A ação educacional deve estar sempre orientada em favor do desenvolvimento sustentável, da construção e manutenção da paz, da eliminação da pobreza e da exclusão (UNESCO, 2014).

Embasada nesta consciência de universidade cidadã e sustentável, a UFPI, em concordância om o artigo 26 do seu Estatuto, oferta cursos de graduação que habilitam à obtenção de grau respectivo e são abertos aos candidatos que tenham sido classificados em processo seletivo.

A exemplo do que foi projetado para o quinquênio anterior, a UFPI continuará envidando esforços no sentido de promover a melhoria quali-quantitativa do ensino de graduação, em busca da

excelência. Deste modo os desafios institucionais são: otimizar a ocupação das vagas, reduzir a taxa de evasão e, com isto, melhorar a taxa de sucesso de ensino de graduação, para que a Universidade possa se consolidar entre as melhores instituições de educação superior do País.

Quanto às modalidades de cursos de graduação, a UFPI optou por não trabalhar com cursos sequenciais, os quais são ofertados, no âmbito do Estado do Piauí, pela Universidade Estadual (UESPI); e com cursos superiores de tecnologia, os quais são ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Assim, a prioridade da UFPI, no contexto da graduação, são os graus de bacharelado e licenciatura. No Quadro 2, Capítulo 1, está a relação dos Cursos de graduação em atividade, por unidade de Ensino, com as especificações sobre os documentos regulatórios.

O objetivo maior da UFPI para este quinquênio (2015-2019), é consolidar-se entre as melhores instituições de educação superior do País, sendo referência nacional em ensino de graduação no Brasil.

Metas para o alcance deste macro objetivo:

❶ Elevação de 22% do número de alunos matriculados até 2019 em cursos de graduação presencial e a distância, ampliando a oferta de vagas através de novos cursos de graduação.

❷ Redução da taxa de evasão em 15% e aumento da taxa de sucesso na mesma proporção.

❸ Elevação da qualidade dos cursos de graduação e do desempenho do alunado no ENADE, para atingir o IGC 4.

São estratégias para a o alcance da meta ❶: elevação de 22% do número de alunos matriculados, até 2019, em cursos de graduação (presencial e a distância) ampliando a oferta de vagas através de novos cursos de graduação.

Situação atual: a UFPI possui 20.613 alunos matriculados no ensino presencial e 8.336 alunos matriculados no ensino a distância, perfazendo um total de 28.949 alunos matriculados. A meta é que se chegue em 2019 com mais de 35 mil alunos matriculados, por intermédio de um conjunto de ações, dentre elas:

- Criação do Campus Universitário de Oeiras, com 4 cursos;
- Criação do Campus Universitário de Esperantina, com 4 cursos;
- Consolidação e divulgação de um *check list* padrão com identificação de prazos e procedimentos para a criação de novos Cursos nas Unidades de Ensino.

Vale ressaltar que no início da vigência do PDI passado (2010), 37% dos alunos matriculados estavam em Campus fora da Sede. Ao término da vigência (agora em 2014), há 42% de discentes nos Campi fora da sede. Pretende-se dar continuar a interiorização que ocorreu no PDI anterior, com o objetivo de aproximar a equivalência entre alunos na sede e fora da sede. Além

disso, objetiva-se a expansão da educação a distancia, que é realizada em municípios distribuídos por todo o Estado (Figura 1, Capítulo 1), o que permite o atendimento ao cidadão que não pode deslocar-se de seu município para graduar-se em nível de educação superior.

A educação a distância, atualmente está presente em 33 municípios diferentes. Assim, vislumbra-se implantar polos de apoio presencial em 43 municípios, até o final do PDI/2015-2019, ampliando a abrangência da atuação da UFPI no Estado.

Para este quinquênio, há expectativa de criação de mais 30 novos cursos regulares no ensino presencial e mais 3 na modalidade a distância. Portanto, planeja-se um crescimento de 27% no número de cursos regulares de graduação até o final de 2019. O detalhamento das políticas para o ensino de graduação neste quinquênio está apresentado no Quadro 48, do Capítulo 5.

Os processos de criação dos cursos de graduação são instituídos com base em projeto oriundo de cada Unidade de Ensino/Campus interessada e já aprovado, em primeira instância, pelo respectivo Conselho, com os seguintes requisitos mínimos: a) comprovação de viabilidade, sob os aspectos de: capacidade de absorção dos futuros profissionais pelo mercado de trabalho; disponibilidade de recursos materiais e humanos para sua manutenção; compatibilidade dos objetivos do curso com a política nacional de educação e com a política específica da Universidade; adequação aos interesses da comunidade; b) plano curricular; c) pertinência no contexto das demais atividades da Unidade proponente e da Universidade (Artigos 60 do Regimento Geral da UFPI).

A coordenação geral dos cursos de graduação é feita, em plano executivo, pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação e, em plano deliberativo, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, diretamente ou por intermédio da Câmara de Ensino de Graduação; porém, a coordenação didático-científica dos estudos de graduação é realizada, em plano deliberativo, pelos Colegiados de Curso (Artigos 61 e 62 do Regimento Geral da UFPI).

Por conta de suas peculiaridades, a UFPI tem trabalhado, no âmbito do ensino de graduação, com as modalidades bacharelado e licenciatura, presencial e a distância, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Tais cursos obedecem aos ditames das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), editadas pelo Conselho Nacional de Educação, com o intuito de conferir maior autonomia às IES na definição dos currículos de seus cursos, a partir da explicitação das competências e as habilidades que se deseja desenvolver, através da organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade.

No último quinquênio, ocorreu um aumento substancial do número de cursos de graduação presencial, a distância e técnico-profissionalizante. Em 2010 eram 122 cursos e, atualmente, são 139 (Figura 13), com 20.626 alunos matriculados.

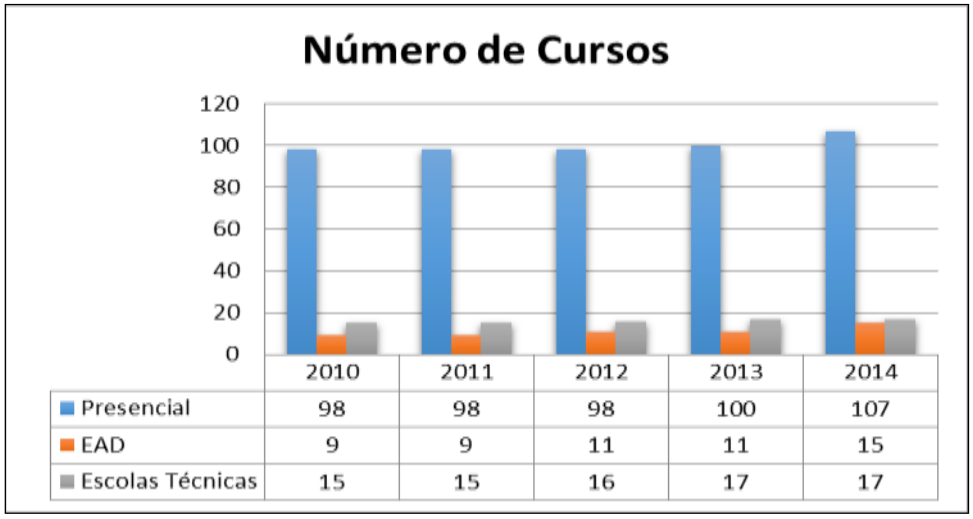



**Figura 13** – Cursos de graduação regulares, na vigência do PDI 2010-2014

Com relação às matrículas, houve evolução em todas as modalidades de ensino, tanto no ensino presencial quanto no ensino a distância e no ensino técnico-profissionalizante, conforme Figura 14.

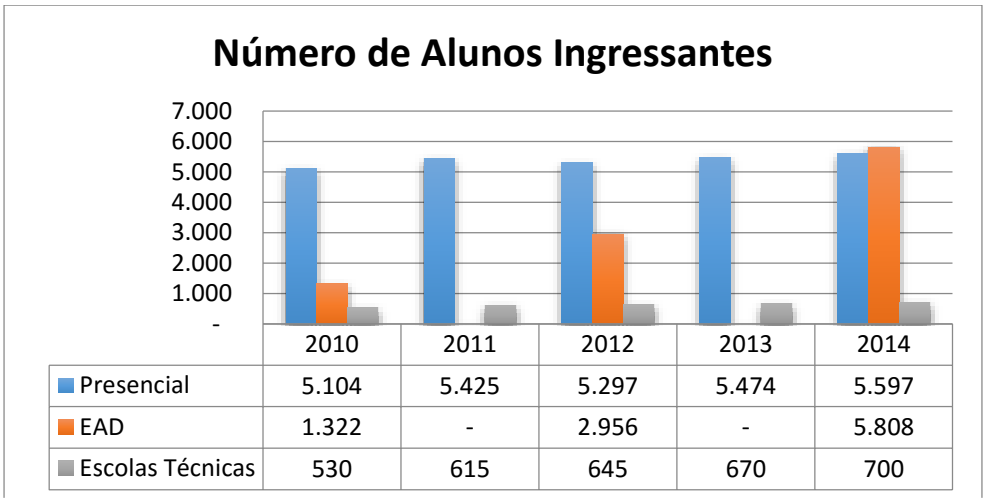



**Figura 14** – Ingressantes no ensino de graduação da UFPI, na vigência do PDI 2010-2014

Quanto aos alunos concludentes houve também um aumento considerável no período de 2010 a 2014 tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade a distância, conforme mostra a Figura 15.

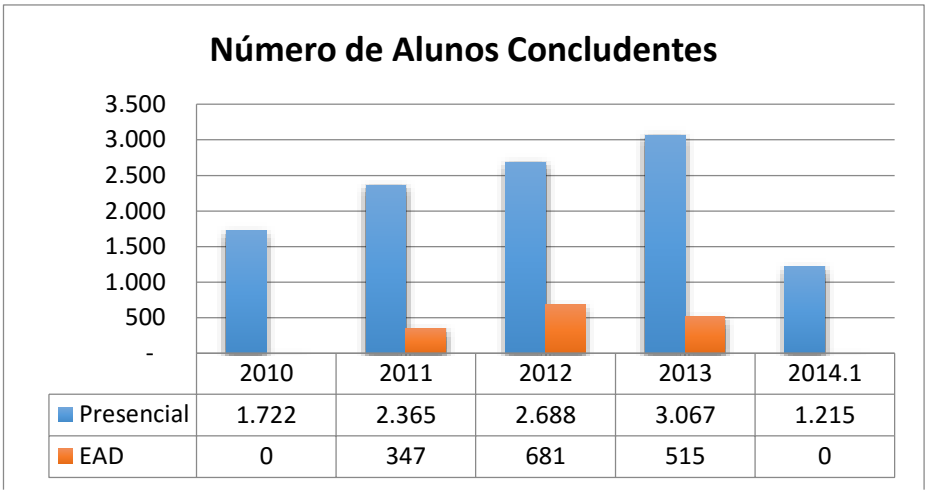



**Figura 15** – Concluintes no ensino de graduação da UFPI, na vigência do PDI/ 2010-2014

Entretanto, algumas das estratégias de ações previstas para o período 2010-2014 não foram alcançadas em sua plenitude quais sejam: criação de um sistema de diligência de informações e o fortalecimento das coordenações de cursos.

Outro ponto a ser ressaltado, quanto ao cumprimento do PDI do quinquênio foram o quantitativo de novos cursos aprovados e em funcionamento e dos que estão em processo de criação. Dentre os cursos aprovados e em funcionamento destaca-se a criação do Curso de Medicina no Campus Ministro Reis Velloso, a criação do curso de Letras/Libras no Campus Ministro Petrônio Portella, a oferta de 04 (quatro) cursos de Licenciatura do Campo, sendo 1 (um) no CCE/CMPP, 1(um) no CAFS, 1 (um) no CPCE e outro no CSHNB, criação do Curso de Ciência Política no CCHL/CMPP e o Curso de Ciências dos Materiais no CCN. Além da criação de dois novos polos de EAD e 4 (quatro) novos cursos: Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Ciências da Natureza, Licenciatura em História e Licenciatura em Computação.

Encontram-se programados para criação: 1) no CPCE, os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Computação, Matemática, Química, Física, Artes Visuais. Para o Campus Amílcar Ferreira Sobral Bacharelado em Ciências Contábeis, Odontologia, Biomedicina e Licenciatura em Filosofia; 2) no CSHNB o curso de Bacharelado em Medicina; e no CMPP, os Bacharelados em Zootecnia, Engenharia de Alimentos e as Licenciaturas em Letras/Libras e Teatro para o PARFOR.

### 4.3.1 Princípios Filosóficos e Metodológicos

Em sua fundamentação, o PPI da UFPI expressa uma visão de mundo e da educação superior, ao mesmo tempo em que explicita o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos

local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na busca da articulação entre o real e o desejável.

Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, delineador do horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão. Fundamentada nestes pressupostos, a UFPI formulou seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), integrado ao PDI/2015-2019, definindo sua finalidade como IES e assumindo o papel que lhe cabe no desenvolvimento regional sustentável.

Na atualidade da educação superior brasileira, a formulação de um PPI se traduz em tarefa de alto grau de complexidade, considerando-se a pretensão de:

a) pensar global para agir localmente;

b) proporcionar um sólido arcabouço de conhecimentos básicos e tecnológicos, articulados a valores humanísticos e às relações interpessoais;

c) desenvolver os preceitos do empreendedorismo, visando o crescimento individual voltado ao desenvolvimento coletivo;

d) estabelecer o critério da constante atualização tanto para atender as necessidades já postas pela sociedade, como para antever e fazer propostas tendo em vista as necessidades profissionais que advirão.

Assim, na concepção do PPI da UFPI estão presentes elementos que evidenciam a condução do estudante no aprender, prevendo a formação de um profissional construtor do conhecimento ao longo de sua vida profissional por ser capaz de entender e buscar a formação continuada; capacidade de empreender a partir de vivências que a educação superior proporciona; propriedade para atuar em equipes multidisciplinares indispensáveis para interferir no desenvolvimento de uma região; entendimento da necessidade das experiências, dos contatos com estudantes, professores e profissionais de outras regiões do país e do mundo.

Assim, além da missão, valores e eixos norteadores do desenvolvimento institucional, apresentados anteriormente, a UFPI adota como complementares à sua política de ensino, os seguintes princípios que reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública:

**a) Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana,** levando em consideração os pressupostos axiológicos-éticos, a dimensão sócio-política a dimensão sociocultural, a dimensão técnico-científica e técnico-profissional;

**b) Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente e às diferenças,** por meio da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar

as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.

**c) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão,** pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e, da pesquisa como atitude cotidiana,

**d) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão,** Em atendimento às demandas da sociedade contemporânea, a UFPI entende que há necessidade de uma formação que articule, com a máxima organicidade, a competência científica e técnica, considerando-se que só se adquire competência científica se cada curso de graduação conseguir trabalhar no sentido de que os alunos consolidem conhecimentos a partir de fundamentos que sustentam a parte científica pertinente a cada área do conhecimento. É na base destes fundamentos que se pode construir o "aprender a aprender", condição essencial para o exercício profissional.

A real articulação entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e, da pesquisa como atitude cotidiana, como principio cientifico e educativo, deve estar presente na própria concepção de prática educativa prevista na organização do PPC. A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão), estabelecida pelo Projeto Pedagógico de cada curso, irá oferecer uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenhar um novo contexto para o processo de ensino/aprendizagem.

A utilização de pesquisa nas experiências de ensino/aprendizagem é perfeitamente viável, na medida em que, associado à pesquisa, o ensino constitui-se numa forma das mais inovadoras de estabelecimento da relação entre a teoria e a prática profissional, pois retira o estudante da posição de receptor do conhecimento e contribui para a formação de atitudes investigativas, do pensamento crítico e da construção do conhecimento e da autonomia.

A adoção de práticas de ensino que congreguem atividades de extensão reforça o processo de ensino e de aprendizagem, desde que haja participação direta dos estudantes na sua concepção, realização e avaliação. Isso se justifica na medida em que a extensão, entendida como uma forma de articulação entre os saberes construídos na universidade e as demandas da comunidade, preferencialmente voltada para o apoio solidário na resolução de problemas sociais, de forma solidária e dando voz aos grupos excluídos e discriminados, oportuniza aprendizagens fundamentais aos futuros profissionais, destacando-se o compromisso ético, político e social;

**e) Interdisciplinaridade e multireferencialidade,** A complexidade do fenômeno

educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem integrada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, ela deve ser compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea.

A diversidade de componentes curriculares assume então a característica de viabilizar não apenas o projeto pedagógico específico do curso, mas também sua dimensão ética, valor fundamental na construção da autonomia do aluno capaz de saber pensar de modo sistemático e flexível; ela implica, portanto, em rever, quando da construção do Projeto Pedagógico de cada curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares.

A multireferencialidade, também, pode compor as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico;

**f) Uso de tecnologias de comunicação e informação -** objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Cabem as discussões sobre mídia, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior.

As mediações e as proposições hipertextuais emergentes de ensino/aprendizagem no AVA (ambiente virtual de aprendizagem), assim como, sua dinâmica de acompanhamento, sistematização e avaliação são, também, pertinentes a este eixo;

**g) Avaliação,** incluem-se as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem que ultrapassem a concepção quantitativa e classificatória de avaliação. Assim como, a tomada de decisão planejada e alinhada com as mudanças que afetam a formação profissional. Cabem os relatos de atividades que compreendam a avaliação como um valor, um dispositivo formativo;

**h) Articulação entre teoria e prática,** A articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. Assim o aluno sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da construção desse conhecimento. Sabe-se que, toda e qualquer prática implica uma ação reflexiva, uma atividade de atuação consciente em que se delimitam planos de ação visando a determinados resultados.

Deste modo, a prática constitui uma das dimensões para a construção de conhecimentos, um exercício através do qual o aluno poderá teorizar e analisar sob a orientação de princípios teóricos e metodológicos o objeto de estudo.

É necessário superar a concepção de que a prática se limita ao estágio, que se restringe ao espaço das práticas profissionais previstas para uma determinada área. É necessário que o Projeto Pedagógico de cada curso adote, como respaldo primeiro, o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da universidade a fim de que o educando alcance uma autonomia intelectual.

Assim, a formação acadêmica, em sentido lato, deve se preocupar com o desenvolvimento integral do ser humano de modo a garantir sua inclusão na sociedade por meio do exercício da cidadania. Isso significa conceber um Projeto em permanente construção para propiciar o desenvolvimento de ações planejadas que dêem vida ao fazer pedagógico no âmbito de cada curso de graduação;

**i) Flexibilização curricular,** A partir da realidade da UFPI, o Projeto Pedagógico de cada curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

A flexibilização curricular não se esgota na ampliação da oferta de disciplinas eletivas e nem se reduz ao aumento ou redução de carga horária de disciplinas ou de cursos, nem tampouco se limita à inclusão de atividades complementares; ela se estende e se insere em toda a estruturação curricular, permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Ela exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do PPC, que deverá prever o apoio às iniciativas que promovam a interface entre as diversas áreas do conhecimento, buscando aproximar experiências e sujeitos oriundos dos diversos espaços intra e interinstitucionais.

Dentro desse espírito é louvável a criação de espaços interdisciplinares denominados “Projetos Integradores” que podem ser incorporados aos PPCs e que tendem a ser componentes curriculares obrigatórios a todos os cursos de graduação, em consonância com as diretrizes curriculares vigentes.

A flexibilização curricular pressupõe, sobretudo, a revisão criteriosa da necessidade ou não de pré-requisitos em cada estruturação curricular, considerando a possibilidade de o aluno organizar o seu currículo com maior autonomia, de o aluno buscar a própria direção de seu processo formativo. Essa flexibilização poderá ser operacionalizada em diferentes níveis, por meio do (a):

- ✓ arejamento do currículo;

- ✓ respeito à individualidade no percurso de formação;
- ✓ utilização da modalidade do ensino à distância;
- ✓ incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação;
- ✓ adoção de formas diferenciadas de organização curricular;
- ✓ flexibilização das ações didático-pedagógicas;
- ✓ programa de mobilidade ou intercâmbio estudantil.

### 4.3.2 Organização Didático-Pedagógica

Como IFES orientada pelas normas emanadas do Ministério da Educação a UFPI adota um modelo de gestão baseado em decisões colegiadas e organiza seus cursos de graduação em regime de créditos, mesmo que, em alguns casos, seja organizado no formato seriado semestral (ou bloco), com atividades presenciais, semipresenciais e a distância.

Os cursos de graduação são sustentados em uma proposta que envolve a justificativa de sua implantação, histórico e relato institucional, bem como, o perfil profissional que é projetado. Os currículos dos cursos são discutidos em nível de Colegiados das Unidades acadêmicas e também nos Conselhos Superiores da Universidade, enfatizando uma dimensão mais universal com um componente mais propriamente profissionalizante.

Também são explicitados os recursos e mecanismos que permitem a adoção de atividades inter e multidisciplinares, tendo em vista que eles devem ser compostos a partir de política curricular institucional, consubstanciada no princípio da flexibilização curricular.

A preocupação com uma formação sempre mais qualificada academicamente, soma-se a de criação das condições que permitam ao aluno uma crescente interação com os processos sociais, o que permite uma orientação para a construção de conteúdos, habilidades, competências e atitudes, por meio de recursos pedagógicos que vão da aula teórica ao seminário, da aula prática, no laboratório ou no campo, ao estágio, da monografia à diversidade de situações geradoras de créditos, como a participação em projetos de pesquisa, extensão, iniciação científica e frequência a congressos e colóquios.

Merece especial atenção a crescente participação dos estudantes em programas que permitem aproximação com o processo de construção do conhecimento na área de seu curso, seja com uma prática profissional efetiva, sempre sob a devida orientação e acompanhamento docente. As bolsas acadêmicas concedidas, meritoriamente, aos alunos integrados nas distintas atividades contribui para uma configuração de contexto que, de fato, se aproxima da atividade que o graduando terá no futuro, no exercício profissional.

### 4.3.3 Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC)

A UFPI entende o Projeto Pedagógico dos cursos é mais que um instrumento técnico-burocrático, estruturado em torno de definições curriculares tradicionais, pois o concebe como instrumento básico da gestão de ensino e como instrumento propulsor dos objetivos fundamentais do perfil profissional que se pretende construir. Consequentemente, sua elaboração exige uma reflexão acerca da concepção e das finalidades da educação e sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão aprofundada sobre o tipo de indivíduo que se quer formar e de mundo que se quer construir.

Se o PPI se constitui num instrumento de orientação para a administração e gestão acadêmicas da IES, também o é para cada um de seus cursos que, sob seu norte, propõe o PPC. Naquele caso (PPI), o ponto de partida reside na própria realidade da IES e, neste (PPC), na realidade dos cursos, considerando-se a história, a vocação e a inserção regional. É essencial destacar que a legitimidade deste Projeto está fundamentada em princípios estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil: 1) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (art. 206, II;); 2) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (art. 206, III)

Como instrumento de orientação para a administração acadêmica, o PPC deve resultar de uma ação coletiva, reflexiva, sem esquecer a valorização da memória e da história da instituição. Assim, transcende à necessidade de responder a uma solicitação formal. É a reflexão e a contínua expressão das ideias sobre a Universidade e sua função social, sobre o curso, sobre a pesquisa e sua relação com o ensino; sobre a extensão e sua relação com o currículo; e sobre as estratégias que irão promover a desejada articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

Neste contexto, os projetos dos Cursos da UFPI objetivam contemplar, com toda a clareza, a intencionalidade do curso, refletir sua imagem, criar sua identidade e delimitar o seu espaço de autonomia, refletindo o perfil do profissional desejado, através dos conteúdos curriculares, suas competências e habilidades.

Assim, a proposta pedagógica de cada curso deve ser adequada aos novos parâmetros de aprendizagem e baseado, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, nos princípios da articulação entre teoria e prática, entre ensino, pesquisa e extensão, com observância à interdisciplinaridade e flexibilização curricular. O PPC tem, assim, a dupla dimensão de ser orientador e condutor do presente e do futuro.

Projetar um curso exige ações mais complexas do que a descrição de conteúdos básicos e complementares em torno dos quais se organizam disciplinas, distribuídas ao longo de um

determinado período. Assim, o Projeto Pedagógico do curso, expressão dos compromissos de formação assumidos por um grupo, exige levantamento das condições institucionais, dos recursos necessários para sua elaboração e consequente implementação.

O PPC exige: reportar-se aos desafios do campo de conhecimento profissional e à atribuição social da profissão; buscar, nas diversas dimensões curriculares, um novo papel para a ação docente; e adotar valores éticos e políticos fundamentais para o exercício da cidadania, da democracia e da responsabilidade coletiva.

Assim, a elaboração do Projeto Pedagógico de cada Curso da UFPI tem por base o compromisso com a inovação na organização curricular, seja com relação à incorporação dos avanços tecnológicos, seja com a integralização do curso ao perfil desejado do egresso e ao sistema educacional em sua totalidade.

O PPC deverá abranger, além da clara concepção do curso em questão, com suas peculiaridades, sua estrutura curricular e sua operacionalização, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

a) Concepção e objetivos gerais do curso, contextualizadas em relação às suas inserções de natureza institucional, política, geográfica e social;

b) Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

c) Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

d) Formas de realização da interdisciplinaridade;

e) Modos da integração entre teoria e prática;

f) Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

g) Modos da Integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

h) Incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

i) Concepção e composição das atividades de estágio obrigatório, suas diferentes formas e condições de realização;

j) Concepção e composição das atividades complementares;

k) Inclusão obrigatória do Trabalho de Conclusão de Curso.

#### 4.3.3.1 Estruturação

O PPC deve estar organizado de modo a explicitar a estrutura, as políticas, as estratégias e o currículo de cada curso, bem como as diretrizes gerais que compõem o PDI. Sua estrutura deve contemplar: (I) apresentação; (II) contextualização da instituição; (II) justificativa; (III) princípios

curriculares; (IV) objetivos; (V) perfil profissional do egresso; (VI) competências e habilidades; (VII) estrutura curricular; (VIII) apoio ao discente; (IX) ementário dos componentes curriculares; (X) metodologia de ensino; (XI) sistemática de avaliação; (XII) recursos humanos; (XIII); (VX) infraestrutura e (XVI) referências.

A **apresentação** consiste em uma síntese das finalidade, estrutura e dinâmica operacional do PPC; a **contextualização** caracterização da instituição dentro do contexto socioeconômico regional incluindo um breve histórico da trajetória institucional e as demandas efetivas de natureza econômica e social para implantação do curso; **justificativa,** necessidade social e institucional de criação do curso; **princípios curriculares**, escritos em conformidade com os princípios filosóficos e metodológicos descritos no PPI; **objetivos**, devem guardar coerência com o perfil profissional do egresso, com a estrutura curricular e o com contexto educacional em que o curso está inserido; **perfil profissional do egresso**, descrição das competências do egresso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da área e/ou com documentos orientadores do exercício profissional e com as habilidades necessárias ao exercício profissional; **competências e habilidades**, devem refletir a heterogeneidade das demandas sociais de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso; **estrutura curricular,** contendo carga horária mínima, componentes obrigatórios, optativos e eletivos, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso – TTC; **apoio ao discente,** descrição dos programas de apoio ao discente; **ementário dos componentes curriculares obrigatórios e optativos,** descrição dos conteúdos capazes de possibilitar o desenvolvimento do egresso, observando os aspectos: atualização desses conteúdos e adequação das cargas horárias (em horas); **metodologia de ensino,** deve-se informar que metodologia será utilizada para o desenvolvimento das atividades pedagógicas do curso; **sistemática de avaliação,** detalhamento dos procedimentos de avaliação do processo de ensino e aprendizagem e da avaliação do projeto pedagógico do curso.

#### 4.3.3.2 Observância às Diretrizes Curriculares Nacionais

Em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e em atenção às recomendações cotejadas no bojo da legislação sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o projeto pedagógico de cada curso contemplará conhecimentos integrantes de dois componentes: formação geral e formação específica.

No primeiro deverá ser evidenciada a compreensão de temas que possam transcender ao seu ambiente próprio de formação e sejam importantes para a realidade contemporânea. Essa compreensão vincula-se a perspectivas críticas, integradoras e à construção de sínteses

contextualizadas. E no que se refere à formação específica, será dado ênfase aos seguintes aspectos: a) base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões específicas da área, no seu contexto histórico social; b) capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas inerentes a uma realidade diversificada e em constante transformação; c) capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; d) domínio das habilidades relativas à comunicação e expressão escrita.

Independentemente das questões específicas de cada área, os conteúdos de formação geral do indivíduo deverão ser contemplados, de forma a possibilitar ao graduando a possibilidade de atuar na proposição de: ações de intervenção; soluções para situações-problema; elaboração de perspectivas integradoras e sínteses, bem como, administrar conflitos.

Portanto, a pauta geral de assuntos integrantes do componente de formação geral, engloba: ecologia; biodiversidade; arte, cultura e filosofia; mapas geopolíticos e socioeconômicos; globalização; políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável; redes sociais e responsabilidade: setor público, privado, terceiro setor; relações interpessoais: respeitar, cuidar, considerar, conviver; sociodiversidade: multiculturalismo, tolerância, inclusão; exclusão e minorias; relações de gênero; vida urbana e rural; democracia e cidadania; violência; terrorismo; avanços tecnológicos; inclusão/exclusão digital; relações de trabalho; tecnociência; propriedade intelectual; diferentes mídias e tratamento da informação.

Objetivando a formação geral do indivíduo, o PPC de cada curso deverá prever a avaliação da capacidade do formando em: ler e interpretar textos; analisar e criticar informações; extrair conclusões por indução e/ou dedução; estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; detectar contradições; fazer escolhas valorativas avaliando consequências; questionar a realidade; e argumentar coerentemente.

#### 4.3.3.3. Perfil do Egresso

O profissional egresso da UFPI, para que possa atuar de forma competente no seu campo de trabalho, deverá possuir competências éticas, pessoais, profissionais, sócio-afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo que o acolhe e, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é requerida ao egresso da UFPI, a capacidade de:

a) dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;

b) desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;

c) exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;

d) ter atitudes inovadoras e criativas;

e) utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;

f) saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;

g) integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;

h) atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;

i) compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;

j) compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;

k) desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação; l) atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

#### 4.3.3.4 Normas de Integralização Curricular

O sistema curricular adotado na UFPI é o de créditos, podendo a matriz ser organizada na forma de blocos (seriado semestral), contabilizados ao final de cada período letivo. Um crédito equivalente a 15 horas-aula e uma hora-aula corresponde a 60 minutos. A execução curricular é feita em dois períodos letivos por ano, cada um com duração mínima de 100 dias de trabalhos escolares efetivos.

Conforme estabelece o Regimento Geral da Universidade, as diretrizes de execução do currículo de cada Curso de Graduação, seu acompanhamento e sua avaliação, são fixados pelo Colegiado do Curso, órgão deliberativo em primeira instância, composto pelo Coordenador do curso, como Presidente; Subcoordenador, como Vice-Presidente; um representante docente de cada Departamento que ministre disciplinas específicas do Curso; e a representação discente, nos termos

da legislação vigente. Em instância superior, é realizada pela Câmara de Ensino de Graduação e pelo CEPEX.

A integralização curricular é realizada após o cumprimento da carga horária de todas as disciplinas do Curso, incluindo o Trabalho de Concluso de Curso (TCC) e/ou o Estágio Obrigatório, componentes do Projeto Pedagógico de cada Curso (elaborado em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e aprovado pelo CEPEX) e, ainda, do ENADE, conforme estabelece a Lei 10.861/2004 (SINAES).

O documento legal que regulamenta, atualmente, a verificação do rendimento escolar no âmbito da UFPI é a Resolução 177/12 do CEPEX. Segundo a citada Resolução, a verificação do rendimento acadêmico é feita por período letivo, em cada disciplina, compreendendo a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento acadêmico.

A assiduidade é aferida através da frequência às atividades didáticas programadas para cada período e o aproveitamento acadêmico é avaliado através de acompanhamento contínuo do desempenho do aluno e, especialmente, dos resultados obtidos nos exames parciais e no final.

São considerados exames parciais todas as verificações realizadas ao longo do período letivo, para avaliação progressiva do aproveitamento do aluno. O exame final corresponde à aplicação de uma prova, após o encerramento do período letivo, abrangendo o conjunto do conteúdo programático da disciplina, não podendo, em qualquer caso, ser inferior a 50% (cinquenta por cento) desse conteúdo. Nos casos previstos em lei, é permitido um regime de exercícios domiciliares (Artigos 74 a 78 do Regimento Geral da UFPI).

É considerado como reprovado na disciplina, o aluno que não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) da frequência às atividades didáticas respectivas programadas no período letivo. Comprovada a assiduidade, a média mínima para “aprovação por média” é 7,0 (sete) e para “aprovação no exame final” é 6,0 (seis).

#### 4.3.3.5 Estágio e Prática Profissional

Segundo a Lei 11.788/2008 o estágio “é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”

Esta lei integra legalmente o estágio ao PPC dos cursos de graduação, além de integrar o itinerário formativo do educando, considerando-se que, no bojo da citada legislação, o estágio objetiva o aprendizado de competências próprias da atividade profissional visando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O Estágio é compreendido como um campo de conhecimento que supera a atividade meramente prática e instrumental. Propicia o estabelecimento de vínculos explícitos entre teoria e prática, que podem ser efetivados por meio de atividades que contemplem as várias formas do processo de ensino e de aprendizagem.

Na UFPI, a operacionalização dos Estágios Obrigatórios dos Cursos de Graduação é de responsabilidade da Coordenação de Estágio Obrigatório (CEO), setor da PREG que desenvolve a parte administrativa dos convênios relacionados a Estágio e presta assessoria às Coordenadorias de Estágio dos Cursos, na elaboração e sistematização das programações.

A CEO executa atendimentos a alunos, professores e setores administrativos da Universidade, mantém contatos com os agentes intermediários de estágios, empresas e/ou instituições públicas e privadas conveniadas com a UFPI; elabora os dados estatísticos relacionados a Estágio Obrigatório dos Cursos de Graduação e fornece informações sobre Estágios aos Departamentos e Coordenações dos Cursos e aos órgãos externos.

#### 4.3.3.6 Atividades Complementares

As Atividades Complementares de Graduação, são estratégias didáticos- pedagógicas que permitem aos alunos saberes e habilidades complementares necessários a sua formação onde possam articular a teoria e prática. São consideradas atividades complementares aquelas definidas na seção VI Art. 92 a 96 da Resolução 177/12 de 05 de dezembro de 2012. Sejam elas: monitorias, participação em programas ou projetos institucionais: PET, PIBIC, PIBITI, PIBID, em grupos de estudos e pesquisas, participação em eventos científicos como participantes ou apresentando trabalhos, experiências profissionais complementares, estágios não obrigatórios cadastrados nos setores competentes, trabalhos publicados, atividades de extensão, vivencias de gestão, atividades artísticos culturais e esportivas dentre outras definidas na Resolução. Para integralização do curso ao aluno deverá ter até um percentual de 10% da carga horária total do curso e um patamar mínimo de 120(cento e vinte) horas, definido pelo colegiado do curso e no Projeto Pedagógico do Curso.

Para o desenvolvimento destas e de outras atividades necessárias para conclusão do curso o colegiado poderá aprovar normatizações específicas, incluindo estratégias didático-pedagógicas não

previstas no parágrafo único, do art. 92. Os critérios para aproveitamento da carga horária são definidos no art. 94 da Resolução 177/12 do CEPEX.

Para computação das atividades dos alunos, critérios devem ser observados: As atividades deverão ser realizadas a partir do ingresso do aluno e compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso, com variação de pelos menos duas categorias entre as estabelecidas na Resolução.

Caberá ao Coordenador/Chefe de Curso avaliar o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo a decisão Deferido/Indeferido, estipulando a carga horária a ser aproveitado de acordo com as normas estabelecidas para o curso, e homologará no sistema para que a seja incluída no histórico do aluno.

Os cursos deverão estar atentos a complementação dessas atividades por seus alunos para integralização curricular, procurando promover ações que possam subsidiar essa complementação além de orientá-los sobre os diversos programas institucionais, ou qualquer atividades extra didático disciplinar para conclusão do curso.

**4.4 Pós-Graduação**

O atual Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG/2011-2020) organiza-se em cinco eixos voltados para: 1) a expansão do Sistema, com a primazia da qualidade, quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; 2) a criação de estratégias de pesquisa para redução das assimetrias; 3) o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de C,T&I; 4) a multi e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; 5) o apoio à educação básica e outros níveis e modalidades de ensino, sobretudo o ensino médio.

Apesar dos Planos anteriores já tratarem dessa temática, o atual PNPG enfatiza, resumidamente, o favorecimento da integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade. Assim, a UFPI, neste próximo quinquênio envidará seus esforços para melhorar permanentemente os itens que favorecem o cumprimento deste grande pressuposto, sobretudo os pertinentes à avaliação dos programas, visto que contribuirão para o fortalecimento da pós-graduação no seu contexto geral, dentre eles: qualificação do corpo docente; apoio à publicações docente e discente em periódicos indexados no *Qualis* da CAPES; melhoria das condições dos laboratórios; fortalecimento do sistema de bibliotecas; inserção na sociedade regional, nacional e internacional; captura de recursos de natureza público/privada para

consolidar as atividades de pesquisa e facilitação do acesso à informação, com o fortalecimento às tecnologias da informação e comunicação.

A UFPI trabalhará em consonância com a CAPES, atuando no conjunto de áreas prioritárias definidas para financiamento, detalhadas no Capítulo 5, item 5.2 (Políticas Institucionais para o ensino de pós-graduação):

a) Programas de Pós-Graduação pertencentes as grandes áreas de Engenharia, Multidisciplinar, Ciências Biológicas, Exatas e da Terra e Agrárias
b) Programas de Pós-Graduação pertencentes áreas de Ciências da Saúde, Medicina Veterinária, Geociências e Matemática: Probabilidade e Estatística;
c) Programas de Pós-Graduação das demais áreas (Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Letras/Linguística e Artes).

Em observância ao PNE, a Universidade trabalhará em prol do favorecimento do cumprimento das metas direcionadas à educação superior, dentre elas:

✓Elevação da qualidade da educação superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior;

✓Aumento gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a beneficiar o alcance do número de titulação previsto no PNE;

✓Formação, em nível de pós-graduação, de docentes da educação básica de modo que, até o último ano de vigência deste PNE, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica tenham sido titulados;

✓Contribuição com a formação continuada dos recursos humanos, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

De maneira específica, tal como está explicitado no Capítulo 5, são objetivos gerais da UFPI, no contexto da pós-graduação: aumentar a visibilidade dos programas de Pós-Graduação; intensificar a contratação de docentes doutores, levando em consideração as demandas dos cursos de graduação e de pós-graduação; elevar significativamente as contratações de técnicos administrativos para os Programas de Pós-Graduação, dentre os quais os técnicos de laboratórios de pesquisa; incentivar a vinda de pesquisadores de IES consolidadas para os programas de pós-graduação; criar o programa institucional de professor pesquisador visitante com recursos institucionais; criar o programa institucional de bolsas Demanda Social com recursos da instituição; agilizar processos internos; melhorar o controle acadêmico do sistema de Pós-Graduação; estimular a qualificação de docentes e técnicos administrativos; favorecer o intercâmbio nacional e internacional de docentes e discentes; melhorar o acervo bibliográfico; fomentar a internacionalização dos programas; aumentar a captura de recursos nos Editais CT-INFRA da FINEP e Pró-Equipamentos da CAPES; estimular a abertura de

novos programas e a qualificação docente para atuação em Pós-Graduação; estruturação dos laboratórios de Pós-Graduação através da construção de laboratórios multiusuários específicos, de acordo com a demanda dos Programas de Pós-Graduação; e aquisição de equipamentos de grande porte multiusuários; apoiar os docentes vinculados aos programas de pós-graduação no custeio das publicações científicas e na participação em eventos científicos.

### 4.5 Pesquisa e inovação tecnológica

Consciente de que não há graduação e pós-graduação fortes sem um sistema de pesquisa eficiente a UFPI estabeleceu objetivos estratégicos para o próximo quinquênio 2015-2019, direcionados à pesquisa e inovação tecnológica, detalhados no Capítulo 5, os quais são voltados para: estimular as vocações em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável; mobilizar talentos que atuam em áreas da fronteira da ciência; atender às novas exigências de qualificação em diversas áreas de conhecimento; elevar a posição da UFPI em produtividade científica e capacidade acadêmica; expandir os programas de formação de recursos humanos em todas as áreas de conhecimento, equiparando-se as grandes universidades brasileiras; preparar os discentes para serem protagonistas dos distintos campos da ciência.

O item 5.3 do Capítulo 5 detalha as diretrizes institucionais que nortearão a pesquisa, produção científica e inovação tecnológica para o quinquênio 2015-2019.

### 4.6 Educação profissionalizante

A presença do técnico de nível médio torna-se cada vez mais necessária e relevante no mundo do trabalho, sobretudo em função do crescente aumento das inovações tecnológicas e dos novos modos de organização da produção.

Desse modo, a expansão da oferta da educação profissional técnica de nível médio a é uma das vertentes do foco de atenção da UFPI, sobretudo em áreas estratégias para o desenvolvimento regional, incluindo: ambiente, saúde e segurança; gestão e negócios; informação e comunicação; produção alimentícia e recursos naturais.

Tal como detalhado no Capítulo 5, as políticas voltadas para este grau de ensino envolverão a: ampliação da oferta de cursos no período regular; incremento das ações de acessibilidade e inclusão social; ampliação da equipe docente; melhoria da infraestrutura laboratorial e de equipamentos ligados aos eixos de formação dos cursos.

## CAPÍTULO 5 – EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS PARA O QUINQUENIO 2015-2019

As políticas acadêmicas para o quinquênio que se aproxima, sobretudo para o ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão, que são as atividades fins da UFPI, bem como para as atividades meio, sobretudo: planejamento, avaliação, gestão administrativa de pessoal e serviços, de tecnologias da informação e comunicação, infraestrutura física (incluindo acervo bibliográfico) e outras atividades pertinentes serão descritas, a seguir.

### 5.1 Políticas Institucionais para o ensino de graduação

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) supervisiona e coordena o ensino de graduação da UFPI. Está sob sua responsabilidade também o desenvolvimento de políticas que favoreça a matrícula em disciplina, a avaliação de professor e de estágio – que estimulem, garantam a qualidade do ensino e insiram os alunos no mercado de trabalho. Com vistas a nortear o alcance de suas atribuições em busca da excelência, a PREG adotou algumas políticas, conforme segue: a implantação do Sistema de Gestão Acadêmica–SIGAA permitiu que a tecnologia assumisse uma importante função no apoio pedagógico visando ao desenvolvimento do potencial humano. Esta ação vem sendo desenvolvida, apoiando o ensino de graduação, visando um ensino inovador, foco da UFPI, para os anos vindouros. Assim, é meta da UFPI promover a convergência do ensino presencial com o ensino à distância, incluindo 20% da carga horária dos cursos de graduação, desenvolvidos à distância via SIGAA. Outra política, implementada no ensino de graduação, foi à correção do fluxo curricular objetivando a redução da retenção e a elevação da taxa de sucesso.

Na UFPI a educação a distância acontece no ensino de graduação, vinculada ao Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), que oferta cursos de Graduação apoiados pelos Polos presenciais mantidos pelos municípios ou governos estaduais em convênio com o FNDE. Por meio do Programa Reuni, foram criados três Campus fora de sede e fortalecidos um campus já existente além da criação de nove cursos no campus sede.

A expansão da Universidade para Bom Jesus, Floriano, Parnaíba e Picos permitiu ampliar o acesso à educação superior da comunidade local, além da possibilidade de desenvolvimento local e regional. Conforme cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos, apresentado em seção específica. O foco da UFPI para os próximos anos é de criação de dois campus fora de sede, ampliação das licenciaturas noturnas, além de cursos presenciais nos campus,

se houver recursos, e quatro cursos regulares de ensino a distância. No período de vigência deste PDI (2015/2019) além da criação de novos campus e cursos, esta IES tem o propósito de aprimorar e consolidar a qualidade acadêmica dos cursos existentes.

Existem diversas formas de ingresso na UFPI, regulamentado pelo Estatuto, pelo Regimento Geral e Resolução Nº 177/2012-CEPEX que trata das normas relativas ao ensino de graduação. Neste momento, passando por processo de adequação, a Estatuinte foi instalada. Os ingressos especiais ocorrem por meio de cotas, vestibular para alunos do campo e do curso de Libras, convênios para alunos estrangeiros e cotas definidas de acordo com a Lei n°12.711/2012.

A partir da identificação das áreas, os objetivos, metas e estratégias para o alcance dos resultados pretendidos foram estabelecidos e estão explicitados no Quadro 48.

**Quadro 48** - Políticas institucionais para o ensino de graduação, quinquênio 2015-2019

| Item | Objetivo | Situação atual | Meta | Estratégia |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Formar com qualidade; | No período de vigência do PDI 2010 -2014 foram avaliados 53 cursos, destes 31 obtiveram conceito 4 e 22 conceito 3; | Desenvolver uma formação qualificada em níveis de excelência; | - Estimular e promover o desenvolvimento profissional docente;<br>- Instituir política de acolhimento dos discentes;<br>- Investir em tecnologias de ensino e aprendizagem inovadoras;<br>- Possibilitar a oferta de disciplinas em fluxo contínuo;<br>- Realizar estudos para diversificar a certificação e proficiência em disciplinas;<br>- Promover a convergência do ensino presencial e a distância;<br>- Estimular e fomentar a inserção de discentes em grupos de pesquisa;<br>- Institucionalizar o ensino-aprendizagem em contexto social que integre pesquisa e extensão;<br>- Realização de cursos de capacitação dos professores e coordenadores de cursos, dentro do período letivo;<br>- Revisão da Resolução Nº 39/2008 CONSUN que trata do seminário de docência do ensino superior, a fim de incorporar as novas demandas;<br>- Atualizar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação;<br>- Fortalecer programas de bolsa para os discentes;<br>- Implantar uma política de acompanhamento aos egressos do ensino de graduação, por meio do SIGAA; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 2 | Garantir, na formação acadêmica, os princípios éticos e humanistas; | Atualmente existem PPC que não contemplam esses princípios; | Incluir em todos os PPC os princípios éticos e humanistas; | - Realizar diagnóstico dessa realidade nos Cursos de graduação;<br>- Articular a prática da formação ao contexto social e da comunidade;<br>- Estimular ações que promovam a valorização e o respeito à diversidade e ao desenvolvimento sustentável; |
| 3 | Melhorar o desempenho institucional nas avaliações internas e externas; | Atualmente a UFPI oferta 82 Cursos de Graduação presencial e 15 de Graduação a Distancia dos quais 22 destes cursos obtiveram conceito 3 na avaliação do INEP; | Elevar o conceito de todos os cursos de graduação da UFPI; | - Fazer o diagnostico da situação dos cursos de graduação;<br>- realizar eventos junto aos docentes e discentes para difundir a importância dos sistemas de avaliação;<br>- Aprimorar a comunicação e divulgação dos resultados de avaliações;<br>- Reduzir a quantidade de cursos de graduação com conceito 3;<br>- Elevar a taxa de sucesso dos cursos de graduação;<br>- Estimular a implantação do sistema de planejamento pedagógico nas unidades de ensino; |
| 4 | Ampliar o processo de Internacionalização; | Atualmente existe na UFPI 7 convênios, com instituições estrangeiras enviando e recebendo alunos e docentes para realização de intercâmbio e participação em publicações internacionais; | Estimular convênio com instituições estrangeiras e aumentar a participação docente em publicações e grupos de pesquisas; | - consolidar o centro de línguas estrangeiras;<br>- Ampliar o processo de mobilidade local, nacional e internacional;<br>- Estimular a realização de convênios internacionais de cooperação técnico-científica;<br>- Ampliar as ações de internacionalização nos Campi fora de sede;<br>- Criar laboratórios de ensino de línguas em todos os Campi; |
| 5 | Ampliar a oferta de cursos de graduação; | Atualmente a UFPI oferta 82 Cursos de Graduação presencial e 15 de Graduação a Distancia; | Elevar em 45% a oferta dos cursos de graduação; | Implantar dois Campi fora de sede, nas cidades de Oeiras e Esperantina com 04 cursos cada.<br>Criar 42 cursos de graduação distribuídos conforme a seguir:<br>-CMPP (13);<br>-CMRV (06);<br>-CAFS (04);<br>-CSHNB (09);<br>-CPCE (06);<br>-CEAD (04);<br>- 2 Novos Campi com 04 cursos cada, totalizando 50 Cursos; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 6 | Oferecer em regime de colaboração entre a União o Estado e os Municípios Cursos de formação específica para os professores da eEducação básica | De acordo com o Anuário Estatístico 2012 existe no Piauí 15.775 professores em efetivo exercício na educação básica sem a formação inicial exigida pela LDBE; | Garantir o cumprimento da Política Nacional de Formação dos professores da educação básica; | Implementar cursos de 1ª e 2ª licenciatura para assegurar formação inicial exigida pela Lei 9.394/1996, aos docentes em efetivo exercício na rede pública de educação básica; |

Fonte: PREG

## 5.2 Políticas Institucionais para o ensino de pós-graduação

Observando as grandes universidades brasileiras, a saber, USP, UFMG, e UFRJ entre outras, notamos o peso e a importância do sistema de pós-graduação. Já aquelas reconhecidas internacionalmente como MIT, Berkeley, CALTECH e outras, são famosas pela produção em ciência e tecnologia, com capacidade para atrair mentes brilhantes como ganhadores do "Premio Nobel". Em outras palavras, universidades fortes, possuem um sistema de pós-graduação e Pesquisa forte. Sendo assim, a UFPI deve mecanismos para fortalecer seu sistema de Pesquisa e Pós-Graduação de forma tal a atingir reconhecimento nacional e internacional. Assim, para o fortalecimento das Pós-Graduações a UFPI deve pautar a política institucional visando objetivos estratégicos essências para sua subsistência como instituição. Neste sentido deve observar sua inserção na sociedade como instituição fundamental com capacidade de alavancar o desenvolvimento socioeconômico da região e do país. A sociedade como um todo, deve reconhecer e observar a universidade, não apenas como formadora de profissionais altamente qualificados, mas também como entidade detentora da fronteira do conhecimento, um lugar onde é possível procurar soluções para problemas sociais, econômicos ou, mesmo, industriais. Neste sentido, torna-se fundamental a interação com o setor produtivo através de parcerias que permitam a utilização da capacidade instalada nos laboratórios das Pós-Graduações para o fornecimento de serviços de análises, assessoramento técnico-científico e treinamento de técnicos e/ou especialistas. No mesmo sentido a UFPI deve valorizar a inovação técnica e tecnológica como meio de transferência de conhecimento para a sociedade, mais uma forma de devolução do investimento.

Ao mesmo tempo, num ambiente de crescente internacionalização, deve-se observar parâmetros que permitam o reconhecimento internacional como Instituição de Ensino e Pesquisa, capaz de atrair as mentes mais brilhantes e produzir formandos altamente qualificados e fortemente

disputados pelo mercado de trabalho. Assim, o retorno a sociedade pelo investimento realizado deverá ocorrer através de duas vertentes: i) formação de pessoal altamente qualificado e com competências específicas e ii) abertura da infraestrutura e disponibilização para parcerias público-privadas, para a solução de problemas concretos no setor privado.

No entanto, o financiamento para aquisição, manutenção e disponibilização da infraestrutura de ensino e pesquisa para a sociedade é um importante ponto a ser resolvido. Assim, a captura de financiamento público através das agencias de fomento à pós-graduação e/ou pesquisa (agencias como CAPES, CNPq, FINEP, FAPEPI, e Banco do Nordeste entre outras) deve receber atenção, pois do contrario pós-graduações sem infraestrutura de ponta serão incapazes de realizar atividades de pesquisa e formação de pessoal técnico no estado arte.

Desta forma, a política institucional deve estar centrada no tripé: i) reconhecimento pela sociedade, ii) financiamento da pós-graduação e iii) internacionalização da pós-graduação. Estes três pontos devem nortear as ações com vistas ao fortalecimento como instituição de ensino e pesquisa.

De forma geral todos os programas Stricto Sensu recomendados pela CAPES são avaliados pelos seguintes itens (tirando as particularidades de cada área):

**a)** Qualificação do corpo docente;
**b)** Número de publicações docente e discente avaliadas pelo *Qualis*-CAPES;
**c)** Condições dos laboratórios;
**d)** Disponibilidade de Bibliografia adequada (Bibliotecas);
**e)** Inserção na sociedade;
**f)** Inserção regional e internacional;
**g)** Citações e influencia regional e internacional;
**h)** Atuação dos docentes em graduação e pós-graduação (carga horaria);
**i)** Capacidade de financiamento ou captura público/privada;
**j)** Disponibilização e facilidade de acesso à informação da produção intelectual.

Considerando a avaliação CAPES, nota-se que o Ensino de Pós-Graduação e a Pesquisa, estão intimamente ligados, de tal forma que não é possível ter pós-graduações fortes sem um sistema de pesquisa forte e vice versa, pois a pesquisa fortalece o ensino de pós-graduação.

No mesmo sentido, a avaliação FINEP para conceder financiamento para infraestrutura considera os seguintes itens:

**a)** Mérito e abrangência da proposta no contexto de CT&I, incluindo sua contribuição para o desenvolvimento local;
**b)** Impactos esperados no desenvolvimento das atividades de pesquisa e/ou pós-graduação;
**c)** Equipe proponente quanto a:

**i.** Produção intelectual na área do projeto;

**ii.** Docentes com Produtividade em Pesquisa;

**d)** Uso compartilhado da infraestrutura proposta;

**e)** Desempenho da instituição na execução de projetos anteriores;

**f)** Adequação do projeto à política de pesquisa e/ou pós-graduação expressa nos objetivos estratégicos do PDI da instituição;

**g)** Qualificação dos cursos de pós-graduação vinculados ao projeto.

Considerando que a maior fonte de financiamento para pesquisa e pós-graduação está no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT&I), órgão do qual dependem FINEP e CNPq, as duas entidades mais importantes para o financiamento a pós-graduação e pesquisa é interessante destacar as linhas consideradas importantes pelo MCT&I subdivididas em dois grupos: 1) prioritárias portadoras de futuro, e 2) as fronteiras para a inovação e fomento a economia verde[1]:

**1)** Portadoras de Futuro;

**a)** TICs – Tecnologias da informação e comunicação;

**b)** Fármacos e Complexo Industrial da Saúde;

**c)** Petróleo e Gás;

**d)** Complexo Industrial da Defesa;

**e)** Aeroespacial;

**f)** Nuclear;

**2)** Fronteiras para a inovação e fomento a economia verde;

**g)** Biotecnologia;

**h)** Nanotecnologia;

**i)** Energia renovável;

**j)** Biodiversidade;

**k)** Mudanças climáticas;

**l)** Oceanos e zonas costeiras.

Um facilitador para a captura do financiamento das pós-graduações/pesquisa será o alinhamento das ações e os projetos que serão propostos com as linhas consideradas importantes pelo MCT&I.

Da mesma forma a CAPES estabelece um conjunto de áreas prioritárias para financiamento e conceder bolsas separadas em três níveis:

[1]Fonte “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015” produzido pelo MCT&I

**d)** Prioridade 1: Programas de Pós-Graduação pertencentes as grande áreas de Engenharia, Multidisciplinar, Ciências Biológicas, ciências exatas e da terra (exceto Geociências e Matemática: Probabilidade e Estatística), Ciências Agrárias (com exceção de Medicina Veterinária) e Farmácia e Saúde Coletiva (pertencentes a Ciências da Saúde);

**e)** Prioridade 2: Programas de Pós-Graduação pertencentes áreas de Ciências da Saúde (exceto Farmácia e Saúde Coletiva), Medicina Veterinária, Geociências e Matemática: Probabilidade e Estatística; e

**f)** Prioridade 3: Programas de Pós-Graduação das demais áreas (Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Letras/Linguística e Artes).

Outro instrumento que merece destaque é o "Plano Nacional de Educação"[2] (PNE), documento elaborado pelo ministério da educação, estabelece um conjunto de metas para serem atingidas até 2024. Dentre as metas relacionadas à Pós-Graduação temos:

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estas metas estão diretamente relacionadas ao sistema de Pós-Graduação da UFPI. A primeira, e mais importante, refere-se à qualificação dos docentes que trabalham na UFPI. Atualmente o quadro docente conta com aproximadamente 1540 professores, dos quais, apenas 700 contam com titulação de doutor. Embora a UFPI já esteja dentro desta meta, isto significa que apenas 45% dos docentes possuem qualificação suficiente para o exercício de atividades ligadas a pós-graduação. Isto é um número pequeno, que limita o crescimento do sistema de pós-graduação na UFPI. A resolução desta situação pressionará o sistema de ensino de graduação e de qualificação docente com afastamentos, carga horária, necessidade de controle, e outros problemas que deverão ser resolvidos pela PRPG e/ou em acordo com a PREG. Ao mesmo tempo, a Meta 14 estabelece a necessidade de aumentar a formação de estudantes em nível de mestrado e doutorado, mais específico e, ainda, a Meta

[2] Fonte: "Planejando a Próxima Década" Entendendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação – Ministério da Educação.

16 estabelece a necessidade de formação em cursos de pós-graduação de profissionais para atuarem na educação básica. Assim, a PRPG deverá adotar atitudes e políticas que colaborem com o MEC no cumprimento das metas discutidas e permitam a UFPI atravessar este período, de reformas e consolidação do sistema de pós-graduação, de forma suave e sem maiores sobressaltos.

### 5.2.1 Ameaças ao crescimento da Pós-Graduação

Após a análise dos diferentes sistemas de avaliação institucional para financiamento da pós-graduação e da pesquisa, devemos analisar e identificar também as ameaças ao crescimento do sistema de pós-graduação. Algumas destas ameaças já foram citadas anteriormente, como a necessidade do reconhecimento pela sociedade, o financiamento à pesquisa e pós-graduação, e a obrigatoriedade de internacionalização dos Programas de Pós-Graduação. No entanto, ameaças menores, mas bem significativas também devem ser levadas em consideração. Referimo-nos à estrutura administrativa de alguns setores da UFPI, que se encontra obsoleta e com um quadro de servidores deficitário, como é o caso da PRPG. Esta deficiência tem gerado atrasos nos trâmites dos processos, o que tem gerado a perda de alguns financiamentos já aprovados pelas Agências de fomento. As atuais Pro-Reitorias PRPG e PROPESQ originárias da antiga PRPPG continuam, praticamente, com o mesmo número de funcionários, as mesmas coordenações e chefias. Isto não acompanhou o alto crescimento do sistema de pós-graduação da UFPI, onde os cursos de pós-graduação e os financiamentos aprovados cresceram nos últimos oito anos mais de 400%. Estes exemplos mostram a necessidade urgente de melhorias nas infraestruturas destas duas Pró-Reitorias, a PRPG e a PROPESQ. Portanto, é imprescindível que esse considerável aumento no sistema de pós-graduação seja acompanhado de melhorias na infraestrutura administrativa, do contrario a execução dos projetos estruturantes institucionais, o controle acadêmico do sistema de pós-graduação e a qualificação de docentes e funcionários correm o risco de não atingirem o patamar desejado, e isto pode gerar perda de financiamentos, além de causar o descontrole do sistema acadêmico de pós-graduação. Uma estrutura administrativa forte, com o número adequado de funcionários, permitirá um melhor planejamento em longo prazo e vigilância sobre o cumprimento do plano de metas da instituição.

A consolidação do sistema de pós-graduação passa também pelo reconhecimento institucional, isto é, o reconhecimento da instituição de que seus docentes necessitam dedicar parte do trabalho ao estudo do estado da arte, da orientação, e do ensino. Isto é, deve existir um equilíbrio entre o ensino de graduação, onde se ensina o que está fielmente estabelecido na literatura, e o ensino de pós-graduação, onde se ensina a fronteira do conhecimento e aquilo que está em análise e/ou discussão na literatura. Como estabelecido no sistema de avaliação da CAPES, o ensino de pós-graduação e o ensino de graduação estão intimamente relacionados, são indissolúveis. Desta forma, existe outro entrave interno

que precisa ser amplamente discutido na academia. Estamos nos referindo à carga horária docente. Como estabelecido anteriormente, deve existir um equilíbrio entre ensino de graduação e o ensino da pós-graduação, estabelecendo regras claras que reconheçam o trabalho realizado nas pós-graduações como parte do trabalho docente.

Assim, ressaltam-se dois entraves sérios, que devem ser resolvidos rapidamente:

**1)** Sistema administrativo extremamente enxuto, e

**2)** Reconhecimento institucional das atividades ligadas à pós-graduação

É importante destacar que estes dois problemas são internos, isto é, são completamente controláveis pela própria instituição, resolve-los ou mitigar seus efeitos requer apenas de decisões internas. A administração superior deverá trabalhar neles de forma responsável e eloquente.

### 5.2.2 Diretrizes gerais para a pós-graduação

A PRPG deverá estabelecer Objetivos, Metas e Ações concretas para melhorar cada um dos quesitos de avaliação de cada instituição (CAPES, FINEP, etc.), e, ao mesmo tempo, estas ações devem tender a eliminar ou mitigar as ameaças ao crescimento do sistema de pós-graduação. Estas Metas e Ações não devem ficar concentradas apenas no problema do financiamento das Pós-Graduações, mas também devem observar índices que permitam a inserção e o melhor enquadramento da UFPI no cenário regional e internacional, assim como o reconhecimento da sociedade. As consequências destas ações deverão se transformar ao longo do tempo em:

**a)** Reconhecimento da importância da instituição na sociedade nacional e internacional;

**b)** Aumento do financiamento para infraestrutura das pós-graduações;

**c)** Aumento do financiamento para despesas de custeio;

**d)** Aumento do número de bolsas concedidas para os programas;

**e)** Aumento quali-quantitativo da produção intelectual;

**f)** Reconhecimento internacional das pós-graduações;

**g)** E diretamente, impactará na valorização do produto, que são os estudantes formados por esta universidade através da disputa do mercado de trabalho.

Assim, de acordo com o tripé sociedade, financiamento e internacionalização das pós-graduações, considerando também os entraves ao crescimento da pós-graduação na UFPI, o plano de metas do PNE e linhas de pesquisa consideradas importantes pelo MCT&I e CAPES, a UFPI propõe os seguintes objetivos gerais:

**a)** Aumento da visibilidade dos Programas de Pós-Graduação;

**b)** Aumento da contratação de docentes doutores, levando em consideração as demandas dos cursos de graduação e de pós-graduação;

**c)** Aumento substancial das contratações de técnicos administrativos para os Programas de Pós-Graduação;

**d)** Elevação significativa da contratação de técnicos de laboratórios de pesquisa;

**e)** Incentivar a vinda de pesquisadores para os programas de pós-graduação;

**f)** Criação do programa institucional de professor pesquisador visitante com recursos institucionais;

**g)** Criação do programa institucional de bolsas Demanda Social com recursos da instituição;

**h)** Agilização de processos internos;

**i)** Melhoria do controle acadêmico do sistema de Pós-Graduação;

**j)** Estimulo à qualificação de docentes e técnicos administrativos, priorizando a titulação em grau de mestrado e doutorado;

**k)** Aumento do intercâmbio nacional e internacional de docentes e discentes;

**l)** Melhoria do acervo bibliográfico específico para a Pós-Graduação;

**m)** Fomento à internacionalização dos programas;

**n)** Estimulo à participação de docentes em programas de intercambio como Ciência sem Fronteiras, CAPES-DAAD, CAPES-Fulbright, e outros de interesse;

**o)** Aumento da captura de recursos nos Editais CT-INFRA da FINEP em, pelo menos, 5% ao ano. Desta forma poderemos atingir até 65% do nosso potencial de financiamento nesses Editais ao final desse PDI;

**p)** Incremento da captura de recursos nos Editais Pró-Equipamentos da CAPES. Neste caso como nos dois últimos anos temos atingido 100% do teto permitido, o único caminho será através da abertura de novos programas de Pós-Graduação. Portanto, é necessário:

1-Estimular a abertura de novos programas;

2-Estimular a qualificação docente para atuação em Pós-Graduação;

**q)** Estruturação dos laboratórios de Pós-Graduação de acordo com a demanda dos programas através da:

1-Construção de laboratórios multiusuários; e

2-Aquisição de equipamentos de grande porte multiusuários;

**r)** Criação de uma regulamentação específica sobre a carga horária docente, que atenda às orientações tanto do MEC quanto da CAPES sem ferir a legislação vigente;

**s)** Melhoria da infraestrutura física e de pessoal dos programas de pós-graduação da instituição;

**t)** Apoio aos docentes vinculados aos programas de pós-graduação no custeio das publicações científicas, na participação em eventos científicos, etc.

**u)** Ampliação da oferta de mestrados profissionais.

O aumento da visibilidade dos Programas tende a resolver o problema do reconhecimento pela sociedade. Já o estímulo a internacionalização dos programas obedece a critérios de avaliação da CAPES, enquanto que a estruturação de laboratórios de pesquisa, com a criação de laboratórios específicos e a aquisição de equipamentos de grande porte, torna-se necessário para incrementar o sistema de pesquisa e, ao mesmo tempo, aumentar a produção intelectual na fronteira do conhecimento que, consequentemente, acarretará na consolidação e reconhecimento dos programas de pós-graduação. Finalmente a criação de uma regulamentação específica para a carga horária docente objetiva atacar outro problema, que é o reconhecimento institucional do trabalho docente na pós-graduação.

### 5.2.3 Plano de Metas

Para a quantificação dos objetivos a PRPG **propõe as seguintes metas:**

- **Relativas à transferência de conhecimento para a sociedade** e que podem ajudar no reconhecimento da mesma como instituição que serve a sociedade:

**a)** Criação do banco de teses e dissertações digitais: a criação do banco de teses e dissertação visa expor os trabalhos de pesquisa realizados no âmbito das pós-graduações, melhorando assim a visibilidade dos programas e aceitação pela sociedade. A divulgação dos trabalhos de dissertação é parâmetro no processo de avaliação da CAPES;

**b)** Criação de páginas *web* individualizadas para cada programa: no mesmo sentido, páginas na internet com informações completas, indicando áreas de concentração, público alvo, eventos organizados pelas pós-graduações, quadro docente, editais e chamadas para ingresso na pós-graduação, etc. permitirão a aproximação com a sociedade;

**c)** Criação de material multimídia para divulgação: A elaboração de folders, vídeos com entrevistas de discentes e professores pesquisadores, em conjunto com a Superintendência de Comunicação, permitirão uma maior aproximação com o público e a sociedade em geral. Em particular, serão elaborados folders e catálogos para encaminhar a diferentes órgãos, como Federação das Indústrias do Estado do Piauí, Governo do Estado, Escolas e Instituições de Ensino Médio e outros. Dada a diversidade do público alvo, cada material de divulgação apresentará suas particularidades. A veiculação de vídeos e entrevistas aos estudantes nos diferentes programas pode ser outro instrumento de divulgação;

**d)** Organização de pelo menos um evento anual, junto com a PROPESQ, na forma de férias, encontros e seminários de divulgação do trabalho científico realizado nas pós-graduações (uma atividade anual com convocação das escolas e a sociedade): Mais uma meta relacionada com a aproximação com a sociedade, neste caso a organização de férias e encontros com o objetivo de divulgar o trabalho das pós-graduações pode ajudar também na captura de estudantes;

**e)** Criação, em consonância com a PROPESQ, de uma regulamentação que estimule a interação UFPI/empresa: Tal como exposto anteriormente, a UFPI apresenta laboratórios e equipamentos de última geração, que permitem análises e determinações que podem ser de grande utilidade para a insipiente indústria regional. Os laboratórios e o conhecimento técnico podem ser utilizados para oferecer cursos de treinamento em colaboração com empresas. Esta colaboração necessita do amparo de uma regulamentação interna a fim de evitar abusos. Ao mesmo tempo, a colaboração com o setor produtivo pode ser uma nova fonte de financiamento das pós-graduações e, ao mesmo tempo, deve ser mais um mecanismo de aproximação com a sociedade.

- **Metas de infraestrutura e financiamento para a Pós-Graduação:**

**a)** Sistematizar a aquisição de bibliografia específica para as pós-graduações: O portal CAPES, de grande importância para as Pós-Graduações, oferece principalmente a pesquisa em bancos de dados e o acesso a periódicos científicos. O acesso a livros *on-line* e em formato *pdf* é bem restrito. Isto é insuficiente para o ensinamento do estado da arte em diversas áreas de pesquisa. A aquisição de material bibliográfico específico é parte da infraestrutura das pós-graduações, inclusive parâmetro de avaliação pela CAPES. A aquisição de material bibliográfico específico será veiculada através da coleta de informações anuais mediante emissão de memorando eletrônico às pós-graduações e posteriormente realização de pregão eletrônico correspondente. O material bibliográfico pode ser no formato digital e/ou físico;

**b)** Aumentar a captura no CT-INFRA em pelo menos 5% ao ano: Atingiríamos entre 60 e 65% do nosso potencial no final do PDI e nas atuais condições. Cabe destacar que o limite que pode aplicar a UFPI nos editais CT-INFRA é determinado pelo número de doutores da instituição. Assim, as metas estabelecidas quanto à qualificação do quadro docente são de máximo interesse para aumentar o financiamento das pós-graduações;

**c)** Aumentar a captura no Edital Pro-Equipamentos da CAPES. Neste caso, como nos dois últimos anos temos atingido 100% do teto permitido, o único caminho será através da abertura de novos programas de Pós-Graduação:

- Estimular a abertura de novos programas;

- Estimular a qualificação docente para atuação em Pós-Graduação;

É importante destacar que o financiamento do Pró-Equipamentos, é feito pelo número de programas habilitados na instituição, nesta conta não entram programas em rede, isto é programas como RENORBIO, PROFIMAT, contam para a instituição sede. Neste sentido para estimular a abertura de novos programas é necessário aumentar a base de professores com título de doutor para poderem exercer atividades de pós-graduação;

**d)** Estruturação dos laboratórios de pesquisa das pós-graduações:

- Criação de laboratórios específicos de acordo com as demandas das Pós-Graduações. No momento, a UFPI conta com as seguintes demandas específicas:

**i.** Biotério central: a criação do biotério central permitirá o fortalecimento de todos os programas ligados a ciências biológicas, em especial Ciências Farmacêuticas, Farmacologia, Biotecnologia, e Ciência Animal entre outros;

**ii.** Estação de Tratamento de Resíduos: a criação deste laboratório obedece necessidades práticas decorrentes dos programas de Pós-Graduação em áreas de Ciências Exatas e, ao mesmo tempo, encontra seu fundamento na linha considerada importante pelo MCT&I "Fomento à Inovação e à Economia Verde";

**iii.** *Cloud Computing* (Computação em nuvem): atualmente diversos programas requerem a necessidade de computação de alto desempenho e a universidade vem suprindo as necessidades de forma individualizada. No entanto, visando otimização dos recursos, a disponibilização de uma infraestrutura em nuvem, que permita a realização de cálculos e acesso a dados desde qualquer ponto com acesso a internet é uma solução;

**iv.** Estação de Criogenia: atualmente a demanda por líquidos criogênicos de diversos setores, como Química, Ciência animal, Física e Ciência dos Materiais tem uma importância considerável no orçamento da UFPI. A aquisição para produção local é uma forma de propiciar a diminuição de custos;

**v.** Casas de vegetação: a demanda por casas de vegetação para o desenvolvimento de pesquisas é uma realidade para os PPGs do CCA. A aquisição dessas estruturas permitirá o desenvolvimento de pesquisas de alto nível pela possibilidade de manutenção e manejo das condições ambientais.

Tal como apontado pelo documento do MCT&I, o alinhamento com as linhas consideradas prioritárias é fundamental para a captura de recursos junto aos órgãos dependentes deste ministério. Assim, as pós-graduações deverão encaminhar projetos considerando as áreas propostas por este documento e a PRPG deverá orientar esforços de forma a propiciar a construção de laboratórios multiusuários específicos como por exemplo:

**vi.** Laboratório de Microscopia - um laboratório de alta complexidade que permita análise de materiais através de microscópios ópticos, eletrônicos de varredura, transmissão e/ou microscopia confocal de fluorescência. Um laboratório como este beneficiará diversas áreas como Biotecnologia, Farmacologia, genética e melhoramento, Física, Química e Ciência de Materiais entre outros;

**vii.** Laboratório de Nanomateriais - Nanomateriais estão hoje inseridos em diferentes produtos, alguns deles já em escala comercial em diversas áreas como vestimenta (nanomateriais para roupas que não sujam) e medicina (nanomateriais com ação bactericida). Assim, seguindo a tendência mundial em pesquisa, e considerando que a área tida como prioritária pelo MCTI, a UFPI propõe a criação de um laboratório que permita a síntese, fabricação e caracterização de nanomateriais;

**viii.** Laboratório de Smicondutores - que permita desde a análise e caracterização de materiais semicondutores até a montagem de dispositivos e protótipos que permitam testar esses materiais. Acompanhando a tendência mundial este laboratório não deve estar restrito ao estudo de materiais semicondutores inorgânicos, mas também a semicondutores orgânicos e/ou materiais híbridos. A posição geográfica particular da UFPI, onde a incidência de radiação solar é uma das maiores do país, coloca a região entre as favoritas para geração de energia solar. Neste sentido um laboratório específico, que acompanhe as novas tendências mundiais, permitirá a formação de pessoal altamente qualificado e pronto para responder à demanda local, fortalecendo a economia da região;

**ix.** Laboratório de Filmes Finos, Superfícies e Interfaces - a área de filmes finos, superfícies e interfaces é de notória importância para o desenvolvimento de diversos processos tecnológicos, como películas antirreflexo, recobrimento de ferramentas para aumentar a vida útil, adesão, desenvolvimento de tintas e muitos outros problemas de interesse para a indústria. Na comunidade acadêmica o estudo de efeitos e processos físicos e químicos que ocorrem na interface é de grande importância para áreas como Ciência de Materiais, Química e ou física. Assim a aquisição de equipamentos específicos que permitam produzir e caracterizar a superfície e ou interface de materiais. Um laboratório como este teria a capacidade de oferecer formação de mão de obra altamente qualificada para aplicações industriais com capacidade para modificar a atual situação de estagnação da indústria regional;

**x.** Laboratório de Espectroscopia - a espectroscopia no sentido mais amplo deve abarcar desde espectroscopia vibracional, com técnicas como Raman, Microram, Infravermelho, óptica não linear, fluorescência, e fluorescência resolvida no tempo entre outros. Técnicas específicas como as mencionadas, são de grande interesse para áreas de Materiais, Química e Física para o desenvolvimento de novos materiais com propriedades específicas de acordo com as demandas. Sendo assim, um laboratório multiusuário;

**xi.** Laboratório de Análise Elementar;

**xii.** Aquisição de equipamentos de grande porte com o objetivo de aparelhar os laboratórios das pós-graduações: Neste sentido pode-se mencionar alguns equipamentos de grande porte de interesse, tal como: Microscópio Eletrônico de Transmissão;

**xiii.** Laboratório de Biotecnologia - Laboratório de Biotecnologia: considerando a importância e o papel estratégico para o Brasil da Biotecnologia, ao mesmo tempo a situação geográfica do Piauí com dois ecossistemas importantes como são: o Delta do Parnaíba e o Serrado (considerado a última fronteira agrícola), a UFPI propõe este laboratório com diversas competências para análises de alta complexidade envolvendo desde a biologia molecular até a descrição e classificação de espécies autóctones e, ao mesmo tempo, permita o melhoramento genético de plantas e animais destinados à produção. Um laboratório como este contribuiria diretamente com o desenvolvimento e fortalecimento econômico da região;

**xiv.** Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Agrárias: As ciências agrárias representam um papel importante para o desenvolvimento do estado e da região. Atualmente, o CCA conta com 237 alunos de Pós-Graduação ativos, distribuídos entre três cursos de Pós-Graduação, dos quais dois oferecem curso em Nível de Doutorado. É de destacar também a demanda da sociedade por estes cursos de Pós-Graduação, onde apresenta-se uma das maiores concorrência por vaga para Pós-Graduação (de 3 à 4 candidatos por vaga dependendo do Curso). Assim, a construção deste núcleo veria a atender uma antiga demanda do setor e da sociedade;

**e)** Sistematizar a aquisição de material de consumo para os laboratórios de pesquisa das pós-graduações. Realização anual de pregões eletrônicos para aquisição de vidrarias, regentes, gases especiais, etc.

- **Metas para o processo de internacionalização da Pós-Graduação:**

**f)** Fomentar a atuação no programa Ciência sem Fronteiras;

**g)** Fomentar a atuação em programas de intercâmbio internacional.

- **Metas para redução das ameaças ao crescimento do sistema de Pós-Graduação:**

  - Reestruturar a PRPG com duas novas coordenações e duas novas chefias:

**1.** Coordenação *lato sensu* e Qualificação Institucional: Atualmente a Coordenação de Pós-Graduação acumula as seguintes funções: controle acadêmico de todos os programas stricto senso e lato senso, coordenar o aperfeiçoamento de docentes e de funcionários. Considerando a importância da qualificação docente, estabelecida no plano de metas do PNE, a criação desta nova coordenação, Coordenação *Lato Sensu* e Qualificação Institucional algumas responsabilidades seriam transferidas para esta nova coordenação, como por exemplo, responsável pelo controle acadêmico do Lato Sensu,

controle dos afastamentos docentes e de funcionários para aperfeiçoamento. Esta coordenação será responsável pela elaboração e controle de convênios e projetos MINTER e DINTER com o objetivo de aumentar a relação de docentes com titulação em nível de doutorado.

**2.** Coordenação de Intercâmbio. Responsável pelo estímulo e orientação de docentes e discentes para intercâmbios nacionais e internacionais, sendo responsável pela elaboração e controle de termos de cooperação projetos como Casadinho, e PROCAD no âmbito nacional e no internacional CAPES-COFECUB, CAPES-DAAD, e CAPES-Fulbright, entre outros. Ao mesmo tempo deve estimular a participação em programas como Ciências sem Fronteiras e estimular a vinda de pesquisadores visitantes para os programas. Em outras palavras esta coordenação seria responsável por alavancar o processo de internacionalização dos programas.

**3.** Chefia de Controle financeiro. Esta chefia deve auxiliar no controle financeiro e execução de verbas e projetos como PROAP, CT-infra, e Pro-Equipamentos. Um exemplo particular são os problemas que tem sido detectados quanto a execução do PROAP, demoras excessivas no empenho para aquisição de passagens e reservas de hotel para professores visitantes, problemas na elaboração de relatórios financeiros junto à órgãos como CAPES e FINEP, entre outros. Assim, esta chefia teria a função de apenas controlar o fluxo financeiro e fornecimento de dados para elaboração de relatórios financeiros.

**4.** Chefia de apoio jurídico. Nos últimos tempos a UFPI tem recebido diversas notificações judiciais decorrentes de controvérsias como a necessidade de proficiência em língua estrangeira, alunos com prazo esgotado que querem defender dissertação fora do prazo, alunos alegando problemas de saúde que solicitam estender o prazo e alunos com mais de duas reprovações. Em geral, todos optam pelo mandado de segurança para defender a dissertação, no entanto, depois do julgamento da causa o fato é que o mesmo defendeu e o título foi concedido. Desta forma, a Chefia de apoio jurídico visa dar maior segurança jurídica aos processos e colaborar na comunicação UFPI – sistema judiciário.

- Elaboração de uma regulamentação específica em conjunto com a PROPESQ e PREG relativa à carga horária docente;

➢ **Metas de crescimento do sistema de pós-graduação:**

**a)** Aumento do número de docentes com titulação em nível de doutorado dos atuais 45% para 75%: Isto permitirá expandir o sistema de pós-graduação, pois professores sem titulação não podem atuar em pós-graduação. Esta meta está relacionada com a meta de abrir novos programas, que ao mesmo tempo, está relacionada com a meta do aumento do financiamento, pois editais como Pro-Equipamentos é financiado pelo número de programas habilitados na instituição;

**b)** Abertura de 20 novos PPGs em nível de mestrado *Stricto Sensu* (quatro por ano): A abertura de novos programas depende da formação de grupos de doutores com produção bibliográfica na área que se pretende abrir o programa. Em algumas áreas, a CAPES, restringe a participação de professores em apenas dois programas. Desta forma o aumento da relação de doutores na instituição é essencial para o crescimento no número de programas;

**c)** Redução de 80% para 60% dos programas nível 03: A UFPI tem um grande número de programas com conceito CAPES 03 devido ao crescimento experimentado nos últimos 05 anos. O conceito 03 impede a abertura de doutorado na área, assim, para reforçar o sistema de pós-graduação e consolidar o mesmo, é necessário que um grande número de programas obtenham nota 04 para pleitear a abertura em nível de doutorado;

**d)** Aumentar em 200% o número de cursos em nível de doutorado;

**e)** Atingir 60% dos discentes com bolsa nas áreas que demandam dedicação exclusiva (atualmente este porcentual é de 40%).

### 5.3 Políticas Institucionais para a pesquisa e inovação tecnológica

Um dos entendimentos mais consistentes dos tempos atuais é que a ciência, a tecnologia e a inovação desempenham papel central no conjunto da vida social. As universidades de nossos dias tem lugar importante nos chamados "Sistemas Nacionais de Inovação", conceito atualmente usado para designar as complexas interações entre as diversas instituições intervenientes no processo de desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo, e seus respectivos espaços socioculturais, os quais funcionam como elementos potencializadores dos processos de inovação.

Além das universidades, os Sistemas Nacionais de Inovação são integrados por governos (em suas diversas esferas de atuação), centros e institutos de pesquisa, empresas, instituições financeiras, agências reguladoras e de fomento e são voltados para a transformação do conhecimento produzido no âmbito das instituições de pesquisa científica em tecnologias voltadas diretamente para atividades produtivas, como também para o enfrentamento de desafios sociais, como instrumentos do processo de desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.

Preocupada com os desafios da contemporaneidade a UFPI estabeleceu objetivos estratégicos para o próximo quinquênio 2015-2019, direcionados à pesquisa e inovação tecnológica, a seguir listados:

- Estimular as vocações em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável;
- Mobilizar talentos que atuam em áreas da fronteira da ciência;

- Atender às novas exigências de qualificação em diversas áreas de conhecimento;
- Elevar a posição da UFPI em produtividade científica e capacidade acadêmica;
- Expandir os programas de formação de recursos humanos em todas as áreas de conhecimento, equiparando-se as grandes universidades brasileiras;
- Preparar os discentes para serem protagonistas dos distintos campos da ciência.

### 5.3.1 Pesquisa e produção científica

As diretrizes institucionais que nortearão a pesquisa e produção científica como integrantes do sistema de inovação, no quinquênio 2015-2019, estão detalhadas no Quadro 49.

**Quadro 49** - Políticas Institucionais para a pesquisa e inovação tecnológica, quinquênio 2015-2019

| Nº | Objetivo a ser alcançado (2015-2019) | Situação atual | Meta(s) (relacionada (s) | Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Aumentar o número de bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) CNPq/UFPI.<br><br>Aumentar o número de bolsa de Iniciação Científica para discentes ingressos por ações afirmativas (PIBIC-AF) - CNPq/UFPI. | Para o biênio 2014-2016, temos 210 bolsas (PIBIC/CNPq) e 210 bolsas (PIBIC/UFPI), totalizando 420 bolsas, atendendo a 62,0% da demanda;<br>Aumento de 30% entre 2010 e 2014;<br><br>Para o biênio 2014-2016 temos 15 bolsas (PIBIC/CNPq) e 15 bolsas (PIBIC/UFPI), total 30 bolsas, atendendo a 100,0% da demanda; | Aumentar para 80% o atendimento dos pedidos de bolsas de iniciação científica, ou seja, totalizando 540 bolsas em 2019;<br><br>Aumentar em 5% o número de bolsas de PIBIC-AF para discentes com Deficiência visual/motora; | Primar pela qualidade do Relatório Institucional a ser enviado pelo CNPq;<br>Manter a composição do Comitê preferencialmente com bolsistas de produtividade;<br>Articular parceria com a FAPEPI para concessão de bolsas de IC;<br>Pleitear junto à administração da UFPI um aumento de recursos orçamentários para bolsas de IC;<br>Melhorar a qualidade das informações no Relatório Institucional no que diz respeito ao número de discentes engajados no programa por Cota;<br>Articular com a PRAEC a criação de condições de pesquisa para discentes com deficiência visual/motora; |
| 2 | Aumentar o número de discentes na Iniciação Científica Voluntária (ICV). | O Programa ICV conta com 400 discentes, sendo orientados por docentes mestres e doutores; | Aumentar em 30% o número de discentes engajados no ICV; | Difundir a importância da integração do ensino e da Pesquisa como demandas sociais, buscando comprometimento da comunidade universitária;<br><br>Difundir a política de creditação de carga horária de iniciação científica como atividade complementar nos cursos de graduação; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 3 | Melhorar a gestão do Programa PIBIC Ensino Médio. | O Programa PIBIC Ensino Médio tem 100 bolsas para o biênio 2014-2016, sendo que a taxa de utilização das bolsas vem caindo ao longo dos anos; | Manter a taxa mensal de ocupação das bolsas em 100%;<br><br>Aumentar o número de escolas participantes do PIBIC-EM;<br><br>Aumentar o número de docentes interessados no programa; | Realizar articulações com escolas públicas de ensino médio para inserir no PIBIC –EM;<br>Descentralizar a gestão do PIBIC-Em;<br>Realizar os Seminários EC nas escolas participantes;<br>Instituir a premiação para os melhores trabalhos;<br>Articular os PPGs da UFPI com as escolas. |
| 4 | Consolidar o Programa Jovens Talentos na UFPI. | A UFPI conta com 335 bolsistas Jovens Talentos; | Ampliar a divulgação do programa junto aos alunos ingressos da UFPI<br>Criar mecanismos para fortalecer o interesse dos pesquisadores pelo programa JTCIC; | Melhorar a comunicação com a CAPES com respeito a esse programa;<br>Ampliar os canais de comunicação com a comunidade acadêmica;<br>Buscar aumentar a interação entre os programas de iniciação cientifica e o programa jovens talentos. |
| 5 | Consolidar Seminário de Iniciação Científica da UFPI como o maior e melhor evento da categoria no Piauí. | O Seminário de Iniciação Científica da UFPI ocorre anualmente; | Ampliar o escopo e dimensão do evento, através da:<br>Realização de quatro minicursos e palestras diversas;<br>Agilizar a entrega da premiação para os melhores trabalhos;<br>Financiar a participação dos trabalhos premiados na Jornada Nacional de IC, na reunião da SPBC;<br>Aumentar a interação com a comunidade externa à UFPI; | Ampliar a divulgação do Seminário de IC;<br>Manter a participação de pesquisadores renomados no evento;<br>Buscar parcerias para premiação dos agraciados com o prêmio de melhores trabalhos de IC;<br>Articular com a PRAD e Superintendência de Comunicação Social o atendimento dos recursos de material de divulgação e outros;<br>Aumentar o número de minicursos durante o evento; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 6 | Melhorar a qualidade dos Grupos de Pesquisa da UFPI - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/ CNPq. | No Censo de 2010 do CNPq, constavam 172 grupos de pesquisa certificados, atualmente há registrado 235 grupos, sendo a maioria dos grupos se enquadram em casos de atipicidade do CNPq; | Elevar para 300 o número de grupos de pesquisa certificados e atualizados.<br>Eliminar em 100% os casos atípicos dos grupos de pesquisa da UFPI<br>• Grupos unitários (formados por apenas 1 pesquisador);<br>• Grupos sem estudantes;<br>• Grupos sem técnicos;<br>• Grupos com mais de dez pesquisadores;<br>• Grupos com mais de 10 linhas de pesquisa;<br>• Grupos onde o líder não é doutor;<br>• Pesquisadores que participam de quatro ou mais grupos;<br>• Estudantes que participam de dois ou mais grupos. | Apoiar os grupos de pesquisa nas áreas ligados aos cursos de mestrado e doutorado oferecidos pela UFPI, sinalizando a integração da graduação com a pós-graduação;<br>Dar suporte aos pesquisadores no cadastramento/atualização e garantir crescimento/consolidação dos grupos de pesquisa;<br>Facilitar o trabalho de certificação pela Instituição dos Grupos de pesquisa, verificando os casos atípicos (especialmente pesquisadores que participam de quatro ou mais grupos e estudantes que participam de dois ou mais grupos). |
| 7 | Dinamizar os Núcleos de Pesquisa | A UFPI tem 58 núcleos de pesquisa registrados na CPES, distribuídos conforme discriminação a seguir, de acordo com o critério de vinculação: | Elevar para 80 o número de Núcleos de Pesquisa da UFPI.<br>Exigir a apresentação do Relatório Anual no mês de dezembro;<br>Credenciar/Descredenciar anualmente os Núcleos de Pesquisa de acordo com o desempenho anual; | Diagnosticar a situação de infraestrutura, equipe técnica e produção acadêmica dos núcleos da UFPI<br>Readequar a Resolução do CEPEX nº 106/09 de criação de Núcleos de Pesquisa, considerando as novas demandas da pesquisa e incluir critérios de avaliação de desempenho;<br>Apoiar os núcleos de pesquisa mais dinâmicos e vinculados à pós-graduação;<br>Promover encontros dos coordenadores de Núcleos de Pesquisa para avaliação e criação de critérios de desempenho |
| 8 | - Aumentar o número de pesquisadores com Bolsa Produtividade. | - No momento a UFPI conta com 35 pesquisadores PQ/CNPQ; | Aumentar em 40% o número de pesquisadores PQ/CNPQ; | Estimular a participação dos pesquisadores nos editais PQs;<br>Consolidar o edital de fomento PQ/UFPI; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 9 | - Aumentar o financiamento de pesquisa; | - No ano de 2013 a UFPI conseguiu levantar R$ 887.726,85através das agências de fomento CNPQ, FAPEPI, com projetos cadastrados na CPES; | Aumentar em 30% o valor dos projetos financiados por essas agências de fomentos; | Desenvolver um mecanismo de incentivo ao cadastramento desses projetos junto à PROPESQ;<br>Divulgar os editais de pesquisa em aberto;<br>Consolidar o edital de auxilio a pesquisa da UFPI;<br>Buscar outros meios de financiamento e divulga-los entre os pesquisadores da UFPI;<br>Capacitar os pesquisadores na área de elaboração de projetos científicos através de cursos direcionados; |
| 10 | - Consolidar a interiorização dos CEPs.; | No momento a UFPI conta com apenas um CEP, para experimento com humanos e outro para animais; | Aumentar a quantidade para 04 (quatro) no quinquênio; | Estimular a abertura de CEPs nos Campi do interior;<br>-Encorajar a especialização do CEP da capital, divisão entre Saúde e "outras áreas"; |
| 11 | - Consolidar o Comitê de Ética em Experimentação Animal | Atualmente, o CEEA utiliza o biotério do CCA como referência | Construção de um biotério central e contratação de um quadro de servidores especializados; | Buscar através das agencias de fomento e do governo federal recursos para a construção do Biotério Central da UFPI; |
| 12 | - Criação de novos Laboratórios para pesquisa e ensino; | No momento a UFPI conta com recursos provenientes dos editais CT-INFRA e Pró-Equipamentos para atender demandas de áreas com programas de Pós-Graduação; | Adicionar em 20% o número de laboratórios dedicados ao ensino e pesquisa em nível de graduação; | Estimar as necessidades e a situação atual destes laboratórios na UFPI;<br>Criar um fundo para a viabilização desses projetos; |
| 13 | - Fortalecer o PROEC; | O PROEC analisa o mérito das propostas e encaminha aos centros; | Agilizar o processo de analise e divulgação do PROEC; | - Divulgar os critérios de avaliação do PROEC;<br>- Agilizar o tramite desses processos; |
| 14 | - Constituir uma política de publicação; | As iniciativas surgem a partir do interesse e esforço individual de pesquisadores e departamentos; | Aumentar a quantidade de publicações e divulgação de pesquisas da UFPI, no Brasil e no Exterior; | Trabalhar em conjunto com a editora da UFPI para aumentar a capacidade de publicação desta;<br>Associar-se à Biblioteca da UFPI para o aprimoramento do banco de dados e sistema de acesso do acervo próprio da UFPI;<br>Auxiliar na tradução /edição de artigo a serem publicados em periódicos com alto valor de impacto;<br>Associar-se ao NTI para normatizar o portal de periódicos eletrônicos da UFPI;<br>Criar o Anuário de divulgação das pesquisas da UFPI e da PROPESQ. |

Fonte: PROPESQ

### 5.3.2 Inovação Tecnológica

O NINTEC é o órgão da UFPI gestor da propriedade intelectual. Considerando suas atribuições normativas, o Núcleo participa de programas, tais como: Rede NIT-NE: Fase II – FINEP, onde as metas, em sua maioria, coincidem com as ações do próprio NINTEC/UFPI. Vale enfatizar que é seguido na UFPI um plano de gestão considerando as demandas e limitações, porém, com a meta principal de tonar o NINTEC a partir do próximo quinquênio, um centro de referência e excelência na área de propriedade intelectual e licenciamento de tecnologias no mercado. Para tal foram estabelecidas as três áreas estratégias, que são: Gestão de Inovação e Propriedade Intelectual (GIPI); Gestão de Transferência de Tecnologia (GTT); e, Gestão de Processos Internos e Política Institucional (GPI).

#### 5.3.2.1 Gestão de Inovação e Propriedade Intelectual (GIPI)

Compreende os objetivos e metas relacionados a divulgação e orientação sobre a Propriedade Intelectual(PI), assim como o gerenciamento do acervo e da apropriação de Propriedade Intelectual.

Os objetivos, metas e estratégias de ação para o próximo quinquênio são descritos a seguir.

- **Objetivos:**

1 – Divulgar e orientar: alinhamento e adequação ao novo paradigma / cultura;

2 – Gerenciar o acervo da Propriedade Intelectual (PI);

3 – Gerenciar a apropriação de Propriedade Intelectual (PI) da UFPI;

4 – Gerenciar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológico e Inovação (PIBITI);

5 – Aumentar o número de depósitos de patentes e registro de software da UFPI, e estimular a proteção de outras PIs;

6 – Melhorar a estrutura física da CITEC e NINTEC;

7 – Ampliar o espaço da CITEC e NINTEC para que seja notabilizado nacionalmente como ambiente adequado ao gerenciamento de PI, com setorização dos serviços por áreas estratégicas;

8 – Difundir a cultura do movimento empreendedor junto ao publico acadêmico da UFPI;

- Metas:

**1.** Manter e promover a cooperação técnica com o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), para a oferta constante de cursos de formação em Propriedade Intelectual (PI);

**2.** Disseminar e aumentar o ensino de PI nos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação da UFPI, principalmente nos cursos de engenharias e técnicos;

**3.** Organizar minicursos e oficinas de conteúdo especifica ao tema de PI à equipe do NINTEC/UFPI e aos bolsistas do programa PIBITI, treinamento constante;

**4.** Organizar um evento Nacional de PI & TI anualmente;

**5.** Divulgar a Propriedade Intelectual à comunidade da UFPI e a Sociedade por meio de publicações de catálogos, artigos, boletins, jornais televisão e mídia em geral;

**6.** Organizar e setorizar os serviços do NINTEC e CITEC pelas áreas estratégicas;

**7.** Implantar disciplinas voltadas para proteção de PI em, pelo menos, 5 cursos de graduação na UFPI(graduação, pós-graduação e técnicos);

**8.** Dotar o SemiPI de importância reconhecida internacionalmente

**9.** Mapear os projetos de pesquisa, avaliar e classificar os seus resultados e a conveniência de sua divulgação;

**10.** Manter atualizada e ampliar a base de dados de PI e carteira de PI da UFPI;

**11.** Estimular a proteção, o licenciamento e transferência de tecnologia;

**12.** Aumentar o numero de projetos inovadores e patentes, criando um setor de excelência, que interaja NINTEC/CITEC e Incubadoras de empresas da UFPI;

**13.** Realizar anualmente o processo de seleção, acompanhamento e avaliação das bolsas do Programa PIBITI;

**14.** Aumentar a demanda de registros de tecnologias e softwares em 100% no próximo quinquênio;

**15.** Tornar o NINTEC reconhecido nacionalmente como referência em formação e capacitação em PI;

**16.** Ampliar o espaço da CITEC e NINTEC para que seja notabilizado nacionalmente como ambiente adequado ao gerenciamento de PI;

**17.** Ampliar a parceria e apoio as incubadoras e empresas juniores a nível interno e externo com a órgãos de gestão de empreendedorismo, como SEBRAE, IEL, SENAI e outros.

- **Estratégias de Ação:**

1. Efetivar parcerias através de cooperação técnica com o INPI, SEBRAE e IEL;

2. Oferecer capacitação técnica especializada na comunidade da UFPI e do estado através de cursos em cooperação com o INPI e OMPI;

3. Incluir a disciplina de PI nos cursos técnicos da UFPI;

4. Manter e aumentar as disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI;

5. Promover treinamentos específicos de curta duração e encontros técnicos a equipe da CITEC e NINTEC;

6. Promover minicursos e treinamento aos grupos de pesquisa da UFPI e participantes do Programa de bolsas PIBITI;

7. Promover e cursos, seminários, workshop, e palestras à comunidade da UFPI e a comunidade externa;

8. Organizar anualmente o Seminário de Propriedade Intelectual (SemiPI), evento já consolidado na comunidade da UFPI/NINTEC, e Mostra de Tecnologias da UFPI;

9. Organizar anualmente o SDTI, evento de apresentação de resultados dos projetos do edital PIBITI;

10. Elaborar e manter atualizados: material de divulgação e orientação sobre e procedimento de proteção da Propriedade Intelectual; folders, guias, cartilhas, catálogos, manuais, artigos, etc;

11. Divulgação por meio de entrevistas em jornal, rádio, TV e mídia eletrônica;

12. Sensibilização junto à Administração Superior da importância do NINTEC e de seus eventos.

13. Buscar parcerias com agências de fomento para dotar as ações do NINTEC, principalmente o SemiPI, de autonomia de recursos para sua realizações;

14 Mapeamento anualmente e classificação dos projetos de pesquisa cadastrados na PRP e avaliar os resultados sobre a conveniência de sua divulgação;

15. Manter o cronograma de resultados dos projetos de pesquisa do Programa PIBITI e acompanhar a evolução dos resultados;

16. Ampliar a informação de projetos de P&D finalizados e em curso e seu mapeamento visando identificação e classificação de potencial PI P&D &I, PI, carteira de tecnologias disponíveis para exploração comercial e tecnologias transferidas, identificação dos parceiros para TT;

17. Manter o gerenciamento das PIs da UFPI depositadas no INPI, com acompanhamento mensal dos títulos em relação a pagamentos e atendimento de exigências e demais procedimento junto aos processos e tramitação no INPI;

18. Atualizar mensalmente a base de dados de PI da UFPI;

19.Manter e aprimorar o processo de entrevistas e procedimento de atendimento dos inventores no momento do pedido de deposito e registro de PIs;

20. Realizar processo seletivo interno para concessão de bolsas do programa PIBITI; implantar acompanhar e organizar evento de avaliação final dos projetos do programa PIBITI;

21. Disseminação dos resultados já alcançados e estímulo aos pesquisadores através do Seminário de PI anual e outras formas de comunicação, como palestras, minicursos e divulgação do portfólio de PIs na mídia principalmente buscando o publico empresarial;

22.Aumentar a equipe de profissionais do CITEC e NINTEC;

23. Promover a formação continuada da equipe da CITEC e NINTEC/UFPI;

24. Participação conjunta em editais de fomento a pesquisa e formação de RH específicos da área.

### 5.3.2.2 Gestão de Transferêmcia de Tecnolgia (GTT)

- Objetivo:

1 – Promover a valoração, o Licenciamento e a Transferência de Tecnologia das tecnologias da carteira de PIs da UFPI;

- **Metas:**

1. Promover pelo menos duas rodadas de negócios por ano;
2. Promover uma Mostra de tecnologias por ano;
3. Promover a divulgação das tecnologias e competências do NINTEC relativos à elaboração e gerenciamento de contratos de transferência de tecnologias (TT);
4. Participar e promover eventos com empresários para tratar de negócios;

- **Estratégias de ação:**

1. Organizar e publicar catálogos de PIs atualizados anualmente;
2. Organizar rodadas de negócios nos eventos: SemiPI, e Feiras de tecnologias do Estado; e demais eventos da área;
3. Realizar análise de valoração das tecnologias;

### 5.3.2.3 Gestão dos Processos Internos e Política Institucional

- **Objetivos:**

1 – Incrementar a Política Institucional quanto a Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT);

2 – Fortalecer as parcerias com entidades voltadas ao desenvolvimento sustentável e aos biomas regionais.

- **Metas:**

1. Revisar a resolução 036/08/CONSUN /UFPI e do Regimento do NINTEC, resolução Nº 019/08/CONSUN /UFPI;
2. Elaborar anualmente Relatórios de gestão e FORMICT/MCTI;
3. Participar de novas redes de núcleos congêneres de âmbito estadual, regional e/ou nacional;
4. Firmar parcerias com instituições voltadas para conservação do meio ambiente e da biodiversidade e fortalecer as pesquisas no bioma do estado;

- **Estratégias de ação:**

1. Analise e adequação ao marco regulatório atual e crescimento da UFPI;
2. Compactação de dados e elaboração de relatórios de gestão;
3. Estimular a pesquisa em biodiversidade nos departamentos da UFPI com estreita ligação com a matéria.
4. Incrementar no evento SemiPI mais palestras versando sobre biodiversidade e patente verde, principalmente sobre Gestão de Resíduos.

A Lei de Inovação, Lei nº 10.973/04, que trata sobre os incentivos à inovação e pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e estabelece:

> Art. 16. A ICT deverá dispor de núcleo de inovação tecnológica, próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação.
> Parágrafo único. São competências mínimas do núcleo de inovação tecnológica:
> I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
> II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;
> III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;
> IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
> V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
> VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

O NINTEC/UFPI desde sua criação, que remota do ano de 2006, tem aglutinado esforços para cumprir suas atribuições legais e institucionais e obter uma posição de reconhecimento, segundo o que estabelece sua Missão de "promover e disseminar a cultura de inovação e transferência de tecnologia, a proteção e licenciamento dos produtos de pesquisa e defesa dos direitos autorais de obras da UFPI, fortalecendo as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na instituição e efetivando parcerias que venham a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região e; sua Visão, que é "tornar-se um centro de referência com excelência na área de Propriedade Intelectual (PI), licenciamento de tecnologias no mercado de tecnologias e empreendedorismo da região Nordeste, por meio da disseminação e da transformação da cultura de PI na UFPI".

Assim, duas diretrizes organizacionais nortearão o próximo quinquênio: a otimização do uso de recursos humanos e financeiros; e a divulgação do NINTEC/UFPI junto ao público interno (docentes; discentes; e, técnicos administrativos) e externo (empreendimentos privados e coletivos; inventores independentes; órgãos de governo; agências de fomento; entidades promotoras de empreendedorismo e inovação; e demais interessados).

A Propriedade Intelectual, entendida como um conjunto de direitos que incidem sobre a criação do intelecto humano, é a matéria-base dos trabalhos do Núcleo, cabendo-nos auxiliar o inventor/pesquisador a proteger sua propriedade intelectual e a titularidade da UFPI, defendendo-os de práticas inapropriadas das atividades comerciais e industriais e da concorrência desleal, assegurando-os, por meio de mecanismos e estâncias legais cabíveis, o privilégio de sua exploração.

Neste contexto, o NINTEC/UFPI encontra-se diretamente relacionado às etapas de apoio e estímulo às pesquisas na Instituição, com o intuito de identificar as tecnologias comercializáveis e estimular a solicitação da proteção, licenciamento e transferência dessas tecnologias.

### 5.4 Políticas Institucionais para a Extensão Universitária

As diretrizes para a política de extensão e cultura da UFPI para este novo quinquênio, encontram-se registradas na Resolução 035/14 – CEPEX de 14 de março de 2014.

Ao traçar sua Política de Extensão a UFPI o que prevê o seu Estatuto onde registra a faculdade de "Estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão indissociáveis no âmbito da Universidade" acaba por reforça que a Universidade guiar-se-á pela referida indissociabilidade como uma das formas de observar princípios constitucionais. Com a iniciativa, dá-se a materialidade ao compromisso da Universidade com a transformação da sociedade, de forma a torna-la num instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.

Neste documento destacam-se pontos que mais fortemente institucionalizam as ações de extensão praticadas nessa IES, como os artigos que regem o permanente e crescente fomento à extensão e cultura, a urgente curricularização das atividades extensionistas, a implantação da extensão na modalidade à distância, a construção do Plano de Cultura da UFPI, e finalmente, a internacionalização da extensão.

O texto da Resolução 035/14 – CEPEX está transcrito, a seguir:

> "**Art. 1º -** Aprovar as Diretrizes da Política de Extensão Universitária da UFPI para o período 2014-2020, coadunando ao Plano Nacional de Educação – PNE (2011-2020) e à Politica Nacional de Extensão Universitária do FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão de Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.
> **Art. 2º** - Reafirmar o Conceito de Extensão Universitária que, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.
> **Parágrafo Único** - Assim definida, a Extensão Universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.
> **Art. 3º** - São Diretrizes da Política de Extensão Universitária da UFPI, 2014-2020:

I. Interação Dialógica com os demais setores da sociedade: caracterizada pela interação e intercâmbio do conhecimento construído na Universidade com instituições e organizações; desenvolvimento de parcerias institucionais internas e externas à Universidade;

II. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: caracterizada por intensas trocas entre áreas de conhecimento, interação de modelos e conceitos complementares, além da integração e convergência de instrumentos e técnicas para uma consistência teórica e operacional que estrutura o trabalho coletivo;

III. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão: caracterizada pela integração da ação extensionista à formação técnica e cidadã do estudante e à produção/difusão de novos conhecimentos e metodologias;

IV. Impacto na Formação do Estudante: caracterizado pela contribuição à formação técnico-científica, pessoal e social do estudante, explicitada em um plano didático-pedagógico que contenha a forma de orientação docente, critérios de avaliação e que facilite a flexibilização e a integralização curricular, com atribuição de créditos acadêmicos;

**V.** Impacto e Transformação Social: caracterizado pela contribuição à inclusão de grupos sociais; desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento; ampliação de oportunidades educacionais e do acesso a processos de formação e qualificação; contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento local, regional e nacional.

**Art. 4º** - Esta Política de Extensão Universitária da UFPI tem os seguintes objetivos:

**I.** Reafirmar a Extensão Universitária como um processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do estudante de graduação e pós-graduação, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;

**II.** Contribuir para que a Extensão Universitária interfira na solução dos grandes problemas sociais do Estado, incluindo o atendimento às demandas sociais e às ações de produção e difusão cultural e tecnológica;

**III.** Estimular atividades de extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da Sociedade, mantendo o compromisso com os direitos humanos, respeitando a diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros;

**IV.** Possibilitar novos meios de produção, inovação e disponibilização de conhecimento, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social da região a fim de ampliar as oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;

**V.** Assegurar a relação bidirecional entre a Universidade e a Sociedade para o desenvolvimento, produção e preservação cultural, artística e tecnológica relevantes para a afirmação do caráter regional e nacional;

**VI.** Promover atividades de extensão interinstitucionais voltadas para o intercâmbio nacional e internacional, inserindo a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes dessas atividades, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, em especial, os que atuarem a cooperação internacional latino-americana solidária;

**VII.** Garantir Programa de Fomento às atividades de extensão e cultura devidamente registradas e aprovadas nas instâncias acadêmicas, através do financiamento pelo orçamento da UFPI;

**VIII.** Buscar outras opções de financiamento das Atividades de Extensão através de parcerias com setores públicos e/ou privados;

**IX.** Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade, bem como, a institucionalização da carga horária em extensão nos Projetos Políticos Pedagógicos de todos os cursos de graduação da UFPI;

**X.** Permitir a gestão de espaços e aparelhos culturais da UFPI, para dentre outros objetivos, planejar arrecadação de demandas externas a fim de serem repassadas à PREX, para a retroalimentação das diversas atividades de extensão desenvolvidas nesta IES;

**XI.** Permitir a construção de novos regramentos a fim de abrigar, proteger e desenvolver iniciativas culturais e de empreendedorismo acadêmico-social nascidos na academia.

**Art. 5º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura".

A partir do ano de 2014, ficou instituída a política da gratuidade e acessibilidade às mais diferentes ações de extensão da PREX. São a instalação de instrumentos que permitem a presença e participação do aluno de cotas e demais que declaram com alguma necessidade especial. Terão a gratuidade nos eventos, cursos e demais ações com direitos iguais de participação e certificação desde que estejam condizentes com regras do registro de frequência e demais exigências das ações, reservando as particularidade de cada um.

As diretrizes para o aprimoramento dessa política na UFPI, no quinquênio 2015 – 2019 estão nos Planos de Metas detalhado no Quadro 50, a seguir.

**Quadro 50** - Plano Geral de Metas para a Extensão, quinquênio 2015-2019

**Meta 01:** elevar, em pelo menos 50%, os indicadores que permitem a melhoria quali-quantitativa da política de extensão da UFPI

| Objetivo a ser alcançado (2015-2019) | Meta(s) | Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s) |
|---|---|---|
| Consolidar as Ações de Extensão e Cultura, sob o princípio constitucional da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, dentro de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade. | 1. Fortalecer os programas/projetos de extensão primando por qualidade e impactos na sociedade, até 2019.;<br>2. Estimular a constituição de um banco de projetos para fonte de financiamento, em 2016;<br>3. Dispensar apoio especial ao Programa de Incubação de Empresas, em 2015;<br>4. Montar estratégia eficiente para licitação e empenho de bens dos diferentes programas de extensão, até 2019;<br>5. Estimular o fortalecimento das linhas de extensão que atenda o perfil da sociedade piauiense, até 2019;<br>6. Zelar pela qualidade e rapidez ao atendimento de ações demandas à PREX, até 2019. | 1. Oferecer oficinas de aprimoramento de programas/projetos;<br>2. Utilizar critérios fortes de seleção de projetos em editais;<br>3. Selecionar professores coordenadores pela análise do currículo Lattes.<br>4. Exigir currículo Lattes dos estudantes<br>5. Incrementar o número de bolsas de extensão, em 10% ao ano;<br>6. Delegar a avaliação de programas/projetos às Comissões de extensão bem qualificadas;<br>7. Divulgar os editais de fomento à extensão;<br>8. Provocar reuniões periódicas com os setores de licitação e empenho;<br>8. Substituir equipamentos de informática defasados alocados nos programas/projetos;<br>9. Implantar ferramentas eletrônicas para veicular registro de ações de extensões;<br>10. Promover intercâmbio de servidores em outras universidades que possuam a extensão bem consolidada;<br>11. Dar abrigo físico aos Comitês diretamente relacionados às ações da |

| | | |
|---|---|---|
| | | PREX. |
| **Meta 02: Participar dos editais das instituições de fomento (SESU/PROEXT/SECAD/SEB/SETEC/MEC)** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Captação de Recursos em Editais de agências de fomento e de outras fontes | 1. Fortalecer a extensão e a cultura da UFPI, em custeio, apoio logístico e de financiamento de bolsas para viabilizar o caráter de continuidade das ações na sociedade, até 2017;<br>2. Buscar parceria financeira, nacional ou internacional, para os projetos de cultura, até 2018;<br>3. Implantar o Programa de Bolsas de Extensão da UFPI, até 2016;<br>4. Pesquisar e dispor de fonte e calendário de financiamento de fontes não governamentais para projetos de extensão e cultura, até 2106; | 1. Identificar e disponibilizar fontes de fomento de programas/projetos e demais ações de extensão em agências de fomento e outras parcerias;<br>2. Estimular o estudo de viabilidade técnica e econômica para programas/projetos de extensão;<br>3. Prepara e oferecer portfólios de produtos/serviços oriundo da extensão e da cultura para a sociedade financiar;<br>4. Promover encontros, oficina, simpósios e outras ferramentas para agregar e fortalecer linhas de extensão;<br>5. Disponibilizar de RH treinado em captação de recursos; |
| **Meta 03: Elaborar artigos contendo o produto do trabalho realizado pelos coordenadores de projetos, programas e cursos de extensão.** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Estabelecer política para publicação dos trabalhos e resultados alcançados das ações de extensão por meio de artigos e outras fontes literárias | 1. Estabelecer a publicação de, pelo menos, 01 artigo científico por projeto/ano, em 2015;<br>2. Estabelecer a comunicação de, pelo menos 01 artigo, como resumos em eventos científicos de extensão, em 2015;<br>3. Publicação de 01 livro, cartilhas ou capítulos de livros, ao final do ciclo de cada projeto, ,até 2016;<br>4. Conduzir custos para as publicações em revistas ou livros à responsabilidade da UFPI, em 2015. | 1. Usar a publicação de artigos, livros e capítulos como quesito de classificação de propostas aos editais PREX;<br>2. Orientar sobre a lista Quallis da extensão para fins de publicação;<br>3. Receber e encaminhar material de livros ou cartilhas, viabilizando sua publicação junto a UFPI ou outras editoras;<br>4. Informar e disponibilizar regramentos da UFPI que apoia a publicação de artigos. |
| **Meta 04: Atualizar as resoluções regulamentadoras da política de extensão da PREX/UFPI.** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Atualizar o sistema normativo da extensão universitária adequando-as as exigências | 1. Reformular a Resolução 216/10 a fim de contemplar os eventos de extensão, até inicio | 1. Submeter estudo das Resoluções a serem reformuladas à Comissão de |

| | | |
|---|---|---|
| legais. | de 2015;<br>2. Atualizar a Resolução 232/09 que regula programas e projetos, em 2015;<br>3. Atualizar a Resolução 003/09 que regulamenta a Lei do Estágio Remunerado em 2015;<br>4. Criar outros regramentos compatíveis com as ações da PREX, até 2019.<br>5. Criar lastro jurídico aos Programas de Curricularização, Internacionalização e Extensão à distância da Extensão na UFPI, até 2019. | Extensão e à consulta popular na UFPI;<br>2. Realizar estudo sobre Ligas e demais grupos acadêmicos para embasar a criação de novas regras legais;<br>3. Buscar apoio jurídico para dar suporte às criações e/ou modificações de Resoluções;<br>4. Lançar mão de Regramentos de outras instituições mais experientes para fins comparativos. |
| **Meta 05: Diálogo com as Organizações Governamentais e Não governamentais a fim de estar em sintonia com as principais demandas da sociedade.** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Estimular a atuação das ações de extensão em comunidades mais fragilizadas social e economicamente. | 1. Utilizar o critério de aplicação de ações em comunidades fragilizadas para fins de seleção em editais, em 2015;<br><br>2. Valorizar dos projetos com tecnologias sociais, até 2019;<br>3. Isenção de taxas em certificados e cursos, seminários e outros eventos para alunos de comunidades fragilizadas ou de "cotas" e com necessidades especiais, até 2019;<br>4. Estabelecer parceria com instituições que atuem em tecnologia social, programas de combate a miséria, de preservação ambiental e com políticas afirmativas, em 2015. | 1. Incluir na tabela de pontuação para seleção de projetos, o critério social e econômico das comunidades atendidas;<br><br>2. Determinar maior número de bolsas aos projetos que atuarem em ações para atender as necessidades sociais emergentes;<br>3. Assinar Termo de Cooperação técnico-científico com instituições parceiras;<br>4. Incluir e divulgar a isenção de taxas para casos determinados;<br>5. Participar com representações de atividades nesta temática quando promovidos por outras instituições. |
| **Meta 06 : Visitar periodicamente os Campi situados no interior visando a interiorização das ações da PREX** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Fortalecer a presença da Pró-Reitoria de Extensão nos *Campi* fora de sede, bem como nas Unidades de Ensino da UFPI. | 1. Fortalecer a comunicação entre a UFPI e a PREX, até 2019;<br>2; Possibilitar a aproximação da comunidade externa para com a PREX, até 2019;<br>3. Construir e disponibilizar 05 ferramentas midiáticas para o diálogo entre a PREX e a sociedade, até 2016; | 1. Estabelecer um representante de cada Unidade de Ensino como Assessor de Extensão;<br>2. Disponibilizar link e notícias da PREX no site da Rede RENEX;<br>3. Viabilizar a presença da PREX nas redes sociais (Facebook, WhatsApp, Twitter, etc .; |

| | | |
|---|---|---|
| | | 4. Elaborar e disponibilizar de formulário FAQ;<br>5. Estabelecer cronograma anual para visitas;<br>6.Criar e/ou participar de programas de Rádio e TV Locais, bem como de outros sistemas, para comunicar, expor e dialogar com a comunidade;<br>7. Elaborar Propaganda e Marketing para ações de extensão e cultura da UFPI. |
| **Meta 07 : Ampliar, em 50%, o número de discentes engajados nas atividades extensionistas. Elaborar Editais PIBEX. Divulgar os Editais dos Programas de Bolsas de Extensão**. | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Ampliar e aprimorar o Programa Institucional de bolsas de Extensão – PIBEX | 1. Ampliar o número de bolsas PIBEX em 10%/ano, até 2019.<br>2. Alinhar os valores das bolsas;<br>3. Aprimorar o programa pela Lei 7.416/10 da bolsa de extensão, em 2015;<br>4. Criar mecanismo de controle de frequência do coordenador sobre bolsistas. | 1. Investir com a proposta no orçamento da UFPI;<br>2. Lançar normativas sobre valores e demais características do Programa de Bolsas da PREX;<br>3. Revisar para aprimorar o Edital PIBEX em Comissão da PREX . |
| Meta 08: Ampliar o número de incubadoras; Divulga os Editais Nacionais junto à comunidade; Elaborar Editais para seleção de empresas de pequeno porte; Apoiar tecnicamente as empresas incubadas. | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Aprimorar a interface entre Academia e Setor Produtivo | 1. Disponibilizar de sede própria compartilhada com outras iniciativas, até 2016;<br>2. Ampliar parcerias, em 2015;<br>3. Potencializar suas ações com financiamento de agências de fomento, até 2109;<br>4. Ampliara e fortalecer sua gestão de pessoal, em 2015;<br>5. Incrementar/Implantar os planos de gestão e marketing até 2019. | 1, Construir o Núcleo de Empreendedorismo da UFPI com gestão compartilhada com Empresas Juniores e Grupos Acadêmicos;<br>2. Elaborar/Renovar convite e convênios com outras instituições como parecerias;<br>3. Concorrer aos editais do MCT, MDA,<br>4.1. Contratar RH específico para asIncubadoras;<br>4.2. Estimular a participação de docentes e técnicos voluntários pra a gestão, a fim de preencher os quadros de funções;<br>5.1. Confeccionar portfólio de empresas e produtos/serviços;<br>5.2. Fazer o lançamento de produtos/serviços. |
| **Meta 09: Elevar, em pelo menos 50%, os índices que permitem a melhoria quali-quantitativa da política de extensão da UFPI, bem como o número de docentes e discentes envolvidos com as** | | |

| atividades extensionistas e também o número de Estágios Remunerados (não obrigatórios) | | |
|---|---|---|
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Consolidar as Ações de Extensão e Cultura, sob o princípio constitucional da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, dentro de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade. | 1. Elevar, em pelo menos 50%, os índices que permitem a melhoria quali-quantitativa da política de extensão da UFPI.<br>2. Criar 01 (um) Programa de Intercâmbio de alunos bolsistas e voluntários dos diferentes *Camp*i e Sede da UFPI, até o final de 2015;<br>3. Garantir, pelo menos,04 importantes espaços e aparelhos para a Cultura da UFPI, até 2019<br>4. Aumentar, em 50%, o numero de convênios com empresas públicas e/ou privadas, até 2019. | **1.1.** Trabalhar uma política de valorização do aluno voluntário elevando a qualidade dos seus Planos de Trabalho;<br>**1.2.** Criar organismos para abrigar o Coral da UFPI e a Orquestra Sinfônica da UFPI com política de fomento direcionada à RH específico, espaços e aquisição de mais instrumentos musicais;<br>**1.3.** Valorizar mais os projetos do docente, dando suporte em qualidade e custeio e submetendo-os à novos financiamentos;<br>**14.** Implantar o Programa Bolsa de Extensão para projetos de aprovado em agencia de fomento, mas não contemplado com recurso;<br>**1.5.** Implantar o Programa de Fomento à Extensão e Cultura (resolução 035/14 CEPEX) com auxilio eventos, viagens, apresentações, transportes...<br>2.1. Montar um calendário anual com cronograma dos Intercâmbios;<br>2.2. Viabilizar as viagens, garantido hospedagem, alimentação e programação adequada;<br>2.3. Estimular o envolvimento de docentes e técnicos-administrativos da UFPI<br>3. Fazer a gestão do Cine-Teatro, Rosa-dos-Ventos, Espaço Noé Mendes e "CAC" , cujos recursos de aluguéis serão canalizados para retroalimentar as ações da PREX;<br>4.1. Implantar a "Central de Carreira" como ponto de encontro entre acadêmicos, egressos e representantes do setor produtivo;<br>4.2. Implantar as "Clínicas Tecnológicas" para atendimento de demanda do mercado pelo aluno/egresso e professor;<br>4.3. Fortalecer as Empresas |

| | | |
|---|---|---|
| | | Juniores (Resolução 120/14 CEPEX)e outras iniciativas empreendedoras como elos dos alunos/egresso e mercado; |
| **Meta 10: Elaborar artigos contendo o produto do trabalho realizado pelos coordenadores (projetos, programas e cursos de extensão);<br>- Publicar 1.000 exemplares da revista anual da PREX;** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Publicar a Revista da PREX – periódico científico da extensão e cultura da UFPI em periodicidade anual ou semestral e a publicação eletrônica do Boletim ou Folheto da PREX, via site UFPI e de outros parceiros | 1. Garantir autonomia à PREX para diagramação e arte final de 01 Revista anual de Extensão (500 exemplares), 04 Boletins ou Folhetos eletrônicos das ações de extensão e cultura, até fina de 2015;<br>2. Publicar os volumes 02/12 e 03/13 (dois) números atrasados da Revista até o final de 2014;<br>3. Publicar o volume 04/14 da Revista até julho de 2015; | 1.1 Contratar RH especializado em diagramação, e programação visual para a PREX;<br>1.2. Usar como quesito de seleção de propostas em Edital PIBEX, a entrega do artigo em relatório fina de programas e projetos;<br>1.3. Fortalecer o corpo de editoração da Revista;<br>1.4. Melhorar os mecanismos de tramitação de documentos entre os autores e a Revista;<br>1.5. Divulgar para o Brasil do recebimento de artigos para publicação;<br>2.1. Fazer a arte final e capa do volume nº 02/12 e encaminhara para apreciação da Sup. Comunicação da UFPI;<br>2.2. Completar a avaliação dos novos artigos junto aos Consultores para viabilizar a publicação do volume nº 03/13 da Revista;<br>3. Reunir os artigos expandidos do IV SEMEX para viabilizar a publicação do volume 04/14 da Revista da PREX. |
| **Meta 11: Atualizar as resoluções regulamentadoras da política de extensão da PREX/UFPI. Analisar e reformular as resoluções.** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Atualizar o sistema normativo da extensão universitária adequando-as as exigências legais, como criar novos regramentos em atenção às rápidas mudanças que se passam na educação e sociedade brasileira. | 1. Constituir a COMEX – Comissão Única de Extensão como fórum de discussão e deliberação sobre questões da PREX, até julho de 2015;<br>2. Estabelecer 02 (dois) canais eletrônicos de consulta popular na UFPI sobre regramentos que cabem à extensão e cultura até final de 2016;<br>3. Elaborar 05 (cinco) Simpósios sobre temas de | 1. Convocar os membros dos três segmentos da UFPI, segundo currículo e/ou notório saber, para compor Comissão;<br>2. Fazer consulta popular entre os segmentos da UFPI, via eletrônica, sobre pontos polêmicos de Resoluções;<br>3. Submeter propostas de criação e/ou reformulação de Resolução à COMEX;<br>4. Estabelecer cronograma |

| | | |
|---|---|---|
| | Curricularização, Internacionalização, Extensão à distância, Interface universidade-mercado e expressões culturais do Piauí até 2019. | para Simpósios e prover as condições necessárias para suas realizações;<br>5. Elaborar o Plano de Cultura da UFPI no contexto do Estado do Piauí. |
| **Meta 12: Desenvolver estudos sobre a viabilidade de criação de uma Escola de Música, vinculada à PREX e revitalizar o museu da extensão.** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Proporcionar visibilidade e prover de infraestrutura física e legal as ações de cultura desenvolvidas pela UFPI. | 1. Criar uma Escola de Música<br>2.Revitalizar o Museu de Arte Popular da PREX , até 2015;<br>3. Reeditar programas e projetos culturais (Cultura no Campus, recitais, peças teatrais, festivais, saraus, etc.). | 1. Estabelecer parceria com docentes e discentes das áreas de Música e Artes, vinculados ao CCE;<br>2. Estabelecer parceria com museólogos do CCN;<br>3. Disponibilizar o Museu para visitação e como objeto de trabalho de pesquisa;<br>4. Estabelecer taxas para visitantes a fim de retroalimentar as necessidades do museu;<br>5. Capacitar pessoal ou contratar RH especializado em museu;<br>6. Estimular a criação de outros museus na UFPI. |
| **Meta 13: Participar do SIEX Brasil. Capacitar de funcionários em cada coordenadoria e unidades de ensino a fim de alimentar o sistema SIEX.** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Aderir ao SIEX Brasil – Sistema de Informatização da Extensão Universitária, instituído pelo FORPROEX para agrupar e disponibilizar em banco de dados, as informações das ações de extensão e cultura das universidades brasileiras. | 1. Fazer adesão ao SIEX junto à Rede RENEX do FORPROEX;<br>2. Disponibilizar as informações quanti-qualitativas das ações de extensão e cultura desenvolvidas na UFPI neste banco de dados. | 1. Preenchimento do cadastro de adesão e demais termos de compromissos da IES;<br>2. Oferecer uma oficina de treinamento na plataforma com a presença de pessoal externo;<br>3. Preparar planilhas de armazenamento de dados para os índices de extensão a fim de abastecer a plataforma SIEX. |
| **Meta 14: Ampliar o número de incubadoras e apoiar as empresas incubadas.** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |

| | | |
|---|---|---|
| primorar a interface academia-mercado construindo instrumentos legalizados pela Lei de inovação – Incubadoras de Empresas. | 1. Estimular a criação de novas incubadoras de base tecnológica, com financiamento da UFPI e/ou em parcerias externas;<br>2. Buscar fontes de financiamento em agências de fomento;<br>3. Aprimorar o regramento da UFPI que trata das Incubadoras<br>4. Apoiar os eventos das incubadoras junto ao alunado e comunidade;<br>5. criar o Programa de Pré-incubação de negócios;<br>6. Institucionalizar a participação de docente na gestão das Incubadoras com a creditação de carga horária e currículo Lattes;<br>4. prover RH específico para as Incubadoras; | 1. Divulgar os fundamentos de criação e institucionalização das incubadoras nos Campi fora de sede e nos centos de unidades da UFPI;<br>2. Criar outras modalidades de empresas, tais como a "*startup"* e "*spinof*";<br>3. Prover visitas técnicas aos gestores e outros interessados a outras universidades ou parque tecnológicos;<br>4. Realizar reuniões, simpósios periodicamente sobre a temática nos ambientes da UFPI;<br>5. Introduzir/implementar a cultura empreendedora nos ambientes dos alunos com disciplinas, oficinas, etc..<br>6. Equipar os espaços das incubadoras com equipamentos de informática e mídia;<br>7. Trabalhar a ideia de inovação nos projetos de pesquisa a fim de atender demandas importantes para o setor produtivo;<br>5. Solicitar a contratação de RH especifico para atender as incubadoras em gestão compartilhada. |
| **Meta 15: Melhorar e sistematizar a informação e configuração de parcerias como política de comunicação**. | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Melhorar a Gestão da Informação e da Comunicação para construção de "ferramentas-elo" da interação dialógica entre atores da extensão universitária e entre Universidade e setores sociais; | 1.Construir e disponibilizar Banco de Dados informativos e de Produções Técnicas das ações extensionistas na UFPI, até 2019; | 1.1 Criar Planilhas Eletrônicas para registro quantitativo oriundos das ações de extensão como fonte de indicadores a orientar a política interna de extensão e cultura;<br>1.2Publicar material técnico de informação e de instrução tais como: carteira de programas e projetos, Livretos de normas e leis afins à extensão, catálogo de serviços prestados pela UFPI, catálogo de empresas conveniadas para estágio e emprego;<br>1.3. Publicar Jornal da Cultura e Extensão, Revista científica "Interação" e |

| | | |
|---|---|---|
| | | outras obras em mídia eletrônica; |
| | 2.Ter domínio de espaço, tempo e programação para eventos; | 2.1. Realizar web-conferencia com assessores de extensão, professores, técnicos e outros interessados para discutir e compartilhar temáticas da extensão e cultura universitárias.<br>2.2. Realizar conferências, cursos, palestras via Web-conferência; |
| Criar mecanismos e ambientes para gestão compartilhada em programas, projetos e eventos de extensão e cultura através da parceria e/ou cooperação técnica-científica e outras relações comerciais | 3 Compartilhar agendas, gestão administrativa-financeira, espaços e instrumentos da UFPI para com programas e eventos de extensão e Culturais que ocorrem no Estado; | 3.1. Apoiar e viabilizar, legal e administrativamente, a presença de grandes exposições, feiras didático-científicas, salão de arte, feiras agropecuárias, eventos de arte e modas, arquitetura e urbanismos, feiras de artesanatos e demais eventos estaduais, regionais e nacionais.<br>3.2.Criar novos eventos e/ou movimentos resgatados da história e memória populares abrigando-os no leito institucional; |
| | 4. Criar, legalizar e disponibilizar INSTRUMENTOS DE SELEÇÃO DE TALENTOS da comunidade; | 41.Criar normas e critérios para novos programas de apoio à comunidade cujos recursos estejam democratizados, tais como: bolsa atleta, bolsa arte e música; |
| Fortalecer a implantação da Cultura Empreendedora em ações de Extensão e Culturais na UFPI a fim da valorizar a consciência social, política e empresarial | 5 Criar a CULTURA DO EMPREGO, da ocupação da mão-de-obra e da geração e distribuição de renda através de ações de extensão e cultura. | 5.1. Estimular a implantação de Disciplina de Empreendedorismo ,Disciplinas de Propriedade Intelectual (PI) na graduação e pós-graduação;<br>5.2. Implantar o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica(EVTE) para programas e projetos de Extensão;<br>5.3. Estimular e oferecer o Estudo de Prospecção para programas e projetos de extensão. |
| Criar mecanismos e ambientes | 6 Compartilhar agendas, gestão administrativa-financeira, espaços e | 6.1. Apoiar e viabilizar, legal e administrativamente, a |

| | | |
|---|---|---|
| para gestão compartilhada em programas, projetos e eventos de extensão e cultura através da parceria e/ou cooperação técnica-científica e outras relações comerciais | instrumentos da UFPI para com programas e eventos de extensão e Culturais que ocorrem no Estado; | presença de grandes exposições, feiras didático-científicas, salão de arte, feiras agropecuárias, eventos de arte e modas, arquitetura e urbanismos, feiras de artesanatos e demais eventos estaduais, regionais e nacionais.<br>6.2. Criar novos eventos e/ou movimentos resgatados da história e memória populares abrigando-os no leito institucional; |
| Criar programas que busquem a conservação e a construção da História da UFPI; | 7. Transformar a partir da Réplica da 1ª construção do início do Campus Sede, o espaço da CAC como Ponto de Cultura da UFPI | 7.1. Levantar arquivos documentais, plantas arquitetônicas e de fotografias para edificar museus;<br>7.2. Estabelecer convênios técnico-cientifico com departamentos e parcerias com empresas com este fim; |
| Fortalecer o Patrimônio Cultural Piauiense; | 8. Construir o Plano de Cultura da UFPI | 8.1. Confeccionar o "Mapa das Expressões Culturais e Linguagens Artísticas e do Patrimônio do Piauí"<br>8.2. Construir a Comissão de Cultura da UFPI.<br>8.3. Estabelecer o Calendário Anual de Eventos Culturais da UFPI.<br>8.4. Promover Encontro de Bandas Populares" e Festival de Bandas Comunitárias.<br>8.5. Promover Encontro de Grupos de Teatro e Dança, Festival de Teatro.<br>8.6. Realizar Conferencias e Seminários em educação ambiental, educação patrimonial, dentre outras temáticas; |
| Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;<br>Meta 12.7 do PNE 14 - 24 (Lei 13.005/14) | 9. Institucionalizar instrumentos de Atividades Curriculares em Comunidade /Sociedade para todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFPI, até 2019; | 9.1. Ofertar vagas de Atividade Curricular em Comunidade – ACC – por curso de Graduação;<br>92. Dar suporte a projetos de ACC oriundos dos professores; |
| Aderir e implantar o Sistema Nacional de Extensão à Distância; | 10. Instalar o Programa de Extensão à distância nos PPC dos cursos da | 10.1. Fazer estudo de diagnóstico do programa;<br>10.2. Usar a mesma logística do EAD; |

| | | |
|---|---|---|
| | UFPI, até 2018; | 10.3. Criar mecanismos eletrônicos especial para a tender esta demanda;<br>10.4; Preencher e responder o protocolo de intenção de participara do programa do MEC;<br>10.5. Estimular o docente e parceria a participar do programa, em 01 ano; |
| Internacionalizar as ações de extensão configurados em programas e projetos na PREX; | 11. Criar e implantar o Programa de Internacionalização da Extensão na UFPI focado na América Latina (AL); | 11.1. Realizar simpósio sobre a temática;<br>11.2. Identificar fonte de fomento;<br>11.3. Estabelecer parceria com instituições internacionais da AL;<br>11.4. Criar mecanismos e ferramentas de orientação aos docentes; |
| **Meta 16: Melhorar infraestrutura e aparelhar a Extensão da UFPI**. | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| -Aparelhar a extensão e a cultura da UFPI | 1. Construir "Pontos de Cultura" - espaços abertos ou em construções tombadas para proporcionar encontros de pessoas a Arte, Música, canto e qualquer outra expressão cultural da UFPI para si e com a Comunidade; | Locais: "CAC", Centros de Ensino da UFPI e nos *Camp*i fora de sede; |
| Construir segundo acesso ao Prédio sede da PREX e urbaniza-lo | Construir via de acesso opcional ao prédio sede da PREX com o estacionamento do HU e urbanizar o prédio | Elaborar o projeto e submetê-lo à apreciação das instâncias competentes |
| Adquirir transporte de grupos de trabalho e visitação às comunidades atendidas pelos projetos de extensão da UFPI | Adquirir um micro-ônibus para circular em visitas, acompanhamento e implantações de coordenadores e equipes de projetos instalados na periferia de Teresina; | Interceder junto á PROPLAN para inclusão no orçamento. |
| Criar física e legalmente o Núcleo de iniciativas empreendedoras da UFPI | Construir o Prédio para abrigar as Incubadoras de Empresas, Empresas Juniores e outras iniciativas empreendedoras da UFPI; | Buscar parceria com entidades públicas, financeiras e privadas para estabelecer parceria |
| Construir o Parque da UFPI e ambientes artísticos. | Criar o Parque UFPI de Arte, Cultura e Ambiental, como instrumento de referencia para grandes eventos, exposições de arte, Memória e arte, visitação, entretenimento e de preservação ambiental para o Estado e Nordeste. Como também implementar:<br>- Teatro e Salas de Ensaio,<br>- Centro de Eventos e | Estabelecer parcerias co PROPLAN e PRAD. |

| | | |
|---|---|---|
| | Convivência,<br>- Museu de Arte Contemporânea -<br>Estação ciência e planetário,<br>- Escola de Belas Artes,<br>- Jardim Botânica da UFPI<br>- Cento Ecumênico e Capela<br>- Memorial da UFPI e Parque Ecológico. | |
| **Meta 17: Otimizar a governabilidade dos espaços relacionados a extensão e a cultura** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Gerenciamento dos Espaços de cultura da UFPI pela PREX;<br>Construir e/ou transformar elemento do patrimônio da UFPI em desuso em instrumento para servir a cultura e a arte.<br>Contratar pessoal especializado. | 1. Administrar os espaços comuns para eventos da UFPI (Cine Teatro, Rosa dos Ventos, Espaço Noé Mendes, etc.) com finalidade de regulamentar seus usos, proteger e zelar, bem como direcionar arrecadação em aluguéis, para retroalimentar as ações de extensão e cultura da UFPI;<br>2. Promover transformações em ônibus do patrimônio da UFPI fora de circulação, equipados na condição de "Transporte Ambulante" para espetáculos de teatro, teatro de bonecos, cinema, pinacotecas, pintura, oficina comunitárias e música destinados à comunidades rurais no Piauí;<br>3. Contratar técnico em diagramação e programação visual;<br>4. Adaptar e aparelhar o Setor de Memória e Documentação da Cultura produzida na e com a UFPI. | **1.** Construir regimento de uso e de responsabilidade a fim de cadastrar e controlar a ocupação racional com atividades culturais da UFPI e do Estado;<br>**2.** Requisitar o patrimônio de automóveis, que em parceria com outras instituições publica ou privadas e ainda por financiamento de editas de fomento, possam ser equipados e disponibilizados a programas culturais nas periferias e zonas rurais das cidades.<br>**3.** Solicitar contratação de pessoal à Administração da UFPI<br>**4.** Aparelhar sala, remover funcionários ao novo Setor e mobilizar o professor extensionista para cooperar com os objetivos traçados. |
| **Meta 18: Instituir, conjuntamente com o NTI e a PREG, o banco de egressos da UFPI** | | |
| **Objetivo a ser alcançado (2015-2019)** | **Meta(s)** | **Estratégias para o alcance do(s) objetivo(s)** |
| Montar o banco de egressos da UFPI, a ser gerido pela Coordenadoria de Formação Continuada. | -Aumentar a interface com a sociedade e conhecer a opinião dos egressos e, de pelo menos 25% de seus empregadores, sobre a eficácia do currículo dos cursos, de forma a retroalimentar as ações do ensino de graduação e fortalecer o ensino na Universidade;<br>-Divulgar, permanentemente, as ações de formação continuada para o egresso, | - Trabalhar, em consonância com o NTI, pra fins da montagem da ferramenta no sistema SIG;<br>- Viabilizar, conjuntamente com DIAI/PROPLAN e a CEDE/PREG, as normas de atualização do banco e as formas de consulta aos empregadores, visando a adequação dos currículos dos cursos;<br>Sistematizar, conjuntamente |

| | | |
|---|---|---|
| | através do Portal. | com o cerimonial da UFPI, a inclusão do aluno no banco, no ato da solenidade de sua colação de grau;<br>-Interagir com a CC/PREG acerca dos ajustes necessários nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, a fim de ajustar o perfil profissional às demandas da sociedade. |

Fonte: PREX

## 5.5 Políticas de comunicação com a sociedade

A UFPI possui uma rede de comunicação, formada principalmente pelas instâncias que compõem a SCS e o NTI. Esta rede promove a interação entre a Instituição e o meio externo como também desenvolve ações de comunicação para a comunidade interna.

No que tange à comunicação externa, o site institucional (www.ufpi.br) e a rádio FM universitária possuem um enorme alcance social. Internamente, ressalta-se a comunicação proporcionada pelos sistemas integrados de gestão (SIG), software de gestão universitária criado pela UFRN e adotado por várias IES do Brasil. A UFPI, na vigência do último PDI, estabeleceu um acordo de cooperação com a UFRN e implantou os módulos de quatro subsistemas: SIGAA (Acadêmico), SIGRH (Recursos Humanos) e SIPAC (Administrativo) e SIGAdmin.

O **SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) permitiu a informatização d**os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios de atividades docentes, dentre outros.

O sistema **SIPAC (Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos), gerencia as** unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos; o **SIGRH (Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos), viabiliza** os procedimentos direcionados a gestão de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros.

O **SIGAdmin (Sistema Integrado de Gestão da Administração e Comunicação)** destina-se a administração e gestão dos 4 sistemas integrados acima descritos. Este sistema gerencia

entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades.

No que se refere a imagem da Instituição na comunidade, ela é trabalhada permanentemente e sempre foi positiva, em função de mais de quarenta anos de inserção nos problemas locais e regionais, sobretudo no cumprimento de sua missão, como formadora de profissionais qualificados para a atuação nos distintos setores da sociedade.

### 5.5.1 Comunicação externa

A SCS é o órgão diretamente encarregado de gerenciar a comunicação da UFPI com a sociedade. Seu planejamento estratégico para o próximo quinquênio está detalhado nos Quadros 51, 52, 53 e 54, que explicitam os objetivos e as metas setorizadas para: a Radio Universitária FM, Editora da UFPI, Gráfica da UFPI e Coordenadoria de Comunicação Social.

**Quadro 51** - Planejamento estratégico para a Rádio FM-Universitária, quinquênio 2015-2019

| Objetivos | Metas | Estratégias |
|---|---|---|
| 1-Ampliar a estrutura física da Rádio Universitária: Aumento do número de estúdios para gravação, cabines para gravação de externas e ampliação da sala do transmissor, construção de um auditório com 100 lugares, reforma para aumento da sala de jornalismo integrando com a produção e construção de uma (01) discoteca pública; | Conseguir 50% de recursos por meio de Editais; 25% emendas parlamentares; 25% orçamento da UFPI; | Concorrer ao Pró-Equipamentos e outros Editais; |
| 2-Adquirir novos equipamentos para a emissora; | -Aumento número de computadores;<br>-Aquisição de: transmissor reserva, de equipamentos para retransmissão nos 04 campi fora de sede; de softwares específicos para redação e edição de áudio; de equipamentos que possibilitem transmissão fora do estúdio da rádio; e de móveis adequados/específicos para estúdio de Rádio; | |
| 3-Ampliar o corpo técnico; | Contratação de 03 jornalistas, 03 produtores, 02 editores, 02 servidores técnicos-administrativos; | Apresentar às Instancias superiores a situação da Rádio FM Universitária para assegurar em futuros concursos públicos, vagas destinadas para esta Unidade; |

| | | |
|---|---|---|
| 4- Capacitar técnicos, funcionários e estagiários; | Realização de Cursos e atividades de Extensão no que tange a redação, produção, edição e locução em Rádio; | Elaborar projetos de Extensão direcionados ao cumprimento deste objetivo. |

Fonte: SCS

| **Quadro 52** - Planejamento estratégico para a Editora da UFPI, quinquênio 2015-2019 | | |
|---|---|---|
| **Objetivos** | **Metas** | **Estratégias** |
| 1-Aumentar a produção editorial (livros, revistas, ISSN, ISBN); | Aumentar em 80% a produção obras inéditas e em 50% as reedições; | Agilizar a produção gráfica do livro, por meio de novas licitações de empresas gráficas privadas;<br>Trabalhar em conjunto com a Superintendência de Comunicação Social e a Gráfica Universitária no sentido de ampliar a produção de livros;<br>Garantir celeridade à tramitação dos processos dentro da Editora;<br>Criar selos para áreas específicas de conhecimento;<br>Lançar editais para publicações, seleções de obras e premiações; |
| 2- Divulgar em nível local, nacional e internacional obras publicadas pela EDUFPI; | Veicular notícias em 100% dos veículos de comunicação local e 20% dos de circulação nacional/internacional e também no site institucional; | -Construção de um site próprio, hospedado na página da UFPI, onde será possível a venda online das obras publicadas pela EDUFPI;<br>-Publicar, todo ano, o catálogo atualizado da Editora, assim como produzir constantemente material de divulgação institucional e de lançamentos;<br>-Trabalhar em conjunto com a Rádio Universidade FM, indicando autores para entrevistas e divulgando as publicações;<br>-Melhorar a forma de comunicação com o público e com o contexto cultural da cidade, atuando em parceria com a Coordenação de Comunicação Social da UFPI; |

| | | |
|---|---|---|
| 3-Criar logística de distribuição das obras publicadas; | Participar de 10 feiras da área de comunicação, sobretudo de livros, por ano; | -Criação e participação de feiras e eventos locais (Campi fora de sede), nacionais e internacionais, garantindo uma atenção especial ao Salão do Livro do Piauí, Bienal de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, por intermédio da Associação Brasileira das Editoras Universitárias;<br>-Fazer vendas online via site da EDUFPI e formar parcerias (ABEU, Editoras Universitárias, editoras locais) para a melhor distribuição das obras, inclusive implementando o *e-commerce*;<br>-Viabilizar o uso de cartão de crédito pela Editora/Livraria Universitárias, com a criação de uma conta bancária para a EDUFPI, por meio de um contrato específico com a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa – FADEX; |
| 4- Ampliar e qualificar o corpo técnico da editora/livraria | Lotação de 01 revisor, 02 diagramadores, 01 técnico em contabilidade, 01 técnico em assuntos educacionais e 01 administrador; | Organizar todo o estoque da Livraria Universitária Monsenhor Melo e utilizar programa específico para controle de vendas e estocagem;<br>Contratar funcionários terceirizados ou lotar servidores públicos para exercer funções de: Revisor; Diagramador; técnico em contabilidade e outros profissionais que atuem na EDUFPI, dedicando-se principalmente a atingir os presentes objetivos da Editora; |
| 5- Aumentar a capacidade instalada de receita da editora/livraria. | Aumentar em 80% as vendas da Livraria Universitária; | Implantar o *e-commerce*, fazer vendas a crédito e débito e, assim, aumentar as vendas da Livraria Monsenhor Melo; |

Fonte: SCS

| **Quadro 53** - Planejamento estratégico para a Gráfica da UFPI, quinquênio 2015-2019 | | |
|---|---|---|
| **Objetivos** | **Metas** | **Estratégias** |
| -Criar condições para manutenção corretiva e preventiva do maquinário e equipamentos gráficos existentes; | -Recarregar extintores de incêndio; Melhorar a adequação dos produtos químicos; Elaboração/ Modelagem de contrato de manutenção preventiva e corretiva; Dotar a Gráfica de uma equipe com 3 (três) funcionários para manutenção de máquinas e equipamentos gráficos; Dotar a Gráfica de 1 (um) motorista e 1 (um) ajudante (serviços gerais);<br><br>-Elaborar instruções para os trabalhos institucionais/ expediente, prazos | |

| | | |
|---|---|---|
| | máximos e mínimos para recebimento, andamento e entrega dos trabalhos; Definir os elementos que devem constar no pedido à Gráfica; Modelar e colocar em prática peça de controle satisfativo de serviços gráficos; | |
| 2-Adquirir maquinário e equipamentos gerais e de segurança; | Adquirir diversas máquinas gráficas, equipamentos de gráficas rápidas ; Colaborar com a licitação de compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's); Colaborar com a licitação de compra de sistema de segurança; Dotar a Gráfica de um setor de comunicação visual (plotagem) (para produção de banners e faixas); Adquirir equipamentos do tipo: aspiradores de pó industriais, nobreaks, scanners de mesa; HD's; Adquirir 1 (um) carro tipo furgão para transportar/ entregar os produtos gráficos no interior do CMPP, em Teresina. | |
| 3-Ampliar e qualificar corpo técnico da Gráfica e definir e planejar as rotinas de trabalho; | Solicitar realização de exames periódicos de saúde nos funcionários da Gráfica; Inserir o servidor lotado na Gráfica em programa de prevenção de riscos ambientais e programa de controle médico em saúde ocupacional e condições de saúde; Dotar a GRAFUFPI de uma pequena farmácia de primeiros socorros; Solicitar fardamento masculino e feminino para os servidores da GRAFUFPI; Programar a realização de cursos teóricos e práticos de capacitação; Programar a realização de intercâmbios: Visitas às principais feiras de indústria gráfica, às gráficas de Teresina e de lojas que comercializam materiais gráficos; Reivindicar a contratação de técnicos em artes gráficas; Promover estágio acadêmico para estudantes de cursos de graduação da UFPI;<br><br>Produzir software em parceria com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NIT) de controle e operacionalização; Registrar todos os procedimentos normativos de produção gráfica (fluxogramas) em manuais e desenvolver programas de acompanhamento;<br><br>Efetivar campanha de combate ao desperdício de insumos gráficos (melhor cálculo e reutilização); Dinamizar o setor | |

| | | |
|---|---|---|
| | de limpeza da Gráfica de forma permanente e eficaz; ; Efetivar controle de pragas urbanas; | |
| 5-Construir espaço próprio para a Gráfica Universitária; | Projetar a construção de uma nova Gráfica via definição de Plano de Necessidades; Fazer visita técnica a outras gráficas universitárias; Dotar a Gráfica de espaço físico e equipamentos adequados para ampliar suas ações; Participar da integração dos órgãos da SCS permitindo ações e projetos integrados; Adquirir maquinários/ equipamentos e adequar espaço físico para a Gráfica; Estabelecer uma política de captação de recursos que assegure a continuidade das atividades da Gráfica; Elaborar e viabilizar contratos e celebração de convênios de cooperação técnica, científica e artístico-cultural junto à FADEX, viabilizando sustentabilidade financeiro-orçamentária da GRAFUFPI; Fazer concurso objetivando a aprovação de uma logomarca para a GRAFUFPI; | |

Fonte: SCS

**Quadro 54** - Planejamento estratégico para a Coordenadoria de Comunicação Social da UFPI – COORDCOM, quinquênio 2015-2019

| Objetivos | Metas | Estratégias |
|---|---|---|
| 1-Ampliar as relações entre a UFPI, a mídia e a sociedade; | Criar a Web TV e/ou canal da cidadania;<br>Implementar a Newsletter; Atualizar o site da Instituição; Criar um canal no site de vídeos Youtube;<br>Criar e atualizar redes sociais; | Participação dos servidores em treinamentos específicos para a otimização da utilização de cada meio; Aumento e atualização do aparelhamento técnico necessário como: Câmeras de vídeo, microfones, câmeras fotográficas e lentes profissionais, gravadores, tripés, monopés, softwares para edição de imagens, computadores e notebooks de alto desempenho; |
| 2-Dar celeridade ao atendimento das demandas administrativas e acadêmicas | Aumentar o quadro de servidores para designações administrativas | Divisão de funções ente os servidores para melhor agilidade dos serviços prestados. |
| 3-Trabalhar de forma permanente pelo aprimoramento da comunicação interna e externa; | Publicar a revista da instituição;<br>Publicar catálogos;<br>Realizar oficinas de formação em comunicação;<br>Capacitar o público interno para o uso da plataforma de Sistema Integrado de Gestão (SIG); | Publicação da revista e catálogos em materiais gráficos e online;<br>Realização de seminários para treinamentos técnicos com a sociedade acadêmica da UFPI para um melhor uso da plataforma SIGAA; |
| 4-Melhorar a infraestrutura física; aquisição e | Aumentar o espaço físico para uma melhor distribuição organizacional | Criação de ilhas de edição e subdivisões de salas para um melhor |

| | | |
|---|---|---|
| modernização de equipamentos; | do órgão; | aproveitamento do espaço físico. |

Fonte: SCS

### 5.5.2 Comunicação interna

Para as ações de comunicação interna, a serem viabilizadas no próximo quinquênio, serão utilizadas, com grande ênfase, as ferramentas de tecnologia da informação e comunicação gerenciada pelo NTI, via site institucional, incluindo-se os memorandos eletrônicos e ouvidoria. O planejamento da ouvidoria para o quinquênio está detalhado no Quadro 55.

**Quadro 55 -** Planejamento estratégico para a Ouvidoria, quinquênio 2015-2019

| Objetivos | Metas | Estratégias |
|---|---|---|
| -Mapear as demandas e acompanhá-las com vistas ao melhor direcionamento das ações e serviços prestados pela Instituição;<br>-Preparar relatórios para avaliar a natureza das questões expressas através do canal da ouvidoria;<br>-Capacitar a equipe técnica, ouvidora;<br>Integrar-se através de eventos à rede de ouvidores nacionais;<br>-Ampliar os serviços prestados pela ouvidoria (eventos, campanhas e divulgação, participação na rádio universitária e página da UFPI. | -Aumentar a equipe dos integrantes da ouvidoria / SIC atualmente a ouvidoria conta somente com a ouvidora e o SIC com necessidade de atender aos requisitos da Lei.<br>-Preparar equipe técnica;<br>-Realizar relatórios e avaliar as demandas;<br>-Integrar-se à rede de ouvidores;<br>-Elaborar material de divulgação dos serviços prestados pela ouvidoria;<br>-Acompanhar as demandas da ouvidoria aos diversos setores;<br>-Contribuir para um melhor nível de atendimento dos serviços prestados pela instituição.<br>-Divulgar os serviços da ouvidoria nos Campos, Ouvidoria Itinerante;<br>-Divulgar através de palestras, seminários, entrevistas, artigos a importância da ouvidoria como canal de dialogo e mediação.<br>-Realizar a Semana do Ouvidor ;<br>-Divulgação na página da UFPI, participação da ouvidora na Rádio Universitária, divulgação do Seminário "O que é uma Ouvidoria Universitária? Por que e para que?" | -Adequação do espaço para um atendimento individualizado;<br>-Aquisição de coletores de sugestões a todos os Campi e Centros de Estudos da UFPI;<br>-Realização de eventos que ofereça uma maior visibilidade a ouvidoria;<br>- Criação de parcerias internas para melhor atendimento à comunidade acadêmica; com o NTI, com vistas à melhoria da página da ouvidoria para agilizar a comunicação *on line*;<br>-Realização da semana do ouvidor – mês de março;<br>-Realização de uma campanha interna de utilização dos e-mails diariamente;<br>-Participação da Ouvidoria nos Eventos Nacionais da rede de ouvidores;<br>-Capacitação permanente da ouvidora;<br>-Confecção de folders e banners de divulgação;<br>-Solicitação de apoio da administração superior quanto ao diversos setores da instituição com vistas às respostas das demandas da ouvidoria;<br>-Interiorização e divulgação dos serviços da ouvidoria. |

Fonte: Ouvidoria

**5.6 Relações de parceria com a sociedade**

Nas últimas décadas, como resposta ao tão falado processo de democratização, tem havido alto impacto nas relações de parceria entre os órgãos públicos e a sociedade, a partir da compreensão de que a participação social é essencial na concepção, execução e acompanhamento de políticas públicas.

A UFPI mantém relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas, por meio de mecanismos institucionais de interação com o mundo do trabalho e a prática social. As ações de extensão da UFPI têm historicamente contemplado uma vasta rede de relações e parcerias com as comunidades local e regional, atendendo afirmativamente a diferentes demandas que as áreas de conhecimento. São exemplos de interações diretas com a comunidade: o Pré-Vestibular Popular, a Alfabetização Solidária, os Cursos de Extensão em Línguas (inglesa, francesa, espanhola), e os intercâmbios artísticos com outras instituições de ensino locais e regionais.

Através da PREG, PREX, Assessoria Internacional, Núcleo de Processamento de Dados, Comissão Permanente de Seleção, Coordenadoria de Assuntos Culturais e Comunitários e da Superintendência de Comunicação (sobretudo por meio da Rádio FM Universitária e UDUFPI) e do seu sítio eletrônico, a Universidade mantém um canal institucional de interrelação com organismos internacionais, nacionais e locais e com a comunidade em geral, merecendo destaque a prestação de serviços ligados a concursos públicos, divulgação de atividades voltadas para as artes, ciência e tecnologia.

A parceria, por meio de Convênios e Acordos de Cooperação Técnica, com Instituições Públicas e Privadas, e, especialmente, com Prefeituras Municipais e organismos não governamentais tem sido importantes para a implementação de ações direcionadas à formação de educadores e agentes públicos, além de eventos de valorização patrimonial, memória cultural e educação ambiental.

Portanto, a UFPI mantém parcerias com Instituições Públicas e Privadas com o objetivo de realizar a sua atribuição mais nobre que é a formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento de funções que visem o desenvolvimento sustentável do Estado, da Região e do País.

Dentre as Instituições de caráter Estadual com as quais mantém parcerias firmadas, ressaltam-se: o Governo do Estado do Piauí, incluindo o Palácio do Governo, Escola de Governo, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura, Secretaria do Trabalho e Ação Social; Secretaria de Justiça, Secretaria de Segurança Pública e Tribunal de Justiça do Piauí.

Escolas superiores mantidas por órgãos púbicos e associações também compõem as parcerias da UFPI. Dentre essas ressaltam-se:

- ✓ Escola Superior de Advocacia do Piauí;
- ✓ Escola Superior de Magistratura do Piauí;
- ✓ Associação dos Magistrados Piauienses;
- ✓ Escola Judiciária Estadual;
- ✓ Associação Brasileira de Odontologia;
- ✓ Conselhos Regionais: Medicina, Farmácia, Medicina Veterinária, Enfermagem, Engenharia, Arquitetura, Psicologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e muitos outros

Instituições da esfera municipal, igualmente, são parceiras da Universidade, a exemplo da: Prefeitura Municipal de Teresina, Associação Piauiense de Prefeitos Municipais; Fundação Municipal de Saúde e Prefeituras dos 224 municípios Piauienses e de alguns Municípios Maranhenses, que são limítrofes.

Instituições Bancárias também integram a rede de parceiras da UFPI, como por exemplo:

- ✓ Banco Santander;
- ✓ Banco do Brasil;
- ✓ Caixa Econômica Federal;

No que se refere às relações com outras universidades e órgãos de pesquisa, podem ser citadas:

- ✓ Universidade Estadual do Piauí – UESPI;
- ✓ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI;
- ✓ Universidade de São Paulo – USP;
- ✓ Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP;
- ✓ Universidade Federal do Maranhão – UFMA;
- ✓ Universidade Estadual do Maranhão-UEMA;
- ✓ Universidade Federal do Ceará – UFC;
- ✓ Universidade Estadual do Ceará – UECE;
- ✓ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN;
- ✓ Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;
- ✓ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;
- ✓ Universidade Federal de Viçosa – UFV;
- ✓ Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE;
- ✓ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE;
- ✓ Universidade Federal de Campina Grande – UFCG;

- ✓ Universidade do Estado de São Paulo/UNESP – Jaboticabal;
- ✓ Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, dentre outras.

Em termos de Instituições internacionais, a UFPI mantém cooperação com:

- ✓ Universidade Nacional de Rio Cuarto – Argentina;
- ✓ Universidade de Padova – Itália;
- ✓ Fundação Produce Tlaxala – México;
- ✓ Universidade de Santiago de Compostela – Espanha;
- ✓ Università Degli Studi di Verona – Itália;
- ✓ Università Degli Studi di Firenz – Itália;
- ✓ Universidades de Nebraska, Auburn, Suny/Oswego – Estados Unidos;
- ✓ Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto – Portugal.

Ressaltam-se, ainda, algumas parcerias imprescindíveis ao crescimento institucional:

✓ CAPES, que fomenta a pós-graduação *stricto sensu* e mantém o portal de Periódicos que permite acesso a 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento;

✓ Ministério da Saúde, que fomenta a Residência Médica, subsidia ações de saúde realizadas pelo HU e viabiliza a qualificação e diversas turmas de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;

✓ Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Justiça/RENAESP, que mantém o programa de educação continuada de formação em segurança pública;

✓ CNPq, que financia inúmeros projetos e atividades, com ênfase ao Programa de Iniciação Científica e o custeio de bolsas de pós-graduação *stricto sensu;*

✓ FINEP – que financia a infraestrutura de pós-graduação e pesquisa, sobretudo através das chamadas públicas (Editais CT-Infra);

✓ Agência Nacional de Petróleo (que subsidia pesquisas do Laboratório de Análise de combustíveis);

✓ Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Fundação Pan-Americana para a Saúde e Educação (PAHEF), que parceirizam o Programa Ampliado de Livros de Textos (*PALTEX*) para a formação de recursos humanos na área da saúde;

✓ Rede COMUT – que permite obter cópia de documentos do acervo de outras bibliotecas;

✓ Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) - responsável pela cooperação mútua entre as bibliotecas universitárias brasileiras.

A UFPI desenvolve um grande número de atividades de assistência social, como um investimento de garantia de igualdade de oportunidade de acesso e permanência ao estudante em situação de vulnerabilidade social, através de programas nacionais (como o PNAES/MEC), com a

contrapartida de recursos próprios. Tem procurado atingir as metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), sobretudo no que se refere às políticas inclusivas de largo alcance, exemplificadas pelo ensino à distância, num patamar de qualidade semelhante ao presencial.

Através de todas essas parcerias a UFPI participa de todos os segmentos sociais e possui assento nos distintos Conselhos, como: o Estadual de Saúde, o Estadual e o Municipal de Educação, Associações de Profissionais Liberais, Associações de Dirigentes Municipais, dentre outros. Em contrapartida, oferece assento em seus Conselhos Superiores e comissões, como é o caso do Conselho Universitário e da Comissão Própria de Avaliação, o que demonstra a sua larga interação com a sociedade.

Parcerias para a realização de atividades nas áreas de desenvolvimento sustentável e preservação ambiental são efetivadas, sobretudo com: 1) Fundação Zoobotânico (zoológico de Teresina), que serve de campo de estágio supervisionado para graduandos de áreas afins, e onde são realizadas pesquisas de preservação da fauna; 2) IBAMA, visando a orientação acerca da preservação da fauna e flora e mantém núcleos de estudos sobre a preservação de espécimes, através de projetos integrados desenvolvidos por docentes e discentes dos cursos de Biologia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Agronomia, Engenharia de Pesca e Engenharia Florestal, dentre outros.

### 5.7 Políticas institucionais para a internacionalização

A internacionalização é o processo de viabilização da interação entres culturas através do ensino, investigação científica e troca de serviços entre instituições. Representa a maneira de ultrapassagem de fronteiras culturais indispensáveis ao cumprimento da missão de cada IES.

A sociedade globalizada, com sua característica de sociedade da comunicação, traz transformações até então pouco conhecidas. As questões valorativas deixaram de ter um círculo limitado e levaram as diversas áreas do saber, em especial a universidade, a se deparar com conflitos sociais desconhecidos.

A maior riqueza de uma universidade é seu capital cultural, que gera recursos inesgotáveis nos mais variados âmbitos. No estudo da internacionalização do espaço universitário, observa-se que na medida em que há abertura para a entrada de alunos e professores estrangeiros, bem como para a saída de alunos e professores brasileiros, legitima-se a possibilidade da pesquisa e do conhecimento. Além disso, edifica-se o campo fértil para o intercâmbio entre as culturas, os idiomas, as legislações e tantos outros assuntos que fazem o próprio homem como o maior e melhor objeto de estudo.

No momento atual, o Brasil vive uma situação onde é notório o número de estudantes e profissionais estrangeiros, com graduação e pós-graduação, em busca de espaço para pesquisas, aperfeiçoamentos e, é claro, de mercado de trabalho.

Como esta Universidade é preocupada em formar cidadãos e profissionais aptos para atuar em um mundo cada vez mais globalizado, a internacionalização desponta como um dos grandes diferenciais que busca atingir, pois a ampla abertura para a troca e efetiva interlocução entre os que estudam e os que vivenciam a academia em seus mais variados eixos, o que acarretará benefícios para a sociedade como um todo.

As estratégias de cooperação institucional voltadas para a internacionalização da UFPI foram iniciadas em 2005, a partir da criação da ASSINTER, órgão ligado ao Gabinete do Reitor, encarregado de viabilizar as ações de cooperação internacional da universidade, sobretudo o estabelecimento de parcerias com outras universidades e instituições de interesse acadêmico, no Brasil e no mundo, desenvolvendo a cooperação acadêmica, técnica, científica e cultural entre elas. Com o apoio da ASSINTER, os estrangeiros beneficiários desses acordos são acolhidos pela UFPI, com os mesmos direitos que os alunos brasileiros.

Até o momento, a UFPI possui convênios com as seguintes universidades italianas e portuguesas: Verona, Padova e Florença (Itália) e Madeira, Évora, Porto e Coimbra (Portugal). Também é membro do Grupo Tordesilhas (www.grupotordesillas.org), da Organização Universitária Interamericana (www.oui-iohe.org), da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (http://www.aulp.org) e da Associação Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras. Na vigência deste PDI, estas ações voltadas para a internacionalização irão ser intensificadas.

### 5.8 Políticas de acesso e permanência de estudantes

A democratização do ensino superior tem sido discutida pela sociedade brasileira durante as últimas décadas como uma necessidade do estabelecimento de políticas públicas que garantam o acesso e a equidade. Desde a Reforma Universitária de 1968 até os dias de hoje, o Ensino Superior tem sofrido grandes modificações. Nas últimas décadas, foram propostas políticas públicas, com programas específicos que contribuem para o acesso de estudante de baixa renda nesse nível de ensino.

A política de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para os estudantes, de forma a promover a efetiva permanência dos discentes no ambiente acadêmico de forma que possa haver a conclusão do curso em tempo hábil. Portanto, democratizar a educação superior, além do seu

princípio fundamental que é a garantia de acesso somado à qualidade, deve acima de tudo possibilitar a permanência dos que nela ingressam.

Embora se diga que as políticas voltadas para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tem tido uma expressão maior nas instituições privadas, por conta do programa PROUNI ter sido divulgado como carro chefe do governo que se mantém no Brasil, não se pode negar que muitas ações estão sendo realizadas com o objetivo de dar consistência e respaldo para a implementação de políticas voltadas para a assistência estudantil das instituições públicas. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) formulado a partir dos estudos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, estabelece que as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior.

O PNAES salienta que é preciso mais do que vagas, pois é necessário que haja garantia das condições de permanência na graduação como: moradia estudantil, serviço de alimentação (restaurantes universitários), assistência à saúde (médica, odontológica e psicológica), programas de bolsas, dentre outros.

A UFPI, consciente das metas do PNEAS, adota como política de atendimento discente um modelo social inclusivo, nas áreas: atenção, alimentação, moradia, saúde, psicopedagógica e social, viabilizado pela PRAEC. Os programas de acompanhamento discente e de estímulo à permanência na UFPI estão detalhados no Quadro 21 (Capítulo 1).

Para o quinquênio 2015-2019, o planejamento das políticas de atendimento aos discentes, está detalhado no Quadro 56.

**Quadro 56 -** Políticas de atendimento aos discentes, quinquênio 2015-2019

| METAS | ESTRATÉGIAS |
|---|---|
| • Implantação das Salas de Apoio à amamentação em todos os campi da UFPI;<br>• Implantação dos Núcleos de Inclusão e Acessibilidade – NACE em cada Campus da UFPI;<br>• Implantação de creches em cada Campus da UFPI;<br>• Ampliação em 50% do Serviço Psicossocial - SEPS<br>• Ampliação em 25% do Serviço Odontológico - SEOD<br>• Implantação do Serviço de Orientação Nutricional;<br>• Implantação do cardápio vegetariano;<br>• Prevenção ao uso de drogas ilícitas e DSTs;<br>• Incorporar no Calendário Acadêmico e Promoção de eventos de integração social. | • Construção das salas de amamentação nos campus da UFPI;<br>• Construção dos espaços para o NACE em cada um dos Campi da UFPI;<br>• Contratação de especialistas para o trabalho nos NACE;<br>• Construção dos espaços para as creches;<br>• Contratação de pessoal para as creches;<br>• Construção do novo espaço dos SEPS;<br>• Contratação de psicólogos e pedagogos;<br>• Reforma predial no espaço do SEOD no Campus Ministro Petrônio Portela;<br>• Construção do espaço para o SEOD no CAFS e no CPCE;<br>• Construção do Restaurante Universitário IV no CMPP;<br>• Reforma do Restaurante Universitário do campus CPCE;<br>• Prestação de serviço de orientação |

| | |
|---|---|
| | nutricional e campanhas preventivas;<br>• Oferta a comunidade de opção vegetariana no Restaurante Universitário;<br>• Implantação do Projeto NESP/PRAEC de orientação sobre o uso de drogas ilícitas e DSTS;<br>• Encaminhar para o CEPEX para aprovação e incorporação no calendário Acadêmico de eventos de integração social;<br>• Promover eventos de integração social e cultural. |

Fonte: PRAEC

## 5.9 Políticas de apoio ao pessoal técnico-administrativo

O detalhamento das políticas de apoio aos servidores, para o quinquênio 2015-2019, está apresentado no Quadro 57.

**Quadro 57** – Políticas de apoio ao Pessoal Técnico- Administrativo, quinquênio 2015-2019

| METAS | ESTRATÉGIAS |
|---|---|
| • Implantação das Salas de Apoio à amamentação em todos os campi da UFPI;<br>• Implantação dos Núcleos de Inclusão e Acessibilidade – NACE em cada Campus da UFPI;<br>• Implantação de creches em cada Campus da UFPI;<br>• Ampliação em 50% do Serviço Psicossocial - SEPS<br>• Lotação de um Assistente Social e de um nutricionista por Campus fora da sede;<br>• Aumento do número de servidores;<br>• Formação continuada dos servidores. | • Contratação de pessoal de apoio para as salas de amamentação;<br>• Contratação de especialistas para o trabalho nos NACE;<br>• Contratação de pessoal para as creches;<br>• Contratação de psicólogos e pedagogos;<br>• Contratação de Assistente social para cada Campus fora da sede;<br>• Contratação de um nutricionista para cada Campus fora da sede;<br>• Contratação de servidores em virtude da ampliação da demanda;<br>• Oferta de cursos de capacitação e qualificação para os servidores. |

Fonte: PRAEC

## 5.10 Políticas de Apoio aos Egressos

A politica de atendimento ao egresso foi prevista no PDI anterior e não viabilizada em função de ter correspondido a um período de implantação do novo sistema de tecnologias da informação e comunicação, o qual estabeleceu um cronograma de implantação de módulos no sistema SIG, para atendimento inicial às políticas de gestão acadêmica, administrativa e de pessoal, que foram consideradas prioritárias para ao atendimento das atividades fins.

É proposta para o novo quinquênio: a montagem do Banco de Egressos, uma vez que é finalidade da Instituição inserir na sociedade diplomados aptos ao exercício profissional. Assim, a

UFPI pretende, com apoio integrado da PREX, PREG, NTI e CPA obter informações que permitem conhecer adequadamente a qualidade dos profissionais que vem formando, principalmente no que diz respeito à qualificação para o trabalho e a opinião dos empregadores sobre a pertinência dos conteúdos ministrados no âmbito do ensino de graduação.

Para iniciar o processo, a PREX, por meio da CFOR, viabilizara junto ao NTI a efetivação da ferramenta automatizada no site e a, seguir, o Cerimonial da UFPI, procederá ao cadastro do egresso no portal, no ato de sua colação de grau. Em parceria com PREG, através da CC e CEDE e também com a DIAI/PROPLAN, será viabilizada a gestão das informações necessárias à retroalimentação dos currículos da graduação.

A formação do Banco de Egressos, onde o aluno tenha acesso constante ao site institucional, permitirá também ao profissional recém-graduado informações sobre eventos de formação continuada, de forma a estimulá-lo à qualificação permanente.

## CAPÍTULO 6 - EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO PARA O QUINQUÊNIO

A gestão da UFPI está organizada de modo a apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, procurando adotar práticas inovadoras que estimulem o aprendizado organizacional em todas as suas áreas de atuação. Pauta-se pelos seguintes princípios:

- ✓ desenvolvimento institucional sustentável;
- ✓ sinergia entre os atores institucionais, por meio de ação integradora da gestão, balizada por uma filosofia institucional compartilhada e que seja capaz de promover o trabalho coletivo;
- ✓ integração, participação e inclusão da comunidade universitária no processo de tomada de decisões;
- ✓ integração entre as unidades e subunidades nas ações que buscam qualificar as atividades acadêmicas e da gestão; inovação em serviços e processos, unindo novos padrões administrativos com a modernização dos sistemas e das tecnologias de informação;
- ✓ acompanhamento permanente das exigências do sistema de governança; e aprendizado organizacional adquirido a partir do desenvolvimento e da educação de novos padrões de desempenho institucional.

### 6.1 Gestão administrativa

As políticas de gestão vigentes na UFPI encontram-se inseridas em sua normatização interna que regulamenta aspectos relacionados à gestão e desenvolvimento de pessoal, gestão financeira e orçamentária, gestão acadêmica e gestão administrativa.

A gestão universitária vem passando, nos últimos anos, por mudanças advindas de conjunturas internas e externas. Essas mudanças exigem agilidade, flexibilidade e capacidade de adaptação para responder ao ambiente dinâmico, resultante da transformação social. Neste contexto, a PRAD, no último ano de vigência do PDI 2010-2014 iniciou a realização de ações de grande importância para dar celeridade às questões administrativas, as quais já sendo implementadas e que continuarão a ser neste próximo quinquênio:

- ➢ Reestruturação organizacional da PRAD, com:
  - Desvinculação da Divisão de Vigilância e o Biotério do organograma da PRAD;

- Estruturação do Setor de Prestação de Contas de Contratos e Convênios adequando às normas e aos procedimentos visando à eficiência e eficácia da Gestão dos Contratos de prestação de serviços;
- Reformulação das competências e atribuições da Diretoria de Contabilidade e Finanças;
- Adequação da Comissão Permanente de Licitação às demandas da UFPI;
- Estruturação de um setor específico para o Controle de Emissão de Passagens, Diárias e Hospedagem, de acordo com a legislação em vigor;
- Descentralização do Almoxarifado Central – Implantação de Almoxarifado setorial específico de produtos de laboratório e Almoxarifados setoriais em cada Campus da UFPI;
- Elaboração de um diagnóstico que permita uma visão clara e precisa das atribuições e atividades dos setores que compõem a PRAD;
- Reformulação do Regimento Interno da PRAD, a partir das competências e atribuições dos setores que compõem a sua estrutura organizacional;
- Padronização dos procedimentos operacionais, visando agilizar o fluxo de processos por meio de manuais de rotinas e procedimentos;
- Instituição de mecanismos permanentes que permitam eliminar dificuldades operacionais por meio de treinamento aos servidores lotados e com exercício na PRAD;
- Atualização do *site* da PRAD, em comprimento das práticas de transparências, buscando informar a comunidade universitária sobre as ações desenvolvidas pela UFPI.

➢ Adoção de uma política permanente de planejamento, buscando identificar os pontos fortes, fracos e oportunidades e possíveis correções estratégicas.

➢ Interligação das diversas unidades organizacionais, por meio de processos e procedimentos a partir da implantação dos todos os módulos do SIPAC: Módulos Almoxarifado e Patrimônio; Módulos de Compras, Contratos e Liquidação.

## 6.2 Gestão de Recursos Humanos

A gestão de recursos humanos na UFPI é efetivada pela SRH, a qual foi criada no ano de 2013, em substituição à Diretoria de Recursos Humanos, com o intento de mudar foco da gestão de pessoas, que passou a exercer, além dos processos legais e burocráticos, várias ações voltadas para o desenvolvimento humano. A própria estrutura organizacional passou a dar suporte aos processos

de capacitação, desenvolvimento, qualificação, qualidade de vida, saúde e segurança dos servidores, promovendo a valorização do ser humano e a adequação das condições de trabalho.

No quinquênio 2015-2019 a gestão de pessoal buscará a finalidade estratégica de estimular permanentemente o desenvolvimento de competências institucionais e individuais que auxiliarão no exercício de suas atividades, incluindo programas que abrangem o acolhimento, a integração, a qualidade de vida, o desenvolvimento pessoal e profissional, a segurança e saúde, voltando-se para a valorização, a capacitação e a qualificação dos servidores.

As propostas da SRH para serem viabilizadas no quinquênio 2015-2019 estão sumarizadas no Quadro 58.

**Quadro 58** - Diretrizes gerais para a gestão de recursos humanos, no quinquênio 2015-2019

| Objetivos | Situação atual | Propostas para 2015-2019 |
|---|---|---|
| Melhorar as instalações da SRH para atendimento; | As atuais estão inadequadas para atendimento ao público. A reforma/ampliação está em projeto na PREUNI; | Divisão adequada dos setores e criação de espaços para atendimentos específicos; |
| Ampliar as instalações para arquivo; | Há sobrecarga de documentação no setor, e estrangulamento do espaço do Protocolo Geral. A readequação está em Projeto na PREUNI; | É necessário um novo prédio que agregue o espaço de arquivo para liberação de espaço para o Protocolo geral e contratação de Técnico em arquivo; |
| Integrar a UFPI ao SIASS / Perícia Médica; | Não está integrado ao Sistema SIASS nacional; | Pactuação com o IFPI, Ministério da Saúde e Polícia Federal para integração; |
| Proceder exames Periódicos dos servidores; | Não são realizados; | Contratação de Médico, Fonoaudiólogo e Enfermeiro para condução dos Serviços; |
| Instituir Treinamento e Desenvolvimento; | Não são realizados, pois o setor agrega as atividades de controle de Estágio Probatório, Progressões, Incentivos Funcionais e Contratação de Substitutos; | Contratação de servidores para divisão das atividades do setor. Apoio aos demais setores da UFPI para qualificação de pessoal; |
| Descentralizar as atividades de RH para os Campi; | Ainda há centralização no Campus sedei; | Descentralização de atividades de RH para os Campi; |
| Renovar o Pessoal da SRH; | Todas as chefias são ocupadas por pessoas em condições de aposentadoria; | Renovação e treinamento de pessoal para ocupação de cargos de chefia; |
| Atender de forma mais tranquila a demandas Judiciais, TCU e CGU; | Ausência de assessoria jurídica. Sem equipe para acompanhamento e atendimento de processos; | Contratação de pessoal para conduzir as demandas do CGU (acúmulo de cargos e metas de RH), acórdãos do TCU e Processos Judiciais; |

| | | |
|---|---|---|
| Promover ações voltadas para a saúde e qualidade de vida servidor; | Sem atendimento; | Contratação de equipe de saúde multidisciplinar para condução destas atividades. |
| Revisar e criar normas legais sobre progressão, avaliação de pessoal e serviços do SIGRH | Sem atendimento. Ausência de setor de informática interno e de pessoal de apoio; | Contratação de técnico de informática (judicial) e criação de equipe para revisão de legislações; |
| Responder às demandas por PAD`s e Sindicâncias. | Resposta lenta em virtude de falta de estrutura na Unidade de Correição e de qualificação de equipe técnica para condução dos trabalhos. | Contratação e treinamento de pessoal fixo para a Unidade de Correição. |

Fonte: SRH

### 6.2.1 Gestão do Pessoal Docente

O corpo docente permanente da UFPI totaliza em 1525 professores efetivos, sendo 1.420 do magistério superior e 105 do nível médio/técnico, distribuídos nos cinco Campi.

A política de qualificação docente implantada na UFPI nos últimos anos fez com que o percentual de titulados, principalmente de mestres e doutores, continuasse crescendo de forma progressiva. Devido o aumento do número de Programas Institucionais de Pós-Graduação, inclusive em nível de Doutorado, muitos docentes e técnicos vêm se qualificando na própria instituição.

O expressivo crescimento do corpo docente qualificado deve-se ao empenho institucional permanente da administração superior, que tem possibilitado a qualificação de professores em programas de pós-graduação da própria universidade e, sobretudo, em parceria com outras instituições de educação superior. No quinquênio 2005-2009, um total de doze turmas de Doutorado Interinstitucional (DINTER) foram realizadas na UFPI, conveniados com IES renomadas (UNESP, UNICAMP, UFRN, UFMG, UFRJ, UFF e Universidade Católica de Brasília) objetivando a qualificação de docentes e técnicos administrativos. Estes importaram num montante superior a R$ 1.900.000,00 (hum milhão e novecentos mil reais). Além dos DINTER, ocorreram liberações de docentes para realização de doutorado em outras IES, de forma que a UFPI investiu um montante superior à R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a qualificação docente, por meio de recursos disponibilizados pela CAPES através de programas especiais, na forma de bolsas e apoio à aquisição de equipamentos para os Programas de Pós-Graduação.

No quinquênio 2010-2014, esta política de qualificação se manteve e, atualmente, 09 (nove) turmas de DINTER estão institucionalizadas, sendo 05 (cinco) em andamento (Ecologia dos Ambientes Aquáticos Continentais, Educação, Filosofia, História, Políticas Públicas) e 04 (quatro)

aprovados na UFPI, aguardando aprovação da CAPES (Direito, Educação, Educação Física e Tecnologia), para o início efetivo das atividades (Capítulo 1, Quadro 3). Portanto, as metas estabelecidas no PDI anterior, no âmbito da qualificação de pessoal, foram alcançadas. A elevação progressiva do IQD é meta permanente, por ser essencial para o crescimento institucional.

### 6.2.1.1 Titulação docente por unidade de lotação

Dentre os docentes do magistério superior, cerca de 95,00% (1.462) são pós-graduados, sendo aproximadamente 88,00% (1.307) com pós-graduação *stricto sensu* e 7,00% (107) com pós-graduação *lato sensu.* Há, ainda, aproximadamente 5,00% (76) do pessoal (enquadrados em aperfeiçoamento + graduação) sem curso de pós-graduação, conforme se observa na Tabela 2. Do pessoal docente da educação básica (ensino médio e técnico), 79,80 % (83) são pós-graduados, sendo 54,80% (57) têm pós-graduação *stricto sensu* e 46,20% (21) têm pós-graduação *lato sensu*; ficando um contingente de 20,19% ainda sem pós-graduação (Tabela 2).

**Tabela 2** - Docentes da UFPI, segundo a titulação, 2014

| TITULAÇÃO | DOCENTES | |
|---|---|---|
| | Número | % |
| **Docentes da Educação Superior:** | | |
| Pós-Doutores | 48 | 3,12 |
| Doutores | 626 | 40,70 |
| Mestres | 681 | 44,28 |
| Especialistas | 107 | 6,96 |
| Aperfeiçoados | 07 | 0,46 |
| Graduados | 69 | 4,48 |
| Total – Magistério Superior | **1538** | **100,00** |
| **Docentes da Educação Básica /Profissionalizante:** | | |
| Pós-Doutores | 01 | 0,95 |
| Doutores | 18 | 17,14 |
| Mestres | 38 | 36,20 |
| Especialistas | 27 | 25,71 |
| Aperfeiçoados | 0 | 0 |
| Graduados | 21 | 20,00 |
| Total- Ensino Básico /Profissionalizante | **105** | **100,00** |
| **Total geral de docentes**: **1.525** | | |

Fonte: SRH

A política de qualificação docente e técnica implantada na UFPI nos últimos anos, fez com que, o percentual de titulados, principalmente de mestres e doutores, continuasse crescendo de forma progressiva.

A partir do aumento do número de Programas Institucionais de Pós-Graduação, inclusive em nível de Doutorado, muitos docentes e técnicos vêm participando do processo de qualificando na própria instituição.

O detalhamento da titulação de docentes por Unidade de lotação está apresentado no Quadro 59.

**Quadro 59** - Titulação dos Docentes da UFPI por Unidade de Lotação, 2014

| **UNIDADE** | **CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| Deptº. de Zootecnia | 2 | 10 | 5 | 0 | 0 | 1 | 18 |
| Deptº. de Planejamento e Politica Agrícola | 0 | 4 | 4 | 2 | 0 | 0 | 10 |
| Deptº. de Fitotecnia | 1 | 11 | 0 | 0 | 1 | 0 | 13 |
| Deptº. de Morfologia Veterinária | 0 | 14 | 0 | 1 | 0 | 0 | 15 |
| Deptº. de Clinica e Cirurgia Veterinária | 1 | 13 | 2 | 0 | 0 | 0 | 16 |
| Deptº. de Engenharia Agrícola e Solos | 0 | 6 | 1 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| T O T A L | 4 | 58 | 12 | 3 | 1 | 1 | 79 |
| **UNIDADE** | **CENTRO DE CIENCIAS DA SAUDE** | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | TOTAL |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| Deptº. de Clinica Geral | 0 | 13 | 13 | 5 | 0 | 8 | 39 |
| Deptº. Materno Infantil | 1 | 9 | 8 | 8 | 0 | 3 | 29 |
| Deptº. de Medicina Especializada | 1 | 13 | 9 | 7 | 2 | 3 | 35 |
| Deptº. de Medicina Comunitária | 0 | 2 | 4 | 5 | 0 | 0 | 11 |
| Deptº. de Odontologia Restauradora | 0 | 10 | 2 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| Deptº. de Patologia e Clinica Odontológica | 1 | 13 | 9 | 1 | 1 | 0 | 25 |
| Deptº. de Parasitologia e Microbiologia | 0 | 7 | 2 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| Deptº. de Educação Física | 1 | 3 | 6 | 3 | 0 | 0 | 13 |
| Deptº. de Enfermagem | 1 | 13 | 20 | 0 | 0 | 1 | 35 |
| Deptº. de Nutrição | 1 | 7 | 13 | 0 | 1 | 0 | 22 |
| Deptº. de Bioquímica e Farmacologia | 0 | 10 | 2 | 0 | 0 | 3 | 15 |
| Coordenação do Curso de Farmácia | 1 | 9 | 3 | 1 | 0 | 0 | 14 |
| Deptº. de Morfologia | 1 | 6 | 10 | 0 | 0 | 0 | 17 |
| Deptº. de Biofísica e Fisiologia | 0 | 14 | 2 | 0 | 0 | 1 | 17 |
| **T O T A L** | 8 | 130 | 103 | 29 | 4 | 19 | 293 |
| **UNIDADE** | **CENTRO DE CIENCIAS DA NATUREZA** | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | TOTAL |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Deptº. de Química | 4 | 22 | 2 | 0 | 0 | 0 | 28 |
| Deptº. de Matemática | 6 | 9 | 14 | 0 | 0 | 2 | 31 |
| Deptº. de Física | 4 | 22 | 6 | 1 | 0 | 0 | 33 |
| Dep. de Biologia | 1 | 18 | 4 | 0 | 0 | 0 | 23 |
| Deptº. de Informática e Estatística | 0 | 12 | 13 | 0 | 0 | 0 | 25 |
| Curso de Bacharelado em Arqueologia e Cons. de Arte Rupestre | 2 | 7 | 1 | 1 | 0 | 0 | 11 |
| Curso Graduação em Estatística | 0 | 2 | 9 | 1 | 0 | 0 | 12 |
| Curso Graduação em Ciências da Natureza | 0 | 3 | 6 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| Curso Graduação em C. dos Materiais (em 2015 passará a ser Eng.ª dos Materiais, vinculado ao CT) | 0 | 8 | 1 | 0 | 0 | 1 | 10 |
| **T O T A L** | 17 | 103 | 56 | 3 | 0 | 3 | 182 |
| **UNIDADE** | **CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS** | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| Direção do Centro de Ciências Humanas e Letras | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Deptº. de Letras | 5 | 17 | 10 | 2 | 0 | 1 | 35 |
| Coord. do C de Letras | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Deptº. de Geografia e História | 1 | 20 | 8 | 2 | 0 | 0 | 31 |
| Deptº. Ciências Sociais | 0 | 15 | 2 | 0 | 0 | 1 | 18 |
| Deptº. de Filosofia | 2 | 9 | 6 | 0 | 0 | 0 | 17 |
| Deptº. de Ciências Econômicas | 0 | 7 | 12 | 2 | 0 | 1 | 22 |
| Deptº. de Ciências Contábeis e Administrativas | 0 | 4 | 18 | 6 | 0 | 0 | 28 |
| Deptº. de Serviço Social | 3 | 12 | 2 | 0 | 0 | 0 | 17 |
| Deptº. de Ciências Jurídicas | 0 | 8 | 22 | 1 | 0 | 4 | 35 |
| Curso de Graduação em C. Política | 0 | 4 | 3 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| **T O T A L** | 11 | 96 | 83 | 13 | 0 | 9 | 212 |
| **UNIDADE** | **CENTRO DE CIENCIAS DA EDUCAÇÃO** | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | TOTAL |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| Direção do Centro de C. da Educação | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Deptº. de Fundamentos da Educação | 1 | 24 | 19 | 0 | 0 | 1 | 45 |
| Deptº. de Métodos e Técnicas de Ensino | 1 | 22 | 22 | 0 | 0 | 1 | 46 |
| Deptº. de Artes Visuais | 0 | 4 | 15 | 4 | 0 | 1 | 24 |
| Deptº. de Comunicação Social | 0 | 10 | 4 | 3 | 0 | 1 | 18 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Curso de Graduação em Moda, Design e Estilismo | 0 | 0 | 10 | 6 | 0 | 0 | 16 |
| **T O T A L** | 2 | 60 | 74 | 13 | 0 | 4 | 153 |
| **UNIDADE** | **CENTRO DE TECNOLOGIA** | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| Deptº. de Estruturas | 0 | 3 | 4 | 3 | 0 | 0 | 10 |
| Deptº. de Transportes | 0 | 2 | 7 | 2 | 0 | 1 | 12 |
| Deptº. de Construção Civil e Arquitetura | 0 | 7 | 12 | 1 | 1 | 1 | 22 |
| Deptº. de Recursos Hídricos, Geociências e Saneamento Ambiental | 1 | 4 | 6 | 1 | 0 | 0 | 12 |
| Engenharia de Produção | 0 | 3 | 6 | 0 | 0 | 2 | 11 |
| Engenharia Elétrica | 0 | 8 | 8 | 0 | 0 | 0 | 16 |
| Engenharia Mecânica | 0 | 2 | 6 | 4 | 0 | 1 | 13 |
| T O T A L | 1 | 29 | 49 | 11 | 1 | 05 | 96 |
| **UNIDADE** | **CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTANCIA** | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| TODOS OS CURSOS | 0 | 5 | 19 | 0 | 0 | 0 | 24 |
| **T O T A L** | 0 | 5 | 19 | 0 | 0 | 0 | 24 |
| **UNIDADE** | **CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO** | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| Direção do Campus Min Reis Veloso | 0 | 8 | 1 | 0 | 0 | 8 | 17 |
| Deptº. de Administração e Informática | 0 | 0 | 10 | 1 | 0 | 0 | 11 |
| Deptº. de Ciências Econômicas e Quantitativas | 0 | 1 | 9 | 3 | 0 | 0 | 13 |
| Deptº. de Ciências Contábeis e Jurídicas | 0 | 1 | 4 | 7 | 0 | 2 | 14 |
| Deptº. de Ciências Sociais e da Educação | 0 | 6 | 8 | 1 | 0 | 0 | 15 |
| Curso de Graduação em Engenharia da Pesca | 0 | 6 | 10 | 0 | 0 | 0 | 16 |
| Curso de Graduação em Ciências Biológicas | 3 | 11 | 5 | 0 | 0 | 0 | 19 |
| Curso de Graduação em em Turismo | 0 | 2 | 12 | 0 | 0 | 0 | 14 |
| Curso de Graduação em em Fisioterapia | 0 | 4 | 17 | 0 | 0 | 0 | 21 |
| Curso de Bacharelado em Psicologia | 0 | 8 | 14 | 0 | 0 | 1 | 23 |
| Curso de Bacharelado em Biomedicina | 1 | 14 | 1 | 0 | 0 | 0 | 16 |
| Curso de Graduação em Matemática | 0 | 3 | 10 | 0 | 0 | 0 | 13 |
| **T O T A L** | 4 | 64 | 101 | 12 | 0 | 11 | 192 |
| **UNIDADE** | **CAMPUS SEN. HELVIDIO NUNES DE BARROS** | | | | | | |

| LOTAÇÃO | TITULAÇÃO | | | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Pós-doutorado | Doutorado | Mestrado | Especialização | Aperfeiçoamento | Graduação | |
| Direção do Campus Sen. Helvídio Nunes de Barros | 0 | 1 | 6 | 0 | 0 | 2 | 9 |
| Curso de Graduação em Letras | 0 | 0 | 5 | 2 | 0 | 0 | 7 |
| Curso de Graduação em Pedagogia | 0 | 2 | 15 | 0 | 0 | 0 | 17 |
| Curso de Graduação em Matemática | 0 | 0 | 8 | 2 | 0 | 0 | 10 |
| Curso de Graduação em Sist. de Informação | 0 | 0 | 5 | 5 | 0 | 4 | 14 |
| Curso de Graduação em Administração | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| Curso de Graduação em C. Biológicas | 0 | 8 | 8 | 1 | 0 | 1 | 18 |
| Curso de Graduação em Nutrição | 0 | 3 | 10 | 0 | 0 | 1 | 14 |
| Curso de Graduação em Enfermagem | 0 | 2 | 14 | 2 | 0 | 0 | 18 |
| Curso de Graduação em História | 1 | 1 | 11 | 0 | 0 | 0 | 13 |
| T O T A L | 1 | 17 | 91 | 12 | 0 | 8 | 129 |
| **UNIDADE** | **CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS** | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| Direção do Campus Profª Cinobelina Elvas | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 1 | 7 |
| Curso de Graduação em Engenharia Florestal | 0 | 5 | 8 | 0 | 0 | 0 | 13 |
| Curso de Graduação em Engª. Agronômica | 0 | 15 | 8 | 0 | 0 | 0 | 23 |
| Curso de Graduação em Zootecnia | 0 | 12 | 0 | 1 | 0 | 0 | 13 |
| Curso de Graduação em Ciências Biológicas | 0 | 10 | 13 | 1 | 0 | 2 | 26 |
| Curso de Graduação em Medicina Veterinária | 0 | 10 | 8 | 0 | 0 | 0 | 18 |
| **T O T A L** | 0 | 52 | 43 | 2 | 0 | 3 | 100 |
| **CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL** | | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| Campus Amílcar Ferreira Sobral | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 3 | 7 |
| Curso de Graduação em Administração | 0 | 0 | 13 | 2 | 0 | 1 | 16 |
| Curso de Graduação em C. Biológicas | 0 | 9 | 4 | 0 | 0 | 1 | 14 |
| Curso de Graduação em Pedagogia | 0 | 2 | 13 | 0 | 0 | 0 | 15 |
| Curso de Graduação em Enfermagem | 0 | 2 | 15 | 5 | 1 | 1 | 24 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **T O T A L** | 0 | 13 | 49 | 7 | 1 | 6 | 76 |
| **COLEGIO TÉCNICO DE TERESINA** | | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| DOCENTES DO MS | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| **T O T A L** | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| **COLEGIO TÉCNICO DE TERESINA** | | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| DOCENTES DO EBTT | 0 | 9 | 16 | 5 | 0 | 4 | 34 |
| **T O T A L** | 0 | 9 | 16 | 5 | 0 | 4 | 34 |
| **COLEGIO TÉCNICO DE FLORIANO** | | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| DOCENTES DO EBTT | 1 | 4 | 13 | 14 | 0 | 5 | 37 |
| **T O T A L** | 1 | 4 | 13 | 14 | 0 | 5 | 37 |
| **COLEGIO TÉCNICO DE BOM JESUS** | | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| DOCENTES DO EBTT | 0 | 5 | 8 | 7 | 0 | 12 | 32 |
| **T O T A L** | 0 | 5 | 8 | 7 | 0 | 12 | 32 |
| **CURSO DE ENGENHARIA ELETRICA/CT** | | | | | | | |
| **LOTAÇÃO** | **TITULAÇÃO** | | | | | | **TOTAL** |
| | **Pós-doutorado** | **Doutorado** | **Mestrado** | **Especialização** | **Aperfeiçoamento** | **Graduação** | |
| DOCENTES DO EBTT | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| **T O T A L** | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Fonte: SRH.

### 6.2.1.2 Plano de cargo de carreira e regime de trabalho dos docentes

Os docentes da UFPI e outras IFES foram enquadrados no § 2º do art. 1º da Lei n° 12.772, de 28 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 31.12.2012, com a nova redação dada pela Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013, publicada no DOU de 25.09.2013.

Assim, o enquadramento docente envolve em 5 (cinco) classes:

I – Classe A, com as denominações de:

a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;

b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou

c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;

II – Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III – Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV – Classe D, com a denominação de Professor Associado;

V – Classe E, com denominação de Professor Titular.

Cada Classe possui suas subdivisões em níveis, de acordo com o Anexo I da Lei nº 12.772/2012 com a redação dada pela Lei nº 12.863/2013. A passagem de um nível para o outro dentro da classe, é realizada após o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e mediante avaliação do desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão do docente.

Internamente, o processo de progressão de carreira do corpo docente é regulamentado pela Resolução CONSUN nº 007/1992, que estabelece os critérios e procedimentos da Avaliação de desempenho docente da classe de Professor Auxiliar Nível I até Professor Adjunto IV. Já a progressão de Adjunto IV para Professor Associado é regulamentada pela Resolução nº 140/2006-CEPEX, de 28 de agosto de 2006, que obedece aos ditames da Portaria MEC nº 07, de 29 de junho de 2006.

O Índice de Qualificação docente é um indicador importante para a avaliação do nível de capacitação do corpo de professores. A fórmula empregada para obtenção do índice de qualificação docente (IQD) encontra-se explicitada abaixo:

$$IQD = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G}$$

Onde: D = Número de Professores Doutores;

M = Número de Professores Mestres;

E = Número de Professores Especialistas + Aperfeiçoados;

G = Número de Professores Graduados;

A evolução do IQD geral da UFPI na vigência do PDI-2010-2014 é apresentada no Quadro 60.

**Quadro 60** - Evolução do Índice de Qualificação Docente na UFPI, quinquênio 2010-2014

| **Indicador** | **Quinquênio 2010-2014** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** |
| IQD (escala de 0 a 5) | 3,56 | 3,61 | 3,44 | 3,54 | 3,53* |

Fonte: CEDE/PREG. *Dados parciais – até outubro/2014.

Com relação aos Professores da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico a progressão funcional é regida: Lei n° 12.772, de 28 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 31.12.2012, com a nova redação dada pela Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013, publicada no DOU de 25.09.2013.

Quanto ao regime de trabalho, a grande maioria dos docentes da UFPI é contratada em regime de dedicação exclusiva (86,22%), conforme se observa na Tabela 3, que explicita a situação do corpo de professores segundo o regime de trabalho, com os respectivos valores porcentuais.

**Tabela 3** - Docentes da UFPI, por regime de trabalho, ano de 2014

| Regime de trabalho | Quantidade | Porcentual (%) |
|---|---|---|
| **EDUCAÇÃO SUPERIOR** | | |
| Tempo parcial – 20 horas | 118 | 7,67 |
| Tempo integral – 40 horas | 94 | 6,11 |
| Dedicação exclusiva | 1326 | 86,22 |
| **TOTAL** | 1538 | 100,00 |
| **ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO** | | |
| Tempo parcial – 20 horas | 1 | 0,96 |
| Tempo integral – 40 horas | 4 | 3,84 |
| Dedicação exclusiva | 99 | 95,19 |
| **TOTAL** | 104 | 100,00 |

Fonte: SRH

### 6.2.2 Gestão de pessoal técnico-administrativo

#### 6.2.2.1 Titulação do pessoal técnico-administrativo

O corpo técnico administrativo totaliza em 1.131 servidores, cujo nível de classificação está expresso no Quadro 61.

**Quadro 61** - Servidores Técnico-Administrativos da UFPI, por categoria funcional, 2014

| Nível de Classificação | Quantidade | Percentual (%) |
|---|---|---|
| Classe A | 17 | 1,5 |
| Classe B | 53 | 4,6 |
| Classe C | 126 | 11,1 |
| Classe D | 618 | 54,7 |
| Classe E | 317 | 28,1 |
| **Total** | 1.131 | 100 |

Fonte: SRH

Em conformidade com as ações planejadas para o PDI 2010-2014, a UFPI deu um salto de qualidade em termos de capacitação de pessoal técnico-administrativo, através do estímulo à qualificação em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da própria IES e de outras Instituições. A composição do corpo técnico-administrativo, segundo a titulação está explicitada na Tabela 4, por onde se observa que 66,41% dos servidores possuem curso superior e que 29,78% são detentores de títulos de pós-graduação.

| **Tabela 4** - Técnicos Administrativos da UFPI, segundo a Titulação, 2014 | | |
|---|---|---|
| **Discriminação** | **Quantidade** | **Porcentual (%)** |
| 1- 1º grau (até 4º série) | 75 | 6,63 |
| 2- 1º grau | 47 | 4,15 |
| 3-2° grau | 258 | 22,81 |
| 4-Graduação | 413 | 36,51 |
| 5- Aperfeiçoamento | 01 | 0,08 |
| 6-Especialização | 293 | 25,90 |
| 7-Mestrado | 39 | 3,44 |
| 8-Doutorado | 05 | 0,44 |
| **Total** | 1.131 | 100 |

Fonte: SRH

Considerando-se o regime de trabalho, mais que 96,64% dos servidores são enquadrados em regime de tempo integral. O demonstrativo do pessoal técnico-administrativo por regime de trabalho está sumarizado na Tabela 5, a seguir.

| **Tabela 5** - Servidores Técnico-Administrativos da UFPI, por regime de trabalho, 2014 | | |
|---|---|---|
| **Regime de trabalho** | **Quantidade** | **Percentual (%)** |
| Tempo parcial – 20 horas | 19 | 1,68 |
| Tempo parcial– 24 horas | 05 | 0,44 |
| Tempo parcial- 25 horas | 02 | 0,18 |
| Tempo parcial – 30 horas | 12 | 1,06 |
| Tempo integral –40 horas | 1.093 | 96,64 |
| **Total** | 1.131 | 100,00 |

Fonte: SRH

### 6.2.2.2 Plano de carreira do pessoal técnico-administrativo

O corpo técnico Administrativo é regido pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE (Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005) e Resolução nº 034/2007 do Conselho de Administração (CAD-UFPI), que institui o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Cargos da Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação - PDIC/TAE, da UFPI, em 26 de julho de 2007, e Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006.

A Instituição vem buscando os meios para a adequação de sua política interna às exigências do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (e regulamentou dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990), bem como, ao que preconiza a Portaria nº 208, de 25 de julho de 2006, do Ministério de Estado do Planejamento, que detalha os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal: o Plano Anual de Capacitação, o Relatório do Plano Anual de Capacitação e o Sistema de Gestão por Competência.

A estruturação dos cargos integrantes do Plano de Carreira do pessoal técnico-administrativo é organizada em cinco níveis de classificação, quais sejam: Nível A, B, C, D e E. O agrupamento dos cargos em um mesmo nível observa o requisito de escolaridade, responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico.

O plano de carreira garante o desenvolvimento na carreira por meio da progressão por capacitação e por mérito profissional. No primeiro caso, o servidor ingressa na carreira no primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação. Mediante a participação em cursos de capacitação, desde que compatível como cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, e respeitado o interstício de 18 meses, determinado pela Lei nº 11.784 de 22 de setembro de 2008, poderá obter a progressão, mudando para o padrão de vencimento imediatamente superior.

Na progressão por mérito profissional, o servidor pode passar para o padrão imediatamente subsequente ao que ocupa, no mesmo nível de capacitação, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que tenha sido avaliado mediante um processo de avaliação de desempenho: Chefia, Autoavaliação e Equipe. Esse processo obedece à critérios objetivos, decorrentes das metas institucionais, pactuadas na equipe de trabalho e referenciadas nas expectativas do usuário.

O citado Plano de Carreira também instituiu o Incentivo à Qualificação, regulado pelo Decreto nº 5.824 de 29 de junho de 2006, ou seja, o servidor que possui educação formal superior à exigida para o cargo tem um percentual de acréscimo sobre o seu salário. A organização dos cargos também leva em consideração os ambientes organizacionais, ou seja, a área específica de atuação do servidor, de acordo com as necessidades institucionais e políticas de desenvolvimento de pessoal.

Com a publicação do Decreto n. 5.707 (DOU, de 24/02/2006) foi instituída a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Segundo esse Decreto a finalidade principal das políticas de pessoal deverá considerar a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; o desenvolvimento permanente do servidor público; a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; a divulgação e o gerenciamento das ações de capacitação e a racionalização e efetividade dos gastos com esta.

Com base nessas diretrizes, a SRH procurou traçar as políticas da Instituição para o desenvolvimento de seus recursos humanos para o período 2010-2014, as quais estão voltadas para a:

✓ Intensificação do processo de formação contínua de servidores docentes e técnico-administrativos, mediante cursos de capacitação e qualificação, buscando a melhoria do desempenho institucional;

✓ Manutenção do destaque orçamentário relativo aos recursos destinados à qualificação de recursos humanos;

✓ Qualificação, de forma contínua, dos servidores docentes e técnico-administrativos, investidos em funções de confiança e em funções estratégicas para o desenvolvimento do das atividades fins da UFPI.

A Portaria nº 27, de 15 de janeiro de 2004, instituiu o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos Servidores integrantes do PCCTAE, fundamentado nas diretrizes definidas na Lei nº 11.091/2005 e nos Decretos nº 7.707/2006, nº 5.824/2006 e nº 5.825/2006.

O objetivo do Plano é promover de forma complementar condições para o desenvolvimento dos servidores integrantes do PCCTAE com vistas ao desenvolvimento profissional e da gestão nas Instituições Federais de Ensino.

## 6.3 Expansão de Recursos Humanos

A expansão do pessoal necessário para incorporação ao quadro da UFPI, estimado segundo os critérios vigentes para o serviço público federal, levando-se em conta o pessoal existente, as aquisições necessárias e as aposentadorias programadas, está apresentada no Quadro 62

**Quadro 62** - Projeção do quadro de pessoal da UFPI para o quinquênio 2015-2019

| **Quantificação do pessoal por Categoria** | **Período de vigência do PDI** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
| **Docentes** | 1617 | 1714 | 1817 | 1926 | 2041 |
| **Técnico-Administrativos** | 1199 | 1271 | 1347 | 1427 | 1512 |
| **Total** | 2829 | 2999 | 3179 | 3369 | 3571 |

Fonte: PROPLAN

## 6.4 Sustentabilidade financeira

Sendo a UFPI uma fundação pública federal, os recursos necessários para seu custeio e para investimentos deverão ser supridos, prioritariamente, com recursos provenientes do orçamento da União, distribuído conforme critérios estabelecidos em Lei.

### 6.4.1. Gestão Orçamentária

O orçamento da UFPI é aprovado anualmente pelo Congresso Nacional, integrando o Orçamento da União (LOA-Lei Orçamentária Anual), sendo as dotações distribuídas pelos diversos Programas desenvolvidos pela Universidade. Integram o orçamento três grandes grupos de despesa: Pessoal e Encargos; Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As dotações para pagamento de pessoal são garantidas pela lei orçamentária e, se necessário, por créditos suplementares ao longo do exercício. As dotações para o custeio geral são alocadas no orçamento obedecendo a duas matrizes de distribuição de recursos, conhecidas como Matriz ANDIFES (para custeio da graduação e da pós-graduação) e Matriz CONDETUF (para custeio do ensino técnico). As dotações para despesas de capital (obras e equipamentos) variam ano a ano de acordo com os programas e projetos que o Governo Federal deseja implantar ou implementar. Nos últimos cinco anos a Universidade recebeu recursos adicionais para implantação do Programa REUNI e, a partir de 2013, do Programa Mais Médicos.

Após aprovação da LOA, a Universidade elabora o seu Orçamento Interno, distribuindo os recursos disponíveis entre suas Unidades Gestoras, segundo os elementos de despesa necessários à execução orçamentária.

Além das dotações constantes da LOA, a UFPI buscou captar, no último quinquênio, recursos em outros órgãos governamentais, agências de fomento e instituições privadas, tais como o Ministério da Ciência e Tecnologia, a CAPES, o CNPq, o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Petróleo, Ministério dos Esportes, entre outros.

Afora a captação de recursos acima citada, a Universidade, por intermédio de suas Unidades Acadêmicas, oferece Cursos de Extensão e de Especialização, presta consultorias, realiza concursos para órgãos públicos, entre outras atividades que geram recursos arrecadados diretamente pela instituição.

A sustentabilidade da UFPI depende da expansão quantitativa e da melhoria dos seus indicadores de eficiência e eficácia em grau, no mínimo, igual à mediado sistema federal de educação superior. Com esse desempenho, fica garantida à UFPI uma expansão no seu orçamento igual ao incremento dos recursos alocados a educação superior no país.

Outras fontes de arrecadação legalmente previstas contribuem para a sustentabilidade financeira institucional, tais como: descentralizações de créditos do MEC e de outros órgãos federais; recursos oriundos dos Estados, dos Municípios ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas, através de convênios e ou outras formas de colaboração; prestação de serviços pela instituição.

A distribuição interna dos recursos se baseia em alguns parâmetros, determinados por indicadores, com o objetivo de medir o desempenho das unidades acadêmicas da Instituição, em suas áreas de atuação. Os parâmetros são relativos, pois relacionam a unidade com a Instituição, permitindo, através da distribuição dos recursos orçamentários, o incentivo à produção, à produtividade e à implementação de políticas de desenvolvimento.

**Quadro 63** – Orçamento anual da UFPI, quinquênio 2010 - 2014

| Detalhamento/Ano | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014* |
|---|---|---|---|---|---|
| ORÇAMENTO PROGRAMADO | 318.759.292 | 334.697.256 | 351.432.119 | 369.003.725 | 387.453.911 |
| ORÇAMENTO INICIAL | 324.289.895 | 389.945.399 | 426.063.946 | 477.352.341 | 610.838.482 |
| ORÇAMENTO FINAL | 432.422.802 | 473.831.691 | 489.411.747 | 601.592.020 | 655.069.967 |
| Pessoal e Encargos | 291.675.053 | 317.153.896 | 343.758.208 | 404.867.478 | 404.234.895 |
| Custeio | 87.802.811 | 95.327.531 | 111.336.008 | 151.227.080 | 178.234.265 |
| Capital | 52.944.938 | 61.350.264 | 34.317.531 | 45.497.462 | 72.600.807 |
| ORÇAMENTO EXECUTADO | 420.103.407 | 436.128.601 | 456.095.244 | 559.836.676 | - |
| Pessoal e Encargos | 289.154.004 | 315.475.990 | 337.019.621 | 389.634.963 | - |
| Custeio | 82.816.040 | 85.899.109 | 95.780.809 | 134.284.047 | - |
| Capital | 48.133.363 | 34.753.501 | 23.294.814 | 35.917.667 | - |
| ORÇAMENTO INICIAL | 324.014.745 | 389.828.891 | 425.181.190 | 477.352.341 | - |
| Tesouro | 316.370.123 | 382.481.666 | 420.288.491 | 470.676.192 | - |
| Receita Própria | 7.644.622 | 7.347.225 | 4.892.699 | 6.676.149 | - |
| ORÇAMENTO FINAL | 432.422.802 | 473.831.691 | 489.411.747 | 601.592.020 | - |
| Tesouro | 424.432.180 | 465.721.348 | 481.164.998 | 593.119.038 | - |
| Receita Própria | 7.990.622 | 8.110.343 | 8.246.749 | 8.472.982 | - |

Fonte: PROPLAN; *Dados parciais - até Julho de 2014

O detalhamento do orçamento da UFPI executado na vigência do último PDI está apresentado no Quadro 63 e o comparativo entre os orçamentos inicial e final está descrito no Quadro 64.

**Quadro 64** - Comparação entre o Orçamento Inicial e Final, quinquênio 2010-2014

| ANO | Orçamento inicial | Orçamento final |
|---|---|---|
| 2010 | 324.289.895,00 | 432.422.802,15 |
| 2011 | 389.945.399,00 | 473.831.690,58 |
| 2012 | 426.063.946,00 | 489.411.747,33 |
| 2013 | 477.352.341,00 | 601.592.020,06 |
| 2014 | 641.838.482,00 | 655.069.967,30 |

Fonte: PROPLAN; * Dados parciais - até Julho de 2014

### 6.4.2 Previsão orçamentária para o período 2015-2019

A falta de autonomia orçamentária, mas apenas de gestão dos recursos aprovados na LOA, limitam a capacidade de previsão dos orçamentos futuros; no entanto, a UFPI buscará a manutenção de um crescimento anual de seu orçamento de, no mínimo, 5% (Quadro 65).

**Quadro 65** - Previsão orçamentária para o quinquênio 2015-2019

| Detalhamento/Ano | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Orçamento Inicial | 641.380.406 | 673.449.426 | 707.121.897 | 742.477.992 | 779.601.892 |
| Orçamento Final | 687.823.465 | 722.214.638 | 758.325.370 | 796.241.639 | 836.053.721 |
| Pessoal e Encargos | 424.446.639,75 | 445.668.971,74 | 467.952.420,32 | 491.350.041,34 | 515.917.543,41 |
| Custeio | 187.145.978,73 | 196.503.277,67 | 206.328.441,55 | 216.644.863,63 | 227.477.106,81 |
| Capital | 76.230.847,18 | 80.042.389,54 | 84.044.509,02 | 88.246.734,47 | 92.659.071,19 |

Fonte: PROPLAN

### 6.4.3 Gestão Financeira

Até agosto de 2013 o Ministério da Educação liberava recursos financeiros para pagamento das despesas efetuadas pela Universidade duas vezes por semana, às terças e sextas. A partir de setembro, contudo, os repasses passaram a ser mensais, fato que tem causado diversos transtornos relacionados ao atraso no pagamento de obras e serviços prestados, ocasionando freqüentes reclamações dos fornecedores, fato que ainda persiste em todo exercício de 2014.

## 6.5 Políticas de gestão orçamentária e financeira para o quinquênio 2015-2019

- **Objetivos:**
  - Compatibilizar o orçamento anual com os objetivos, metas e prioridades definidas no PDI;
  - Ampliar e consolidar a sistemática de planejamento orçamentário;
  - Adotar mecanismos de acompanhamento e controle da execução orçamentária, flexíveis e transparentes;
  - Promover a descentralização orçamentária interna.

- **Metas:**
  - Elaborar o orçamento interno da Universidade, abrangendo todos os itens de despesa (custeio, investimento, pessoal), com explicitação do custo total de cada Unidade.
  - Implantar o Módulo Orçamento do SIG;
  - Estabelecer prioridades para os investimentos institucionais.

- Desenvolver ações de planejamento e de gestão sistêmicas.
- Assegurar o equilíbrio institucional, incentivando a cultura da responsabilidade gerencial dos recursos públicos.
- Descentralizar a gestão orçamentária.
- Acompanhar a execução orçamentária referente à implantação dos campus das cidades de Esperantina e de Oeiras.

➢ **Ações estratégicas:**

- Início do processo de planejamento, no âmbito das unidades, com antecedência mínima de seis meses;
- Busca de aumentos reais anuais dos recursos provenientes do Orçamento Fiscal da União e destinados ao custeio da UFPI;
- Divulgação, discussão e revisão periódica do orçamento da UFPI;
- Manutenção de diálogo permanente com a comunidade universitária sobre as políticas orçamentárias da UFPI, em particular por intermédio das instâncias de representação da Instituição;
- Otimização da aplicação de recursos em projetos de manutenção e de desenvolvimento institucional;
- Fortalecimento, em todas as instâncias da UFPI, da gestão compartilhada;
- Inclusão de todas as Unidades no Módulo de Orçamento no SIG.

## 6.6 Propostas das Unidades de Ensino para a gestão do quinquênio 2015-2019

As metas traçadas pelas Unidades de Ensino para serem alcançadas na vigência deste PDI encontram-se dentro do planejamento estratégico “macro” das unidades executivas superiores da UFPI (Pró-Reitoria e órgãos suplementares e de apoio), sendo aqui detalhadas.

### 6.6.1 Unidades de Ensino do Campus sede

As ações planejadas pelas Unidades de Ensino integrantes do CMPP, para o quinquênio 2015-2019 estão resumidas no Quadro 66.

| **Quadro 66** – Ações propostas pelas Unidades de Ensino do Campus sede para o quinquênio 2015-2019 | | | |
|---|---|---|---|
| **Centro de Ciências Agrárias** | | | |
| **Área** | **Objetivo [previsão]** | **Meta(s)** | **Estratégia(s)** |
| Ensino de graduação; | Ampliar a oferta de Cursos [Engª de Alimentos (2016-17) e Zootecnia (2018-2019)]; | Ampliar, em 100%, o número de cursos ministrados na Unidade, até 2019; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG na preparação dos PPCs, visando aprovação pelos colegiados superiores; |
| Ensino/ Pesquisa /Extensão; | Criar módulos didáticos [dois por cada ano de vigência do PDI]; | Implantar 10 módulos didáticos no quinquênio; | Estimular os Departamentos a criarem os módulos didáticos para incrementar atividades de ensino, pesquisa e extensão; |
| Infraestru-tura; | Ampliar/reformar a estrutura do Centro [2017-2019]; | Revitalizar a estrutura dos Departamentos de Fitotecnia; DMV, DCCV, DEAS, DPPA e Zootecnia | Fazer gestão junto a Reitoria, PROPLAN e PREUNI, visando projeto e recursos orçamentários; |
| | | Ampliar os Laboratórios de Fitossanidade; Doenças Infectocontagiosas e Biotecologia da Reprodução; | |
| | | Construir um laboratório de diagnóstico de enfermidades de grandes animais | |
| | | Ampliar o número de salas de aula para atendimento aos novos cursos; | |
| | | Construir um laboratório de informática | |
| | | Revitalizar a estrutura dos Laboratórios de fotografia, Impressão, Rádio, TV e Web; | |
| | | Destinar espeço físico aos Centros Acadêmicos; | |
| Infraestru-tura; | Ampliar a rede de telefonia; | Instalar ramais telefônicos em 100% dos gabinetes de docentes; | |
| | Melhorar a via de acesso ao CCA e seus setores [2017-2019] | Duplicar a via que vai da sede do CCA até o Deptº. de Zootecnia;<br>Asfaltar o acesso pela Av. Pres. Kennedy;<br>Construir o pórtico de entrada; | |
| | Ampliar a infraestrutura para atender ao ensino/pesquisa e extensão [2018-2019]; | Construir o Prédio da Biblioteca do CCA e ampliar o acervo bibliográfico; | |
| | | Construir o Prédio do Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Agrárias; | |
| | Adquirir veículo [2018-5019]; | Adquirir um veículo (micro-ônibus) para apoio a ensino-pesquisa-extensão; | |
| Fonte: CCA | | | |
| **Centro de Ciências da Educação** | | | |
| **Área** | **Objetivo [previsão]** | **Meta(s)** | **Estratégia(s)** |
| | Ampliar a oferta de Cursos [Bacharelado em Música (2016); Dança (2017); Audiovisual (2018), Teatro e Animação (2019)]; | Ampliar, em 60%, o número de cursos ministrados na Unidade, até 2019; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG na preparação dos PPCs, visando aprovação pelos Colegiados superiores; |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ensino de graduação; | Otimizar a oferta de disciplinas e fluxo curricular [2015-2019]; | Cumprir, em 100%, a oferta de disciplinas necessárias para a integralização curricular em tempo hábil; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG; |
| | Reformular PPCs [2015]; | Reformatar, em consonância com as DCNs e documentos de área, os PPCs de Comunicação Social; e Moda, Design e Estilismo; | Trabalhar em consonância com as normas da CC/PREG; |
| Ensino de pós-graduação; | Ampliar a oferta de cursos de Pós-Graduação [Mestrados em Artes (2017) e Fundamentos da Educação (2018)] | Ampliar, em 100%, o número de PPGs ministrados na Unidade, até 2019; | Trabalhar em consonância com as normas da PRPG e CAPES na preparação dos APCNs; |
| | Incentivar a oferta de cursos lato sensu [2015-2019]; | Criar, pelo menos 06 cursos: Cultura Visual e História da Arte; Educação Musical; Musicoterapia; ensino da Arte; Animação; Moda; | Trabalhar em consonância com as normas da PRPG; |
| Ensino/ Pesquisa/ Extensão; | Ampliar o número de eventos culturais e artísticos [2015-2019]; | Realização de eventos científicos nas áreas de Educação, Comunicação, Artes, Música e Moda, Design e Estilismo; | Estimular os Departamentos e trabalhar em consonância com a PREX; |
| | Estimular a criação de Empresa Junior; | Criar Empresa Junior na área de Moda; | Estimular o alunado em consonância com os Departamentos; |
| Pesquisa; | Incentivar a criação de Núcleos de Pesquisa [2015-2019]; | Criar 06 núcleos de pesquisa e consolidar os existentes | Estimular os Departamentos e trabalhar em consonância com a PROPESQ; |
| | Criar periódicos científicos [2016-2019]; | Institucionalizar três periódicos: revista eletrônica “@artetic@”; revista “Fundamentos”; e periódico na área de Moda &Design; | |
| Extensão; | Prestar serviços à comunidade, na área de abrangência do CCE [2015-2019]; | Revitalizar , em 80%, os espaços de Laboratórios e Brinquedoteca para melhoria da prestação de serviços aos usuários;<br>-Adquirir materiais didáticos pertinentes;<br>-Estimular as atividades extensionistas, nas áreas de sua pertinência | Fazer demanda junto a PREX e PRAD; |
| Infraestru-tura; | Ampliar/reformar a estrutura do Centro [2016-2019]; | Implantar laboratórios de ensino, em consonância com os novos cursos; | Fazer demanda junto a Reitoria, PROPLAN, PRAD e PREUNI, visando projeto e recursos orçamentários; |
| | | Criar uma galeria de arte; | |
| | | Criar ilhas de edição; | |
| | | Construir a cobertura do Anfiteatro; | |
| | | Criar um estúdio de cinema; | |
| | | Construir salas de aula, em consonância com a demanda; | |
| | | Adquirir equipamentos para equipar os laboratórios de Fotografia; Estamparia; e Desenho; | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Construir gabinetes docentes, em consonância com a demanda dos cursos; | Articular com a BCCB; |
| | | Construir espaços para abrigar núcleos de pesquisa; | |
| | | Reformar Departamentos, laboratórios, e revitalizar áreas de convivência; | |
| | Reformar as salas de leitura e informática da Biblioteca setorial do CCE e ampliar o acervo bibliográfico das áreas dos Cursos da Unidade [2016-2019]; | Retirar bancadas e colocar divisórias para formar três salas de estudo em grupo e uma destinada a administração; | |
| | | - Buscar condições para que 100% do acervo constante nos PPC esteja plenamente atualizado; | |
| | Atualizar os sites dos Departamentos da Unidade [2015-2019]; | -Otimizar as informações sobre as atividades dos Cursos e Programas | Articular com o NTI; |
| Gestão; | Organizar o patrimônio cultural [2015-2018]; | Digitalizar o acervo de documentação do DEFE; | Conseguir estagiários; |
| Fonte: CCE | | | |
| **Centro de Ciências Humanas e Letras** | | | |
| **Área** | **Objetivo [previsão]** | **Meta(s)** | **Estratégia(s)** |
| Ensino de graduação; | Otimizar a oferta de disciplinas e fluxo curricular [2015-2019]; | Cumprir, em 100%, a oferta de disciplinas necessárias para a integralização curricular em tempo hábil; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG; |
| | Reformular PPCs [2015-2017]; | Reformatar, em consonância com as DCNs e documentos de área, os PPCs de Direito, Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis; | Trabalhar em consonância com as normas da CC/PREG; |
| | Melhorar as condições de ensino [2015-2019] | Equipar todas as salas de aula com condicionadores de ar, projetores de *data-show* e telas de projeção; | Articular com a PREG e PRAD; |
| Ensino de pós-graduação; | Consolidar os PPGs existentes; | Incentivar a publicação científica dos docentes e discentes da Unidade; Melhorar a avaliação CAPES dos PPGs; | Estimular os docentes e articular com a PRPG; |
| | Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação; | Criar doutorado na área de Ciências Humanas; mestrado acadêmico em Direito e Mestrado profissional em Gestão Pública; | |
| Ensino/ Pesquisa/ Extensão; | Apoiar as atividades de campo [2015-2019]; | Viabilizar a ampliação de atividades na sede e fora da sede; | Articular com a Reitoria, PROPLAN, PREG, PRPG, PREX, PRAD e PREUNI |
| | Adquirir veículo para translado de pesquisadores das áreas de Geografia, Ciências Sociais e Serviço Social, em atividades fora de Teresina [2015-2019]; | | |
| | Apoiar a participação de discentes em eventos [2015-2019]; | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Incentivar atividades artístico-culturais no CCHL; | | |
| Infraestru-tura; | Ampliar/reformar a estrutura do Centro [2016-2019]; | Construir o prédio dos PPGs ofertados no CCHL, equipado com salas de aula e laboratórios; | Articular com a Reitoria, PROPLAN, PRAD, NTI e PREUNI; |
| | | Construir duas salas para defesas de teses e dissertações | |
| | | Criar um Laboratório de informática e atualizar máquinas do atual; | |
| | | Construir o Centro de eventos/conferências do CCHL contendo um auditório de 300 lugares, três salas especiais de 100 lugares e concha acústica; | |
| | | Implantar de uma sala de videoconferência; | |
| | | Construir os prédios das licenciaturas e dos bacharelados ofertados na Unidade, com 30 salas de aula, cada; | |
| | | Revitalizar os espaços de convivência já existentes e construir um novo; | |
| | | Recuperação do prédio principal, com a substituição do teto, piso dos corredores, calçamento e pintura das áreas externas; recuperação das redes elétrica e telefônica; | |
| | | Construir o prédio da biblioteca setorial do CCHL; | |
| | | Urbanizar o entorno do CCHL; | |
| | | Construir um prédio com 90 gabinetes para o corpo docente; | |
| | Ampliar o acervo bibliográfico das áreas dos Cursos da Unidade [2015-2019]; | Buscar condições para que 100% do acervo constante nos PPCs esteja plenamente atualizado; | Articular com a Reitoria, PRAD e BCCB; |
| Gestão; | Elaborar manuais de rotinas administrativas; | Simplificar rotinas e ajustar demandas | Articular com os Departamentos e respectivos órgãos; |
| | Descentralização de estruturas; | Criação de postos avançados da PRAEC, NTI, PREUNI e DAA no CCHL | |
| | Preservara memória da UFPI; | Digitalizar os acervos da FADI e FAFI; | Articular com a PREX; |
| Fonte: CCHL | | | |
| **Centro de Ciências da Natureza** | | | |
| **Área** | **Objetivo [previsão]** | **Meta(s)** | **Estratégia(s)** |
| | Criar os Cursos de Engenharia de Computação e Geologia [2016 e 2017]; | Implantar dois novos cursos de graduação na Unidade; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG na preparação dos PPCs, visando aprovação pelos Colegiados superiores; |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ensino de graduação; | Reformular PPCs [2016-2017]; | Reformatar, em consonância com as DCNs e documentos de área, os PPCs de Física; Matemática; Arqueologia e conservação da Arte Rupestre; Ciência dos Materiais; | Trabalhar em consonância com a CC/PREG |
| | Duplicar turnos de cursos de graduação já existentes e alterar a oferta de vagas [2015-2019]; | Criar turmas diurnas dos cursos de Estatística e Ciências da Natureza | Trabalhar em consonância com a PREG; |
| | Readequar disciplinas para atender aos diversos cursos [2016-2019]; | Unificar as ementas e códigos das disciplinas: Introdução à Ciência da Computação e Matemática para otimizar a oferta; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG e NTI; |
| Ensino de pós-graduação; | Ampliar a oferta de cursos stricto sensu [2015-2019]; | Implantar um PPG, em nível de Mestrado, na área de Biologia; e Doutorado em Matemática; Arqueologia; Ciência dos Materiais; | Trabalhar em consonância com as normas da PRPG e CAPES na preparação dos APCNs; |
| | Ampliar a oferta de cursos lato sensu [2015-2019]; | Implantar cursos de especialização em Educação Patrimonial; Educação Ambiental e Ensino de Ciências; | Estimular docentes e trabalhar em consonância com as normas da PRPG; |
| | Estimular a qualidade da PG [2015-2019]; | Melhorar o conceito dos PPGs ligados ao Centro | Estimular docentes e trabalhar em consonância com a PRPG; |
| Ensino/ Pesquisa/ Extensão; | Criar acelerador de ideias/empresas [2016-2017]; | Institucionalizar projetos de incentivo a criação de *startap* nas áreas digital e economia criativa; | Trabalhar em consonância com empreendedores, docentes e discentes; bem como PROPESQ e PREX; |
| | Fortalecer as temáticas ligadas ao meio ambiente [2015-2019]; | Definir áreas e criar trilhas interpretativas em educação ambiental;<br>Criar unidades de conservação da biodiversidade;<br>Instalar Núcleo de digitalização de imagens e áudios sobre educação patrimonial e ambiental | |
| Extensão; | Estimular a oferta de eventos abertos à comunidade [2015-2019]; | Realizar eventos de forma permanente com a inclusão no calendário da UFPI | Estimular docentes e trabalhar em consonância com a PREX; |
| Infraestrutura; | Ampliar/reformar a estrutura física do Centro [2016-2019] | Construir o prédio do Herbário Graziela Barroso | |
| | | Construir e equipar o Laboratório de Biologia Molecular | |
| | | Construir espaços físicos para os PPGs em Física e Arqueologia; | |
| | | Adquirir dois geradores de energia para os Deptºs. Biologia e Computação; | |
| | | Criar os laboratórios: Arqueometria, Impressão e Scanner 3 D; | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Implantar mais um laboratório de informática e equipá-lo adequadamente; | Articular com a Reitoria, PROPLAN; PRAD, PREUNI, PRPG; e BCCB; |
| | | Criar espaço para atividades discentes, incluindo monitoria; | |
| | | Construir espaço físico para almoxarifado; sala de vidraria e preparo de soluções- Dep. de Química e salas de aula para atender ao Dep. De Matemática; | |
| | | Aquisição de computadores para laboratórios; | |
| | | Aquisição de manômetros e gases para alimentar as linhas de gases; | |
| | | Conclusão do prédio do PPGCC; | |
| | | Desmembrar em dois, o laboratório de Materiais Líticos e Cerâmicos; | |
| | | Adequação das instalações e equipamentos (modelos didáticos) do laboratório Interdisciplinar de Ciências | |
| | | Construir o Centro de Educação patrimonial – na área entre o CCN2 e o setor de esportes; | |
| | | Adquirir aparelhos de multimídia; | |
| | | Implantar uma biblioteca para os PPG da Unidade; | |
| | | Criar sítios-Escola; | |
| | | Reformar os banheiros da sede do CCN; | |
| | Implantar a escola de aplicação das Licenciaturas [2019] | Institucionalizar a escola de aplicação das licenciaturas; | |
| | Arborizar o CCN [2016-2017]; | Efetivar paisagismo e arborização das áreas do Centro; | |
| | Ampliar o arsenal de informática [2016-2017]; | Ampliar o número de máquinas para atendimento a docentes e discentes; | |
| | Ampliar o acervo bibliográfico [2016-2018]; | Ampliar o acervo nas áreas de abrangência do CCN, sobretudo Estatística; e Ciência dos Materiais; | |
| | Adquirir veículos [2018-2019]; | Adquirir dois veículos (micro-ônibus e caminhonete) para apoio a ensino-pesquisa-extensão; | |
| Internacio-nalização; | Ampliar parcerias com IES de outros países [2015-2019] | Efetivar convênios e acordos de cooperação técnica | |
| Fonte: CCN | | | |
| **Centro de Ciências da Saúde** | | | |
| **Área** | **Objetivo [previsão]** | **Meta(s)** | **Estratégia(s)** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ensino de graduação; | Criar o Curso de Educação Física, Bacharelado [ 2017] | Implantar um novo curso de graduação na Unidade; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG na preparação dos PPCs, visando aprovação pelos Colegiados superiores; |
| | Alterar o número de vagas de curso de graduação já existente [2016-2017] | Acrescentar 20 vagas, por semestre, no curso de Medicina; | Trabalhar em consonância com a PREG; |
| | Ampliar os cenários de prática [2015-2016] | Viabilizar novos convênios para oferta de estágios curriculares e extracurriculares | Trabalhar em consonância com a CEO/PREG e CCENO/PREX; |
| | Ampliar o número de vagas de monitorias [2015-2019] | Ampliar, em 50%, as vagas de monitorias remuneradas e voluntárias para atender a 10% das disciplinas do ciclo profissional; | Trabalhar em consonância com a CAAP/PREG; |
| | Implantar estratégias pedagógicas inovadores [2015-2016]; | Adquirir manequins e módulos informacionais simulados para substituir o uso de animais em aulas práticas; | Articular com Reitoria, PREG e PRAD; |
| Ensino de pós-graduação; | Ampliar o referencial de qualidade de cursos stricto sensu [2015-2019]; | Aumentar o número de publicações científica dos docentes para melhorar o conceito CAPES dos PPGs; | Estimular docentes e trabalhar em consonância com as normas da PRPG e CAPES; |
| | | Efetivar treinamentos sobre o uso do portal de periódicos; | |
| | Implantar cursos *lato sensu* nas áreas de Fisiologia e Biofísica; Farmácia Clínica; Prescrição farmacêutica; Histologia [2015-2019]; | Implantar 05 cursos de especialização; | Estimular docentes e trabalhar em consonância com as normas da PRPG e MEC/MS; |
| | Ampliar vagas nos programas de residência [2016-2019] | Ampliar, em 20% das vagas e/ou especialidades nos programas de residência da área da saúde; | |
| | Implantar PPG stricto sensu e em Ciências da Atividade Física e da Nutrição [2015-2019]; | Implantar um novo PPG, ligado às áreas correlacionadas ao Deptº. de Ed. Física e de Nutrição; | Estimular docentes e trabalharem no APCN parra submissão a CAPES; |
| Ensino/ Extensão | Acompanhar a implantação do Banco de Egressos2015-2019]; | Institucionalizar, o acompanhamento sistemático dos egressos; | Estimular docentes e trabalhar em consonância com a PREX, PREG e DIAI: |
| Extensão; | Ampliar o número de projetos, bolsas e alunos participantes [2015-2019]; | Ampliar em, pelo menos 20%, o número de projetos, bolsas de extensão e atendimento à sociedade; | Estimular docentes, discentes e trabalhar em consonância com a PREX; |
| Pesquisa; | Ampliar o número de projetos de iniciação científica [2015-2016] | Ampliar em, pelo menos 25%, o número de projetos, bolsas de IC e ICV; | Estimular docentes, discentes e trabalhar em consonância com a PROPESQ; |
| | Ampliar o número de projetos de pesquisa financiados [201-2019]; | Ampliar em, pelo menos 25%, a concorrência em editais de agência de fomento; | Estimular docentes e trabalhar em consonância com a PROPESQ; |
| Avaliação institucional; | Fortalecer a CPA, CSA e elevar a participação docente na autoavaliação [2015-2019]; | Ampliar em, pelo menos 25%, a participação nas autoavaliações institucionais; | Estimular docentes, discentes e trabalhar em consonância |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Melhorar permanentemente os indicadores de qualidade dos Cursos [2016-2019]; | Elevar o conceito ENADE e CPC dos Cursos do CCS | com CPA e DIAI; |
| Infraestru-tura | Melhorar a infraestrutura para atendimento ao ensino de graduação e pós-graduação e à pesquisa; | Construir prédio do CCS no CMPP; | Articular com a Reitoria, PROPLAN; PRAD, PREUNI, PRPG; e BCCB; |
| | | Construir e climatizar salas de aula; | |
| | | Construir prédio pra Dep. de Bioquímica e Farmacologia; | |
| | | Construir gabinetes para docentes, em conformidade com as demandas; | |
| | | Construir um parque aquático para o DEF; | |
| | | Construir uma arena multiuso no DEF; | |
| | | Construir um laboratório de treinamento desportivo e fisiologia do exercício no DEF; | |
| | | Construir uma quadra de voleibol de areia DEF; | |
| | | Construir uma arquibancada de apoio à pista de atletismo no DEF; | |
| | | Construir tatame para as disciplinas de luta no DEF; | |
| | | Cobrir as quadras do DEF; | |
| | | Reformar o auditório do DEF; | |
| | | Reformar as quadras externas, ao lado da piscina do DEF; | |
| | | Reformar a academia de musculação e ginástica do DEF; | |
| | | Adquirir equipamentos de ginástica olímpica e artística; | |
| | | Implantar bosque ecológico com áreas de convivência no DEF; | |
| | | Construir bloco para PPG em Nutrição; | |
| | | Reformar o piso (emborrachado) da arquibancada principal do DEF; | |
| | | Criar uma biblioteca setorial no DEF; | |
| | Ampliar/reformar a estrutura física [2016-2019] | Ampliar o Laboratório de informática (e máquinas) no DEF; | |
| | | Consolidar a licitação e construção do Depto. Morfologia | |
| | | Construção da Clinica cirúrgica da Odontologia; | |
| | | Instalar Laboratório de prótese dentária | |
| | | Reformar o Deptº Parasitologia e Microbiologia; | |
| | | Construir Lab. de pesquisa em Parasitologia e Insetário; | |
| | Ampliar o número de leitos para atendimento MI | Aumento de 100% do número de leitos para urgência e atenção primária | Conveniar com PMT; |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Implantar setor de pediatria no HU [2016-2019] | Implantar pediatria ampliar o número de leitos pra atendimento materno-infantil | Articular com Reitoria e direção HU; |
| | Arborizar o DEF/CCS [2015-5016]; | Efetivar paisagismo e arborização das áreas livres; | |
| Fonte: CCS | | | |
| **Centro de Tecnologia** | | | |
| Área | Objetivo [previsão] | Meta(s) | Estratégia(s) |
| Ensino de graduação; | Ampliar a oferta de cursos de graduação [2018 e 2019]; | Implantar os cursos de Engenharia ambiental; dos Materiais e Química; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG na preparação dos PPCs, visando aprovação pelos Colegiados superiores; |
| | Criar programas PET na área das engenharias [2016-2019]; | Aprovar, pelo menos dois PETs; | Estimular docentes e trabalhar em consonância com as normas institucionais; |
| | Ampliar o número de vagas de monitorias [2015-2019]; | Ampliar, em 30%, as vagas de monitorias remuneradas e voluntárias; | Trabalhar em consonância com a CAAP/PREG; |
| Ensino de pós-graduação; | Ampliar a oferta de cursos *lato sensu* [2015-2019]; | Implantar, pelo menos, dois cursos de especialização em Segurança do Trabalho e Estruturas de concreto; | Estimular docentes e trabalhar em consonância com as normas da PRPG; |
| | Implantar programas de pós-graduação stricto sensu | Apresentar APCNs para implantar, pelo menos dois mestrados, nas áreas de: Engenharia Elétrica e de Tecnologia e Arquitetura | Estimular docentes e trabalhar em consonância com as normas da PRPG e CAPES. |
| Ensino/ Pesquisa/ Extensão; | Ampliar o número de projetos de iniciação científica [2015-2019]; | Ampliar em, pelo menos 20%, o número de projetos, bolsas de IC e ICV; | Estimular docentes, discentes e trabalhar em consonância com a PROPESQ; |
| | Credenciar laboratórios para a prestação de serviços a comunidade [2015-2016]; | Institucionalizar o credenciamento de laboratórios pra tender ao ensino-pesquisa e extensão; | Formalizar parcerias com o IMETRO e órgãos de fomento |
| Pesquisa | Criar um periódico eletrônico [2015-2017]; | Implantar uma revista eletrônica de engenharia e arquitetura | Estimular docentes e articular com a PROPESQ; |
| Extensão | Implantar uma incubadora [2016]; | Efetivar a implantação de uma incubadora para acolhimento a projetos da área das engenharias; | Estimular docentes, discentes e articular com a PREX; |
| Gestão | Capacitar gestores [2015-2019]; | Implantar cursos de capacitação para gestores (coordenadores, chefes de departamento) | Articular com a Reitoria, PREG, PRAD e DIAI/PROPLAN; |
| Infraestru-tura; | Ampliar/reformar a estrutura física [2016-2019]; | Construir e implantar laboratórios de ensino: Mecânica dos Fluidos; Transferência de Calor; Robótica; Mecatrônica; | Articular com a Reitoria, PROPLAN, PRAD, PREUNI e BCCB; |
| | | Implantar uma biblioteca setorial no CT | |
| | | Implantar escritório-escola para as engenharias; | |
| | | Construir os prédios dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia dos Materiais; | |
| | | Construir prédios para os Centros Acadêmicos | |
| | | Construir bloco de salas de aula para graduação; | |
| Fonte: CT | | | |

| Centro de Educação Aberta e a Distância | | | |
|---|---|---|---|
| Área | Objetivo [previsão] | Meta(s) | Estratégia(s) |
| Ensino de graduação; | Ampliar a oferta de cursos de graduação [2016 e 2019]; | Implantar os cursos de Educação Física, Engenharia de Produção, Música e ciências Contábeis na modalidade EAD; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG na preparação dos PPCs, visando aprovação pelos Colegiados superiores e CAPES; |
| | Expandir a oferta de vagas [2016 e 2019]; | Atingir um total de 20.000 vagas no conjunto do Polos; | |
| Ensino de pós-graduação; | Ampliar a oferta de cursos lato sensu [2015 e 2019]; | Atingir um total de 5.000 vagas em cursos de especialização | Trabalhar em consonância com as normas da PRPG; Viabilizar parcerias; |
| | Implantar dois mestrados; um acadêmico e um profissional [2017 - 2019]; | Institucionalizar mestrado acadêmico em tecnologias de EaD e o profissional em Rede-Informática em Educação | |
| Ensino/ Pesquisa/ Extensão; | Realizar congressos na área de EaD | Realizar dois congressos regionais sobre tecnologias de EaD; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG; PRPG e PROPESQ; |
| Infraestru-tura; | Construção do prédio do CEAD [2016]; | Construir e equipar as instalações do CEAD no CMPP; | Articular com a Reitoria, PROPLAN, PREUNI e NTI; |
| | | Implantar uma sala de videoconferência customizada com as tecnologias atuais | |
| | | Desenvolver a homepage do CEAD; | |
| | Ampliar o número de Polos de apoio presencial | Criar 10 novos Polos no Estado | Articular com a Reitoria, CAPES e parcerias com o Estado e Prefeituras. |
| Fonte: CEAD | | | |

### 6.6.2 Campi fora de sede

As ações propostas pelos Campi fora de sede estão sumarizadas no Quadro 67.

| **Quadro 67**– Ações propostas pelos Campi fora de sede para o quinquênio 2015-2019 | | | |
|---|---|---|---|
| **Campus Ministro Reis Veloso** | | | |
| **Área** | **Objetivo [previsão]** | **Meta(s)** | **Estratégia(s)** |
| Ensino de graduação | Consolidar a implantação do Curso de Medicina [2015-2019]; | Consolidar o curso, seus laboratórios e outros cenários de prática; | Articular, permanentemente com a Reitoria, PREG e PREUNI; |
| | Criar novos cursos de graduação [2016-2019]; | Implantar novos cursos de conformidade com a estrutura instalada | |
| | Ampliar o número de vagas de monitorias [2015-2019]; | Ampliar, em 30%, as vagas de monitorias remuneradas e voluntárias; | Trabalhar em consonância com a CAAP/PREG; |
| Ensino de pós-graduação; | Criar da residência médica necessária para consolidar a expansão do ensino médico [2015-2019]; | Implantar a residência médica de conformidade com as recomendações da comissão de acompanhamento do ensino médico; | Articular, permanentemente com a Reitoria, PRRG; PREUNI e parceirias; |
| | Ampliar o número de vagas e de bolsas de PG | Elevar, em pelo menos 25%, as vagas e bolsas de PG | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Pesquisa; | Criar um periódico eletrônico [2015-2016]; | Implantar uma revista eletrônica de divulgação da produção científica; | Estimular docentes e articular com a PROPESQ; |
| | Elevar a produção científica [2015-2019]; | Ampliar, em pelo menos 30%, o número de projetos de pesquisa do CMRV; | |
| Ensino/ Pesquisa/ Extensão; | Integrar agendas e espaços do Campus a eventos estaduais | Integrar as atividades do Campus a eventos estaduais e regionais; | Articular, permanentemente com a Reitoria, PREG, PRG e PROPESQ; |
| Assistência estudantil | Ampliar a assistência ao estudante em situação de vulnerabilidade | Ampliar, em pelo menos 30%, as ações de assistência ao estudante; | Articular, permanentemente com a Reitoria e PRAEC; |
| Infraestrutura; | Consolidar a ampliação do Campus | Acompanhar a construção, implantação dos equipamentos e mobiliários dos laboratórios, gabinetes docentes e estruturas administrativas; | Articular, permanentemente com a Reitoria, PROPLAN, PRAD e PREUNI; Estabelecer as parcerias necessárias; |
| | Consolidar a regularização das Clínicas-Escola de Fisioterapia e Psicologia | Institucionalizar a regularização junto ao SUS; | |
| | Consolidar a regularização do RU junto a órgãos competentes; | Institucionalizar a regularização junto a Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e outros órgãos fiscalizadores; | |
| | Arborizar o Campus [2015-5016]; | Efetivar paisagismo e arborização das áreas do Campus; | |
| | Implantar a escola de aplicação das Licenciaturas [2019] | Construir e equipar a escola de aplicação das licenciaturas | |
| Fonte: CMRV | | | |
| **Campus Ministro Senador Helvídio Nunes de Barros** | | | |
| Área | Objetivo [previsão] | Meta(s) | Estratégia(s) |
| Ensino de graduação; | Ampliar a oferta de cursos de graduação [2016 e 2019]; | Efetivar a implantação do Curso de graduação em Medicina e outros, conforme as demandas da comunidade; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG na preparação dos PPCs, visando aprovação pelos Colegiados superiores, bem como, com a comissão de acompanhamento do MEC;; |
| | Ampliar o número de vagas de monitorias [2015-2019]; | Ampliar, em 30%, as vagas de monitorias remuneradas e voluntárias; | Trabalhar em consonância com a CAAP/PREG; |
| | Reformular PPCs [2015-2016]; | Reformatar, em consonância com as DCNs e documentos de área, os PPCs dos cursos do Campus; | Trabalhar em consonância com a CC/PREG |
| | Implantar estratégias pedagógicas inovadores [2015-2016]; | Adquirir módulos informacionais simulados para implementar estratégias de integração entre ensino-pesquisa e extensão; | Articular com Reitoria, PREG e PRAD; |
| Ensino de pós-graduação; | Implantar programas stricto sensu [2015-2019]; | Implantar dois PPG stricto sensu - áreas de recursos naturais e saúde | Estimular docentes e trabalhar em consonância com a PRPG; |
| | Ampliar a oferta de cursos lato sensu | Implantar, pelo menos um curso de especialização por ano de vigência do PDI; | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Pesquisa; | Ampliar o número de projetos de iniciação científica [2015-2016]; | Ampliar em, pelo menos 20%, o número de projetos, bolsas de IC e ICV e grupos de pesquisa; | Estimular docentes, discentes e trabalhar em consonância com a PROPESQ; |
| | Ampliar o número de grupos de pesquisa e fortalecer os existentes; | | |
| Extensão | Intensificar ações extensionistas; | Ampliar em, pelo menos 50% as ações e projetos de extensão; | Estimular docentes e discentes e articular com a PREX: |
| Avaliação institucional; | Melhorar permanentemente os indicadores de qualidade dos Cursos [2016-2019]; | Elevar, em pelo menos 10% o conceito ENADE e CPC dos Cursos; | Estimular docentes, discentes e trabalhar em consonância com CPA, CSA e DIAI; |
| Gestão; | Promover reforma de setores | Institucionalizar divisões já existentes e criar assessorias; | Articular com a Reitoria, PROPLAN e PRAD; |
| Assistência estudantil; | Ampliar a assistência ao estudante em situação de vulnerabilidade; | Ampliar, em pelo menos 30%, as ações de assistência ao estudante; | Articular, permanentemente com a Reitoria e PRAEC e SRH; |
| | Institucionalizar e ampliar a equipe do NAE; | Contratar pedagogo, assistente social e assistente de administração; | |
| | Instituir a assistência odontológica no Campus; | Atender o alunado carente de assistência odontológica; | Firmar parcerias; |
| Infraestrutura; | Ampliar/reformar a estrutura física [2016-2019]; | Construir blocos de salas de aula, laboratórios, banheiros e gabinetes para docentes; | Articular, permanentemente com a Reitoria, PROPLAN, PRAD, PREUNI, NTI e BCCB;<br>Estabelecer as parcerias necessárias; |
| | | Construir espaço físico para a PG stricto sensu; | |
| | | Arborizar, pavimentar e asfaltar as áreas internas do Campus; | |
| | | Construir um herbário; | |
| | | Adequar a estrutura física do biotério; | |
| | | Ampliar o bloco de serviços gerais e almoxarifado; | |
| | | Construir espaço para acomodar as agremiações estudantis; | |
| | | Reformar o ginásio poliesportivo, logo que oficializada a doação pelo governo estadual; | |
| | | Reformar os dois auditórios; | |
| | | Construir espaço para acomodar empresa júnior e incubadora; | |
| | | Ampliar o NTI do Campus; | |
| | | Ampliar a biblioteca e o acervo bibliográfico, incluindo a assinatura de periódico científico; | |
| | | Ampliar e equipara o laboratório de informática | |
| | | Expandir a rede de telefonia; | |
| | | Equipar o laboratório do Curso de Educação do Campo. | |
| Fonte: CSHNB | | | |
| **Campus Professora Cinobelina Elvas** | | | |
| **Área** | **Objetivo [previsão]** | **Meta(s)** | **Estratégia(s)** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ensino de graduação; | Ampliar a oferta de cursos de graduação [2016 e 2019]; | Instituir novos cursos, em grau de bacharelado e licenciatura; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG na preparação dos PPCs, visando aprovação pelos Colegiados superiores, bem como, com a comissão de acompanhamento do MEC;; |
| | Ampliar o número de cursos noturnos [2016-2019]; | Ampliar, em 40%, os cursos noturnos; | Trabalhar em consonância com a PREG; |
| | Reformular PPCs [2015-2017]; | Reformatar, em consonância com as DCNs e documentos de área, os PPCs dos cursos do Campus; | Trabalhar em consonância com a CC/PREG |
| Ensino de pós-graduação | Intensificar a política de pós-graduação [2015-2019]; | Melhorar os indicadores dos mestrados e propor a criação de doutorado; | Estimular docentes e articular com a PRPG; |
| | | Intensificar estratégias de captação de bolsas; | |
| Pesquisa | Intensificar a política de pesquisa e inovação tecnológica [2015-2019]; | Elevar em, pelo menos 25%, o número de projetos financiados; de grupos de pesquisa incentivar as estratégias de inovação; | -Estimular docentes e solicitar a PREG redução de carga horária na graduação para permitir expansão da pesquisa; Articular com a PROPESQ; |
| | Incentivar a ampliação e consolidação de grupos e linhas de pesquisa | | |
| Ensino/ Pesquisa/ Extensão | Efetivar o acompanhamento dos egressos | Viabilizar mecanismos de acompanhamento; | Articular com PREX, PREG, NTI e DIAI: |
| Extensão | Ampliar parcerias | Institucionalizar parcerias que permitam a ampliação de projetos e ações de extensão; | Articular com PREX e PREG; |
| Avaliação institucional; | Melhorar permanentemente os indicadores de qualidade dos Cursos [2016-2019]; | Elevar, em pelo menos 20% o conceito ENADE e CPC dos Cursos; Melhorar a metodologia da autoavaliação; | Estimular docentes, discentes e trabalhar em consonância com CPA, CSA e DIAI; |
| | Divulgar o PDI | | |
| Assistência estudantil | Ampliar a assistência ao estudante em situação de vulnerabilidade; | Ampliar, em pelo menos 30%, as ações de assistência ao estudante; | Articular com a PRAEC; |
| Comunicação interna e externa | Melhorar a comunicação entre os setores; Instituir estratégias de acolhimento | Tornar mais eficiente as estratégias de comunicação e acolhimento a docentes, discentes e técnicos; | Articular com SCS; |
| Gestão; | Promover reforma administrativa | Institucionalizar divisões já existentes e criar assessorias; | Articular com a Reitoria, PROPLAN e PRAD; |
| Infraestrutura; | Ampliar/reformar a estrutura física [2016-2019]; | Ampliar/modernizar o arsenal de informática, em 25% | |
| | | Construir o prédio da Biblioteca e ampliar o acervo bibliográfico dos Cursos; | Articular, permanentemente com a Reitoria, PROPLAN, PRAD, PREUNI, NTI e BCCB; |
| | | Consolidar a elevação da velocidade de internet e dos módulos dos sistemas SIG; | |
| | | Construir garagem; | |
| | | Construir o pórtico de entrada; | |
| | | Construir/ampliar laboratórios de ensino; | |
| | | Construir gabinetes para docentes; | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Construir o prédio da Residência Universitária; | |
| | | Urbanizar áreas do Campus; | |
| | | Aquisição de 3 veículos e um trator de pequeno porte para atender ensino-pesquisa-extensão e fazenda alvorada; | |
| | | Ampliar as áreas agricultáveis da fazenda Alvorada; | |
| | | Construir módulos didáticos: galinha caipira; viveiro florestal; tecnologia da ,madeira | |
| Fonte: CPCE | | | |
| **Campus Amílcar Ferreira Sobral** | | | |
| **Área** | **Objetivo [previsão]** | **Meta(s)** | **Estratégia(s)** |
| Ensino de graduação; | Ampliar a oferta de cursos de graduação [2016 e 2019]; | Instituir novos cursos, em grau de bacharelado e licenciatura; | Trabalhar em consonância com as normas da PREG na preparação dos PPCs, visando aprovação pelos Colegiados superiores, bem como, com a comissão de acompanhamento do MEC;; |
| Ensino de pós-graduação | Ampliar a oferta de cursos lato sensu e stricto sensu[2016 e 2019]; | Implantar, pelo menos, um curso lato sensu ligado à área de cada curso de graduação do Campus; | Estimular docentes e articular com a PRPG; |
| | | Implantar uma pós-graduação stricto sensu na grande área de Ciências Biológicas | |
| Pesquisa; | Ampliar o número de projetos de iniciação científica [2015-2019]; | Ampliar em, pelo menos 20%, o número de projetos, bolsas de IC e ICV e grupos de pesquisa; | Estimular docentes, discentes e trabalhar em consonância com a PROPESQ; |
| Extensão | Intensificar ações extensionistas; | Ampliar em, pelo menos 50% as ações e projetos de extensão; | Estimular docentes e discentes e articular com a PREX: |
| Assistência estudantil; | Ampliar a assistência ao estudante em situação de vulnerabilidade; | Ampliar, em pelo menos 25%, as ações de assistência ao estudante; | Articular com a PRAEC; |
| Gestão; | Aprimorar a gestão administrativa | Institucionalizar rotinas administrativas; patrimoniais e atualizar instrumentos legais; | Articular com a PREUNI, PROPLAN e PRAD; Estabelecer parcerias com Bancos; |
| Infraestrutura; | Ampliar/reformar a estrutura física [2016-2019]; | Ampliar os espaços físicos de salas de aula, laboratórios e gabinetes docentes, de acordo com a demanda de novos cursos; | |
| | | Construir e equipar laboratório Multidisciplinar | |
| | | Implantar uma área para reprografia; | |
| | | Ampliar, em 50% a capacidade do RU do Campus; | |
| | | Consolidar a elevação da velocidade de internet e dos módulos dos sistemas SIG; | |
| | | Implantar postos bancários no Campus | |
| Fonte: CAFS | | | |

No que se refere à ampliação do corpo de recursos humanos, sejam docentes ou técnico-administrativos, a UFPI realizará a definição do banco de professores equivalentes e fará gestão permanente junto ao MEC para a liberação dos códigos de vaga e alocação de professores a fim de atender a demanda de cada Unidade de Ensino/Campi, com estimativa de 20 a 40% (segundo dados oriundos das próprias Unidades). De igual maneira, a UFPI pretende ampliar o quadro de servidores técnico-administrativos e fará permanente gestão junto ao MEC para liberar os códigos de vaga de acordo com as necessidades institucionais.

No que tange aos servidores técnico-administrativos, a política de gestão a ser implantada neste quinquênio inclui a capacitação profissional segundo as funções específicas, para o bom atendimento das atribuições funcionais.

## 6.7 Planejamento da gestão para o ensino técnico

No que tange a recursos humanos, sejam docentes ou técnico-administrativos, para o fortalecimento do ensino técnico e tecnológico, a UFPI fará gestão permanente junto ao MEC para a liberação dos códigos de vaga e alocação de professores e servidores técnico-administrativos de acordo com as necessidades institucionais. Ademais, envidará esforços para capacitar os técnicos visando melhorar o atendimento de suas funções.

### 6.7.1 CTT

As ações planejadas pelo CTT para serem efetivadas no próximo quinquênio estão detalhadas no Quadro 68.

**Quadro 68 -** Políticas de gestão do CTT, quinquênio 2015-2019

| Área | Objetivo | Situação atual | Meta(s) | Estratégias |
|---|---|---|---|---|
| Ensino técnico; | Ampliar a oferta de cursos e de vagas no período regular; | O CTT atende ao Decreto Nº 5840, de julho de 2006 do PROEJA; Busca adequar-se ao Plano Nacional de Educação - PNE (2014 a 2024 ); Oferta de novos cursos técnicos no período regular, tais como: Zootecnia, Vigilância em Serviços de Saúde e Segurança do Trabalho; | Oferecimento de vagas para o ingresso nos cursos do PROEJA observando as estratégias especificas para a Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Elaboração e execução de Curso e Especialização na área de Recursos Naturais, Ambiente e Saúde e/ou Comunicação e Informação; | Firmar os convênios necessários. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Ensino superior; | Implantar Cursos Superiores, no âmbito do CTT, em grau de Tecnólogo; | Ainda não são ministrados Cursos Superiores de Tecnologia (CST); | Oferecer, na vigência deste PDI, pelo menos um CST, na área de informática; | Trabalhar em articulação com a PREG/CEBTT, em observâncias normas da SETEC e SESu; |
| Ensino de Pós-graduação; | Implantar curso de Especialização no CTT; | Ainda não são ministrados cursos de especialização; | Oferecer, na vigência deste PDI, pelo menos dois cursos de Especialização; | Articular com a PRPG: |
| Pesquisa;<br><br>Pesquisa; | Fortalecer o desenvolvimento da Pesquisa no CTT; | Existem projetos de iniciação científica e já necessidade de ampliação; | Elevar, em pelo menos 20%, o número de projetos de iniciação científica (PIBIC-EM); | Estimular docentes e discentes e articular com a PROPESQ; |
| | Participar de diferentes programas e projetos de pesquisa; | A pesquisa ainda é pouco trabalhada no âmbito da Unidade. A maior parte das pesquisas do CTT são articuladas junto ao CCA; | Participar de projetos de pesquisa diversos, utilizando como coordenadores os docentes do próprio CTT; | Estimular docentes a participar de editais de pesquisa |
| Ensino/ Pesquisa/Extensão; | Desenvolver políticas de acessibilidade e inclusão social; | A acessibilidade e inclusão social precisam ser fortalecidas; | Participação nas ações de acessibilidade e inclusão social para pessoas com necessidades especiais; | Desenvolver cursos de capacitação para equipe de multiprofissionais; e docentes. |
| | Fortalecer o desenvolvimento da pesquisa integrada a extensão e ao ensino; | As ações vinculadas à pesquisa no CTT precisam ser fortalecidas; | Ampliar, em pelo menos 20%, o numero de projetos de pesquisa desenvolvidos no CTT; | Estimular docentes e discentes e articular com a PROPESQ; |
| | Fortalecer o desenvolvimento da extensão no CTT | As ações vinculadas à extensão no CTT precisam ser fortalecidas; | Ampliar, em pelo menos 20%, o numero de projetos de extensão no CTT; | Estimular docentes e discentes e articular com a PREX; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Infraes-trutura; | Ampliar e reformar a infraestrutura<br><br>Adquirir equipamentos para laboratórios (existentes e em construção), para o Curso de Técnico em Informática e para o Centro de Línguas; | -Construir laboratórios de: Informática (Redes de Computadores); Sanidade e reprodução animal; de Irrigação; Agroindústria; Enfermagem;<br>-Construir sala de ginástica, cantina, banheiros e vestuários no âmbito do ginásio poliesportivo;<br>-Instalar criatório de galinhas caipiras;<br>-Ampliar as construções rurais;<br>-Melhorar a ambientação e paisagística do CTT; | Ampliar a infraestrutura existente (física e de equipamentos); | -Articular com a Reitoria e PRAD;<br>-Executar processos Licitatórios; |
| Gestão de pessoal | Qualificar o corpo docente e técnico-administrativo; | Continuação das ações do PDI anterior; | Elevar o IQD;<br>Capacitar os técnicos para o bom desempenho das funções. | Articular com a Reitoria e SRH. |

Fonte: CEBTT/PREG

### 6.7.2 Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ)

As ações planejadas pelo CTBJ para serem efetivadas no próximo quinquênio estão detalhadas no Quadro 69.

**Quadro 69 -** Políticas de gestão do CTBJ, quinquênio 2015-2019

| Área | Objetivo (s) a ser (em) alcançado (s) [2015-2019] | Meta(s) | Estratégias |
|---|---|---|---|
| Ensino Técnico | Implantar novos cursos; | Implantar os cursos técnicos de: Agroindústria; Zootecnia; Vigilância em Serviços de Saúde; e Segurança do Trabalho; | Trabalhar em consonância com a PREG e com as normas da SETEC, articulada com a PRAD; |
| | Ampliar a oferta de vagas; | Ampliar a oferta de vagas nos ursos existentes; | Trabalhar articulado com a PREG/CEBTT; |
| Ensino Médio | Ampliar o número de vagas | Ampliar em 20% a oferta de vagas para o ensino médio; | Articular com a PREG/CEBTT o aumento do nº de vagas no Ensino médio; |
| Pesquisa | Fortalecer o desenvolvimento da pesquisa no CTBJ; | Ampliar o número de projetos de pesquisa de iniciação científica (PIBIC-EM); | Estimular docentes e discentes a trabalhar em consonância com a PROPESQ; |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Participar de diferentes programas/projetos de fomento à pesquisa; | Estimular docentes/discentes a participarem de diferentes editais de pesquisa; |
| | | Divulgar os trabalhos de pesquisa realizados no CTBJ. | Participar de eventos relacionados à pesquisa; |
| Extensão | Fortalecer o desenvolvimento da extensão no CTBJ; | Ampliar o nº de projetos de extensão no CTBJ; | Estimular docentes e discentes a trabalharem em consonância com a PREX; |
| | | Divulgar os trabalhos de extensão realizados pelo CTBJ; | Promover e participar de eventos relacionados à extensão. |
| Gestão de Pessoal | Qualificar o quadro de pessoal docente; | Promover cursos de formação/qualificação docente. | Estabelecer parceria com a SRH; |
| | Qualificar o quadro de pessoal técnico-administrativo; | Promover cursos de formação/qualificação para os servidores técnicos-administrativos; | Estabelecer parceria com a SRH; |
| Infraestrutura | Reforma de estrutura física já existente; | Reforma de toda a estrutura física do CTBJ, incluindo os espaços pedagógicos, administrativo, laboratórios e construções rurais; | Articular com a Reitoria/PROPLAN e PREUNI a reforma do espaço físico do CTBJ; |
| Infraestrutura; | Ampliação da estrutura física; | Construção de salas de aula, salas de professores, laboratórios de informática, laboratório para a enfermagem, laboratório para agroindústria, banheiros, cantina, garagem, almoxarifado, sala de ginástica, vestuário e banheiros como apoio ao ginásio poliesportivo; | Articular com a UFPI/PREUNI/ PROPLAN a realização dessas obras; |
| | Melhorar a ambientação paisagística do CTBJ; | Implantar projeto de paisagismo e urbanização no espaço externo do CTBJ; | Articular com a Reitoria/PREUNI; |
| | Ampliar infraestrutura rural; | Ampliar área irrigada; reformar áreas de produção vegetal; reformar instalações de pocilga, aviários, aprisco; estábulo e casa do mel; | Promover articulação com a Reitoria/PREUNI; |
| Equipamentos; | Adquirir os equipamentos necessários ao processo ensino-aprendizagem do CTBJ; | Adquirir equipamentos da área de informática, agropecuária e enfermagem; | Articular com a Reitoria/PRAD; |
| Biblioteca/ Acervo; | Ampliar o acervo da biblioteca setorial | Adquirir acervo bibliográfico relativo aos cursos ofertados pelo CTBJ. | Articular com a PRAD/BCCB; |
| Transportes; | Reformar a frota de veículos existentes; | Dar manutenção a todos os veículos/implementos existentes. | Articular junto à Reitoria /PRAD/PREUNI; |
| | Adquirir novos veículos/máquinas agrícolas; | Comprar novos veículos/máquinas para dar suporte às atividades administrativas e de transporte escolar; | Articular junto à Reitoria/PRAD; |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Assistência estudantil; | Ampliar as ações de assistência estudantil; | Reformar a estrutura física da residência estudantil e instalar os equipamentos necessários às atividades lá desenvolvidas; | Trabalhar em parceria com a PRAEC/EBTT. |
| | Ampliar a assistência estudantil aos alunos com maior vulnerabilidade social; | Aumentar o número de bolsas de assistência aos alunos com maior vulnerabilidade social; | Trabalhar em parceria com a PRAEC/EBTT; |
| Gestão | Informatizar os processos administrativos e pedagógicos; | Implantar módulo de gerenciamento informatizado do trabalho administrativo e pedagógico (sistemas SIGAA); | Trabalhar em articulação com o NTI/CEBTT. |
| | Implantar acompanhamento monitorado do trabalho pedagógico no CTBJ. | Implantar sistema de vigilância eletrônica no espaço pedagógico bem como sistema de monitoramento eletrônico da frequência escolar discente. | Articular com a Reitoria/PREUNI/NTI. |

Fonte: CTBJ-/CEBTT

### 6.7.3 Colégio Técnico de Floriano (CTF)

As ações planejadas pelo CTF para serem efetivadas no próximo quinquênio estão detalhadas no Quadro 70.

**Quadro 70** - Políticas de gestão do CTF, quinquênio 2015-2019

| Áreas | Objetivo (s) a ser (em) alcançado (s) [2015-2019] | Meta(s) | Estratégia(s) |
|---|---|---|---|
| Ensino Técnico; | Implantar de novos cursos | Implantar os cursos técnicos de: Agroecologia; Zootecnia; Vigilância em Serviços de saúde; e Segurança do trabalho; | Trabalhar em consonância com a PREG e com as normas da SETEC, articulada com a PRAD; |
| | Ampliar de oferta de vagas; | Ampliar a oferta de vagas nos cursos existentes; | Trabalhar articulado com a PREG/CEBTT. |
| Ensino Médio; | Expansão da oferta de educação técnica de nível médio na modalidade EaD; Integrar a educação profissional à EJA; | Ampliar a oferta de cursos existentes; | Trabalhar articulado com a PREG/CEBTT e CEAD; |
| | Ampliar o número de vagas; | Ampliar em 20% a oferta de vagas para o ensino médio; | Articular com a PREG/CEBTT o aumento do nº de vagas no Ensino médio; |
| Pesquisa (definir uma coordenação local); | Fortalecer o desenvolvimento da pesquisa no CTF; | Ampliar o número de projetos de pesquisa e iniciação científica (PIBIC-EM); | Estimular docentes e discentes a trabalharem em consonância com a PROPESQ; |
| | | Participar de diferentes programas/projetos de fomento à pesquisa; | Estimular docentes/discentes a participarem de diferentes editais de pesquisa; |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Divulgar os trabalhos de pesquisa realizados no CTF; | Participar de eventos relacionados à pesquisa; |
| Extensão; | Fortalecer o desenvolvimento da extensão no CTF | Ampliar o nº de projetos de extensão no CTF; | Estimular docentes e discentes a trabalharem em consonância com a PREX. |
| | | Divulgar os trabalhos de extensão realizados pelo CTF; | Promover e participar de eventos relacionados à extensão. |
| Gestão de pessoal; | Qualificar o quadro de pessoal docente; | Promover cursos de formação/qualificação docente; | Estabelecer parceria com a SRH; |
| | Qualificar o quadro de pessoal técnico-administrativo; | Promover cursos de formação/qualificação para os servidores técnicos-administrativos; | Estabelecer parceria com a SRH; |
| Infraestrutura; | Reforma de estrutura física já existente e adaptação; | Reforma de toda a estrutura física do CTF em especial o auditório, incluindo os espaços pedagógicos, administrativos, laboratórios e construções rurais. | Articular com a Reitoria/PREUNI a reforma do espaço físico do CTF; |
| | Ampliação da estrutura física; | Construção de salas de aula, salas de professores, Laboratórios de informática, laboratório para a enfermagem, laboratório para agroindústria, banheiros, cantina, garagem, almoxarifado, sala de ginástica, vestuário e banheiros como apoio ao ginásio poliesportivo, com inovações vinculadas ao XXI. | Articular com a Reitoria/PREUNI/ PROPLAN a realização dessas obras. |
| | Ampliar infraestrutura rural e manutenção da estrutura da existente; | Ampliar área irrigada; reformar áreas de produção vegetal; reformar instalações de pocilga, aviários, aprisco; estábulo e casa do mel; | Promover articulação com a Reitoria/PREUNI. |
| Equipamentos; | Adquirir os equipamentos necessários ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do CTF; | Adquirir equipamentos da área de informática, agropecuária e enfermagem e ensino médio. | Articular com a Reitoria/PRAD. |
| Biblioteca/acervo; | Ampliar o acervo da biblioteca setorial | Ampliar acervo bibliográfico relativo aos cursos ofertados pelo CTF: | Articular com a PRAD/BCCB; |
| Transportes; | Reformar a frota de veículos existentes; | Realizar manutenção a todos os veículos e implementos existentes. | Articular junto à Reitoria/PRAD/PREUNI. |
| | Adquirir novos | Comprar novos | Articular junto à Reitoria |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | veículos/máquinas agrícolas | veículos/máquinas para dar suporte às atividades administrativas e de transporte escolar. | /PRAD. |
| Assistência estudantil; | Ampliar as ações de assistência estudantil; | Reformar a estrutura física da residência estudantil e instalar os equipamentos necessários às atividades desenvolvidas; | Trabalhar em parceria com a PRAEC e PREG/EBTT; |
| | Ampliar a assistência estudantil aos alunos com maior vulnerabilidade social; | Aumentar o número de bolsas de assistência aos alunos com maior vulnerabilidade social; | Trabalhar em parceria com a PRAEC e PREG/EBTT; |
| Procedimentos administrativos; | Informatizar os processos administrativos e pedagógicos; | Implantar módulo de gerenciamento informatizado do trabalho administrativo e pedagógico (sistemas SIGAA) | Trabalho articulado com o NTI/CEBTT. |
| | Implantar acompanhamento monitorado do trabalho pedagógico no CTF; | Implantar sistema de vigilância eletrônica no espaço pedagógico bem como sistema de monitoramento eletrônico da frequência escolar discente. | Articular com a Reitoria/PREUNI/NTI. |

Fonte: CTF/CEBTT

## 6.8 Planejamento da gestão para a COPESE

O planejamento proposto pela COPESE está detalhado no Quadro 71.

Quanto às demandas referentes a recursos humanos para a COPESE, a UFPI fará gestão permanente junto ao MEC para a liberação dos códigos de vaga e alocação de servidores técnico-administrativos de acordo com as necessidades e promoverá a capacitação necessária ao bom atendimento de suas funções.

**Quadro 71**- Planejamento da gestão para a COPESE, quinquênio 2015-2019

| Área | Objetivo | Situação atual | Meta(s) para o novo PDI | Estratégias |
|---|---|---|---|---|
| **Infraestrutura** | Construir o prédio para funcionamento da COPESE; | **Justificativa**: Atualmente a COPESE funciona em instalações insuficientes sediadas no Bloco 9 (Ciências da Computação). | Construir 01 (um) prédio com área aproximada de 600 m² para funcionamento da COPESE. | Articular dom a Reitoria e PREUNI |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Mobiliário e serviços** | Adquirir mobiliário e equipamentos tecnológicos para modernização dos serviços prestados pela COPESE; | A aquisição de equipamentos tecnológicos não foi incluída no planejamento estratégico do PDI para o quinquênio 2010-2014.<br><br>Justificativa: O *software*, utilizado para o processamento de dados, e outros equipamentos tecnológicos em uso na COPESE perderam parte da capacidade de funcionalidade ou são insuficientes e não atendem satisfatoriamente a demanda dos serviços. | Adquirir os seguintes equipamentos tecnológicos:<br>- 01(um) *software* TeleForm (versão posterior à v10.4.1) para processamento de dados de formulários eletrônicos;<br>- 15 (quinze) computadores;<br>- 15 (quinze) nobreaks, com capacidade no mínimo de 1000 kwa;<br>- 10 (dez) câmeras de segurança para implementação de sistema de vigilância na COPESE;<br>- 05 (cinco) impressoras a *laser*;<br>- 04 (quatro*) scanners*;<br>- 02 (duas) máquinas fotocopiadoras;<br>- 03 (três) datashows;<br>- 10 (dez) máquinas calculadoras.<br><br>Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela COPESE.<br><br>Aumentar a capacidade da COPESE para realizar concursos públicos, exames e processos seletivos. | Envio de documento ao Reitor da UFPI justificando a necessidade de aquisição dos equipamentos tecnológicos para processamento de formulários eletrônicos e outros serviços.<br><br>Aquisição junto ao fornecedor dos equipamentos solicitados pelo órgão competente da UFPI e instalação na COPESE. |

Fonte: COPESE

## 6.9 Planejamento da gestão para a Auditoria Interna

A unidade de Auditoria Interna elabora seu Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) até o dia 31 do mês de outubro de cada exercício e o encaminha para apreciação da Administração Superior (Reitor e Conselhos Superiores) e em seguida para CGU para fins de aprovação e execução no exercício subsequente.

No que se refere à vigência do PDI 2010-2014, parte de suas ações programadas ficaram sem concretização, por dificuldades de pessoal, visto que, atualmente, a AUDIN conta apenas com um Auditor Chefe, desenvolvendo a atividade fim (auditoria e fiscalização), dois funcionários efetivos (executando a atividade meio) e uma bolsista. Nesse período foi feita a monitoramento do

Plano de Providências Permanente sobre as recomendações e determinações dos Órgãos de Controle Interno (CGU) e Controle Externo (TCU); consultoria e assessoramento à Administração Superior, Pró-Reitorias e demais unidades envolvidas no processo de resposta as providências implementadas junto à UFPI.

Para o quinquênio 2015-2019 a AUDIN propõe a alocação de recursos humanos, bem como, orçamentários e financeiros para treinamentos, capacitação e investimento tecnológico (equipamentos e sistemas) necessário ao cumprimento do cronograma de trabalho previsto no PAINT, principalmente a atividade fim de auditoria (gestão, operacional, de acompanhamento) e fiscalização e monitoramento (controle interno e gestão de riscos).

Ademais há necessidade de aprovação do Novo Regimento Interno da Unidade, em atendimento a recomendação e determinação dos órgãos de Controle Interno e Externo.

## CAPITULO 7 - EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

A infraestrutura física da UFPI é subdividida em múltiplos ambientes que compõem os seus cinco Campi.

### 7.1 Área física geral

Contemplando-se a área física total da UFPI, pode-se considerá-la como o órgão público que possui a maior área física após o governo do Estado, visto que os seus cinco Campi ocupam uma área geográfica bastante expressiva, tanto em termos de edificações (que somam aproximadamente 258 mil metros quadrados) como de áreas livres, fazendas, pastos e outros espaços.

O Quadro 72 apresenta um demonstrativo da área geral construída da UFPI, por Campi, antes e durante a vigência do PDI 2010-2014, o que demonstra a grande expansão da infraestrutura física da Instituição, nesse período, denotando uma ampliação de mais de nove vezes neste quinquênio, em relação ao anterior.

A área construída neste último decênio cresceu 63,7%, o que significa um grande compromisso dos últimos reitorados em fazer a Universidade, nos seus múltiplos aspectos.

**Quadro 72** – Área física da UFPI, por Campus

| Campus (local) | Área construída até 2004 | Área construída de 2005 a 2009 | Área construída de 2010 a 2014 | Área Total da UFPI (até julho/2014) |
|---|---|---|---|---|
| CMPP (Teresina) | 119.087,87 | 3.051,43 | 57.032,79 | 179.786,12 |
| CMRV (Parnaíba) | 8.298,44 | 1.995,48 | 7.521,22 | 17.815,14 |
| CSHNB (Picos) | 9.429,08 | 4.163,05 | 2.035,23 | 15.627,36 |
| CAFS (Floriano) | 6.968,43 | - | 13.641,78 | 20.610,21 |
| CPCE (Bom Jesus) | 13.824,94 | - | 10.276,98 | 24.101,92 |
| **Área Total Edificada** | 157.608,76 | 9.209,96 | 90.508,00 | **257.940,75** |

Fonte: PREUNI

### 7.2 Detalhamento da infraestrutura das Unidades do CMPP (Teresina)

O Campus sede é dotado da estrutura onde está instalada a administração superior (Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitorias e órgãos suplementares e de apoio às atividades administrativas), as Unidades de Ensino da sede, o HU, a BCCB e várias bibliotecas setoriais, o Setor de Esportes, o espaço de convivências “Rosa dos Ventos” e outros ambientes importantes para abrigar as atividades universitárias.

Neste Campus também há uma vasta área, que ultrapassa as fronteiras do Bairro Ininga (onde está sediado o CMPP) e se estende até o Bairro Socopo, formada pelo CCA, Unidade de Ensino detentora de vasta extensão geográfica que permite o desenvolvimento das atividades agropecuárias integrantes de cursos e programas vinculados a esta área do conhecimento e onde também está instalado o HVU.

A área física representada pela administração superior, incluindo Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitorias e Órgãos suplementares e de apoio às atividades administrativas está discriminada no Quadro 73, totalizando em mais de 52 mil metros quadrados.

**Quadro 73 -** Infraestrutura física da Reitoria, Pró Reitorias e Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

| **Especificação** | **Área (m²)** |
|---|---|
| Reitoria | 793,69 |
| PROPLAN – Pro Reitora de Planejamento | 220,97 |
| PRAEC – Pro Reitora Assuntos Estudantis e Comunitários | 559,15 |
| PREG – Pro Reitora de Ensino de Graduação | 618,92 |
| PROPESQ – Pro Reitora de Pesquisa | 219,31 |
| PRPG – Pro Reitora de Pós Graduação | 219,31 |
| PRAD – Pro Reitora de Administração | 726,94 |
| PREX – Pro Reitora de Extensão | 1049,72 |
| Superintendência de Recursos humanos | 385,21 |
| Superintendência de Comunicação Social | 116,61 |
| Prefeitura Universitária | 378,75 |
| Sub-total | 5288,58 |
| **Outras estruturas (Dignas de Nota)** | |
| Hospital Universitário | 21.375,40 |
| Setor de Vigilância | 203,06 |
| Restaurante Universitário I | 1.027,07 |
| Restaurante Universitário II | 550,87 |
| Restaurante Universitário III | 671,50 |
| CAC (Teresina) | 784,87 |
| Espaço Cultural Noé Mendes | 10.465,92 |
| TROPEN | 1180,06 |
| Gráfica da UFPI | 630,44 |
| CEAD | 1101,84 |
| Residência Universitária 01 | 893,85 |
| Residência Universitária 02 | 1.354,85 |
| Protocolo e Arquivo Geral | 572,91 |
| Almoxarifado Geral | 1.352,16 |
| Biblioteca Comunitária | 4.227,94 |
| Cine Teatro | 638,54 |
| NTI | 359,05 |
| Sub-total | 47390,33 |
| Total | 52.678,91 |

Fonte: PREUNI

Os Quadros 74 a 83 apresentam o resumo de estrutura das unidades acadêmicas do CMPP.

| **Quadro 74** – Infraestrutura física do Centro de Ciências Agrárias (CCA) | | | |
|---|---|---|---|
| **Especificação** | **Quantidade** | **Dimensão média (m²)** | **Capacidade aproximada (nº carteiras ou cadeiras)** |
| Salas de aula | 24 | 50 | 50 |
| Laboratórios | 33 | 80 | 30 |
| Instalações administrativas: Direção | | Área total de 51 m² | |
| Instalações administrativas: Departamentos | 18 | Área total de 216 m² | |
| Instalações administrativas: Coordenações de Cursos e Programas | 05 | Área total de 100 m² | |
| Copa | 05 | Área total de 30 m² | |
| Cantina externa | 01 | Área total de 25 m² | |
| Auditório com capacidade para 165 pessoas (e 06 Miniauditórios – 135 pessoas, no total) | 07 | Área total de 614,99 m² | |
| Biblioteca setorial | 01 | Área total de 200 m² | |
| Banheiros Coletivos incluindo os adaptados a portadores de necessidades especiais | 27 | Área total de 190 m² | |
| Gabinetes para Docentes | 60 | Área total de 360 m² | |
| Setor de reprografia | 04 | Área total de 24 m² | |

| ***Descrição dos laboratórios/cenários de prática** | |
|---|---|
| **Nome** | **Curso(s)/Programa(s) atendido(s)** |
| Laboratório de Análise de Solos | Engenharia Agronômica, IC |
| Laboratório de Qualidade de Solos | Engenharia Agronômica, IC |
| Laboratório Hídrico | Engenharia Agronômica, IC |
| Laboratório de Análises Microbiológicas de Alimentos | Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária, IC, PPGCA |
| Laboratório de Análises Físico-químicas de Alimentos | Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária, IC, PPGCA |
| Laboratório de Laticínios | Medicina Veterinária, IC, PPGCA |
| Laboratório de Fitossanidade | Engenharia Agronômica, IC |
| Laboratório de Mecânica Aplicada | Engenharia Agronômica, IC |
| Laboratório de Ciências Fisiológicas | Medicina Veterinária, IC |
| Laboratórios de Anatomia | Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária, IC, PPGCA |
| Laboratório de Histopatológica | Medicina Veterinária, IC, Residência, PPGCA |
| Laboratório de Imunohistoquímica e Biologia Molecular | Medicina Veterinária, IC, Residência |
| Laboratório de Patologia Clínica | Medicina Veterinária, IC, Residência, PPGCA |
| Laboratório de Sanidade Animal | Medicina Veterinária, IC, PPGCA |
| Laboratório de Nutrição Animal | Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária, IV, PPGCA |
| Laboratório de Pesquisas da Cadeia Produtiva de Mel | Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária, IC, PPGCA |
| Laboratório de Genética | Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária |
| Laboratório de Doenças Infectocontagiosas | Medicina Veterinária, IC |
| Laboratório de Doenças Parasitárias | Medicina Veterinária, IC, PPGCA |
| Laboratórios de Fisiopatologia da Reprodução | Medicina Veterinária, PPGCA, IC |
| Laboratórios de Diagnóstico por Imagem | Medicina Veterinária, Residência, IC |
| Laboratórios de Informática de Graduação (3) | Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária |
| Laboratório de Sementes | Engenharia Agronômica |
| Laboratório de Microscopia e Análise de Imagens | Medicina Veterinária e outros cursos da área da Saúde /PPGCA e RENORBIO |
| Laboratório de Biologia Molecular Aplicada as Células | Medicina Veterinária e outros cursos da área da |

| | |
|---|---|
| Tronco | Saúde /PPGCA e RENORBIO |
| Laboratório de Pesquisa Neuroquímica Experimental | Medicina Veterinária e outros cursos da área da Saúde /PPGCA e RENORBIO |
| Laboratório de Cultivo de Células Tronco | Medicina Veterinária e outros cursos da área da Saúde /PPGCA e RENORBIO |
| Laboratório de Imaginologia Veterinária Avançada | Medicina Veterinária e outros cursos da área da Saúde /PPGCA e RENORBIO |
| Laboratório de Toxicologia e Cancerologia Experimental | Medicina Veterinária e outros cursos da área da Saúde /PPGCA e RENORBIO |
| Laboratório de Piscicultura | Engenharia Agronômica, Medicina Veterinária e PPGCA |
| Laboratórios de Informática | Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária e alunos de PG |
| Hospital Veterinário Universitário com infraestrutura completa de atendimento a grandes e pequenos animais, contendo: consultórios, ambulatório, farmácia, canil, gatil, centros cirúrgicos e anexos (1.047,80 $m^2$) | Medicina Veterinária e comunidade em geral |
| Módulos didáticos integrantes de uma fazenda experimental de culturas animais (avicultura, bovinocultura, ovino-caprinocultura, suinocultura, estação de piscicultura, etc) e vegetais (fruticultura, olericultura, etc) | Engenharia Agronômica , Medicina Veterinária e alunos de PG |
| **Outras estruturas (dignas de nota)** | |
| Cemitério de Animais | |
| Setor de Agrostologia e Pastagens | |
| Núcleo de Estudos e Pesquisa em Processamento de Alimentos – NUEPPA (1.363, 18 m²) | |
| Núcleo de Plantas Aromáticas e Medicinais (NUPLAN) | |
| Núcleo de Pesquisas Morfológicas em Ciência Animal | |
| Núcleo de Estudos, Pesquisas e Preservação de Animais Silvestres - NEPPAS | |
| Núcleo Integrado de Morfologia e Pesquisa com Células Tronco -NUPcelt (765,56m²) | |
| Núcleo de Reprodução de Emas | |
| BIOMADEX (Biotério de Manutenção de Animais de Experimentação) | |
| Espaços de convivência | |

Fonte: CCA e PREUNI

**Quadro 75** - Infraestrutura física do Centro Integrado III (CCA)

| Especificação | Quantidade | Dimensão por unidade (m²) | Capacidade (nº carteiras/cadeiras) |
|---|---|---|---|
| Salas de aula | 10 | 74,01 | 70 |
| Banheiros coletivos | 04 | Área total de 104,48 m² | |
| Banheiros adaptados a PNE | 04 | Área total de 12,20 m² | |
| Depósito | 04 | Área total de 9,24 m² | |

Fonte: PREUNI

**Quadro 76** - Infraestrutura física do Centro de Ciências da Educação "Mariano da Silva Neto" (CCE)

| Especificação | Quantidade | Dimensão média (m²) | Capacidade aproximada (nº carteiras ou cadeiras) |
|---|---|---|---|
| Salas de Aula | 33 | 60 | 60 |
| Laboratórios* (descrição abaixo) | 31 | 58 | |
| Auditórios | 02 | 156 | 156 |
| Bibliotecas (setorial e da pós-graduação) | 02 | 147,46 | |
| Sala de Vídeo | 02 | 68,44 | 68 |
| Cantina Lanchonete | 01 | 14,76 | |
| Gabinetes para docente | 92 | Área total de 784,76m² | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Instalações administrativas: Direção | - | Área total de 88,0 m² | |
| Instalações administrativas: Departamentos | 04 | Área total de 196,12 m² | |
| Instalações administrativas: Coordenações de Cursos e Programas | 07 | Área total de 379,32 m² | |
| Reprografia | 02 | Área total de 29,52 m² | |
| Copa | 02 | Área total de 21,64 m² | |
| Banheiros coletivos | 26 | Área total de 423,80 m² | |
| Banheiros adaptados a PNE | 11 | Área total de 28,71 m² | |
| **Descrição dos Laboratórios/cenários de prática** | | | |
| **Nome** | | **Curso(s)/Programas atendidos** | |
| Laboratório de informática - LIG | | Toda a comunidade acadêmica da graduação do CCE | |
| Laboratório de Informática Pós-Graduação – LAINF | | Toda a comunidade acadêmica da PG do CCE | |
| Oficina de Artes Plásticas | | Artes Visuais | |
| Oficina de Desenho Básico | | Artes Visuais | |
| Oficina de Desenho Técnico | | Artes Visuais | |
| Oficina de Música Básica | | Música | |
| Atelier de Plásticas | | Artes Visuais | |
| Sala de Dança | | Artes Visuais | |
| Laboratório de Informática | | Especialização em Gestão Escolar | |
| Laboratório de Informática em Música – LIMUS | | Música | |
| Laboratório Integrado de Jornalismo | | Comunicação Social | |
| Laboratório Estúdio de Jornalismo | | Comunicação Social | |
| Laboratório de Multimeios | | Pedagogia, Artes Visuais, Música, Comunic. Social e Moda, Design e Estilismo. | |
| Laboratório de Telejornalismo | | Comunicação Social | |
| Laboratório de Web-Jornalismo | | Comunicação Social | |
| Laboratório de Jornalismo | | Comunicação Social | |
| Laboratório de Redação | | Comunicação Social | |
| Laboratório de Fotografia | | Comunicação Social | |
| Hemeroteca | | Comunicação Social | |
| Laboratório de Educação Musical | | Música | |
| Laboratório de Mídia (lab-midia) | | Artes Visuais, Comunicação Social | |
| Laboratório de Gravura | | Artes Visuais | |
| Laboratório de Escultura | | Artes Visuais | |
| Laboratório de programação Visual | | Artes Visuais | |
| Atelier de Moulagem | | Moda Design e Estilismo | |
| Atelier Textil | | Moda Design e Estilismo | |
| Atelier de Estamparia | | Moda Design e Estilismo | |
| Atelier de Montagem Específica | | Moda Design e Estilismo | |
| Atelier de Modelagem Plana | | Moda Design e Estilismo | |
| Atelier de Montagem | | Moda Design e Estilismo | |
| Atelier de Desenho | | Moda Design e Estilismo | |
| Laboratório de Informática | | Moda Design e Estilismo | |
| **Outras estruturas (Dignas de Nota)** | | | |
| Rádio FM Universitária – área de 168,46 m² | | | |

Fonte: CCE e PREUNI.

**Quadro 77** - Infraestrutura física do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL)

| Especificação | Quantidade | Dimensão média (m²) | Capacidade aproximada (nº carteiras ou cadeiras) |
|---|---|---|---|
| Salas de aula | 50 | 50 | 50 |
| Laboratórios | 07 | 50 | 50 |
| Instalações administrativas: Direção | | Área total de 158,0 m² | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Instalações administrativas: Departamentos | 08 | Área total de 398,96 m² | |
| Instalações administrativas: Coordenações de Cursos e Programas | 21 | Área total de 512,40 m² | |
| Copa | 01 | Área total de 30,0 m² | |
| Cantina /lanchonete | 07 | Área total de 63,0 m² | |
| Auditórios (com capacidade para 150 e o do NUPEJ) | 02 | Área total de 277,20 m² | |
| | | | |
| Bibliotecas (setorial e da pós-graduação) | 02 | Área total de 276,99 m² | |
| Banheiros Coletivos | 14 | Área total de 293,86 m² | |
| Banheiros adaptados a PNE | 04 | Área total de 10,20 m² | |
| Gabinetes para Docentes | 99 | Área total de 853,58 m² | |
| Setor de reprografia | 08 | Área total de 72,0 m² | |
| Almoxarifado | 01 | Área total de 20,0 m² | |
| Quadra coberta | - | - | |
| ***Descrição dos laboratórios/cenários de prática** | | | |
| **Nome** | | **Curso(s)/Programa(s) atendido(s)** | |
| Laboratório de Praticas Educacionais | | Toda a comunidade acadêmica do CCHL | |
| Laboratório Acadêmico | | Toda a comunidade acadêmica do CCHL | |
| Laboratório de Geoambiente | | Geografia | |
| Laboratório de Cartografia | | | |
| Laboratório de Pós-Graduação | | | |
| LIFE | | | |
| Laboratório de Línguas | | Cursos de Letras | |
| Laboratórios de Informática (de graduação e pós-graduação) | | Toda a comunidade acadêmica do CCHL | |
| Núcleo de Prática Jurídica -NUPEJ | | Direito | |
| **Outras estruturas (Dignas de Nota)** | | | |
| Núcleos de Estudos, Pesquisas e Extensão: em número de 35. | | | |

Fonte: CCHL e PREUNI

**Quadro 78** - Infraestrutura física do Engate entre CCE e CCHL

| Especificação | Quantidade | Dimensão por unidade (m²) | Capacidade (nº carteiras/cadeiras) |
|---|---|---|---|
| Salas de aula | 12 | 78,33 | 75 |

Fonte: PREUNI

**Quadro 79** - Infraestrutura física do Centro Integrado I (CCE e CCHL)

| Especificação | Quantidade | Dimensão por unidade (m²) | Capacidade (nº carteiras/cadeiras) |
|---|---|---|---|
| Salas de aula | 14 | 84,00 | 80 |
| Banheiros coletivos | 04 | Área total de 131,04 m² | |
| Banheiros adaptados a PNE | 04 | Área total de 10,88 m² | |

Fonte: PREUNI

**Quadro 80** - Infraestrutura física do Centro Integrado II (CCN e CCS)

| Especificação | Quantidade | Dimensão por unidade ( m²) | Capacidade (nº carteiras/cadeiras) |
|---|---|---|---|
| Salas de aula | 10 | 74,01 | 70 |
| Banheiros coletivos | 04 | Área total de 104,48 m² | |
| Banheiros adaptados a | 04 | Área total de 12,20 m² | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| PNE | | | |
| Depósito | 04 | Área total de 9,24 m² | |

Fonte: PREUNI

| **Quadro 81**- Infraestrutura física do Centro de Ciências da Natureza (CCN) | | | |
|---|---|---|---|
| **Especificação** | **Quantidade** | **Dimensão média (m²)** | **Capacidade aproximada (nº carteiras ou cadeiras)** |
| Salas de aula | 45 | 58,18 | 50 |
| Laboratórios | 95 | 59,25 | 25 |
| Instalações administrativas: Direção | | Área total de 66,95 m² | |
| Instalações administrativas: Departamentos | 05 | Área total de 91,40 m² | |
| Instalações administrativas: Coordenações de Cursos e Programas | 14 | Área total de 539,56 m² | |
| Sala de Vídeo | 01 | Área total de 93,70 m² | |
| Copa | 11 | Área total de 115,28 m² | |
| Cantina /lanchonete | 05 | Área total de 76,25 m² | |
| Auditórios | 06 | Área total de 718,32 m² | |
| Bibliotecas (setorial) | 01 | Área total de 258,77 m² | |
| Banheiros Coletivos | 52 | Área total de 688,48 m² | |
| Banheiros adaptados a PNE | 28 | Área total de 80,36 m² | |
| Gabinetes para Docentes | 209 | Área total de 1567,50 m² | |
| Setor de reprografia | 05 | Área total de 45,00 m² | |
| Almoxarifado | 07 | Área total de 73,78 m² | |
| Quadra coberta | - | - | |
| ***Descrição dos laboratórios/cenários de prática** | | | |
| **Nome** | | | **Curso(s)/Programa(s) atendido(s)** |
| Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE, localizado no SG-03;<br>Laboratório de Geoquímica Orgânica (LAGO) – Bloco próprio;<br>Laboratório de Análises de Combustíveis (Lapetro) – Bloco próprio;<br>Laboratório Multiusuário de Ressonância Magnética Nuclear (RMN) - Bloco próprio; | | | Todos os Cursos; |
| Laboratório de Materiais Líticos e Cerâmicos – LARQ1 – CCN-II – Bloco IV – Térreo;<br>Laboratório de Arqueometria e Arte Rupestre – LARQ2 – CCN-II – Bloco IV – Térreo;<br>Laboratório de Paleontologia e Materiais Orgânicos – LARQ3 – CCN-II – Bloco IV –Térreo; | | | Arqueologia e Conservação da Arte Rupestre; |
| **BLOCO SG-1:**<br>(06) laboratórios para aulas prática;<br>Laboratório de Anatomia Vegetal;<br>Laboratório de Entomologia;<br>Laboratório de Ecofisiologia;<br>Laboratório de Zoologia 1;<br>Laboratório de Citogenética;<br>Laboratório de Recursos Genéticos Vegetais<br>Laboratório de Micologia/ Fungos Zoospóricos<br>Laboratório de Ictiologia;<br>Laboratório de Botânica;<br>Laboratório de Botânica II;<br>Laboratório de Biologia Molecular;<br>Laboratório Bio-Molecular;<br>Laboratório de Limnologia; | | | Ciências Biológicas |

| **Quadro 81**- Infraestrutura física do Centro de Ciências da Natureza (CCN) | |
|---|---|
| Laboratório de Pesquisa de Zoologia;<br>Sala de Microscopia;<br>Sala para o Insetário;<br>Sala para a Coleção de Vertebrados;<br>Sala para a Coleção de Invertebrados;<br>Museu de Geologia;<br>Herbário (localizado no TROPEN); | |
| CCN-2, Bloco.3:<br>Laboratório de Síntese 1;<br>Laboratório de Síntese 2;<br>Laboratório de Informática;<br>Laboratório de Espectroscopia de Abs. Atômica e Ultravioleta visível;<br>Laboratório de Espectroscopia Raman;<br>Laboratório de Espectroscopia FTIR;<br>Laboratório de Pesquisa;<br>Laboratório de Difratometria de Raio X;<br>Laboratório Interdisciplinar de Materiais Avançados; | Ciência dos Materiais |
| SG-9:<br>02 (dois) Laboratórios de Ensino e Graduação<br>01 (um) CESLA – Laboratório de Pesquisa<br>01 (um) EASii – Laboratório de Pesquisa<br>01 (um) Disnel – Laboratório de Pesquisa<br>01 (um) Rapoosa – Laboratório de Pesquisa<br>01 (um) LabInC – Laboratório de Pesquisa | Ciência da Computação |
| CCN-2:<br>02 (dois) Laboratórios de Instrumentação – CCN-II – Bloco V – Térreo;<br>Laboratório de Biologia – CCN-II – Bloco IV – Térreo;<br>Laboratório de Física – CCN-II – Bloco IV – Térreo;<br>Laboratório de Química – CCN-II – Bloco IV – Térreo; | Ciência da Natureza |
| CCN-II – Bloco IV – Térreo:<br>Laboratório de Informática e Estatística; | Estatística |
| Bloco SG-3:<br>04 (quatro) Laboratórios de Ensino de Graduação;<br>Laboratório de Iniciação Científica;<br>Laboratório de de Instrumentação;<br>Laboratório de Informática;<br>Laboratório de Física Moderna e Óptica;<br>Laboratório de Mecânica;<br>Laboratório de Eletricidade e Eletrônica;<br>Laboratório de Termologia e Termodinâmica<br>Laboratório de Sínteses – Bloco próprio; | Física |
| Bloco SG-4:<br>Laboratório de Informática;<br>Laboratório de Ensino e Graduação; | Matemática; |
| Bloco SG-2:<br>Laboratório de Química Analítica<br>Laboratório de Físico-Química<br>Laboratório de Química Orgânica<br>Laboratório de Química Inorgânica<br>Laboratório de Geoquímica Orgânica (LAGO)<br>Laboratório de Análises de Combustíveis (Lapetro)<br>Laboratório Multiusuário de Ressonância Magnética Nuclear (RMN). | Química |

Fonte: CCN e PREUNI

| **Quadro 82** - Infraestrutura física do Centro de Ciências da Saúde (CCS) | | | |
|---|---|---|---|
| **Especificação** | **Quantidade** | **Dimensão média (m²)** | **Capacidade aproximada (nº carteiras ou cadeiras)** |
| Salas de aula | 54 | 50,00 | 50 |
| Laboratórios | 84 | 64,10 | Variada |
| Instalações administrativas: Direção | | Área total de 128,94 m² | |
| Instalações administrativas: Departamentos | 13 | Área total de 444,73 m² | |
| Instalações administrativas: Coordenações de Cursos e Programas | 15 | Área total de 420,22 m² | |
| Sala de Vídeo | 05 | Área total de 125,00 m² | |
| Copa | 13 | Área total de 79,19 m² | |
| Cantina /lanchonete | 05 | Área total de 57,40 m² | |
| Auditórios | 07 | Área total de 1008,74 m² | |
| Bibliotecas (setorial) | 05 | Área total de 291,64 m² | |
| Banheiros Coletivos | 51 | Área total de 454,41 m² | |
| Banheiros adaptados a PNE | 11 | Área total de 41,47 m² | |
| Gabinetes para Docentes | 89 | Área total de 1048,70 m² | |
| Setor de reprografia | 04 | Área total de 34,16 m² | |
| ***Descrição dos laboratórios/cenários de prática** | | | |
| **Nome** | | **Curso(s)/Programa(s) atendido(s)** | |
| Laboratório de Dor e Inflamação (03) | | Mestrado em Farmacologia | |
| Laboratório de Digestório | | Mestrado em Farmacologia | |
| Laboratório de pesquisa em Leishmaniose | | Mestrado em Farmacologia | |
| Laboratório de Cardiovascular | | Mestrado em Farmacologia | |
| Laboratório de Anatomia patológica – 20 Lugares | | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e Educação Física. | |
| Laboratório de Avaliação Física e Funcional - 10 Lugares | | Educação Física | |
| Laboratório de Enfermagem – 40 lugares | | Enfermagem | |
| Laboratório de Práticas Holísticas – 20 lugares | | Enfermagem | |
| Laboratório de Simulação | | Enfermagem | |
| Centro Cirúrgico – 20 lugares | | Enfermagem | |
| Laboratório de informática - LIG | | 7 | |
| Laboratório de Informática Pós-Graduação – LAINF | | 02 | |
| Laboratório de Anatomia (03) - cada um com 40 lugares | | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia, Educação Física, Biologia e Química. | |
| Laboratório de Histologia (03) - cada um com 40 lugares | | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e Educação Física, Medicina Veterinária, Biologia e Química | |
| Laboratório de Pesquisa do DMOR | | | |
| Laboratório de avaliação Nutricional –15 lugares | | Nutrição | |
| Laboratório de Bromatologia e Bioquímica de alimentos –15 lugares | | Nutrição | |
| Laboratório de Técnica Dietética –15 lugares | | Nutrição | |
| Laboratório de Microbiologia e Controle de Qualidade de Alimentos –15 lugares | | Nutrição | |
| Laboratório de análise Sensorial de alimentos – 12 lugares | | Nutrição | |
| Laboratório de Desenvolvimento de Produtos – 12 lugares | | Nutrição | |
| Laboratório de Nutrição Experimental –15 lugares | | Nutrição | |

| | |
|---|---|
| Laboratório de Biofísica (02) - cada um com 20 lugares | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Educação Física |
| Laboratório de Fisiologia (02) - cada um com 20 lugares | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Educação Física |
| Laboratório de Pesquisa de Biofísica e Fisiologia – 5 lugares | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Educação Física |
| Controle e qualidade e Química Farmacêutica – 12 lugares | Farmácia |
| Farmacognosia de Alimentos –12 lugares | Farmácia |
| Farmacotécnica e Cosméticos –12 lugares | Farmácia |
| Hematologia –12 lugares | Farmácia |
| Análises Clínicas –12 lugares | Farmácia |
| Toxicologia –12 lugares | Farmácia |
| Laboratório de Prótese –32 lugares | Odontologia |
| Laboratório de Dentística –32 lugares | Odontologia |
| Laboratório de Patologia –20 lugares | Odontologia |
| Laboratório de Radiologia –30 lugares | Odontologia |
| Laboratório de Biologia Molecular – 05 lugares | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Medicina Veterinária. |
| Laboratório de Sorologia – 05 lugares | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Medicina Veterinária. |
| Laboratório de aulas práticas em Parasitologia – 20 lugares | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Medicina Veterinária. |
| Laboratório de Microscopia – 40 lugares | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Medicina Veterinária. |
| Laboratório de Microbiologia (02) - cada um com 20 lugares | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Medicina Veterinária. |
| Laboratório de Pesquisa em Microbiologia – 10 Lugares | Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Medicina Veterinária. |
| Laboratório de pesquisa | Pós-graduação em Enfermagem |
| Laboratório de Informática | Pós-graduação em Enfermagem |
| Sala de Dança | Educação Física |
| Academia de Ginástica | Educação Física |
| Ginásio Coberto (2) | Educação Física |
| Campo de Futebol (2) | Educação Física |
| Quadra Descoberta (5) | Educação Física |
| Piscina olímpica e vestiários | Educação Física |
| Núcleo de Entomologia do Piauí - NEPI | Educação Física |
| Clínica Integrada | Odontologia |
| Clínica Dentística | Odontologia |
| Clínica de Cirurgia | Odontologia |
| Clínica de Endodontia | Odontologia |
| Laboratório de Pesquisa (11) – SG 15 | |
| | |
| Núcleo de Tecnologia Farmacêutica - 642,97<br>Farmácia Escola - 130m²<br>Clínicas Integradas de Odontologia - 171,53m²<br>Biotério - 125,40m²<br>LIB | |

Fonte: CCS e PREUNI

| **Quadro 83** - Infraestrutura física do Centro de Tecnologia (CT) | | | |
|---|---|---|---|
| Especificação | Quantidade | Dimensão média (m²) | Capacidade aproximada (nº carteiras ou cadeiras) |
| Salas de aula | 37 | 74,01 | 70 |
| Laboratórios | 30 | 73,44 | 35 |
| Instalações administrativas: Direção | | Área total de 113,95 m² | |
| Instalações administrativas: Departamentos | 04 | Área total de 75,96 m² | |
| Instalações administrativas: Coordenações de Cursos e Programas | 06 | Área total de 252,66 m² | |
| Copa | 04 | Área total de 21,20m² | |
| Cantina /lanchonete | 01 | Área total de 9,0 m² | |
| Auditório | 01 | Área total de 179,16 m² | |
| Banheiros Coletivos | 18 | Área total de 177,84 m² | |
| Banheiros adaptados a PNE | 09 | Área total de 27,45m² | |
| Gabinetes para Docentes | 50 | Área total de 498,50 m² | |
| Setor de reprografia | 01 | Área total de 8,85 m² | |
| Almoxarifado/depósito | 15 | Área total de 169,35 m² | |
| ***Descrição dos laboratórios/cenários de prática** | | | |
| **Nome** | | **Curso(s)/Programa(s) atendido(s)** | |
| Laboratório de Pneumática e Termofluidos | | Engenharia Mecânica | |
| Laboratório de Metalografia e Ensaios Mecânicos | | Engenharia Mecânica | |
| Laboratório de Meteorologia | | Engenharia Mecânica | |
| Laboratório de Simulação Computacional | | Engenharia Mecânica | |
| Laboratório de Usinagem | | Engenharia Mecânica | |
| Laboratório de Resistência dos Materiais | | Engenharias | |
| Laboratório de Mecânica dos Fluidos | | Engenharias | |
| Laboratório de Hidráulica | | Engenharias | |
| Laboratório de Petrografia | | Engenharias | |
| Laboratório de Saneamento | | Engenharias | |
| Laboratório de Solos | | Engenharias | |
| Laboratórios de Informática (02) | | Toda a comunidade acadêmica do CT | |
| Laboratório de Circuitos Digitais | | Engenharia Elétrica | |
| Laboratório de Circuitos Elétricos | | Engenharia Elétrica | |
| Laboratório de Eletrotécnica | | Engenharia Elétrica | |
| Laboratório A | | Engenharia Elétrica | |
| Laboratório B | | Engenharia Elétrica | |
| Laboratório 1 | | Arquitetura | |
| Laboratório 2 | | Arquitetura | |
| Laboratório Urbano da Paisagem – LUPA | | Arquitetura | |
| Núcleo de Engenharia de Sistemas | | Toda a comunidade acadêmica do CT | |
| Núcleo de Maquetes | | Arquitetura | |
| Laboratório de Material de Construção | | Arquitetura, Eng.ª Civil | |
| Laboratório de Eletricidade | | Arquitetura, Eng.ª Civil e Elétrica | |
| Laboratório de Fotogrametria | | Arquitetura, Eng.ª Civil e Agronomia | |
| Laboratório de Topografia | | Arquitetura, Engª Civil e Agronomia. | |

Fonte: CT e PREUNI

## 7.3 Detalhamento da infraestrutura dos Campi fora de sede

O resumo da infraestrutura física instalada nos Campi fora de sede está apresentado nos Quadros 84 a 87.

| **Quadro 84** - Infraestrutura física do **Campus Ministro Reis Velloso (CMRV)** | | | |
|---|---|---|---|
| **Especificação** | **Quantidade** | **Dimensão média (m²)** | **Capacidade aproximada (nº carteiras ou cadeiras)** |
| Salas de aula | 47 | 65,06 | 60 |
| Laboratórios /cenários de prática | 23 | 59,47 | 30 |
| Instalações administrativas: Direção | | Área total de 124,66 m² | |
| Instalações administrativas: NTI, Coord. Financeira, arquivo e protocolo | | Área total de 291,56 m² | |
| Instalações administrativas: Coordenações de Cursos e Programas | 15 | Área total de 248,55 m² | |
| Instalações administrativas: Departamentos | 09 | Área total de 228,24 m² | |
| Copa | 02 | Área total de 25,74 m² | |
| Cantina /lanchonete | 03 | Área total de 83,61 m² | |
| Auditório | 01 | Área total de 544,17 m² | 250 |
| Sala de vídeo | 02 | Área total de 81,52 m² | 50 |
| Restaurante Universitário* | 01 | Área total de 1215,10 m² | 192 |
| Residência Universitária * | - | - | - |
| Biblioteca | 01 | Área total de 602,68 m² | 132 |
| Banheiros Coletivos | 53 | Área total de 691,12 m² | |
| Banheiros adaptados a PNE | 14 | Área total de 57,26 m² | |
| Gabinetes para Docentes | 49 | Área total de 637,00 m² | |
| Setor de reprografia | 2 | Área total de 30,74 m² | |
| Almoxarifado/depósito | 4 | Área total de 137,64 m² | |

| ***Descrição dos laboratórios/cenários de prática** | |
|---|---|
| **Nome** | **Curso(s)/Programa(s) atendido(s)** |
| Laboratório de Microscopia | Biologia, Biomedicina, Fisioterapia |
| Laboratório de Limnologia | Engª de pesca |
| Laboratório de Zoologia | Biologia, Engª de Pesca |
| Laboratório de Botânica | Biologia |
| Laboratório de Ecologia | Biologia, Engª de Pesca |
| Laboratório de Tecnologia do Pescado | Engª de Pesca |
| Laboratório de Fisiologia / Biofísica | FIsioterapia, Biomedicina |
| Laboratório Histologia | Biologia, Biomedicina |
| Laboratório de Bioquímica (Biotec) | Todos os cursos |
| Laboratório Biologia e Genética | Biologia, Biomedicina |
| Laboratório Microbiologia | Biologia, Biomedicina |
| Laboratório Parasitologia / Imunologia | Biomedicina |
| Laboratórios de Informática | Todos os cursos |
| Laboratório Multidisciplinar | Todos os cursos |
| Laboratório de Desenho Técnico | Engª de Pesca |
| Laboratório de Tecnologia de Pesca, máquinas e motores | Engª de Pesca |
| Laboratório de Anatomia | Biologia, Biomedicina |
| Sala de Tanques | Biologia, Biomedicina |
| Sala de Necropsia | Biologia, Biomedicina |

| | |
|---|---|
| Laboratório de Histopatologia | Biologia, Biomedicina |
| **Outras estruturas (Dignas de Nota)** | |
| **Empresa Junior –** 3 unidades: Economia, Ciências Contábeis e Administração (59,55 m²)<br>**Clínica de Fisioterapia -** 9 consultórios, ginásio de ortopedia, ginásio de neurologia, ginásio de cardiopneumologia. **Clínica de Psicologia -** 9 salas de terapia, 1 sala de avaliação psicológica, 3 salas de supervisão (área total das 2 clínicas do CMRV: 1274,85m²)<br>**Núcleos de Pesquisa -** 1 unidade (10,97m²)<br>**Piscina de Fisioterapia** - (126,00 m²)<br>**Quadra coberta -** vestiários, arquibancadas e quadra, perfazendo 2024,28m²<br>**Complexo Piscicultura** - áreas de prática do curso de Engenharia de pesca.<br>*** RU** (Prédio com o RU, área de convivência). | |

Fonte: CMRV e PREUNI

**Quadro 85** - Infraestrutura física do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB)

| Especificação | Quantidade | Dimensão média (m²) | Capacidade aproximada (nº carteiras ou cadeiras) |
|---|---|---|---|
| Salas de aula | 44 | 73,81 | 70 |
| Laboratórios /cenários de prática | 29 | 97,79 | 35 |
| Instalações administrativas: Direção | | Área total de 78,53 m² | |
| Instalações administrativas: NTI, Coord. Financeira, arquivo e protocolo | | Área total de 140,82 m² | |
| Instalações administrativas: Coordenações de Cursos e Programas | 12 | Área total de 1247,92m² | |
| Copa | 01 | Área total de 12,00 m² | |
| Cantina /lanchonete | 01 | Área total de 30,00 m² | |
| Auditório | 02 | Área total de 597,26 m² | 376 |
| Sala de vídeo | 01 | Área total de 34,00 m² | 20 |
| Restaurante Universitário* | 01 | Área total de 1215,10 m² | 192 |
| Residência Universitária * | 01 | Área total de 919,02 m² | 96 |
| Biblioteca | 01 | Área total de 595,10 m² | 189 |
| Banheiros Coletivos | 46 | Área total de 575,46 m² | |
| Banheiros adaptados a PNE | 15 | Área total de 58,35m² | |
| Gabinetes para Docentes | 32 | Área total de 288,00 m² | |
| Setor de reprografia | 02 | Área total de 30,00 m² | |
| Almoxarifado/depósito | 01 | Área total de 150,00 m² | |

| ***Descrição dos laboratórios/cenários de prática** | |
|---|---|
| **Nome** | **Curso(s)/Programa(s) atendido(s)** |
| Laboratório de Biofísica/Fisiologia | Enfermagem, Nutrição e Ciências Biológicas |
| Laboratório de Histologia | Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas |
| Laboratório de Bioquímica/Farmacologia | Enfermagem, Nutrição e Ciências Biológicas |
| Laboratório de Microbiologia | Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas |
| Laboratório de Parasitologia | Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas |
| Laboratório de Anatomia | Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas |
| Laboratório de Fundamentação Básica em Enfermagem I e II | Enfermagem |
| Laboratório de Genética e Biologia | Ciências Biológicas, Enfermagem |
| Laboratório de Zoologia e Paleontologia | Ciências Biológicas |
| Laboratório de Botânica e Limnologia | Ciências Biológicas |
| Laboratório de Ecologia | Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas |

| | |
|---|---|
| Laboratório de Patologia Geral | Enfermagem |
| Laboratório de Avaliação Nutricional | Nutrição |
| Laboratório de Bioquímica e Bromatologia de Alimentos | Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas |
| Laboratório de Microbiologia de Alimentos | Enfermagem, Nutrição |
| Laboratório de Informática | Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas, Administração, Sistema de Informação, Letras, Matemática, História Pedagogia e Ciências da Natureza |
| Laboratório de Tecnologia de Alimentos | Nutrição, Ciências Biológicas |
| Laboratório de Análise Sensorial de Alimentos | Nutrição |
| Laboratório de Técnica \Dietética | Nutrição, Enfermagem |
| Laboratório de Nutrição Experimental | Nutrição |
| Laboratório Interdisciplinar de Formação de educadores - LIFE | Matemática, Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia |
| Rede com Literatura e História – Laboratório de Interface Digital -RELIH | História e Letras |
| Laboratórios de História | História |
| **Outras estruturas (Dignas de Nota)** | |
| **Empresa Junior –** 2 unidades Administração e Nutrição (48,00 m²)<br>**Biotério** (99,15m²)<br>**Núcleos de Pesquisa -** 3 unidades (70,00m²)<br>**Garagem** – 280,00 m²<br>**RU**<br>Área de convivência, DCE e CA's<br>Lanchonetes. | |

Fonte: CSHNB e PREUNI

**Quadro 86** - Infraestrutura Física do Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS)

| Especificação | Quantidade | Dimensão média (m²) | Capacidade aproximada (nº carteiras ou cadeiras) |
|---|---|---|---|
| Salas de aula | 21 | 66,27 | 60 |
| Laboratórios /cenários de prática | 24 | 68,85 | 30 |
| Instalações administrativas: Direção | | Área total de 105,94 m² | |
| Instalações administrativas: NTI, Coord. Financeira, arquivo e protocolo | | Área total de 236,01 m² | |
| Instalações administrativas: Coordenações de Cursos e Programas | 6 | Área total de 369,72m² | |
| Copa | 02 | Área total de 19,12 m² | |
| Cantina /lanchonete | - | - | |
| Auditório | 01 | Área total de 420,64 m² | 254 |
| Sala de vídeo | 01 | Área total de 124,42 m² | 70 |
| Restaurante Universitário* | 01 | Área total de 1513,40 m² | 192 |
| Residência Universitária | 01 | Área total de 1571,72 m² | 192 |
| Biblioteca | 01 | Área total de 481,97 m² | |
| Banheiros Coletivos | 17 | Área total de 240,55 m² | |
| Banheiros adaptados a PNE | 9 | Área total de 26,28m² | |
| Gabinetes para Docentes | 24 | Área total de 299,76 m² | |
| Setor de reprografia | - | - | |
| Almoxarifado/depósito | 04 | Área total de 151,76 m² | |

| ***Descrição dos laboratórios/cenários de prática** | |
|---|---|
| **Nome** | **Curso(s)/Programa(s) atendido(s)** |
| Lab. Botânica | Biologia |
| Lab. Microbiologia e Imunologia | Enfermagem e Biologia |

| | |
|---|---|
| Lab. Zoologia e Parasitologia | Enfermagem e Biologia |
| Lab. Química e Bioquímica | Enfermagem e Biologia |
| Lab. Biologia Celular e Molecular | Biologia |
| Lab. Microscopia | Enfermagem e Biologia |
| Lab. Anatomia | Enfermagem e Biologia |
| Lab. Enfermagem 01 | Enfermagem |
| Lab. Enfermagem 02 | Enfermagem |
| Centro Cirúrgico | Enfermagem |
| Laboratório de Simulação | Enfermagem |
| Lab. Informática | Administração – Pedagogia – Biologia - Enfermagem |
| Lab. Informática | Administração – Pedagogia – Biologia - Enfermagem |
| Laboratório de Lupa | Enfermagem e Biologia |
| Laboratório de Biologia Molecular | Enfermagem e Biologia |
| Laboratório 01 | Todos os cursos |
| Sala de esterilização | Enfermagem e Biologia |
| Lab. Microbiologia e Cultura de Célula | Enfermagem e Biologia |
| Brinquedoteca | Pedagogia |
| PIBID | Todos os cursos |
| Psiqued | Pedagogia |
| Anfiteatro | Todos os cursos |
| Coleção de História Natural | Biologia |
| Sala Botânica | Biologia |
| Sala Zoologia | Biologia |
| **Outras estruturas (Dignas de Nota)** | |
| **Biotério -** 242,57m² | |
| *** RU** (Prédio com o RU, área de convivência, DCE e CA's,). Compartilhado entre CAFS e CTF | |

Fonte: CAFS e PREUNI

**Quadro 87** - Infraestrutura física do Campus Profª Cinobelina Elvas (CPCE)

| Especificação | Quantidade | Dimensão média (m²) | Capacidade aproximada (nº carteiras ou cadeiras) |
|---|---|---|---|
| Salas de aula | 38 | 55,83 | 50 |
| Laboratórios / cenários de prática | 26 | 137,00 | 35 |
| Instalações administrativas: Direção | | Área total de 267,64 m² | |
| Instalações administrativas: NTI, Coord. Financeira, arquivo e protocolo | | Área total de 220,53 m² | |
| Instalações administrativas: Coordenações de Cursos e Programas | 09 | Área total de 551,52 m² | |
| Copa | 05 | Área total de 42,56 m² | |
| Cantina /lanchonete | 02 | Área total de 21,94 m² | |
| Auditório | 02 | Área total de 587,78 m² | 340 |
| Sala de vídeo | 01 | Área total de 30,22 m² | 20 |
| Restaurante Universitário* | 01 | Área total de 1340,87 m² | 156 |
| Residência Universitária * | 01 | Área total de 292,04 m² | |
| Biblioteca | 01 | Área total de 459,92 m² | 80 |
| Banheiros Coletivos | 24 | Área total de 358,80 m² | |
| Banheiros adaptados a PNE | 11 | Área total de 26,73m² | |
| Gabinetes para Docentes | 36 | Área total de 533,52 m² | |
| Setor de reprografia | 03 | Área total de 33,00 m² | |
| Almoxarifado/depósito | 02 | Área total de 135,02 m² | |
| ***Descrição dos laboratórios/cenários de prática** | | | |
| **Nome** | | **Curso(s)/Programa(s) atendido(s)** | |

| | |
|---|---|
| Informática | Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Medicina Veterinária, Zootecnia, Procampo |
| Anatomia Animal | Engenharia Agronômica, Medicina Veterinária, Zootecnia |
| Biociências | Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Zootecnia |
| Bioquímica/Pós-colheita de Alimentos | Ciências Biológicas, Engenharia Agronômica, Zootecnia, Medicina Veterinária |
| Botânica e Anatomia Vegetal | Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Zootecnia |
| Centro de Análise de Solo | Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Zootecnia |
| Desenho Técnico e Topografia | Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Zootecnia |
| Engenharia Florestal | Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica |
| Ensino de Ciências | Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Medicina Veterinária, Zootecnia, Procampo |
| Fitopatologia | Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica |
| Fitotecnia | Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Zootecnia |
| Genética e Conservação de Germoplasma | Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Zootecnia |
| Geologia, Mineralogia e Física do Solo | Engenharia Agronômica |
| Histopatologia | Medicina Veterinária, Zootecnia |
| Melhoramento Animal | Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Zootecnia |
| Microbiologia | Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Zootecnia |
| Microbiologia de Alimentos | Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Medicina Veterinária, Zootecnia |
| Microscopia | Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Medicina Veterinária, Zootecnia |
| Nutrição Animal | Medicina Veterinária, Zootecnia |
| Parasitologia | Medicina Veterinária, Zootecnia |
| Patologia Clínica | Medicina Veterinária, Zootecnia |
| Plantas Ornamentais | Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica |
| Química Geral e Analítica | Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Medicina Veterinária, Zootecnia, Procampo |
| Química Orgânica | Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Medicina Veterinária, Zootecnia, Procampo |
| Reprodução Animal | Medicina Veterinária, Zootecnia, |
| Zoologia e Entomologia | Engenharia Agronômica, Engenharia Florestal, Ciências Biológicas |
| **Outras estruturas (Dignas de Nota)** | |

**Módulos didáticos integrantes de uma fazenda experimental** - culturas animais e vegetais = 8 unidades.
**Hospital Veterinário Universitário** - Setor de Clínica Médica de Pequenos Animais (Laboratório de Reprodução), Setor de Clínica Médica de Grandes Animais (Laboratório de Parasitologia), Setor de Cirurgia Veterinária de Pequenos e Grandes Animais (Laboratório de Microbiologia), Setor de Diagnóstico por Imagem (Laboratório de Histopatologia), Setor de Anestesiologia (Laboratório de Patologia Clínica), Setor de Clínica Médica de Animais Silvestres (Laboratório de Anatomia Animal) , Aprisco, Redondel, Tronco com balança, Baias para grandes animais, Depósito, Fossa para deposição de carcaças. (3370,21 m²)
**Fábrica de Ração** (228,81m²)
**Fazenda Escola** de Alvorada do Gurgueia (400ha) - Brete de contenção (1), Currais (3), Galpão para armazenar insumos e equipamentos (1), Alojamento para discentes com dois quartos, sala, cozinha e quatro banheiros (1), Alojamento para docentes com dois quartos, sala, cozinha e dois banheiros (1), Residência para funcionários (2), Área utilizada com benfeitorias, pastagem, plantio e experimentos (200ha)
**Casas de Vegetação** - 7 unidades (376,27m²)
**Áreas para Experimento de Culturas** – 3 unidades (21950,00m²)
**Tanques para piscicultura** -3 unidades (174,52m²)
**Serviços Gerais** - 154,88 m²
*** RU** (Prédio com o RU, área de convivência, DCE e 05 CA's, Lanchonetes).
Fonte: CPCE e PREUNI

O resumo da infraestrutura física da UFPI para a execução de suas atividades fins está apresentado no Quadro 88.

**Quadro 88** - Infraestrutura física resumida da UFPI

| Unidades | Laboratórios | Espaços de convivência | Salas de aula | Auditórios | Bibliotecas | Salas de vídeo/ videoteca |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Campus sede (CMPP)** | | | | | | |
| **CCA** | 33 | 05 | 24 | 07 | 01 | - |
| **CCE** | 31 | 03 | 33 | 02 | 02 | 02 |
| **CCHL** | 07 | 15 | 50 | 02 | 02 | - |
| **CCN** | 95 | 10 | 45 | 06 | 01 | 01 |
| **CCS** | 84 | 09 | 54 | 07 | 05 | 05 |
| **CT** | 30 | 02 | 37 | 01 | - | - |
| **Centro Integrado I** | - | - | 14 | - | - | - |
| **ENGATE CCE - CCHL** | - | - | 12 | - | - | - |
| **Centro Integrado II** | - | - | 10 | - | - | - |
| **Centro Integrado III** | - | - | 10 | - | - | - |
| **Sub-total** | 280 | 44 | 289 | 25 | 11 | 08 |
| **Campi fora de sede** | | | | | | |
| **CMRV** | 23 | 05 | 47 | 01 | 01 | 02 |
| **CSHNB** | 29 | 03 | 44 | 02 | 01 | 01 |
| **CAFS** | 24 | - | 21 | 01 | 01 | 01 |
| **CPCE** | 26 | 05 | 38 | 02 | 01 | 01 |
| Sub-total | 102 | 13 | 150 | 06 | 04 | 05 |
| **TOTAL** | **382** | **57** | **439** | **31** | **15** | **13** |

Fonte: PREUNI

### 7.4 Transportes e segurança

Para atendimento de suas atividades a UFPI conta com uma frota composta de 110 veículos integrantes das várias categorias automotivas, sendo 28 locados. A frota se compõe de: ônibus (16), caminhões (07), vãs (04), micro-ônibus (04) ambulância (01), tratores (10) e motocicletas (17).

O número atual de motoristas pertencente ao quadro da UFPI é 18 (dezoito) e, por ser insuficiente para o atendimento das necessidades, é feita a complementação com pessoal terceirizado, que, ao final de 2014 totalizou em 50 (cinquenta). Há também a participação de três auxiliares de mecânica, pertencentes ao quadro institucional.

Para a realização dos serviços de segurança, a UFPI dispõe, atualmente, de 70 (setenta) profissionais de vigilância e conta com o apoio de 225 (duzentos e vinte e cinco) terceirizados. Do pessoal integrante do quadro próprio, 60 (sessenta) são lotados no campus sede e os demais nos campi do interior. Dentre os terceirizados, 153 são lotados na sede e 72 nos Campi fora de sede.

O serviço de vigilância utiliza, no trabalho de rondas ostensivas, uma viatura e 07 (sete) motocicletas, para apoio aos postos de serviço e possui um sistema de rádio que permite comunicação, do tipo estações móveis, numa cobertura de 50.000 metros de raio, além de linhas telefônicas.

### 7.5 Bibliotecas

Conforme já foi detalhado no Capítulo 1 (item 1.4.7), as Bibliotecas da UFPI são coordenadas pela BCCB, que é um órgão de apoio às atividades acadêmicas, coordenador do SIBi, inaugurada em 1993 e que, a partir de então, vem sendo gradativamente ampliada e equipada. Por ser a maior biblioteca do Estado, atende a toda a população do Piauí e das cidades circunvizinhas.

#### 7.5.1 Acervo

O acervo total de livros do SIBi-UFPI é composto por 77.414 títulos e 235.920 exemplares, distribuído nas bibliotecas dele integrantes, nos distintos Campi, conforme a discriminação contida nos Quadro 89.

**Quadro 89** – Acervo geral do Sistema de Bibliotecas da UFPI, por Campus, 2014.

| Unidade do SIBi-UFPI | LIVROS | | MULTIMEIOS | PERIÓDICOS | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Títulos | Exemplares | | Títulos | Fascículos |
| CCN | 3.580 | 9.567 | 76 | 56 | 553 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| CCA | 5.119 | 12.329 | 248 | 260 | 7.778 |
| CCE | 4.194 | 10.718 | 224 | -- | -- |
| CRMV-PARNAÍBA | 5.556 | 26.385 | 522 | 850 | 3.280 |
| CSHNB-PICOS | 5.506 | 22.123 | 316 | 42 | 422 |
| CAFS-FLORIANO | 4.629 | 15.123 | 114 | 12 | 95 |
| CPCE-BOM JESUS | 2.814 | 9.657 | 389 | 150 | 1.068 |
| **TOTAL** | **77.414** | **235.920** | **3.887** | **3.397** | **72.460** |

Fonte: BCCB

### 7.5.2 Serviços

Os produtos e serviços da BCCB constam de: visitas orientadas; campanhas educativas; exposições e promoções de eventos; treinamento de usuários; COMUT/BIREME; Programa PALTEX (OPAS/OMS); laboratório de INTERNET; Wireless (conexão sem fio); laboratório para deficientes visuais; cabines individuais para notebooks; e videoteca. A BCCB possui uma ferramenta de automação que estabelece rotinas informatizadas de acesso ao banco de dados via WWW, otimizando o acesso à consulta ao catálogo bibliográfico, renovação e reservas. Esse acesso é feito através dos terminais existentes na Biblioteca e Laboratórios de Informática disponíveis de segunda a sábados na IES.

A BCCB é equipada com ferramenta de automação que estabelece rotinas de acesso a banco de dados via www, através de terminais existentes em sua estrutura. Também, oferece pesquisa *on-line*, por título, autor e assunto, ao catalogo do seu acervo bibliográfico através da Internet e terminais *in loco*. As Tabelas utilizadas são: CDD - Classificação Decimal de Dewey; Catalogação de Recursos Bibliográficos AACR2R; Catalogação Simplificada; e Cutter.

O Software implantado na Biblioteca (SAB.net@) foi projetado em linguagem para Internet – *Active Server Pages* (ASP), com base de dados relacional (SQL Server) e funciona em rede sob os sistemas operacionais Windows_NT Server, com as estações de trabalho rodando sob sistema operacional MS-Windows 95/98/2000/XP/ME ou *Work Station* Sistema – SAB. Oferece: pesquisa on-line, por título, autor e assunto, ao catalogo do acervo bibliográfico e periódico da biblioteca através da Internet e terminais in-loco; empréstimo domiciliar para alunos, professores e funcionários da UFPI; reserva e renovação de publicações on-line via Internet e em terminais de autoatendimento; Portal da Biblioteca na Internet. Funcionam no endereço www.ufpi.br ou diretamente no endereço http://www2.ufpi.br/biblioteca/, com os serviços de reservas, renovações e consultas.

A UFPI disponibiliza também o **Portal de Periódicos da Capes,** a exemplo de mais de uma centena de IES de todo o País, para professores, pesquisadores, alunos e funcionários, permitindo o acesso à produção científica mundial atualizada através deste serviço oferecido pela

CAPES, através do qual é permitido o acesso aos textos completos de artigos de aproximadamente 12 mil periódicos nacionais, estrangeiras e mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informações acadêmica com aceso gratuito na Internet. O uso do Portal é livre e gratuito sendo o acesso realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado na instituição.

As instalações gerais permitem acesso aos portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto 5.296/2004.

### 7.5.3 Plano de expansão das bibliotecas

A política de atualização do acervo das bibliotecas integrantes do SIBi obedece à normatização interna da BCCB, a qual prevê a atualização semestral das obras, após o encaminhamento das demandas oriundas das Coordenações de Cursos e Programas pelos Diretores das Unidades de Ensino. Os recursos utilizados no processo de aquisição de itens do acervo são oriundos de dotações orçamentárias e de projetos específicos.

A BCCB estabelece prioridades a serem observadas no processo aquisitivo, que estão relacionadas à instalação de novos cursos de graduação e de Programas de Pós-Graduação, além de atendimento a áreas mais carentes.

Através de sua secção de intercâmbio e aquisição, a BCCB recebe doações feitas por particulares ou por empresas e efetua permutas com instituições congêneres, nacionais ou internacionais.

A administração da BCCB está automatizando permanentemente o acervo incluído a cada período letivo, inclusive no que concerne ao que é exigido para o ensino a distância, bem como, trabalhando no sentido de atualizar permanentemente a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, numa ação conjunta com a PRPG.

O planejamento das ações do SIBi para o quinquênio 2015-2019, está descrito no Quadro 90.

**Quadro 90** – Propostas do SIBi para o quinquênio 2015-2019

| Nº | OBJETIVO | METAS | ORGÃOS ENVOLVIDOS |
|---|---|---|---|
| 1 | Implantação do Repositório Institucional para facilitar o acesso aos trabalhos acadêmicos e técnicos científicos | Disponibilizar a produção científica | BCCB/PRPG/NTI |
| 2 | Aparelhar o SIBi com novas tecnologias visando melhorar os recursos tecnológicos e multimídias | Facilitar a autonomia do usuário | PRAD/BCCB |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 3 | Implantação do SIG – Módulo Biblioteca para gerenciar o acervo bibliográfico do SIBi | Melhorar a gestão e integrar o SIBi | BCCB/NTI |
| 4 | Implantação do Portal Saúde baseada em Evidências para subsidiar informações científicas aos profissionais e acadêmicos da área da saúde | Proporcionar o acesso da pesquisa aos profissionais e acadêmicos da saúde | BCCB/NTI |
| 5 | Implantar biblioteca virtual de e-books afim de disponibilizar livros eletrônicos para leitura via web da literatura científica | Disponibilizar literatura científica além do acervo físico | BCCB/NTI |
| 6 | Ampliar as bibliotecas setoriais SIBi, implantando a biblioteca setorial do CCHL | Atender os usuários do CCHL | BCCB/CCHL |
| 7 | Ampliar a Biblioteca Comunitária para expandir o espaço do acervo e serviços | Melhorar o atendimento aos nossos usuários | REITORIA/BCCB/Prefeitura Universitária |
| 8 | Compatibilizar o acervo dos Cursos, sobretudo a bibliografia básica com as especificações de cada PPC | Estabelecer parcerias permanentes com a PRAD e o Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação para que haja compatibilização da bibliografia, sobretudo no momento das aquisições de novos itens para o acervo. | PRAD/Coordenações de Cursos e NDEs. |
| 9 | Ampliação de capacitação de recursos humanos – tal como os demais setores, será empreendido esforço institucional junto ao MEC para conseguir códigos de vagas com vistas a alocação de técnicos em todas as Bibliotecas para suprir as demandas do SIBi-UFPI. | | |

Fonte: SIBi/BCCB

## 7.6 Plano de expansão das TICs

No âmbito da UFPI, as TICs são de responsabilidade do NTI, com algumas ações conjuntas com a SCS.

O plano de expansão das TICs concentra-se na reestruturação de Sistemas de Informação, que consiste em fazer uma integração entre todos os Sistemas de Informação que abrangem informações acadêmicas, financeiras, recursos humanos, patrimoniais e administrativas da UFPI. Para isso foi feita a programação de implantação de vários módulos distribuídos nos subsistemas SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, SIPAC - Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos e SIGAdmin - Sistema Integrado de Gestão da Administração e Comunicação. Logo abaixo detalha-se o planejamento de implantação dos módulos para os referidos subsistemas:

**a) SIGAA**

- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas [ 2014 -2015 ]
- Biblioteca, Pesquisa, Produção Intelectual, Lato Sensu, Assistência ao Estudante, Diploma e Convênio de Estágio [ 2015 ]
- Bolsas, Extensão [ 2016 ]
- Manutenção e Sustentação [2017, 2018 e 2019]
- Contrato com prestadora de serviço de software para garantir a evolução dos sistemas.

**b) SIGRH**

- Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos [ 2014 ]
- Manutenção sustentação [ 2015 ]
- Avaliação de Desempenho, Concursos [ 2016 ]
- Atendimento ao Servidor, Aposentadoria, Assistência ao Servidor [2017, 2018 e 2019]
- Contrato com prestadora de serviço de software para garantir a evolução dos sistemas.

**c) SIGAdmin**

- Sistema Integrado de Gestão da Administração e Comunicação [2014, 2015, 2016]

d) **Manutenção e Sustentação do módulo para ajustes e adequações aos novos módulos SIGAA, SIGRH e SIPAC** [ 2017, 2018 e 2019]

- Contrato com prestadora de serviço de software para garantir a evolução dos sistemas.

**e) SIPAC**

- RU Controle de Acesso, RU Gestão de Custos [ 2014-2015 ]
- Bolsas, Transportes, Boletim de Serviços, Colegiado, Comissões [ 2015 ]
- Infraestrutura (Manutenção e Obra), Gestão de Espaço físico, Auditoria e Controle Interno, Ouvidoria [2016]
- Contrato com prestadora de serviço de software para garantir a evolução dos sistemas [2017, 2018 e 2019]

**f) Site institucional**

O site da UFPI está em reestruturação para alterações de design gráfico, infraestrutura e manutenção de conteúdo gerido pela equipe da SCS. Em breve será publicado o novo site integrado aos dados automáticos dos sistemas SIGAA, SIGRH e SIPAC [2014-2015]. O prazo para os demais serviços está detalhado a seguir:

- Disponibilização de aplicativos móveis integrados as notícias e eventos publicados no site da UFPI [2015];
- Serviços de manutenção e ajustes do novo site para garantir a integração com os sistemas SIG [2016, 2017, 2018 e 2019 ];

- Disponibilização do serviço de Rede Sem Fio Institucional:
  Campus de Teresina [até Dezembro de 2015];
  Campi fora de sede [até Julho de 2016];
  Expansão da rede sem fio [até Dezembro de 2019];
  Previsão de investimento: R$ 2.500.000,00;
- Disponibilização do serviço de provimento de máquinas virtuais:

Campus de Teresina [até Dezembro de 2015];
Campi fora de sede [até Dezembro de 2016];
Previsão de investimento: R$ 1.500.000,00;

- Disponibilização do serviço de monitoramento eletrônico de ambientes:

Campus de Teresina [até Dezembro de 2015];
Campi fora de sede [até Dezembro de 2016];
Expansão [até Dezembro de 2019].
Previsão de investimento: R$ 3.500.000,00.

É importante comentar que o detalhamento de todas as ações relacionadas a TI deve constar no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e, como a elaboração do PDTI deve ter como base o PDI, tal documento deverá ser apresentado para apreciação da Administração Superior ainda no primeiro semestre de 2015.

### 7.7 Esportes, lazer e espaço para realização de solenidades

A UFPI possui um complexo de esportes, vinculado a estrutura da PREUNI, onde funcionam as atividades do Departamento de Educação Física do CCS.

O complexo esportivo atual possui uma área de 26.000 m² e se subdivide nas estruturas, a seguir descritas, as quais atendem às atividades acadêmicas do Curso de graduação em Educação Física, prática desportiva de alunos de outros Cursos da UFPI, de docentes, servidores e que são abertas à comunidade em geral, mediante solicitação e agendamento.

- Uma piscina olímpica,
- Uma pista de atletismo;
- Uma quadra aberta principal;
- Uma quadra coberta;
- Uma academia de ginástica;
- Cinco quadras multiuso;
- Uma quadra de voleibol de praia.

Além dessas estruturas, existem as salas de aula, dependências administrativas, gabinetes de professores e amplo estacionamento. Cerca de 1.200 pessoas frequentam as instalações do Setor de Esportes da UFPI, por semana.

A proposta de melhoria da infraestrutura para atender aos esportes integra a proposta das Unidades de Ensino do Campus sede, especificamente do CCS (Quadro 65).

Para as atividades de lazer, existem diversos ambientes, dentre os quais:

-espaços de convivência – em todos os Campi;

-espaço Rosa dos Ventos – no CMPP, onde estão sediados os Bancos, a Biblioteca Comunitária e há suporte para realização de eventos abertos como: feiras de livros, concertos de natal, missas e outros encontros;

-Cine Teatro da UFPI – conta com 638,54 m² de área construída e é equipado para consertos, peças teatrais e eventos similares;

-Espaço Cultural Noé Mendes - dotado de uma área física de cerca de 10.500 m² e equipado para grandes eventos. Semestralmente, são realizadas as solenidades de colação de grau, dos distintos cursos de graduação da UFPI.

## 7.8 Plano de expansão da infraestrutura do quinquênio

A expansão da infraestrutura física no quinquênio contemplará o atendimento às demandas das distintas unidades, especificadas nos Capítulos 5 e 6, envolvendo o ensino de graduação, presencial e a distância, de pós-graduação, pesquisa, extensão, atendimento estudantil, bem como aos órgãos suplementares e de apoio. Ademais, envolve as obras projetadas, as aprovadas e em fase de execução pela PREUNI, bem como os novos Campi.

A expansão referente aos três primeiros anos envolverá as obras já projetadas pela PREUNI, especificadas nos itens de 1 a 34 do Quadro 91, acrescida da construção dos prédios onde funcionarão o CEAD (Quadro 66) e a PROPLAN (item 35 do Quadro 89) visto que as demais Pro-Reitorias foram reformadas e ampliadas na vigência do PDI anterior.

**Quadro 91** – Expansão da infraestrutura projetada, a ser construída no quinquênio 2015-2019

| Nº | Unidade | Obra projetada | Especificação da área (em m²) | Previsão |
|---|---|---|---|---|
| Campus Ministro Petrônio Portella | | | | |
| 1 | CCS | Laboratórios e salas de aula de disciplinas do Deptº de Biofísica e Fisiologia; | 3.578,80 | 2015-16 |
| 2 | | Instalações do Departamento de Morfologia; | 4.019,94 | 2015-16 |
| 3 | | Programa de Pós-Graduação em Nutrição; | 447,85 | 2015-16 |
| 4 | | Núcleo de melhoramento de Cana de Açúcar; | 372,68 | 2015-16 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 5 | CCA | Prédio dos PPGs ligados ao CCA; | 1.819,45 | 2016-17 |
| 6 | | Ampliação do prédio da Fitossanidade; | 522,44 | 2016-17 |
| 7 | | Construção do pórtico de acesso ao CCA; | 89,10 | 2016-17 |
| 8 | | Construção do segundo pórtico de acesso ao CCA pela Av. Pres. Kennedy; | 17,40 | 2016-17 |
| 9 | | Reforma e ampliação do HVU; | 976,34 | 2016-17 |
| 10 | CCE | Salas de gravação do Curso de Música; | 207,45 | 2016-17 |
| 11 | CCHL | Centro de Línguas; | 1.370,11 | 2016-17 |
| 12 | | Blocos de salas de aula para graduação; | 1.356,11 | 2016-17 |
| 13 | | Blocos de salas de aula para pós graduação; | 684,96 | 2016-17 |
| 14 | CCN | Prédio Pós-Graduação em Computação; | 780,06 | 2015-16 |
| 15 | | Prédio Pós-Graduação em Matemática; | 1.3933,56 | 2016-17 |
| 16 | | Prédio Pós-Graduação em Química; | 863,34 | 2015-16 |
| 17 | | Prédio da biblioteca setorial do CCN-II; | 647,63 | 2016-17 |
| 18 | | Salas de aula para os Cursos de Matemática; | | 2017-18 |
| 19 | | Drenagem da área do CCN; | | 2015-16 |
| 20 | CT | Prédio de salas de aula para o Curso de Arquitetura e Urbanismo; | 2.708,00 | |
| 21 | | Prédio para o Curso de Engenharia dos Materiais; | | 2016-17 |
| 22 | | Blocos de salas de aula para graduação | 1.356,11 | 2016-17 |
| 23 | | Blocos para os centros acadêmicos | 532,32 | 2016-17 |
| 23 | | Núcleo de acessibilidade; | 665,82 | 2016-17 |
| 24 | | Ampliação do Espaço Integrado II (salas de aula); | 1.457,98 | 2015-16 |
| 25 | | Ampliação do Espaço Integrado IV (salas de aula); | 1.091,72 | 2016-17 |
| 26 | | Duplicação do engate entre CCE e CCHL; | 1.282,56 | 2016-17 |
| Campus Ministro Reis Veloso | | | | |
| 27 | CMRV | Prédio do Curso de Medicina; | 7.463,79 | 2015-16 |
| 28 | | Prédio de salas de aula e gabinetes de professores; | 5.457,48 | 2015-16 |
| 29 | | Projeto de combate a incêndio; | | 2015-16 |
| Campus Dr. Amílcar Ferreira Sobral | | | | |
| 30 | CAFS | Três blocos de gabinetes para professores | 876,96 | 2015-16 |
| Campus Sem. Helvídio Nunes de Barros | | | | |
| 31 | CSHNB | Prédio da Pós-Graduação; | 228,54 | 2015-16 |
| 32 | | Prédio do Curso de Medicina; | 7.463,79 | 2016-17 |
| 33 | | Prédio de salas de aula e gabinetes de professores; | 5.457,48 | 2016-17 |
| 34 | | Drenagem da área do Campus; | | 2015-16 |
| Fonte: PREUNI. | | | | |
| Administração Superior | | | | |
| 35 | PROPLAN | Construção de prédio para funcionamento da Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento. | | 2017-19 |

Fonte: PROPLAN

Como já explicitado anteriormente, além das obras previstas no quadro 91 serão implementadas as referidas nas propostas das Unidades de Ensino e órgãos de apoio, contidas nos Capítulos 5 e 6.

## 7.9 Plano de acessibilidade

A temática “acessibilidade” tem motivado intensas reflexões e debates por parte dos profissionais da área da educação e afins. Isso por que, entendida em seu amplo espectro (acessibilidade atitudinal, física, digital, nas comunicações, pedagógica, nos transportes, etc), pressupõe medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras.

Para materializar os princípios da inclusão educacional, que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes, é necessário dotar as IES de condições de acessibilidade. Na educação superior o debate sobre a inclusão se inscreve na discussão mais ampla do direito de todos à educação e na igualdade de oportunidades de acesso e permanência, com sucesso, nessa etapa de ensino.

A despeito do crescente ingresso do alunado que demanda atendimento especial, as políticas direcionadas a este público não crescem na mesma velocidade. Dados do Censo da Educação Superior do ano de 2011 demonstram que 0,35% das matrículas nacionais envolvem alunos PNE, o que traduzido em números significa: 22.160 com deficiência, 137 com Transtornos Globais do Desenvolvimento e 953 com Altas Habilidades (INEP, 2012). Assim, para fazer avançar a política de inclusão, é fundamental que a evolução das matrículas se dê acompanhada de políticas públicas que garantam não só a acessibilidade aos estudantes já matriculados, mas a disseminação da informação e sensibilização da comunidade acadêmica para o desenvolvimento da educação inclusiva, dando consequência aos dispositivos legais, às orientações dos organismos internacionais e à política de democratização do ensino instituída pelo governo federal.

A discussão frequente acerca da sobre a responsabilidade social das IES permite lembrar observar que: há um relação intrínseca entre responsabilidade social e extensão universitária; 2) a responsabilidade social ultrapassa a esfera do compromisso para se tornar dever e parte constitutiva da natureza e da essência da universidade, e; 3) a necessidade de que a responsabilidade social se traduza em ações concretas que rompam com o elitismo das instituições de educação superior e atendam às necessidades da população que as financia.

O documento intitulado “Referenciais de acessibilidade para a educação superior, editado pelo INEP, em 2013, esclarece que uma IES socialmente responsável é aquela que: a) identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena; b) estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas; c) pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial; 4) reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento

de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e 5) promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

Consciente do seu papel de IES socialmente responsável, a UFPI propõe para o quinquênio 2015-2019 a implantação do Núcleo de Acessibilidade, o qual se encontra em fase de projeto pela PREUNI.

O memorial do projeto descreve o edifício destinado ao Núcleo de Acessibilidade a ser construído, no Campus Ministro Petrônio Portella da UFPI, em Teresina – PI, enumerando os ambientes e suas respectivas áreas, assim como especificações técnicas e os materiais necessários a serem utilizados em sua construção. Apresenta também informações que complementam as peças gráficas produzidas no projeto arquitetônico, bem como outras informações necessárias à confecção dos projetos complementares ainda a serem executados, gerando o projeto básico.

O bloco será composto de um pavimento térreo, construído em estrutura de concreto armado, com fechamento em alvenaria e laje nervurada de concreto armado, cobertura em telha metálica termo acústica sobre estrutura metálica, constituído pelas seguintes áreas: áreas gerais construídas: 665,82m² e cobertura 741,90 m².

O projeto arquitetônico foi elaborado de acordo com os critérios de acessibilidade NBR 9050/2004, NBR 9077/1993, NBR 11785 e as exigências feitas pelo MEC.

A UFPI prepara-se para atender, por meio do seu Núcleo de Acessibilidade, aos casos enquadrados no Quadro 92.

**Quadro 92** - Atividades Próprias do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos Núcleos de Acessibilidade ou outro *Lócus* Específico para esse Atendimento nas IES

| **Atendimento a:** | |
|---|---|
| Estudantes com deficiência mental (intelectual) | Atividades para desenvolvimento dos processos mentais superiores (controle consciente do comportamento, atenção e lembrança voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento, entre outros). |
| Estudantes com deficiência auditiva ou surdez | As atividades se desenvolvem em três momentos didático-pedagógicos: AEE em Libras (exploração em Libras do conteúdo trabalhado em sala); AEE de Libras (ensino de Libras, incluindo a criação de sinais para termos científicos conforme a necessidade, em analogia a conceitos já existentes), ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua. |
| Estudantes com deficiência visual ou cegos | Sistema Braille, Sorobã, orientação e mobilidade, utilização de recursos ópticos e não ópticos, atividades de vida autônoma; software de ampliação de tela e de leitura de texto, com ampliação flexível em vários tamanhos e sem distorção, ajuste de cores, otimização de foco, ponteiro e cursos; entre outros |

| | |
|---|---|
| Estudantes com surdocegueira | Ensino do método de linguagem Tadoma, Libras adaptada ao surdo-cego (utilizando o tato), alfabeto manual, alfabeto moon (substitui as letras por desenhos em relevo), sistema pictográfico, que usa símbolos e figuras para designar os objetos e ações, entre outros. |
| Estudantes com transtornos globais de desenvolvimento | Uso do computador como auxílio à aprendizagem; PECS (sistema de comunicação através da troca de figuras); Método TEACCH (tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação), entre outros. |
| Estudantes com altas habilidades/superdotação | Programas de enriquecimento curricular, (intracurricular e extracurricular); aceleração de estudos; compactação curricular; PIBIC, Programa Intensivo de Treinamento, bolsas de pesquisa, estágios em salas de recursos multifuncionais, projetos de pesquisa, entre outros. |

Fonte: INEP, 2013

Conforme o Documento Orientador do Programa Incluir (MEC, 2013), os núcleos de acessibilidade deverão ser estruturados com base nos seguintes eixos:

1. Infraestrutura. Os projetos arquitetônicos e urbanísticos das IFES são concebidos e implementados, atendendo os princípios do desenho universal;

2. Currículo, comunicação e informação. A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem dá-se por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistida e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras;

3. Programas de extensão. A participação da comunidade nos projetos de extensão é assegurada a todos, por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade. Além disso, disseminar conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações extensionistas, caracteriza-se em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva;

4. Programas de pesquisa. O desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada, abrangendo as inúmeras áreas do conhecimento tem sido importante mecanismo para o avanço da inclusão social quando se fundamenta no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecimento e valorização da diferença humana. Assim, é possível, dentro das especificidades de cada programa de pesquisa, articular, ressignificar e aprofundar aspectos conceituais e promover inovação, ao relacionar as áreas de pesquisa com as áreas de tecnologia assistiva.

Para atuar no atendimento educacional especializado, o perfil do professor deve contemplar curso de graduação, pós-graduação ou formação continuada que o habilite a atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes.

Portanto, a UFPI está buscando as condições adequadas para implementar o seu Núcleo de Acessibilidade e, neste contexto, já iniciou a adoção das medidas para este fim, tais como:

contratação de docentes com as características necessárias e a implantação do curso de graduação, em Letras-LIBRAS.

### 7.10 Criação de Novos Campi

A UFPI, nessa última década, registrou expressivo crescimento em todos os indicadores nas áreas do ensino, da pesquisa, extensão e pós-graduação, respeitando a sua inserção social e demonstrando marcante compromisso com a geração de novos conhecimentos e com a transferência de tecnologias que favoreçam o desenvolvimento do Estado da nação brasileira.

Durante seus 43 (quarenta e três) anos de existência vem formando profissionais nas diversas áreas e desenvolvendo de forma articulada as atividades de ensino pesquisa e extensão, envolvendo as mais variadas áreas do conhecimento, fazendo uso de processos que visam a transformação da realidade.

O documento final da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em Paris, em 1998, afirma que sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno, genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos desenvolvidos. Referendada nesse documento, a UFPI não poderia deixar de responder ao desafio da expansão do ensino superior público.

Ao longo desses anos, esta Universidade vem construindo uma tradição de excelência acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão que a coloca a serviço do progresso científico e tecnológico, do equacionamento dos problemas sociais e da promoção do desenvolvimento humano.

Respaldada por esse contexto e no PDI 2010-2014/UFPI, cujas diretrizes para o ensino de graduação, preconizam, como ação inicial, a necessidade de ampliação da oferta de cursos de graduação de forma a garantir o cumprimento das ações de responsabilidade social, a UFPI propõe, para este novo quinquênio, a criação de novos Campi, a serem localizados nas cidades de Oeiras, Esperantina e até em outros municípios, como Piracuruca e Valença do Piauí. Os dois primeiros já possuem projeto tramitando junto aos Conselhos Superiores, os quais já aprovaram a proposta pedagógica de cursos para serem ali instalados, na dependência de orçamento, a partir de 2016. Já os outros, apesar de ser um sonho do povo daquelas regiões, ainda não possuem um projeto específico, o qual deverá ser elaborado na vigência deste PDI-2015-2019 para instalação posterior aos dois primeiros.

### 7.10.1 Campus Universitário de Oeiras

Oeiras foi o primeiro núcleo urbano e a primeira capital do Estado do Piauí, de 1718 a 1852, quando o Conselheiro Saraiva transferiu a capital para a “Chapada do Corisco", região onde hoje se encontra o município de Teresina. Está localizada na Mesorregião Sudeste e Microrregião de Picos, tendo como limites os municípios de Barra D´Alcântara, Tanque do Piauí, Novo Oriente do Piauí, Santa Rosa do Piauí e Cajazeiras do Piauí ao norte; ao sul São Francisco do Piauí, Colônia do Piauí e Wall Ferraz; a oeste, Nazaré do Piauí e, a leste, Inhuma, Ipiranga do Piauí, São João da Varjota e Santa Cruz do Piauí. É considerada a mais antiga do Piauí e de onde partiu o povoamento de outras cidades piauienses.

A formação de Oeiras derivou de uma povoação, com capela filiada à freguesia de Cabrobó da Diocese de Pernambuco, que se formou com os desbravamentos do solo piauienses realizadas por Domingo Afonso Mafrense e de Julião Afonso Serra. Essa povoação passou ao nível de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, em 1696, e foi elevada à categoria de vila em 1712, sob a denominação de Vila de Nossa Senhora da Vitória do Brejo da Mocha do Sertão do Piauí, ou simplesmente “Vila da Mocha”. Ao ser criada a Capitania do Piauí, em 1758 (Carta Régia de 29/07/1958), a vila da Mocha tornou-se sede do governo e somente em 1761 (Carta Régia de 19/06/176), a vila foi elevada à condição de cidade. Ainda, no mesmo ano, através do ato de 13/11/1761, o município de Mocha passou a denominar-se Oeiras em homenagem ao Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal.

Oeiras está situada no estado do Piauí, mais precisamente na menor região do sudeste piauiense, na microrregião de Picos. A microrregião de Picos composta por 19 municípios compreende uma área de 10.337,587 km² e tem população estimada, segundo o Censo Demográfico 2010, em 199.627 habitantes. Possui uma localização estratégica no centro do estado e destaca-se pela arquitetura, com um patrimônio histórico valioso, e pela expressão cultural, tendo, portanto, um campo de exploração para a implantação de diversos cursos principalmente para o curso de Arquitetura e Urbanismo.

O Estado do Piauí tem avançado muito nas últimas décadas na educação, com a expansão dos *campi* da UFPI, criação de novos cursos, adesão ao REUNI e ao projeto de Universidade Aberta do Brasil, onde foi dando ênfase a formação pedagógica, com a criação de diversos cursos de licenciatura em todo o Estado, tendendo a crescer, de forma a minimizar as diferenças sociais e carência de profissionais da educação.

A criação do *Campus* de Oeiras irá oportunizar a população oeirense e cidades circunvizinhas maior opção em termos de formação nas áreas: tecnológica, saúde, humanas e

agrárias, favorecendo, assim, atendimento a essa população que anseia por educação superior no município, sem precisar de deslocamento para outras regiões.

Conforme o estudo de viabilidade e o projeto elaborado pela comissão instituída pelo Ato da Reitoria nº 1472/2013, de 07 de agosto de 2013, deverão ser ofertados no Campus de Oeiras cursos de graduação enquadrados dentro das áreas de atuação da UFPI, a serem definidos no ato da aprovação pelos Colegiados Superiores, em observância às determinações do MEC.

### 7.10.2 Campus Universitário de Esperantina

Esperantina pertencente à mesorregião Norte Piauiense, mas especificamente à microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense. O município possui uma área de 915,26 km$^2$, tendo como limites ao norte os municípios de Joaquim Pires e Morro do Chapéu do Piauí, ao sul Barras, Batalha e Campo Largo do Piauí, a leste Batalha, e a oeste Morro do Chapéu do Piauí, São João do Arraial e Campo Largo do Piauí. Localiza-se aproximadamente a 180 km da capital do Estado (Teresina). O clima da região é tropical megatérmico, considerado uma das mais quentes do Brasil e sub-úmido, apresenta temperaturas mínimas de 26 ° C e máximas de 34°C. A vegetação é primitiva, formada por florestas estacional de babaçu, carnaúba e caatinga.

O município de Esperantina teve suas origens na povoação chamada “Retiro da Boa Esperança”, nome derivado das primeiras fazendas instaladas na região: Boa Esperança e Retiro. A história registra como fundadores do município Miguel Carvalho e Silva, proprietário do sítio Boa Esperança e, João Antônio dos Santos, morador do retiro e possuidor da fazenda Urubu. Em 1847, é construída a sua capela, sendo a paróquia criada em 1848. Em 1920, é elevada a categoria de Vila, passando a ser chamada apenas “Boa Esperança” até que, em 1938, foi elevada à categoria de cidade. Por haver, duplicidade de nome, Boa Esperança foi mudado para Esperantina.

O IDHM para o município de Esperantina em relação ao indicador educação teve um aumento substancial de 2000 para 2010 considerando-se a faixa etária de 18 a 20 anos com ensino médio completo, passou de 4,76 para 24,62% nos anos respectivos. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 16,37% nas últimas duas décadas

A Microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, onde o município de Esperantina está situado, é composta por 18 municípios, compreendidos numa área de 12.493,995 km² e com população estimada, segundo o Censo Demográfico 2010, em 329.372 habitantes. A criação de um C*ampus* universitário nessa Microrregião favorecerá o atendimento à população que anseia por educação superior, sem precisar de deslocamento para outras regiões.

Segundo o Censo de 2010, o município de Esperantina possui 51 escolas com 1.240 alunos matriculados na educação infantil, 56 escolas com 6.916 alunos matriculados no ensino fundamental e 5 escolas com 1.776 matriculados no ensino médio. Há, portanto, uma população razoável no Ensino Médio e, levando-se em conta as cidades circunvizinhas este número tende a crescer a um patamar muito maior. O que justifica a criação de um *Campus* nesse município fazendo com que a população piauiense que anseia por uma melhor formação se qualifique adequadamente.

Segundo o estudo de viabilidade e o projeto elaborado pela comissão instituída pelo Ato da Reitoria nº 1472/2013, de 07/08/2013, deverão ser ofertados no Campus de Esperantina cursos de graduação enquadrados dentro das áreas de atuação da UFPI, a serem definidos no ato da aprovação pelos Colegiados Superiores, em observância às determinações do MEC.

### 7.10.3 Outros Campi a serem implantados

O Piauí possui dimensões continentais com 04 (quatro) mesorregiões e 15 (quinze) microrregiões, onde estão enquadrados os 224 municípios do Estado. Considerando-se o franco desenvolvimento que experimentam algumas das suas microrregiões, há demandas por Campus Universitário em vários municípios. Ainda em 2014 foram realizadas reuniões com autoridades do município de Valença do Piauí (localizada na Mesorregião do Centro Norte Piauiense, microrregião de Valença do Piauí) abordando essa temática. E no início de 2015 foi protocolada uma solicitação oriunda das autoridades do município de Piracuruca, que fica na Mesorregião do Centro-norte Piauiense e Microrregião do Litoral Piauiense) para que fosse criado um Campus naquele município. Estudos deverão ser realizados a fim de viabilizar o atendimento dessas demandas, uma vez que a ampliação da oferta de educação superior é determinante para o desenvolvimento regional.

## 8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Brasília, DF, n. 72, seção 1, p. 3-4, 15 jan. 2004.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009, 328 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 5773/2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm. Acesso em 20.11.2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso de 23.12.2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.773**, de 9 de maio de 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino**. DOU de 10.05.2006. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ Ato2004-2006/2006.htm> Acesso em: 01 nov. 2014.

BRASIL. **Lei n° 10.861**, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior** – SINAES e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em 15.janeiro.2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** (PNE). Lei nº 10.172/2001. Brasília: Congresso Nacional, 2001. Disponível em < http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos_ PNE.pdf>. Acesso em 15.outubro.2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Formulário do Plano de Desenvolvimento Institucional.** Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm>. Acesso em: 01 jan. 2014.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. DOU nº 248, Brasília, DF, 23.dezembro.1996, p. 27.833-27841.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº: 8/2012, de 06 de março de 2012.** Análise do Projeto de Lei nº 3.153/2012, de emenda à Lei 9.394/96 (LDB), de autoria da Deputada Andreia Zito. Disponível em < http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D10356%26Itemid%3D&ei=eCD_VJnEKuTLsAS-3IGYBA&usg=AFQjCNEFzAuk7YMztBaa0LPW4Oi0jGDydg&sig2=s9iXFfwxslAH_p6hR3jMVgAcesso em 05.janeiro.2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Res. nº: 2/2014 de 02 de fevereiro de 2014**. Institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino**. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20138&Itemid=866>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em < https://www.google.com.br/#q=Minist%C3%A9rio+da+Educa%C3%A7%C3%A3o.+Secretaria+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+Especial.+Pol%C3%ADtica+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+Especial+na+Perspectiva+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Inclusiva>. Acesso em 21.dezembro.2014.

BRASIL. MEC. INEP. **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2012. Resumo Técnico**. Brasília: INEP, 2014, 134 p.

BRASIL. **Lei n. 11.788,** de **25 de setembro de 2009**, publicada no DOU de 26.09.2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/htm>. Acesso em 20.jan.2014.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília, 2014, 63p.

BRASIL. MEC. INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. Disponível em:** http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf. Acesso em: 30. maio. 2013.

BRASIL. MEC. INEP. **INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA. Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial).** Disponível em < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf> Acesso em 01.junho.2014

CALDERÓN, A. I.. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino**, v.23, n. 34, 2005. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2005.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico**. 7 reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COLOMBO, S. S**. Gestão Educacional: uma nova visão**. Artmed, 2004.
COSTA, E. A. **Gestão estratégica. Da empresa que temos para a empresa que queremos**. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2007, 245 p.

CURY, C.R.J. Formação E Conhecimento: Perspectivas Filosóficas e Sociológicas.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

FRAUCHES, C.C.; FAGUNDES, G.M. LDB. **Anotada e Comentada e reflexões sobre a educação superior**. 3ª ed. Brasília: ILAPE, 2012.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FORPROEX. Forum Nacional de Pró-reitores de Extensão. **Política Nacional de Extensão Universitária. 2012.** Disponível em <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/menu/331> Acesso em 30.12.2014.

GODOY, V. A.; MACHADO, M. Planejamento Estratégico na Gestão Educacional: uma ferramenta importante no processo decisório da Instituição de Ensino Superior. **Revista Interciência**, Ano 3, nº 3, p.32-85, Dez 2011.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19 n. 2, p. 70-78, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210360&search=maranhao|coroata Acesso em 28.12.2014.

INEP. CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL EUROSTAT/UNESCO/OCDE. **Áreas de Formação.** 2009. Disponível em < http://download.inep.gov.br/download/superior/2009/Tabela_OCDE_2009.pdf>
MARBACK NETO, G. **Avaliação: Instrumento de Gestão Universitária.** Vila Velha, Hoper Editora, 2007, 260 p.

MARQUES, L.P.; OLIVEIRA, S.P.P. Paulo Freire e Vygotsky: Reflexões sobre a Educação. In V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005,12 p.

MEC. INEP. **REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO *IN LOCO* DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR** (SINAES). Parte I. Avaliação dos Cursos de Graduação. Brasília, INEP: 2013, 51 p.

MEC. CONAES. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Concepção de Projeto Pedagógico Institucional (PPI), de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e de Cu**rrículo. Brasília, 2005. Disponível em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q= &esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.facefaculdade.com.br%2Farquivos . Acesso em 30.11.2014

MEC. INEP. CONAES. **Roteiro de Autoavaliação Institucional: Orientações Gerais**. Brasília: INEP. 2004, 44 p.

MEC. INEP. OCDE. Orgnização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Áreas de Formação e Treinamento.** Classificação Internacional EUROSTAT/UNESCO/OCDE. 2000. 64 p.

NÓBREGA-THERRIEN, S. M.; THERRIEN, J. A integração da prática da pesquisa e de ensino e a formação do profissional reflexivo. In: **Revista Educação**, v.38, n.3,2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117128364013 > Acesso em: 15 janeiro. 2014.

PERRENOUD, P. **Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo**! Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Genebra. 2003. Disponível em < http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2003/2003_21.html> Acesso em 30.janeiro.2014.

PIMENTA, S. G. formação de professores: identidade, saberes e docência. In: PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, G. C. **Docência do ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

UNESCO**. Relatório de monitoramento global de Educação para Todos 2013/4**. UNESCO, 57 p. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/ 0022/002256/ 225654.pdf >Acesso em 21.12.2014.

Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. Planejamento Estratégico e Avaliação Institucional. 2012. Disponível em< http://siplanes.unicamp.br/planes/PlanejamentoEstrategico/MapaEstrategico.pdf>

Universidade Federal do Paraíba. **Programa de Incentivo ao Aumento da Taxa de Sucesso dos Cursos de Graduação (PITS) – 2013. João Pessoa, UFPB, 12 p . Disponível em <** http://www.ufpb.br/reuni/sites/default/files/PITS%20Programa%20de%20Incentivo%20Taxa%20de%20Sucesso%202013.pdf> **Acesso em 23.12.2014.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Coletânea: Estatuto da UFPI. Regimento Geral da UFPI. Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Regimento do Conselho de Administração da UFPI. Regimento do Conselho Universitário da UFPI**. **Estatuto da FUFPI. Regimento do Conselho Diretor da FUFPI**. Teresina: Gráfica da UFPI, 12 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**. Regimento Interno da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários.** Teresina: Gráfica da UFPI, 16 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Interno da Pro-Reitoria de Planejamento.** Teresina: Gráfica da UFPI, 26 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Interno da Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**. Teresina: Gráfica da UFPI, 21 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Interno da Pro-Reitoria de Ensino de Graduação.** Teresina: Gráfica da UFPI, 20 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI/2010-2014. Disponível em < http://www.ufpi.br/arquivos/File/PDI.pdf>.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia Pedagógica.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.